

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Gabriel Amato Bruno de Lima

**“Somos um país de jovens”:
*a cultura das políticas da ditadura
militar brasileira para a juventude***

Belo Horizonte, Minas Gerais
Fevereiro – 2023

GABRIEL AMATO BRUNO DE LIMA

**“Somos um país de jovens”:
*a cultura das políticas da ditadura
militar brasileira para a juventude***

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História.

Linha de pesquisa: História e culturas políticas

Orientador: prof. dr. Rodrigo Patto Sá Motta

Belo Horizonte
Fevereiro de 2023

981.063	Amato, Gabriel.
A488s	"Somos um país de jovens" [manuscrito]... a cultura
2023	das políticas da ditadura militar brasileira para a juventude / Gabriel Amato Bruno de Lima. - 2023. 431 f. Orientador: Rodrigo Patto Sá Motta.
	Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Inclui bibliografia.
	1. História – Teses. 2. Juventude – História – Teses. 3. Ditadura – Teses. 4. Brasil – História – 1964-1985 – Teses. I. Motta, Rodrigo Patto Sá. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

"Somos um país de jovens: a cultura das políticas da ditadura militar brasileira para a juventude"

Gabriel Amato Bruno de Lima

Tese aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta - Orientador
UFMG

Profa. Dra. Lúcia Grinberg
UNIRIO

Prof. Dr. Marcos Francisco Napolitano
USP

Profa. Dra. Miriam Hermeto de Sa Motta
UFMG

Profa. Dra. Juliana Miranda Filgueiras
UFMG

Belo Horizonte, 04 de abril de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Hermeto de Sa Motta, Professora do Magistério Superior**, em 05/04/2023, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Miranda Filgueiras, Coordenador(a) de curso**, em 06/04/2023, às 08:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lucia Grinberg, Usuário Externo**, em 09/04/2023, às 21:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Patto Sa Motta, Membro**, em 12/04/2023, às 04:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Francisco Napolitano de Eugenio, Usuário Externo**, em 13/04/2023, às 08:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2172159** e o código CRC **05A4A631**.

Referência: Processo nº 23072.216840/2023-49

SEI nº 2172159

Para Ismael Artur,
“parce que c’était lui,
parce que c’était moi”.

Agradecimentos

Esta tese foi produzida por um estudante-trabalhador que, ao longo dos últimos cinco anos, contou com o auxílio generoso de muitas pessoas para que os desafios dessa condição fossem contornados. Por isso, mais do que como um encargo ritual ao fim do trabalho, é com emoção que registro aqui os meus agradecimentos:

ao Rodrigo Motta, meu orientador, por acreditar que eu era capaz de finalizar o doutorado e esta tese quando eu mesmo não acreditava. E, também, por permitir a construção de um caminho autônomo na reflexão, mesmo que isso tenha acarretado em discordâncias;

aos professores Adriana Romeiro, Daniel Lvovich, Camillo Robertini e Miriam Hermeto, pelas disciplinas cursadas ao longo do doutorado;

ao professor Douglas Attila Marcelino, pelas valiosas sugestões na banca de qualificação;

aos professores Juliana Filgueiras, Lucia Grinberg, Marcos Napolitano e Miriam Hermeto, por demonstrarem interesse por minhas pesquisas em diferentes ocasiões (aulas, congressos, bancas) e por terem generosamente aceitado o convite para avaliar esta tese na banca de defesa;

à Miriam Hermeto, que, parafraseando suas palavras, poderia ser chamada de “madrinha” desta tese. Suas críticas, sugestões e conselhos nas bancas ou em conversas informais, além de suas aulas sobre arte *engajada* em uma disciplina cursada no doutorado, sem dúvidas contribuíram muito para os contornos que o trabalho ganhou. Obrigado também, Miriam, por me ajudar a entender que, como nos versos de Emicida, “rancor é igual tumor, envenena raiz”;

aos funcionários do Programa de Pós-graduação em História da UFMG – em especial, ao Maurício Mainarti – e da biblioteca da FAFICH – em especial, à Vilma Carvalho de Souza;

aos arquivistas, documentalistas e bibliotecários das instituições que detêm a guarda da documentação mobilizada para a produção desta tese, em especial por seu trabalho de digitalização e facilitação do acesso remoto que foi fundamental para a realização do doutorado durante o período de isolamento social imposto pela pandemia da COVID-19;

a Gabriela Fisher, Carolina Machado, Paula Elise, Marina Camisasca, Nelyane Santos, Mariana Loures, Bruna Piteres, Samuel Antunes, amigos e amigas do Núcleo de História Oral do Laboratório de História do Tempo Presente da UFMG, com quem aprendi muito sobre pesquisa, história oral, memória social e ditadura militar, em especial no amargo ano de 2018;

a Hélia Morais e Thayná Peixoto, colegas de turma no doutorado e companheiras das situações sufocantes da comissão de bolsas;

aos meus alunos e alunas, em especial os estudantes do IFSULDEMINAS – *campus* avançado Três Corações, por me desafiarem cotidianamente e por me ensinarem tanto sobre tantas coisas;

aos colegas de trabalho do IFSULDEMINAS – *campus* avançado Três Corações, em especial aos amigos Fábio Dalpra, Aline Morel, Bruno Rezende e Igor Alves, pelo companheirismo e compreensão diante dos grandes desafios que enfrentamos juntos;

ao Guilherme Massara, por me ajudar a ver outros sentidos na pesquisa, na docência e nas durezas do caminho. E a lidar (logo eu, historiador de ofício) com o tempo de outras maneiras;

à amiga Juliana Ventura, a Ju, por tantas vezes me ouvir falar sem parar não só sobre esta tese como também sobre minhas angústias e alegrias. Como numa dessas canções-chiclete que nossos estudantes tanto gostam, posso dizer que “a gente tem a dor parecida nessa vida/ por isso eu gosto tanto”;

aos amigos, amigas e amigues da graduação em História, pelos quais guardo grande admiração: Aline Lemos, Igor Cardoso e Guilherme Fernandes;

à amiga Taciana Garrido, companheira de tantas condições que me atravessam (historiador, docente...), por tanto me ensinar, por me ouvir e por dividir os melhores sonhos comigo;

à amiga Carolina Dellamore, pelas conversas nos longos caminhos entre Contagem-BH e pelos ensinamentos em tantos projetos que sonhamos juntos;

à amiga Martha Rebelatto, com quem tanto aprendi a ser professor, pelo carinho e acolhimento;

à amiga Carol Rossetti, pelas conversas sobre o duro processo de criação intelectual, pelo cuidado em tempos difíceis e pelos momentos de alegria – na cozinha, na quadra de vôlei ou no tapete da sala;

ao amigo Gabriel Nascimento, pelas várias conversas sobre este e outros temas de pesquisa, assim como por não medir esforços em garantir que estejamos todos bem;

à amiga Raissa Brescia, por ser inspiração e referência para mim, mas também pelos diálogos instigantes de tantos anos;

ao amigo André Oliveira, pelos pães, pães-de-queijo e doces de leite, mas especialmente por “fazer boa arte” em nossas vidas;

à amiga Ana Paula Côrtes, pelo carinho e amizade que tornaram melhores não apenas o tempo de escrita desta tese como também o período da pandemia;

à amiga Ana Luiza Nascimento, a Nalu, pelas partidas de vôlei, os puxões de orelha sobre a postura e por tornar tudo mais divertido;

à Carmelita Amato, minha mãe, que tanto acredita em minhas capacidades, que torce por minha felicidade e que me apoia com uma força imensa em situações as mais difíceis;

ao Marcos Antônio, meu pai, mesmo na diferença;

ao Rafael Amato, meu irmão, que divide comigo tantas coisas: leituras, angústias, a vida acadêmica, mas, especialmente, os desafios de sermos da primeira geração familiar a entrar na universidade. Rafa, esta tese não seria possível sem você;

ao Ismael Artur, a quem esta tese é dedicada. Na falta de palavras de minha autoria para descrever o que seu companheirismo tem significado nos últimos anos, permito-me reproduzir a frase que o humanista Michel de Montaigne usou para qualificar a sua relação com o filósofo Étienne de La Boétie no século XVI quando também lhe faltaram as expressões: “*parce que c’était lui, parce que c’était moi*”. Isma, esta tese – no que ela pode ter de melhor – também é sua.

RESUMO

Esta tese possui como tema o repertório de políticas da ditadura militar brasileira direcionado à juventude, estruturado entre 1967-68 e composto pelo Projeto Rondon, pela Operação Mauá e pela criação de diretórios juvenis dos partidos políticos (a Aliança Renovadora Nacional – Arena e o Movimento Democrático Brasileiro – MDB). A partir do diálogo epistemológico entre a história política e a corrente interpretativa da Antropologia, estudo a cultura (em sentido antropológico) dessas políticas do regime. Meu enfoque, nesse sentido, concentra-se na análise dos códigos e das normas culturais que sustentavam tanto esses programas ditatoriais direcionados ao grupo etário jovem quanto os comportamentos políticos – de jovens e não jovens – que ocorriam nos espaços delimitados por essas políticas estatais. Argumento que a cultura se constituía como um elemento central para os comportamentos de aproximação e conflito com o regime, configurando, assim, complexas interseções entre juventudes e ditadura durante as décadas de 1960 e 70. Nesse sentido, analiso um amplo conjunto de fontes históricas em diferentes tipologias (jornalísticas, oficiais, imagéticas, policiais etc.) como dados de cultura para, assim, interpretar os “pontos de vistas nativos” sobre esses programas. O trabalho está dividido em três partes, todas com dois capítulos cada. Na primeira, analiso o contexto de emergência transnacional da juventude como sujeito político disruptivo em fins da década de 1960, bem como a estruturação das políticas estatais voltadas à juventude que, no Brasil ditatorial, deu-se como resposta ao reconhecimento da juventude como condição, por si só, habilitada às disputas pelo poder. Na segunda parte, a ação política juvenil nesses programas criados pelo regime é analisada tendo em vista tanto as dimensões “prescritas” quanto as “performativas” de uma categoria cultural de comportamento político gestada nesse contexto: a de *participação*, que buscava se configurar como uma alternativa ao *engajamento* jovem de esquerda. Por fim, na terceira parte, analiso a própria *juventude* como uma categoria cultural elaborada e reelaborada no contexto da ditadura brasileira, primeiro a partir da reflexão sobre as tentativas de estabelecer fronteiras precisas para a condição juvenil no âmbito dos programas estatais e, depois, da análise dos marcadores de gênero e classe que emergiriam na vivência da juventude que se integrava a essas políticas. Concluo, assim, que a constatação de que “somos um país de jovens” gerou ações estatais voltadas à juventude que guardavam especificidades culturais e políticas associadas ao contexto do Brasil ditatorial.

Palavras-chave: história da juventude; ditadura militar; políticas para a juventude.

ABSTRACT

This thesis' theme is the youth policies of the Brazilian military dictatorship created between 1967-68 and composed by the Rondon Project, the Mauá Operation and the youth directories of the political parties (the Aliança Renovadora Nacional – Arena and the Movimento Democrático Brasileiro – MDB). From an epistemological dialogue between political history and the interpretative current of Anthropology, I study the culture (in an anthropological sense) of these policies. My approach, in this sense, focuses on the analysis of the codes and cultural norms that support both these dictatorial programs aimed at the youth and the political behaviors – of young people and non-young people – that occurred in the spaces delimited by these state policies. I argue that culture constituted a central element for behaviors of approximation and conflict with the regime, thus configuring complex intersections between youths and dictatorship during the 1960s and 70s. In this sense, I analyze a wide range of historical sources in different typologies (journalistic, official, imagery, police etc.) as cultural data in order to interpret the “native points of view” about these programs. The thesis is divided into three parts, all with two chapters each. In the first, I analyze the context of transnational emergence of youth as a disruptive political subject in the late 1960s, as well as the structuring of state policies addressed to youth that, in dictatorial Brazil, took place as a response to the recognition of youth as a condition, by itself, qualified for power struggles. In the second part, I analyze youth political action in these programs created by the regime bearing in mind both the “prescribed” and the “performative” dimensions of a cultural category of political behavior created in this context: *participação*, which sought to configure itself as an alternative to leftist youth *engajamento*. Finally, in the third part, I analyze youth itself as a cultural category elaborated and re-elaborated in the context of the Brazilian dictatorship, first from the reflection on the attempts to establish precise boundaries for the youth condition within the scope of state programs and, former, analyzing differences of gender and class that emerged in the experience of the youth that took part on these policies. I conclude, therefore, that the realization that “we are a country of young people” generated government actions aimed at youth that kept cultural and political specificities associated with the context of dictatorial Brazil.

Keywords: history of youth; military dictatorship; youth policies.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1:** *O Sol – o jornal do poder jovem.* O Sol, n° 57, domingo, 26 nov. 1967, p. 3-A... p. 53
- Figura 2:** *Claudius e o poder jovem.* O Jornal, 1° Caderno, 21 jan. 1968, p. 9..... p. 62
- Figura 3:** *Sem título.* POERNER, Arthur José. O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros. *Civilização Brasileira: Rio de Janeiro: 1968, sem página*..... p. 66
- Figura 4:** *O poder jovem.* O Cruzeiro, 25 mai. 1968, p. 153..... p. 89
- Figura 5:** *Charge de Lan.* Jornal do Brasil, 23 jul. 1969, 1° Caderno, p. 7..... p. 107
- Figura 6:** *Biotônico Fontoura – A força do poder jovem.* O Município, 21 mar. 1971, sem página..... p. 109
- Figura 7:** *Êsse tal de poder jovem está cada vez mais por fora.* Realidade, ago. 1970, p. 82..... p. 110
- Figura 8:** *Toda falta de diálogo dá nisso.* Jornal do Brasil, 13 jun. 1977, Caderno B, p. 8..... p. 198
- Figura 9:** *Sem título.* “Caderno de cultura”, suplemento de Farrapo – Boletim informativo do Setor Jovem Metropolitano do MDB de Porto Alegre, n° 1, nov. 1975, sem página..... p. 242
- Figura 10:** *“Eu sou paulista. No Projeto Rondon aprendi a ser mais brasileiro”.* Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, fundo CACS, caixa 259, maço 1..... p. 314

LISTA DE ABREVIATURAS

5° BEC	– 5° Batalhão de Engenharia de Construção do Exército
AC/SNI	– Agência Central do Sistema Nacional de Informações
Aerp	– Assessoria de Relações Públicas da Presidência
AESI	– Assessoria Especial de Segurança e Informações
AI-1	– Ato Institucional nº 1
AI-2	– Ato Institucional nº 2
AI-5	– Ato Institucional nº 5
ALN	– Ação Libertadora Nacional
AJA	– Ala Jovem Arenista
AP	– Ação Popular
Arena	– Aliança Renovadora Nacional
CAMDE	– Campanha da Mulher pela Democracia
CEUB	– Centro de Ensino Unificado de Brasília
CEUC	– Casa da Estudante Universitária de Curitiba
CGI	– Comissão Geral de Investigações
CIE	– Centro de Informações do Exército
CIE-E	– Centro de Integração Empresa-Escola
CNEN	– Comissão Nacional de Energia Nuclear
CRB	– Conferência dos Religiosos do Brasil
CSN	– Conselho de Segurança Nacional
DA	– Diretório Acadêmico
DCE	– Diretório Central dos Estudantes
DEE	– Diretório Estadual dos Estudantes
DEM	– Democratas
DEMAPO	– Departamento da Mocidade Porto-alegrense
DEOPS-SP	– Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo
DETRAN	– Departamento Estadual de Trânsito
DN	– <i>Diário de Notícias</i>
DNE	– Diretório Nacional dos Estudantes
DOPS	– Departamento de Ordem Política e Social
DSI	– Divisão de Segurança e Informações
ECEME	– Escola de Estado-Maior do Exército
EUA	– Estados Unidos da América
EXPO-70	– Exposição Universal de 1970
FAB	– Força Aérea Brasileira
FIC	– Festival Internacional da Canção
FLUMITUR	– Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro
Gera	– Geração Revolucionária
IEPES	– Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais
ICEx	– Instituto de Ciências Exatas
Iseb	– Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JAP	– Juventude Arenista Paraense
JB	– <i>Jornal do Brasil</i>
JEC	– Juventude Estudantil Católica
JOC	– Juventude Operária Católica
JUC	– Juventude Universitária Católica
MAJ-SC	– Movimento Arenista Jovem de Santa Catarina
MAS	– Movimento de Ação Secundarista

MBL	– Movimento Brasil Livre
MDB	– Movimento Democrático Brasileiro
ME	– Movimento Estudantil
MEC	– Ministério da Educação e Cultura
MJ	– Ministério da Justiça
MNR	– Movimento Nacionalista Revolucionário
Mobral	– Movimento Brasileiro de Alfabetização
MPB	– Musical do Popular Brasileira
NE	– Nordeste
OCR	– Optical Character Recognition
ONU	– Organização das Nações Unidas
OPEMA	– Operação Mauá
OVNI	– Objeto Voador não Identificado
PC	– Partido Comunista
PCB	– Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	– Partido Comunista do Brasil
PIN	– Plano de Integração Nacional
PL	– Partido Liberal
PMDB	– Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNB	– Produto Nacional Bruto
POC	– Partido Operário Comunista
Polop	– Organização Revolucionária Marxista Política Operária
PRo	– Projeto Rondon
Proterra	– Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-indústria do Norte e do Nordeste
PT	– Partido dos Trabalhadores
PTB	– Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	– Pontifícia Universidade Católica
PUC-RJ	– Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-SP	– Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SJM	– Setor Jovem Metropolitano
SJ/MDB	– Setor Jovem do Movimento Democrático Brasileiro
SNI	– Serviço Nacional de Informações
TSE	– Tribunal Superior Eleitoral
TUCA	– Teatro da Universidade Católica de São Paulo
TV	– Televisão
UDF	– Universidade do Distrito Federal
UEE	– União Estadual dos Estudantes
UEG	– Universidade do Estado da Guanabara
UFBA	– Universidade Federal da Bahia
UFC	– Universidade Federal do Ceará
UFJF	– Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	– Universidade Federal de Minas Gerais
UFPR	– Universidade Federal do Paraná
UFRGS	– Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	– Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	– Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSM	– Universidade Federal de Santa Maria
UGEES	– União Gaúcha dos Estudantes Secundários
UME	– União Metropolitana dos Estudantes

- UNE** – União Nacional dos Estudantes
- Unicamp** – Universidade de Campinas
- USP** – Universidade de São Paulo
- VPR** – Vanguarda Popular Revolucionária

Sumário

Introdução – Juventudes e ditadura (e vice-versa)	15
--	----

PARTE I: *O poder jovem e os seus contrários*

Capítulo I – A condição juvenil vivenciada como <i>poder jovem</i> : a emergência da juventude como sujeito político no Brasil dos anos 1960.....	40
--	----

<i>O poder jovem</i> chega pelas bancas de revista	52
--	----

<i>O poder jovem</i> do movimento estudantil	63
--	----

<i>O poder jovem</i> entre (des)entendimentos artísticos	77
--	----

Os católicos progressistas em defesa do <i>poder jovem</i>	83
--	----

Capítulo II – Respostas ao <i>poder jovem</i> : a ditadura e o seu repertório de políticas para a juventude	93
--	----

“Mãos jovens construindo o Brasil”: o Projeto Rondon	111
--	-----

“Em ritmo de Brasil jovem”: a Operação Mauá	122
---	-----

O lugar para o jovem fazer política é nos partidos: Arena Jovem e MDB Jovem	133
---	-----

PARTE II: *A participação política jovem entre o prescrito e o performativo*

Capítulo III – “A juventude está a postos”: a ação política juvenil em tempos de ditadura como <i>participação</i>	148
---	-----

Uma <i>participação</i> jovem controlada.....	159
---	-----

<i>Participação, responsabilidade</i> e redução das críticas juvenis à ditadura.....	184
--	-----

<i>Participação</i> e juventude como continuidade geracional	199
--	-----

Capítulo IV – Modalidades de <i>participação</i> jovem: os elementos performativos da ação política prescrita pela ditadura	214
--	-----

Arena Jovem e MDB Jovem diante da legislação ditatorial sobre movimento estudantil.	219
---	-----

As oposições e a <i>participação</i> : entre críticas, reelaborações e rupturas	246
---	-----

As “denúncias” no Projeto Rondon.....	264
---------------------------------------	-----

PARTE III: *A condição juvenil no Brasil ditatorial*

Capítulo V – “Os jovens estão acordados”: as fronteiras da condição juvenil e as políticas para a juventude no Brasil ditatorial	281
Entre a <i>responsabilidade</i> e a calça jeans, os comportamentos juvenis	285
Canalizar a energia juvenil: o debate sobre a disciplinarização dos jovens.....	302
A juventude entre dados demográficos e marcos etários	325
Capítulo VI – Juventude(s) flexionada(s): a diversidade da condição juvenil nas políticas da ditadura para os jovens.....	349
Juventude flexionada em gênero	353
Juventude flexionada em classe	387
Considerações finais – Juventudes e ditadura (passado-presente)	408
Referências	418

Introdução

Juventudes e ditadura (e vice-versa)

“[...] se a antropologia foi por demasiado tempo o estudo dos ‘povos sem história’, a história andou, por mais tempo ainda, estudando ‘povos sem cultura’.”

Marshall Sahlins, no livro de aforismos *Esperando Foucault, ainda* [1993].¹

“*Somos um país de jovens.* Nossa composição demográfica assume a forma de um equilátero cuja base é preenchida, até quase a metade da altura, por brasileiros de menos de 30 anos. O Projeto Rondon constitui entre nós um dos poucos exemplos de mobilização da juventude estudantil realizado com êxito. Universitários de todos os quadrantes do país atendem ao apelo público, de ano para ano, em maiores proporções, demonstrando com esse autêntico voluntariado que não desejam ficar à margem da prestação de serviços. [...] Que será, dentro de cinco ou 10 anos, em termos de opinião pública, a juventude universitária de hoje? É preciso encaminhá-la, desde já, a uma integração com os ideais que movem o país, levá-la a oferecer contribuições de valor. Esta seria a verdadeira política estudantil a ser desempenhada não apenas pela Arena, mas igualmente pelo MDB, ao contrário da falsa política estudantil dirigida para a contestação violenta. Não se pensa, evidentemente, em fazer proselitismo governamental entre a juventude, senão de ajudá-la a amadurecer, politicamente, no trato com a nossa realidade e as nossas aspirações, para o seu futuro papel de elite dirigente. A mobilização da juventude, neste sentido, é por enquanto uma ideia, digna, porém, de todos os esforços.”

Editorial “Integrar a juventude”, publicado no *Jornal do Brasil* em abril de 1972.²

¹ SAHLINS, Marshall. *Esperando Foucault, ainda*. São Paulo: Cosac Naify, 2013 [1993], p. 105.

² Integrar a juventude. *Jornal do Brasil*, domingo e segunda-feira, 9 e 10 abr. 1972, 1º Caderno, p. 6. Grifos meus.

Os comportamentos políticos dos jovens estão, mais uma vez, na ordem do dia. Em avaliações e movimentos diversos dessas primeiras décadas do século XXI, a juventude é vivenciada como uma condição fundamentalmente política. Em algumas situações, esse fenômeno guarda características próprias ao processo de ascensão da extrema-direita e aos questionamentos à democracia brasileira fundada pelo pacto constitucional de 1988 que têm se desenhado desde a década de 2010. Esse é, sem dúvidas, o caso do fenômeno dos jovens que se organizam em movimentos de direita e declaram-se, com orgulho, conservadores nos costumes e liberais na economia.³ Ao mesmo tempo, como argumenta o historiador argentino Pablo Stefanoni, “muitos, nas direitas alternativas, insistem em que a rebeldia juvenil está de seu lado.”⁴ Nessas circunstâncias, a ação política juvenil tem surpreendido analistas, imposto reavaliações a formas amplamente compartilhadas de compreender os comportamentos políticos da juventude e transformado esse grupo etário, novamente, em fonte de ansiedades variadas. Longe dos espaços de socialização política historicamente relacionados aos jovens brasileiros – as correntes de esquerda do movimento estudantil secundarista ou universitário, cujo maior símbolo é a União Nacional dos Estudantes (UNE) –, esses grupos apresentam demandas e projetos que se afastam, também, dos lugares-comuns sobre a condição juvenil em sua interseção com a política. Onde espera-se rebeldia, defesa de mudanças sociais profundas e ideias progressistas como uma implicação lógica da pouca idade, encontra-se a defesa do *status quo*, do conservadorismo e do neoliberalismo.

Apesar de sua abrangência e diversidade, talvez o mais significativo exemplo desse fenômeno seja o Movimento Brasil Livre (MBL). Organização surgida durante o ciclo de protestos de 2013-2014, o MBL logo se envolveu nos principais debates públicos nacionais. Não demorou para a idade de seus membros chamar a atenção da imprensa. Em reportagem de página inteira publicada no dia 9 de março de 2015, o periódico *Folha de S. Paulo* buscava dar conta da novidade representada por grupos políticos como o MBL, que tomavam as ruas em favor do impeachment da então presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT). Uma das características da forma como a *Folha* pautava esse tema era a afirmação da heterogeneidade de ideias e projetos, como enunciava o olho da matéria: “Entre os líderes há adeptos da cartilha liberal, empresários e até defensores de uma intervenção militar”. Outra

³ Sobre os debates em torno das tentativas de conciliação entre (neo)liberalismo econômico e conservadorismo social que são sintetizados por essa máxima da chamada “nova direita”, cf. ROCHA, Camila. *Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2021, p. 19-20 e p. 162-163.

⁴ STEFANONI, Pablo. *A rebeldia tornou-se de direita?: como o antiprogressismo e a inticorreção política estão construindo um novo sentido de comum (e por que a esquerda deveria levá-los a sério)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2022, p. 19.

estratégia narrativa mobilizada pela reportagem era a apresentação de curtos perfis de líderes dos três principais grupos que organizavam os protestos. O MBL estava entre eles. Em uma das fotografias que ilustrava o texto, apareciam Renan Santos e Kim Kataguiri em um confortável escritório, com semblantes sisudos que encaram a câmera. Abaixo da imagem, a legenda definia o MBL como um “*grupo de jovens – Renan [...], 31, é o mais velho da turma – que segue a cartilha liberal. Uma de suas celebridades é Kim Kataguiri [...], 19, que largou economia na Federal do ABC.*”⁵

Os exemplos de organizações e personalidades jovens de direita no tempo presente podem ser multiplicados. No espaço do movimento estudantil, a organização neoliberal Estudantes pela Liberdade foi fundada no Brasil em 2012, como parte de uma rede de ativismo criada nos Estados Unidos em 2008. Entre os ultraconservadores, tributários do catolicismo e do integralismo, houve um significativo aumento do número de jovens que se integraram a organizações como a associação tradicionalista Instituto Plínio Corrêa de Oliveira. Há, também, os casos de lideranças jovens de direita eleitas com expressiva quantidade de votos para postos no Legislativo e que, muitas vezes, passam a responder pela frustração das promessas de “renovação política” associadas à sua condição juvenil. Entre os membros do MBL, Kim Kataguiri é o maior exemplo: eleito deputado federal em 2018, quando era filiado ao Democratas (DEM), ele foi reeleito em 2022, agora pelo partido União Brasil após romper com o bolsonarismo. Também no pleito de 2022, o bolsonarista Nikolas Ferreira, de 26 anos, mineiro e filiado ao Partido Liberal (PL), foi eleito o deputado federal mais votado do país, com 1,47 milhão de votos.

Como argumenta a cientista política Camila Rocha, essa direita é mais do que “*um punhado de jovens e figuras saídas dos porões da política brasileira que, em conjunto com empresários, intelectuais e profissionais liberais, defenderiam ideias velhas com uma roupagem digital mais apropriada aos novos tempos.*”⁶ Ainda que mantenham relações de continuidade com mobilizações de direita do passado, esses grupos representam uma novidade. Eles buscam romper com o pacto político construído na redemocratização a partir da agenda própria do que Rocha denomina de ultra-liberalismo conservador. Seu ativismo agressivo exercido nos últimos anos indica, também, como os valores e as sensibilidades de direita mobilizam parte expressiva da sociedade brasileira.⁷ Acrescentaria que esse fenômeno guarda, ainda, uma dimensão

⁵ Grupos contra Dilma esperam levar 100 mil às ruas no dia 15. *Folha de S. Paulo*, segunda-feira, 9 mar. 2015, p. A9. Grifos meus.

⁶ ROCHA, Camila. *Op. citada*, 2021, p. 17. Grifos meus.

⁷ *Idem.*, p. 20 e p. 175.

relacionada especificamente à condição juvenil, na medida em que a atuação de jovens ao lado de forças conservadoras – apesar de encontrar paralelos no passado – coloca em questão categorias culturais largamente compartilhadas no tempo presente, como *poder jovem*, *rebeldia juvenil* ou *renovação*, às quais estamos habituados a mobilizar quando debatemos a inserção dos jovens nas disputas pelo poder.

Se os jovens têm surpreendido analistas ao se filiarem a organizações conservadoras, a juventude também tem sido vista como uma condição etária por si só especialmente apta a participar da política em movimentos que buscam barrar o crescimento dessa mesma direita ultraliberal conservadora. Às vésperas da última disputa eleitoral, em março de 2022, uma mobilização ganhou as redes sociais no que o jornal digital *Nexo* descreveu como uma “campanha pelo *engajamento*” de jovens eleitores para que tirassem os seus títulos de eleitor. Por mais que tenha sido a princípio uma iniciativa institucional – a Semana do Jovem Eleitor, organizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) –, o movimento logo foi assumido pelas forças políticas diversas que buscavam impedir a reeleição do presidente de extrema-direita Jair Bolsonaro, à época já filiado ao PL. Dois dados motivaram esse investimento das forças progressistas no voto jovem: o índice mais baixo dos últimos 30 anos na procura pelo título de eleitor na faixa etária em que o voto é facultativo (16-17 anos), segundo informações divulgadas pelo TSE, e pesquisas que indicavam uma maior rejeição a Bolsonaro entre jovens na faixa etária entre 16-24 anos.⁸

Foi a partir desse contexto político e cultural que, nos últimos anos, tenho pesquisado sobre as possíveis interseções entre juventudes e ditadura no Brasil. Trata-se de uma agenda de reflexões particular, na medida em que está alicerçada nas ferramentas que caracterizam o ofício de historiador. Mas, sem dúvidas, essas configurações do tempo presente tiveram um impacto fundamental na conformação do horizonte de análises que apresento neste trabalho. Afinal, a História não é o conhecimento desapaixonado e enciclopédico sobre um passado distante. A historiografia pode ser melhor compreendida como um exercício intelectual sobre as experiências humanas no tempo, fundamentada na interpretação crítica e contextual de indícios documentais a partir de um olhar epistemológico atento às relações entre o tempo presente e os tempos passados. Como argumenta o historiador francês Marc Bloch em formulação hoje clássica, “o presente e o passado se interpenetram. A tal ponto que seus elos, quanto à prática do ofício do historiador, são de sentido duplo. Se, para quem quer compreender

⁸ CRUZ, Isabela. A mobilização nas redes para que jovens tirem título de eleitor. *Nexo*, terça-feira, 22 mar. 2022. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/03/22/A-mobiliza%C3%A7%C3%A3o-nas-redes-para-que-jovens-tirem-t%C3%ADtulo-de-eleitor>>. Acesso em 5 dez. 2022. Grifos meus.

mesmo o presente, a ignorância do passado deve ser funesta, a recíproca – embora não se esteja sempre tão nitidamente alertado – não é menos verdadeira.”⁹

O estudo de um período como o da ditadura militar brasileira a partir do tempo presente das primeiras décadas do século XXI guarda, além disso, as suas particularidades. De acordo com Chris Lorenz, desde os anos 1980 emergiu uma forma de experimentar o tempo em que não há uma correlação linear entre distanciamento temporal e passagem do tempo cronológico através da superação pela via do progresso. Trata-se do que o autor chama de “passados quentes”, referindo-se aos contextos traumáticos característicos do século XX. Por serem marcados pela violência política e devido ao seu caráter sensível à memória social, contextos como o da ditadura reposicionam os sentidos de passado e presente (e as relações entre ambos) que tem fundamentado a historiografia desde a modernidade. Assim, as “fronteiras” que os dividem são “borradas”, muitas vezes indistintas. Como argumenta ainda Lorenz, “na medida em que o futuro perde sua promessa de progresso, o passado perde o seu lugar fixo a uma distância segura do presente e o seu caráter de objeto”.¹⁰ Seja através do fenômeno do negacionismo da ditadura em sua roupagem adaptada às *fake news*, seja pelos esforços de reparação dos crimes cometidos pelo Estado nos anos 1960 a 1980, os tempos da ditadura parecem não passar por completo e são, também, presente. E foi em diálogo com esse(s) tempo(s) que delinee o conjunto de questionamentos deste trabalho.

O objeto da pesquisa apresentada nesta tese é a *cultura* de jovens e não jovens que, de alguma forma, estiveram envolvidos na elaboração, implementação e execução do repertório de *políticas da ditadura militar*¹¹ brasileira para a juventude entre o golpe de 1964 e a longa

⁹ BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001 [1949], p. 65.

¹⁰ LORENZ, Chris. Blurred Lines: History, Memory and the Experience of Time. *International Journal for History, Culture and Modernity*, v. 2, n. 1, 2014, p. 46. Tradução livre do original: “As the future lost its promise of progress, the past lost its fixed place at a safe distance from the present and its character as an object.” Em direção distinta, Henry Rousso argumenta que a preocupação historiográfica com o “passado próximo” tem sido motivada pelos eventos de violência recente e pela tensão entre a necessidade de memória e os apelos ao esquecimento. Cf. ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016 [2012], p. 24.

¹¹ Desde o início da consolidação da historiografia acadêmica sobre a ditadura, em especial a partir dos anos 2000, instalou-se uma polêmica sobre o caráter do regime político imposto com o golpe de 1964: se uma ditadura ou um regime burocrático-autoritário, se uma ditadura militar ou civil-militar ou, ainda, empresarial-militar. Sem subestimar o papel dessas discussões, que, contudo, não constituem o cerne deste trabalho, adotarei aqui o conceito de *ditadura militar*. Em minha perspectiva, ele é o que melhor indica tanto o caráter ditatorial/autocrático do regime quanto o processo de militarização do Estado que se desenrolou no Brasil pós-1964, sem que isso implique em desconsiderar o importante papel desempenhado por grupos civis na manutenção da ditadura (inclusive na repressão política em sentido estrito). Cf., dentre outros autores, NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 64 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão bibliográfica. *Contemporanea – Historia y problemas*

transição para a democracia. Por meio da pesquisa de arquivo, tanto em hemerotecas quanto nos acervos depositados em instituições como o Arquivo Nacional e a Fundação Getúlio Vargas, busco analisar de que formas a *participação* em programas como o Projeto Rondon, a Operação Mauá e os diretórios juvenis dos partidos políticos (Arena e MDB) foi revestida de valores simbólicos ao ser vivenciada pelos próprios sujeitos históricos das décadas de 1960 e 1970. As perguntas que guiaram a análise podem ser assim enunciadas: quais códigos e normas culturais delimitavam as experiências políticas de jovens e agentes do Estado no contexto das ações da ditadura para a juventude? Como os sujeitos históricos envolvidos nas políticas ditatoriais direcionadas especificamente ao grupo etário jovem atribuíam sentidos e significados ao universo de suas vivências? Quais noções possibilitavam o complexo diálogo entre juventudes e ditadura, acionando comportamentos como a adesão ao projeto militar? E quais concepções levavam ao desentendimento, à impossibilidade da relação Estado-juventudes e ao recurso à(s) resistência(s)?

Colocada dessa forma, a problemática que propus para este estudo demanda algumas reflexões iniciais. As primeiras delas são de ordem conceitual. Quando falo em *cultura*, adoto o termo em seu sentido antropológico. Apesar de a temática não estar ausente do meu horizonte de preocupações, esta pesquisa não se concentra na cultura compreendida como a produção artística de/para jovens. Reconheço, contudo, que este é um assunto central, tendo em vista que foi no contexto dos anos 1960 que emergiram, no Brasil como em outros países, uma profusão de manifestações estéticas direcionadas especificamente às juventudes, como, para citarmos apenas uma, a Jovem Guarda.¹² Dialogando criticamente com a corrente interpretativa da Antropologia, adoto uma compreensão semiótica de *cultura* que a entende como a “teia de significados” produzida pelos próprios indivíduos. Conforme argumenta o antropólogo norte-americano Clifford Geertz a partir do paradigma hermenêutico, a *cultura* é compreendida como o “mundo conceptual” e os “sistemas entrelaçados de signos interpretáveis” construídos em correlação com as experiências sociais e políticas que, assim, são configuradas pelos sujeitos.¹³ As categorias culturais guardam, portanto, uma fundamental dimensão de fazer social na

del siglo XX, Montevideu/Uruguai, v. 2, 2011, p. 215 e nota 17 e MARTINS FILHO, João Roberto. Estado e regime no pós-64: autoritarismo burocrático ou ditadura militar? *Revista de Sociologia e Política*, nº 2, 1994, p. 17-18.

¹² Há ampla bibliografia de caráter sociológico sobre as culturas juvenis em sua acepção artística, concentrando-se em gêneros musicais como o *rock'n'roll* dos anos 1950 e em expressões como a contracultura das décadas de 1960 e 1970. Com as ressalvas de que generalizam um recorte específico da condição juvenil (universitária, branca e de classe média) e de que naturalizam a relação entre juventude e rebeldia, cf., para o caso do Brasil, CARMO, Paulo Sérgio do. *Culturas da rebeldia: a juventude em questão*. São Paulo: Editora SENAC, 2000 e CALDAS, Waldeny. *A cultura da juventude de 1950 a 1970*. São Paulo: Musa Editora, 2008.

¹³ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2015 [1973], p. 17 e p. 10.

medida em que são parte indissociável das vivências históricas, a um só tempo constituindo-as e sendo constituídas por elas.

Nesse sentido, meu objetivo foi o de mapear e fazer a exegese dos pontos de vista *culturais* dos próprios sujeitos históricos – jovens, mas também não jovens – sobre as políticas da ditadura voltadas à juventude. Proponho uma aproximação não tanto com os temas da Antropologia clássica (ritual, parentesco, magia, mito etc.). Mas, sim, com o entendimento antropológico em seu sentido epistemológico, ou seja, com a *cultura* compreendida como as maneiras como os indivíduos vivenciam as experiências do universo da política dotando-as de significados simbólicos que impactam a experiência histórica. A *cultura* aparece, portanto, como o contexto para essas experiências localizadas nas temporalidades da ditadura militar brasileira mas também como “um conjunto de mecanismos simbólicos para controle do[s] comportamento[s]”¹⁴, sejam eles voltados a políticas estatais específicas ou ao regime militar de uma forma mais ampla. A intenção é aceitar o desafio proposto em tom provocativo pelo antropólogo norte-americano Marshall Sahlins no trecho citado na epígrafe desta Introdução, aprofundando a reflexão sobre os termos culturais em que as experiências históricas se constituem. O propósito é, também, romper com dicotomias analíticas entre ditadura e sociedade, na medida em que a *cultura* se constituía como uma dimensão fundamental nas relações – nem sempre de diálogo, nem sempre de conflito – entre os jovens (em seu sentido plural) e o Estado (como parte das estruturas sociais mais amplas).

Compartilhar do entendimento semiótico de cultura, entretanto, não implica estar desatento às críticas recebidas por essa perspectiva – e por Clifford Geertz, em especial – desde que a corrente interpretativa em Antropologia começou a se desenvolver a partir da década de 1970.¹⁵ Entres as visões mais pessimistas quanto às possibilidades de diálogo entre historiadores e antropólogos nesses termos, encontra-se a resenha crítica escrita pelo historiador italiano Giovanni Levi sobre o que o autor denomina de “os perigos do geertzismo” exemplificados pelas pesquisas de Robert Darnton. Localizando a recepção das teses de Geertz entre os historiadores no âmbito do antigo debate teórico que opõe objetivismo e subjetivismo nas Ciências Humanas, Levi aponta um dilema ético: os riscos de se cair no relativismo radical, que aceita como igualmente válidos todos os sentidos culturais criados por aqueles que

¹⁴ GEERTZ, Clifford. *Op. citada*, 2015 [1973], p. 37.

¹⁵ Para uma análise do contexto mais amplo de surgimento da Antropologia interpretativa – com as ressalvas de que o autor se mostra excessivamente otimista com as possibilidades do chamado “pós-modernismo”, ao mesmo tempo em que superestima a aproximação entre Geertz e essa perspectiva –, cf. SILVA, Vagner G. Entre a poesia e o raio x: uma introdução à tendência pós-moderna na antropologia. In: GUINSBURG, Jaime e BARBOSA, Anna Mae (org.). *O pós-modernismo*. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 148-158.

compartilham de determinada cultura. Além disso, o historiador mostra-se cético com relação à aproximação metodológica entre o trabalho de campo do antropólogo e o ofício do historiador em sua relação com as fontes de arquivo. Para Levi, haveria grandes “perigos” no que ele denomina de “transposição mecânica para a história dos problemas nascidos na antropologia, na relação desta com os interlocutores vivos”.¹⁶ No entanto, Giovanni Levi parece, por um lado, subestimar a importância atribuída por Geertz ao procedimento de interpretação crítica (ou exegese) das culturas e, por outro, desconhecer as possibilidades de uma etnografia das fontes de arquivo.

Um segundo conjunto de críticas à noção semiótica de *cultura* foi apresentado pelo antropólogo estadunidense James Clifford, em seu amplo ensaio sobre a temática da construção e da crise da autoridade etnográfica na Antropologia produzida ao longo do século XX. Por um lado, Clifford reconhece as contribuições de Geertz na medida em que ele teria apontado a necessidade da “textualização” como um pré-requisito para a interpretação das culturas a partir do diálogo com a hermenêutica de Paul Ricoeur. Por outro, o autor questiona o exercício de generalização proposto por Geertz, no qual um evento ou a perspectiva de atores sociais específicos são compreendidos como evidências de todo um contexto cultural englobante. Para James Clifford, essa perspectiva tomaria como um dado o “autor generalizado” da cultura – o “ponto de vista nativo” ou “os balinenses”, por exemplo – e acabaria por transformar as “ambiguidades e diversidades de significado da situação de pesquisa num retrato integrado.”¹⁷

De fato, algumas reflexões etnográficas de Geertz podem ser apontadas como indícios que confirmam essas críticas. Na sua investigação sobre a categoria de *pessoa* nas culturas de Java, Bali e Marrocos, por exemplo, o autor parte de acepções socialmente localizadas, fornecidas por seus informantes no trabalho de campo, para generalizar esses pontos de vista como representativos de toda uma cultura. Dessa forma, a noção de *pessoa* em Java é sintetizada como filosófica e reflexiva; em Bali, como teatral e dramática; e no Marrocos, por fim, como contextual.¹⁸ Se a análise de outras formas culturais de pensar a categoria *pessoa* auxilia o autor a relativizar a concepção dita ocidental, ele acaba tomando essas outras possibilidades como homogêneas dentro de seu próprio contexto cultural. Geertz não se questiona, nesse trabalho específico, sobre como clivagens de gênero, geração ou classe, por exemplo, podem informar

¹⁶ LEVI, Giovanni. Os perigos do geertzismo. *História Social*, Campinas-SP, nº 6, 1999 [1985], p. 138.

¹⁷ CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002 [1988], p. 42.

¹⁸ GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1998 [1983], p. 63-71. O famoso ensaio do autor sobre a briga de galos em Bali (“Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa”) também se enquadra nessa perspectiva. Cf. GEERTZ, Clifford. *Op. citada*. 2015 [1973], p. 185-213.

e diversificar a compreensão de categorias culturais. No caso do período da ditadura militar brasileira e da temática das juventudes em particular, adotar essa postura traria problemas importantes na medida em que significaria ignorar os conflitos, ambiguidades e controvérsias fundamentais nesse contexto.

O conjunto de reflexões de Geertz, no entanto, é variado e é possível encontrar um suporte para essa perspectiva em alguns dos seus próprios ensaios – em especial, naqueles em que o autor se aproxima da análise política. Por mais que o antropólogo reafirme uma dimensão generalista em alguns de seus estudos, em outros ele chama a atenção justamente para as disputas e hierarquias estabelecidas no âmbito da cultura. Isso se torna possível na medida em que o autor reformula os entendimentos de “cultura” e “política”. Para Geertz, “a cultura [...] não são os cultos e costumes, mas as estruturas de significado através das quais os homens dão forma à sua experiência, e a política não são golpes e constituições, mas uma das principais arenas na qual tais estruturas se desenrolam publicamente.”¹⁹ Como argumenta Jacques Revel ao apresentar uma instigante reflexão sobre o impacto da Antropologia na historiografia, muitas vezes os historiadores leram a concepção semiológica de cultura “não em direção ao sentido da ambiguidade das situações de interação, mas, ao contrário, no sentido da maior coerência dos fatos de cultura [...]”.²⁰ Atento a esse debate teórico, meu objetivo aqui é compreender noções culturais fundamentais para a análise das relações entre juventudes/ditadura e das políticas do regime militar direcionadas aos jovens, como *poder jovem*, *engajamento*, *participação* ou a própria categoria de *juventude*, em sua significação múltipla tanto num mesmo contexto quanto ao longo do tempo. Trata-se de dialogar com a proposta de uma “sociologia situacional do significado”, elaborada por Marshall Sahlins, para quem não apenas as categorias culturais são heterogêneas como são, também, submetidas a um processo de “reavaliação funcional” por meio da ação cotidiana dos sujeitos.²¹

Uma segunda ponderação conceitual necessária diz respeito ao termo *política*. À primeira vista, a temática desta tese se insere em um recorte tradicional da história política. Afinal, estudar as políticas públicas direcionadas a um grupo social específico – no caso, a juventude – é reafirmar uma concepção característica da teoria política moderna em que a instituição estatal desempenha papel central (quando não exclusivo) nas relações de poder. No entanto, reproduzir essa compreensão traria problemas de duas ordens. Primeiro, significaria reafirmar uma epistemologia estadocêntrica que, ao mesmo tempo, superestima o escopo do

¹⁹ GEERTZ, Clifford. *Op. citada*. 2015 [1973], p. 135.

²⁰ REVEL, Jacques. *Proposições: ensaios de história e historiografia*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009, p. 115.

²¹ SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011 [1985], p. 17.

poder estatal e ignora outras formas de exercício do poder político, mais capilarizadas socialmente e muitas vezes efetivas em pressionar o próprio Estado em certos sentidos. Em segundo lugar, implicaria ignorar um dado fundamental para o contexto em estudo: a emergência do entendimento de que “o pessoal é político”, responsável tanto por uma “revolução comportamental”²² como por ampliar a própria compreensão de *política* então hegemônica. Essa segunda questão guarda uma dimensão sensível para a temática das juventudes brasileiras a partir da segunda metade da década de 1960, mas principalmente para os movimentos juvenis de contracultura dos anos 1970. Afinal, foi a partir dessa politização da vida privada que temáticas tão fundamentais para o meu recorte de pesquisa como o conflito de gerações, as escolhas relacionadas à sexualidade – como a manutenção ou não da virgindade pré-nupcial ou o uso de pílulas anticoncepcionais – e o questionamento da autoridade paterna se produziram.

Por isso, sem abandonar ou perder de vista a preocupação com o Estado ditatorial dos anos 1960 a 1980, a proposta é adotar uma acepção mais ampla de *política* que abra possibilidades de análise das relações de poder em esferas da vida privada, do comportamento, dos valores e dos modos de construir sentidos das (e sobre as) juventudes. Em termos propriamente historiográficos, essa abordagem dialoga criticamente com os diversificados esforços de renovação da história política empreendidos por historiadores de diferentes filiações teóricas nas últimas décadas.²³ O Estado é, dessa forma, compreendido como um dos fatores em jogo no contexto mais amplo das juventudes, no qual diferentes sujeitos sociais, projetos políticos e sentidos culturais interagem sempre em relação ao seu contexto temporal. Instituição complexa, militarizada e ocupada por grupos sociais heterogêneos em termos ideológicos, o Estado brasileiro pós-golpe de 1964 tendeu, em sua relação com o que se compreendia por juventude (metonimizada em *poder jovem*, como argumento no Capítulo I) tanto a impor medidas de disciplinarização como a criar situações para uma abertura à *participação* política subordinada. As ações estatais para a juventude possuíam, além disso, um caráter reativo. Elas respondiam a demandas políticas e a formas culturais produzidas em outros âmbitos, num contexto em que a própria condição juvenil passava a ser pensada também como uma condição política.

²² COELHO, Frederico Oliveira. Revolução comportamental no século XX. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org.). *O século sombrio: uma história geral do século XX*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 331 e p. 341.

²³ Cf. SIRINELLI, Jean-François. De la demeure à l'agora. Pour une histoire culturelle du politique. *Vingtième Siècle, revue d'histoire*, n° 57, jan.-mar. 1998, p. 121-131.

A partir desse debate teórico e conceitual, meu propósito foi o de produzir uma *história antropológica da política*, num esforço intelectual atento à dimensão simbólica das experiências relacionadas às disputas de poder ao longo do tempo. O diálogo epistemológico com o campo de estudos da Antropologia da Política também se fez, assim, necessário. Como afirma Karina Kuschnir, os antropólogos que se colocam a pensar a política procuram “entender como os atores sociais compreendem e experimentam a política, isto é, como interação e atribuem significado aos objetos e às práticas relacionadas ao universo da política”.²⁴ Ainda segunda a autora, essa proposta é complexa e demanda atenção a dois pressupostos. Primeiro, ao de que a realidade política é percebida de diferentes formas por grupos sociais diversos – em nosso caso: por jovens ou por não jovens, por agentes do Estado militarizado ou por sujeitos que se colocaram em resistência a ele. Segundo, que o campo da política não é dado de antemão, mas formulado por meio das concepções de seus agentes em um contexto específico. A política, nesse sentido, não é encarada de forma normativa (aquilo que ela *é* ou *deveria ser*), mas a partir das diferentes formas de enxergar, fazer, pensar e atribuir sentidos às práticas de disputa do poder. Dessa forma, entender a *política* em sua relação com a *cultura* possibilita, como argumenta o também antropólogo Marc Abélès, “compreendermos melhor a política não como uma esfera separada, mas como uma cristalização de atividades configuradas por uma cultura que fornece o próprio código para o comportamento dos seres humanos.”²⁵

Finalmente, tornou-se necessária também uma reflexão sobre o conceito de *juventude*. À primeira vista, mobilizar essa categoria para a pesquisa histórica leva a uma série de desconfiças. Falar em “juventude” levanta a suspeição de se reafirmar uma noção de caráter genérico e ideológico, supostamente responsável por camuflar o peso das hierarquias sociais na explicação do comportamento juvenil. Essa perspectiva foi adotada em importantes estudos sobre o movimento estudantil durante o período da ditadura militar, como na pesquisa de João Roberto Martins Filho. O autor nega qualquer validade explicativa da variável “juventude” para o comportamento estudantil. Ao contrário, Martins Filho argumenta que o radicalismo político dos estudantes dos anos 1960 guardava um “conteúdo de classe” associado aos estratos médios. O autor atribui os “limites” do radicalismo estudantil às características que seriam próprias das famílias de classe média. Em sua análise, o jovem estudante manteria relações de dependência econômica com seu núcleo familiar, que, por sua vez, depositaria nele expectativas de ascensão

²⁴ KUSHNIR, Karina. *Antropologia da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007, p. 9.

²⁵ ABÉLÈS, Marc. Political Anthropology: New Challenges, New Aims. *International Social Science Journal*, nº 153, 1997, p. 321. Tradução livre do original: “to understand politics better, not as a separate sphere but as the crystallization of activities modelled by a culture which provides its own code for the behaviour of human beings.”

social.²⁶ Por outro lado, uma segunda ordem de hesitações costuma ser levantada diante da proposta de uma história da juventude devido aos riscos de se cair em uma definição acultural (a noção de que a juventude seria uma fase universal da vida) ou psicologizante (a ideia de que o comportamento dos jovens deve ser atribuído a hormônios) da condição juvenil.²⁷

As suspeitas são tantas que há escassez de estudos de recorte propriamente historiográfico que privilegiem um olhar sobre a juventude. Entre as exceções, estão duas coletâneas com artigos diversos tematicamente. Em termos gerais, elas buscam dar conta do que o antropólogo catalão Carles Feixa Pampóls denominou de “‘tipos ideias’ que servem para ordenar a heterogeneidade dos dados etnográficos e históricos” de modelos do que hoje chamamos de juventude, como os “efebos” da Antiguidade europeia ou os “moços” das sociedades pré-industriais.²⁸ Trata-se, à nível internacional, os dois volumes de *História dos jovens*, organizados por Giovanni Levi e Jean-Claude Schmitt nos anos 1990.²⁹ E, à nível nacional, da recente publicação *História dos jovens no Brasil*, organizada por Mary del Priore.³⁰ Sobre o contexto da ditadura, destacam-se o estudo da cientista política Eliana Tavares dos Reis sobre as seções do MDB Jovem no Rio Grande do Sul³¹; a pesquisa de Katya Braghini sobre como a imprensa conservadora noticiava as mobilizações juvenis dos anos 1960-1970 no Brasil³²; o estudo de Leon Frederico Kaminski acerca do “estilo de viagem contracultural” de jovens dos anos 1970³³; e, por fim, a tese de Rafaela Mateus Freiberger sobre a juventude nos anos iniciais do Projeto Rondon³⁴. Além disso, há alguns estudos recentes sobre o movimento estudantil brasileiro analisados a partir da ótica da juventude de seus ativistas.³⁵

²⁶ MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968*. Campinas, SP: Papirus, 1987, p. 23-26.

²⁷ GROppo, Luís Antonio. *Juventude: ensaios sobre Sociologia e História das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000, p. 8.

²⁸ PAMPÓLS, Carles Feixa. *De jóvenes, bandas y tribus: antropología de la juventud*. Barcelona: Editorial Ariel, 1998, p. 18. Tradução livre do original: “‘tipos ideales’ que sirven para ordenar la heterogeneidad de los datos etnográficos e históricos.”

²⁹ LEVI, Giovanni e SCHMITT, Jean-Claude (org.). *História dos jovens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, v. 1: Da antiguidade à Era Moderna e LEVI, Giovanni e SCHMITT, Jean-Claude (org.). *História dos jovens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, v. 2: A época contemporânea.

³⁰ PRIORE, Mary del (org.). *História dos jovens no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

³¹ REIS, Eliana Tavares dos. *Juventude, intelectualidade e política: espaços de atuação e repertórios de mobilização no MDB dos anos 70*. 2001. Dissertação (Mestrado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

³² BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. *Juventude e pensamento conservador no Brasil*. São Paulo: EDUC/Fapesp, 2015.

³³ KAMINSKI, Leon Frederico. *A revolução das mochilas: contracultura e viagens no Brasil ditatorial*. 2018. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

³⁴ FREIBERGER, Rafaela Mateus Antunes dos Santos. “Integrar para não entregar”: *juventudes, Projeto Rondon e ditadura no Brasil (1967-1974)*. 2021. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

³⁵ Cf. os artigos reunidos em GROppo, Luís Antonio, FILHO, Michel Zaidane, MACHADO, Otávio Luiz (org.). *Juventude e movimento estudantil: ontem e hoje*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008. Cf. também

Diante desse cenário historiográfico, a construção conceitual desta pesquisa também demandou um diálogo com os estudos do campo da Sociologia da Juventude. Nele, há uma heterogeneidade de compreensões sobre a condição juvenil que apontam para a própria pluralidade dessa categoria social. Essas pesquisas incluem desde a perspectiva estrutural-funcionalista, atenta ao estudo da socialização por estar preocupada com o fenômeno da anomia a partir de uma ótica moral, até as chamadas teorias pós-críticas, que enfocam a juventude a partir dos fenômenos de fragmentação identitária.³⁶ Sem perder de vista esse amplo debate, adoto uma compreensão aberta desse grupo etário como uma condição configurada tanto historicamente – a partir da virada do século XIX para o XX – como socialmente – como uma condição provisória e relacional, intermediária entre a infância e a vida adulta.³⁷

A *juventude* é aqui analisada, portanto, como uma categoria social e não como um fenômeno universal e ahistórico, explicado a partir de argumentos biológicos. Enquanto uma construção histórica complexa, ela aparece ao mesmo tempo como experiência social e noção simbólica. A existência de uma condição juvenil – entendida como época limítrofe entre a vida dependente das crianças e a vida autônoma dos adultos, no caso da sociedade brasileira dos anos 1960 a 1980 – é fruto da própria construção cultural dos sujeitos históricos, sendo indexada como fase específica da vida social. Em concordância com Carles Feixa Pampóls, entendo que

para que a juventude exista, deve haver, por um lado, uma série de condições sociais (ou seja, normas, comportamentos e instituições que distinguem os jovens de outros grupos de idade) e, de outro, uma série de imagens culturais (isto é, valores, atributos e ritos associados especificamente aos jovens).³⁸

No Brasil do período da ditadura, nesse sentido, a delimitação da juventude como grupo social diferenciado associava-se a processos sociais e demográficos mais amplos, como a ampliação

SANTOS, Rafaela Mateus Antunes. *O outro lado da rua Maria Antônia: a atuação das juventudes de direita em 1960*. 2015. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

³⁶ Cf. CARDOSO, Ruth C. L e SAMPAIO, Helena M. Sant’Ana. Prefácio. In: CARDOSO, Ruth C. L e SAMPAIO, Helena M. Sant’Ana (org.). *Bibliografia sobre a juventude*. São Paulo: EDUSP, 1995, p. 11-34 e GROppo, Luís Antonio. *Introdução à Sociologia da Juventude*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2017.

³⁷ Baseio-me, portanto, no argumento do historiador francês Philippe Ariès segundo o qual a juventude como a compreendemos hoje inexistia antes da modernidade. A pesquisa de Ariès concentrou-se em uma análise terminológica e iconográfica sobre a Europa medieval, argumentando que não havia uma segregação por grupos de idade na educação ou na produção de imagens. ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016 [1960], p. 115. Sobre as críticas recebidas pelas reflexões de Philippe Ariès e suas respostas, cf. PAMPÓLS, Carles Feixa. *Op. citada*, 1998, p. 33-34.

³⁸ PAMPÓLS, Carles Feixa. *Op. citada*, 1998, p. 18. Tradução livre do original: “Para que exista la juventud, deben existir, por una parte, una serie de condiciones sociales (es decir, normas, comportamientos e instituciones que distinguan a los jóvenes de otros grupos de edad) y, por otra parte, una serie de imágenes culturales (es decir, valores, atributos y ritos asociados específicamente a los jóvenes).”

da população urbana em relação à rural, o crescimento geral da população brasileira, o aumento da escolaridade e as mudanças na composição da pirâmide etária.³⁹

Dessa forma, pesquisar a história das juventudes no contexto da ditadura militar brasileira demandou atenção às especificidades das formas como essa condição etária tem sido vivida e pensada na história do país. Como argumenta a socióloga Helena Abramo, a tematização da juventude no Brasil – seja pelo senso comum, seja pelos estudos acadêmicos – passou por mudanças significativas ao longo da segunda metade do século XX. Nos anos 1950, a juventude era tematizada como depositária do medo, como indicam as discussões públicas sobre a delinquência juvenil no momento em que o “ser jovem” emergiu como categoria social específica. Entre as décadas de 1960 e 1970, houve um processo de “reelaboração positiva” da juventude, por meio do qual os jovens brasileiros foram revestidos de expectativas de transformação política radical. Já nos anos 1980, os jovens se apresentavam e eram apresentados como o oposto patológico da geração anterior. O comportamento apático e os valores do consumismo e do individualismo eram entendidos como característicos da condição juvenil.⁴⁰ Ao levar em consideração a historicidade e a polissemia do conceito de *juventude*, minha intenção é, nesse sentido, analisar as próprias concepções culturais associadas aos jovens pelos sujeitos envolvidos nas políticas ditatoriais que enfocavam esse recorte etário.

Além de considerações conceituais, a problemática desta pesquisa demandou também algumas reflexões historiográficas. Por se tratar de período histórico recente, a ditadura militar foi, muitas vezes, analisada a partir do olhar epistemológico ou das categorias das Ciências Sociais – Sociologia e Ciência Política, em especial – e da memória coletiva. Em meio aos debates acadêmicos sobre o período – que, não raro, tem dialogado com a produção de conhecimento com estatutos diversos, como a justiça de transição, os usos públicos do passado ou a transformação da memória em produtos culturais – foram constituindo-se correntes de interpretação sobre o regime militar. A primeira delas iniciou-se ainda em fins da década de 1970 e aposta no par conceitual *repressão/resistência* para explicar a ditadura. Seus temas de

³⁹ LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. Mudanças sociais no período militar (1964-1985). In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 74, p. 77 e p. 83-84.

⁴⁰ ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, nº 5-6, mai.-ago. 1997, p. 30-31. Cf. também ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994, p. 38-46.

estudo privilegiados são o aparato repressivo, a tortura, a luta armada, o movimento estudantil de esquerda e as expressões artísticas de grupos opositores ao regime.

A partir dos anos 2000, contudo, têm se consolidado uma corrente historiográfica crítica a essas interpretações. Em diálogo com a historiografia internacional sobre atitudes sociais diante de regimes discricionários do século XX, esses historiadores passaram a problematizar a dicotomia entre Estado e sociedade que foi muitas vezes produzida pela memória social e incorporada pelos primeiros esforços de pesquisa que buscaram entender a ditadura. Temas como a adesão explícita ao regime militar, a acomodação diante de políticas ditatoriais⁴¹ e a desconstrução de narrativas de resistência sobre o período estão entre os privilegiados por essa segunda corrente historiográfica. Essa agenda de pesquisas é plural, mas busca, nas palavras seminais do historiador Daniel Aarão Reis Filho, “refletir um pouco mais sobre as raízes e os fundamentos históricos da ditadura militar, as complexas relações que se estabeleceram entre ela e a sociedade”.⁴²

Ao estudar a *cultura* – em sentido antropológico – dos participantes e elaboradores das políticas da ditadura direcionadas à juventude, estive em meu horizonte de preocupações produzir um afastamento das interpretações da ditadura militar brasileira que a enxergam exclusivamente sob a ótica da repressão, da imposição e do dissenso. Sem perder de vista o caráter ditatorial do regime, a intenção é compreender a ditadura como uma *produção social* – e, sobretudo, *cultural*. Em concordância com a argumentação das historiadoras Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat, meu objetivo é pensar “como os valores desse regime autoritário/ditatorial estavam presentes na sociedade e, assim, tal regime foi antes resultado da própria construção social.”⁴³ No entanto, adoto uma aproximação crítica diante dessa corrente interpretativa. Na contramão de muitos estudos que apostam em conceitos e teorias externos ao contexto em estudo, a intenção é dialogar com a Antropologia para interpretar os modos de perceber a ditadura e de construir significados para o seu repertório de ações voltadas à juventude sem subsumi-las integralmente em compreensões alheias. Parto do pressuposto de que há um distanciamento entre o passado (mesmo que recente) e o presente do historiador em

⁴¹ Os estudos sobre os comportamentos de acomodação diante da ditadura e de suas políticas, sem deixar de lado as atitudes de adesão e resistência diante do regime, desenvolveram-se especialmente a partir de MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 288-324.

⁴² REIS FILHO, Daniel Aarão Reis Filho. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002 [2000], p. 10. Cf. ROLLEMBERG, Denise. História, memória e verdade: em busca do universo dos homens. In: MACDOWELL, Cecília, TELES, Edson, TELES, Janaína de Almeida (org.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009, v. 2, p. 569-577.

⁴³ ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz. Apresentação: Memória, história e autoritarismos. In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz (org.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 14.

termos culturais, o que leva à necessidade de analisar com ferramentas intelectuais apropriadas a *cultura da política* no âmbito das relações entre juventudes e ditadura.

Como argumenta Marshall Sahlins, “se o passado é um país estrangeiro, ele também é outra cultura. *Autre temps, autre moeurs* [outros tempos, outros costumes]. E, se é outra cultura, descobri-la requer, então, alguma antropologia – o que sempre significa alguma comparação cultural.”⁴⁴ Sem subestimar que a compreensão de culturas do passado é o produto de uma relação estabelecida pela cultura do próprio historiador (seja ela antropológica ou historiográfica) a partir de um ponto de observação externo no tempo⁴⁵, busquei promover uma aproximação com essas noções culturais socialmente produzidas em experiências históricas pretéritas para dialogar com elas, interpretando-as e incluindo-as criticamente no debate historiográfico contemporâneo sobre a ditadura. De acordo com Clifford Geertz, trata-se de um exercício complexo de aproximação entre História e Antropologia na medida em que, se o passado é um país estrangeiro, outro país não é o passado como defendiam os antropólogos evolucionistas do século XIX.⁴⁶ As aproximações e os distanciamentos entre um historiador do século XXI, como sou, e os sujeitos históricos das décadas de 1960-1980 são diferentes daqueles existentes entre um antropólogo que estuda seus contemporâneos. Segundo o mesmo autor, “para a imaginação histórica, o ‘nós’ é um momento de uma genealogia cultural, e o ‘aqui’ é uma herança. Para a imaginação antropológica, o ‘nós’ é um verbete num dicionário geográfico cultural, e o ‘aqui’ é nossa casa.”⁴⁷

Nesse sentido, ao invés de buscar encaixar a atuação de jovens em programas como o Projeto Rondon na moldura da pouca capilaridade social de “regimes burocrático-autoritários”

⁴⁴ SAHLINS, Marshall. *História e cultura: apologias a Tucídides*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006 [2004], p. 10. Grifos no original e tradução livre do texto citado em francês pelo autor. A famosa frase “O passado é um país estrangeiro; lá, as coisas são feitas de maneira diferente” é citada por Sahlins a partir da epígrafe do romance *The Go-Between*, publicado pelo escritor britânico Leslie Poles Hartley em 1953. Por mais que reconheça a presença do passado ditatorial no tempo presente em uma visão não-linear de tempo, argumento que as *diferenças culturais* entre temporalidades distintas são, ao contrário do sugerido por Chris Lorenz, ainda assim relevantes. Cf. LORENZ, Chris. *Op. citada*, 2014, p. 51.

⁴⁵ *Idem.*, p. 12-13. Segundo Roy Wagner, em reflexão epistemológica sobre o campo da Antropologia, “o estudo da cultura é na verdade nossa cultura: opera por meio das nossas formas, cria em nossos termos, toma emprestados nossas palavras e conceitos para elaborar significados e nos recria mediante nossos esforços. Todo empreendimento antropológico situa-se portanto numa encruzilhada: pode escolher entre uma experiência aberta e de criatividade mútua, na qual a ‘cultura’ em geral é criada por meio das ‘culturas’ que criamos com o uso desse conceito, e uma imposição de nossas próprias concepções a outros povos. O passo crucial – que é simultaneamente ético e teórico – consiste em permanecer fiel às implicações de nossa presunção da cultura.” WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010 [1975], p. 68.

⁴⁶ Sobre o argumento de que sociedades contemporâneas ao mundo dito Ocidental seriam o seu “passado antropológico”, vestígios de seus “estágios evolutivos” anteriores, cf. os textos reunidos em CASTRO, Celso (org.). *Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

⁴⁷ GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001 [2000], p. 114.

– como poderia ser feito em estudos inspirados pela bibliografia da “transitologia”⁴⁸ –, objetivo compreender de que maneiras categorias culturais como *participação* e *engajamento* informavam a atuação de jovens nessas políticas. Ao invés de explicar a criação dos diretórios juvenis da Arena e do MDB caracterizando a ditadura militar como um regime de “liberalismo limitado”, busquei perguntar às fontes primárias quais sentidos os próprios participantes dessas ações atribuíam à sua atuação. Descobri, assim, a importância da socialização política e a elaboração de uma concepção de juventude entendida como continuidade – e não como ruptura – entre as gerações. No lugar de afirmar a existência de uma “zona cinzenta”⁴⁹ – nem colaboradora, nem resistente – nas relações entre juventudes e ditadura, busquei mapear o que pensavam os jovens que participavam de ações como a Operação Mauá, deparando-me com projetos de inserção profissional e com visões desenvolvimentistas que dialogavam (sem se confundir integralmente) com o projeto de Estado dos militares.

A proposta de análise da *cultura* das políticas ditatoriais voltadas à juventude preocupasse, nesse sentido, com os contextos particulares em que as atividades dos jovens e não jovens se desenrolavam em sua dimensão simbólica, de suas sensibilidades e identidades. Trata-se de investigar o que o antropólogo francês Daniel Cefaï definiu como as “gramáticas da vida pública às quais os atores devem conformar suas experiências e atividades a fim de fazer sentido”.⁵⁰ Nessa reflexão, categorias culturais como a ação política juvenil enquanto *participação* ou a juventude vivenciada como *poder jovem* são contextualizadas tendo como referência o cotidiano dos atores políticos e seus entendimentos veiculados em um conjunto variado de fontes. No processo conflitivo de sustentação dessas categorias, além disso, emergiam fórmulas culturais diversas. Algumas eram regras explícitas, como o Decreto-Lei 477. Outras eram máximas repetidas em diversas ocasiões, como a de que o jovem deveria fazer política nos partidos, não nas universidades. Outras, ainda, eram espaços institucionais, como as alas juvenis partidárias. Surgiram, também, reelaborações de sentido, que indicavam as

⁴⁸ Para uma apresentação ampla e consistente dessa perspectiva pelos seus próprios defensores, cf. COLLIER, David (org.). *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 [1980].

⁴⁹ O conceito de “zona cinzenta” foi, inicialmente, elaborado por Primo Levi – ele próprio um sobrevivente da perseguição nazista – para pensar a situação-limite dos campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial. Posteriormente, o termo foi deslocado por historiadores (Pierre Laborie, em especial) para analisar a França de Vichy e, mais recentemente, também para pensar as atitudes de grupos sociais diante da ditadura militar brasileira. Cf. LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004 [1986], p. 36 e p. 42; e LABORIE, Pierre. *Les Français des années trouble: de la guerre d’Espagne à la Libération*. 2ª ed. Paris: Desclée de Brouwer, 2003 [2001], p. 34-36.

⁵⁰ CEFAÏ, Daniel. *Expérience, culture et politique*. In: CEFAÏ, Daniel (org.). *Cultures politiques*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001, p. 94. Tradução livre do original: “grammaires de la vie publique auxquelles les acteurs doivent conformer leurs expériences et leurs activités pour faire sens.”

metamorfoses às quais essas categorias culturais foram submetidas a partir do campo da ação política.

Por fim, a problemática que proponho para esta tese demanda algumas reflexões metodológicas. Quais as possibilidades e desafios que o estudo da *cultura* em sentido antropológico oferece à “operação historiográfica”? Como interpretar os indícios documentais produzidos no âmbito das experiências humanas no tempo – prática que, dentre outras, caracteriza o trabalho de historiadores – a partir de um diálogo com o entendimento antropológico? À primeira vista, os distanciamentos metodológicos entre História e Antropologia são grandes. Enquanto antropólogos trabalham em diálogo com seus interlocutores vivos em pesquisas de campo, o historiador lida com fragmentos documentais no arquivo. Por mais que possa haver sobreposições – historiadores que conversam com seus interlocutores, como na metodologia da história oral, ou antropólogos que fazem pesquisa de arquivo⁵¹ –, há diferenças importantes. Mas há aproximações, dentre as quais o fato de o historiador, assim como o antropólogo, lidar com dados de cultura que, portanto, exigem uma leitura atenta. Como argumenta Michel de Certeau, o historiador opera um deslocamento na articulação natureza/cultura na medida em que “trabalha sobre um material para transformá-lo em história”. Para ele, o historiador converte “as matérias-primas (uma informação primária) em produtos *standard* (informação secundária), transporta-o de uma região da cultura (as ‘curiosidades’, os arquivos, as coleções etc.) a uma outra (a história)”. O historiador não apenas traduz uma linguagem cultural (produções sociais) em outra (objetos da história). Ele, segundo de Certeau, “pode transformar em cultura os elementos que extrai de campos culturais”.⁵²

Às questões recorrentes no trabalho de crítica documental, como aquelas sobre as condições de produção da fonte histórica ou sobre o contexto temporal em que ela foi produzida, o objetivo aqui é adicionar perguntas sobre os entendimentos, formas de perceber e códigos culturais que os documentos nos permitem entrever. Nesse sentido, minha proposta foi a de adotar uma abordagem qualitativa dos documentos na tentativa de fazer uma “descrição densa” das estruturas de significado que aparecem nas fontes históricas, interpretando-as também como indícios de cultura. Mais uma vez segundo Clifford Geertz, trata-se de “descobrir

⁵¹ Sobre as possibilidades de uma etnografia das fontes de arquivo dentro da própria Antropologia, cf., por exemplo, FREHSE, Fraya. Os informantes que jornais e fotografias revelam: para uma etnografia da civilidade nas ruas do passado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 36, jul.-dez. 2005, p. 131-156.

⁵² CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (dir.). *História: novos problemas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979 [1974], p. 29-30.

as estruturas conceituais que informam os atos dos nossos sujeitos, o ‘dito’ no discurso social, e construir um sistema de análise em cujos termos o que é genérico a essas estruturas, o que pertence a elas porque são o que são, se destacam contra outros determinantes do comportamento humano.”⁵³ No trabalho de leitura e interpretação dessas fontes, portanto, o objetivo foi duplo: localizar as suas condições de produção e, ao mesmo tempo, buscar compreender o sentido das formas culturais nelas expressas em relação a sua temporalidade particular. Nesse sentido, interpretar a documentação primária a partir da perspectiva epistemológica da Antropologia significou tratar as informações de arquivo sobre as políticas da ditadura voltadas à juventude do ponto de vista analítico, não do ponto de vista normativo.

O *corpus* documental desta pesquisa foi construído a partir da pesquisa em acervos depositados em diferentes instituições e disponibilizados de forma presencial ou remota. Em termos de tipologia documental, ele poderia ser dividido em cinco conjuntos de fontes. Primeiro, os documentos jornalísticos. Trata-se de reportagens, notícias, crônicas, charges, artigos de opinião e editoriais publicados em jornais e revistas tanto da imprensa comercial como de periódicos alternativos. O acesso a esse material foi facilitado pelas hemerotecas digitais. Elas possibilitaram a pesquisa em periódicos comerciais com linhas editoriais tão diversas como o *Correio da Manhã*, jornal crítico ao regime entre 1964-1968 que sofreu intensamente com a censura até ser fechado em 1974, e *O Globo*, empresa de comunicação de Roberto Marinho que manteve o seu apoio ao regime durante todo o período estudado. A lista completa de periódicos pesquisados encontra-se ao final do trabalho, na seção Referências.

A segunda tipologia documental é composta por documentos produzidos no âmbito das políticas da ditadura para a juventude. Trata-se de periódicos oficiais, como as revistas *Opema: em ritmo de Brasil Jovem* ou *Rondon*, mas também de ofícios, relatórios, cartas, panfletos, manifestos partidários e publicações impressas. Grande parte dessa documentação foi encontrada no fundo do Diretório Nacional da Arena, depositado na Fundação Getúlio Vargas; no fundo documental sobre o Projeto Rondon⁵⁴, depositado no Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); e no Arquivo Nacional, tendo em

⁵³ GEERTZ, Clifford. *Op. citada*. 2015 [1973], p. 19.

⁵⁴ Apesar de insistentes tentativas desde 2012, inclusive através do Serviço de Informação ao Cidadão da Controladoria Geral da União a partir da Lei nº 12.527/2011, não consegui acessar de forma sistemática o fundo documental da Fundação Projeto Rondon, hoje sob a guarda do Serviço de Gestão Documental (Sedoc) da Fundação Nacional do Índio (Funai). O acesso foi negado várias vezes com as justificativas de que a documentação não se relaciona à atividade indigenista, de que haveria uma negociação para a sua transferência para o Arquivo Nacional e de que ela estaria em processamento técnico. Já nos momentos finais da elaboração deste trabalho, em dezembro de 2021, consegui acesso a uma parte pouco significativa da documentação até que os funcionários do Sedoc/Funai pararam de responder aos meus contatos. Na tentativa de contornar essa situação, decidi investir no levantamento de um amplo conjunto de fontes sobre o Projeto Rondon produzidas em outras instâncias e depositadas em outras instituições.

vista que os órgãos de informação do regime recolhiam boletins, relatórios e outros documentos produzidos pelos sujeitos envolvidos com o Projeto Rondon, a Operação Mauá e as alas juvenis dos partidos.

A terceira tipologia é composta justamente pelas fontes produzidas pelo amplo sistema de segurança e informação da ditadura – ou seja, os chamados “arquivos da repressão” que possuíam uma intenção persecutória. Por meio de informes, processos, fichas de antecedentes políticos e relatórios variados, foi possível não apenas diversificar o mapeamento dos sentidos dessas políticas, incluindo ao debate os pontos de vista dos agentes policiais, como também encontrar declarações dos próprios jovens que participavam dessas ações. O quarto conjunto de documentos analisados é composto por publicações do mercado editorial das décadas de 1960 e 1970. Dessa tipologia são exemplos livros como *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*, de Arthur José Poerner (que analiso no Capítulo I) e *A juventude: participação ou omissão*, do então membro da Arena Jovem Armando Delmanto. Por fim, o quinto conjunto de documentos consiste em discursos, apartes e debates dos parlamentares da Arena e do MDB, publicados no *Diário do Congresso Nacional*.

Mobilizar um conjunto tão amplo de fontes documentais me impôs muitos desafios. Um deles se relaciona ao volume de trabalho requerido pela adoção de uma metodologia qualitativa diante da ampla disponibilização quantitativa de fontes de informação por meios digitais, com indexação possibilitada pela técnica de *Optical Character Recognition* (OCR). Para manejar esse material de forma a identificar as categorias culturais (ou as “gramáticas públicas”, na definição já citada de Daniel Cefaï) relevantes para os atores envolvidos com as políticas da ditadura para a juventude, adotei um procedimento que tento sumarizar a seguir. Primeiro, realizei a busca por termos exatos específicos (Projeto Rondon, Operação Mauá, Arena Jovem, MDB Jovem e poder jovem, por exemplo) nas bases de pesquisa, fossem elas acessíveis de forma presencial ou remota. Depois, fiz uma primeira leitura desse material bruto para, em seguida, realizar o tratamento dos dados levantados com a produção de uma tabulação por afinidade temática. Em novas leituras das fontes, agora reunidas por proximidade temática, consegui identificar, por exemplo, a recorrência da noção de *participação* para qualificar a ação política juvenil e sua correlação com a expectativa de continuidade geracional, que analiso no Capítulo III. A partir desse procedimento, fui construindo a estrutura do trabalho e seus principais eixos de análise.

Talvez o maior dos desafios metodológicos impostos por esta pesquisa, contudo, seja de ordem menos prática e mais interpretativa: escapar a uma abordagem historiográfica tradicional, tributária dos princípios de leitura e interpretação documental estabelecidos pelo

paradigma dito “positivista” no século XIX. Nesse modo de lidar com as fontes históricas, caberia aos historiadores proceder uma crítica aos documentos que estabelecesse sua fidedignidade aos fatos e seu valor de prova. Além disso, essa perspectiva pressupõe uma hierarquização rígida entre as fontes: haveria documentos mais ou menos confiáveis, mais ou menos relevantes, mais ou menos representativos. Seria possível dessa forma, sempre segundo esse paradigma, estabelecer um julgamento de valor sobre o material recolhido em arquivo que definisse critérios de confiabilidade para os documentos.

Ao contrário, a partir dos referenciais teóricos e epistemológicos construídos por meio do diálogo entre História e Antropologia, minha proposta nesta pesquisa é tratar as fontes documentais como “pontos de vista” culturais, ainda que inscritos em relações de poder, sobre os processos analisados. Nesse sentido, adotei um método de contextualização – ao mesmo tempo narrativo e analítico – que Clifford Geertz nomeou como “descrição densa”. Por meio dele, meu objetivo foi o de localizar as fontes históricas em seu contexto de significação cultural, capturando formas de pensar, motivações e significados com riqueza de detalhes que possibilitem a interpretação das ações dos sujeitos históricos no âmbito das políticas voltadas à juventude no Brasil ditatorial. Como argumenta o historiador inglês Lawrence Stone, esse procedimento antropológico “tem ensinado como sistemas sociais inteiros e conjuntos de valores podem ser esclarecidos de maneira brilhante pelo método acurado de registrar em detalhes um único acontecimento, desde que seja muito cuidadosamente contextualizado e analisado em seu sentido cultural.” Historiadores em geral não podem contar com cadernos de campo e câmeras filmadoras, alerta ainda Stone, mas podem “visualizar a nuvem de testemunhas que nos conta como era estar ali.”⁵⁵

Escolher o título e o subtítulo de uma pesquisa que tomou grande parte do meu tempo nos últimos cinco anos se mostrou uma tarefa incrivelmente desafiadora. Gostaria de encontrar uma fórmula que chamasse a atenção não apenas para o escopo mais amplo dessa empreitada intelectual, mas também que fosse capaz de sintetizar, de alguma maneira, o argumento central da tese. Após várias possibilidades, decidi pegar emprestada uma frase que figurou num dos editoriais do *Jornal do Brasil* sobre o tema da juventude e das políticas de Estado voltadas a esse grupo de idade. O trecho, como citado na epígrafe desta Introdução, afirmava: “*Somos um*

⁵⁵ STONE, Lawrence. O retorno da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. In: NOVAIS, Fernando Antônio e SILVA, Rogério Forastieri da (org.). *Nova história em perspectiva*. v. 2. São Paulo: Cosac Naify, 2013 [1979], p. 22 e p. 23, respectivamente.

país de jovens. Nossa composição demográfica assume a forma de um equilátero cuja base é preenchida, até quase a metade da altura, por brasileiros de menos de 30 anos.”⁵⁶ Publicado em uma edição de domingo, em 9 de abril de 1972, esse texto produzido pelo corpo editorial do *JB* prospectava ações e consequências para um dado populacional cuja percepção ficou cada vez mais clara justamente na virada dos anos 1960 para a década de 1970: o de que o Brasil era um país majoritariamente de jovens, em termos quantitativos. A partir dessa constatação, grupos políticos diversos buscaram criar ações estatais específicas visando disciplinar e possibilitar a *participação* subordinada dos jovens brasileiros. Duas delas – o Projeto Rondon e os diretórios juvenis da Arena e do MDB – foram citadas no editorial, mas havia ainda a Operação Mauá. Esses programas, surgidos e institucionalizados entre 1967-1969, compunham um repertório de políticas cujos sentidos culturais busquei analisar. Por isso (e para acentuar, ainda mais uma vez, o olhar epistemológico que proponho em diálogo com a Antropologia), escolhi como subtítulo para o trabalho: “a cultura das políticas da ditadura militar brasileira para a juventude”.

Esta tese de doutorado está estruturada em três partes de dois capítulos cada. Na primeira, busco analisar como o repertório de políticas da ditadura voltado aos jovens se estruturou durante um contexto de emergência transnacional da juventude como sujeito político disruptivo, em fins da década de 1960. No Capítulo I, examino fontes jornalísticas, publicações impressas e documentos dos acervos da repressão com o objetivo de mapear os diversos sentidos que a categoria cultural de *poder jovem* adquiriu entre os anos de 1967-1969. No Capítulo II, procuro realizar, a partir da interpretação de um conjunto de fontes igualmente variado, um mapeamento analítico das três ações do Estado voltadas aos jovens e surgidas nessa mesma conjuntura: o Projeto Rondon, a Operação Mauá e os diretórios juvenis dos partidos (Arena Jovem e MDB Jovem). Estabelecendo uma conexão entre os dois capítulos da Parte I está o argumento de que as ações do regime militar voltadas aos jovens responderam, de maneiras distintas, aos desafios colocados pela juventude metonimizada em *poder jovem*. Elas configuravam, dessa forma, os “contrários” aos quais o título dessa parte do trabalho se refere.

A segunda parte da tese é dedicada à análise da ação política juvenil nos programas da ditadura para os jovens. No Capítulo III, analiso a categoria cultural de *participação* tal qual prescrita pela ditadura. Essa noção foi mobilizada para revestir de sentidos simbólicos uma modalidade de ação política vivenciada em atividades diversas, como operações assistencialistas, estágios, viagens de estudo, cursos de formação de liderança, encontros com autoridades, ciclos de palestras, conferências etc. A *participação* desdobrava-se em algumas

⁵⁶ Integrar a juventude. *Jornal do Brasil*, domingo e segunda-feira, 9 e 10 abr. 1972, 1º Caderno, p. 6. Grifos meus.

fórmulas culturais importantes, que também busco caracterizar nesse capítulo: a sua dimensão subordinada; a sua relação com a *responsabilidade* dos jovens e a possibilidade de mitigar as críticas ao regime; e a tentativa de estabelecer uma relação intergeracional caracterizada pela continuidade, não pelo conflito. Na sequência, no Capítulo IV, analiso como a ação política juvenil “prescrita” como *participação* foi “performada” pelos jovens. A análise desse processo dialoga com o que Marshall Sahlins denominou de “reavaliação funcional das categorias”⁵⁷, responsável pela atribuição de uma diversidade de conotações à *participação*. Conectando os dois capítulos da Parte II, está o esforço em reconhecer as particularidades culturais da ação política conservadora nos programas voltados à juventude tendo em vista suas diferenciações com formas largamente aceitas de compreender a própria política – sendo o *engajamento* a mais importante delas.

Por fim, na terceira parte da tese reflito sobre a própria *juventude* enquanto uma categoria cultural elaborada e reelaborada no contexto do Brasil ditatorial. A partir das concepções que aparecem nas fontes de arquivo, busco analisar, no Capítulo V, as tentativas de estabelecer fronteiras precisas para a condição juvenil no âmbito dos programas estatais. Nesse sentido, as ambiguidades das percepções sobre os comportamentos associados aos jovens e suas relações com a mudança social; as tentativas de canalizar subjetividades associadas à juventude, seja em um ponto de vista biológico, filosófico ou psicogenético; e o caráter arbitrário dos marcos demográficos e de idade para a definição do ser jovem ganharam protagonismo. No Capítulo VI, dialogo com os estudos que apontam a questão das *diferenças* que atravessam a juventude para problematizar duas dimensões da condição juvenil que emergiram entre os jovens participantes do Projeto Rondon, da Operação Mauá e dos diretórios juvenis partidários: a de gênero e a de classe. Tratavam-se de atributos da condição juvenil com os quais as políticas do regime lidaram sem que houvessem, inicialmente, previsto.

Via de regra, optei por manter a grafia original das fontes documentais citadas ao longo do texto com a indicação, quando necessário, dos erros com a expressão “*sic*” (*sic erat scriptum*, em latim, ou “assim estava escrito”), entre colchetes, para os casos de incorreções flagrantes. Além disso, outras padronizações foram utilizadas. Nos casos dos acrônimos do nome do partido de sustentação da ditadura, a Aliança Renovadora Nacional, e da Operação Mauá, optei por sempre escrevê-los como um substantivo próprio (Arena e Opema, respectivamente), exceto nos casos em que os autores da própria fonte documental redigiram o nome da agremiação ou do programa do Ministério dos Transportes em caixa alta. Como a proposta

⁵⁷ SAHLINS, Marshall. *Op. citada*, 2011 [1985], p. 10.

desta pesquisa é identificar, analisar e cotejar criticamente as concepções “nativas” dos anos 1960-1980, muitas vezes categorias de época como *poder jovem*, *participação* ou *engajamento* aparecem ao longo da narrativa. Para indicar uma atenção particular a essa complexidade semântica e simbólica (enfim: cultural, em sentido antropológico), optei por grafar essas palavras em itálico.

Com essa caixa de ferramentas (epistemológicas, mas também teórico-metodológicas) em mãos e as questões configuradas pelo tempo presente em mente, convido o/a leitor/a a trilhar os caminhos e conflitos derivados da constatação de que “somos um país de jovens”.

Parte I

O poder jovem e
os seus contrários

Capítulo I

A condição juvenil vivenciada como *poder jovem*: a emergência da juventude como sujeito político no Brasil dos anos 1960

Êsse *poder jovem*, que está sendo proclamado com ênfase em cabeleiras arborescentes, saias sintéticas, costeletas vitorianas, barbichas do Oeste de Minas, fardas de almirante, botinhas para proteção contra os pantanais do Mato Grosso em Ipanema e neve de verão no Leblon, guitarras elétricas, filmes, alucinógenos, pílulas e tal e coisa, êsse poder nôvo assumirá mesmo plenos podêres, num país cada vêz mais habitado por jovens, ou tornará simples poder a mais, entre os muitos constituídos que nos governam?

Carlos Drummond de Andrade, em artigo publicado no jornal *Correio da Manhã* em 13 de janeiro de 1968.¹

O que quer o chamado *poder jovem*, como antítese do poder velho, é a afirmação do predomínio de sua liderança e a imediata participação na vida política de cada Nação.

Tarso Dutra, ministro da Educação e Cultura, durante sessão do Conselho de Segurança Nacional em 16 de julho de 1968.²

¹ ANDRADE, Carlos Drummond de. Tantos podêres, meu Deus. *Correio da Manhã*, sábado, 13 jan. 1968, 2º Caderno, p. 1. Grifos meus.

² Ata da quadragésima primeira sessão do Conselho de Segurança Nacional, 16 de julho de 1968, p. 3. *Arquivo Nacional*, Fundo: Conselho de Segurança Nacional, BR_DFANBSB_N8_0_ATA_0004_d0001de0001. Grifos meus.

A segunda metade da década de 1960 foi caracterizada por um processo transnacional de emergência da juventude como sujeito político disruptivo, como grupo privilegiado de ou para o consumo e como personagem dotada de direitos. Em diferentes partes do mundo, ser ou parecer jovem passou a ser um valor almejado, desejado e comercializado. Autores de diferentes posicionamentos políticos e historiográficos reafirmam a abrangência desse processo. O historiador Eric Hobsbawm caracteriza os anos 1960 como um período em que a juventude se tornou “um agente social independente”, o que, em sua perspectiva, era o resultado da expansão da urbanização, do crescimento da classe média e do aumento do contingente de universitários no pós-Segunda Guerra Mundial. Para o autor, os jovens foram os principais responsáveis pela radicalização política do período. Esse processo teria criado uma “cultura juvenil” caracterizada por três fatores. Primeiro, pela imagem de que a juventude era, a um só tempo, um “estágio preparatório para a vida adulta” e “o estágio final do pleno desenvolvimento humano”. Segundo, pela produção de conflitos entre as gerações e suas tecnologias. Por fim, pelo internacionalismo da cultura juvenil em sua acepção artística, apesar de uma presença hegemônica daquilo que era produzido nos EUA.³

O historiador Tony Judt, por sua vez, defende que “a geração dos anos [19]60 via um mundo novo e *jovem*”. O autor argumenta que, nesse contexto, a condição juvenil passou a ser vivenciada mais do que como um marcador diferencial entre os grupos de idade, como era vista desde que essa concepção etária foi criada em fins do século XIX. Por volta de 1965, ainda conforme Judt, “havia programas de rádio e TV, revistas, lojas, produtos e indústria inteira e exclusivamente voltadas para os jovens, e dependentes do apoio da juventude.”⁴ Avaliando esse processo com ótica fatalista, entretanto, Judt afirma que a ideia de que os jovens iriam mudar o mundo não passava de uma ilusão de época. Para ele, a crítica radical à “gerontocracia”, isto é, ao poder das gerações mais velhas, personificado por políticos como Charles de Gaulle, então presidente da França, ou Nikita Khrushchov, à época primeiro-ministro da União Soviética, não ofereceria alternativa viável. De qualquer forma, o autor reconhece que a juventude se tornou uma categoria fundamental para a compreensão das relações sociais, políticas e culturais em diferentes realidades nacionais nesse contexto.

Não que inexistissem processos de politização da juventude em momentos históricos anteriores, como, por exemplo, no período das duas guerras mundiais. Os *boy scouts* de Baden-

³ HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 [1994], p. 318-321.

⁴ JUDT, Tony. *Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005, p. 401. Grifos do autor.

Powell, que pretendia “salvar os jovens do comunismo e da depravação moral”, e o enquadramento nazifascista dos jovens em organizações paramilitares, como na Juventude Hitlerista, talvez sejam os casos mais emblemáticos. Mas, como argumenta o antropólogo Carles Feixa Pampóls, a segunda metade do século vivenciou a “irrupção da juventude, já não mais como sujeito passivo e, sim, como ator protagonista da cena pública.”⁵ Esse fenômeno, que chegou a ser nomeado, à época, como a “juvenilização da sociedade”, foi possível devido a um conjunto de características particulares desse período. Feixa Pampóls aponta a prosperidade econômica do pós-guerra, que possibilitou aos jovens o acesso a políticas de bem-estar; a crise da autoridade patriarcal; o nascimento do mercado jovem; a emergência dos meios de comunicação, que popularizaram a cultura juvenil; e a modernização dos costumes como as modificações que possibilitaram a emergência da rebeldia política dos jovens.

O Brasil dos anos 1960 também vivenciou esse processo de eclosão da juventude como sujeito, tanto antes quanto depois do golpe civil-militar de 1964. Marialice Foracchi, uma das primeiras cientistas sociais brasileiras a eleger a condição juvenil como tema de suas pesquisas, publicou em 1972 uma reflexão seminal do campo da Sociologia da Juventude – o livro *A juventude na sociedade moderna* – em que busca analisar esse fenômeno.⁶ Foracchi delimitava a sua problemática a partir dos eventos então recentes, de efervescência do movimento estudantil brasileiro em 1968, para argumentar que a “rebelião da juventude” era a principal expressão da forma como a crise da “sociedade moderna” recaía sob os jovens. A juventude seria uma categoria particularmente sensível aos conflitos mais amplos da sociedade, em um processo que progredia da esfera familiar à societal. Em um primeiro momento, argumentava a socióloga, o jovem interpretava essa crise em termos de busca da sua identidade e do “conflito de gerações”. Esse conjunto inicial de questionamentos era sucedido por um deslocamento da contestação juvenil, que se dirigia, então, “para o núcleo dessa ordem normativa, ou seja, para o sistema, como tal.” Da forma como eram percebidas pelos jovens, as tensões sociais características da “sociedade moderna” levavam à contestação do mundo criado pelos adultos, compreendidos como os “porta-vozes da sociedade”.⁷

Marialice Foracchi demarcava com precisão o recorte de juventude que estava em seu horizonte de análise. Tratava-se daqueles jovens que pertenciam às classes médias urbanas,

⁵ PAMPÓLS, Carles Feixa. *Op. citada*, 1998, p. 41. Tradução livre do original: “la irrupción de la juventud, ya no como sujeto pasivo sino como actor protagonista en la escena pública”.

⁶ Para uma revisão crítica da contribuição de Marialice Foracchi para o estabelecimento do campo da Sociologia da Juventude no Brasil, cf. AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Retomada de um legado: Marialice Foracchi e a sociologia da juventude. *Tempo social*, v. 17, nov. 2005, p. 11-33.

⁷ FORACCHI, Marialice M. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1972, p. 11-12 e p. 21-23, respectivamente.

com acesso à formação universitária e que contavam com um período de dependência econômica dos pais para concluir a sua formação profissional. Por isso, o movimento estudantil nas universidades era compreendido pela autora como a expressão mais acabada da radicalização política da juventude. Mais significativo, contudo, é o argumento de Foracchi segundo o qual é nesse processo que ocorre o aparecimento da juventude como categoria social (e política, pode-se acrescentar). Apesar de a autora não datar esse fenômeno, é provável que ela tinha como referência a década de 1960. Segundo Foracchi, “a noção de juventude impõe-se como categoria histórica e social, no momento em que se afirma como produto histórico, isto é, como movimento de juventude.” Aconteceria, nesse contexto, o surgimento de um movimento juvenil que advogava por certo “estilo de vida” específico e que permitiria o questionamento sobre o que a autora denomina de “significado de uma *consciência jovem*, expressão dos conflitos e tensões que se desenvolvem no sistema e que são extravasados nos movimentos de juventude.”⁸

Apesar do caráter transnacional desse processo que revestiu a condição juvenil de novas potencialidades e que se manifestou, nos anos 1960, em países tão diversos como França, Estados Unidos, China e Argentina, havia também particularidades locais. No caso específico do Brasil, o processo de aparecimento da juventude como um sujeito ao mesmo tempo político e disruptivo foi dotado de significados simbólicos que eram sintetizados pela categoria cultural de *poder jovem*. Em torno de ou como reação à juventude vivenciada como *poder jovem* – condição estabelecida em fins da década de 1960 e reinventada inúmeras vezes em momentos posteriores pela historiografia, pela memória e pela opinião pública –, foram formulados elementos normativos sobre a ação política dos jovens. Suas várias conotações “nativas” configuraram um campo de disputas que envolveu sujeitos históricos dos mais diversos, de estudantes universitários a jornalistas, agentes da repressão, membros do clero católico, artistas, editores, militares, parlamentares e ministros de Estado. Elas também indicavam o caráter polissêmico dessa acepção cultural, que foi mobilizada para pensar temas diversos como a modernização econômica, a democratização política, a mudança social, o fim das hierarquias entre as gerações ou – até mesmo – a própria condição juvenil.

A perspectiva de a juventude tomar o poder e, a partir daí, renovar radicalmente as práticas comportamentais e políticas mais amplas emergiu como uma categoria cultural fundamental para que parte significativa dos brasileiros e brasileiras conferissem sentido às suas experiências políticas, entre 1967 e 1969. Dessa forma, a juventude era pensada como uma

⁸ FORACCHI, Marialice M. *Op. citada*, 1972, p. 12. Grifos da autora.

condição política e não apenas como um grupo etário. Apesar do risco de exagerar o ineditismo desse fenômeno, de fato é apenas a partir desse breve interregno de tempo que a expressão *poder jovem* entra para o vocabulário político e cultural da grande imprensa.⁹ Ela também passou a estar presente no mercado editorial, na nascente televisão, nos debates entre as esquerdas e nas diversas instâncias estatais já em processo de reconfiguração após o golpe de 1964 – como a censura às diversões públicas, a política educacional ou a elaboração, por diferentes pastas ministeriais, de políticas especialmente voltadas para a juventude, como analiso no Capítulo II. O *poder jovem* era uma figura de retórica, mas era também mais do que isso. Ele sintetizava uma série de instruções culturais acerca dos grupos de idade por meio das quais jovens e não jovens experimentavam a política como arena de conflitos em meio ao contexto da ditadura militar.

O poder da juventude, entretanto, era valorado com sinais contrários, a depender tanto dos sujeitos históricos que o avaliavam (se parte da base social de apoio da ditadura ou não, se aderentes à revolução comportamental ou não) como da conjuntura em que esses julgamentos eram enunciados. Apreciações positivas sobre o *poder jovem* são bem conhecidas, como indica a recepção majoritariamente favorável e elogiosa ao livro *O poder jovem*, de Arthur José Poerner, publicado em julho de 1968. Mas as negativas nem tanto. Para citar apenas uma, basta lembrar a avaliação do escritor Nelson Rodrigues – um “reacionário” convicto, que apoiou a ditadura e nem por isso deixou de ver suas peças de teatro e livros censurados em nome da defesa da “moral e dos bons costumes” – ainda em 1968. Em artigo publicado na coluna que escrevia para o jornal *O Globo* e significativamente intitulado “O poder jovem começou com uma bofetada consentida”, o articulista colocava em dúvida os dados estatísticos que atribuíam um caráter demográfico majoritariamente jovem à população brasileira. Recorrendo ao tom cáustico que o consagraria, Rodrigues afirmava também que “o jovem é [...] o ser humano, com suas fragilidades, os seus méritos, as suas tentações e com a inevitável, obrigatória dimensão do canalha. O môço tem os defeitos de qualquer um e mais êste: – a imaturidade.”¹⁰ Ou seja, na avaliação do escritor nada conferia à condição juvenil um aspecto particular ou excepcional que garantisse aos jovens, simplesmente pelo fator de idade, uma posição privilegiada nas relações políticas. O *poder jovem*, ao contrário, era caracterizado por Nelson Rodrigues como

⁹ Nas hemerotecas utilizadas para a composição do banco de dados desta pesquisa (a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, na qual foram consultadas as edições de *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *O Jornal*, *Jornal dos Sports*, *O Sol*, *Tribuna da Imprensa*, *Diário de Notícias* e as edições semanais de *Manchete* e *Realidade*, além dos acervos digitais da *Folha de S. Paulo*, *Veja* e *O Globo*), a busca pelo termo exato “poder jovem” só retorna resultados a partir de novembro de 1967.

¹⁰ RODRIGUES, Nelson. Capítulo CXXXVI: O poder jovem começou numa bofetada consentida. *O Globo*, Coluna “As confissões de Nelson Rodrigues”, segunda-feira, 3 jun. 1968, Vespertina, Geral, p. 2.

“imaturo”, em conotação que deslegitimava a ação política juvenil aproximando-a à infantilidade e à ausência do pleno desenvolvimento.

A concepção de *poder jovem*, contudo, não foi a primeira forma de perceber, vivenciar e pensar a condição juvenil surgida no Brasil ao longo da década de 1960. Mas o conjunto de valores e normas particulares conferido ao grupo de idade “juventude” por meio do recurso à estrutura de significado *poder jovem* destacava-se tanto na diacronia como na sincronia, em especial por seu caráter explicitamente político. Ele era diferente, por exemplo, das formas de viver, perceber e classificar a conduta de jovens próprias à Jovem Guarda, surgida pouco tempo antes, por volta de 1965. Por meio da Jovem Guarda, um movimento artístico e comportamental protagonizado por jovens das classes médias baixas urbanas e por nomes como Roberto Carlos, Erasmo Carlos e Wanderléa, a nascente indústria nacional do entretenimento explorou à exaustão os anseios e experiências de parte da juventude brasileira do período. Esse processo se dava através de canções, revistas de variedades, um programa de TV ou de outros produtos culturais. Ser jovem era central para o movimento: uma juventude moderna e *prafrentex* – como se dizia à época –, o que incluía hábitos, linguagem e uma estética própria.

Os temas tratados pelas letras das canções da Jovem Guarda expressavam as subjetividades dessa parcela de jovens, ao mesmo tempo em que passaram a criar estereótipos e modelos de comportamento. Eles eram variados. Incluía, por um lado, a sociabilidade juvenil e seus hábitos de consumo. Dele era exemplo a canção “O calhambeque”, de 1966, em que Roberto Carlos narra os desencontros entre o seu amor por carros e as suas conquistas amorosas. Mas abrangiam, por outro lado, pequenas subversões das normas e expectativas sociais direcionadas aos jovens. Nesse caso, um dos exemplos é a canção “Vem quente que eu estou fervendo”, de 1967, na qual Erasmo Carlos canta, em tom provocativo, sobre um relacionamento amoroso que está entre o instinto sexual e a paixão incontrolável, ambos nem um pouco comportados. Nesse sentido, o repertório da Jovem Guarda se traduzia em um debate sobre como compreender aqueles que se identificavam com o movimento: como bons moços ou como rebeldes? Além disso, a juventude que se compreendia como *poder jovem*, a partir de 1967, acusava a Jovem Guarda de alienada aos assuntos políticos e submissa ao imperialismo norte-americano.

Como argumentam os historiadores Ana Barbara Aparecida Pederiva e Paulo de Tarso Medeiros, as canções da Jovem Guarda e a forma de pensar ou viver a juventude associada a esse movimento artístico guardavam uma dimensão dúbia. De um lado, reafirmavam a busca do prazer descompromissado e da ascensão social dentro do cotidiano das grandes cidades. Aderiam de forma ingênua ao consumo fácil e reproduziam estereótipos de gênero. Por outro

lado, entretanto, expressavam uma postura de ruptura com algumas regras de comportamento tradicionais, em especial quando o assunto eram os relacionamentos amorosos, os modos de se vestir ou os hábitos de consumo. Esse corte com as expectativas sociais se processava por certo “distanciamento romântico”, instrumento que viabilizava a expressão de sentimentos que, de outra forma, não viriam a público. Ambos autores também reafirmam o fato de que as canções da Jovem Guarda falavam a partir das vivências efetivas dos jovens e expressavam os projetos, anseios e sentimentos de parcela significativa da juventude nos anos 1960.¹¹ Nesse sentido, a aceção de juventude produzida e expressada por esse movimento artístico era uma forte concepção cultural sobre a condição juvenil. No Brasil da segunda metade da década de 1960, ela disputava espaço com outras modalidades de vivência da juventude, dentre as quais a de *poder jovem* ganharia importante protagonismo ao habilitar esse grupo etário à condição de sujeito político por excelência.

A possível rebeldia da Jovem Guarda, contudo, não se confundia com aquela implícita na categoria de *poder jovem*. O propósito revolucionário, tal como entendido pela tradição da esquerda marxista, limitava-se à referência utilizada para o nome de batismo do movimento musical. Segundo narra o crítico musical Marcelo Froés, o rótulo publicitário do ritmo inspirado pelo *rock and roll* norte-americano e que explorava o cotidiano de festas e namoros de parcela da juventude foi dado pelo produtor musical Carlito Maia. A inspiração veio de uma frase encontrada nos escritos do bolchevique Vladimir Lênin: “O futuro pertence à jovem guarda porque a velha está ultrapassada”.¹² Mas não era à superação de uma ordem política tida como atrasada, nem ao surgimento do chamado “homem novo” que a Jovem Guarda se dedicou. Ao contrário, os compositores, artistas e fãs desse movimento vivenciavam e pensavam a categoria juventude como a fase da vida em que predominavam a busca pelo prazer, a alegria das festas e das paqueras. Hábitos, valores e projetos muito diversos das experiências dos jovens que se pensavam como o *poder jovem*, mas que são indicativos do processo mais amplo de aparecimento da juventude a partir de meados dos anos 1960.

Além da música e da indústria do entretenimento, a moda (e os comportamentos associados ao vestuário) foi um outro campo em que esse processo de emergência da juventude ocorreu. Nesse caso, havia especial enfoque na inclusão do jovem como consumidor para produtos especificamente pensados para esse grupo de idade. Como argumenta Maria do Carmo

¹¹ PEDERIVA, Ana Barbara Aparecida. *Jovem Guarda: cronistas sentimentais da juventude*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000, p. 55, p. 67, p. 100 e MEDEIROS, Paulo de Tarso C. *A aventura da Jovem Guarda*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 59 e p. 64.

¹² FROÉS, Marcelo. *Jovem Guarda: em ritmo de aventura*. São Paulo: Editora 34, 2000, p. 76.

Teixeira Rainho, as temporalidades da década de 1960 são plurais e relativizam tanto a cronologia política tradicional, em que o golpe de 1964 aparece como ponto de inflexão necessário, quanto a imagem homogênea de uma década caracterizada por um estilo único. A autora mapeia uma continuidade da hegemonia da alta-costura predominante nos anos 1950, com suas roupas comercializadas pelas boutiques do Rio de Janeiro e uma presença marcante dos estilos franceses, até por volta de 1965. A moda era vista como um atributo de classe e de feminilidade, privilegiando certa rigidez nas relações de gênero e um senso de “sofisticação”. A faixa etária raramente era um critério utilizado para classificar as peças do vestuário.¹³

Já na segunda metade da década, a roupa passava a ser um marcador diferencial de idade. A juventude emerge como um sujeito da moda, no momento em que também se exteriorizava como sujeito político. Peças de vestuário associadas à condição juvenil – como as calças jeans e as minissaias – passaram a ser comercializadas por lojas *prêt-à-porter*, facilitando o acesso das classes médias a elas. Trata-se do processo que Rainho denomina de “juvenilização da moda”, quando a roupa transforma a juventude em um atributo a ser enaltecido. Nessa conjuntura, a juventude aparecia como um valor a ser perseguido. “Para além das diferenças de gênero e classe”, afirma Rainho, “a moda então promovia uma demarcação estreita das faixas etárias”.¹⁴ A moda participava também do questionamento das barreiras de gênero, como indica o aparecimento do estilo unissex. No Rio de Janeiro, jovens universitárias da PUC-RJ demandavam o direito de usar calças jeans assim como os rapazes, enquanto operárias da DuPont exigiam o direito de usar minissaias no ambiente fabril. Nas passeatas organizadas pelo movimento estudantil ao longo de 1968, os jovens universitários de classe média vestiam – rapazes e moças, sem distinção – as calças jeans. No entanto, a moda também criava, no mesmo momento, barreiras de idade ao voltar-se para os e as jovens como sujeitos que inspiravam e consumiam as roupas. Ainda segundo Rainho, “a moda reforça as diferenças entre as classes de idade, estabelecendo modelos de roupas que criam barreiras etárias e apontam para o protagonismo da juventude, fonte de inspiração para os criadores.”¹⁵

¹³ RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. *Moda e revolução nos anos 1960*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014, p. 101-103.

¹⁴ *Idem.*, p. 184.

¹⁵ *Idem.*, p. 244.

Em meio a esse contexto mais amplo de emergência da juventude como sujeito e de transformação do “ser jovem” em um valor, emergiu no Brasil uma nova forma eminentemente política de vivenciar e pensar esse grupo de idade que foi sintetizada na concepção de *poder jovem*. Para além da análise de sua recorrência na imprensa comercial, que passa a ser comum nos jornais e revistas somente a partir de novembro de 1967, há outras formas de sustentar o ineditismo dessa categoria simbólica sobre a condição juvenil. Uma delas é a ausência da expressão *poder jovem* na famosa edição de setembro de 1967 da revista *Realidade*, dedicada ao tema “A juventude brasileira, hoje”.¹⁶ Nela, os jovens eram entendidos, por um lado, como um contingente populacional central para o Brasil, indicando certa homogeneização desse grupo demográfico. Mas, por outro lado, algumas práticas juvenis eram inventariadas para compor um quadro heterogêneo dos moços e moças daquela época. Nela, falava-se – em detalhes, por meio de narrativas típicas do jornalismo literário então inovador – de juventudes tão diversas como a operária, a militar, a interiorana, a camponesa. Ser um jovem de classe média, estudante, politicamente *engajado* e sintonizado aos debates intelectuais não era percebido – como tornou-se recorrente, *a posteriori* – como as marcas essenciais da condição juvenil. Trata-se de um indício muito importante: em nenhum momento, qualquer uma das narrativas da revista *Realidade* de 1967 recorre à concepção de *poder jovem*. Nem mesmo a reportagem de Alberto Libânio (o frei Betto), que escrevia sobre as movimentações do ativismo estudantil naquele momento depois de viver em uma república de estudantes em Belo Horizonte por algumas semanas, referia-se ao *poder jovem*.¹⁷

Essa estrutura de significado funcionava como uma categoria cultural polissêmica aberta a leituras distintas e conflitantes. Mas, como alerta Marshall Sahlins, “polifonia” não é sinônimo de “cacofonia”. De acordo com o antropólogo, “para que as categorias possam ser contestadas, é preciso haver um sistema comum de inteligibilidade, estendendo-se às bases, meios, modos e tópicos do desacordo”.¹⁸ Nesse sentido, argumento que a categoria de *poder jovem* foi dotada de *mecanismos e princípios*. Seus mecanismos eram a *metáfora* e a *metonímia*, que conduziam a um amplo debate sobre a emergência da juventude como sujeito político e de consumo. A imagem de um país demograficamente jovem foi popularizada, seja por meio de

¹⁶ *Realidade*, ano II, nº 18, set. 1967. Para interpretações mais amplas sobre a forma como o jornalismo da revista *Realidade* pautava o tema da juventude na década de 1960, a partir de uma perspectiva analítica sobre a imprensa que adota como chave interpretativa o conceito de “representações sociais”, cf. AREND, Silvia Maria Fávero. Jovens brasileiros nas páginas da revista *Realidade*: família e trabalho (Brasil, 1966-1969). *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 54, set.-dez. 2015, p. 162-188 e BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. Revista *Realidade*: edição especial “A Juventude Brasileira, hoje”. Setembro, 1967. *Educar em Revista*, jan.-mar. 2014, p. 311-320.

¹⁷ LIBÂNIO, Alberto. Eu vivi numa república de estudantes. *Realidade*, ano II, nº 18, set. 1967, p. 81-90.

¹⁸ SAHLINS, Marshall. *Op. citada*, 2013 [1993], p. 45.

dados estatísticos sobre a presença de pessoas na faixa dos 15 a 30 anos no contingente populacional brasileiro ou da valorização da cultura dita jovem por si mesma. Metaforicamente, a ideia de uma nação jovem – cuja independência ocorrera em período considerado recente, no século anterior, há menos de 150 anos – ligava-se ao retrato também jovem da demografia brasileira. Essa metáfora se desdobrava, como no caso da crônica do poeta Carlos Drummond de Andrade citada na epígrafe deste capítulo, na constatação de que um *poder jovem* dentre outros – como o militar ou o burocrático, por exemplo – pressionava por mudanças políticas e sociais, especialmente na conjuntura de 1968.¹⁹ Por meio da metáfora da existência de um *poder jovem*, lançava-se um olhar, também, para as relações entre os grupos de idade, acirrando os debates acerca do conflito de gerações, como na frase do ministro Tarso Dutra citada anteriormente. Nesse sentido, durante as manifestações que se seguiram ao assassinato do jovem secundarista Édson Luís de Lima Souto, durante um protesto no restaurante estudantil “Calabouço” no Rio de Janeiro, em março de 1968, uma faixa com a frase “Os velhos no poder; os JOVENS no caixão” foi erguida pelos manifestantes.²⁰ Nessa formulação, a impossibilidade da instauração do *poder jovem* e a manutenção da gerontocracia – compreendida como o regime ditatorial – resultavam na morte de jovens como Édson Luís.

Outro mecanismo da categoria cultural de *poder jovem* era o da metonímia. Nessa arena de disputas, ficava claro que o grupo de idade que poderia ser percebido como “jovem”, para além da incerteza sobre seus marcos etários (afinal, eram jovens as pessoas de 15 a 25 anos? de 18 a 30?), era plural. Havia jovens estudantes mas também havia operários, funcionários públicos, empresários, camponeses, militares. Entretanto, ocorria – do ponto de vista dos sentidos culturais conferidos à juventude nesse momento particular – um processo típico da figura de linguagem da metonímia. Um conjunto de qualidades particular e socialmente

¹⁹ Alguns anos depois, uma nova categoria de poder seria debatida no Brasil a partir de eventos do campo artístico: a de *poder negro*, derivada do movimento *Black Power* estadunidense. Na conjuntura da realização da quinta e da sexta edições do Festival Internacional da Canção (FIC), em 1970 e 1971, o *poder negro* mobilizou artistas preocupados com a denúncia do racismo, de um lado, e agentes do CIE atentos às manifestações de cunho político, de outro. Em 1970, Tony Tornado se consagraria como um cantor do gênero musical soul no Brasil ao vencer o festival com a canção “BR-3”. No ano seguinte, o cantor foi levado para interrogatórios em uma delegacia depois de subir ao palco do VI FIC e fazer o gesto do punho cerrado (símbolo do *Black Power*) enquanto a jurada Elis Regina interpretava a canção “Black is Beautiful”, composta por Marcos Valle e Paulo Sergio Kostenbader Valle. Segundo Lucas Pedretti, “identificado pelo CIE como um ‘cantor negro’ de ‘vida duvidosa’ e ‘implicado com a polícia’, Tony Tornado representava, para os agentes, a possibilidade de importação do Black Power estadunidense.” Talvez pela proximidade com a categoria de *poder jovem*, os agentes do CIE mostravam-se preocupados, em especial, com os efeitos que as ações de Tony Tornado poderiam ter nos jovens negros brasileiros. Ainda de acordo com Pedretti, “os agentes afirmam que ‘o comportamento de TONY TORNADO tentando lançar o movimento do ‘poder negro’ americano no BRASIL está em exame, notadamente os seus reflexos sobre a juventude negra de nosso País’. E, finalmente, concluíam afirmando que Tony Tornado deveria ser ‘admoestado para não repetir o gesto do ‘poder negro’”. PEDRETTI, Lucas. *Dançando na mira da ditadura: bailes soul e violência contra a população negra nos anos 1970*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022, p. 71.

²⁰ Édson Luís morreu. *O Cruzeiro*, 13 abr. 1968, p. 25. Grifos do autor.

localizável da juventude daqueles tempos (seu caráter estudantil, rebelde diante dos poderes instituídos, intelectualizado e sintonizado a projetos ideológicos de esquerda, subversivo diante das hierarquias geracionais, questionador dos comportamentos socialmente aceitos) era substituído pelo qualificado. A parte – Vladimir Palmeira e Franklin Martins, o restaurante Calabouço e o Congresso de Ibiúna, a Ação Popular (AP) e a Política Operária (Polop) – era tomada pelo todo. Por meio desse mecanismo que poderíamos denominar também de metonimização da juventude em *poder jovem*, o retrato da condição juvenil era compreendido em traços mais sintéticos e menos plurais. Por mais que nem todos os estudantes fossem necessariamente jovens ou que nem todos os jovens fossem exclusivamente estudantes, a condição juvenil foi compreendida como sinônimo necessário da condição estudantil e dos movimentos de contestação da ordem vigente. A noção cultural de *poder jovem* tomava, portanto, uma parte específica da juventude (os estudantes universitários de oposição e de esquerda) como toda a juventude brasileira.

Como um princípio de *emblema* ou de *estigma*, o *poder jovem* pautava também um intenso debate sobre os grupos de idade em termos do conflito de gerações e da valorização da juventude como padrão estético e comportamental – quando não político. Para muitos jovens das classes médias urbanas, mas especialmente para parcela considerável das oposições da ditadura militar, o *poder jovem* era um emblema de determinada forma de vivenciar a condição juvenil associada à novidade, à transformação e ao nascimento do novo que trazia consigo a potencialidade de sepultar o velho – este último identificado à ditadura, à tradição autoritária brasileira, aos pais, aos militares, à gerontocracia. Em torno desse princípio do *poder jovem*, articularam-se a militância de parte significativa das correntes de esquerda do movimento estudantil e importantes vozes das oposições ao regime militar em 1968, como Alceu Amoroso Lima e dom Helder Câmara. Para eles, o *poder jovem* era uma marca distintiva a ser valorizada, carregada como um emblema do progresso e da resistência ao arbítrio identificado com a ditadura.

Com sinais trocados, o *poder jovem* também era instrumentalizado a partir do princípio do *estigma*. Artigos publicados na grande imprensa e informes produzidos por agentes dos órgãos de informação da ditadura compreendiam a ação da juventude como passível de manipulação por forças estrangeiras, interessadas na desestabilização do regime político brasileiro para facilitar a implantação do comunismo. Em alguns casos – como em um artigo escrito por Renato Bittencourt para *O Globo* em julho de 1968; nas declarações de Alcides Cintra Bueno Filho, delegado do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP), à imprensa em setembro do mesmo ano; ou na versão oficial divulgada

pelo Exército e pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) sobre as operações de apreensão de livros nos diretórios acadêmicos logo após a imposição do AI-5²¹ –, o “filósofo do *poder jovem*” era identificado como Herbert Marcuse. Intelectual alemão radicado nos Estados Unidos, Marcuse escreveu livros como *Eros e civilização* (1955, publicado no Brasil em 1968) e *One-Dimensional Man* (originalmente lançado em 1964 e publicado no Brasil em 1967 com o título de *A ideologia da sociedade industrial*) em que legitimava outros atores, que não a classe operária, como possíveis grupos sociais revolucionários. Com as revoltas estudantis eclodindo em escala transnacional em 1968, Marcuse foi relido para legitimar a juventude em seu papel contra-hegemônico²² – o que explica a associação, no Brasil, entre o filósofo e o *poder jovem*. Enquanto isso, como analisarei em seguida, Nelson Rodrigues associava o *poder jovem* à imaturidade, a uma invenção das gerações adultas e ao alheamento diante dos problemas genuinamente nacionais, pois, segundo o articulista, o jovem estaria se interessando mais pela guerra do Vietnã do que pelo que se passava em seu próprio país.

Neste capítulo, argumento que a emergência da juventude como sujeito político no Brasil dos anos 1960 se fundamentou na noção de *poder jovem* como uma categoria cultural que, a partir de 1967, estabeleceu “planos, receitas, regras, instruções”²³ para a vivência da condição juvenil e os comportamentos associados a ela. Portanto, ao invés de ser apenas um mito inventado *a posteriori* (ou seja, pós-1979) pela ação da memória, como advoga o historiador Alberto Saldanha²⁴, essa concepção era muito mais significativa e ampla, na medida em que estava imbricada nas vivências históricas desses anos. Ela foi capaz de dotar de sentidos as experiências políticas em fins dos anos 1960 e foi fundamental para a elaboração do repertório de políticas da ditadura para a juventude, que se configurou de forma reativa e em resposta ao *poder jovem*.

Como é possível notar, a juventude brasileira tornou-se, para muitos, o *poder jovem* entre 1967 e 1969. Foi justamente por tomar a parte pelo todo e homogeneizar um grupo plural que a juventude metonimizada em *poder jovem* ganhou tanta força. Neste capítulo, analiso esse processo com o objetivo de mapear as conotações das experiências de juventude acionadas por meio dessa concepção simbólica em diferentes campos: o da imprensa, alternativa ou

²¹ BITTENCOURT, Renato. Marcuse: apenas um teórico descrente do poder jovem. *O Globo*, sexta-feira, 19 jul. 1968, Matutina, Geral, p. 1; DOPS paulista encerra inquérito e só vê comunismo. *Tribuna da Imprensa*, sábado e domingo, 14 e 15 set. 1968, p. 3; e Exército expõe arsenal de estudantes. *Diário de Notícias*, sábado, 21 dez. 1968, 1ª Seção, p. 2.

²² Cf. ZAPPA, Regina e SOTO, Ernesto. *1968: eles só queriam mudar o mundo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011 [2008], p. 130-131 e p. 248-252.

²³ GEERTZ, Clifford. *Op. citada*, 2015 [1973], p. 32.

²⁴ SALDANHA, Alberto. *A UNE e o mito do poder jovem*. Maceió, EDUFAL, 2005.

comercial; o do movimento estudantil; o dos debates artísticos, com especial atenção à música; e o do religioso, em que clérigos e católicos leigos debateram a juventude nesses termos.

O poder jovem chega pelas bancas de revista

Os primeiros indícios documentais da produção e circulação da categoria de *poder jovem* podem ser encontrados na imprensa, mais especificamente no suplemento do *Jornal dos Sports* chamado *O Sol*. Esse periódico se tornou nacionalmente conhecido – muitas vezes, retrospectivamente – graças às estrofes “O sol nas bancas de revista/ Me enche de alegria e preguiça/ Quem lê tanta notícia” da canção tropicalista “Alegria, alegria”, que foi lançada por Caetano Veloso no mesmo momento em que a primeira edição do suplemento chegava às bancas. *O Sol* era parte de uma segunda geração de jornais da imprensa alternativa, nascida após 1967 já sob o impacto, no campo das esquerdas latino-americanas, do projeto de “revolução continental” derivado da Revolução Cubana e das reflexões de seu principal teórico, Régis Debray. O suplemento foi, em parte, o resultado das tentativas de resolver a crise financeira do *Jornal dos Sports*, ampliando o escopo de temas tratados pelas reportagens esportivas para incluir assuntos políticos e culturais que poderiam atrair o público popular. Mas ele foi também parte da intenção de jornalistas, alguns deles ligados ao Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) que se reorganizava após o fracasso da guerrilha do Caparaó (1966-1967), de criar uma redação que funcionasse como uma escola para jovens jornalistas. “*O Sol*”, afirma Bernardo Kucinski, “alcançou grande impacto no meio jornalístico, especialmente pela audácia de sua diagramação, ora concretista, ora psicodélica, pela sua linha editorial de crítica ao janguismo pela esquerda”.²⁵

A concepção de *poder jovem* apareceu pela primeira vez nas páginas do jornal quando a sua equipe já anunciava a sua despedida do *Jornal dos Sports*. O editorial da edição de 19 de novembro de 1967, intitulado “O poder jovem”, aparece, dessa forma, como um manifesto da identificação da linha editorial d’*O Sol* com essa maneira de vivenciar a juventude. A partir desse momento, o jornal se desprendia do público popular interessado em esportes (o futebol, em particular) e buscava se afirmar como “o jornal do poder jovem” – isto é, o meio de comunicação de e para a juventude. No editorial, sua equipe, composta, dentre outros, por Reynaldo Jardim (à época, com 41 anos de idade) e Ana Arruda (à época, com 30 anos), recorria a dados demográficos para sustentar a importância da juventude no Brasil dos anos 1960. Eles afirmavam que, em 1967, cerca de quinze milhões de brasileiros pertenciam à faixa etária dos

²⁵ KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018 [1991], p. 66.

15 aos 25 anos. Esse recorte populacional era nomeado de forma diversa no texto do editorial: “rapazes e môças”; “os estudantes e os jovens trabalhadores”; ou, ainda, apenas “moços”. Mas, de qualquer forma, a juventude era compreendida como sinônimo de novidade. O *poder jovem* era visto, assim, como o poder da mudança, da vitalidade, da novidade que deixa o velho para trás e leva ao desenvolvimento. Segundo o editorial, “a influência de homens e idéias novas na vida nacional já é, hoje, uma constante em quase todos os ramos de atividade, e a tendência para o futuro próximo é a consolidação do *poder jovem*, no terreno da economia, da administração e das artes”.²⁶



Figura 1: O Sol – o jornal do poder jovem. O Sol, nº 57, domingo, 26 nov. 1967, p. 3-A.

Em seu número 57, publicado em 26 de novembro de 1967, o jornal era apresentado – em anúncio de página inteira (ver **Figura 1**) – como “Prá frente-avancado-por dentro, *O Sol*, o jornal do *poder jovem*, a partir de 3º-feira sozinho, independente, em todas as bancas de jornais.”²⁷ Para além da associação da juventude com o novo e do esforço do jornal em se identificar como/com o jovem, esse trecho funcionava como uma definição da proposta d’*O Sol*. Um dos recursos utilizados para isso era o emprego dos termos “prá frente” e “por dentro”, comuns no sociodialeto da juventude carioca de classe média desse mesmo período para indicar atitudes progressistas e bem informadas, respectivamente. Outro recurso era a associação, implícita, entre o fato de o jornal passar a ser impresso separadamente, não mais como um

²⁶ O poder jovem, *O Sol*, nº 51, domingo, 9 nov. 1967, p. 2-A. Grifos meus.

²⁷ *O Sol*, nº 57, domingo, 26 nov. 1967, p. 3-A. Grifos meus.

suplemento ao *Jornal dos Sports*, e o valor da independência pessoal. Com frequência compreendida, na década de 1960, como um período de tempo intermediário entre a dependência infantil e a autonomia da vida adulta, a condição juvenil muitas vezes motivava uma vontade de emancipação e liberdade, em especial diante do controle familiar. Ao anunciar a sua independência, *O Sol* dialogava com esse sentido mais amplo de juventude como desejo de autonomia.

Na página dupla que se seguia ao anúncio²⁸, foram publicadas fotografias de jovens em várias situações: duas jovens mulheres, uma usando calça jeans e a outra um vestido acima do joelho, saindo de uma loja; três amigos em um carro, rindo e apontando para a câmera fotográfica; uma multidão de jovens atentos a um discurso que ocorre durante uma passeata estudantil; uma jovem moça, usando um microfone de tipo *headset* e operando equipamentos de filmagem cinematográfica; um grupo de amigos na praia, com pranchas de *surf*; um jovem, de óculos e camisa social, posando em frente a um quadro negro em que estão escritas fórmulas matemáticas. Há também fotografias de grupo, em que os jovens que faziam parte da redação d'*O Sol* posam para a câmera. A reportagem buscava, assim, cartografar e apresentar *quem era o poder jovem*. Esse é um exercício significativo, na medida em que reafirmava a sua associação com um recorte específico de juventude: a de classe média, urbana e que se dedicava a atividades de lazer como o *surf* ou que podia escolher profissões como a carreira científica.

Essa tentativa d'*O Sol* de mapear os representantes do *poder jovem* era desdobrada em um texto que caracterizava os diversos campos em que, naquele ano de 1967, a atuação da juventude se fazia presente: o econômico, o cultural, o social e o político. No que dizia respeito ao “poder econômico” da juventude, a redação do jornal afirmava que a presença dos jovens brasileiros se fazia sentir tanto como mão-de-obra quanto como consumidores. O texto sentenciava que “a imensa maioria dos que trabalham nas fábricas e nos campos é constituída de jovens maiores de 14 anos, menores de 25”. Com relação ao segundo aspecto, a reportagem informava que “os jovens, com ou sem ocupação lucrativa, formam um imenso exército de consumidores, maior que 70% da população total”. O “poder cultural” da juventude brasileira naquele momento seria exemplificado por meio de uma lista de jovens artistas: Glauber Rocha, que com apenas 27 anos surpreendeu a cineastas mais velhos durante a sua participação no Festival de Cannes com o filme “Deus e o Diabo na Terra do Sol”, mas também Caetano Veloso, Gilberto Gil, Chico Buarque, Plínio Marcos, dentre outros. A conclusão era simples: “O *Poder Jovem* toma conta de nossa cultura” – e as letras maiúsculas com que eram

²⁸ *O Sol*, nº 57, domingo, 26 nov. 1967, p. 4-A e 5-A.

originalmente grafadas a expressão *poder jovem* reafirmavam a dimensão central que era atribuída a essa categoria.²⁹

A juventude brasileira exerceria, ainda segundo a mesma fonte, um “poder social”, campo em que a rebelião caracterizaria a inserção dos jovens. Rebelião dos 150 mil universitários que não se conformavam com a exclusão de 6 milhões de iguais dos *campi* das faculdades. Rebelião, também, dos 2,5 milhões de secundaristas que estavam cientes da exclusão de 16 milhões de jovens dos ginásios. A noção de *poder jovem* era articulada, dessa forma, a uma reação diante das desigualdades educacionais, que seria compreendida por qualquer um que um dia foi jovem – ou seja, por todos. Nesse sentido, a equipe d’*O Sol* afirmava: “Inconformados, os jovens reivindicam sempre mais, repelem o obsoleto, exigem, e essa ação é toda a rebelião da juventude, hoje entendida pelos que eram os jovens de ontem”. Por fim, os jovens exerceriam também um “poder político”. Ele era apresentado como parte de uma revolução típica da década de 1960, em que tabus sociais eram rompidos pela juventude. Mas a equipe d’*O Sol* localizava o principal obstáculo para a atuação juvenil nesse campo, o da política, na contradição entre um eleitorado brasileiro majoritariamente menor de 30 anos e a persistência de uma elite política de “coroas”, que prometia para o futuro (época em que os jovens já seriam adultos) o acesso às instâncias de tomada de decisões. Seu diagnóstico, no entanto, era otimista. O texto afirmava que:

A hora é do jovem. Maioria, tem o direito de fazer sua escolha. *Poder jovem* já existe, como fatos recentes da história brasileira têm demonstrado. A articulação necessária: a organização dos jovens numa força política independente de esquemas caducos é a tarefa imediata da juventude brasileira.³⁰

As primeiras ocorrências da categoria cultural de *poder jovem*, nesse sentido, apresentavam uma leitura política que a tomavam como uma premissa. Nesse ponto de vista, o *poder jovem* já seria uma realidade. Restaria à juventude, na perspectiva da redação d’*O Sol*, organizar-se para traduzi-lo em expressão autônoma dos jovens.

A idade, entendida ao mesmo tempo como um marcador diferencial e uma condição política que habilitava os jovens ao exercício do poder, era um outro pressuposto dado pela estrutura de significado *poder jovem* tal como ela aparecia nas páginas do jornal *O Sol*. Ele é reafirmado na frase que ocupava as duas páginas da mesma reportagem: “Gente jovem faz *O Sol* para mostrar que idade é documento e o poder já é dos 20 anos”. No contexto dos últimos meses de 1967, essa frase poderia ser lida com dois sentidos. De um lado, como uma ironia com o dito popular “idade não é documento”. Se, em situações cotidianas, recorria-se à

²⁹ *O Sol*, nº 57, domingo, 26 nov. 1967, p. 4-A. Grifos meus.

³⁰ *Idem.*, p. 5-A. Grifos meus.

igualdade de todos independente da idade, a frase impressa pelo jornal *O Sol* promovia uma inversão do ditado ao afirmar a importância dos grupos de idade para demarcar diferenças nas relações sociais. E a pouca idade, longe de significar inexperiência ou incapacidade, era um “documento” no sentido de um identificador com valor positivo. Ela podia ser afirmada como emblema que legitimasse a ação política juvenil. Por outro lado, a mesma frase poderia ser lida como uma demanda pela incorporação da juventude como ator político. Se as previsões demográficas da década de 1960 costumavam projetar para o futuro uma situação em que o maior contingente populacional brasileiro estaria na casa dos 20 anos e por isso seria considerado jovem, *O Sol* afirmava que o poder já era jovem.

A despedida do suplemento *O Sol* do *Jornal dos Sports* trazia ainda um concurso: a escolha dos “7 jovens de ouro”, que era apresentada como uma “homenagem aos jovens que representam o *poder jovem*” nos campos universitário, empresarial, técnico, científico, artístico, econômico e político. O mesmo anúncio justificava porquê a redação d’*O Sol* seria capaz de distinguir quem eram esses representantes do *poder jovem*. Por um lado, ela era formada por jovens jornalistas em formação – universitários, com idade média de 23 anos – que contavam com o auxílio de profissionais mais velhos. Por outro, o próprio jornal havia se tornado “o veículo do pensamento jovem brasileiro”.³¹ A concepção de *poder jovem* era tão fundamental para as propostas dos jornalistas envolvidos com *O Sol* que, após o rompimento com o *Jornal dos Sports*, o mesmo grupo se rearticulou duas vezes em iniciativas que traziam, em seu nome, essa marca. O primeiro foi um semanário independente chamado *Poder Jovem*, que circulou de maneira efêmera e com muitas dificuldades financeiras no início de 1968.³² O segundo foi um programa de televisão de mesmo nome, levado ao ar na TV Continental entre a última semana de janeiro de 1968 e abril de 1969.

Em artigo publicado em fevereiro de 1968 no Caderno B do *Jornal do Brasil*, o jornalista Fausto Wolff afirmava que o programa “Poder Jovem” se inseria em modificações mais amplas na programação do canal 9 sob a liderança de Fernando Barbosa. Por meio delas, a intenção seria estruturar a grade de programação da TV Continental em torno de cinco eixos

³¹ *O Sol*, nº 57, domingo, 26 nov. 1967, p. 6-A. Grifos meus.

³² O rompimento com o *Jornal dos Sports* foi marcado por conflitos. A cooperativa editorial liderada por Reynaldo Jardim e Ana Arruda não chegou a um acordo com o periódico esportivo para a compra da marca *O Sol*, que havia sido registrada como propriedade intelectual da empresa dona do *Jornal dos Sports*. Por isso, foi imposta a necessidade de modificar o nome do jornal alternativo. O *Poder Jovem* circulou por curto período, entre janeiro e fevereiro de 1968. Apesar das tentativas, não foi possível localizar as edições do novo jornal nos arquivos pesquisados. Sobre a saída da equipe d’*O Sol* do *Jornal dos Sports*, cf. “O Sol” entrou em ocaso, *Tribuna da Imprensa*, segunda-feira, 8 jan. 1968, p. 5; JS desmente equipe que editava “O Sol”, *Tribuna da Imprensa*, terça-feira, 9 jan. 1968, p. 7; e SANDRONI, Cícero. Coluna “Quatro cantos”. *Correio da Manhã*, domingo, 7 jan. 1968, 1º Caderno, p. 9.

– *poder jovem*, filmes, telejornalismo, esporte e prestígio – com o objetivo de atrair um público de maior poder aquisitivo, pertencente às classes A e B do então estado da Guanabara. Ainda segundo a mesma reportagem, o programa dirigido por Reynaldo Jardim e Ana Arruda incluía cenas como “um jovem de vinte e poucos anos vestido de vietcong a falar sobre a guerra no Sudeste asiático” ou “uma garôta de pouco mais de 18 anos a tecer considerações sobre a virgindade”. Ou seja, na televisão, o “Poder Jovem” tratava de temas que iam desde a política internacional até a vida privada da juventude. O tom geral era de informalidade, em consonância com a irreverência atribuída a esse grupo etário. O programa era feito por cerca de 50 jovens universitários, mas contava também com a participação do professor e reitor Gilson Amado. Fausto Wolff afirmava ainda que “Fernando Barbosa Lima e Reynaldo Jardim não ignoram o tremendo potencial energético interior da juventude e nem os conflitos nascidos desse potencial [...]”. Mas sentenciava, para demonstrar a moderação da proposta da TV Continental: “*Poder jovem?* Sim, mas liderados por jovens um pouco mais velhos como é o caso da excelente jornalista Ana Arruda.”³³

Atentos às articulações na imprensa em torno do *poder jovem*, os agentes da comunidade de informações do regime militar produziram um conjunto de informes e relatórios com dados que o associavam à subversão comunista. Essa documentação é indício de como a categoria de *poder jovem* era percebida como fundamental também no âmbito do Estado ditatorial nos últimos anos da década de 1960. Um desses informes foi intitulado de “Ação comunista na imprensa” e difundido pela agência de Brasília do Serviço Nacional de Informações (SNI) em dezembro de 1968. Seu texto tratava de um suposto e detalhado plano comunista para, em diversas fases até 1974, executar a derrubada da ditadura. Em sua conclusão, os autores do informe alertavam que

Vários testes de segurança têm feito os comunistas, para sentir a reação governamental ou popular, podendo-se citar, entre outros:

a) criação da verdadeira faculdade da subversão – o jornal O SOL – com um slogan que caracteriza a preocupação do PC [Partido Comunista] em voltar-se para a juventude: “O Poder Jovem”, onde todas as técnicas do jornalismo de esquerda são ensinadas aos alunos das faculdades de jornalismo ou afins, recrutados especialmente para a preparação futura.³⁴

No ponto de vista dos agentes da ditadura, portanto, a concepção cultural de *poder jovem* era apresentada como um emblema utilizado pelo Partido Comunista para uma aproximação

³³ WOLFF, Fausto. A nova imagem do Canal 9. *Jornal do Brasil*, domingo e segunda-feira, 18 e 19 fev. 1968, Caderno B, p. 2. Grifos meus.

³⁴ Encaminhamento nº 427/ABSB/68, 7 de dezembro de 1968, p. 7. *Arquivo Nacional*, Fundo: Serviço Nacional de Informações, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_68024030_d0001de000.

política com a juventude. Essa constatação associava-se, no mesmo informe, à ação dos comunistas na opinião pública, resultando na preocupação da comunidade de informações com a utilização pedagógica do jornalismo. Nesse sentido, *O Sol* – o jornal do *poder jovem* – era compreendido, na leitura anticomunista e paranoica característica dos membros dos órgãos de informação do regime, como uma “verdadeira faculdade da subversão”.

Décadas depois, no âmbito da produção da memória social, o periódico foi rememorado com o recurso à linguagem audiovisual no filme *O Sol – Caminhando contra o vento*.³⁵ Dirigido por Tetê Moraes e lançado em 2006, o documentário foi montado a partir de imagens de arquivo em que se destacam cenas dos festivais de canção dos anos 1960, trechos de filmes como “Terra em transe”, de Glauber Rocha, fotografias do movimento estudantil em 1968 e filmagens de páginas do jornal. Além disso, o filme apresenta entrevistas curtas, em estilo jornalístico, com os principais nomes que passaram pela redação do suplemento em seus seis meses de existência, como Ana Arruda e Reynaldo Jardim. Há, também, diálogos com personalidades associadas ao periódico, como Caetano Veloso (cuja esposa à época, Dedé Veloso, fazia parte da redação do jornal) e Chico Buarque, ou à década de 1960 de uma forma genérica, como Zuenir Ventura (escritor de livros-reportagem sobre 1968) e Gilberto Braga (autor de *Anos rebeldes*, minissérie exibida pela TV Globo na década de 1990). Majoritariamente, essas entrevistas foram realizadas em ambientes informais – dentro de um ônibus, no momento em que os entrevistados folheiam um *fac-símile* d’*O Sol*; em volta de uma mesa de jantar, enquanto se come uma pizza, em uma conversa entre amigos; ou no lançamento de um livro, em que se pode escutar o burburinho de conversas ao redor. Em certa medida, essa opção funciona, no documentário, como um elemento importante para remeter o telespectador ao clima descontraído associado à compreensão da juventude responsável pelo “jornal-escola”, ainda que os entrevistados já não fossem mais jovens em 2006.

Apesar de seu tom celebrativo e nostálgico, mais aberto à reafirmação da sociabilidade de intelectuais e artistas com trajetórias consagradas no século XXI do que à reflexão crítica sobre os anos 1960, o documentário apresenta elementos notáveis – ainda que a partir do crivo da memória social – da emergência da juventude como sujeito político e das conotações atribuídas à categoria de *poder jovem*. Eles se destacam, ao menos, em duas sequências do filme. Na primeira, o aparecimento da figura do jovem como imediatamente associada ao estudante universitário de esquerda, um rebelde que enfrenta a polícia em manifestações de rua, era lembrado por Vladimir Palmeira, professor e deputado federal pelo PT à época da produção

³⁵ O SOL – Caminhando contra o vento. Direção de Tetê Moraes. Rio de Janeiro: VEMVER Brasil, 2006. 1 DVD (95 min.).

do documentário. Em sua entrevista, o presidente da União Metropolitana dos Estudantes (UME) em 1968 e uma das principais lideranças do movimento estudantil no mesmo ano, relembra que

O Sol marca também um momento, entendeu, que caracteriza aquele momento, que é da aparição da juventude como segmento social. O jovem passa a ser uma categoria, quer dizer que não era. Uma vez eu passei em Copacabana e um menino parou para mim e disse: – Olha aí, o estudante! [risos] Eu achei ótimo, entendeu? E eles brincavam... você lembra de cowboy? Agora era brincar de polícia e estudante, naquela época. [...]³⁶

Em suas recordações, Palmeira é preciso em reconhecer, a partir da narrativa de uma experiência pessoal, a visibilidade conferida ao jovem enquanto sujeito político e enquanto estudante nos anos 1960. Ao mesmo tempo, a juventude aparece em seu ponto de vista como uma metáfora dos conflitos mais amplos entre a sociedade e a ditadura durante o ano de 1968. Ao fazer uma analogia entre a relação estudantes/polícia e a perseguição do bandido pelo cowboy – uma imagem popularizada pelas narrativas cinematográficas de Hollywood em filmes de faroeste –, o ex-líder estudantil pensa a emergência da juventude atribuindo a esse processo características de aventura.

Em uma segunda sequência do documentário, ex-integrantes da redação d’*O Sol* – dentre eles, a diretora do documentário, que iniciou a sua trajetória profissional como diagramadora do suplemento do *Jornal dos Sports* – são mostrados no evento de lançamento do livro *O poder jovem*, de Arthur José Poerner. Possivelmente, trata-se da terceira edição, lançada em 2004 pela Booklink Publicações. Apresentado como jornalista, Poerner faz uma breve declaração em que afirma:

Sabe, esse idealismo que todo mundo tem na juventude, isso é o que eu chamo de *poder jovem*. Muda a parte externa, muda a maneira de vestir, a gíria, tudo muda, mas esse idealismo permanece em todas as gerações.³⁷

A fala de Poerner parece responder ao questionamento “o que é o *poder jovem*?” e aposta na afirmação do idealismo como uma característica perene, quase naturalizada, desse grupo de idade. A associação entre o suplemento do *Jornal dos Sports*, tema central do documentário, e o livro de Arthur Poerner é criada, nessa sequência, pelo recurso à categoria cultural que, nos anos 1960, alçava a juventude à condição de sujeito político. Não por acaso, na cena que precede a declaração do jornalista, Tetê Moraes abraça Poerner e exclama: “*O Sol* e o *O poder jovem*!”.

³⁶ O SOL – Caminhando contra o vento. Direção de Tetê Moraes. Rio de Janeiro: VEMVER Brasil, 2006. 1 DVD (95 min.), 59m:02s-59m:30s.

³⁷ *Idem.*, 1h:09m:08s-1h:09m:24s. Grifos meus.

Surgida nas páginas d’*O Sol*, desdobrada no jornal alternativo *Poder Jovem*, ocupando a grade televisiva carioca com o programa homônimo e atraindo a preocupação da comunidade de informações da ditadura, a experiência da juventude como *poder jovem* foi importante também na grande imprensa comercial. Jornais e revistas com diferentes linhas editoriais publicaram artigos de diversos autores que recorriam a essa noção como uma ferramenta simbólica para se pensar as relações políticas e geracionais dos últimos anos da década de 1960. No oposicionista *Correio da Manhã*, Cícero Sandroni, Carlos Drummond de Andrade e Jaime Rodrigues escreveram sobre o tema em 1968. O *Diário de Notícias* publicou artigos de Heron Domingues, Hugo Dupin, Eli Halfoun, do então ex-deputado federal Franco Montoro e do general Hugo Bethlen sobre o *poder jovem*. Além disso, o mesmo jornal produziu um editorial sobre o tema. Publicado em 22 de maio de 1968, o texto adotava tom moderado ao mesmo tempo em que reconhecia que “o *poder jovem* é um fato e, como tal, deve ser entendido.”³⁸

Um dos principais órgãos da imprensa a apoiar a ditadura militar, *O Globo* publicou textos sobre o *poder jovem* de autoria de Sérgio Bittencourt, Renato Bittencourt e Maurício Joppert da Silva, além das numerosas colunas de Nelson Rodrigues. A equipe do jornal escreveu ainda dois editoriais em que a categoria de *poder jovem* era central. O primeiro, impresso na edição do periódico de 11 de junho de 1968, partia da premissa de que “intelectuais idosos” haviam se tornado “profetas dos jovens” e que eles defendiam o projeto de implantação de uma “ditadura da juventude”. No entanto, o jornal associava essa postura ao niilismo e afastava essa perspectiva do comportamento efetivo da juventude brasileira. “Os nossos jovens”, afirmava o editorial, “escolhem outros caminhos. Lançam-se com fervor a esforços construtivos.” Dentre esses “esforços”, *O Globo* citava o serviço militar obrigatório e o então recém-criado Projeto Rondon.³⁹ No segundo editorial, intitulado “Tédio etário” e publicado em 27 de setembro do mesmo ano, o periódico adotava tom ainda mais crítico com relação ao *poder jovem*. O texto reafirmava a suposta artificialidade dessa noção, que teria sido criada por “velhos espertos”, e reconhecia os limites da metonimização da juventude em *poder jovem*. Segundo o editorial, “as estatísticas demonstram o exagero da utilização da palavra ‘jovens’ para classificar essas explosões sincronizadas que se verificam em várias capitais do mundo. A

³⁸ O “Poder Jovem”. *Diário de Notícias*, quarta-feira, 22 mai. 1968, 1ª Seção, p. 4. Grifos meus. Segundo o mesmo jornal, o editorial teve recepção positiva e foi reproduzido nos anais do Senado Federal e da Assembleia Legislativa do estado de São Paulo. Cf. Coluna “Senado federal”. *Diário de Notícias*, terça-feira, 28 mai. 1968, 1ª Seção, p. 3; Coluna “Assembleia legislativa”. *Diário de Notícias*, sexta-feira, 31 mai. 1968, 1ª Seção p. 3; São Paulo com o poder jovem. *Diário de Notícias*, quarta-feira, 5 jun. 1968, 1ª Seção, p. 5; O poder jovem no Senado. *Diário de Notícias*, quinta-feira, 6 jun. 1968, 1ª Seção, p. 5.

³⁹ O poder jovem. *O Globo*, terça-feira, 11 jun. 1968, Matutina, Geral, p. 1. O Projeto Rondon será examinado no Capítulo II.

maioria imensa da juventude mostra-se alheia à fúria contra os paralelepípedos. Trabalha. Estuda.”⁴⁰

O recurso à categoria de *poder jovem* também não se limitou ao texto escrito. Em janeiro de 1968 – portanto, antes mesmo do assassinato de Édson Luís pela polícia e de todas as mobilizações que se seguiram, colocando o movimento estudantil, em particular, e a juventude, de forma ampla, em evidência no cenário nacional –, *O Jornal* publicou uma tira em quadrinhos (ver **Figura 2**) que recorria à associação entre texto e imagem para apresentar um significado específico de *poder jovem*. A autoria da tira em quadrinhos era de Claudius, ilustrador, designer e cartunista que já havia trabalhado para a revista *O Cruzeiro* e publicado caricaturas no *Jornal do Brasil*. Seu título era “Claudius e o poder jovem”. A narrativa sequencial incluía cinco cenas, impressas para a leitura no sentido de cima para baixo, com traços em um estilo sintético. Nela, encontramos apenas dois personagens: um jovem de cabelos grandes, usando óculos redondos e segurando um case de violão debaixo do braço; e uma figura adulta corpulenta, cujos traços faciais não conseguimos identificar claramente porque Claudius se utiliza do recurso do rabisco para denotar a sua agressividade.

Logo no início da sequência de quadros, o personagem adulto afirma que só se fala de *poder jovem* e pergunta ao outro personagem se ele seria, afinal de contas, um de seus representantes. Como não escuta resposta e não vê reação de seu interlocutor, o personagem adulto se coloca a rir, apontando o dedo para o jovem e pedindo a ele para tocar algo com – supõe-se – o seu violão. No quadro seguinte, ele chega até mesmo a esbofetear o rosto de seu interlocutor, para afirmar em seguida: “vamos ver o que o *poder jovem* sabe tocar”. Entretanto, para surpresa do personagem adulto (e também, podemos supor, dos leitores da história), a figura franzina do jovem se vira de costas e tira de seu case não um instrumento musical, mas, sim, uma arma de fogo que se assemelha a um fuzil AK-47. O *poder jovem* era, nesse sentido, anunciado e pensado como a força das armas, da violência. Mas essa associação do *poder jovem* com a violência política era apresentada por Claudius de forma particular. Não se trata de qualquer arma, mas de um fuzil muito próximo ao inventado na União Soviética e facilmente identificado, no contexto de 1968, com o mundo comunista. Mesmo sem o pente curvado que particulariza o AK-47, todas as outras características materiais dessa arma são representadas de forma estilizada com os traços de Claudius.

O *poder jovem* tal qual pensado e apresentado visualmente por Claudius era, dessa forma, o poder do fraco, pequeno e aparentemente pacífico jovem que se rebela com fúria contra

⁴⁰ Tédio etário. *O Globo*, sexta-feira, 27 set. 1968, Matutina, Geral, p. 1.

as provocações e abusos recorrentes dos adultos. Ele era, dessa forma, localizado no campo do conflito de gerações – o jovem contra o adulto. Um conflito que, conforme a narrativa visual, poderia chegar às vias de fato, seja através dos tapas dados pelo adulto ou do recurso à arma de fogo por parte do jovem. Essa era uma conotação pouco comum na rede de significados em que a categoria de *poder jovem* estava emaranhada no Brasil de janeiro de 1968. Nesse sentido, a associação do *poder jovem* com a violência e a força do fuzil é mais um indício do caráter polissêmico dessa concepção. Nos traços de Claudius, ela carrega, a um só tempo, sentidos de uma metáfora para o conflito de gerações, de um estigma relacionado à estratégia comunista do assalto violento ao poder e de um emblema da revolta do mais fraco (o jovem) contra o mais forte (o adulto). Esse último sentido, o do emblema, ganharia uma proporção ainda mais acentuada na medida em que o mercado editorial e a atuação do movimento estudantil organizado debateram e vivenciaram a juventude como o *poder jovem*.



Figura 2: Claudius e o poder jovem. O Jornal, 1º Caderno, 21 jan. 1968, p. 9.

O poder jovem do movimento estudantil

Se a categoria de *poder jovem* havia sido debatida primeiro nas páginas do efêmero jornal *O Sol*, foi com o livro *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*, de Arthur José Poerner⁴¹, que essa forma de vivenciar a condição juvenil alcançou a sua maior popularidade. A associação entre os valores e preceitos dessa concepção e o estudo de Poerner sobre a presença dos estudantes na história política brasileira foi tão enfática que autores como Alberto Saldanha chegaram a sobrepô-los por completo. O autor identifica Poerner como o inaugurador do “mito do poder jovem” tanto como corrente de interpretação sobre a história do movimento estudantil no Brasil quanto como memória oficial da UNE reatualizada desde o final da década de 1970. Em suas palavras: “involuntariamente, Artur [sic] Poerner foi se constituindo o principal porta-voz e constante reconstrutor do ‘mito do poder jovem’.”⁴²

O problema desse exercício de identificação integral é que ele impede que compreendamos que a emergência da juventude enquanto sujeito político, de consumo e de direitos no Brasil dos anos 1960 aconteceu por meio da categoria de *poder jovem*. Afinal, quando o volumoso lançamento da editora Civilização Brasileira chegou às livrarias, em julho de 1968, ele encontrou um público-leitor (estudantil ou não, jovem ou não) que já compreendida ou buscava compreender o que e quem era o *poder jovem*. Mais do que isso: ele se deparou com leitores que se pensavam como o *poder jovem* e que descobriram, nas reflexões de Poerner, um repertório de usos políticos do passado nacional que legitimava a atuação dos jovens da esquerda nacionalista em fins dos anos 1960.

Logo na introdução de seu estudo, Poerner buscava esclarecer o que seria o *poder jovem* que dá título ao seu livro. O autor argumentava que a atitude rebelde do estudante brasileiro – estatuto por ele entendido como sinônimo da condição juvenil – era diferente do “simples espírito anarquista que caracteriza o jovem moderno na Europa e nos Estados Unidos”. Essa distinção seria o resultado dos sentimentos de “profunda decepção” com os governantes brasileiros do passado, de “revolta violenta” com relação aos governos brasileiros do presente e de “entusiástica disposição” para ser, o próprio jovem, o governante do país no futuro. A partir disso, Poerner concluía que, “devido a essa perspectiva de poder – que muitas pessoas,

⁴¹ Como a minha intenção, nesta seção do capítulo, é analisar a forma como Poerner debate a concepção de *poder jovem* no momento em que escreveu e publicou o seu livro, utilizo a sua primeira edição: POERNER, Arthur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1968. É importante sublinhar, no entanto, que as sucessivas edições posteriores da mesma publicação (a de 1979, em especial) foram modificadas pelo autor, que adicionou e retirou argumentos/temas importantes de seu livro.

⁴² SALDANHA, Alberto. *Op. citada*, 2005, p. 101.

imediatistas e carentes de imaginação, podem considerar utópica, mas que é, afinal, uma consequência inevitável das leis naturais – o estudante brasileiro é um oposicionista nato.”⁴³ O *poder jovem* era, dessa forma, projetado para um momento futuro, o que se justificaria por um fenômeno demográfico percebido como inescapável: os jovens estudantes de hoje são os mesmos que, amanhã, exercerão o poder que no presente é propriedade daqueles a quem a juventude se opõe. É no contexto da explicação do que seria o *poder jovem*, portanto, que se produz uma das mais citadas – seja para reafirmá-la, seja para desconstruí-la – sentenças de Poerner: a de que “o estudante brasileiro é um oposicionista nato” porque ele entrevê, no horizonte, a efetivação de seu poder.

No decorrer de sua narrativa, encontramos Poerner referindo-se à juventude identificada com essa categoria cultural de formas diversas: “rebelde”, dotada de “inquietação nacionalista” e de “rebeldia progressista”.⁴⁴ Mas quem era, afinal, a juventude que aparece como a protagonista de *O poder jovem*? Quais são os jovens que, em seus comportamentos e valores, eram pensados pelo autor como o *poder jovem*? Poerner buscava responder a esses questionamentos em três sentidos, desdobrando em três frentes o mecanismo de metonimização da juventude como *poder jovem*. Primeiro, com relação ao período que é compreendido como o seu tempo passado: desde a época colonial até o golpe de 1964. O livro cartografava o que seriam algumas expressões de rebeldia estudantil antes da fundação da UNE, como durante a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro, no século XVIII, ou nas campanhas abolicionista e republicana, nas últimas décadas do século XIX. Trata-se de um exercício flagrante de anacronismo, pois Poerner desloca o seu entendimento de juventude para contextos em que os grupos de idade não eram pensados como marcadores diferenciais da mesma forma que nos anos 1960. Ainda assim, essa visão que fazia coincidir as juventudes do passado e do presente é indicativa da própria compreensão do autor sobre a condição juvenil como *poder jovem*.

No entanto, é somente a partir da fundação da UNE, datada pelo autor em 1937, que Poerner localizava o fortalecimento da atitude que caracterizaria o *poder jovem*. Em seu entendimento, “o movimento estudantil brasileiro é a forma mais adiantada e organizada que a rebelião da juventude assume no Brasil”. Dessa forma, a organização dos jovens estudantes com a fundação da UNE era vista num sentido evolutivo que demarca uma ruptura com o passado. Não por acaso, a narrativa d’*O poder jovem* é dividida em duas grandes partes: “Antes da UNE” e “A partir da UNE”, sendo que o subtítulo para a segunda parte é “A ascensão do poder jovem”. Poerner produz, dessa forma, uma dupla identificação: entre o movimento

⁴³ POERNER, Arthur José. *Op. cit.*, 1968, p. 26.

⁴⁴ *Idem.*, p. 39 e p. 106.

estudantil e a UNE; e entre a UNE e o *poder jovem*. Essas aproximações, aliás, fundaram uma importante matriz interpretativa da história do ativismo estudantil brasileiro, tornando predominante o tratamento do movimento estudantil como sinônimo da UNE e desta como a maior expressão do *poder jovem*. Além disso, outra característica da interpretação apresentada por Poerner é a teleologia. O livro avalia toda a trajetória da juventude estudantil anterior à criação da UNE como deficiente em relação à centralização proporcionada pela fundação da entidade. Nesse sentido, a institucionalização do movimento estudantil é pensada como o objetivo final ou a razão de ser da juventude ao longo da história.

Em segundo lugar, Poerner debatia o *poder jovem* com relação ao seu tempo presente: a juventude rebelada contra os governos do general Castello Branco e do marechal Costa e Silva, bem como seus apoiadores. Nesses trechos, a repressão ao movimento estudantil é entendida como a repressão ao próprio *poder jovem*. “Como num ritual de Inquisição”, argumentava Poerner, o tratamento conferido pelo Estado ditatorial aos estudantes buscaria “expulsar o demônio da rebelião patriótica daqueles corpos jovens, substituindo-os pelo anjo da subordinação aos interesses antinacionais.”⁴⁵ O mapeamento dessa juventude ganha contornos visuais por meio da seleção de imagens para o caderno de fotos do livro. Escrita em janeiro de 1968, portanto antes da morte de Édson Luís, e lançada em julho do mesmo ano, a primeira edição d’*O poder jovem* trazia uma “Nota complementar” em que Poerner narrava esse evento e procurava esclarecer o seu significado para o movimento estudantil de sua época. Além disso, no citado caderno de fotos é reproduzido um instantâneo de fotojornalismo em que um grupo de estudantes se encontra em torno do corpo ensanguentado de Édson Luís durante o seu velório na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ver **Figura 3**). A legenda para a imagem sintetizava como e quem o autor do livro compreendia como o *poder jovem* de seu tempo presente: “Morrendo quando combatia pela conquista de um direito ao futuro, Edson Luís simboliza precisamente o sentido do *Poder Jovem* numa nação que nem sempre o compreende, mas para cuja redenção dêle dependerá.”⁴⁶ Interessante notar, nesse trecho, como ocorre uma sobreposição entre o livro escrito por Poerner e a categoria cultural mais ampla de *poder jovem*. Isso acontece quando o *poder jovem* simbolizado pelo estudante morto é grafado com letras maiúsculas e em itálico, como escreveríamos o título de um livro.

Ainda cartografando a juventude de seu tempo presente, Poerner narrava uma significativa anedota. O autor conta sobre uma conversa, por ele descrita como “comovente”, travada com uma “jovem ginásiana de 15 anos”. A moça teria declarado ao autor que vivia uma

⁴⁵ POERNER, Arthur José. *Op. cit.*, 1968, p. 230.

⁴⁶ *Idem.*, sem página. Grifos do autor.

grande contradição quando, depois de participar de alguma manifestação contra a miséria ou de realizar um trabalho de politização na periferia da cidade, retornava ao “apartamento bem decorado dos seus pais em Copacabana”. Esse evento era utilizado por Poerner para reafirmar sua esperança no potencial transformador dos estudantes identificados como o *poder jovem*. Para ele, o Brasil seria como outros países da América Latina que compartilhariam o atraso e a exploração mas também “uma população majoritariamente jovem (mais de 50% com menos de 21 anos de idade) e uma participação política cada vez mais ativa da juventude.”⁴⁷ Nesse trecho, o *poder jovem* era pensado mais uma vez como metáfora para as mudanças sociais e econômicas que seriam efetivadas, no Brasil como em outros países latino-americanos, por esse grupo de idade.



Figura 3: Sem título. POERNER, Arthur José. O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros. *Civilização Brasileira*: Rio de Janeiro: 1968, sem página.

Outro procedimento de análise mobilizado pelo autor para debater o *poder jovem* de seu presente o conduzia a uma flexibilização dos marcos etários para a definição da juventude e dos “velhos” de sua época. Quando fazia referência ao “conflito de gerações”, Poerner identificava mais uma especificidade nacional: no Brasil, o conflito entre os “velhos” (pais, professores e governantes são os exemplos oferecidos) e os “jovens” transformava-se em “rebelião social da juventude” na medida em que as gerações mais velhas eram vistas como “reacionárias” pelas mais jovens. Logo em seguida, ele explicava: “O conceito de velhice aqui

⁴⁷ POERNER, Arthur José. *Op. cit.*, 1968, p. 302.

utilizado não é físico, mas de ordem mental, embora as honrosas exceções do tipo Otto Maria Carpeaux e Alceu Amoroso Lima não sejam suficientes, no Brasil, para evitar uma terrível e sobretudo danosa – aos interesses nacionais – coincidência entre velhice física e mental.” Nesse sentido, o autor nomeava explicitamente tanto os aliados (Carpeaux e Amoroso Lima) como os inimigos (o ministro da Educação e Cultura Suplicy de Lacerda, citado na sequência) do *poder jovem*. Mas, com relação aos inimigos, havia uma dimensão paradoxal indicada pelo autor. Suplicy de Lacerda era descrito como “um caso típico de agente catalítico da rebelião da juventude”, pois suas medidas contra o *poder jovem* acabavam por impulsionar a mobilização dos estudantes. O ministro era ironizado, pois Poerner afirmava que ele “precisaria ter, no mínimo, 200 anos, pela certidão de nascimento, para que houvesse uma certa equiparação entre suas velhices física e mental”.⁴⁸

Em terceiro lugar, por fim, Poerner localizava o *poder jovem* com relação ao seu contrário: a juventude conservadora. Ela era compreendida pelo autor como desvio para o qual não era oferecido nenhuma explicação sistemática. Eram poucos os momentos da extensa narrativa de *O poder jovem* em que esses jovens apareciam. Um deles é quando o tema tratado era o retorno de uma chapa de esquerda à presidência da UNE em 1956, depois de um breve interregno de tempo em que uma corrente liberal-conservadora foi hegemônica na entidade. Nesse trecho, o autor afirmava que, “apesar de tudo, existe, muito embora em proporções irrelevantes, essa aberração que é a juventude conservadora”.⁴⁹ Poerner naturalizava, dessa forma, a concepção de juventude como rebelde e de esquerda, reafirmando a simbologia da insubmissão que aparece como a síntese do *poder jovem* em seu ponto de vista. O oposto a essa condição juvenil eram os jovens que recebiam denominações variadas ao longo do livro, como “núcleo estudantil conservador”, “reacionários”, “fascista”, “estudantes direitistas”, “pseudolíderes” e “pelegos”.⁵⁰

Um dos poucos exemplos de jovem direitista oferecido por Poerner em sua narrativa era o do paulista Paulo Egydio Martins. A ele eram atribuídas “estreitas ligações com os Estados Unidos” a ponto de ter tentado “mobilizar nossa juventude para a Guerra da Coreia” e ter facilitado a “infiltração” de agentes norte-americanos, profundamente anticomunistas, no movimento estudantil brasileiro durante os anos 1950. O período entre 1950 e 1956 – com um intervalo de um ano – era qualificado de forma pejorativa no livro como “Período Negro ou Policial da UNE”, justamente porque teria ocorrido, nesse momento, uma diminuição da

⁴⁸ POERNER, Arthur José. *Op. cit.*, 1968, p. 32-33.

⁴⁹ *Idem.*, p. 195.

⁵⁰ *Idem.*, p. 171-172, p. 189, p. 190, p. 29, p. 191 e p. 293, respectivamente.

participação política estudantil e um afastamento do *poder jovem* da instituição. O autor lembrava ainda que, numa linha de continuidade com os seus posicionamentos na juventude, Paulo Egydio se tornou ministro da Indústria e do Comércio do governo do general-presidente Castello Branco.⁵¹ Dado o caráter transitório da condição juvenil, Poerner procurava também relacionar os posicionamentos políticos adotados pelos jovens quando se tornam adultos. Sobre isso, ele sentenciava: “Com exceção dos ‘fariseus’ arrependidos, que consomem a vida renegando arroubos da adolescência, poucas são as pessoas, nesta terra, que não se orgulham, na maturidade, de ver triunfarem as lutas em que se empenharam na juventude – e, infelizmente, só nela.”⁵²

Nos textos de apresentação do livro de Poerner, tanto o general Pery Constant Bevilacqua – que, no mesmo ano de 1968, seria alvo de um processo de suspensão de direitos políticos pelo AI-5 que citava o prefácio que escreveu para *O poder jovem* como uma prova de culpa⁵³ – quanto o intelectual Antonio Houaiss estabeleciam uma conexão entre a juventude de Poerner e seus pontos de vista expressos no livro. Para o general, seria “natural” que o leitor encontrasse discordâncias entre as suas opiniões e as presentes no livro, como, por exemplo, a defesa de greves. Afinal, concluía Bevilacqua, “o autor é um jovem e nós assistimos a passagem do Século.”⁵⁴ Houaiss, por sua vez, conectava a pouca idade com a rebeldia, tomando a parte – os posicionamentos políticos apresentados em *O poder jovem* – pelo todo – as atitudes da juventude brasileira de uma forma ampla. Esse exercício seria reafirmando pela relação entre a idade de Poerner – 28 anos, dizia Houaiss – e seus posicionamentos radicais. Para ele, “entre a idade do Autor e a dos estudantes de seu estudo e pesquisa não intermedeiam, em média, nem sequer os anos necessários para uma curta geração de dez anos: muitos dos nossos estudantes são pouco mais moços, quando não da mesma idade, que o Autor.”⁵⁵ Logo em seguida, no entanto, Houaiss fazia um alerta para os limites dessa metonimização, apresentando dados estatísticos que mostravam quão minoritários eram os estudantes (secundaristas ou universitários) no contexto da população jovem do país.

⁵¹ POERNER, Arthur José. *Op. cit.*, 1968, p. 29 e p. 189-193.

⁵² *Idem.*, p. 222-223.

⁵³ A informação está presente na “Ficha individual” do general, produzida pelo SNI em 23 de dezembro de 1968 e que subsidiou o processo do Conselho de Segurança Nacional para a aplicação do AI-5. Nela, consta que “em 30 Out, foi colocado à venda o livro altamente subversivo ‘O PODER JOVEM’, de autoria de ARTUR JOSÉ POERNER, prefaciado pelo Gen PERY.” Processo de ministro general Pery Constant Bevilacqua, p. 7. *Arquivo Nacional*, Fundo: Conselho de Segurança Nacional, BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_1593_d0001de0001.

⁵⁴ BEVILACQUA, Pery Constant. Prefácio. In: POERNER, Arthur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiro*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1968, p. 1.

⁵⁵ HOUAISS, Antonio. Repto aos estudantes e aos antiestudantes. In: POERNER, Arthur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiro*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1968, p. 14-16.

A ampla popularização do entendimento sobre a condição juvenil tal qual debatida por Poerner em seu livro – isto é, enfatizando o processo de metonimização das juventudes como *poder jovem* – é explicada, em parte, por seu sucesso instantâneo de vendas. O lançamento do livro havia sido anunciado pela imprensa em junho de 1968 e, a partir do momento em que ele chegou às livrarias, em julho do mesmo ano, *O poder jovem* ocuparia as listas de publicações mais vendidas até o final do ano. Nos dados apresentados pela coluna “Porta da livraria”, publicada quinzenalmente pelo escritor Antônio Olinto no jornal *O Globo*, o livro de Poerner aparece pela primeira vez em 17 de setembro. A coluna de Olinto apresentava os resultados de uma pesquisa de âmbito nacional, feita por meio da consulta direta aos dados de vendas de livrarias em 17 capitais de estados brasileiros. Nela, figuravam tanto livros de ficção como de não-ficção, indistintamente, mas divididos entre autores nacionais e estrangeiros. Poerner apareceu pela primeira vez na quarta posição, mas sua publicação se tornaria o livro nacional mais vendido segundo o levantamento publicado no dia 31 de outubro. Nas colunas de novembro, *O poder jovem* apareceu como o segundo e, depois, o terceiro livro mais vendido. A última vez em que a publicação apareceu na lista de *best-sellers* da coluna de Antônio Olinto foi em meados de dezembro de 1968, quando ele continuava em terceiro lugar (há seis quinzenas na lista) enquanto o livro de crônicas *O óbvio ululante*, de Nelson Rodrigues, aparecia como o livro nacional mais vendido.⁵⁶

Esses dados são melhor compreendidos no quadro mais amplo da atuação da Civilização Brasileira e de seu editor-proprietário, Ênio Silveira, na publicação de livros nas áreas de Ciências Sociais e de política, como parte de uma sociabilidade intelectual de esquerda, nacionalista e progressista na década de 1960. Na definição de Flamarion Maués, a Civilização Brasileira se apresentava como uma das já bem estabelecidas “editoras de oposição” nesse contexto. Assim, segundo o mesmo autor, havia uma “boa repercussão pública dos livros de oposição no período [...], a maior parte dos quais publicados pelas editoras de oposição, contrastando, de certa forma, com o período ditatorial em que o país ainda vivia”.⁵⁷ Além disso, mesmo antes de assumir integralmente a administração da editora, em 1963, Silveira modernizou a Civilização Brasileira. Esse processo se deu tanto em termos das estratégias de publicidade dos lançamentos, a partir dos estudos do editor nos Estados Unidos durante os anos

⁵⁶ OLINTO, Antônio. Coluna “Porta da livraria”. *O Globo*, terça-feira, 17 set. 1968, Matutina, Geral, p. 13; OLINTO, Antônio. Coluna “Porta da livraria”. *O Globo*, quinta-feira, 17 out. 1968, Matutina, Geral, p. 11; OLINTO, Antônio. Coluna “Porta da livraria”. *O Globo*, quinta-feira, 31 out. 1968, Matutina, Geral, p. 11; OLINTO, Antônio. Coluna “Porta da livraria”. *O Globo*, sábado, 16 nov. 1968, Matutina, Geral, p. 13; OLINTO, Antônio. Coluna “Porta da livraria”. *O Globo*, terça-feira, 3 dez. 1968, Matutina, Geral, p. 13; e OLINTO, Antônio. Coluna “Porta da livraria”. *O Globo*, sábado, 14 dez. 1968, Matutina, Geral, p. 14.

⁵⁷ MAUÉS, Flamarion. Livros, editoras e oposição à ditadura. *Estudos avançados*, v. 28, abr. 2014, p. 101.

de 1940, quanto da materialidade das publicações, com a produção de capas de livros com elementos gráficos mais atrativos para os leitores (e possíveis compradores) nas livrarias. Segundo o historiador do livro Laurence Hallewell, um “crescimento realmente fenomenal do comércio livreiro foi conseguido apesar da política de repressão que, nas palavras de Ênio Silveira [em declaração de 1971], ‘dispersou e destruiu o mercado de ciências sociais e política’”.⁵⁸ A repressão tornou a edição de livros uma tarefa arriscada, inclusive em termos econômicos, como demonstram as pressões do general-presidente Costa e Silva para dificultar os empréstimos bancários requeridos pela Civilização Brasileira. “Como resultado”, mais uma vez de acordo com Hallewell, Ênio Silveira “sofreu contínuos prejuízos financeiros e dilapidação de patrimônio, repetidas prisões e pelo menos uma tentativa de assassinato.”⁵⁹

O poder jovem, em particular, foi um dos 80 títulos editados pela Civilização Brasileira em 1968. Seu principal evento de lançamento, realizado na Faculdade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, em 26 de julho, foi divulgado em anúncios pagos em diferentes jornais da grande imprensa, como, por exemplo, o *Jornal do Brasil*.⁶⁰ Além disso, possivelmente como uma ação coordenada de divulgação do livro, a importante revista de oposição publicada pela Civilização Brasileira – sua homônima, que tinha como diretor responsável o poeta Moacyr Felix e como secretário o dramaturgo Dias Gomes – publicou um dossiê intitulado “A rebelião dos estudantes: vários ângulos de interpretação” em seus números 19 e 20, de maio a agosto de 1968. A revista apresentava textos de autores variados, tanto brasileiros (como o psicanalista Hélio Pellegrino e o crítico de teatro Paulo Francis) quanto estrangeiros (como o filósofo francês Jean-Paul Sartre), mas sempre a partir de um viés pluralista de esquerda. Para além da coincidência do período dos lançamentos do dossiê e do livro de Poerner, em um contexto de visibilidade internacional dos movimentos estudantis, a revista trazia um anúncio de página inteira dedicado à publicidade de *O poder jovem* ao lado de seu sumário (denominado como “Roteiro”). Composto por uma montagem tipográfica, a imagem do objeto-livro e uma fotografia de estudantes durante uma manifestação, o anúncio afirmava que “nas ruas das grandes cidades do mundo os estudantes marcham, protestam, lutam pela liberdade e pelo progresso.” Logo abaixo, em destaque, havia a frase: “A Democracia avança com o PODER JOVEM”.⁶¹ O anúncio, além de funcionar como uma propaganda para um público já

⁵⁸ HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017 [1985], p. 631. Sobre as mudanças na Civilização Brasileira e sua linha editorial de esquerda, cf. p. 592-595 e p. 598-599.

⁵⁹ *Idem.*, p. 588.

⁶⁰ Cf. os anúncios publicados em *Jornal do Brasil*, quinta-feira, 25 jul. 1968, Caderno B, p. 4 e *Jornal do Brasil*, sexta-feira, 26 jul. 1968, Caderno B, p. 5.

⁶¹ *Revista Civilização Brasileira*, nº 19 e 20, ano IV, mai.-ago. 1968, sem página. Grifos do autor.

interessado em livros e debates de esquerda, indicava conotações associadas à categoria de *poder jovem* enquanto um movimento de teor progressista e democrático.

A história editorial do livro de Poerner ganha também contornos dramáticos quando se analisa a rápida proibição d'*O poder jovem* e o recolhimento de seus exemplares das livrarias pelo Estado ditatorial, por meio de uma portaria do ministro da Justiça Luís Antônio da Gama e Silva. Como não havia um órgão centralizado em Brasília para a censura ao mercado editorial, que viria a ser regulamentada pelo Decreto-Lei nº 1.077, de 1970, há poucas fontes documentais sobre esse episódio.⁶² Nos acervos do sistema de informação do regime, depositados no Arquivo Nacional, há um documento da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura (DSI-MEC) em que é reproduzida uma lista de 205 livros proibidos por decreto, incluindo *O poder jovem*. O informe, de caráter confidencial, foi distribuído em 1976 para as Assessorias de Segurança e Informação de várias universidades, com a solicitação de que os agentes desses órgãos reportassem ao Departamento de Polícia Federal “sempre que for constatada a exposição [e] a venda, em bancas, livrarias, etc., de qualquer um dos livros relacionados”.⁶³ Na lista, figuravam outras publicações de gênero não-ficcional editados pela Civilização Brasileira, como *História militar do Brasil*, volume publicado em 1965 pelo comunista Néelson Werneck Sodré, e *Os condenados da terra*, do psiquiatra martiniquense Frantz Fanon. Havia, também, livros de ficção que traziam narrativas eróticas, como *A inocente*, publicado em 1969 com o pseudônimo de Brigitte Bijou.

Apesar de sua proibição pela ditadura, *O poder jovem* teve uma rápida e majoritariamente positiva recepção também na imprensa. O fato do próprio Poerner ser um jornalista conhecido entre seus colegas e leitores, em especial devido à sua cobertura da independência da Argélia, de sua atuação como diretor do jornal *Folha da Semana*, entre 1965 e 1966, ou de seus textos publicados n'*O Correio da Manhã*, também contribuiu para essa acolhida pelo público. Em sua coluna diária no mesmo *Correio da Manhã*, Cícero Sandroni avaliou de forma entusiasmada o grande sucesso de vendas d'*O poder jovem*. De acordo com o jornalista, o livro de Poerner era “um acontecimento no mercado editorial brasileiro” e sua

⁶² Segundo Rodrigo Czajka, “apesar de ainda inexistirem instrumentos reguladores ou órgãos censórios que se responsabilizassem pela produção, divulgação e circulação de obras impressas (jornais, cartilhas, panfletos e livros), o aparato semelhante ao descrito por [Miliandre] Garcia como ‘supercensura’ – que antecedeu e serviu de base para se elaborarem as legislações posteriores que regularam a censura – se fez presente na formulação das acusações contra Ênio Silveira.” CZAJKA, Rodrigo. “Sou brasileiro, democrata e editor”: Ênio Silveira e a repressão à editora Civilização Brasileira (1963-1970). *Tempo Social*, v. 32, nº 2, mai.-ago. 2020, p. 161.

⁶³ Livros proibidos pelo Sr. ministro da Justiça. Encaminhamento nº 010/1035575/SICI/1/DSI/MEC/76, 100 de fevereiro de 1976, p. 1. *Arquivo Nacional*, Fundo: Assessoria de Segurança e Informações da Universidade Federal de Minas Gerais, BR_DFANBSB_N8_0_ATA_0004_d0001de0001.

primeira edição havia se esgotado nas livrarias em menos de dois meses desde o lançamento.⁶⁴ Além disso, uma série de resenhas críticas – em geral, elogiosas – foi publicada na imprensa ainda em 1968. No próprio jornal que empregava Poerner, foram impressas duas avaliações do livro.

A primeira delas foi assinada pelo chefe editorial do *Correio da Manhã* e intelectual Edmundo Moniz. Publicado em setembro, o texto apresentava o livro como “uma obra que faltava nas letras brasileiras” e sintetizava o seu conteúdo com a afirmação de que a publicação “ressalta o papel da juventude na vida política brasileira.” Moniz fazia também uma avaliação estética da narrativa de Poerner ao afirmar que o autor “escreve num estilo claro, correto e elegante, sabendo conquistar e prender os leitores”. Em um trecho particularmente interessante, o resenhista aproveitava-se da polissemia do *poder jovem* – título do livro editado pela Civilização Brasileira e também elaboração cultural utilizada para denominar uma vivência da condição juvenil – ao afirmar que “*O Poder Jovem* [...], pela extensão do assunto ainda pouco estudado, não poderia esgotar-se num livro de trezentas e tantas páginas.” Por fim, em tom desavisadamente profético, Edmundo Moniz avaliava a importância do livro sentenciando que “ninguém, daqui por diante, encorajar-se-á a escrever sobre a participação política dos estudantes brasileiros, no curso da história, sem tomar a obra de Poerner como ponto de vista.”⁶⁵ A segunda resenha publicada no *Correio da Manhã* foi assinada pelo jornalista, crítico e poeta Roberto Pontual. Intitulado “A luta dos jovens”, o texto foi impresso em outubro e localizava o livro resenhado no contexto do debate sobre o conflito de gerações que ganhava, no Brasil, um “recrudescimento intensíssimo”. Por meio de um jogo de palavras implícito entre o *poder jovem* e o poder militar, o resenhista justificava a importância do livro de Poerner com a afirmação de que, “frente à necessidade de encarar o problema que a juventude lhe propõe, cada dia com maior urgência, nosso *poder constituído* só tem feito agravá-lo através de uma repressão que não cessa em intensificar-se”. Além disso, Pontual afirmava que o autor d’*O poder jovem* “levantou um panorama preciso da rebelião permanente da juventude contra tudo que, em qualquer época, surge a seus olhos como fator de impedimento do progresso”.⁶⁶

Outras resenhas críticas d’*O poder jovem* foram publicadas na imprensa comercial. Dentre elas, estava o texto impresso em *O Jornal* no dia 13 de setembro de 1968 pelo crítico literário Valdemar Cavalcanti. Nele, Cavalcanti apresentava o livro como uma “longa crônica

⁶⁴ SANDRONI, Cícero. Coluna “Quatro cantos”. *Correio da Manhã*, sexta-feira, 1 nov. 1968, 1º Caderno, p. 7.

⁶⁵ MONIZ, Edmundo. Crítica: O poder jovem. *Correio da Manhã*, quinta-feira, 19 set. 1968, 2º Caderno, p. 2.

⁶⁶ PONTUAL, Roberto. A luta dos jovens. *Correio da Manhã*, domingo, 6 out. 1968, 4º Caderno, p. 6. Grifos meus.

sobre fatos e fenômenos representativos da inquietação da nossa juventude através dos tempos”. O resenhista reconhecia que, devido ao estado “fresco” de seu tema e ao fato de que o próprio autor ser “ainda jovem”, Poerner não atribuiu um tom “frio e distante”, mas, sim, “uma atitude quase participante” ao longo de seu texto. No entanto, isso não o teria impedido de recorrer a extensa documentação primária ou de ver prejudicada “a visão que êle nos quis dar do empenho das novas gerações por uma justa participação nas atividades políticas da nação.”⁶⁷ O livro foi sintomaticamente resenhado junto do quarto volume da coleção *Sociologia da Juventude*, coletânea de estudos sobre as pesquisas acerca da juventude organizada por Sulamita de Britto e publicada também em 1968.⁶⁸ Afinal, a publicação dessa coletânea de livros e de *O poder jovem* se inseriam no contexto mais amplo de emergência da juventude em fins dos anos 1960 – no primeiro caso como objetivo de reflexões sociológicas e no segundo como sujeito político.

Para além de uma referência ao livro publicado por Arthur Poerner, a categoria de *poder jovem* era vivenciada também pelos militantes do movimento estudantil organizado que se configuravam como os protagonistas das reflexões do autor. Nesse campo, aliás, as sobreposições entre a publicação da *Civilização Brasileira* e a categoria de *poder jovem* eram tão difundidas que levaram o historiador Alberto Saldanha a afirmar que o livro de Poerner se transformou em “uma espécie de ‘bíblia’ sobre o movimento estudantil”.⁶⁹ Mas, entre militantes universitários, essa categoria funcionava ao mesmo tempo como uma norma cultural sobre a ação política juvenil e um instrumento de mobilização da juventude estudantil em torno da oposição à ditadura militar. Poerner foi, inclusive, convidado a falar sobre a temática do *poder jovem* e sobre o seu livro por grêmios e diretórios estudantis no período anterior ao AI-5.⁷⁰ Sobre esses usos da concepção cultural de *poder jovem* pelo movimento estudantil, uma série de eventos ocorridos no Colégio Estadual de Goiânia entre 1968 e 1969 são indicativos. Isso porque, nessa instituição, a mobilização de secundaristas em torno de pautas políticas e culturais foi compreendida como uma pista da atuação do *poder jovem*. Os estudantes foram, assim, alvo

⁶⁷ CAVALCANTI, Valdemar. O que significa a inquietação das novas gerações? *O Jornal*, sexta-feira, 13 set. 1968, 2º Caderno, p. 2.

⁶⁸ Os quatro volumes da coleção *Sociologia da juventude* foram publicados pela Zahar Editores em 1968, configurando-se como mais um indício da emergência da juventude no Brasil na década de 1960 – desta vez, como objeto de reflexões no campo das Ciências Sociais. O quarto volume, resenhado por Valdemar Cavalcanti no texto em análise, tratava do tema “Os movimentos juvenis”, com especial enfoque nos movimentos estudantis. Ele trazia textos de autores com perspectivas políticas e metodológicas muito diversas, como Shmuel Noah Eisenstadt, Pierre Bourdieu e Seymour Martin Lipset. Cf. BRITTO, Sulamita de. *Sociologia da juventude, IV: os movimentos juvenis*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. Os temas dos três primeiros volumes eram: “Da Europa de Marx à América Latina de hoje”, “Por uma Sociologia diferencial” e “A vida coletiva juvenil”.

⁶⁹ SALDANHA, Alberto. *Op. citada*, 2005, p. 10.

⁷⁰ Em meados de novembro de 1968, Poerner proferiu uma conferência com o título “O poder jovem e o futuro brasileiro” a convite do grémio estudantil Guilherme da Silveira Filho, do Colégio Comercial Irineu Marinho, no Rio de Janeiro. Cf. Ensino. *Jornal do Brasil*, quinta-feira, 14 nov. 1968, Classificados, p. 5.

de investigação que resultou em um relatório da comissão de sindicância do Colégio Estadual de Goiânia contra os membros do Grémio Literário Félix de Bulhões. Produzido em 26 de setembro de 1968 e distribuído entre os estudantes, o documento descrevia em detalhes as atividades consideradas subversivas dos jovens goianos, como entrar em sala de aula para dar recados com tom político sem autorização ou organizar piquetes. Ele também informava que “o aml [mal] maior, no Liceu como em todo País, tem sido esta diminuição das autoridades que recuam ou exitam [sic], digo heisitam [sic] ante o ‘*poder jovem*’. Como se lhes temessem a represália tirânica.”⁷¹

Poucos meses depois, a defesa do *poder jovem* entre os estudantes do Colégio Estadual de Goiás foi atribuída ao militante Miguel Batista de Siqueira. Segundo um informe produzido pela subdelegacia do SNI em Goiás e incluído em seu processo no Conselho de Segurança Nacional tendo por base o AI-5, Miguel era um “conhecido e notório comunista”. No dia 14 de abril de 1969, ele teria sido visto na região do colégio conversando com secundaristas. Nas palavras do informe, o estudante estaria “doutrinando-os sôbre a fôrça do ‘PODER JOVEM’ no meio político nacional, inclusive aconselhando-os a reorganizarem-se no sentido de colocarem em prática os Movimentos Estudantis”. Miguelão – como era conhecido – teria dito também, segundo o informante que reportou-se à comunidade de informações, que “o PODER JOVEM não pode ser silenciado, pois é êle a única esperança de melhores dias para todos os brasileiros”.⁷²

Outros indícios relacionados ao movimento estudantil organizado em 1968 são indicativos da abrangência do *poder jovem* como uma categoria cultural mobilizada para revestir de sentidos as ações desses militantes. Nos grandes eventos protagonizados pelos estudantes nesse ano, como as manifestações em protesto contra a violência policial ou a Passeata dos Cem Mil, a atuação do *poder jovem* era com frequência assinalada. Em 1º abril de 1968, ao comentar em sua coluna para o jornal *Tribuna da Imprensa* a proibição de novas passeatas pelo general Jaime Portella, o jornalista Hélio Fernandes afirmou: “Com o assassinato do jovem Édson [Luís], o Brasil ingressou no rol das nações abaladas pelo *Poder Jovem* que parece substituir nas mais diversas áreas do mundo, principalmente naquelas em que o poder está divorciado do povo, a antiga ação reivindicativa e de protesto dos operários e sindicatos.” Fernandes, que era o proprietário do periódico em que publicou seu texto, completava o seu

⁷¹ Folha de Informações – Colégio Estadual de Goiânia, Gabinete do diretor, 26 de setembro de 1968. Informação nº 051/80, fl. 24. *Arquivo Nacional*, Fundo: Serviço Nacional de Informações, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_RRR_81001320_d0001de0001. Grifos meus.

⁷² Processo de Miguel Batista Siqueira, p. 2. *Arquivo Nacional*, Fundo: Conselho de Segurança Nacional, BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSC_1371_d0001de0001. Grifos do autor.

ponto de vista com a afirmação de que as “agitações estudantis” em escala transnacional não eram um “fenômeno isolado”. Ao contrário, elas indicavam o desejo dos jovens em mudar a realidade por meio do que ele classificava como uma “contudente participação na vida de seus países”.⁷³ Algumas semanas depois, durante os atos do 1º de maio que reuniram estudantes e trabalhadores no campo de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, essa categoria cultural foi mobilizada mais uma vez. Dentre as faixas erguidas pelos estudantes cariocas que apoiavam os trabalhadores, uma afirmava: “O *poder jovem* contra o poder senil”.⁷⁴

Na imprensa, talvez o nome que melhor personificava o *poder jovem* era o de uma liderança estudantil: Vladimir Palmeira, presidente da UME. Preso pela polícia em duas ocasiões ao longo de 1968 (em agosto e em outubro), Palmeira foi transformado, na definição do historiador Rafael Hagemeyer, em “um rosto para o movimento estudantil”.⁷⁵ Até mesmo um perfil de sua esposa, Ana Maria Ribas Palmeira, foi publicado pela revista *O Cruzeiro*, em agosto. Nele, o jornalista Mendonça Filho narrava a história do relacionamento do jovem casal, ao mesmo tempo em que reproduzia o estereótipo da mulher deixada pelo marido. Em determinado momento de sua narrativa, o articulista afirmava: “Tanto ela como Vladimir não têm tempo para ler. Enquanto fala conosco, folheia o livro de Arthur Poerner sobre o ‘Poder Jovem’, mas sabe que não conseguirá chegar tão cedo ao fim das suas quase mil páginas.”⁷⁶ A identificação de Vladimir Palmeira como um líder por excelência do movimento estudantil, contudo, não era um consenso entre os seus militantes. Conforme escreveu José Carlos Oliveira, em uma reportagem para o *Jornal do Brasil* de julho de 1968, muitos dos estudantes eram reticentes com o “culto da personalidade”. Mas o jornalista divergia do ponto de vista dos críticos às lideranças, afirmando que “a aparição de Vladimir serviu para exorcizar aquele monstro de quarenta mil cabeças cujo nome varia de acordo com nossas convicções e idiosincrasias: a Juventude, o *Poder Jovem*, os Baderneiros.”⁷⁷

Se não havia concordância entre os militantes do movimento estudantil sobre a necessidade ou não de líderes individuais, o *poder jovem* também era alvo de debates. Eles colocavam em evidência a heterogeneidade de correntes dentro do movimento, ligadas a organizações políticas diversas que disputavam espaço nos órgãos representativos dos

⁷³ FERNANDES, Hélio. Coluna “Em primeira mão”. *Tribuna da Imprensa*, segunda-feira, 1 abr. 1968, p. 3. Grifos meus.

⁷⁴ Comício na Guanabara teve polícia por todos os lados. *O Jornal*, sexta-feira, 3 mai. 1968, 1º Caderno, p. 9. Grifos meus.

⁷⁵ HAGEMeyer, Rafael. *Caminhando e cantando: o imaginário do movimento estudantil brasileiro de 1968*. São Paulo: Edusp, 2016, p. 61-74.

⁷⁶ FILHO, Mendonça. Ana, a mulher de Vladimir. *O Cruzeiro*, 24 ago. 1968, p. 123.

⁷⁷ OLIVEIRA, José Carlos. Um rosto na multidão. *Jornal do Brasil*, quarta-feira, 3 jul. 1968, Caderno B, p. 3. Grifos meus.

estudantes. Em julho de 1968, algumas dessas discussões vieram à público em uma longa reportagem publicada pela *Realidade*. Para a sua produção, a revista conversou com diferentes lideranças dos estudantes de oposição – como Catarina Meloni, da AP, ou José Dirceu, membro da Ação Libertadora Nacional (ALN) e presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE) de São Paulo – e até mesmo com um jovem identificado como crítico da UNE – Lincoln da Silva Carvalho, presidente do Centro Acadêmico da Faculdade de Engenharia da Universidade Mackenzie. No final do artigo, havia uma entrevista com Luís Travassos, militante da AP e presidente da UNE entre 1967-1968, e Luís Raul Machado, um dos diretores da entidade. Nela, eram abordadas algumas notícias sobre o movimento estudantil, como o suposto financiamento da UNE por Havana, Moscou ou Pequim e a possível ligação direta entre as agitações estudantis no Brasil com os movimentos em outras partes do mundo. Ao serem questionados se a luta dos estudantes seria uma “luta de gerações”, Travassos e Machado foram enfáticos:

É preciso desmistificar essa história de conflito de gerações, *poder jovem* e outras bobices. O que há – quer a gente queira ou não – é uma luta de classes. Não é de moços contra velhos, mas de oprimidos contra opressores. E os estudantes querem lutar junto com o povo por sua libertação.⁷⁸

Esse ponto de vista pode ser interpretado como uma expressão da chamada “primeira posição”, da qual tanto Luís Travassos quanto Luís Raul Machado eram representantes, dentro do movimento estudantil em 1968. Para essa corrente, a luta política ampla, “contra a ditadura e o imperialismo”, deveria ser privilegiada. Esse ponto de vista os aproximava de leituras marxistas mais ortodoxas da conjuntura política brasileira, o que explica a sua afirmação segundo o qual o *poder jovem* seria uma “bobice”. A verdadeira luta, nessa perspectiva, era a luta de classes. Já para a “segunda posição”, defendida por Vladimir Palmeira, os estudantes deveriam concentrar as suas reivindicações em torno da denominada “luta específica”, isto é, a política educacional do governo. Aos estudantes, enquanto pertencentes às classes médias, caberia apenas apoiar os trabalhadores em suas demandas, não tomar parte direta nos conflitos. No primeiro semestre daquele ano, aliás, os membros da “primeira posição” chegaram até mesmo a acusar os militantes da “segunda” de incentivar os estudantes a voltarem das ruas para as faculdades, abandonando os protestos contra o governo.⁷⁹ Além de indicar a pluralidade de posicionamentos interna ao movimento estudantil, contudo, as declarações de Travassos e Machado são pistas da diversidade de conotações do *poder jovem* e de seu papel também como um elemento que cindia a atuação política dos estudantes.

⁷⁸ Eles querem derrubar o govêrno. *Realidade*, ano III, nº 28, jul. 1968, p. 37. Grifos meus.

⁷⁹ VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008 [1999], p. 257-277.

Em conjunto, esses eventos indicam a presença da categoria de *poder jovem* como uma importante estrutura de significado de mobilização estudantil e como uma modalidade de vivenciar a condição juvenil, como tenho argumentado ao longo deste capítulo. Eles também são um importante indício de como essa categoria poderia, entre os jovens, ser até mesmo compreendida como um elemento sem relevância, que acabava por ofuscar a luta de classes. Por outro lado, a apologia do *poder jovem* era entendida também como um estigma e associada ao comunismo a ser combatido pelos agentes da ditadura. Esse aspecto indica uma das estratégias utilizadas pelas forças policiais do Estado ditatorial diante da juventude metonimizada em *poder jovem*: a repressão, materializada em investigações, cassação de direitos e prisões. E foi nos desdobramentos de um dos mais polêmicos acontecimentos artísticos de 1968 – a vaia recebida por Caetano Veloso enquanto apresentava uma de suas canções – que essa dimensão da concepção de *poder jovem* ficou ainda mais acentuada.

O *poder jovem* entre (des)entendimentos artísticos

Com o recrudescimento da repressão política a partir do AI-5, em dezembro de 1968, a categoria de *poder jovem* tornou-se ainda mais perigosa e sua dimensão estigmatizante se acentuou. A partir desse momento, aguçou-se também a curiosidade inquisitiva dos membros da comunidade de informações da ditadura, na mesma medida em que seus recursos para a repressão se viram ampliados. A defesa do *poder jovem* foi mobilizada em interrogatórios feitos pela polícia política a partir da ótica do estigma e serviu como dado relevante para a cassação de direitos políticos pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN) tendo por base o AI-5. Os processos para a cassação de mandatos e/ou direitos políticos do deputado federal pelo MDB Edgar da Matta Machado; de Fernando Lôbo Braga; da vereadora de Ilhéus, na Bahia, pelo MDB Ida Oisiovici Dias da Silva Rêgo; do senador, também pelo MDB, Juvenal Lino de Mattos; do deputado federal e então estudante de Direito Maurílio Filgueira Ferreira Lima; e dos deputados pela Arena Rafael Hermeto de Almeida Magalhães e Solon Borges dos Reis acusavam os investigados de defenderem ou de se associarem ao *poder jovem*.⁸⁰ No entanto, o caso mais emblemático para analisar essa temática pode ser encontrado na investigação policial

⁸⁰ Cf., BR_DFANBSB_N8_0_AGR_LGS_0420_d0001de0001 (processo contra Edgar da Matta Machado); BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_0595_d0001de0001 (processo contra Fernando Lôbo Braga); BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_0802_d0001de0001 (processo contra Ida Oisiovici Dia da Silva Rêgo); BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_1159_d0001de0001 (processo contra Juvenal Lino de Mattos); BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_1354_d0001de0001 (processo contra Maurílio Filgueira Ferreira Lima); BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_1602_d0001de0001 (processo contra Rafael Hermeto de Almeida Magalhães); e BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_1743_d0001de0001 (processo contra Solon Borges dos Reis). *Arquivo Nacional*, Fundo: Conselho de Segurança Nacional.

contra o músico Caetano Veloso. Seu processo no CSN fazia referência a dois eventos em que o *poder jovem* desempenhava importância: primeiro, durante sua participação na fase eliminatória paulista do III Festival Internacional da Canção (FIC), em setembro de 1968; depois, quando estava preso no quartel do Primeiro Grupo de Artilharia Aeroterrestre, em janeiro de 1969.

No contexto dos debates artísticos de 1968, a participação de tropicalistas como Gilberto Gil, a banda “Os Mutantes” e o próprio Caetano nos festivais da canção era aguardada com expectativa. Esse sentimento era, em grande medida, criado (ou, ao menos, alimentado) pela nascente indústria cultural brasileira com a intenção de traduzir as polêmicas estéticas em ganhos financeiros. Nesse sentido, as competições que acompanhavam os festivais foram marcadas por conflitos ao mesmo tempo políticos, mercadológicos e estéticos. Não foi diferente durante o III FIC, organizado em várias fases pela então recém-criada TV Globo no início do segundo semestre de 1968. Sua fase paulista foi realizada no Teatro da Universidade Católica de São Paulo (TUCA). Nele, Gil se inscreveu com a canção “Questão de ordem” e Caetano com “É proibido proibir”. As duas canções se afastavam dos gêneros consagrados da Música Popular Brasileira (MPB) engajada, recorrendo a guitarras elétricas e à subversão de palavras de ordem próprias das culturas de esquerda. A apresentação de Caetano Veloso atraiu especial recepção negativa do público desde a fase classificatória, pois era acompanhada por uma performance do norte-americano Johny Dandurand que explorava elementos do movimento *hippie*. Mas, ainda assim, apenas ele seria classificado para a final paulista do III FIC, realizada em 15 de setembro de 1968.

Na ocasião da apresentação geral das músicas classificadas na fase paulista do festival, quando Caetano Veloso subiu ao palco acompanhado da banda “Os Mutantes” para a sua performance da canção “É proibido proibir”, ele foi intensamente vaiado pela plateia. Em um acesso de raiva, Caetano respondeu aos jovens estudantes que o vaiavam com um discurso que foi feito enquanto o trio de “Os Mutantes” se virou de costas para o público e continuou a tocar os acordes de “É proibido proibir”. Caetano gritou ao microfone frases que se tornariam célebres: “Mas é isso que é a juventude que diz que quer tomar o poder? [...] São a mesma juventude que vão sempre, sempre, matar amanhã o velhote inimigo que morreu ontem!”⁸¹ Parte da plateia também se virou de costas para o palco, enquanto uma outra parcela jogava copos de plástico, bolinhas de papel e até mesmo um pedaço de madeira nos artistas.

⁸¹ Transcrição feita a partir da faixa “É proibido proibir – Ambiente de festival com discurso”, do álbum “Cinema Olympia – Caetano raro & inédito 67-74”, lançado em 2006.

Esse evento – fundamental para os debates artísticos da segunda metade da década de 1960, mas aqui mobilizado com o objetivo de analisar a abrangência da categoria cultural de *poder jovem* para os conflitos políticos do período – tem sido interpretado de diferentes formas pela historiografia. De acordo com Marcos Napolitano, tratava-se de um confronto ao mesmo tempo estético e ideológico, indicativo do contexto em que a indústria cultural brasileira procurava se consolidar por meio da antítese entre dois produtos musicais diferentes – a MPB e o Tropicalismo.⁸² A rejeição da juventude universitária à performance de “É proibido proibir” era um repúdio não apenas à sonoridade tropicalista mas também ao seu comportamento e à concepção de juventude que ele, Caetano, procurava veicular. As roupas que Caetano Veloso e os integrantes da banda “Os Mutantes” vestiam durante a apresentação – um traje de plástico verde e fantasias de filmes de ficção científica, respectivamente – são indicativas desses valores rejeitados por uma plateia que se pensava, majoritariamente, como os representantes do *poder jovem*.

Os festivais da canção de uma forma ampla (e o III FIC, em especial) configuravam-se, nesse sentido, como o palco em que essa antítese entre a juventude associada à MPB e os jovens ligados ao Tropicalismo se transformava em disputa. No confronto estavam, de um lado, a plateia – formada por jovens universitários de esquerda, principal público-alvo da nascente indústria cultural que girava em torno da MPB – e os jurados – alçados à condição de autoridades musicais. De outro, estava o artista Caetano Veloso, defensor de um projeto disruptivo de antropofagia musical que se conectava com as vanguardas artísticas de sua época. Em artigo mais recente, Napolitano argumenta que “as vaias foram respondidas por um discurso que com o passar dos anos se tornaria notório, expressão de um novo conceito de juventude no Brasil”.⁸³ Enquanto a MPB reunia em torno de seus artistas uma juventude politizada e de esquerda, Caetano Veloso despontava como um novo “ídolo da juventude” na conjuntura de crise da Jovem Guarda. Nesse sentido, a controvérsia que envolveu os tropicalistas no III FIC era, também, um conflito entre recortes sociais de juventude diferentes e entre elaborações simbólicas diversas de condição juvenil.

Outra interpretação para essas disputas foi elaborada por Marcelo Ridenti, que busca apontar para os limites da antítese produzida nessa conjuntura. De fato, pode-se argumentar que a oposição entre MPB e Tropicalismo era, ela mesma, uma “concepção nativa”, fundamental

⁸² NAPOLITANO, Marcos. *Seguindo a canção: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969)*. São Paulo: Annablume, 2001, p. 270-274.

⁸³ NAPOLITANO, Marcos. Juventude e música. In: PRIORE, Mary del (org.). *História dos jovens no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2022, p. 321.

para o entendimento dos termos políticos e culturais em que as competições artísticas aconteciam nos festivais de canção em 1968. De acordo com Ridenti, “as críticas tropicalistas ao nacional-popular não implicavam uma ruptura com o nacionalismo, antes constituíam uma variante dele: a preocupação básica continuava sendo com a constituição de uma nação desenvolvida e de um povo brasileiro, afinados com as mudanças no cenário internacional, a propor soluções à moda brasileira para os problemas do mundo.”⁸⁴ Christopher Dunn, por sua vez, aponta para a importância dos contornos mercadológicos e publicitários conferidos ao Tropicalismo pela gravadora Philips e por seu diretor, André Midani. Preocupada em atrair o público jovem, a gravadora teria transformado essas produções artísticas em um produto “prontamente comercializável como uma novidade transgressora”. Ao mesmo tempo, argumenta ainda Dunn, “Caetano e Gil estavam mais preocupados com o efeito performático do que com a qualidade da música” em sua participação no III FIC. Seu objetivo principal seria “questionar o posicionamento dos festivais como plataforma de defesa das tradições brasileiras”, não vencer a competição.⁸⁵

De qualquer forma, na fase eliminatória paulista do III FIC, o público da MPB que se pensava e vivenciava a condição juvenil como *poder jovem* vaiava a juventude personificada pelos tropicalistas. Em *Verdade tropical*, o livro de memórias que publicou na década de 1990 e que se tornou um *best-seller*, Caetano explica que a plateia presente no TUCA era, em suas palavras, “predominantemente estudantil e comprometida com o nacionalismo de esquerda (quer dizer, anti-imperialista)”. Retrospectivamente e usando o tom envaidecido que caracteriza as suas lembranças e avaliações sobre os anos 1960, ele afirma que tinha consciência de que sua proposta de *happening* iria chocar esse público. Afinal, tratavam-se de jovens pouco interessados nas inovações estéticas propostas por ele. Nas páginas seguintes, quando descreve o público dos shows na boate Sucata, no Rio de Janeiro, que foram realizados em paralelo às finais nacionais do III FIC, os jovens que se aproximavam da proposta tropicalista são caracterizados pelo autor como “uma facção da juventude carioca que, sem ser conservadora, não se identificava com o modelo do estudante nacionalista de esquerda.”⁸⁶

Caetano explica também que compôs “É proibido proibir” e participou do III FIC, um evento com pouco prestígio nesse contexto, à contragosto. Ele teria sido pressionado por Guilherme Araújo, seu empresário. O artista apresenta a canção como “uma breve marchinha

⁸⁴ RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 276-277.

⁸⁵ DUNN, Christopher. *Brutalidade jardim: a Tropicália e o surgimento da contracultura brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 146-147.

⁸⁶ VELOSO, Caetano. *Verdade tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 301 e p. 306.

ternária com uma série de imagens anarquistas”.⁸⁷ Do ponto de vista da linguagem, ela pagaria um tributo à Bossa Nova. Em seus temas, ela buscava aproximar o Tropicalismo do Maio francês, daí o dístico que inspirou e batizou a canção – uma pichação que havia sido apresentada a Caetano por Araújo através de uma fotografia publicada na revista *Manchete*, mas que havia sido tomada de empréstimo dos surrealistas pelo movimento estudantil francês. Nas suas memórias, Caetano avalia a frase que dá início ao seu discurso como “confiantemente profética”. Afinal, o *poder jovem* não viria a se concretizar e, pelo contrário, a repressão aos movimentos de esquerda se aprofundaria alguns meses mais tarde. Entretanto, um juízo tão fatalista como esse é explicado mais pela memória social sobre a ditadura produzida nos anos 1990, quando Caetano escreveu seu livro, do que pelas disputas da década de 1960. Na noite em que a plateia vaiou a performance de “É proibido proibir”, o *poder jovem* parecia estar a ponto de se concretizar.

Caetano foi levado a comentar a sua reação aos insultos do público inúmeras vezes depois de 1968, a mais dramática delas ocorrida durante a sua prisão pela ditadura. Em dezembro de 1968, duas semanas após a edição do AI-5 e três meses após a apresentação no III FIC, ele e Gilberto Gil foram presos acusados de desrespeitarem o hino nacional e a bandeira do Brasil durante as performances que fizeram nos shows na boate Sucata. Mas o volumoso processo no Conselho de Segurança Nacional que resultou na expulsão de Caetano do país pouco tempo depois, em meados de 1969, trazia um conjunto de documentos sobre eventos diversos, indicando que o artista já era vigiado pelos órgãos de informação do regime há tempo considerável. Dentre esses documentos, estava uma versão recolhida por um agente da repressão não identificado sobre os acontecimentos do III FIC que registrava o conteúdo do discurso feito por Caetano, conferindo especial ênfase a uma suposta referência à possibilidade de tomada do poder pela juventude. No informe, lia-se:

TV – Canal 4 – Festival Internacional da Canção
 Caetano Veloso contou [sic] “E [sic] proibido proibir” – Na oportunidade foi vaiado. Reagiu: “Vocês não estão entendendo”. “Então mocidade, assim que vocês querem tomar o poder?” “Vocês estão alienados” / (ou outra coisa. Semelhante[sic]) “Vocês não conseguem entender”. Ficou possesso e retirou-se. Mas chegou a afirmar: ‘E [sic] assim que vocês/ querem tomar o poder, juventude’⁸⁸

Há algumas pequenas e significativas diferenças entre o registro do discurso de Caetano feito de improviso naquela noite de setembro no TUCA e a forma como o agente de informação do regime militar a anotou. No registro em áudio, Caetano se dirige à plateia questionando se

⁸⁷ VELOSO, Caetano. *Op. citada*, 1997, p. 297 e p. 303.

⁸⁸ Processo de Caetano Emanuel Viana Teles Veloso, fl. 16. *Arquivo Nacional*, Fundo: Conselho de Segurança Nacional, BR_DFANBSB_N8_0_PRO_0313_d0001de0001.

eram mesmo aquelas pessoas que o vaiavam – jovens que seriam incapazes de compreender as inovações estéticas trazidas pelo Tropicalismo – os representantes da juventude que desejava chegar ao poder. Já na fala que ficou registrada pelo militar, a frase de Caetano dá a atender que ele não questiona que é essa “mocidade” (no discurso, o artista disse “juventude”) que quer tomar o poder, mas, sim, “como” ela vai tomar o poder – isto é, vaiando e atirando objetos em artistas no palco. Caetano estaria, na versão registrada no documento, fazendo um questionamento sobre a efetividade da vaia e não ao princípio de tomada do poder pelos jovens ou ao entendimento da juventude como uma condição política. Nesse sentido, a proximidade com a categoria de *poder jovem* é muito mais explícita na frase de Caetano registrada pelo serviço de informação do que no discurso gravado.

Não por acaso, Caetano teve que explicar o seu entendimento dessa noção e a sua ligação pessoal com o *poder jovem* no depoimento que prestou ao major Hilton Justino Ferreira quando estava preso no quartel do Primeiro Grupo de Artilharia Aeroterrestre, em janeiro de 1969. Dessa vez, não foi o público universitário, de esquerda, fã da MPB e adepto da concepção de *poder jovem* que o questionou. Além disso, não eram as questões exatamente estéticas que estavam na ordem de preocupações do militar. Mas, sim, o temor com os movimentos juvenis que visavam atuar politicamente para chegar ao poder. O músico foi coagido a explicar qual era a juventude que queria tomar o poder e o que significava esse *poder jovem* que havia sido citado logo no início de sua fala no III FIC. No termo de perguntas, um documento policial que faz parte do processo do Conselho de Segurança Nacional contra Caetano, foi registrado que

[...] perguntado [sobre] o que quis dizer com a primeira frase acima citada, disse que estava enraivado e quis atingir o público no ponto que parecia ser a convic[ç]ão, digo, a tendência dêles, isto é: a criação do *poder jóvem* segundo consta nas revistas e jornais, não tendo outra idéia a não ser isso; acredita que o *poder jóvem* não exista e nem sabe o que é isso; acredita, digo, pensa que o *poder jóvem* é uma espécie de modernização de tudo, artes, músicas, teatros; modernização de um modo geral sem saber o que seja realmente [...].⁸⁹

Caetano oferecia, portanto, uma explicação sobre o que seria o *poder jovem* que localizava na imprensa a origem dessa concepção e a associava a uma atualização artística, sem mencionar explicitamente a sua dimensão potencialmente mais sensível: a compreensão do jovem como sujeito político por excelência e a possibilidade de tomada do poder pela juventude, com a consequente derrubada da ditadura.

⁸⁹ Processo de Caetano Emanuel Viana Teles Veloso, fl. 16. *Arquivo Nacional*, Fundo: Conselho de Segurança Nacional, BR_DFANBSB_N8_0_PRO_0313_d0001de0001, fl. 53. Grifos meus.

Em seu depoimento, produzido nas condições violentas de um interrogatório policial, Caetano se via coagido a reafirmar o seu afastamento da categoria de *poder jovem*. A expressão desse ponto de vista, contudo, era produzida como reação à compreensão particular de seu discurso anotada pelo agente policial a partir da transmissão televisiva do evento. Na leitura dos órgãos de informação, Caetano estaria exortando a juventude a tomar o poder e ensinando os meios para isso ser feito. Tratava-se de uma interpretação sobre o *poder jovem* diferente daquela expressada pelo seu discurso nas eliminatórias do III FIC. Caetano havia ironizado os jovens que queriam tomar o poder em sua performance, mas a interpretação dos agentes policiais dava a tender que o músico estivesse se assumindo enquanto uma liderança do *poder jovem*. Como argumenta Christopher Dunn, “a maioria dos agentes da repressão militar não percebia ou não compreendia a natureza específica da crítica tropicalista e simplesmente associava o movimento a uma ampla variedade de atividades artísticas identificadas de forma ampla como ‘subversivas’ ou ‘comunistas’.”⁹⁰

Os católicos progressistas em defesa do *poder jovem*

Além de ser amplamente pensada e debatida na imprensa, no movimento estudantil organizado e no meio artístico, a concepção “nativa” de *poder jovem* também revestia de sentidos simbólicos a atuação política de católicos brasileiros em fins dos anos 1960. Entre parte dos religiosos, a defesa da juventude compreendida como *poder jovem* reconhecia ser jovem como uma condição política dotada de características renovadoras que poderiam promover a justiça social e que se juntavam aos esforços críticos à ditadura militar. Mas esse modo de perceber a condição juvenil também atraía fortes críticas dentro do próprio campo católico. Delas são exemplo as acusações de Nelson Rodrigues de que o *poder jovem* era uma invenção descabida de “velhos” e de “padres de passeata”. De qualquer forma, um grupo muito diversificado de católicos – fossem clérigos ou não – saiu em defesa do *poder jovem*, especialmente entre 1967 e 68. Ele incluía desde o intelectual Alceu Amoroso Lima, importante membro do laicato católico e opositor do regime instaurado em 1964, até o irmão Deolindo Caetano Valliati, diretor do Departamento de Educação da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB). Abrangia desde o jesuíta Fernando Bastos D’Ávila, representante do clero católico no Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, até o padre e deputado federal pela Arena Luís de Meneses Medeiros Neto. A interseção entre política e grupos de idade também era percebida por meio da categoria de *poder jovem* por membros da alta hierarquia da Igreja, como

⁹⁰ DUNN, Christopher. *Op. citada*, 2009, p. 170-171.

exemplificam as atuações do arcebispo de Olinda e Recife, dom Hélder Câmara, e de dom José Delgado, arcebispo de Fortaleza.

Como essa aproximação entre parte significativa de católicos e a juventude vivenciada como *poder jovem* foi possível, a ponto de se tornar parte importante das disputas internas à Igreja no Brasil? A década de 1960 foi um contexto de grandes modificações para o catolicismo brasileiro. Com a realização do Concílio Vaticano II, entre 1962 e 1965, ganhava força um projeto de renovação institucional da Igreja Católica com implicações diretas para o cotidiano dos fiéis e do clero. A doutrina social da Igreja foi atualizada ao contexto da Guerra Fria, com as encíclicas *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963), do papa João XXIII. Nesses documentos, o subdesenvolvimento econômico em países latino-americanos como o Brasil foi pensado como uma mazela cujo combate deveria fazer parte das preocupações dos religiosos. Esse novo enquadramento impulsionou o trabalho de setores progressistas da Igreja Católica, como os movimentos juvenis da Ação Católica, em especial a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC).⁹¹ Em termos políticos, buscava-se configurar uma terceira via, encabeçada pela Igreja, para o desenvolvimento e o combate das desigualdades sociais.

Enquanto alguns católicos se aproximavam do marxismo, como exemplifica a fundação da AP por membros da JUC que assumiram explicitamente a defesa do socialismo a partir de 1962, outros teciam críticas tanto ao materialismo capitalista quanto ao ateísmo comunista. Esse debate era caracterizado por valores cristãos como a solidariedade e a justiça social. A linguagem política de muitos desses militantes, portanto, aproximou-se, especialmente ao longo da década de 1970, da pauta de defesa dos direitos humanos. Outros católicos, ainda, defendiam projetos políticos de matiz conservadora ou reacionária, como indica a presença de padres e rosários nas mobilizações em torno da defesa do golpe civil-militar de 1964. A Igreja Católica, afinal, era uma instituição politicamente heterogênea. Entre a repressão do Estado a organizações católicas de esquerda e o apoio de bispos conservadores à ditadura, havia ainda – como argumenta Keneth Serbin – um “diálogo nas sombras” que procurava retomar a “concordata moral” e que se materializaria nos encontros bipartites entre Igreja e Estado a partir de 1970.⁹²

⁹¹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves e PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Col. O Brasil Republicano, vol. 4. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 101-102 e p. 109-115.

⁹² SERBIN, Keneth. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Nesse contexto, a importância da categoria cultural de *poder jovem* para setores ligados à Igreja era tão significativa que até mesmo um documento produzido por militares reconhecia a aproximação entre católicos e juventude. O texto foi publicado e comentado na imprensa em maio de 1968⁹³, tendo sido atribuído a oficiais da Escola Superior de Guerra que compartilhariam do projeto de reestruturação política de Castello Branco batizado de “sorbonista” pelos jornais dos anos 1960. Seu ponto de vista partia da premissa da “inautenticidade dos partidos” e da ausência de forças políticas organizadas em termos democráticos para afirmar que, no Brasil de 1968, havia uma série de “poderes institucionais” paralelos. Seriam eles: o poder militar, o da Igreja Católica, o da imprensa, o do operariado, o jovem e o poder econômico. O texto defendia a “união de forças do poder econômico com as do poder militar”, tendo em vista que aproximações entre o poder militar e a juventude, a Igreja ou o operariado seriam impensáveis. Mais do que isso, o documento afirmava que a outra afinidade possível dentre esses vários poderes estava entre os chamados “poder da Igreja” e “poder jovem”. Conforme o texto, publicado integralmente na edição de 3 de maio de 1968 d’*O Jornal*, “o poder Jovem está divorciado da geração envelhecida e de todos os outros poderes, compondo-se apenas e aparentemente com o Poder da Igreja”.⁹⁴

Um dos mais importantes eventos no qual a categoria de *poder jovem* foi apresentada, desenvolvida e defendida por um religioso aconteceu em 17 de maio de 1968. Tratava-se de um painel informativo realizado na sede da CRB, no Rio de Janeiro, em que o irmão Deolindo Caetano Valliati realizou uma conferência sobre o tema. A CRB havia sido fundada em 1955 e sua função essencial era a promoção da formação e da articulação entre ordens e congregações religiosas. Deolindo era um padre que atuava também como psicólogo, educador e sociólogo, além de ocupar o cargo de diretor do departamento educacional da CRB. Ele intitulou a sua palestra de “Problemas da juventude no mundo de hoje”. A fala de Valliati foi inteiramente baseada em reportagens de jornais brasileiros e estrangeiros, tendo sido amplamente divulgada pelos principais periódicos da imprensa brasileira à época. Material de pesquisa não faltou ao religioso, pois os acontecimentos então recentes – no Brasil como em outras partes do mundo – já indicavam o processo de emergência da juventude analisado até aqui. Naquele maio de 1968, as manchetes de jornal noticiavam tanto os desdobramentos do assassinato do

⁹³ Sorbone inspirou poder industrial-militar. *Correio da Manhã*, sábado, 4 mai. 1968, 1º Caderno, p. 3; MONIZ, Edmundo. O complexo industrial-militar. *Correio da Manhã*, terça-feira, 7 mai. 1968, 1º Caderno, p. 6; Grupo manobra para tentar implantar no País o Estado militarista. *Tribuna da Imprensa*, sexta-feira, 3 mai. 1968, p. 3.

⁹⁴ Sem título. *O Jornal*, sexta-feira, 3 mai. 1968, 2º Caderno, p. 1.

secundarista Édson Luís de Lima Souto, em março, quanto comentavam de forma exaustiva as manifestações de jovens estudantes na França, a partir de maio.

Segundo o que noticiou a imprensa⁹⁵, o padre Deolindo Caetano Valliati iniciou a sua fala conectando esses eventos políticos recentes em diferentes partes do mundo. O religioso citou os protestos contra a guerra do Vietnã, a Revolução Cultural chinesa e as manifestações estudantis na França como exemplificações de um fenômeno mundial. Valliati seguia comentando o contexto brasileiro, em que os principais alvos do protesto de jovens diziam respeito às universidades, devido à sua falta de vagas e verbas, aos currículos desatualizados e à marginalização dos discentes. O denominador comum entre todos esses movimentos políticos seria justamente a participação e o protagonismo da juventude. Para ele, os jovens haviam tomado consciência de sua força política e passavam a agir em conformidade com essa consciência. Mas Valliati não se rendia ao ponto de vista – de fundo ao mesmo tempo nacionalista e anticomunista – de que os jovens brasileiros seriam marionetes ingênuas, facilmente manipuladas por forças estrangeiras que escondiam interesses antinacionais. Ao contrário, Deolindo, conforme registrou o *Correio da Manhã*, “classificou de ‘primarismo’ julgar que os jovens, em geral, estejam recebendo instruções de centrais subversivas, já que eles protestam tanto em regimes liberais como em regimes ditatoriais.” Da mesma forma, o religioso dizia – em tom crítico – que a estratégia usada por regimes democráticos e ditatoriais para lidar com o *poder jovem* era a mesma: o cassetete e as bombas de gás lacrimogêneo que reprimiam as “manifestações da juventude”.⁹⁶

Deolindo Valliati apresentava também o que ele chamava de “consequências do poder jovem”, isto é, os resultados já alcançados pela juventude a partir de sua atuação possibilitada por seu auto-reconhecimento como força política em diferentes partes do mundo. Para ele, o afastamento do presidente da Coreia do Sul, a troca do ministro da Educação no Equador e a prisão do reitor da Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos, seriam as consequências visíveis do *poder jovem*. No Brasil, o maior resultado do *poder jovem* até aquele momento – seguia argumentando o frei – teria sido o evento em que um grupo de jovens do Recife entregou ao padre Pedro Arrupe um documento com severas críticas aos jesuítas, acusados por eles de transformarem a educação em comércio e de adotarem postura autoritária nas relações de

⁹⁵ SANDRONI, Cícero. Coluna “Quatro cantos”. *Correio da Manhã*, quarta-feira, 15 mai. 1968, 1º Caderno, p. 7; Valliati vê força que o jovem tem. *Correio da Manhã*, sábado, 18 mai. 1968, 1º Caderno, p. 10; Palestra tem jovem por tema. *Diário de Notícias*, quarta-feira, 15 mai. 1968, 1ª Seção, p. 6; Igreja vê poder jovem como força autêntica. *Diário de Notícias*, sábado, 18 mai. 1968, 1ª Seção, p. 6; Religioso diz que jovem sabe a sua força. *Jornal do Brasil*, sábado, 18 mai. 1968, 1º Caderno, p. 16; Frei diz que rebelião dos jovens é tomada de consciência de sua força. *Tribuna da Imprensa*, sábado e domingo, 18 e 19 mai. 1968, p. 2.

⁹⁶ Valliati vê força que o jovem tem. *Correio da Manhã*, sábado, 18 mai. 1968, 1º Caderno, p. 10.

ensino. A leitura política que Deolindo fazia desses eventos era pautada por princípios e analogias cristãs. Para ele, a atuação da juventude era uma “nova cruzada” que incomodava o “sono dos líderes”. “Ela”, prosseguia o religioso, “parece ser mais eficaz do que a trágica peregrinação ao Santo Sepulcro”.

Apesar de adotar tom predominantemente otimista diante do *poder jovem*, o religioso encerrava a sua conferência analisando o que considerava serem as possíveis soluções para os “problemas da juventude”. Nesse sentido, Valliati falava sobre a geração mais jovem a partir do ponto de vista das gerações adultas. Por isso, ele sentenciava: “Ou dialogamos ou perdemos a juventude.” O religioso defendia que os adultos – “nós”, segundo o *Jornal do Brasil*, o que indica que a sua conferência tinha como interlocutores presumidos os adultos e não os jovens – deveriam estar presentes nos grupos da juventude para promover o surgimento de lideranças juvenis. Por fim, Deolindo defendia a atuação de “especialistas que sejam capazes de, com os jovens, analisar o mundo, orientando-os para os valores positivos, substituindo a autoridade externa por aquela derivada da consciência”.⁹⁷

Como citado anteriormente, Valliati não foi o único religioso católico que pensou e advogou em favor do *poder jovem* no contexto de 1968. Também o padre Juarez Benício Xavier, um dos líderes da JUC em João Pessoa, estado da Paraíba, ocupou-se do assunto. A JUC, um dos setores especializados da Ação Católica no Brasil, havia sido fundada em 1950, sob a inspiração das ideias dos pensadores católicos Jacques Maritain e Emmanuel Mounier. Nesse sentido, a fala de Xavier ganha especial significado na medida em que o sacerdote estava diretamente ligado a um dos mais importantes movimentos leigos da Igreja Católica voltados aos jovens. Foi justamente por meio da ação da JUC e da Juventude Estudantil Católica (JEC), entre os anos 1950 e 1960, que os movimentos juvenis católicos se aproximaram da cultura de esquerda, inclusive incorporando o neologismo existencialista de *engajamento* para pensar a sua ação política, como analiso no Capítulo III.

De fato, a trajetória do padre Juarez era caracterizada por proximidades variadas com os jovens e as discussões sobre a juventude estudantil. Segundo um prontuário político produzido pela agência do Recife do SNI em dezembro de 1982, ele havia sido professor contratado de Filosofia na Universidade da Paraíba até 1965 e capelão dos estudantes (tanto universitários como secundaristas) na cidade de João Pessoa. Em tom anticomunista, o sacerdote era descrito no documento como um membro da “esquerda católica” cuja atuação exerceria “influência perniciososa e tendenciosa, sempre dirigida contra o princípio da

⁹⁷ Religioso diz que jovem sabe a sua força. *Jornal do Brasil*, sábado, 18 mai. 1968, 1º Caderno, p. 16.

AUTORIDADE e pela adesão aos princípios doutrinários de MARX”. Ao reunir todos os dados sobre o padre recolhidos pelo sistema de segurança e informações do regime militar, o prontuário fazia referência também à prisão do padre Juarez Benício Xavier por motivos políticos. O religioso era ainda descrito como um “agitador vermelho” e acusado de trabalhar entre os jovens estudantes para transformar a fé em Cristo na fé em Marx-Engels. Em outra entrada, de 1966, era informado que o sacerdote havia se tornado professor em seminários das cidades de Recife e Olinda.⁹⁸

A conferência do padre Xavier foi realizada na sede do Clube Atlético Sapeense, na cidade de Sapé, localizada próximo a João Pessoa. O evento aconteceu no dia 29 de setembro de 1968 e chamou a atenção dos órgãos de informação da ditadura militar, indicando como a apologia explícita do *poder jovem* era compreendida como defesa da “subversão”. Um informe detalhado sobre o conteúdo da fala de Juarez Benício Xavier foi difundido pelo Ministério da Aeronáutica em janeiro do ano seguinte. Segundo o documento, o sacerdote teria iniciado a sua conferência dizendo que, em suas viagens por várias regiões do interior da Paraíba, havia adquirido um conhecimento amplo sobre “o domínio territorial do Poder Jovem, que era uma mentalidade sã e sadia, mas que viviam [sic] oprimidos sem poder desenvolver seus interesses para um país de amanhã.” Xavier teria feito duras críticas ao regime instaurado em 1964, na maior parte das vezes recorrendo aos grupos de idade como marcador diferencial para o seu raciocínio político. Nesse sentido, os “velhos” apareciam como representativos de tudo o que era ultrapassado, do poder instituído, do governo. Os “jovens”, por sua vez, eram aproximados do novo, do futuro, das possibilidades em aberto.

O regime militar não teria trazido nenhum “benefício” aos brasileiros, continuava o sacerdote, “porque errou e continua errando, em manter os velhos no poder e não aos [sic] jovens”. Além disso, o religioso fazia críticas explícitas à repressão do Estado direcionada aos jovens – entendida como a única estratégia usada pelo governo para lidar com as demandas dos estudantes. Compreendendo juventude como sinônimo da condição estudantil, Juarez afirmava que as tentativas de estabelecer um diálogo com as autoridades governamentais eram recebidas com “tiros e pancadarias”. Os protestos de rua dos jovens contra as irregularidades se deparavam com cassetetes, o que demonstraria a incompetência das gerações mais velhas em governar o país. Numa inversão do que muitas vezes se lia na imprensa, os responsáveis pelos “acontecimentos trágicos” seriam as próprias Forças Armadas e não os estudantes. Apesar de seu tom de denúncia, a conferência do padre Xavier era também esperançosa. Em seu

⁹⁸ Informação nº 244/19/ARE/82, 7 de dezembro de 1982. *Arquivo Nacional*, Fundo: Serviço Nacional de Informações, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_82003893_d0001de0001. Grifos do autor.

diagnóstico, a força dos jovens iria superar a dos velhos na medida em que os estudantes se juntariam aos trabalhadores e aos “homens de consciência sã”. Em conclusão, ainda segundo o mesmo informe, o padre dizia que o Brasil não alcançaria o “progresso” enquanto ainda estivesse “em poder dos velhos”. Caberia aos jovens “superar êste poder arcaico e marchar para um poder livre”.⁹⁹

O fato de clérigos e católicos leigos compartilharem a concepção de juventude vivenciada como *poder jovem* atraiu críticas as mais diversas. Afinal, a oposição à ditadura militar e a aproximação de pautas de esquerda não eram um consenso entre esses religiosos. Em maio de 1968, a ridicularização desse fenômeno se tornou visualizável em uma charge publicada na revista semanal *O Cruzeiro* (ver **Figura 4**). Nela, um grupo de clérigos aparece reunido diante de um púlpito. Os padres são representados de forma homogênea, todos com os traços faciais semelhantes. Appe, o autor da charge, recorria a símbolos visuais típicos para representar os padres: a batina preta com colarinho branco e o corte de cabelo de tipo tonsura, arredondado na parte superior da cabeça. No alto do púlpito, para onde olham atentos todos os padres, estava um jovem – desenhado com traços infantilizados e cabelos desgrenhados – que discursava com um braço levantado no ar.

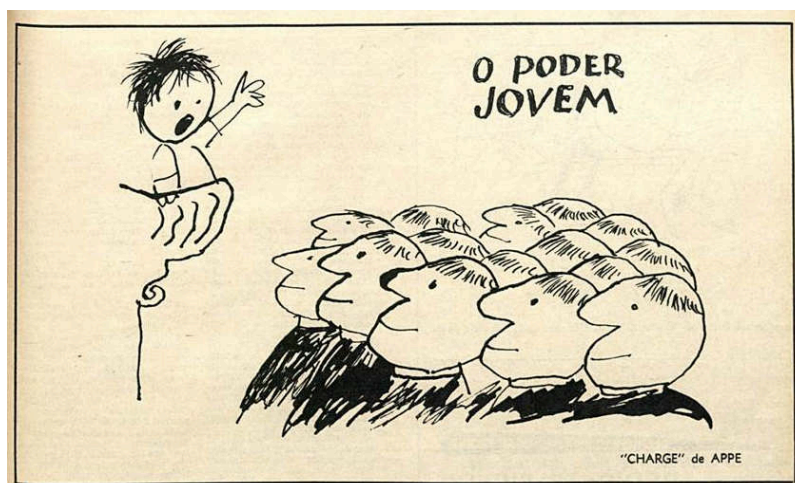


Figura 4: *O poder jovem*. *O Cruzeiro*, 25 mai. 1968, p. 153.

A charge foi sintomaticamente intitulada “O poder jovem”. Nela, Appe ironizava a inversão das posições socialmente esperadas nas relações entre jovens e adultos, padres e fiéis. Na dupla condição de padres e adultos, o grupo de clérigos assiste com certo deslumbramento embevecido aos ensinamentos do jovem orador. Não são os padres que educam e catequisam, mas o jovem que – do alto do púlpito, exercendo seu *poder jovem* – dá lições aos membros da

⁹⁹ Informação nº 005/ZONAER 2: Conferência proferida pelo padre Juarez. 6 de janeiro de 1969. *Arquivo Nacional*, Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores, BR_DFANBSB_VAZ_0_0_38896_d0001de0001.

Igreja Católica. A charge sugeria que a hierarquia, um dos princípios constituintes do cristianismo católico, havia sido invertida a partir do momento em que os padres aceitavam a juventude como uma condição política dotada de poder. Segundo Appe, essa inversão teria acontecido em proporções tão acentuadas que eram os próprios clérigos aqueles que se subordinariam aos jovens, ouvindo os seus ensinamentos.

Uma oposição muito mais irônica e alarmista tanto à juventude vivenciada como *poder jovem* quanto à corrente progressista da Igreja Católica foi produzida nas páginas do jornal *O Globo*, mais especificamente nos artigos escritos por Nelson Rodrigues – ele próprio um católico que ia às missas todos os domingos. O conjunto de crônicas publicadas em sua coluna diária (“As confissões de Nelson Rodrigues”) que abordam a temática é significativo em termos quantitativos. São 13 textos, que vieram a público entre 29 de janeiro de 1968 e 25 de setembro de 1969. Neles, o *poder jovem* e aqueles que seriam, no ponto de vista do articulista, os responsáveis por sua fabricação recebiam as mais virulentas críticas na medida em que Nelson Rodrigues resenhava mobilizações juvenis ao longo do ano de 1968.

O principal tema debatido pelo jornalista ao pensar essa categoria cultural, portanto, era a atribuição de uma “autoria” a ela. Logo no primeiro texto que publicou sobre o assunto, em janeiro de 1968, Nelson Rodrigues afirmava que “o jovem propriamente não moveu uma palha para se tornar poderoso. Foram os pais, as tias e, numa palavra, a família; foram os professores, os sociólogos, os sacerdotes, os jornalistas, os políticos.”¹⁰⁰ Os supostos criadores do *poder jovem* eram explicitamente nomeados pelo cronista, com Rodrigues chegando até mesmo a atribuir essa autoria a dom Hélder Câmara, a Alceu Amoroso Lima e aos “padres de passeata”. Nas palavras do mais importante biógrafo de Rodrigues, o jornalista Ruy Castro, “Alceu e dom Hélder eram também grandes favoritos entre o ‘Poder Jovem’, a massa de adolescentes [sic] que, de Pequim a Nova Iguaçu, acreditava sinceramente que iria dominar o mundo em 1968. Nelson abriu guerra nas três frentes: contra Alceu, dom Hélder e o ‘Poder Jovem’.”¹⁰¹ Nesse ponto de vista sobre o *poder jovem*, o jornalista afirmava uma concepção de juventude enquanto um grupo etário incapaz de exercer a sua própria autonomia. A submissão às vontades dos adultos seria uma característica tão distintiva da condição juvenil, na compreensão de Nelson Rodrigues, que até mesmo uma categoria cultural basilar para os jovens dos anos de 1960 – o

¹⁰⁰ RODRIGUES, Nelson. Capítulo XXXVI: Estão fazendo o anti-Brasil e desumanizando o brasileiro. *O Globo*, Coluna “As confissões de Nelson Rodrigues”, segunda-feira, 29 jan. 1968, Vespertina, Geral, p. 2.

¹⁰¹ CASTRO, Ruy. *O anjo pornográfico: a vida de Nelson Rodrigues*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 372. Além de Ruy Castro, Katya Braghini também apontou, sem se aprofundar sobre a temática, como o *poder jovem* era criticado por jornalistas como Nelson Rodrigues e Alfredo Gomes em 1968. Cf. BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. *Op. cit.*, 2015, p. 145-148.

poder jovem – teria se produzido de forma heteronômica, pela vontade de terceiros (adultos) a que os jovens se submetiam.

Rodrigues associava o *poder jovem* ainda ao que ele chamava de “culto da imaturidade”, supostamente mantido por sacerdotes católicos. Ele chegou até mesmo a afirmar que a sensação de “onipotência” do jovem, sintetizada na concepção de *poder jovem*, era o resultado de uma “bofetada” dada pelo filho ou pela filha no pai ou na mãe sem ser devidamente repreendida. No seu entendimento, a juventude não era uma condição especial que garantiria um espaço particular de atuação política. Ao contrário, negando qualquer valor diferencial para os marcadores de idade, Nelson Rodrigues questionava a qualificação necessariamente positiva atribuída aos comportamentos e valores jovens. Em outra crônica, publicada em maio de 1968, ele ironizava: “Em nossa época, ser ou não ser jovem, eis a questão. Na minha infância, o jovem tinha vergonha de o ser. Todo mundo queria ser velhíssimo.”¹⁰² Por fim, para Nelson Rodrigues, o *poder jovem* seria antinacional na medida em que afastava os brasileiros dos problemas do país. Nas manifestações de rua e nas demandas da juventude que se compreendia como o *poder jovem*, Rodrigues via debates sobre a Revolução Cubana e a Guarda Vermelha Chinesa. Mas ele afirmava, em uma crônica publicada em março de 1968, que gostaria de ver a Amazônia e a mortalidade infantil no Brasil dentre as preocupações dos jovens.¹⁰³

A juventude vivenciada como *poder jovem* foi amplamente debatida e (re)avaliada entre 1967 e 1969, por grupos e em espaços sociais diversos: da imprensa à música, do campo religioso ao movimento estudantil, do mercado editorial aos sistemas de informação da ditadura. Essa categoria também acionou respostas variadas de diferentes agentes políticos, na medida em que se buscava apoiar, reprimir ou disciplinar a novidade representada pelo estatuto eminentemente político conferido por essa categoria à condição juvenil. Parte dessas respostas se configuraram pela repressão militar, em prisões e perseguições que reafirmavam o caráter ditatorial do regime político instaurado em 1964. Em certa medida, o estudo dessas ações repressivas do Estado tem sido privilegiado pela historiografia sobre a ditadura.¹⁰⁴ Mas houve

¹⁰² RODRIGUES, Nelson. Capítulo CXXI: Eis o fato novo na vida brasileira: – o culto da imaturidade. *O Globo*, Coluna “As confissões de Nelson Rodrigues”, quinta-feira, 16 mai. 1968, Vespertina, Geral, p. 2.

¹⁰³ RODRIGUES, Nelson. Capítulo XCIV: O jovem erguia um cartaz pedindo “Muerte”. *O Globo*, Coluna “As confissões de Nelson Rodrigues”, segunda-feira, 11 mar. 1968, Vespertina, Geral, p. 2.

¹⁰⁴ Essa historiografia indica que, apesar de possuírem um escopo mais amplo e de guardarem importantes especificidades, as políticas de repressão militar e censura às diversões públicas, por exemplo, demonstravam particular sensibilidade ao processo de emergência da juventude como sujeito político e à consequente necessidade de “resguardar” os jovens brasileiros de “influências” tidas como maléficas. Em uma dimensão, a juventude e suas mudanças comportamentais, especialmente aquelas ligadas às chamadas sexualidades desviantes ou ao uso de

também tentativas de incorporação do *poder jovem* como um rótulo publicitário que buscava mitigar qualquer possível efeito contestador da condição política da juventude. Mais importante, contudo, foram as respostas ao *poder jovem* no âmbito do Estado, que se traduziram em um repertório de políticas da ditadura militar voltadas ao grupo etário juvenil – o tema analisado no Capítulo II.

drogas, mobilizavam os aparatos policiais em suas ações de violência institucionalizada a partir da ótica anticomunista. Cf. COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar. In: QUINALHA, Renan e GREEN, James (org.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: Edufscar, 2014, p. 34-38 e BRITO, Antonio Mauricio Freitas. “Um verdadeiro bacanal, uma coisa estúpida”: anticomunismo, sexualidade e juventude no tempo da ditadura. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 26, 2019, p. 1-22. Em outra dimensão, como argumenta Mariana Joffily, o estigma do *subversivo* no qual estava fundamentado o sistema DOI-CODI incluía a compreensão do jovem como um “inocente útil”, particularmente suscetível ao comunismo e às ações armadas contra o regime. Cf. JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013, p. 198-199. Além disso, pode-se compreender as políticas de repressão ao movimento estudantil como parte das respostas violentas do Estado às atividades políticas dos jovens. Apesar de ser um tema recorrente, as especificidades dessas ações têm sido analisadas apenas marginalmente pela historiografia do movimento estudantil, que privilegia a reflexão sobre as correntes ideológicas e os eventos estudantis de grande repercussão pública. Cf., por exemplo, SANFELICE, José Luís. *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo: Cortez, 1986, p. 151-158 e FAGUNDES, Pedro. “Operação Ibiúna”: XXX Congresso da UNE sob o olhar da repressão política. In: MÜLLER, Angélica (coord.). *1968 em movimento*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p. 101-116.

Capítulo II

Respostas ao *poder jovem*: a ditadura e seu repertório de políticas para a juventude

Alguns intelectuais idosos estão sendo convertidos em “profetas dos jovens”. Que ensinam eles? Que a experiência nada vale, que a tradição nada representa, que só uma ditadura da juventude poderia consertar este “mundo absurdo” etc. etc. [...] Essas velhas teses, agora reeditadas, certamente não terão boa fortuna no Brasil. Os nossos jovens escolhem outros caminhos. Lançam-se com fervor a esforços construtivos. [...] Está aí – no *Projeto Rondon* [...] – o verdadeiro *poder jovem*, o poder criador da juventude brasileira, o poder do entusiasmo construtivo dos moços, a resposta de nossa mocidade aos que procuram atraí-la para as hostes do desespero e da autodestruição.

Editorial “O poder jovem”, do jornal *O Globo*, publicado em 11 de junho de 1968.¹

Há uma *impaciência*, sob muitos aspectos legítima, nos jovens de hoje. [...] A *impaciência* da juventude é, na realidade, uma das *fôrças* com que conta o Brasil para dar progresso em todos os setores, porque ela não é a *impaciência* de apenas uma geração, mas de todos, adultos e jovens, unidos pela certeza de que nossa ideologia é a do entusiasmo e a do arrôjo e que nosso intuito é de construir uma civilização que venha a dizer algo de nôvo ao homem do futuro. [...] Outro não foi o propósito de nosso preclaro e grande presidente ao determinar o lançamento, no âmbito do Ministério dos Transportes, da “*Operação Mauá*”, iniciativa de elevado objetivo e sentido social, que consiste em colocar o estudante de engenharia em contato direto com as obras atualmente em execução no Brasil [...].

Mário David Andreazza, ministro dos Transportes, em artigo publicado no jornal *Correio da Manhã* em 5 de setembro de 1968.²

O que muito tem preocupado um bom número de pessoas é a pergunta de qual seria a *idade do Poder*. [...] Esse é o caminhar dos jovens ao poder. Com a capacidade, dinamismo e marcante espírito de brasilidade, paulatinamente, irão ocupar de forma brilhante os altos postos da República brasileira. É o *poder em ritmo jovem*, são os *jovens na idade do Poder*.

Artigo “A idade do poder”, publicado pelo jovem arenista Armando Delmanto no livro *A juventude: participação ou omissão* em 1970.³

¹ O poder jovem. *O Globo*, terça-feira, 11 jun. 1968, Matutina, Geral, p. 1. Grifos meus.

² ANDREAZZA, Mário. A “Operação Mauá” e o jovem brasileiro. *Correio da Manhã*, quinta-feira, 5 set. 1968, Caderno Econômico, p. 15. Grifos meus.

³ DELMANTO, Armando M. *A juventude: participação ou omissão*. São Paulo: Edições Edijor, 1970, p. 100. Grifos meus.

No mesmo momento em que a categoria cultural de *poder jovem* começava a ser vivenciada, entre 1967 e 1968, o tema das políticas de Estado para a juventude também se manifestava, no Brasil, como alvo de preocupações para diferentes sujeitos individuais e coletivos. A condição juvenil passava a ser entendida como uma *problemática* tanto pelos militares como para os grupos sociais diversos que, naquele momento, ocupavam espaços dentro da estrutura governamental da ditadura. Nesse contexto, encarar a juventude como fonte de ansiedades era uma novidade pelo conteúdo, não exatamente pela forma. Em períodos anteriores, ao longo do século XX, o poder estatal e grupos político-ideológicos diversos haviam produzido ações, ainda que de menor abrangência, voltadas aos jovens.⁴ Mas, nos anos 1960, o *poder jovem* se configurava como um ineditismo ao habilitar a juventude como sujeito político disruptivo por excelência. Ainda assim, ele era muitas vezes compreendido por grupos de sustentação do regime a partir de concepções culturais já existentes e anteriores ao golpe de 1964, como aquelas próprias ao anticomunismo e ao nacionalismo. As inovações do contexto dos últimos anos dessa década eram a demanda e/ou proposição de programas estatais especificamente voltados para o disciplinamento da juventude e, também, a sua efetiva implementação pelo regime. Esse processo levou à estruturação de um repertório de políticas voltadas, a um só tempo, ao controle e à *participação* subordinada dos jovens: o Projeto Rondon, a Operação Mauá e os diretórios juvenis da Arena e do MDB. Todas elas buscavam, de formas diversas, dar conta dos desafios da juventude metonimizada em *poder jovem*. Ao mesmo tempo, afirmavam a existência de condições juvenis que se apresentavam como os contrários da referida por essa categoria.

Entre esses grupos que pressionavam por políticas de juventude em fins dos anos 1960, destacavam-se as militantes da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE). Organização conservadora e anticomunista criada antes do golpe, no contexto das oposições de direita ao governo João Goulart que desencadearam a sua derrubada, a CAMDE era formada por

⁴ Como exemplos dessas ações que precederam a ditadura militar, podem ser citadas: programas voltados à juventude com abrangência ideológica localizada, como a Federação da Juventude Comunista Brasileira (FJCB), ligada ao PCB, entre as décadas de 1920 e 1940 (cf. RIBEIRO, Jayme Fernandes e ZAMPA, Vivian. *Juventude comunista: o proletariado do amanhã (1927-1947)*. In: PRIORE, Mary del (org.). *História dos jovens no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2022, p. 271-306); o projeto Organização Nacional da Juventude (depois, Juventude Brasileira), uma política de mobilização cívica e nacionalista dos jovens criada pela ditadura do Estado Novo, nos anos 1930 (cf. MÜLLER, Angélica. *Entre o Estado e a sociedade: a política de juventude de Vargas e a fundação e atuação da UNE durante o Estado Novo*. 2005. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005); ou, ainda, ações que lidavam com os jovens a partir do vínculo social com o espaço rural, como os Clubes 4-S criados na década de 1950 (cf. GOMES, Leonardo Ribeiro. *“Progredir sempre”: os jovens rurais mineiros nos Clubes 4-S: Saber, Sentir, Saúde, Servir (1952-1974)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013).

mulheres das elites cariocas que frequentavam a Igreja Católica e, em sua maioria, não exerciam atividades remuneradas. As militantes da CAMDE pensavam-se a partir de lugares femininos tradicionais: donas de casa, esposas de seus maridos e – aspecto fundamental para a minha análise – mães de seus jovens filhos.⁵ Elas liam o seu presente como um tempo de “crise de valores” em que o comunismo buscava desestruturar a família e a pátria brasileiras por meio de seu elo mais fraco: os jovens, vistos como sujeitos dependentes e em processo de formação. Por isso, adotaram ações de educação moral e cívica voltadas aos estudantes – pensados como seus filhos. E também discutiram, em 1967, temas relativos à formação da juventude durante o I Congresso Sul-Americano da Mulher em Defesa da Democracia, realizado no Rio de Janeiro. Em abril de 1968, a CAMDE soltou uma nota à imprensa em que se mostrava perplexa diante da morte de Édson Luís, posicionando-se contra o recurso à violência ao mesmo tempo em que atribuía o “ardor juvenil” das passeatas a influências e manipulações estrangeiras. “Por isso”, argumenta Janaína Martins Cordeiro, as militantes da CAMDE “acreditavam que era parte de seu papel de *mães* colaborar para que os jovens fossem educados ou (*re*)educados respeitando o que consideravam o ‘espírito cívico’ nacional”.⁶

Esse ponto de vista compartilhado pelas ativistas da CAMDE ganhou novas nuances diante da emergência da juventude como sujeito político, processo sintetizado pela categoria de *poder jovem*. Em uma reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* arquivada por esse grupo de mulheres na forma de *clipping* e classificada com o tema “Estudantes”, o Projeto Rondon era apresentado como um contraponto positivo ao que era denominado como a *força juvenil*. Intitulado “A outra face dos nossos universitários” e publicado na edição do dia 17 de julho de 1968, o texto chamou a atenção da CAMDE ao denominar as mobilizações estudantis daquele ano como uma “estudada barulheira do movimento indubitavelmente subversivo a que se vem entregando uma parcela de resto insignificante da nossa mocidade acadêmica”. O periódico se ressentia da pouca visibilidade dada à “outra face” da juventude, mencionada no título da reportagem: justamente aquela associada ao Projeto Rondon, descrito como “esse outro empreendimento, admirável na sua concepção e esplendido [sic] nos seus resultados práticos”. Na sequência, a reportagem afirmava que:

[...] se compararmos ambas as *forças juvenis* empenhadas, uma na destruição da nossa Universidade sob o pretexto de a reformar pela base, outra no prosseguimento da obra encetada pelas Bandeiras, continuada e levada a bom termo pelo velho marechal que lhe emprestou o nome e desdobrada mais tarde pelo Correio Aéreo Nacional, veremos que os que deixaram o Brasil de lado para aceitar a liderança demolidora de Moscou,

⁵ CORDEIRO, Janaina Martins. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009, p. 104.

⁶ *Idem.*, p. 134. Grifos da autora.

Pequim e Havana não somam provavelmente tantos como os que se vêm dedicando à construção de uma pátria maior e melhor.⁷

Essa continuidade do texto é significativa na medida em que os redatores d'*O Estado de S. Paulo* decidiram substituir a referência direta ao termo *poder jovem* por um sinônimo (*força juvenil*), na tentativa de estabelecer um julgamento de valor diverso da forma de vivência da condição juvenil associada aos estudantes de oposição e uma outra, relacionada aos participantes do Projeto Rondon. O trecho, além disso, reafirmava uma das principais percepções conservadoras e anticomunistas sobre o *poder jovem*, popularizada, dentre outros, pelo jornalista Nelson Rodrigues – a de que ele seria produto de manipulações estrangeiras.

Outros grupos sociais e ideológicos que apoiavam a ditadura buscaram, nesse momento, posicionar-se sobre a juventude e demandar por ações do Estado particularmente voltadas para esse grupo de idade. Em alguns casos, tanto as referências ao *poder jovem* como o tom reivindicatório eram ainda mais explícitos. O editorial “Hora de mudar”, publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo* em 31 de março de 1968, tratava especificamente do assunto ao comentar os acontecimentos que se seguiram à morte de Édson Luís e fazer um balanço sobre os quatro primeiros anos do regime iniciado em 1964. No texto, os jornalistas criticavam o que chamavam de “exploração de cadáveres” para fins políticos. Mas reconheciam que novos mortos poderiam aparecer se o governo não modificasse a sua relação com os estudantes. Em uma área descrita como especialmente sensível à opinião pública, o editorial enxergava culpa no governo do marechal Costa e Silva – que não teria levado adiante suas “vitórias” iniciais nesse campo, como na resolução do problema dos excedentes dos vestibulares. Mas também nos próprios estudantes – conforme o texto, “na medida, pelo menos, em que permitem infiltrações de extremistas em seu meio, e em que suas manifestações ultrapassam os limites do razoável [sic] para se transformarem em provocações.”

Seria “hora de mudar”, como já anunciava o título do editorial. Seu diagnóstico era também demanda, pois tratava-se de um jornal feito por e para parte da base social da ditadura. Mas haveria dificuldades nesse sentido, pois, conforme o texto, “no fundo do problema, porém, encontra-se a incompreensão que a Revolução [sic] desde o seu início, há precisamente quatro anos, revelou em relação aos moços”. Na avaliação do editorial, os quatro primeiros anos desde o golpe de 1964 seriam caracterizados tanto por falta de ações no sentido de resolver os problemas educacionais quanto por “equivocos e mal-entendidos entre os governantes e os

⁷ A outra face dos nossos universitários. *O Estado de S. Paulo*, quarta-feira, 17 jul. 1968, Geral, p. 3. *Arquivo Nacional*, Fundo: Campanha da Mulher pela Democracia, BR_RJANRIO_PE_0_0_0120_d0003de0004. Grifos meus.

jovens”. Criticando o recurso à repressão como forma privilegiada para lidar com as insatisfações estudantis, o editorial sentenciava: “Daqui para a frente, se não houver uma guinada de 180 graus na política oficial relativa à juventude, corre o governo o risco de incompatibilizar-se definitivamente com ela”.⁸ A *Folha de S. Paulo* aparecia, portanto, reivindicando novos programas e iniciativas estatais para os jovens que fossem capazes de modificar radicalmente a relação do governo com esse grupo etário na conjuntura em que o *poder jovem* se afirmava nacionalmente.

A problemática das políticas para a juventude também era pensada, nesse contexto, a partir da lógica propositiva, ainda que subordinada à iniciativa das gerações mais velhas. Em janeiro de 1968, o governador de São Paulo pela Arena, Roberto Costa de Abreu Sodré, denunciava a abordagem da participação dos jovens na política a partir do enfoque do “problema”. Sua fala tinha especial importância na medida em que Abreu Sodré havia sido membro da UNE em sua juventude, nos anos 1950. Para ele, a expressão “questão juvenil” era, na verdade, uma forma preconceituosa de abordar o desejo dos jovens, motivados pelos meios de comunicação, em participar efetivamente do desenvolvimento nacional. Ao mesmo tempo, ele buscava definir os contornos do que considerava ser uma política para a juventude que pensaria o jovem como o seu protagonista. Abreu Sodré tratou do tema em seu discurso como paraninfo dos estudantes de Economia da Universidade Mackenzie, abordando, de forma implícita, as questões do *poder jovem* e do conflito de gerações. Logo no início de sua fala, transcrita integralmente por uma longa reportagem do *Jornal do Brasil*, o arenista afirmava que a sua geração possuía, naquele contexto, a “responsabilidade do poder”. Mas que caberia a ela também ouvir os “jovens estudantes ou jovens trabalhadores”, incorporando-os ao projeto de desenvolvimento nacional na medida em que a juventude constituía o contingente demográfico dominante no Brasil.

O governador argumentava, ainda, que “em países como o nosso, considera-se a juventude um problema, quando é explosão do desejo de participação na vida atual da Nação.”⁹ Ele compreendia a condição juvenil como sinônimo de transbordamento e inquietação, mas considerava que os jovens não deveriam adotar uma postura de desobediência à lei para alcançar seus objetivos. Assim como os jornalistas da *Folha de S. Paulo*, Abreu Sodré também dizia se opor à utilização da repressão como recurso predominante para conter o protesto juvenil. Segundo ele, a simples violência impedia que os mais jovens enxergassem “a simpatia,

⁸ Hora de mudar. *Folha de S. Paulo*, domingo, 31 mar. 1968, 1º Caderno, p. 4.

⁹ Sodré defende participação dos jovens na vida do País e critica quem está contra. *Jornal do Brasil*, sábado, 13 jan. 1968, 1º Caderno, p. 15.

a solidariedade e a compreensão dos mais velhos”. Logo na sequência de seu discurso, Abreu Sodré se perguntava explicitamente: “E qual seria uma política da juventude, de cuja elaboração os próprios jovens devem ser os principais?” A resposta do arenista a esse questionamento retórico passava pelo reconhecimento de que a juventude era, em termos demográficos, uma “maioria”. Além disso, o governador afirmava também que apenas pessoas preconceituosas ou desatentas eram capazes de negar aos jovens o direito à efetiva *participação* no desenvolvimento brasileiro. Nesse sentido, a política direcionada aos jovens que o governador considerava ser a mais adequada era a integração dos estudantes nas operações do Projeto Rondon. Nelas, o chamado feito pelas Forças Armadas (ou seja, das gerações mais velhas) estaria sendo respondido pelos jovens, demonstrando a “capacidade participante e generosa da juventude brasileira”.

Não foi apenas entre os grupos de pressão organizados, a imprensa liberal-conservadora e a elite política que houve, nesse contexto, o reconhecimento da necessidade de ações do Estado especificamente voltadas para a juventude. Ainda durante o agitado ano de 1968, outros sujeitos históricos, com visões políticas mais à esquerda, também teciam alguns comentários sobre o tema e explicitavam seus projetos e elaborações simbólicas sobre a condição juvenil. Dentre eles, estava um claro opositor do regime e defensor da juventude vivenciada como *poder jovem*: Arthur José Poerner, autor do fundamental livro *O poder jovem* que analisei no capítulo anterior. Sua leitura sobre o tema das ações estatais para a juventude ao longo da história nacional era caracterizada pela lógica da ausência. Ao contrário do que se verificava em outros países, faltaria aos governantes brasileiros uma sensibilidade com relação à questão juvenil. No trecho do livro em que tratava do período da Primeira República, Poerner afirmava que, à exceção da presidência de Floriano Peixoto, “os governos brasileiros simplesmente não possuem qualquer mensagem para a juventude”.¹⁰ Isso justificaria a ausência de um Ministério da Juventude no Brasil, situação diferente – segundo o autor – da que era encontrada em países como a Argélia socialista nos anos 1960.

Ainda quando analisava a atuação política dos estudantes durante a Primeira República, o autor argumentava também que a aproximação entre os jovens militares e civis seria um “ponto básico em qualquer política de juventude para o Brasil”. Essa posição de Poerner dialogava com as tentativas de formar uma frente ampla e democrática contra a ditadura, que incluísse o que era denominado, no jargão do PCB, de setores populares e progressistas das Forças Armadas (os cadetes, em especial). Para ele, seria necessário realizar uma reforma no

¹⁰ POERNER, Arthur José. *Op. cit.*, 1968, p. 67.

ensino militar que levasse os jovens aspirantes a terem contato com reflexões políticas sobre temas como a dominação estrangeira na economia brasileira de forma mais sistematizada do que apenas por meio da convivência com um “amigo universitário” ou com uma “providencial namorada na Faculdade de Filosofia ou Direito”. Mas ele argumentava, principalmente, em favor da “destruição do muro premeditadamente erguido entre os jovens universitários e cadetes”.¹¹ Esse muro só teria crescido desde o golpe de 1964, na mesma medida em que ele seria prejudicial aos interesses nacionais.

O autor defendia, ainda, que “o estado de rebelião” estaria presente apenas entre a juventude civil de seu tempo, o que contrastava com as atividades políticas dos cadetes florianistas no final do século XIX. O *poder jovem* era pensado, dessa forma, como um atributo civil – não militar. E caberia ao Estado produzir um repertório de programas que incorporasse o desejo de atividade política juvenil. Nas páginas finais da primeira edição d’*O poder jovem*, Poerner analisava a situação do movimento estudantil e sua relação com o governo do marechal Costa e Silva para logo em seguida sentenciar: “Se a equipe governamental não adotar espírito jovem, arcará com as consequências. Nenhum Governo contrário à juventude sobreviverá na História, que será escrita pelos jovens que hoje participam das passeatas.”¹² Nesse sentido, Poerner associava a sua demanda por políticas direcionadas aos jovens a um desejo de renovação radical das práticas políticas que aproximassem a forma como o país era governado ao “espírito jovem”. Caso isso não acontecesse, o curso da História – feita, em seu tempo presente, pelos jovens – seria desfavorável a governos como esse.

O mapeamento desses pontos de vista “nativos” polifônicos sobre as políticas para os jovens no Brasil de fins da década de 1960 indica a expressiva existência de demandas para que o Estado ditatorial criasse estratégias para responder ao *poder jovem*. Na perspectiva de parte significativa da base social do regime, esses métodos deveriam ir além da repressão física, da censura às diversões públicas ou da vigilância constante – também largamente adotados. Os agentes da comunidade de segurança e informação da ditadura compartilhavam o entendimento de que a estratégia do suposto Movimento Comunista Internacional seria começar o processo de subversão dos valores cristãos e ocidentais da sociedade brasileira pelos jovens, expondo-os ao uso de drogas ou a práticas sexuais que fugiam à normatividade. Como argumenta Antonio Maurício Freitas Brito, “as intensas mobilizações estudantis e os conflitos políticos com o governo [em 1968] reforçavam a convicção de que a juventude teria sido seduzida pelo ‘credo

¹¹ POERNER, Arthur José. *Op. cit.*, 1968, p. 73-74.

¹² *Idem.*, p. 302.

vermelho’.”¹³ Diante dessa forma de compreender a condição juvenil, seria preciso criar espaços e programas para outras juventudes. “Ao invalidar as ações de uma parcela da juventude contestadora”, apontam as historiadoras Katya Zuquim Braghini e Andrezza Silva Cameski, “esse grupo fez surgir uma juventude exemplar, apresentada como alternativa histórica daqueles que não se ajustavam a uma realidade.”¹⁴

Talvez uma das pistas mais expressivas da compreensão de que os programas criados pela ditadura militar para a juventude constituíam respostas ao *poder jovem* esteja nos textos escritos por Armando Moraes Delmanto, reunidos em um livro publicado em 1970. Nascido em Botucatu, interior de São Paulo, e membro da Arena Jovem de seu estado, o estudante foi apresentado em coluna social do jornalista Tavares de Almeida, na *Folha de S. Paulo*, como “filho de Antonio Delmanto, antigo e tradicional político da Média Sorocabana”.¹⁵ Esse pertencimento social do jovem arenista reafirmava características centrais tanto da Arena Jovem – o seu caráter de espaço para a socialização política – quanto da experiência de ação política como *participação* tal como orientada pela ditadura – em seu sentido de continuidade, não ruptura. Armando era localizado, dessa forma, na linha de sucessão política entre filho e pai, jovem e adulto, o que se coadunava com a acepção de juventude como continuidade geracional, como analisarei no Capítulo III.

Delmanto foi candidato a deputado estadual por São Paulo nas eleições de 1970. Durante a campanha, uma propaganda de sua candidatura publicada no jornal *Folha de S. Paulo* informava que Armando tinha 23 anos e era estudante de dois cursos de graduação que se relacionavam com a administração pública e suas ambições político-partidárias. Ele era acadêmico de Direito na Universidade de São Paulo (USP) e aluno da Faculdade de Sociologia e Política de São Paulo. Além de sua atuação política no movimento estudantil, campo em que militava na corrente de direita Movimento Universitário Revolucionário, Armando também se envolveu, desde 1963, com o jornalismo estudantil, tendo sido um dos fundadores do jornal *Tribuna do Estudante* em sua cidade natal, Botucatu, no interior paulista.¹⁶ Na mesma conjuntura em que lançou a candidatura ao cargo de deputado estadual de seu estado, em 1970, Armando Delmanto lançou também o livro *Juventude: participação ou omissão*, publicado por

¹³ BRITO, Antonio Mauricio Freitas. *Op. citada*, 2019, p. 5.

¹⁴ BRAGHINI, Katya Zuquim; CAMESKI, Andrezza Silva. “Estudantes democráticos”: a atuação do movimento estudantil de “direita” nos anos 1960. *Educação & Sociedade*, v. 36, out.-dez. 2015, p. 957.

¹⁵ ALMEIDA, Tavares. Sem título. *Folha de S. Paulo*, 6 jun. 1970, Ilustrada, p. 2.

¹⁶ *Folha de S. Paulo*, quinta-feira, 12 nov. 1970, 1º Caderno, p. 3. Armando Delmanto não foi eleito. Mas recebeu significativos 6.219 votos, pouco menos da metade necessária para ser eleito. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Dados estatísticos, vol. 9: eleições federais e estaduais realizadas no Brasil em 1970. Brasília: Departamento de Imprensa Oficial, 1973, p. 163-170.

uma pequena editora paulista chamada Edições Edijor como o primeiro volume da coleção “A juventude”. O livro reunia artigos de jornal sobre o tema da juventude brasileira, todos publicados no diário *Comércio & Indústria*. Segundo as elogiosas palavras do professor Francisco Carlos Soderó, que assinou as orelhas do livro, desde a criação do referido jornal Delmanto “vislumbrava a necessidade de uma orientação sadia, no sentido de democraticamente satisfatória, para os jovens de sua geração, e, desde essa oportunidade, não esmoreceu.”

Como epígrafe ao seu livro, Delmanto selecionou trechos de um dos textos publicados pelo jornalista Nelson Rodrigues em sua coluna no jornal *O Globo* durante o ano de 1968, ainda em março. De forma significativa, as passagens destacadas por Delmanto remetiam, justamente, à problemática da adesão dos jovens aos ideais de esquerda. O artigo era um dos mais emblemáticos de Rodrigues, figurando como o capítulo XCIV de suas “Confissões...” sob o título “O jovem erguia um cartaz pedindo ‘*muerte*’ em plena Cinelândia. Queria matar em espanhol”.¹⁷ Como no trecho citado na epígrafe deste capítulo, além disso, Delmanto discutia a categoria de *poder jovem* a partir de um ponto de vista de um jovem que havia aderido à ditadura e que apostava na abertura do regime aos jovens. Reafirmando a conotação da juventude vivenciada como *poder jovem* enquanto *estigma* que assombrava a cultura conservadora nesse contexto, o livro era concluído por um “Apêndice”, que reproduzia um artigo publicado por Arruda Camargo em abril de 1970. Camargo iniciava o seu texto afirmando, de maneira categórica: “Se há uma coisa da qual eu não tenho medo é o Poder Jovem, essa explosão que arrebatava, encanta e ilumina.” A análise encaminhava para um elogioso relato das ações de Armando Delmanto e “seus colegas universitários”, especialmente pela estruturação do que era denominado um “movimento de renovação nacional” – a Arena Jovem. Por isso, fechando o livro do jovem arenista, ele servia como um argumento de autoridade.¹⁸

Não era apenas no âmbito da atuação nos departamentos juvenis da Arena que Delmanto previa a incorporação dos jovens na vida social e política brasileira diante da emergência do *poder jovem*. Outro programa da ditadura voltado à juventude em que esse tipo de ação seria possível, na perspectiva do autor de *Juventude: participação ou omissão*, era o Projeto Rondon. Afinal, como ele afirmava em vários de seus artigos, seu projeto político tinha como um dos

¹⁷ RODRIGUES, Nelson. Capítulo XCIV: O jovem erguia um cartaz pedindo “Muerte”. *O Globo*, Coluna “As confissões de Nelson Rodrigues”, 11 mar. 1968, Vespertina, Geral, p. 2. A epígrafe se encontra em DELMANTO, Armando Moraes. *Op. citada*, 1970, p. 7.

¹⁸ CAMARGO, Arruda. O poder jovem. In: DELMANTO, Armando Moraes. *Juventude: participação ou omissão*. São Paulo: Edições Edijor, 1970, p. 115.

pilares a condução dos jovens no sentido da “construção” da brasilidade, percepção que se coadunava com as concepções nacionalistas e ufanistas que estavam na base desse programa. Essa compreensão também convergia com o caráter “construtivo” atribuído às ações assistencialistas prestadas pelos rondonistas durante a sua *participação* nas operações do Projeto Rondon. Um número significativo dos textos publicados no livro era dedicado majoritariamente ao programa do Ministério do Interior e aos significados que o trabalho voluntário de jovens em esse programa possuía.¹⁹

O regime instaurado com o golpe de 1964 adotou, portanto, uma postura reativa diante da juventude compreendida como *poder jovem*. Seu repertório de políticas para a juventude era multiforme, pois elas traduziam a heterogeneidade dos grupos sociais e ideológicos que ocupavam o Estado e participavam do arranjo social que possibilitava a ditadura em fins da década de 1960.²⁰ Três grandes iniciativas direcionadas à juventude, cada uma com suas especificidades, foram institucionalizadas pelo regime militar entre 1968 e 1969. Em primeiro lugar, estava o programa de extensão universitária Projeto Rondon. Inicialmente proposto por um grupo de professores e militares, durante um seminário que discutia as relações entre educação e segurança nacional, a iniciativa logo foi institucionalizada pelo regime e se configurou como a principal resposta da ditadura ao *poder jovem*. Por meio de uma diversidade de “programas de ação”, o Ministério do Interior – pasta responsável pela coordenação nacional da iniciativa – e as Forças Armadas transformavam os estudantes em “rondonistas” durante os seus períodos de atuação no interior do Brasil.

A segunda ação também era voltada à juventude estudantil, mas recorria a um recorte sensivelmente diverso desse grupo social (por sua vinculação às escolas) e de idade (por sua condição etária). Tratava-se da Operação Mauá, um programa coordenado pelo Ministério dos Transportes a partir de 1968 e direcionado especificamente para estudantes das áreas técnicas em nível secundário ou universitário. Por meio de estágios, viagens de estudo, cursos e visitas técnicas, o programa buscava integrar os futuros engenheiros, economistas e administradores de empresa – dentre outras especialidades – ao projeto de “Brasil grande”. Nesse sentido, eram desenvolvidas ações em grandes canteiros de obras, como na Transamazônica ou na ponte Rio-Niterói, através de parcerias com empresas como as construtoras Mendes Júnior e Andrade

¹⁹ O Projeto Rondon foi analisado, por exemplo, nos artigos “Desafio e responsabilidade” e “Aqui e agora”. DELMANTO, Armando Moraes. *Op. citada*, 1970, p. 19-20 e p. 21-22, respectivamente.

²⁰ Situação análoga foi analisada por Rodrigo Patto Sá Motta com relação às políticas da ditadura voltadas à educação superior, que foi resultado de “choques entre grupos e opiniões divergentes, da pressão do ME [movimento estudantil] e, paradoxalmente, da apropriação de ideias gestadas no pré-64...”. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. cit.*, 2014, p. 65.

Gutierrez. Por meio da Opema, como ficou conhecida a iniciativa, a compreensão da juventude como sinônimo de novidade, velocidade e energia era associada ao projeto de desenvolvimento econômico do regime militar. Um de seus slogans era “Opema: em ritmo de Brasil jovem”, indicando que o país estava no mesmo passo acelerado e cheio de novidades da sua juventude.

Por fim, a legislação partidária produzida pela ditadura militar levou à formação de diretórios juvenis pelos dois partidos existentes. Seções municipais e estaduais da Arena Jovem e do MDB Jovem começaram a surgir em maior número a partir de 1969, no contexto de intensificação da repressão política e de grande descrédito das instituições liberais que foram mantidas, à sua maneira, pelos militares. Durante a década de 1970, eles se espalharam pelo Brasil e se constituíram como uma alternativa para que parte da juventude atuasse politicamente ou debatesse as questões relativas ao contexto brasileiro, seja em um viés favorável ou contrário à ditadura. Mesmo que nunca tenham se organizado nacionalmente, de forma centralizada, as seções da Arena Jovem e do MDB Jovem ganharam importantes dimensões no contexto de distensão política controlada pela ditadura durante a segunda metade dos anos 1970.

Em conjunto, esse repertório de políticas que foram inauguradas pelo regime pós-1964 visava atingir um recorte social específico de juventude: a estudantil, preferencialmente a universitária, e que pertencia aos estratos sociais da classe média. Essa característica não era despropositada, mas indicativa de como essas ações foram pensadas em resposta a uma concepção de juventude que tomava a parte – aqueles que vivenciavam a sua condição como *poder jovem* – pelo todo – a juventude brasileira em geral. Tratava-se do processo de metonimização da juventude em *poder jovem*, responsável por transformar em sinônimas as condições estudantil e juvenil ao invisibilizar recortes de juventude alternativos. Havia outras ações do Estado voltadas a jovens com perfil diverso, como o alistamento militar obrigatório ou programas para a juventude rural.²¹ Mas elas, em geral, precediam a ditadura e foram apenas continuadas e/ou remodeladas pelos Estado militarizado.

Além disso, as políticas que respondiam ao *poder jovem* não eram as primeiras ações do regime militar para os estudantes universitários – ainda que fossem as primeiras explicitamente voltadas à categoria etária “juventude”. Logo após o golpe de 1964, foi criada uma legislação (a Lei Suplicy de Lacerda, de novembro de 1964, e o Decreto Aragão, de fevereiro de 1967) que buscava, ao mesmo tempo, reprimir o movimento estudantil opositor e

²¹ No caso da juventude rural, o principal programa assumido pelo Estado ditatorial após 1964 foram os já citados Clubes 4 -S (Saber, Sentir, Saúde, Servir). De acordo com Leonardo Ribeiro Gomes, esses clubes juvenis haviam sido criados nos anos 1950 como uma iniciativa de extensão rural e receberam importante apoio da ditadura até os anos 1970. Cf. GOMES, Leonardo Ribeiro. *Op. citada*, 2013, p. 126.

abrir espaços de *participação* controlada para lideranças estudantis simpáticas ao regime. A partir do primeiro instrumento legal foram fundados o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE) e os Diretórios Estaduais dos Estudantes (DEEs).²² Tratava-se, no entanto, de programas que buscavam enfraquecer a UNE e se voltar ao movimento estudantil, não especificamente à condição juvenil. Foi apenas nos últimos anos da década de 1960 que, respondendo à afirmação da juventude como sujeito político, o regime buscou fomentar ações que colocavam em visibilidade juventudes apresentadas como os contrários do *poder jovem*.

Além de se configurar como o catalisador responsável pelo surgimento e/ou institucionalização das principais políticas do regime pós-1964 para a juventude, o *poder jovem* também despertou respostas que caminhavam no sentido da repressão ou da incorporação vendável da rebeldia juvenil de forma a mitigar o seu potencial disruptivo. Quando argumento, portanto, que as respostas ao *poder jovem* se materializaram em políticas de Estado voltadas à juventude, insisto no que o filósofo Michel Foucault denomina de dimensão produtiva do poder. Ou seja, quando ele, além de reprimir e dizer não, enseja práticas e forma saberes. Nessa acepção, segundo o mesmo autor, o poder político – nesse caso, o Estado ditatorial – é visto “como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir.”²³

As transformações pelas quais a juventude vivenciada como *poder jovem* atravessou após 1968 foram, contudo, interpretadas pela historiografia com maior ênfase em sua dimensão repressiva. Em conjunto, essas análises afirmam que teria havido uma desfiguração dessa categoria pelos veículos de comunicação de massa, responsáveis por torná-la apenas mais um padrão estético a ser comercializado. Por um lado, é possível relativizar esse argumento na medida em que ele apresenta, como pressuposto muitas vezes não enunciado, uma visão da “indústria cultural” elaborada a partir da sociologia da Escola de Frankfurt. O entendimento de que o *poder jovem* havia sido “domesticado” pelos meios de comunicação, entretanto, era uma percepção de época, comum especialmente a partir de 1969. Trata-se de uma outra resposta ao *poder jovem*, desta vez em sua dimensão repressiva e não em seu aspecto produtivo como no caso da elaboração de políticas de Estado voltadas à juventude.

²² Sobre a estrutura de representação estudantil criada pela ditadura por meio da lei Suplicy de Lacerda e do Decreto Aragão, cf. LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. *A direita estudantil universitária no Rio Grande do Sul: entre a democracia e a ditadura (1964-1968)*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Escola de Humanidades, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017, p. 214-219 e p. 271-273.

²³ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014 [1978], p. 44-45.

O sociólogo Marcelo Ridenti é um dos autores a indicar essa reação ao *poder jovem*. No livro em que analisa o pertencimento social dos grupos que optaram pela luta armada contra a ditadura militar, Ridenti identifica a juventude como o grupo etário que forneceu a maior parte dos militantes para a esquerda revolucionária dos anos 1960 e 1970. Segundo os dados coletados pela equipe do projeto *Brasil: Nunca Mais*, que servem de base para a investigação do autor, 3.026 dos 4.482 presos políticos com idade declarada tinham até 30 anos quando foram processados pelo Superior Tribunal Militar devido à sua vinculação com a esquerda de uma forma ampla. Isso significa que 67,52% dos processados podiam ser considerados, à época, jovens. Já entre os 2.465 ativistas das organizações armadas que foram presos, 1.857 – isto é, 75,33% – ainda não haviam chegado aos 30 anos de idade quando passaram pelos tribunais. Para Ridenti, “as evidências são claras: era jovem a maioria dos militantes e simpatizantes das esquerdas após 1964, principalmente das esquerdas armadas, situação contrária àquela anterior ao golpe.”²⁴ As discordâncias e rupturas entre uma “velha” esquerda, identificada com o reformismo do PCB, e uma “nova” esquerda, adepta do projeto guerrilheiro, são analisadas pelo autor tendo como referência as diferenças entre os grupos de idade. Nesse sentido, não é apenas a anterioridade ou posterioridade do surgimento desses grupos que explicaria as discordâncias entre eles. Esta seria uma disputa ideológica, mas também um conflito entre gerações diversas de militantes.

A juventude como grupo social e a categoria de *poder jovem* seriam, assim, as bases de atuação da esquerda armada. Essa constatação leva Ridenti a ironizar a famosa frase do ativista estudantil norte-americano Jack Weinberg – mais conhecida no Brasil graças à canção “Com mais de 30”, composta por Marcos Valle e gravada pela primeira vez em 1971 pela cantora Cláudia. A frase alertava: “não confie em ninguém com mais de trinta anos”. Ao contrário, os membros da esquerda que pegou em armas contra a ditadura seriam, para Ridenti, “confiáveis”. Afinal, a maior parte deles não havia ultrapassado a barreira dos 30 anos, tomada pelo sociólogo como marcador etário para a definição da juventude. Mas o diagnóstico do autor é pessimista, apontando a indústria cultural como a responsável pela pasteurização e domesticação desse *poder jovem*. Esse processo teria ocorrido em especial após a edição do AI-5. A conjunção entre a reforma universitária de viés tecnocrático, a repressão aos estudantes e a consequente desmobilização do movimento estudantil – principal rede de recrutamento dos grupos guerrilheiros – seria responsável, no plano político, por esse processo. “Sabe-se”, argumenta Marcelo Ridenti, “que o ‘*poder jovem*’, a rebeldia estudantil dos anos [19]60, foi aos poucos

²⁴ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993, p. 120.

desfigurada e moldada à ordem capitalista e à indústria cultural, que tratou à sua maneira o lema dos jovens franceses, ‘a imaginação no poder’.”²⁵

Outro autor que reafirma esse argumento é o historiador Rafael Hagemeyer. Analisando o imaginário contestador do movimento estudantil brasileiro em 1968, que encontrou em Édson Luís o seu mártir e na canção “Pra não dizer que não falei das flores”, de Geraldo Vandré, o seu “autêntico hino”, Hagemeyer argumenta que a cultura juvenil contestadora dos anos 1960 teria sido “integrada” à ordem estabelecida por meio dos recursos de comunicação de massa. Segundo ele, “a incorporação dessa cultura jovem como moda inofensiva que gerava lucros para o sistema capitalista fez muitos pensadores revisarem as teses a respeito das vanguardas estéticas e comportamentais e sua relação com a sociedade de consumo.”²⁶ Esse teria sido um processo de corte transnacional, mas, no caso específico do Brasil, ele ganharia um contorno “traumático” porque aconteceu no contexto da ditadura militar. Parte dessa dimensão traumática do esvaziamento do sentido rebelde do *poder jovem* diz respeito, de acordo com Hagemeyer, à construção de uma memória pós-ditatorial sobre a atuação juvenil. Nela, teriam sido selecionados para a recordação coletiva os aspectos ligados à estética e ao comportamento tropicalistas, mais palatáveis para a manutenção do sistema. Enquanto isso, a postura juvenil radical teria sido rechaçada como “stalinista”, fruto de uma “patrulha ideológica” que desejaria substituir uma ditadura de direita por outra, de esquerda. O autor atribui esse julgamento *a posteriori* do *poder jovem*, segundo ele reproduzido por analistas acadêmicos, em parte a uma visão da juventude radical como ingênua e imatura.²⁷

Tanto para Marcelo Ridenti como para Rafael Hagemeyer, a indústria cultural teria sido, portanto, a responsável pela “domesticação” da juventude vivenciada como *poder jovem* e por sua inserção numa lógica do consumo. A ilustração mais significativa desse processo é fornecida por Ridenti. Ele indica a gravação de uma versão intimista da canção de Vandré por Simone, em 1979, e a utilização de “Caminhando” em *jingles* de campanhas eleitorais de políticos conservadores nos anos 1980 como indicativas da perda do sentido rebelde da categoria de *poder jovem*.²⁸ Em certa medida, esse raciocínio é sustentado pela continuidade da circulação dessa concepção após o seu momento de emergência nos anos finais da década de 1960 – algo que poderíamos denominar de um epílogo para a categoria “nativa” de *poder jovem* durante e após a década de 1970. Entretanto, mais do que diagnosticar esse processo a

²⁵ RIDENTI, Marcelo. *Op. citada*, 1993, p. 139. Grifos meus.

²⁶ HAGEMEYER, Rafael. *Op. citada*, 2016, p. 35.

²⁷ *Idem.*, p. 145-146.

²⁸ RIDENTI, Marcelo. *Op. citada*, 1993, p. 81.

partir da perspectiva da perda ou da mercantilização do sentido, como fazem os autores citados, cabe aqui perguntar como aconteceu esse processo de diversificação tanto dos agentes como dos significados dessa noção. O que a juventude vivenciada como *poder jovem* passou a significar quando se tornou uma acepção vendável? Afinal, trata-se de uma concepção que nunca teve um sentido único e homogêneo. Desde a sua emergência, essa estrutura de significado foi um texto polissêmico ao qual eram atribuídos sentidos diversos a depender de *quando* e de *quem* a mobilizava.

Um indício documental sobre as transformações impostas ao *poder jovem* após o momento de sua emergência, entre 1967 e 68, é uma charge publicada por Lan em julho de 1969 no *Jornal do Brasil* (ver **Figura 5**). Nela, o chargista italiano radicado no Brasil retrata uma cena em que dois homens adultos – um mais velho e corpulento, outro mais jovem, magro e fumando um cigarro – conversam em uma sala de estar. As vestimentas com que os dois personagens foram retratados – terno, gravata, além de calça e sapatos sociais – indicam o seu afastamento da condição juvenil. O tema de sua conversa era o possível fim do “conflito de gerações”. Um dos personagens inicia o diálogo aliviado, dizendo que esse não seria mais um problema. O outro se espanta e pede explicações, perguntando “Como assim?”. A resposta do primeiro personagem provoca o efeito de humor da charge. No planeta Terra – e não no Brasil, como poderíamos inicialmente supor – todos falariam não só de *poder jovem* como também de moda, sabor, música e cigarros jovens a ponto de “os coroas” terem ido “pra Lua”.

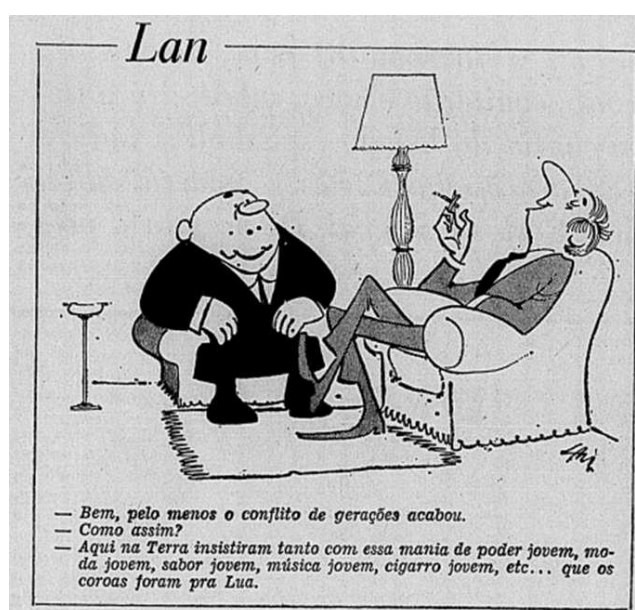


Figura 5: Charge de Lan. *Jornal do Brasil*, 23 jul. 1969, 1º Caderno, p. 7.

A charge explora o tema do “conflito de gerações” através de sua associação ao debate sobre a corrida espacial na Guerra Fria e a chegada de astronautas norte-americanos à Lua três

dias antes de sua publicação pelo *JB*. O diálogo leva a entender que a única solução para os choques dos jovens com os velhos seria a criação de uma segregação radical. Já que os sujeitos de pouca idade implantaram o *poder jovem* na Terra, por meio de sua inserção na indústria de consumo e nos meios de entretenimento, caberia aos mais velhos se instalarem no satélite natural do planeta. Além disso, o documento pode ser interpretado como um ponto de vista sobre a possível concretização do *poder jovem* em 1969. Sua realização, contudo, teria se dado no campo da comercialização, criando “moda”, “sabor”, “música” e “cigarro” jovens. E não na esfera das disputas pelo poder ou da ascensão política da juventude disruptiva.

Além dessa charge, outros indícios para essa perspectiva são os anúncios publicitários que, em especial após a edição do AI-5, em dezembro de 1968, e durante a década de 1970, atribuíam novas conotações à categoria de *poder jovem*. Essas fontes são interessantes na medida em que se situavam na lógica da mercantilização, isto é, apostavam na associação entre uma marca e o *poder jovem* para convencer parte do mercado consumidor – em especial, o identificado à juventude – a comprar determinado produto. De um lado, esse processo demonstra a força e vitalidade da noção de *poder jovem*, mesmo quando seus representantes não ocupavam mais as ruas e as manchetes de jornal; de outro, indica como a rebeldia, noção fundamental para a compreensão da ação dos jovens e da condição juvenil a partir dessa categoria, foi revestida de valores simbólicos distintos ao ser mitigada pela publicidade.

Um desses anúncios foi produzido para vender o famoso fortificante brasileiro Biotônico Fontoura (ver **Figura 6**). Ele circulou na imprensa em 1971 e foi publicado no jornal *O Município*, um pequeno periódico da cidade de Leme, no interior de São Paulo. A estrutura dessa propaganda é bem simples e direta, mirando em um público amplo. À esquerda, encontra-se uma imagem fotográfica de parte da embalagem e do rótulo do medicamento. Dada a grande popularidade do fortificante, criado em 1910, um recorte de sua embalagem era suficiente para que os leitores do início da década de 1970 identificassem imediatamente o produto. À direita do anúncio, encontra-se uma composição tipográfica que afirmava: “Biotônico Fontoura – A força do poder jovem”. A decisão dos publicitários em associar o fortificante ao *poder jovem* não era despropositada. Uma das principais utilizações desse suplemento mineral é no combate aos sintomas relacionados à anemia, como o cansaço generalizado, a falta de apetite e a tontura, principalmente quando ela atingia crianças e jovens. Nesse sentido, o anúncio dá a atender que a origem da “força” dos jovens rebeldes – aqueles do *poder jovem* – era o consumo de Biotônico Fontoura. Essa força pode ser entendida tanto em seu sentido literal (a capacidade de agir com potência física) como metafórico (a energia e o entusiasmo associados à condição juvenil).



Figura 6: Biotônico Fontoura – A fôrça do poder jovem. O Município, 21 mar. 1971, sem página.

Outro anúncio publicitário sobre o *poder jovem* foi publicado pela *Realidade*, em agosto de 1970, na tentativa de convencer jovens a comprarem bilhetes da Loteria Federal. Ocupando uma página inteira da importante revista de variedades, a propaganda trazia a fotografia de um jovem em primeiríssimo plano. Seu semblante sério contrastava com seus óculos de luneta coloridos, o colar, a gola amarela de sua camisa e seu cabelo – elementos que, nesse contexto, eram associados à revolução comportamental juvenil. O protagonismo conferido ao jovem através da fotografia, por sua vez, contrastava com a frase de destaque do anúncio, que dizia: “Êsse tal de *poder jovem* está cada vez mais por fora”. A sentença objetivava chamar a atenção dos possíveis leitores, pois apresentava uma aparente contradição ao recorrer ao sociodialeto juvenil, com a utilização da expressão “por fora”, e atribuir essa postura justamente aos jovens. O texto do anúncio, além disso, partia da constatação de que a maior parte das pessoas que comprava bilhetes da loteria eram não jovens (“gente madura, acima de 30 anos”) para, na sequência, aproximar uma série de comportamentos associados à juventude vivenciada como *poder jovem* com os hábitos de um milionário vencedor da loteria. O texto era concluído com a frase: “A estatística é clara: os homens experientes têm tido mais direito à sorte grande. É preciso contestar essa estatística!” Assim, a contestação política – elemento central para a emergência da juventude como sujeito político – era transmutada em possibilidade de os jovens comprarem um bilhete da loteria, ficarem ricos e adotarem hábitos como ter uma Mercedes, viajar de cruzeiro ou ir à Broadway.

Outras peças publicitárias, também produzidas nesse mesmo contexto, indicam a abrangência desse fenômeno. Anúncios do dicionário da língua portuguesa da Lisa – Livros irradiantes S.A.²⁹; do Omega Chronostop, apresentado como “o relógio que o Poder Jovem que todo o mundo aceitou com entusiasmo”³⁰; do Banco Auxiliar de São Paulo S.A., “um banco

²⁹ *Realidade*, out. 1970 p. 8.

³⁰ *Jornal do Brasil*, terça-feira, 24 set. 1968, 1º Caderno, p. 12.

jovem de 40 anos”³¹; e de um conjunto de carteira, cinto e chaveiro da Mundial Artefatos de couro S.A., anunciado no dia dos pais com a promessa de que “a elegância do ‘coroa’ quem faz é o ‘poder jovem’”³², associavam seus produtos à categoria cultural de *poder jovem*. Ao contrário do que argumentam Ridenti e Hagemeyer, contudo, esse processo de transformação da juventude rebelde em rótulo comercializável foi anterior à década de 1970, configurando-se como uma resposta possível – com evidentes objetivos de mitigar a contestação política – aos sentidos conferidos à condição juvenil nos anos 1960.

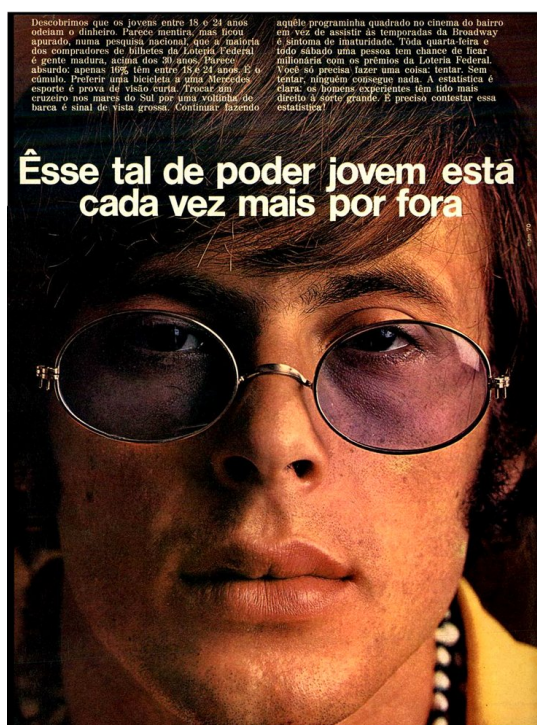


Figura 7: Êsse tal de poder jovem está cada vez mais por fora. Realidade, ago. 1970, p. 82.

A incorporação da rebeldia juvenil pela propaganda e pela indústria de consumo foi, assim, um elemento importante do processo de surgimento de “contrários” para a juventude vivenciada como *poder jovem*. Ao mesmo tempo, aquilo que havia de mais original nas ações da ditadura voltadas para a aproximação e o disciplinamento da condição juvenil foi criado entre os anos de 1967 e 1969, conjuntura que corresponde ao momento de aparecimento da juventude vivenciada como *poder jovem*. Essa sincronia temporal, conjugada ao fato de que várias concepções “nativas” sobre essas políticas estatais dialogavam explicitamente com princípios culturais fundamentais para o processo de emergência da juventude como sujeito

³¹ *Jornal do Brasil*, quinta-feira, 3 out. 1968, 1º Caderno, p. 11.

³² *Manchete*, nº 903, 9 ago. 1968, p. 118.

político no Brasil ditatorial, indica como a formulação de programas do Estado voltados aos jovens buscava responder a essa categoria cultural. O objetivo central deste capítulo, portanto, é cartografar essas ações, buscando compreender em que medida elas ofereciam concepções e experiências alternativas de juventude. Ou seja, de que maneiras a ditadura militar configurou “contrários” para a vivência politicamente disruptiva da condição juvenil.

“Mãos jovens construindo o Brasil”³³: o Projeto Rondon

A mais significativa política da ditadura militar brasileira para os jovens foi o Projeto Rondon, uma ação institucionalizada em meados de 1968 e extinta oficialmente apenas em 1989.³⁴ Durante os anos em que o Brasil era presidido por militares, até 1985, cerca de 900.000 jovens estudantes universitários participaram de seus variados programas de ação. Alguns vestiam as camisetas com o símbolo do Rondon – um mapa do Brasil com setas apontando para diferentes direções acompanhado do nome e do slogan do programa (“Integrar para não entregar”) estampados em seu entorno – durante as férias de janeiro e fevereiro, participando das chamadas Operações Nacionais. Outros estudantes ficavam instalados em postos das universidades das regiões Sul e Sudeste em localidades do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, por meio do programa de *Campus Avançado* criado em 1969. Outros, ainda, participavam de ações assistenciais mais localizadas, nas periferias das grandes cidades, especialmente a partir da segunda metade da década de 1970.

A idealização de uma iniciativa que levasse os jovens universitários para o interior do Brasil em regiões onde a atuação das Forças Armadas fosse significativa havia surgido durante o I Seminário de Educação e Segurança Nacional. Ele foi realizado entre outubro e novembro de 1966 por meio de uma parceria entre a Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME) e a Universidade do Estado da Guanabara (UEG).³⁵ Nele, estiveram presentes

³³ Frase presente em um panfleto de divulgação dos *campi* avançados, produzido pela coordenação do Projeto Rondon por volta de 1973: Programa *campi* avançados. Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, fundo CACS, caixa 175, maço 11.

³⁴ Uma segunda edição do Projeto Rondon, desta vez gerida pelo Ministério da Defesa, foi criada em 2005 pelo governo Luís Inácio Lula da Silva a partir de uma demanda do movimento estudantil organizado na UNE. A reativação de um projeto da ditadura, agora desprovido de seu significado anticomunista mas mantendo uma concepção nacional-desenvolvimentista de Estado, gerou algumas críticas na imprensa, principalmente entre setores liberais. Sobre este tema, cf. o meu trabalho anterior: AMATO, Gabriel. *Aula prática de Brasil no Projeto Rondon: estudantes, ditadura e nacionalismo*. São Paulo: Alameda, 2019, p. 15-19.

³⁵ A análise das noções discutidas durante o Seminário apoia-se na cobertura da grande imprensa, em especial as seguintes reportagens: Castelo designa composição de grupo que vai coordenar Plano nacional de Educação. *Jornal do Brasil*, terça-feira, 8 nov. 1966, 1º caderno, p. 7; Seminário de Educação vai sugerir criação de Centro de Informação Tecnológica, *Jornal do Brasil*, sexta-feira, 11 nov. 1966, 1º Caderno, p. 14; Governo examina sugestões para a segurança nacional. *Jornal do Brasil*, domingo, 13 nov. 1966, 1º Caderno, p. 4; Militares vêm em seminário ligação sobre educação. *Correio da Manhã*, sábado, 22 out. 1966, 1º Caderno, p. 2; Seminário trata da universidade e da segurança. *Correio da Manhã*, terça-feira, 25 out. 1966, 1º Caderno, p. 8; Guerra aponta caminhos para a segurança nacional. *Correio da Manhã*, terça-feira, 8 nov. 1966, 1º Caderno, p.8.

militares e professores que debatiam temáticas variadas, como o ensino tecnológico e a educação cívica, respondendo aos desafios colocados pela retomada do movimento estudantil combativo naquela conjuntura. Ainda que subordinada à problemática da educação, o tema da juventude esteve na pauta do Seminário. Como reportou o *Jornal do Brasil*, o general Inácio Rolim foi um dos participantes do evento que comentou a questão juvenil. Segundo ele, “o Brasil tem 44 milhões de jovens – cerca de 52 por cento da população –, todos com menos de 20 anos. Há uma alta porcentagem de analfabetos e crescente inquietação. O inconformismo da juventude não tem fronteiras físicas ou ideológicas.” O militar afirmava, ainda, que a má influência que levava os jovens à rebelião vinha da televisão, do cinema e do rádio. Ele concluía dizendo que, no Brasil, todos estavam “parados”, adiando “os direitos da juventude, que quer participar.”³⁶

O general Rolim não era o único participante do Seminário que se preocupava com a problemática da rebeldia dos jovens e do conflito de gerações. Essas temáticas foram transversais aos debates do evento, que foi caracterizado pelo predomínio das noções culturais nacionalistas e anticomunistas. Seus participantes eram civis e militares que pensavam o campo da educação por meio de uma ótica característica da cultura da Guerra Fria, como o então coronel Matos Júnior, o professor e historiador Pedro Freire Ribeiro e o almirante Otacílio Cunha. Dentre as comissões de trabalho do Seminário, a de número 2 discutiu especificamente o tema do “Intercâmbio entre as Faculdades e as Academias Militares”. Ela sugeriu, ao final de seus trabalhos, a criação de uma política específica para a juventude universitária que envolvesse a participação de militares. No relatório apresentado na plenária do Seminário, os membros dessa comissão afirmavam que “cumpre apresentar mensagens e programas cívicos capazes de empolgar a juventude na obra de integração nacional e prepará-la no sentido da responsabilidade da defesa das instituições, manutenção da ordem pública e Segurança Nacional”.³⁷ Foi a partir dessa diretiva que Wilson Choeri, um dos participantes do evento e professor na UEG, iniciou os esforços para a criação do que seria o programa de extensão posteriormente denominado Projeto Rondon.

A chamada “Operação Zero” do programa foi realizada no ano seguinte ao Seminário, entre julho e agosto de 1967. Trinta jovens que cursavam Engenharia, Documentação e Comunicação, Medicina e Geociências na UEG, na PUC-RJ e na Universidade Federal

³⁶ Seminário recomendará hoje ao Governo reestruturação de base no serviço militar. *Jornal do Brasil*, quarta-feira, 9 nov. 1966, 1º caderno, p. 7.

³⁷ Marechal Rolim vê má influência na TV, cinema e rádio. *Correio da Manhã*, quarta-feira, 9 nov. 1966, 1º Caderno, p. 8.

Fluminense receberam treinamento e uma bolsa no valor de NCr300,00 para cobrir os seus gastos pessoais enquanto atuavam no interior do Brasil. Eles partiram em duas turmas diferentes, uma no dia 11 e outra no dia 14 de julho. Foram transportados para Porto Velho, capital do então Território Federal de Rondônia, por aviões do Ministério do Interior e ficaram hospedados no 5º Batalhão de Engenharia de Construção do Exército (5º BEC). Durante a sua permanência na região, realizaram trabalhos assistenciais de acordo com seus cursos de graduação. Os futuros médicos distribuíram medicamentos doados pela indústria farmacêutica e até mesmo realizaram uma cirurgia de emergência, enquanto os estudantes de Geociências analisaram o solo das colônias agrícolas de localidades próximas a Porto Velho. Os futuros engenheiros auxiliaram os militares do 5º BEC em obras no eixo rodoviário Porto Velho-Acre, enquanto os acadêmicos do curso de Documentação e Comunicação produziram um filme sobre a “Operação Zero”.³⁸ Tanto os preparativos para a viagem como todas essas ações foram noticiadas com tom de aprovação pela grande imprensa do Rio de Janeiro, até mesmo por jornais da oposição ao regime como o *Correio da Manhã*.³⁹

O principal idealizador e organizador dessa primeira ação foi o professor Wilson Choeri, a quem seria atribuída a fundação do Projeto Rondon.⁴⁰ Ainda quando os estudantes estavam partindo para a região Norte do Brasil, Choeri deu declarações à imprensa sobre os significados daquela empreitada. Elas são indícios dos sentidos atribuídos à condição juvenil que levavam militares e civis a sugerir a realização de trabalho voluntário em regiões afastadas dos centros urbanos como resposta à rebeldia. Ao *Correio da Manhã*, Choeri disse que, entre os objetivos do Projeto Rondon, estavam “possibilitar ao jovem acadêmico a participação dos problemas brasileiros dentro da especialidade que escolheu” e “eliminar de alguns setores do povo a idéia

³⁸ O filme é um documentário de aproximadamente 17 minutos, posteriormente digitalizado pelo Museu do Índio da FUNAI e identificado como “Criação do Projeto Rondon. Porto Velho, Julho 1967”. Fundo/Série/Subsérie: Ministério do Interior/Fundação Projeto Rondon-FPR. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZJpST-6ChjQ&ab_channel=ORondoniano-natrilhadeRondon>. Acesso em 15 nov. 2022. Segundo a análise de Rafaela Mateus Freiberger, no filme “a história é contada por um narrador-observador, que de uma forma didática descreve desde o surgimento da ideia que deu origem ao Projeto Rondon às atividades pelos participantes em Rondônia.” A menção ao governo é mínima durante o documentário, pois, ainda de acordo com Freiberger, “para os organizadores do projeto era fundamental esconder da opinião pública a participação militar no processo de criação do programa, pois temiam que isso afastassem [sic] os jovens da ideia.” FREIBERGER, Rafaela Mateus Antunes dos Santos. *Op. citada*, 2021, p. 83.

³⁹ Cf. Universidade integrada. *Correio da Manhã*, quarta-feira, 28 jun. 1967, 1º Caderno, p. 3; Estudantes no interior “integram para não entregar”. *Correio da Manhã*, sábado, 15 jul. 1967, 1º Caderno, p. 3; UEG – Projeto Rondon. *Correio da Manhã*, terça-feira, 1 ago. 1967, 1º Caderno, p. 3; Estudantes vão fazer estradas. *Jornal do Brasil*, sexta-feira, 7 jul. 1967, 1º Caderno, p. 14; Projeto Rondon da UEG já está em plena execução no interior do país. *Jornal do Brasil*, domingo e segunda-feira, 16 e 17 jul. 1967, 2º Caderno, p. 4.

⁴⁰ Sobre a trajetória de Wilson Choeri, em especial a sua atuação no campo educacional em iniciativas de caráter cívico e a construção de uma rede de sociabilidades tanto no campo universitário quanto militar que possibilitou a criação do Projeto Rondon, cf. CAZES, Leonardo Faria. *Tempo de reforma, tempo de repressão: a trajetória de Wilson Choeri na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)*. 2017. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói/Rio de Janeiro, 2017.

de que a juventude brasileira, universitária, é inseqüente e incapaz de ação construtiva continua”.⁴¹ Nesses trechos, o professor demarcava a existência de uma outra juventude – diferente daquela que levava à construção do lugar-comum sobre o jovem rebelde, sintetizada posteriormente pela noção de *poder jovem*. O Projeto Rondon seria, assim, uma oportunidade para que essa visão deturpada da juventude fosse desfeita.

Pouco tempo depois da realização da “Operação Zero”, em dezembro de 1967, um editorial do *Jornal do Brasil* apresentava o Projeto Rondon no contexto das questões e dilemas atribuídos à condição juvenil. Em tom ao mesmo tempo nacionalista e militarista, o texto afirmava que era graças à Força Aérea Brasileira que as regiões do interior do país haviam se tornado facilmente acessíveis. Além disso, o editorial explicitava que a *participação* no Projeto Rondon apresentava aos jovens das cidades a possibilidade de viver no interior do Brasil como uma perspectiva de futuro, para a vida adulta. Para a equipe do jornal, todas as localidades que em breve seriam visitadas pelos estudantes que participariam da Operação 1 do Projeto Rondon, entre janeiro e fevereiro de 1968, “são zonas do Brasil que tanto podem receber como podem dar muito aos jovens que as visitem”. A atuação no interior traria perspectivas de inserção no mundo do trabalho para os jovens que iam além daquelas já conhecidas, como o horizonte de conseguir um emprego por meio da Caixa Econômica Federal ou do Instituto de Previdência. O *JB* concluía afirmando que as regiões atendidas pelo programa estariam “aguardando apenas um movimento de jovens que, partindo das cidades, encontre o movimento daqueles que constroem o Brasil do centro e das fronteiras.”⁴²

Apesar de seus contornos iniciais terem sido esboçados entre 1966 e 1967, em parte como uma iniciativa da base social da ditadura a partir de seus contatos com as Forças Armadas, o Projeto Rondon logo foi assumido pelo Estado e se transformou em uma das respostas da ditadura militar à juventude entendida como *poder jovem*. Um informe produzido pela DSI do Ministério da Educação e Cultura em dezembro de 1968 indica como o programa de extensão era percebido como parte de uma mesma arena de disputas tanto por agentes da ditadura como pelos estudantes que se compreendiam por meio dessa concepção ou que desejavam implementar o *poder jovem*. O tema tratado pelo breve documento são as informações publicadas pela imprensa sobre a realização ilegal de uma reunião da UNE na cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro, mas o Projeto Rondon figura como um assunto central da fonte a ponto da suposta “infiltração comunista” em suas operações dar título ao informe. Segundo o texto, entre as estratégias do movimento estudantil organizado com relação ao Ensino Médio

⁴¹ Estudante quer integrar o país. *Correio da Manhã*, domingo, 16 jul. 1967, 1º Caderno, p. 22.

⁴² Projeto Rondon. *Jornal do Brasil*, quarta-feira, 6 dez. 1967, p. 1.

estava “a completa abolição da disciplina e o desrespeito ao tradicionalismo”. A inversão das lógicas hierárquicas e comportamentais faria parte dessa estratégia, pois as duas ações atribuídas aos militantes do movimento estudantil eram o desrespeito aos professores e o não uso de uniformes no ambiente escolar.

O trecho mais interessante do informe, contudo, trata especificamente sobre a questão da juventude, de um lado, e das relações entre pais filhos, por outro. Segundo o texto, estavam entre as estratégias do movimento estudantil secundarista o

repúdio aos pais que não reconhecem o “direito dos moços”; [a] união com os universitários na pressão do “*poder jovem*” contra qualquer daricalização [sic] da burguesia; [as] ligações com sindicatos operários, para apoio a greves e movimentos de massa; contatos permanentes com favelados etc.⁴³

A “infiltração” no Projeto Rondon aparece, assim, lado a lado com a rejeição aos pais que se opunham às prerrogativas da juventude, no âmbito da vida privada, e da aliança entre secundaristas e universitários para a conquista do *poder jovem*, na esfera da vida pública. O informe foi concluído em tom de alerta, chamando a atenção para o fato de que haveria vários outros documentos que indicavam a atuação de opositores ao regime militar nos assuntos relativos ao programa de extensão universitária.

Outros indícios documentais demonstram quais noções culturais conferiam significados a essa política da ditadura para a juventude em oposição à concepção que associava a condição juvenil a um protagonismo nas disputas pelo poder. Um deles é o livro *O jovem deve saber tudo sobre o Projeto Rondon*, elaborado pela coordenação do programa e publicado na coleção “Brasil Hoje” pela Bloch Editores em 1972. A narrativa do livro apresentava o programa de extensão universitária como uma resposta genuinamente brasileira a um “fenômeno mundial”. Tratava-se do “inconformismo juvenil” que, na segunda metade dos anos 1960, havia se radicalizado “numa escala mundial de manifestações públicas, protestos, conflitos e movimentos em massa”. Os autores ofereciam alguns exemplos específicos desse fenômeno, como o movimento *beatnik* nos Estados Unidos, mas aproximavam todos eles ao afirmarem que tratava-se, em sua totalidade, de um “indício da insatisfação dos jovens e da sua desconfiança quanto à capacidade das gerações mais velhas em construir uma sociedade justa.”⁴⁴ O Projeto Rondon era apresentado como a “nossa solução” – genuinamente nacional, portanto – para esse fenômeno de escala mundial e contextualizado nos seguintes termos:

⁴³ Encaminhamento nº 618 SEP/DSI/MEC. Assunto: Infiltração comunista no Projeto Rondon, 13 de dezembro de 1968, sem página. *Arquivo Nacional*, Fundo: Assessoria de Segurança e Informações da Universidade Federal de Minas Gerais, BR_DFANBSB_AT4_0_0_0111_d0001de0001. Grifos meus.

⁴⁴ EQUIPE DO PROJETO RONDON. *O jovem deve saber tudo sobre o Projeto Rondon*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1972, p. 6.

No Brasil um fato latente. Havia uma enorme predisposição da parte dos jovens de contribuir de alguma forma no processo brasileiro.

O que se fazia necessário era mostrar-lhes o caminho sério e construtivo da participação real nos destinos do Brasil.

Atravessávamos uma época em que mais do que nunca necessitávamos do trabalho devotado, do altruísmo, da convicção patriótica, de reformas é claro, desde que calcadas na realidade de nossa problemática.⁴⁵

No trecho, a utilização de expressões como “predisposição”, “participação real”, “construtivo” e “convicção patriótica” indicavam quais valores eram projetados para os jovens. Em oposição implícita à rebeldia juvenil, o Projeto Rondon apresentava-se como o espaço em que esses preceitos poderiam se concretizar. Interessante observar como essa *participação* não era vista como autônoma, mas heterônoma porque seria subordinada a definições de terceiros – argumento que aprofundo no Capítulo III. Caberia a um sujeito não enunciado no trecho (mas, supõe-se, a alguém mais velho) apresentar aos jovens qual seria esse caminho adequado e “sério” que possibilitaria a eles contribuir com os “destinos do Brasil”. A publicação, que tinha como principal objetivo informar os jovens sobre “a realidade de seu país”, explicava ainda os princípios de funcionamento do programa de extensão e apresentava as ações do Projeto Rondon realizadas até aquele momento.

A problemática da juventude e da educação cívica dos jovens esteve presente desde as primeiras ações do Projeto Rondon, tendo sido logo transformado em uma resposta ao *poder jovem* na medida em que a própria ditadura institucionalizou a iniciativa. Em um documento datado de dezembro de 1967, em que o Ministério do Exército regulamentava as normas de apoio dos órgãos militares às ações do programa de extensão, essas noções eram, mais uma vez, explicitadas. Na fonte, afirmava-se que o Exército havia se antecipado à solicitação das universidades para auxiliar as operações do Rondon diante do reconhecimento do “elevado sentido cívico e patriótico” da iniciativa. Nesse sentido, os militares chamavam a atenção para a legitimidade do programa por ter sido iniciado no próprio meio universitário e logo contado com o apoio estrutural dos órgãos governamentais. O documento prosseguia listando os objetivos do Projeto Rondon. Vários deles envolviam concepções sobre a condição juvenil, como “atrair os moços para as oportunidades que o interior lhes pode oferecer explorando as características de idealismo, entusiasmo e espírito de aventura, inerentes aos jovens em geral.” Nesse sentido, o entendimento dos militares naturalizava a conexão entre juventude e rebeldia – raciocínio que, na mesma conjuntura em que o documento foi produzido, era sintetizado pela categoria de *poder jovem*. Outro objetivo do apoio do Exército ao Projeto Rondon seria,

⁴⁵ EQUIPE DO PROJETO RONDON. *Op. citada*, 1972, p. 6.

segundo a mesma fonte, “o diálogo com os jovens acadêmicos, de modo a que a ação se sobreponha às palavras”.⁴⁶

Em que medida a juventude foi pensada e vivenciada, no Projeto Rondon, de uma forma que se contrapunha aos desafios colocados pela noção de *poder jovem*? Para responder a esse questionamento, pode-se recorrer à análise conjunta de duas fontes distintas: primeiro, mais um trecho do livro *O poder jovem*, publicado em 1968; depois, um dos *spots* radiofônicos produzidos pela Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência (Aerp) e que funcionava como uma propaganda do programa de extensão universitária quando foram transmitidos no início da década de 1970. Nelas, encontramos uma conexão implícita que localiza, mais uma vez, o caráter reativo do repertório de políticas da ditadura direcionadas à juventude. Sua análise conjunta permite, também, perceber como as tentativas de oferecer uma abertura à *participação* subordinada aos jovens dialogava com concepções que parte da juventude havia assumido como emblema.

No contexto de sua explicação sobre o surgimento do sentimento de revolta entre os estudantes, Poerner afirmava que sua causa estava no fato de os universitários brasileiros se decepcionarem com o que encontravam na universidade ainda no primeiro ano de estudos. Ele fazia uma analogia entre a situação do jovem primeiranista com a decepção de um chefe de família de classe média que, após poupar por anos as suas economias, compra um carro que enguiça em seu primeiro final de semana de uso. No caso dos jovens estudantes, um grande esforço era necessário para ser classificado nos exames do vestibular e, enfim, chegar à universidade. No entanto, o que eles encontravam nas instituições de ensino era uma série de problemas que são sintetizadas pelo autor na expressão “Universidade arcaica”. Ela seria uma instituição que se mantinha a mesma desde o início do século XX, portanto incapaz de dar respostas ao Brasil de seu tempo presente.

Seria – continuava a argumentar o autor d’*O poder jovem* – no contato com esses problemas que o universitário buscava encontrar os responsáveis pelo arcaísmo do sistema de ensino superior e por seu sentimento de frustração. E, assim, o estudante chegava à conclusão de que os problemas enfrentados pela universidade eram uma decorrência direta da “estrutura arcaica” do país. Seria preciso, então, modificar a estrutura da sociedade brasileira para, assim, renovar também as instituições de ensino. Poerner argumentava, por fim, que

A partir dessa conclusão, as ruas ganham um novo estudante, que passa a estudar, no asfalto das passeatas, a matéria cujo ensino lhe é negado nos bancos universitários: a

⁴⁶ Normas reguladoras do apoio ao “Projeto Rondon”. Ministério do Exército, II Exército, 2ª Região Militar, Quartel-general, 3ª Seção do EMR/2. Dezembro de 1967, sem página. Arquivo Central da Unicamp (SIARQ), Fundo: CACS, caixa 170, maço 3.

realidade brasileira atual. Aprendida nas ruas, essa matéria faz parte de um curso não oficial muito mais amplo, que poderia ser chamado de Politização e Liderança e que terá, certamente, reflexos decisivos na história futura do Brasil. [...] Quase ninguém esquece as lições de patriotismo da Universidade de Asfalto. E é exatamente por causa disso que uma manifestação estudantil em Tribobó [no município de São Gonçalo, Rio de Janeiro] vai repercutir em Washington.⁴⁷

Nesse trecho, encontramos mais uma das possíveis formas de perceber o *poder jovem*. De maneira até certo ponto paradoxal, Poerner pensava que o contato do jovem com a instituição universitária não era a motivação central de seu sentimento de rebeldia em seu sentido positivo. Ao contrário, era por meio da rejeição ao que encontrava na universidade que o jovem estudante, ainda no primeiro ano do curso, deixava os corredores da faculdade considerada “arcaica” para ganhar as ruas. Nelas, o contato com a realidade da luta política (o “asfalto das passeatas”) ensinava muito mais do que os velhos métodos dos professores. Nesse sentido, Poerner criava significados para a tomada de consciência do *poder jovem* por meio do recurso a uma dicotomia. À “universidade arcaica” se opunha a “Universidade de Asfalto”, responsável pelo aprendizado do jovem.

O *spot* produzido pela Aerp, por sua vez, fazia eco implícito a essa dicotomia produzida por Poerner para pensar a categoria de *poder jovem*. Mas a colocava em outros termos simbólicos, na medida em que a agência de publicidade oficial do governo Médici buscava, como argumenta Carlos Fico, transformar ideias-força de “construção” nacional em propagandas curtas que promovessem uma “pedagogia esclarecedora” da “mocidade” diante do avanço “subversivo”.⁴⁸ Nele, uma voz masculina – possivelmente de um ator, mas que se apresenta como o estudante de Engenharia Lucas de Sousa – iniciava o seu depoimento afirmando que, em um primeiro momento, pensava que a sua participação no Projeto Rondon seria um “grande passeio” pelas praias do Maranhão. A propaganda, portanto, parte de uma premissa atribuída a muitos jovens, que viam nas operações do programa de extensão uma possibilidade de viajar e de se divertir sem a supervisão dos pais. Mas, na continuidade do *spot*, o estudante Lucas diz que a sua expectativa sobre a operação não teria se consolidado e que a sua visão sobre o programa de extensão teria se modificado. Ele concluía dizendo ser

muito importante que jovens e estudantes conheçam melhor o Brasil. Não somente de literatura e cinema de protesto, mas vivendo para protestar fazendo. Conheça como nós conhecemos e participe dos problemas desses brasileiros como nós participamos. O Projeto Rondon, na verdade, dá a chance que a gente tenha um curso prático de realidade nacional.⁴⁹

⁴⁷ POERNER, Arthur José. *Op. cit.*, 1968, p. 27-28.

⁴⁸ FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: nacionalismo, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 122-123.

⁴⁹ ASSESSORIA Especial de Relações Públicas da Presidência. Gravação especial: Projeto Rondon. São Paulo: Aerp-SP2, c. 1970-1974. Arquivo pessoal do autor.

Dessa forma, a dicotomia entre “universidade arcaica” e “universidade de asfalto” – proposta por Poerner para pensar o *poder jovem* – dava lugar, nas ações do Projeto Rondon ao longo dos anos 1960 e 1970, respectivamente ao conhecimento proveniente da cultura de protesto e ao “curso prático de realidade nacional” no interior do Brasil. Mas enquanto Poerner positivava a formação política oferecida pelas manifestações, os coordenadores do Projeto Rondon atribuíam ao contato com a “realidade nacional” a função de afastar os jovens dos protestos e manifestações oposicionistas.

No contexto dos anos finais da década de 1960, parcelas significativas dos militantes estudantis que vivenciavam a juventude como *poder jovem* se opunham à realização das operações do Projeto Rondon. Uma dessas ações foi o boicote organizado pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em julho de 1968 às inscrições da segunda operação do programa de extensão. Outra foram os protestos de militantes estudantis paranaenses que se “infiltraram” em uma palestra dada pelo tenente-coronel Mauro da Costa Rodrigues, então coordenador do Rondon, como parte das atividades preparatórias dos futuros rondonistas na Universidade Federal do Paraná (UFPR).⁵⁰ Ainda em janeiro de 1968, segundo publicou o *Correio da Manhã*, a chapa que ocupava a direção do DCE da PUC-SP também se mostrava contra o Projeto Rondon. De acordo com o periódico de oposição à ditadura, os universitários declararam que o programa, assim como a Comissão de Problemas Estudantis criada pela ditadura, eram “medidas tomadas pelo Govêrno no sentido de *popularizar* o Exército, quando êste nunca estêve como defensor dos interesses do povo. Ao contrário, sômente tem mantido o esquema de dominação cada vez mais acentuado no País.”⁵¹ Com o tempo, contudo, até mesmo os estudantes ligados às oposições ao regime participaram do Projeto Rondon. Nos anos 1970, a chamada “infiltração” no programa de extensão chegou a ser recomendada por algumas entidades estudantis. Esse processo aconteceu em um momento de expansão do programa, com a criação da Fundação Projeto Rondon pelo general-presidente Ernesto Geisel em 1975 e o aumento significativo do quantitativo de jovens mobilizados (em especial, nas chamadas Operações Especiais).

As oposições dos jovens universitários ao Projeto Rondon foram lidas pelos promotores dessa política de Estado como uma oportunidade para esclarecer as diferenças das modalidades da ação juvenil nas operações do programa e no movimento estudantil, o que reafirma o

⁵⁰ Os dois casos foram analisados, com maiores detalhes, em trabalho anterior. Cf. AMATO, Gabriel. *Op. citada*, 2019, p. 83-90.

⁵¹ Projeto Rondon leva à Amazônia. *Correio da Manhã*, quinta-feira, 11 jan. 1968, 1º Caderno, p. 2. Grifos do autor.

argumento de que o programa se configurava como uma das maneiras de responder ao *poder jovem*. Ao ser perguntado sobre o tema pelo *Correio da Manhã* em julho de 1968, Mauro da Costa Rodrigues foi taxativo ao afirmar que “a diferença entre esta participação universitária dentro dos problemas nacionais e os estudantes que se manifestam nas ruas, fazendo suas reivindicações, está no conhecimento de causa que os participantes do Rondon-2 irão adquirir sobre as grandes questões brasileiras.” Para além de ser uma forma de deslegitimar a ação do movimento estudantil de oposição, essa declaração apresentava a integração no Projeto Rondon como uma alternativa – mais legítima, no julgamento de valor do tenente-coronel – à ação juvenil. Esse ponto de vista ficava ainda mais explícito quando Rodrigues afirmava, na mesma reportagem, que “o Projeto Rondon dá uma oportunidade aos jovens protestarem conscientemente, sem o envolvimento político.”⁵²

No ano seguinte, em sua entrevista para a revista *Veja* publicada nas famosas “páginas amarelas” do periódico, Mauro da Costa Rodrigues voltou a expressar esse ponto de vista. Mas, nessa oportunidade, o coordenador do Projeto Rondon apontou também que a iniciativa seria uma forma de o governo lidar com os jovens que se envolviam com as mobilizações políticas daquela conjuntura. Ao ser perguntado sobre o perfil do “universitário-Rondon”, o tenente-coronel afirmou que ele seria o “jovem insatisfeito com a estrutura social, independente da opção política”. Logo em seguida, o militar declarou que

Não nos interessa o estudante amorfo, aquele que está satisfeito com a estrutura. Nós não pretendemos que ele deixe de protestar. Ai do país cuja mocidade não protesta. Mas protestar sabendo o porquê, o como e o para quê. Protestar com mangas arregaçadas, agindo, preparando-se para enfrentar os problemas brasileiros.⁵³

Rodrigues buscava, assim, negar a acusação de que o Projeto Rondon só se interessava pelo jovem acomodado e simpático à ditadura militar. Ao contrário, aos coordenadores da iniciativa interessava a juventude que protestava – e que, nesse momento, foi compreendida como o *poder jovem* –, com disposição para o trabalho e para a resolução dos problemas nacionais. Essa forma de compreender a condição juvenil se apresentava como uma opção apresentada ao jovem entendido como sujeito político disruptivo. Com as operações do Projeto Rondon, buscava-se, ao contrário, destacar a colaboração laboriosa da juventude – daí, inclusive, a frase utilizada em um panfleto sobre os *campi* avançados do programa de extensão e utilizada como título desta seção do capítulo: “Mãos jovens construindo o Brasil”.

⁵² Rondon-2 vai levar 3 mil para mais de nove Estados. *Correio da Manhã*, quinta-feira, 4 jul. 1968, 1º Caderno, p. 9.

⁵³ Entrevista: Mauro da Costa Rodrigues. Não queremos moços conformados. *Veja*, nº 49, 13 de ago. 1969, p. 4.

Esses princípios e valores sobre a condição juvenil eram apresentados como uma alternativa à categoria de *poder jovem* e às formas de ação política associadas a ela. Alguns indícios documentais reafirmavam esse argumento. Em maio de 1971, o *Jornal do Brasil* registrou a cerimônia de inauguração do *campus* avançado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em Porto Velho, Rondônia, a mesma região que havia recebido a Operação Zero do programa de extensão. No evento, estiveram presentes o ministro do Interior, Costa Cavalcanti, e o então coordenador do Projeto Rondon, o coronel Sérgio Pasquali. Segundo o militar, a iniciativa seria a “demonstração de um patriotismo e nacionalismo sadios” por parte da juventude. Os jovens, ao participarem das operações, “não procuram o terrorismo ou a guerrilha urbana.”⁵⁴ Pouco tempo depois, foi a vez do ministro Costa Cavalcanti fazer uma declaração nesse sentido. Durante a abertura do Encontro de Coordenadores Regionais e Estaduais do Projeto Rondon, realizado em Brasília em outubro de 1971, Cavalcanti afirmou – de acordo com o registro do *Jornal do Brasil* – que o participante do programa de extensão “não pensa em subversão”. “Ao contrário”, concluiu o ministro, ele passava a “dar a sua dedicada e patriótica contribuição ao processo de desenvolvimento nacional.”⁵⁵

Uma carta escrita por um leitor ao jornal *Correio da Manhã* em fevereiro de 1971 também é significativa dessa interpretação. Assinada por E. A. Cotechia, de Joinville, Santa Catarina, o texto era iniciado com uma constatação: “Muito se fala em juventude para frente, do *poder jovem*, dos avançados etc. Tudo isso sem nexos.” Na sequência, o autor da missiva seguia descrevendo o que seria a “juventude autêntica” do Brasil. Ela era, em seu ponto de vista, “a mocidade que não foge dos bancos escolares, do contato quente da família para se lançar em ridículas atividades, na subversão da ordem, na violência desmedida, na loucura organizada e muito bem dirigida. A mocidade de que nos orgulhamos, [sic] constitui-se de outra gente.” Indicando compartilhar de uma série de valores conservadores, o autor seguia dando exemplos de espaços em que essa “mocidade” poderia ser encontrada: nas faculdades, laboratórios, quartéis. “Querem outro exemplo?”, questionava-se retoricamente o autor da carta para completar na sequência: “Vê-mo-la [sic] no Projeto Rondon, que chamaria de Missão redentora da integridade nacional.”⁵⁶ Nesse sentido, o programa de extensão era entendido como uma resposta à juventude vivenciada como *poder jovem*, associada a comportamentos tanto progressistas (a “juventude para frente”) quanto politicamente disruptivos. Como

⁵⁴ Universidade gaúcha inaugura o seu “campus” em Rondônia. *Jornal do Brasil*, terça-feira, 4 mai. 1971, 1º Caderno, p. 16.

⁵⁵ Médici verá integrantes do Rondon-9. *Jornal do Brasil*, terça-feira, 28 set. 1971, 1º Caderno, p. 4.

⁵⁶ O leitor dá as cartas. *Correio da Manhã*, segunda-feira, 22 fev. 1971, página de capa. Grifos meus.

sintetizou um outro panfleto sobre o programa de *campus* avançado, também produzido pela coordenação do programa, o Projeto Rondon seria uma “opção jovem de resposta ao Brasil atual”.⁵⁷

Os valores associados a essa “opção” eram compartilhados por importante parcela da juventude da década de 1970, o que explica, ao menos em parte, o grande número de universitários que participaram das operações promovidas pelo Ministério do Interior. Nesse sentido, Arlete de Lourdes Lopes, estudante de Comunicação na Universidade de São Paulo (USP), escreveu um artigo para a revista *Rondon*, publicada pela coordenação centro-sul do programa de extensão, em que sintetizava parte desses códigos culturais. Com relação à conexão existente entre a juventude e o Projeto Rondon, Arlete afirmava em seu texto de 1973 que “a filosofia do PRO, [sic] baseia-se na motivação da juventude para o papel que lhe cabe ao futuro do país, através da conscientização de que há vastas regiões, com seu homem e suas riquezas, que precisam efetivamente integrar-se às fronteiras econômicas nacionais”.⁵⁸ A aposta na construção do Brasil do futuro por sua juventude, a abertura do Estado a uma *participação* dos jovens em programas que se contrapunham aos ideias rebeldes e a possibilidade de conhecer a “verdadeira” realidade nacional ao viajar para o interior do país eram, assim, os principais eixos do Projeto Rondon na tentativa de estabelecer um contraponto ao *poder jovem*.

“Em ritmo de Brasil jovem”: a Operação Mauá

Especialmente nos primeiros anos da década de 1970, a parcela da base social da ditadura que pensava o Brasil se valendo de princípios tecnocratas buscou estabelecer uma associação necessária entre planejamento técnico (visto como “apolítico”) e o desenvolvimento econômico do país. E eles reservavam atenção especial ao tema da juventude e de sua incorporação ao projeto de “Brasil grande”. Esses modos de perceber o lugar reservado aos jovens no projeto de desenvolvimento encampado pelo regime militar se traduziram em uma segunda política da ditadura para a juventude metonimizada em *poder jovem*, desta vez implementada pelo Ministério dos Transportes: a Operação Mauá. Criada ainda em 1968, ela foi institucionalizada em caráter permanente por meio de um decreto presidencial de julho de 1969. Nele, a iniciativa era apresentada como tendo o objetivo de “integrar os universitários na

⁵⁷ Programa *campus* avançado, c. 1974 Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, fundo CACS, caixa 160, maço 10.

⁵⁸ LOPES, Arlete de Lourdes. Operação Progresso. *Rondon*, ano II, nº 2, 1973, p. 11-17.

problemática dos transportes, através de estágios de serviço que lhe facultem o treinamento e a pesquisa dentro das técnicas em uso nos diferentes centros do País.”⁵⁹

Segundo dados oficiais, publicados na revista do programa de extensão universitária em dezembro de 1979 em um artigo sobre os seus custos e perspectivas, a Opema atraiu a *participação* de cerca de 120.000 estudantes em seus onze primeiros anos de funcionamento. Seu conjunto de ações era muito variado, incluindo desde viagens de estudo de média duração ou estágios contínuos até a realização de conferências e simpósios.⁶⁰ As coordenações locais da Operação Mauá rapidamente se espalharam pelo Brasil. No primeiro semestre de 1970, elas estavam presentes nos estados do Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe, além do Distrito Federal. As coordenações estaduais ficaram a cargo de militares e professores. Já o primeiro coordenador nacional da Operação Mauá foi significativamente um militar: o coronel João Carlos Nobre da Veiga. Essas dimensões demonstram os esforços no sentido de dotar a iniciativa de caráter nacional e de responder aos desafios colocados pela juventude enquanto sujeito político disruptivo, sempre a partir do repertório de valores culturais citado acima.

No contexto de sua criação, a Operação Mauá foi tema de um texto do coronel Mário Andreazza, ministro dos Transportes do governo do marechal Costa e Silva, no jornal *Correio da Manhã*. O artigo, citado na epígrafe deste capítulo, foi intitulado de “A ‘Operação Mauá’ e o jovem brasileiro”. Ele foi publicado em setembro de 1968, portanto no momento em que a iniciativa se institucionaliza e a categoria de *poder jovem* era amplamente debatida, pensada e vivenciada por parcela da juventude. Andreazza iniciava a sua apresentação da Operação Mauá fazendo referência ao processo de aparecimento da juventude como sujeito político, de direitos e de consumo, caracterizando-o como pautado por um sentimento de “impaciência” presente entre os jovens de diferentes partes do mundo. Para o ministro, esse sentimento era dominante entre a juventude da geração nascida no pós-Segunda Guerra, que vivia os desafios da era atômica e dos computadores. Mas, fazendo um trocadilho com as diferenças de composição etária entre os países ditos, no contexto da Guerra Fria, de “primeiro mundo” e o Brasil, Andreazza afirmava que a insatisfação dos jovens brasileiros se diferenciava do mesmo fenômeno em “países mais velhos e, talvez, cansados”. Isso porque, segundo o ministro, “na

⁵⁹ Decreto nº 64.918, de 31 de julho de 1969, institui, em caráter permanente, a Operação Mauá (Opema), e dá outras providências.

⁶⁰ SOARES, Aroldo Pereira. Operação Mauá: custos e perspectivas. *Opema: em ritmo de Brasil jovem*, Guanabara, ano 9, nº 24, dez. 1979, p. 46-47.

base da insatisfação de nossa juventude, está a patriótica aspiração de ver o Brasil avançar – e a tensão que nos atinge resulta do desejo de desenvolvimento e de progresso social, por parte de um povo destinado à grandeza.”⁶¹ A rebeldia da juventude brasileira era, nesse sentido, revestida de valores nacionalistas e pensada de forma eufemística como “impaciência”.

No artigo, Andreazza afirmava ainda que a ansiedade juvenil para ver o Brasil cumprir o seu destino de grandeza poderia ser denominada de “Ideologia da Mocidade Brasileira”. Mas, na tentativa de minimizar qualquer sentido disruptivo ou radical explicitado pela relação entre *poder jovem* e juventude, o ministro buscava também colocar por terra a legitimidade da idade como um marcador diferencial que explicaria a ação dos jovens em seu tempo presente. Para ele, o sentimento de “impaciência” não era “de apenas uma geração, mas de todos, adultos e jovens”. E a experiência na Operação Mauá permitiria ao jovem enxergar justamente que os esforços de todas as gerações – velhas ou jovens – seriam necessários para que o Brasil superasse os desafios do presente. Nesse sentido, segundo o ministro, caberia unir gerações diferentes e “arrôjo à disciplina” para criar o “Brasil do futuro”. Era no contexto da defesa desses valores que Mario Andreazza apresentava a Operação Mauá. O programa consistiria, em sua definição, em “colocar o estudante de engenharia em contato direto com as obras atualmente em execução no Brasil, para que possam, nas chamadas grandes férias, aperfeiçoar seus conhecimentos técnicos, participando de trabalhos que afetam mais diretamente o homem brasileiro em sua legítima aspiração ao bem-estar e à felicidade.”⁶²

De forma próxima à maneira como a juventude era pensada no Projeto Rondon, Andreazza entendia que a *participação* dos jovens na Operação Mauá criaria situações para que eles fossem integrados aos problemas “reais” do país. Com essa integração, eles se dariam conta de que a solução para os dilemas nacionais poderia ser encontrada por meio do diálogo com “o Brasil tal como êle existe” e não a partir de elucubrações teóricas. Mas, se no Rondon o ambiente imaginado para esse contato com o Brasil real era o interior ou as regiões mais pobres do país, na Opema os espaços reservados à ação subordinada dos jovens eram outros. Dentre os exemplos oferecidos por Andreazza, estavam a abertura de rodovias que iriam superar a ausência de integração do território nacional, que levava alguns a descrever o Brasil como um “arquipélago econômico”; a construção de pontes como a Rio-Niterói, que seriam capazes de

⁶¹ ANDREAZZA, Mário. A “Operação Mauá” e o jovem brasileiro. *Correio da Manhã*, quinta-feira, 5 set. 1968, Caderno Econômico, p. 15. Essa forma de apresentar a Opema como uma solução para a “impaciência” dos jovens se tornou tão significativa que foi reproduzida – com mudanças mínimas – em jornais, canais de televisão e até mesmo no periódico oficial da iniciativa. Cf. Que é, afinal, a Operação Mauá? *Opema: em ritmo de Brasil jovem*, Guanabara, ano 1, nº 2, dez. 1979, p. 65.

⁶² *Idem.*, p. 15.

unir os brasileiros; ou a reativação das ferrovias, entendidas como centrais para o sistema de transportes do país. Nesse sentido, a integração dos jovens na construção do “Brasil grande” imaginado pela ditadura era entendida de forma literal e concreta. A chamada “filosofia da Operação Mauá” prescrevia a ação dos jovens nas grandes obras de engenharia espalhadas pelo país, processo que direcionaria a “impaciência” juvenil no sentido esperado pelo regime e seus apoiadores.

A Operação Mauá significava, portanto, uma resposta ao desafio da juventude vivenciada como *poder jovem* que buscava revestir a ação política dos chamados “moços” brasileiros dos valores simbólicos do nacionalismo, do tecnicismo e do desenvolvimentismo. Esse potencial juvenil seria direcionado para o soergimento do “Brasil do futuro”, proposição fundamental para a propaganda política da ditadura especialmente durante o governo do general Médici (1970-1974). Do ponto de vista da base social do regime, a Opema dialogava com os anseios e valores dos grandes empreiteiros que, de uma forma ou de outra, envolviam-se nas políticas públicas de financiamento de vultosas obras de engenharia como a Transamazônica ou a ponte Rio-Niterói. Antes de receberem a pejorativa alcunha de “faraônicas” até mesmo por parte de ministros do regime, durante os anos 1980, essas grandes obras eram entendidas como indícios de modernidade.⁶³ O programa do Ministério dos Transportes contava com a participação ativa de empresas do setor de indústria pesada, como a construtora Andrade Gutierrez S.A., ou de outros setores econômicos, como a multinacional alemã de automóveis Mercedes Benz. Havia também incentivo fiscal para que essa participação acontecesse. O dinheiro investido pelas empresas na remuneração dos estagiários ou em doações diretas para a Operação Mauá poderia ser deduzido da renda bruta das empresas, como despesas operacionais.

O enfoque da Opema privilegiava, assim, a juventude a partir da ótica da educação técnica tanto em nível médio como universitário. Ela dialogava, nesse sentido, com políticas econômicas e educacionais da ditadura que percebiam o ensino como um instrumento de “racionalidade técnica” capaz de promover o desenvolvimento. Como argumentam Amarílio Ferreira Jr. e Marisa Bittar, os planos econômicos do regime “vinculavam organicamente economia e educação”, o que se traduzia no tecnicismo que se materializou nas duas principais reformas dos sistemas de ensino promovidas pelo regime: a do nível universitário, de 1968, e a do secundário, de 1971. Ainda segundo Ferreira Jr. e Bittar, em especial a partir do AI-5, “a

⁶³ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. 2012. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, p. 428-429.

ditadura militar [...] produziu um conjunto articulado de ideias, valores, opiniões e crenças, segundo o qual a tecnocracia era a melhor forma de se governar a sociedade brasileira.”⁶⁴ Para além de seus desdobramentos no ensino formal – por exemplo, com a política de profissionalização compulsória no 2^a grau a partir de 1971, avaliada por Luiz Antônio Cunha como “o grande, talvez o maior, fracasso da ditadura no campo educacional”⁶⁵ –, esses princípios eram materializados na Operação Mauá enquanto uma política para a juventude.

Apesar de a intenção inicial da iniciativa ter sido promover a *participação* de jovens estudantes na área de Engenharia, logo os coordenadores da Opema ampliaram o enfoque para incluir universitários de áreas como Administração de Empresas, Economia, Química, Arquitetura e Desenho Industrial.⁶⁶ Esse processo de ampliação do programa envolveu a participação de mais empresas na Opema, fossem pública ou privadas, com atuação em diferentes setores econômicos. O programa também buscava promover a aproximação entre empresas e escolas ou faculdades. Os jovens brasileiros eram pensados, assim, como profissionais em processo de formação que seriam incorporados ao mercado de trabalho e construiriam a modernidade nacional – premissas da chamada “teoria do capital humano”, como analisarei no Capítulo V. Ao mesmo tempo, a iniciativa sobrepunha as categorias “estudante” e “jovem” – mais uma vez, indicando como o repertório de políticas da ditadura direcionadas a esse grupo de idade respondia à noção de juventude metonimizada em *poder jovem*. Mas o recorte privilegiado pela iniciativa diferenciava-se sensivelmente daquele particularizado pelo Projeto Rondon. A Operação Mauá também visava os estudantes de cursos técnicos, alguns anos mais novos, e não apenas os universitários.

No editorial que escreveu para a revista oficial da Opema em junho de 1971, o seu coordenador à época, o coronel João Carlos Nobre da Veiga, explicitava como essa relação entre juventude, Operação Mauá, instituições de ensino e empresas era pensada nessa política estatal. Comemorando a participação do décimo-milésimo estudante na iniciativa, o militar explicava a legitimidade do programa recorrendo a pontos de vista ao mesmo tempo educacionais, econômicos e ligados à inserção dos jovens no mercado de trabalho. Para o coronel, os estágios viabilizados pelas coordenações da Operação Mauá seriam a oportunidade que estudantes de cursos técnicos ou universitários tinham para conhecer de perto a indústria

⁶⁴ FERREIRA JR., Amarílio e BITTAR, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. *Cadernos Cedex*, v. 28, 2008, p. 340 e p. 342, respectivamente.

⁶⁵ CUNHA, Luiz Antônio. Ensino profissional: o grande fracasso da ditadura. *Cadernos de pesquisa*, v. 44, out.-dez. 2014, p. 914.

⁶⁶ Operação Mauá – O que todos devem saber sobre a Opema. *Correio da Manhã*, sábado, 28 mar. 1970, Jornal de Serviço, p. 17.

em que iriam, no futuro, atuar. Os cursos, conferências e simpósios, por sua vez, levariam “para o corpo docente e discente das Escolas a palavra das empresas”. Ele concluía afirmando que

Amalgamando jovens estudantes, doutos mestres e experimentados homens de empresa, damos nossa modesta contribuição econômico-educativa para a construção e consolidação do binômio empresa-escola, mola mestra para o aprimoramento tecnológico, que ensejará a melhoria da produtividade industrial brasileira, colocando nossos produtos em níveis competitivos no mercado internacional.⁶⁷

Nesse sentido, o jovem era compreendido como um estudante que necessitava ser formado tecnicamente. Essa formação, por sua vez, só poderia ser realmente efetiva na medida em que extrapolasse o ambiente das instituições educacionais, aproximando o jovem do espaço das empresas e dos canteiros de obras onde se trabalhava para efetivar o progresso nacional. Dessa forma, a Opema buscava estabelecer uma aproximação entre jovens, ditadura militar e empresariado com o objetivo de converter os potenciais da juventude brasileira em progresso econômico para o país. Assim, a “impaciência” juvenil não se transformaria em rebeldia e, sim, seria ordenada de forma produtiva. Esse ponto de vista já havia sido expresso anteriormente na mesma revista. Em artigo não assinado e publicado em 1970, afirmava-se que a educação era um importante campo de atuação para a solução dos problemas nacionais. Seria necessário, portanto, conduzir, “de maneira ordenada e objetiva, o desejo de *participação* da mocidade, dando-lhe responsabilidade na obra de reconstrução técnico-industrial ensejada pela Revolução [sic] de 31 de março de 1964 e hoje mostrando os primeiros resultados.”⁶⁸

A articulação entre os vários sujeitos envolvidos na Operação Mauá – jovens estudantes, professores, empresários ou militares – não era uma total novidade desde que o golpe civil-militar impôs a ditadura no Brasil. Uma semana antes da ruptura democrática, em março de 1964, o primeiro Centro de Integração Empresa-Escola (CIE-E) foi fundado em São Paulo pela iniciativa privada. O empreendimento dos empresários paulistas serviu de inspiração para que, entre o mesmo ano e 1969, CIE-Es fossem criados no Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. De acordo com Luiz Antônio Cunha, esses órgãos declaravam ter como objetivo “levar às empresas a contribuição teórica dos estudantes universitários [sic] (e dos professores, eventualmente) e às escolas superiores e de nível médio o espírito prático das empresas, assim como as mudanças que a produção estaria imprimindo no perfil desejado para os formandos.”⁶⁹ Mas, por meio da promoção de estágios nas empresas, os CIE-Es também

⁶⁷ VEIGA, João Carlos Nobre da. 10.000º estudante. *Opema: em ritmo de Brasil jovem*, Guanabara, ano 2, nº 3, jun. 1971, p. 5.

⁶⁸ A Operação Mauá e a educação. *Opema: em ritmo de Brasil jovem*, Guanabara, ano 1, nº 2, 1970, p. 25. Grifos meus.

⁶⁹ CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007 [1988], p. 62-63.

buscavam disciplinar os estudantes a partir de princípios políticos dos empresários favoráveis à ordem vigente.

Apesar de sua importância no campo das iniciativas que buscavam aproximar empresas e instituições educacionais, os CIE-Es se diferenciavam da Opema em dois sentidos. Primeiro, voltavam-se, em seu material de divulgação, em suas formas de organização e em suas atividades, aos estudantes e não especificamente à categoria juventude ou características compreendidas como próprias à condição juvenil. Segundo, foram uma iniciativa de empresários e não do Estado. A maneira particular encontrada pelo Ministério dos Transportes para aproximar empresas e escolas por meio da juventude estudantil, por sua vez, pode ser analisada a partir do relatório confidencial elaborado pela coordenação estadual da Opema do Maranhão para o último trimestre de 1974. O relatório produzido pelo coordenador estadual da iniciativa, Luiz Alfredo Netto Guterres Soares, foi anexado a um informe, também classificado como confidencial, sobre as atividades na área educacional na região do Nordeste produzido pelo SNI em dezembro de 1974. O documento elaborado pela comunidade de informações da ditadura analisava tanto as ações repressivas aplicadas contra os estudantes, como o caso de um processo instaurado no Ceará com base no Decreto-Lei 477 e que julgou inocente o estudante investigado, quanto as movimentações dos diretórios estudantis nas universidades.

Também eram feitos alguns comentários sobre a política estritamente educacional do regime, com atenção particular ao Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). No entanto, era reservado tratamento privilegiado às ações que buscavam promover a *participação* controlada dos jovens, com especial enfoque ao Projeto Rondon e à Operação Mauá nos estados do Piauí e do Maranhão. No item “Apreciação”, o documento informava que havia certa “inquietação” entre os universitários maranhenses diante da possibilidade de reabertura dos diretórios estudantis. Mas contrabalanceava esse dado afirmando que não haviam sido observadas ações explicitamente políticas entre os estudantes e com informações sobre a atuação, avaliada como bem-sucedida, do Rondon e da Mauá na região.⁷⁰

O relatório elaborado pelo coordenador da Opema maranhense, por sua vez, acompanhava o tom otimista na avaliação da iniciativa. Apesar de reconhecer que as atividades do programa nessa época do ano (dezembro) eram poucas, pois os estágios e as viagens técnicas eram realizados durante as férias estudantis do início de cada ano, ele dizia que o máximo havia sido feito para divulgar a “filosofia da Opema” entre os jovens, as unidades de ensino e as

⁷⁰ Informação nº 1324/19/AFZ/74. Assunto: Situação na área educacional – 4.5., 31 de dezembro de 1964, p. 8. Arquivo Nacional, Fundo: Serviço Nacional de Informações, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_75081541_d0001de0001.

empresas. O relatório afirmava que, do ponto de vista da recepção das ações do programa junto aos jovens, havia um “grande apoio que se traduz na grande procura da Coordenação pelos universitários interessados em participar de suas atividades”. Para sustentar essa leitura, o relatório trazia o dado de que a coordenação havia recebido 200 inscrições para as apenas 74 vagas nas viagens de estudos que seriam realizadas nas férias de janeiro a fevereiro de 1975. Além disso, Luiz Alfredo Netto Guterres Soares destacava o apoio dado pelo governador do estado e pelo reitor da Universidade do Maranhão para a Opema. Ele concluía afirmando que “alguma coisa” havia sido feita pela coordenação “para uma efetiva integração Escola–Empresa–Governo em nosso Estado [sic], augurando realizar ainda muito mais, nos próximos anos, pelo apoio moral que temos recebido na tarefa nem sempre bem compreendida de nivelar, pelo alto, a Juventude universitária.”⁷¹

Na tentativa de demonstrar essa boa recepção dos jovens às atividades da Operação Mauá, sua coordenação nacional fazia publicar de maneira recorrente uma série de depoimentos prestados pelos próprios participantes do programa em sua revista oficial. Neles, os estudantes relatavam como havia sido a atuação por meio do programa e como viam a Opema. Alguns associavam explicitamente o tema da juventude ao desenvolvimento do país, compreendendo essa relação como parte da construção do “Brasil grande”. Foi o caso de Cláudio Esteves, estudante de Economia em 1974, que declarou: “Só o Brasil lucrará com os altos ensinamentos ministrados à sua juventude estudantil, pois está preparando para o amanhã uma plêiade de homens cultos e capazes para dirigir os destinos do Brasil com integridade e patriotismo.”⁷² Outros participantes da Operação Mauá ressaltavam a validade da iniciativa para os seus projetos pessoais de inserção profissional ou para a sua aproximação com as empresas atuantes no país. Este foi o caso de Ricardo Gomes Pereira, estudante da Escola de Engenharia de Volta Redonda, no Rio de Janeiro, e estagiário na Companhia Siderúrgica Nacional em fevereiro de 1978. Para ele, o estágio oferecido pela Opema cumpria o objetivo de “mostrar aos estudantes coisas práticas, técnicas modernas, abrir a visão do estagiário para o seu futuro profissional.”⁷³

Redações mais longas foram publicadas na mesma revista e também na grande imprensa como resultado do concurso nacional “O universitário brasileiro e a Operação Mauá”, realizado em conjunto com o *Correio da Manhã*. Nesse contexto, o jornal já não adotava mais a postura crítica com relação à ditadura que o caracterizava nos primeiros anos do regime. Pressões

⁷¹ SOARES, Alfredo Netto Guterres. Relatório outubro-novembro-dezembro 74. Operação Mauá, Coordenação estadual do Maranhão, sem página. *Arquivo Nacional*, Fundo: Serviço Nacional de Informações, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_75081541_d0001de0001.

⁷² Opinião do estagiário. *Opema: em ritmo de Brasil jovem*, Guanabara, ano 4, nº 11, abr. 1974, p. 26.

⁷³ Opinião do universitário. *Opema: em ritmo de Brasil jovem*, Guanabara, ano 8, nº 22, jun. 1978, p. 46.

políticas resultaram em expurgos em sua redação após o AI-5, inclusive com a prisão de sua proprietária – Niomar Moniz Sodré Bittencourt –, em 1969. Bittencourt decidiu, então, arrendar o *Correio* para dois empreiteiros: Frederico Gomes da Silva e Maurício Alencar. Segundo Jeferson de Andrade, os empresários eram amigos de Andreazza e alugaram o periódico com a intenção de promover a candidatura do ministro dos Transportes à presidência da República, como sucessor de Costa e Silva.⁷⁴

Fazia sentido, nessa conjuntura, promover Andreazza com a divulgação de uma de suas criações: a Operação Mauá. Por isso, em 1970, o periódico iniciou uma parceria sistemática com a Opema. A partir de março desse ano, o seu caderno “Jornal de Serviço” passou a publicar um noticiário diário sobre o programa, com informações sobre as inscrições, os estágios e as pesquisas realizadas pelos participantes da Operação. Essa ação conjunta foi apresentada no jornal como tendo sido motivada pela “tarefa de suscitar nos estudantes e no povo o ‘Entusiasmo no Brasil Jovem’”.⁷⁵ O primeiro concurso de monografias aconteceu entre abril e junho de 1970 e fazia parte desses esforços mais amplos de divulgação dessa política da ditadura para os jovens na imprensa. Dele, podiam participar universitários matriculados em faculdades de todo o país – independente se haviam ou não se integrado diretamente em alguma ação da Opema. Os três primeiros lugares na competição foram selecionados por uma comissão julgadora e ganharam uma viagem internacional (no caso dos dois primeiros colocados) ou nacional (para o terceiro), além de terem seus textos publicados.⁷⁶

Essa primeira edição do concurso recebeu a inscrição de 522 estudantes. Os textos foram avaliados por uma comissão composta por Murilo Miranda, do Ministério dos Transportes; pelo professor Danilo Zuma, da coordenação da Opema; e pelo jornalista Álvaro Gonçalves Queiróz. Foram premiados os universitários Antônio Aurélio Vellame Mirande, estudante da Faculdade de Filosofia da Bahia, em primeiro lugar; Mariene Branco Bougeard, da Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro, em segundo lugar; e Suzana Crespim, estudante da Faculdade Cândido Mendes, em terceiro lugar. Antônio foi premiado com uma viagem de uma semana para a cidade de Tóquio, no Japão, com o patrocínio do próprio *Correio da Manhã* e o propósito de visitar a EXPO-70. Mariene ganhou uma viagem para Buenos Aires, na Argentina, oferecida pela empresa Linhas Brasileiras de Navegação S.A.⁷⁷ Quando o resultado foi publicado, a

⁷⁴ ANDRADE, Jeferson Ribeiro de. *Um jornal assassinado: a última batalha do Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991, p. 231-232.

⁷⁵ Operação Mauá. *Correio da Manhã*, terça-feira, 24 mar. 1970, *Jornal de Serviço*, p. 14.

⁷⁶ Bases do Concurso da Operação Mauá. *Correio da Manhã*, sábado, 25 abr. 1970, *Jornal de Serviço*, p. 9.

⁷⁷ Concurso “O universitário brasileiro e a Operação Mauá”. *Opema: em ritmo de Brasil jovem*, Guanabara, ano 1, nº 2, 1970, p. 36-37.

imprensa e os coordenadores da Opema ressaltaram a grande participação dos jovens na competição. Eles afirmaram também que todos os textos, independente de sua classificação no concurso, seriam utilizados para ampliar as ações do programa e aproximá-las das reais demandas da juventude brasileira.

Antônio Aurélio, o autor da redação que venceu o concurso, iniciava a sua monografia afirmando que a Opema havia “despertado o interesse imediato da juventude brasileira”. Isso seria evidenciado pelos altos números de inscritos em suas atividades. A Operação se justificaria pela integração dos jovens com a realidade do país que suas ações promoviam. Com ela, afirmava o estudante, “lucram o estudante, a empresa e o país”. Antônio Aurélio também pensava a iniciativa relacionando-a diretamente ao tema da insatisfação estudantil e às medidas adotadas pela ditadura para responder a essa questão. Para ele, “até 1964, uma das queixas dos jovens era justamente o desvinculamento existente entre a teoria dos currículos e a realidade prática. A Opema ajuda a superar o problema de maneira inequívoca, segundo o próprio relato dos estagiários”.⁷⁸ Nesse sentido, o golpe civil-militar que instaurou a ditadura era compreendido como um momento de descontinuidade positiva no âmbito das políticas direcionadas aos jovens. Essa maneira de pensar a juventude convergia tanto com os propósitos da Opema, em particular, como da ditadura, de forma mais ampla. Não por acaso, o trecho citado foi lido e elogiado pelo coronel João Carlos Nobre da Veiga, coordenador do programa, em solenidade da entrega do prêmio realizada em julho de 1970.⁷⁹

A redação vencedora do concurso justificava a validade dos estágios e viagens técnicas realizados pela Operação Mauá argumentando que ela possibilitaria o encurtamento da fase financeiramente dependente típica da condição juvenil. Isso seria viabilizado pela inserção precoce ao mundo do trabalho – inclusive, para os estudantes de cursos técnicos em nível médio. “Quando deixar os bancos escolares[,] o jovem” que participara da Opema, dizia o texto, “terá melhores condições de trabalho do que aqueles que vão começar a vida a partir da hora em que recebem seus diplomas”. Do ponto de vista das empresas, por outro lado, a participação na Operação seria um sinal de que elas davam um “crédito de confiança” aos jovens, sem vê-los como “um jovem irresponsável e imaturo”. O estudante concluía o seu texto em tom convergente com o ponto de vista sobre a rebeldia juvenil, substanciada na categoria de *poder*

⁷⁸ Concurso “O universitário brasileiro e a Operação Mauá”. *Opema: em ritmo de Brasil jovem*, Guanabara, ano 1, nº 2, 1970, p. 36-37. A redação de Antônio Aurélio foi publicada também em: Operação Mauá. *Correio da Manhã*, sábado, 11 jul. 1970, Jornal de Serviço, p. 6. A redação de Mariene Branco Bougeard foi publicada em Operação Mauá. *Correio da Manhã*, terça-feira, 28 jul. 1970, Jornal de Serviço, p. 5. E a íntegra do texto de Suzana Crespim foi publicado em Operação Mauá. *Correio da Manhã*, sexta-feira, 31 jul. 1970, Jornal de Serviço, p. 5.

⁷⁹ Correio da Manhã dá prêmio a estudante. *Correio da Manhã*, sábado, 25 abr. 1970, Jornal de Serviço, p. 9.

jovem no final dos anos 1960, que motivou a criação dessa política para a juventude. Ele afirmava que a Operação Mauá atendia com êxito o “apelo” do coronel Mário Andreazza “de colocar a impaciência do jovem a serviço de nossas estruturas”.⁸⁰

Por se tratarem de falas ou textos produzidos por jovens mas também selecionados e possivelmente editados pela direção da Opema, essa documentação é um importante indício dos contornos conferidos à condição juvenil por meio dessa política da ditadura militar. Essas declarações, afinal, expressavam as leituras de jovens sobre esse programa organizado pelo Ministério dos Transportes, mas a partir de demandas externas a eles: dos não jovens que dirigiam a iniciativa. Em certa medida, premiar essas redações envolvia uma tentativa de legitimar a Opema através da visibilidade conferida a pontos de vista positivos de estudantes alçados à categoria de representantes da juventude. Nesse sentido, as ações desses jovens eram vistas como mais bem-sucedidas quanto mais associadas aos mundos do trabalho e distanciadas do universo estudantil que havia sido a base para a emergência política da condição juvenil em fins dos anos 1960. A uma juventude estudantil particularmente concebida como sujeito político disruptivo, os organizadores da Opema buscavam contrapor uma juventude trabalhadora.

A leitura da juventude vivenciada como *poder jovem* de modo mitigado, compreendido como “impaciência”, levou à criação da Operação Mauá. Nela, buscava-se oferecer alternativas ao jovem que o levassem à rápida inserção na vida profissional e à sua formação técnica para a integração nos chamados “problemas nacionais”. Essas concepções culturais dialogavam com outras, como a noção que atribuía importância à relação empresa-escola e à educação técnica exclusivamente voltada ao trabalho. Dessa forma, a Opema respondia aos desafios da juventude vivenciada como *poder jovem* em diálogo com o universo de valores do empresariado e dos chamados tecnocratas. Suas atividades foram descontinuadas em 1980, pelo governo do general-presidente João Baptista Figueiredo. O argumento apresentado pelo regime, à época, foi o de que sua atenção seria concentrada no Projeto Rondon, que incorporou a estrutura da Operação Mauá.⁸¹ Contudo, tratava-se também de uma conjuntura caracterizada por novidades políticas no âmbito da juventude – inclusive com uma forte re-emergência da categoria de *poder jovem*, a partir da refundação da UNE e do lançamento da segunda edição do livro de Poerner, que impunham forte reformulação às políticas oficiais voltadas aos jovens.

⁸⁰ Concurso “O universitário brasileiro e a Operação Mauá”. *Opema: em ritmo de Brasil jovem*, Guanabara, ano 1, nº 2, 1970, p. 37.

⁸¹ Cf. Operação Mauá é extinta. *O Globo*, quinta-feira, 7 fev. 1980, Matutina, O País, p. 6 e Projeto Rondon passar a atuar também na área de transportes. *O Globo*, quinta-feira, Matutina, Rio, p. 9.

O lugar para o jovem fazer política é nos partidos: Arena Jovem e MDB Jovem

A perspectiva da instauração do *poder jovem* habilitava a juventude como um sujeito político por excelência. Por meio dele, os jovens estariam aptos tanto a participar das disputas pelo poder como a renovar a sociedade a ponto de instaurar uma ruptura radical com o mundo conhecido pelas gerações mais velhas. Esses princípios entravam em conflito com um importante preceito compartilhado por parte significativa dos militares dos anos 1960 e 1970. Tratava-se de uma noção negativa do campo da política, quase sempre acompanhada pela compreensão de que ela deveria ser limitada à esfera da atuação partidária controlada e que as “intervenções” dos próprios militares nos assuntos do Estado eram pautadas pelo apolitismo.⁸² No caso do contexto do Brasil pós-AI-2, instrumento que impôs o bipartidarismo, essa compreensão limitava o exercício da *participação* política aos dois únicos partidos legalizados pela própria ditadura: a Arena e o MDB, ambos fundados em 1965-66. Essa noção de que o lugar para o jovem fazer política era nos partidos chancelados pelo regime militar e não no movimento estudantil, nas organizações de esquerda ou nos seus espaços de estudo apresentou-se como outra concepção alternativa ao *poder jovem*. Essa noção se traduziu em uma terceira política do repertório de ações da ditadura militar direcionado ao grupo de idade jovem: a criação de diretórios juvenis da Arena e do MDB especialmente a partir de 1969.

A compreensão que localizava a atuação política jovem exclusivamente na esfera institucional chegou a ser, inclusive, assumida explicitamente por parcela da juventude, em especial durante a primeira metade da década de 1970. Em artigo de março de 1975 sobre as críticas dentro da própria agremiação ao domínio da Arena por políticos de gerações mais velhas, o *Jornal do Brasil* apresentou uma série de declarações que convergiam como essa forma de pensar o espaço de ação política permitido à condição juvenil. Segundo a reportagem, o general-presidente Ernesto Geisel havia falado sobre o tema na audiência que travou com Orlando Amaral Ribeiro, estudante e membro da Arena Jovem do Rio Grande do Sul. O general havia afirmado à jovem liderança de seu partido “que a Revolução [sic] deseja ver a juventude participar da política nacional, e lembrou que o próprio nome do Partido revolucionário sugere renovação.”⁸³ Geisel produzia, dessa forma, uma dupla associação: do partido que apoiava o seu governo com a juventude e da condição juvenil com a “renovação” que dava nome à Arena.

⁸² Havia nuances importantes nesses modos de apreciar a atividade política típicos dos militares brasileiros dos anos 1960 e 1970. Eles chegavam até mesmo à defesa da extinção dos partidos políticos por parte de correntes de extrema-direita radical de fins da década de 1960. Sobre esse tema e suas relações com as clivagens ideológicas entre os militares brasileiros do período, cf. CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 30-32.

⁸³ José Roberto reclama contra domínio da Arena por velhos. *Jornal do Brasil*, quinta-feira, 13 mar. 1975, 1º Caderno, p. 4.

Nesse sentido, a abertura da ditadura à *participação* juvenil seria compreendida não apenas como possível mas também desejável na medida em que os três – ditadura, juventude brasileira e partido do governo – eram entendidos como capazes de, juntos, revigorar o país.

Após o encontro com o general, o jovem Orlando fez declarações à imprensa que explicitavam suas formas de compreender a Arena Jovem e o regime político que ele apoiava. Orlando era estudante de Economia na UFRGS e já havia se encontrado, em agosto de 1974, com o ministro e general Golbery do Couto e Silva com o objetivo de debater a *participação* juvenil na Arena. Segundo o que o próprio estudante informou ao *Jornal do Brasil*, as audiências que teve com o ministro-chefe do Gabinete Civil e com o presidente da República reafirmavam o compromisso do governo com a juventude. Elas seriam usadas por ele no trabalho de convencer os diretórios de seu partido a receber e acolher os jovens. O estudante disse também que “já conhecia, no entanto, a tese da Revolução [sic], de que o estudante pode e deve participar da política através dos Partidos, e não através das universidades e entidades estudantis.” Esse trecho também é significativo na medida em que trata as categorias “estudante” (citada na fala de Orlando) e “juventude” (visada pelo diretório partidário do qual ele fazia parte) como sinônimas. Essa maneira de classificar os participantes da Arena Jovem, tratando como iguais as condições estudantil e juvenil, reafirma mais uma vez como as políticas da ditadura para esse grupo de idade respondiam à juventude metonimizada em *poder jovem*. Isso ocorria mesmo diante do fato do perfil dos jovens arenistas extrapolar a condição estudantil, incluindo, por exemplo, advogados, agrônomos, engenheiros e pedagogos recém-formados.

O tema da juventude também era pensado e debatido na imprensa partidária durante esse mesmo contexto. Duas reportagens de um mesmo número do *Boletim mensal da Arena*, publicado em novembro de 1975 pelo diretório regional do estado de São Paulo, são indicativas dessas discussões. O boletim trazia em sua primeira página um artigo com o título “Os jovens na política”. No texto, os arenistas afirmavam que a *participação* da juventude nos partidos não era necessária apenas para a renovação das lideranças políticas do Brasil. Ao contrário, “a presença jovem” seria “vital” para a construção da democracia no país – conceito entendido, nesse contexto, como o antônimo de comunismo e não como a existência de um sistema político nos moldes liberal-democráticos. O texto citava também a fala de um professor não identificado, que lecionava nos cursos de formação de lideranças jovens do partido. Segundo ele, “embora os jovens tenham consciência de que tantos problemas se deveram à falta de renovação e vitalização dos partidos, poucos são os que tem o ânimo de propor-se como uma

nova liderança.”⁸⁴ A Arena procurava se afirmar, desse modo, como o espaço em que essa parcela da juventude, ao mesmo tempo comprometida com a renovação e com o regime instaurado em 1964, poderia atuar.

No mesmo número do periódico, um outro artigo repercutia o discurso do general-presidente Ernesto Geisel feito em setembro de 1975 durante a Convenção Nacional da Arena. Destaque especial era conferido ao trecho em que Geisel tratou do tema da juventude, declarando o compromisso do partido governista com os jovens. Geisel afirmou que o novo programa partidário da Arena era, sobretudo, um comprometimento com o “futuro da Nação”. Por isso, ele se configurava como “um compromisso com a numerosa plêiade de jovens que ai [sic] aguardam, nos bancos escolares e no aprendizado profissional, a sua hora de *participar* da vida política do País, amoldando-a às aspirações novas de sua geração.”⁸⁵ No trecho, Geisel não cita explicitamente a Arena Jovem. Ao contrário, ele projeta a incorporação dos estudantes do presente à administração do país no futuro, cabendo às gerações mais velhas preparar as condições para a atuação desses jovens. Essa maneira de compreender as relações intergeracionais no Brasil, ainda assim, é indicativa dos contornos gerais das ações da ditadura para a juventude e dos diretórios juvenis, em particular. Havia a possibilidade de *participação* dos jovens, mas ela se dava de maneira controlada e nos termos definidos pelos não jovens. Como analiso no Capítulo IV, entretanto, nem sempre as expectativas com relação à atuação dos jovens prescritas nesses termos se efetivavam.

As diferenças de temporalidade entre a legislação partidária e sua efetiva implementação pelos membros da Arena e do MDB reafirmam o argumento de que a viabilidade de se criar diretórios juvenis nos partidos foi percebida somente a partir dos desafios colocados para a ditadura pelo surgimento da categoria de *poder jovem*. Isso porque, em teoria, a criação de órgãos juvenis dentro das agremiações era possível desde 1965, mas só foi efetivada em 1969. Antes mesmo do AI-2, medida ditatorial responsável pela extinção dos partidos fundados durante a República de 1946, o governo do marechal-presidente Castello Branco sancionou a nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Esse instrumento legal não citava nominalmente a juventude, ainda que se referisse à categoria – muitas vezes vista como análoga ou mesmo sinônima, especialmente a partir de 1967 – de estudante. Em sua definição da estrutura interna dos partidos, a lei abria a possibilidade da criação de órgãos de cooperação

⁸⁴ Os jovens na política. *Boletim mensal da Arena*, Diretório regional do estado de São Paulo, nº 1, nov. 1975, p. 1. CPDOC/FGV. Fundo: Arena. Classificação: R465.

⁸⁵ Geisel: compromisso com o povo. *Boletim mensal da Arena*, Diretório regional do estado de São Paulo, nº 1, nov. 1975, p. 3. CPDOC/FGV. Fundo: Arena. Classificação: R465. Grifos meus.

como “os conselhos fiscais e consultivos, os departamentos trabalhista, *estudantil*, feminino, e outros com a mesma finalidade.”⁸⁶ Em julho de 1971, uma reforma nessa legislação manteria inalterável o mesmo trecho.⁸⁷ E foi com base em uma releitura desses instrumentos legais, possível a partir do momento em que a juventude foi percebida como um sujeito político, que os diretórios juvenis dos partidos se multiplicaram até chegarem a ser, em teoria, exigidos pela legislação. Muito mais numerosos do que os femininos ou trabalhistas, eles foram criados em cidades e estados de todo o país até a reforma partidária de 1979.

Alguns indícios documentais esparsos, provenientes da imprensa, apontam para o funcionamento de diretórios juvenis dos partidos entre 1966 e 1968.⁸⁸ Mas, como afirmei anteriormente, foi apenas a partir de 1969 que Arena Jovem e MDB Jovem se tornaram órgãos conhecidos na política nacional. A criação dos diretórios atraiu a atenção do deputado federal padre Nobre, do MDB de Minas Gerais, que discursou sobre a temática no plenário da Câmara em 30 de julho de 1970. José de Souza Nobre tinha uma longa carreira legislativa, iniciada em 1961 quando foi eleito pela primeira vez pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Com o AI-2, migrou para o partido de oposição moderada ao regime militar. Sua atuação no Legislativo muitas vezes pautava temas relacionados à juventude, especialmente a estudantil, em proposições de leis que tratavam da concessão de bolsas de estudos, das ações de incentivo à alfabetização e da política nacional do livro didático. Padre Nobre teria atuação de destaque em seu partido, a ponto de se tornar vice-líder do MDB na Câmara em 1971.⁸⁹

José de Souza Nobre iniciou o seu discurso relacionando dois eventos ocorridos na mesma semana, um avaliado por ele como negativo e outro como positivo. O primeiro era a informação, fornecida pelo Chefe do Estado Maior do Exército, de que um terço das 500 pessoas presas por envolvimento em ações armadas contra a ditadura era formado por jovens estudantes. O segundo era a notícia de que um grupo de universitários de São Paulo havia fundado a Arena Jovem. O modo como o deputado relacionava esses dois eventos para saudar a criação dos diretórios juvenis dos partidos mais uma vez aponta o caráter reativo das ações do Estado para o grupo de idade jovem. De um lado, padre Nobre citava um evento ligado às tentativas de grupos majoritariamente formados por jovens de chegar ao poder pela via armada. De outro, ele fazia referência à *participação* de uma parcela da juventude nas disputas pelo

⁸⁶ Lei Orgânica dos Partidos Políticos, nº 4.740, de 15 de julho de 1965. Grifos meus.

⁸⁷ Lei Orgânica dos Partidos Políticos, nº 54.682, de 21 de julho de 1971.

⁸⁸ Dois artigos publicados no *Correio da Manhã* citam a atuação da Arena Jovem nesse contexto: João Agripino culpa “Linha de Pequim”. *Correio da Manhã*, quinta-feira, 28 jul. 1966, 1º Caderno, p. 3 e Arena Jovem quer participação. *Correio da Manhã*, domingo, 30 jun. 1968, 1º Caderno, p. 3.

⁸⁹ Os dados biográficos de José de Souza Nobre foram retirados do verbete “Padre Nobre” disponível em ABREU, Alzira Alves de. *et al. Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

poder por meio de um fato que ele classificava como “auspicioso”. O próprio padre Nobre parecia reconhecer que a ligação desses dois dados residia no processo de emergência do grupo de idade juvenil como sujeito político, afirmando aos seus colegas parlamentares que eles eram “acontecimentos aparentemente isolados, de finalidades antagônicas, mas que têm raízes [sic] comuns: é a autoafirmação da juventude”.⁹⁰

O deputado continuou o seu discurso apresentando a sua noção particular de juventude. Para ele, a condição juvenil era, ao mesmo tempo, caracterizada pelos “arroubos da mocidade” que levavam à mudança estrutural da sociedade e pela expectativa de que os jovens do presente assumissem a responsabilidade de conduzir o país no futuro. Em citação implícita aos usos políticos do passado produzidos por *O poder jovem*, de Arthur Poerner, o emedebista legitimava a presença da juventude na política com o argumento da antiguidade. Como Poerner, ele lembrava que a primeira manifestação política do fenômeno juvenil na história do Brasil teria sido a participação de estudantes na expulsão de Jean-François Duclerc do Rio de Janeiro em 1710. “Daí para cá”, afirmava o padre Nobre, “dezenas e centenas de vezes temos assistido à participação da juventude nos episódios políticos nacionais”. No contexto em que ele discursava, entretanto, cabia a condenação dos atos classificados como “terrorismo” e o aplauso à criação da Arena Jovem. Esta última era, inclusive, descrita de forma sintética pelo emedebista como “o modo pelo qual um grupo de moços expressa o seu apoio ao Governo Revolucionário”.

Mas, apesar de reconhecer a importância da criação da Arena Jovem, a preocupação central de padre Nobre era com a defesa da fundação de seções do MDB Jovem. Para ele, a posição da juventude arenista era “cômoda” enquanto o que o Brasil de 1970 necessitava era que a juventude protestasse contra o “impasse institucional” que retardava a redemocratização do país. O emedebista concluía o seu discurso apresentando aos seus colegas deputados quais seriam os alvos do protesto do MDB Jovem, listados e comentados na seguinte ordem: a deturpação da Constituição pelo AI-5, os processos injustos contra os presos políticos acusados de “subversão”, as eleições indiretas para os governos estaduais e o enfraquecimento do Poder Legislativo gerado pelo fortalecimento do Executivo. A mensagem do deputado por Minas Gerais era de esperança, mas em tom moderado. Nesse sentido, ele concluía com uma fala em favor da democracia e da disputa eleitoral: “Abram-se as prisões, cessem as torturas, protegem-

⁹⁰ NOBRE, Padre. Posição da juventude. *Diário do Congresso Nacional*, 30 jul. 1970, ano XXV, nº 60, seção I, Câmara dos Deputados, p. 3.514. O discurso teve significativa importância, pois repercutiu na imprensa. Cf. Padre Nobre quer criar MDB Jovem. *Correio da Manhã*, quinta-feira, 30 jul. 1970, 1º Caderno, p. 3 e Padre Nobre quer criar MDB Jovem. *Jornal do Brasil*, 30 jul. 1970, 1º Caderno, p. 3.

se as garantias individuais, promovam-se a anistia ampla dos presos políticos, suspenda-se o cancelamento do estado de Direito e, aí, sim, a ARENA Jovem e o MDB Jovem poderão competir em alto nível, fiscalizando-se mutuamente para o engrandecimento do País.”⁹¹

As tentativas de membros do MDB no sentido de realizar uma aproximação do partido de oposição com a juventude entendida como *poder jovem* vinham de alguns anos antes da fundação dos primeiros diretórios juvenis da agremiação. De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta, “sempre houve parlamentares emedebistas que mantinham contatos com o movimento estudantil, pelo menos defendendo propostas caras a esse setor.” No entanto, o autor indica algumas dificuldades importantes para a atuação do MDB nesse grupo social. Os jovens (e, em especial, a juventude estudantil) formavam parte significativa da base social da oposição armada ao regime, condenando a política institucional como incapaz de endereçar os problemas estruturais da sociedade brasileira. Ainda segundo o mesmo autor, as principais campanhas em favor do voto nulo na virada dos anos 1960 para a década de 1970 eram conduzidas pela parcela jovem da população.⁹² Ainda assim, parlamentares emedebistas procuraram se aproximar do chamado *poder jovem* em 1968. A iniciativa partiu, em especial, de nomes mais progressistas dentro da agremiação, como os deputados Edgard Matta Machado (MDB/Minas Gerais), Mário Covas (MDB/São Paulo) e Rafael de Almeida Magalhães (MDB/Guanabara). Segundo a exposição de motivos apresentada pelo general Jayme Portella de Mello ao Conselho de Segurança Nacional em 1969 e que levou à cassação do mandato e dos direitos políticos de Matta Machado, esses três deputados articularam uma proposta de atuação das oposições em 1968 que incluía uma “campanha nacional de mobilização do chamado *Poder Jovem* e de operários, clero reformista, intelectuais etc.”⁹³

Apesar dessas tentativas de aproximação, as seções do MDB Jovem começaram a ser criadas de forma sistemática somente a partir de 1973. Portanto, a fundação desses departamentos esteve amparada pela já citada Lei Orgânica dos Partidos Políticos reformulada pelo regime militar em 1971. As primeiras agremiações começaram a surgir no Rio Grande do Sul e, a exemplo da Arena Jovem, o órgão não chegou a ser centralizado nacionalmente. Em junho de 1973, a imprensa repercutia como Ulysses Guimarães, líder do partido naquela conjuntura, pensava a articulação entre juventude e oposição ao dialogar com lideranças juvenis do MDB gaúcho. Guimarães afirmou aos jovens emedebistas que a “tendência natural dos

⁹¹ NOBRE, Padre. *Op. cit.*, p. 3.515.

⁹² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Partido e sociedade: a trajetória do MDB*. Ouro Preto: EDUFOP, 1997, p. 174.

⁹³ O documento reproduz os dados do Informe 0268/68, B/2, produzido pelo Cenimar. Exposição de motivos sem nº/SG-1/69, de janeiro de 1969, p. 10-11. *Arquivo Nacional*, Fundo: Conselho de Segurança Nacional, BR_DFANBSB_N8_0_AGR_LGS_0420_d0001de0001. Grifos meus.

moços” seria partir para a oposição ao regime militar, seguindo uma propensão mundial que também estava na base das avaliações sobre o *poder jovem* comuns alguns anos antes. Na visão do deputado, deixar de fortalecer o único instrumento legal de oposição política naquele contexto seria o mesmo que reconhecer a legitimidade da ordem vigente. Nesse sentido, Ulysses Guimarães pensava a juventude como intrinsecamente associada aos movimentos de contestação.⁹⁴

Nessa mesma conjuntura, a estruturação do MDB Jovem no Rio Grande do Sul foi saudada pelo deputado federal Lysâneas Maciel no plenário da Câmara, em discurso sobre a atuação política dos jovens feito em 6 de junho de 1973. Lysâneas era um advogado de formação presbiteriana que havia atuado na defesa de presos políticos após o golpe de 1964, iniciando, assim, a sua atuação na política institucional a partir de sua filiação ao MDB da Guanabara. Ele estava em sua primeira legislatura e fazia parte do grupo de deputados emedebistas que, devido à sua atuação política aguerrida e preocupada com os temas da democracia, dos direitos humanos e da soberania nacional em assuntos econômicos, foram batizados de “autênticos” pelo jornalista Evandro Paranaguá.⁹⁵ Lysâneas usou da sua prerrogativa de líder do MDB na Câmara para tratar, em sua longa e contundente fala, do tema da *participação* política da juventude. O deputado iniciou a sua intervenção em tom de denúncia, lembrando o papel da oposição em oferecer alternativas de ação política para os grupos sociais que eram marginalizados pelo governo – dentre eles, os jovens. Lysâneas afirmava que a incorporação da juventude nos assuntos políticos era uma preocupação explicitada por ambos os partidos. No entanto, em muitos casos (no da Arena em particular, supõe-se) esse sentimento não passava de retórica. Haveria, segundo ele, “como que uma filosofia estranha por parte do Governo, que, ao mesmo tempo que apregoa a necessidade dessa *participação*[,] fecha todos os caminhos, cerceia todas as possibilidades, e sufoca todos os anseios legítimos que possibilitariam essa *participação*.”⁹⁶

A fala do emedebista foi interrompida por vários pedidos de aparte, principalmente do líder do governo militar na Câmara – o arenista Luiz Braz, do Rio de Janeiro. Enquanto Lysâneas dizia que a máxima governamental de que cabia aos estudantes apenas estudar tinha como intenção ideológica tácita tornar os jovens alheios à instrumentalização do conhecimento

⁹⁴ Ulisses diz que tendência natural dos moços no Brasil é caminhar para a Oposição. *Jornal do Brasil*, quinta-feira, 7 jun. 1973, 1º Caderno, p. 15.

⁹⁵ COSTA, Célia e GAGLIARDI, Juliana. Lysâneas, um autêntico do MDB. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 37, janeiro-junho 2006, p. 201-212.

⁹⁶ *Diário do Congresso Nacional*, 7 jun. 1973, ano XXVIII, nº 58, seção I, Câmara dos Deputados, p. 3.166. Grifos meus.

para fins escusos, Luiz Braz dizia que não havia impedimentos para que os “moços participem de filiações partidárias”. Enquanto o deputado do grupo “autêntico” denunciava os instrumentos que cerceavam a livre manifestação política dos estudantes universitários, como o Decreto-lei 477, de 1969, Braz dizia que a repressão da ditadura seria provocada por “elementos subversivos, infiltrados no movimento estudantil” e não pelos “legítimos estudantes”. O tom de Lysâneas Maciel era mordaz, com referências explícitas à censura, à tortura e à perseguição por motivos políticos. Em determinado momento, ele afirmou que “neste País, Sr. Presidente [da Câmara, o deputado Flávio Marcílio], prende-se[,] mata-se, tortura-se principalmente no setor da juventude.” Pensando a juventude como sinônimo de futuro, de potencialidade e de “elemento fecundante” que estaria sendo arruinado pela repressão, Maciel dizia, também, que “o homem morre moço, quando moço abre mão de suas prerrogativas”.

Em determinado momento de seu discurso, Lysâneas leu, na íntegra e fazendo comentários, o manifesto dos jovens emedebistas que fundavam, naquele momento, o MDB Jovem do Rio Grande do Sul. O deputado afirmava que seu ato tinha um sentido duplo: primeiro, uma homenagem às lideranças jovens do MDB que estavam assistindo aquela sessão da Câmara, durante a sua visita ao local; segundo, uma demonstração de que a oposição endossava a iniciativa do MDB Jovem, descrita como autônoma e desvinculada das lideranças adultas do partido. O deputado dizia ainda que as ideias expressas no “Manifesto da Oposição Jovem” eram representativas dos sentimentos da juventude brasileira de forma mais ampla, afirmando que tinha a “certeza de que jovens de todo o País comungam com estes jovens”.

No manifesto, seus jovens signatários reconheciam o caráter imposto e artificial do MDB enquanto um partido de oposição criado pelo regime. Mas justificavam a sua *participação* no MDB pela necessidade de “transformar um partido de oposição de direito por um partido de oposição de fato”. Essa perspectiva, inclusive, convergia com a visão do grupo de deputados “autênticos” dentro do MDB, do qual fazia parte Lysâneas Maciel. Além disso, o manifesto do MDB Jovem do Rio Grande do Sul explicitava uma lista de proposições que auxilia na compreensão dos contornos ideológicos dessa parcela da juventude que se organizava no partido. Ela assumia a identidade de oposição, denunciando a ausência de liberdade de expressão das demandas populares, a farsa do “milagre econômico”, o aumento das desigualdades sociais desde 1964 e o cerceamento da organização de entidades estudantis no ambiente universitário. Lysâneas encerrava o seu discurso afirmando que o manifesto da juventude de seu partido, mesmo sendo caracterizado pela “moderação”, pelo “bom-senso” e pelo “patriotismo”, não poderia ser lido nas faculdades ou veiculado na imprensa. Isso porque, segundo ele, vivia-se um regime político “em que se diz que o País vive em paz, que a mocidade

está apenas dedicada aos estudos”, mas que, ao mesmo tempo, impedia “as legítimas manifestações dos moços neste País.”⁹⁷

A criação dos diretórios juvenis do partido de oposição demonstrava, como analiso no Capítulo IV, a performatividade das normas culturais sobre a ação juvenil prescritas pelas políticas da ditadura para os jovens em resposta à juventude vivenciada como *poder jovem*.⁹⁸ Por um lado, a permissão e até mesmo o incentivo para a criação das seções juvenis de Arena e MDB partiam do regime militar a ponto de compreendermos essa ação como parte do repertório de políticas da ditadura. Afinal, a política institucional e o funcionamento dos partidos durante a ditadura militar eram alvo de regulamentações e intervenções constantes. Por outro lado, porém, os sentidos que eram atribuídos – tanto por jovens emedebistas quanto arenistas – a essa ação para a juventude muitas vezes iam além das normas de conduta prefiguradas pela ditadura. De qualquer forma, a criação da Arena Jovem e do MDB Jovem relacionava-se com o projeto de socialização política controlada dos jovens. Os diretórios abriam margem para a ação política juvenil, mas dentro dos partidos e não em espaços de sociabilidade construídos em escolas e universidades. Eles acenavam aos jovens com a possibilidade de *participar* das tomadas de decisões no âmbito do Estado, mais especificamente no Poder Legislativo. Mas de uma forma que – fosse oposição, fosse situação – limitava-se às regras do jogo definidas pelos militares (e modificadas, em ocasiões como a da Lei Falcão, em 1976, à revelia da chamada “classe política”).

Além de se configurarem como uma forma de *participação* dos jovens nas agremiações partidárias, a partir de determinações provenientes de uma política do regime voltada aos jovens e criada a partir da legislação ditatorial, os diretórios juvenis funcionavam como lugares privilegiados para a reprodução familiar do capital político. Dados sobre alguns membros tanto da Arena Jovem como do MDB jovem sustentam essa afirmação. Ao noticiar a criação da ala juvenil arenista na capital federal, o *Correio da Manhã* informou que “muitos dos estudantes de Brasília, que se filiarão a [sic] Arena, são filhos de deputados, senadores e governadores”. Como exemplos, o periódico indicava dois nomes: Carolina Tavares da Silva, filha do governador do Piauí Alberto Silva, e Ana Luisa Collor de Melo, filha do senador alagoano Arnon de Melo e neta do ex-ministro Lindolfo Collor.⁹⁹ Carolina e Ana eram duas das raras jovens mulheres que foram membros dos diretórios juvenis do partido governista, como voltarei

⁹⁷ *Diário do Congresso Nacional*, 7 jun. 1973, ano XXVIII, nº 58, seção I, Câmara dos Deputados, p. 3.168.

⁹⁸ Como analisarei no capítulo IV, o argumento de que a ação política dos jovens envolvia elementos prescritivos e performativos de determinadas categorias culturais parte de um diálogo com SAHLINS, Marshall. *Op. citada*, 2011 [1985], p. 9-11.

⁹⁹ Petrônio: Problema da política é informação. *Correio da Manhã*, terça-feira, 30 out. 1973, 1º Caderno, p. 6.

a analisar no Capítulo VI. Além disso, era significativo que, reafirmando concepções de longa duração sobre a inserção política das mulheres, o jornal apresentava como “filhas de” apenas os membros da Arena Jovem do gênero feminino. Anos mais tarde, em reportagem de novembro de 1978 que analisava o perfil ideológico dos parlamentares recém-eleitos pelo MDB, o *Jornal do Brasil* chamava a atenção para a vitória de um membro da ala juvenil paranaense do partido opositor. De forma significativa, ele era apresentado como “Heitor Alencar Furtado, 22 anos, filho do ex-Deputado federal cassado José Alencar Furtado, [que] substituirá o pai como emedebista *autêntico* do Paraná na Câmara Federal.”¹⁰⁰

No MDB, os casos de inserção de filhos de políticos do partido nos diretórios juvenis foram, inclusive, registrados por informes dos órgãos de informação com objetivos persecutórios. Em 1976, um documento da Agência Central do SNI informava que Adelmo Simas Genro Filho, presidente da seção municipal do MDB Jovem de Santa Maria, Rio Grande do Sul, era filho de Adelmo Simas Genro, que teve seus direitos políticos cassados por dez anos, e irmão de Tarso Fernando Genro, membro da Ala Vermelha do PCdoB.¹⁰¹ Algum tempo depois, em um documento sobre os membros do MDB Jovem de Santos Dumont, Minas Gerais, produzido pelo Exército em 1979, Luís Soares Dulci era apresentado como membro do diretório e filho de Cesário Dulci, que teria integrado os brizolistas Grupos dos Onze na conjuntura do golpe de 1964. Já José Walter Pereira Pontes, Luís Carlos Pereira Pontes e Sandra Pereira Pontes, que também integravam a seção juvenil na cidade, eram apresentados como filhos de Antônio Pereira Pontes, vereador pelo partido opositor em 1973 e que, nas palavras do informe, “apoia o Grupo do MDB Jovem”.¹⁰²

Até o fim do bipartidarismo, em novembro de 1979, foram fundados diretórios juvenis da Arena e do MDB em diferentes cidades e estados do Brasil. De acordo com dados levantados na grande imprensa, no acervo do Diretório Nacional da Arena e na documentação dos órgãos de informação do regime, pelo menos os estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Pará, Piauí, Santa Catarina, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Goiás, Pernambuco, Paraíba, Acre, Rondônia e Espírito Santo, além do Distrito Federal, abrigaram seções municipais e/ou estaduais da Arena Jovem ao longo da década de 1970. Isso significa que o partido de sustentação do regime militar atraiu jovens para suas fileiras em ao menos 17 dos 25 estados ou territórios federais existentes à época. As iniciativas recebiam diferentes

¹⁰⁰ Novos radicais na Câmara. *Jornal do Brasil*, domingo, 19 nov. 1978, 1º Caderno, p. 5. Grifos do autor.

¹⁰¹ Informação nº 1138/19/AC/76, de 7 de dezembro de 1976, fl. 3. *Arquivo Nacional*, Fundo: Conselho de Segurança Nacional, BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_0719_d0001de0001.

¹⁰² Informação nº 381/7/E2/4ª RM, de 7 de agosto de 1979, fls. 1-2. *Arquivo Nacional*, Fundo: Delegacia de Polícia Federal em Juiz de Fora (Minas Gerais), BR_DFANBSB_HE_0_IVT_0049_d0001de0001.

nomes, como Juventude Arenista Paraense (JAP), Movimento Arenista Jovem (MAJ) ou Ala Jovem Arenista (AJA). Havia, além disso, particularidades locais na formação e na atuação desses diretórios, relacionados a dinâmicas políticas estaduais ou municipais que têm sido debatidas pela recente historiografia sobre a Arena. Em seu estudo sobre o partido na Paraíba, por exemplo, Dmitri da Silva Bichara Sobreira aponta que a primeira tentativa de formar um departamento jovem arenista no estado aconteceu ainda em 1966, com a criação da Juventude Popular Renovadora. Mas, segundo o autor, a oficialização da Arena Jovem paraibana aconteceu apenas em 1973. Como em outras regiões do Brasil, também na Paraíba a *participação* na ala juvenil arenista nem sempre correspondia às expectativas das lideranças adultas do partido.¹⁰³ Essa situação levou a restrições com relação às seções da Arena Jovem e a conflitos internos aos diretórios estaduais, como analiso no Capítulo IV.

Segundo o levantamento feito na imprensa e na documentação produzida pelo sistema de informações da ditadura em que constam documentos dos departamentos juvenis oposicionistas, seções do MDB Jovem foram criadas pelo menos nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul, Paraná, Distrito Federal, Pernambuco, Mato Grosso, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Sergipe e no Distrito Federal. Seus nomes também eram variados, como Ala Jovem do MDB de Florianópolis, Setor Jovem do MDB de Pernambuco ou, apenas, MDB Jovem de Santos Dumont, Minas Gerais. Como argumenta Rodrigo Patto Sá Motta, as seções juvenis do partido de oposição tiveram um papel importante no revigoreamento da agremiação e na formação de novas lideranças políticas de oposição, especialmente na segunda metade da década de 1970. “Talvez não tenham conseguido transformá-lo naquilo com que sonhavam”, afirma o mesmo autor, “mas, de qualquer forma, contribuíram bastante para dar ao MDB um outro perfil.”¹⁰⁴ À exemplo da Arena Jovem, os diretórios juvenis do partido oposicionista também guardavam particularidades locais relacionadas ao histórico partidário de cada estado ou município em que atuaram. No caso do Rio Grande do Sul, analisado pela cientista política Eliana Tavares dos Reis, os setores jovens se articularam em torno de uma instância intelectual – o Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (IEPES), criado em 1972 – ao mesmo tempo em que dialogavam com a forte tradição trabalhista presente no estado.¹⁰⁵ A aproximação dos jovens emedebistas gaúchos de movimentos e agendas ideologicamente à esquerda, especialmente nos últimos anos da década de 1970, também se

¹⁰³ SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara. *Poder local, partido político e ditadura militar: a Aliança Renovadora Nacional (Arena) na Paraíba (1969-1979)*. 2021. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, UFMG, Belo Horizonte, 2021, p. 84-90.

¹⁰⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. cit.*, 1997, p. 178.

¹⁰⁵ REIS, Eliana Tavares dos. *Op. citada*, 2001, p. 61-90.

afastava das determinações para a ação política dos jovens por parte do regime, como voltarei a discutir posteriormente.

A existência e a atuação efetiva desses diretórios, entretanto, foi caracterizada pela descontinuidade ao longo do tempo. Vários deles foram criados, esvaziados e posteriormente recriados. Um exemplo é a Mocidade da Arena de Santa Catarina, que lançou seu manifesto de fundação em novembro de 1969 e depois foi recriada em 1974. A fragilidade da Arena Jovem e do MDB Jovem foi tratada por longa reportagem do *Jornal do Brasil*, publicada em novembro de 1976. A notícia narrava detalhes das campanhas eleitorais para a esfera municipal realizadas naquele ano, já sob o efeito da longa e vacilante abertura do regime. Ela apresentava um retrato das dificuldades dos candidatos jovens pelo MDB e pela Arena no sentido de mobilizar e conquistar o voto da parcela juvenil da população. O texto pensava a ação política nos diretórios juvenis como um movimento que lutava contra a corrente. Isso aconteceria por dois motivos. Primeiro, porque os jovens de uma forma geral preferiam não se envolver com assuntos partidários, mostrando-se desinformados e apáticos diante do assunto. Segundo, porque a aproximação com a juventude havia escapado às lideranças das duas agremiações. “Com a diferença de seus métodos”, reportava o *JB*, “ARENA e MDB ainda não encontraram a fórmula de conquistar o voto dos jovens, apesar de tudo quanto se tem discutido no país a respeito”.

Além disso, a reportagem afirmava a existência de um quadro desigual entre os diretórios juvenis dos partidos espalhados pelo Brasil em 1976. No Pará, a Juventude Arenista Paraense havia conseguido até mesmo fazer aprovar uma medida que atendia a uma demanda do recorte social de jovens que acorriam às suas fileiras: as tarifas especiais para estudantes no transporte público. Já na Bahia, o MDB Jovem não era reconhecido oficialmente pelas lideranças adultas do partido e seus militantes acusavam a direção da agremiação de adotar postura “adesista”. O estado onde a mobilização juvenil ocorreria de forma mais acentuada seria o Rio Grande do Sul. Ainda segundo a mesma fonte, a Arena gaúcha tinha 146 departamentos juvenis nos municípios, totalizando cerca de 10 mil filiados, enquanto o MDB tinha 140 diretórios jovens no mesmo estado. Qual seria a estratégia para essa efetivação de órgãos previstos na legislação e nos programas partidários? A aproximação com a linguagem jovem e a associação entre o novo e a juventude, segundo Francisco Nápoli. Nas palavras do então presidente do setor jovem arenista no estado, “falar no passado, falar no que era antes, é o tipo de *papo* que não *cola* para os jovens. O fundamental é que se lembrem de fatos recentes e, mais importante, que recebam um aceno para o futuro”.¹⁰⁶

¹⁰⁶ Partidos ainda não conhecem método de atingir juventude. *Jornal do Brasil*, sábado, 12 nov. 1976, 1º Caderno, p. 9. Grifos do autor.

A narrativa jornalística sobre as campanhas dos candidatos da Arena Jovem e do MDB Jovem é um indício de como a abertura à ação política controlada por parte do regime militar enfrentava obstáculos para a sua efetivação. Em Belo Horizonte, Carlos Augusto Vieira, candidato a vereador de 23 anos e membro da Arena Jovem, até conseguia mobilizar jovens secundaristas da periferia da cidade para a sua campanha. Mas, em declaração ao *Jornal do Brasil*, ele admitia que “os jovens que me ajudam estão nessa não por consciência política, mas simplesmente por entusiasmo, vontade de ajudar um amigo.” Ele afirmava, ainda, que não era verdadeira a imagem de que toda a juventude seria “do contra”. Ao contrário, os jovens das periferias não sabiam o que eram os instrumentos de controle da organização política estudantil, como o Decreto-lei 477, ou as medidas repressivas mais amplas do governo, como o AI-5, e, por isso, estavam dispostos a participar de sua campanha. Já em Salvador, o professor de História, membro da Ala Jovem do MDB baiano e candidato a vereador Marcelo Cordeiro, de 30 anos, havia sido vaiado antes de conseguir divulgar a sua plataforma política para uma plateia majoritariamente jovem em um show de rock. Ele explicava ao jornal que “é essa faixa, dos mais jovens, os que tinham uns cinco anos de idade em 1964, que é a mais descrente da política.” O emedebista atribuía o ceticismo jovem diante da política partidária aos meios de comunicação de massa, mas mostrava-se relativamente otimista ao afirmar que “isso não significa que não possam ser conquistados”.¹⁰⁷

Em conjunto, a análise desses dados sobre o Projeto Rondon, a Operação Mauá e os diretórios juvenis da Arena e do MDB como políticas da ditadura direcionadas à juventude é um indício da polifonia de valores, códigos e modos de vivenciar a condição juvenil que caracterizou o repertório de políticas do regime direcionado a esse grupo de idade. A cultura de jovens e não jovens que se envolveram com essas iniciativas respondiam, de formas plurais, a uma outra noção cultural sobre a juventude – a de *poder jovem*, que, no ponto de vista da base social de apoio à ditadura militar, deveria ser contida, reprimida, minimizada ou até mesmo integrada de forma subalterna. Na medida em que esses programas ganhavam regularidade ao longo da década de 1970, novas categorias culturais sobre a condição juvenil e a ação política dos jovens foram sendo vivenciadas. Elas ampliaram tanto os sentidos como as experiências possibilitadas por esses programas a seus participantes. Dentre essas concepções culturais,

¹⁰⁷ Partidos ainda não conhecem método de atingir juventude. *Jornal do Brasil*, sábado, 12 nov. 1976, 1º Caderno, p. 9.

estava a de *participação* como uma modalidade de ação política prescrita aos jovens. Esta é a temática da parte II deste trabalho.

Parte II

*A participação política
jovem entre o prescrito
e o performativo*

Capítulo III

“A juventude está a postos”¹: a ação política juvenil em tempos de ditadura como *participação*

[...] Creio que a palavra *participação* – disse – venha a ser a solução para muitos de nossos problemas. E temos encontrado grande receptividade nos meios estudantis. É o caso da Operação Mauá, que vem sendo programada pelos próprios universitários. Desejamos transformar o Ministério dos Transportes num laboratório para os estudantes de Engenharia.”

Mário David Andreazza, ministro dos Transportes, durante conferência realizada na Escola Nacional de Engenharia em 21 de outubro de 1968.²

“A juventude brasileira tem demonstrado o seu interesse em *participar* do esforço desenvolvimentista, principalmente através do Projeto Rondon e da Operação Mauá que, desde que foram criados, têm contado com uma constante e crescente adesão, fazendo com que aumentassem, em escala apreciável, as regiões a receberem os benefícios da presença dos universitários. [...]”

Trecho da Informação nº 0175, produzida pela Assessoria de Segurança e Informação da Telebrás em 30 de julho de 1974.³

“A opção de *participar ou não* da vida política encerra também notável *responsabilidade*. [...] Aos jovens está aberta uma longa estrada na vida política. A decisão cabe a eles *participar ou não participar*. Os resultados dessa decisão cedo serão conhecidos quando as atuais gerações deixarem os postos de comando, entregando-lhes o poder decisório. Que farão, se não tiverem vivência? Como enfrentar os problemas se no momento oportuno forem omissos?”

Trecho do documento “Possibilidade e meios de participação política da juventude brasileira”, elaborado pelo Diretório Nacional da Aliança Renovadora Nacional (Arena). c. década de 1970.⁴

¹ DELMANTO, Armando M. *Op. citada*, 1970, p. 100.

² Andreazza quer estudantes participando da sua obra. *O Jornal*, sábado, 3 ago. 1968, 1º Caderno, p. 2. Grifos meus.

³ Informação nº0175/74/ASI/Telebrás, fl. 1. *Arquivo Nacional*, Fundo: Telecomunicações Brasileiras Sociedade Anônima, BR_DFANBSB_CZ_ASI_0_0007_d0001de0001. Grifos meus.

⁴ Possibilidades e meios de participação política da juventude brasileira. Fundo Arena do CPDOC/FGV. Série: Organização Partidária (OP), subsérie: Arena Jovem (AJ). Classificação: ARENA opa j 1969.11.25, fls. 1-2. Grifos meus.

No cotidiano das experiências de jovens e não jovens no âmbito das políticas da ditadura militar brasileira direcionadas à juventude, surgiu uma forma particular de viver e de atribuir sentido à ação política juvenil: a categoria cultural de *participação*. Essa concepção “nativa” começou a ganhar espaço ainda nos últimos anos da década de 1960, quando a repressão imposta pelo AI-5 foi acompanhada pela preocupação de alguns grupos sociais que ocupavam o Estado brasileiro em aprofundar as respostas aos desafios colocados pela juventude metonimizada em *poder jovem*. Essas respostas – o Projeto Rondon, a Operação Mauá e os diretórios juvenis dos dois partidos políticos então existentes (Arena e MDB) – apostavam na *participação* da juventude “exemplar” e/ou “estudiosa”⁵ ao criarem espaços para atividades duplamente controladas: por um lado, pelas gerações adultas; de outro, pela ditadura. Essa forma de atuação juvenil englobava um espectro amplo de ações cujo caráter político nem sempre é reconhecido, como estágios em empresas, atividades assistencialistas no interior do país ou viagens de estudos. Elas também incluíam experiências facilmente identificadas como políticas, a partir de uma concepção mais restrita do campo das disputas de poder, como a filiação nas agremiações partidárias ou o lançamento de candidaturas jovens nas eleições. A partir das prescrições do Estado ditatorial, os comportamentos vivenciados como *participação* configuravam uma mensagem sintetizada pelo membro da Arena Jovem paulista, Armando Delmanto, em um de seus textos publicados em 1970: o de que “a juventude está a postos”, apta e pronta a *participar* das iniciativas abertas pelo regime.

Foi especialmente durante a década de 1970 que as experiências políticas compreendidas e vividas como *participação* se disseminaram. Portanto, a temporalidade em que essa categoria de ação política controlada dos jovens foi mais comum coincide com o período de vigência do mais repressivo instrumento jurídico da ditadura: o AI-5. Essa sincronia encerra uma série de complexidades, que, à primeira vista, poderiam ser interpretadas a partir de uma chave de leitura que reafirma a sua dimensão paradoxal. Afinal, o AI-5 foi responsável, por um lado, por cercear a vida política e tornar comum a perseguição por motivos ideológicos, situação que relativizou a própria condição de “cidadão” ao impor restrições amplas aos direitos políticos e civis. Por cerca de uma década, era considerado “suspeito” ou “inimigo interno” qualquer brasileiro que se envolvesse em ações de oposição. Mesmo que houvesse relativo espaço de atuação para opositores moderados, como no caso dos parlamentares do MDB, esse marco interpretativo era suficientemente flexível para sustentar, do ponto de vista do aparato repressivo e da comunidade de informações, um conjunto amplo de medidas arbitrárias. Houve,

⁵ BRAGHINI, Katya Zuquin e CAMESKI, Andrezza Silva. *Op. citada*, 2015, p. 957-958.

também nesse período, um processo de concentração de atribuições do poder Executivo, como exemplificam o fechamento do Congresso Nacional e de assembleias em nível local; a suspensão da prerrogativa do *habeas corpus* em casos de “crimes contra a Segurança Nacional”; e a cassação ou aposentadoria compulsória de servidores públicos.⁶

Como vêm demonstrando um conjunto heterogêneo de estudos historiográficos realizados nas duas últimas décadas⁷, contudo, os instrumentos repressivos da ditadura eram acompanhados por políticas que visavam, também, a inserção de determinados grupos sociais e/ou políticos nas iniciativas do Estado. Como argumentam Lúcia Klein e Marcus Figueiredo⁸, a partir de noções weberianas sobre a política, os primeiros governos da ditadura buscaram combinar, em maior ou menor grau de acordo com a conjuntura, componentes de repressão política e de construção da legitimidade. Por mais que tenha prevalecido uma ênfase na “eficácia administrativa” do governo, especialmente a partir da ótica liberal-conservadora da presidência de Castello Branco, e uma insistência no biônimo desenvolvimento-segurança nacional em conjunturas posteriores, outras formas de busca pela legitimidade também foram acionadas pelo regime, inclusive no período de maior coação violenta que corresponde à vigência do AI-5.

Esses esforços eram compreendidos de forma diversa dentro das próprias Forças Armadas, que ganharam notável protagonismo político ao longo do regime. Para alguns setores militares, manter os instrumentos repressivos seria suficiente. Enquanto isso, outros grupos da caserna intencionavam formar elites civis dentro dos parâmetros militares e, portanto, vistas como capacitadas para substituir o poder militar no futuro. Na virada dos anos 1960 para a década de 1970, argumentam ainda Klein e Figueiredo, o investimento em propagandas de políticas como a construção da Transamazônica, o Plano de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (Proterra) foi acompanhado pelo o que os autores denominam de “tentativa de retomar uma questão até então deixada em suspenso, *a da participação*, a cujo aspecto simbólico passava a se dar ênfase.” Em especial durante o governo do general-presidente Emílio Garrastazu Médici, teria emergido, assim, uma nova linguagem que indicava “a tendência a um esboço de mobilização controlada e ao incentivo da *participação* simbólica”. Segundo os cientistas

⁶ ALVES, Maria Helena Moreia. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru, SP: Edusc, 2005 [1984], p. 160-162.

⁷ Cf., por exemplo, os estudos reunidos em ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz (org.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

⁸ KLEIN, Lúcia e FIGUEIREDO, Marcus. *Legitimidade e coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

sociais, “a nova linguagem política representaria, simultaneamente, um instrumento com base no qual se tenta incentivar *tipos específicos de participação*, e um elemento através do qual o regime procura se legitimar.”⁹ Os autores chegam, inclusive, a levantar a hipótese de que a *participação*, mesmo que “simbólica”, tenha surgido diante da “necessidade de suprir a legitimidade cada vez mais deficiente conferida por um Legislativo carente de autonomia”, tendo em vista as constantes intervenções impostas pelo Executivo a partir das prerrogativas discricionárias assentadas no AI-5.¹⁰

A identificação da ação política no contexto da ditadura como *participação* foi feita, ainda que de forma periférica, por Joseph Comblin em seu livro *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Publicado originalmente em 1977, o estudo foi editado em português pela Civilização Brasileira no ano seguinte. Comblin era um missionário belga que viveu no Brasil de 1958 até ser deportado por motivos políticos pela ditadura, em 1972. Em termos políticos e religiosos, ele se aproximou da Teologia da Libertação e, a partir de 1969, foi um dos principais teóricos do que chamava de Teologia da Enxada, isto é, uma perspectiva cristã progressista e próxima da realidade camponesa (em especial, do Nordeste brasileiro) para a atuação dos religiosos católicos. Além disso, Comblin foi também assistente da JOC no Brasil. Em termos antropológicos, esses dados sobre a trajetória de Joseph Comblin nas décadas de 1950 a 1970 garantem certa particularidade às suas análises sobre a ação política no contexto da ditadura. A ele, era familiar a concepção de *engajamento* característica da teologia católica progressista produzida no mundo francófono e que conferia sentido a sua própria atuação política diante da ditadura, em associação ou não com as juventudes católicas, como analiso na sequência.

Mas, ainda assim, Comblin foi preciso ao identificar nos textos doutrinários de autores como o general Golbery do Couto e Silva, em especial em seu *Geopolítica do Brasil*, publicado em 1967, a configuração da noção de *participação* que estaria, em sua perspectiva, na base doutrinária das ditaduras militares instaladas no Cone Sul no contexto da Guerra Fria. Para o autor, dentre os princípios da “ideologia da segurança nacional” estaria a delimitação de “objetivos nacionais” que foram apresentados pela bibliografia militar desde os anos 1950 e sistematizados por José Alfredo Amaral Gurgel na década de 1970. Dentre eles, estavam a defesa da “integridade territorial”, a promoção do “progresso”, a “paz social”, a manutenção a qualquer custo da “soberania” da Nação, uma noção de “democracia” relativizada diante da “ameaça comunista” identificada em inimigos externos ou internos. Além disso, e mais

⁹ KLEIN, Lúcia e FIGUEIREDO, Marcus. *Op. citada*, 1978, p. 60-61. Grifos meus.

¹⁰ *Idem.*, p. 62. Grifos meus.

importante para os propósitos da minha argumentação, um desses “objetivos nacionais” seria a consolidação da “integridade nacional”. Para alcançá-la, afirma Comblin, os militares pensavam ser necessária “uma *participação* consciente e ativa no esforço comum para preservar os valores que caracterizam a personalidade cultural brasileira, tradicionalmente cristã.”¹¹ Esse tipo de ação política afastava-se, em sua concepção, do *engajamento* teorizado e experimentado na matriz de pensamento da teologia católica de contornos progressistas.

Em outro momento de sua análise, quando procura definir o papel do Estado no “projeto político dos regimes militares contemporâneos”, Joseph Comblin chama a atenção – em tom de crítica – à hipertrofia desse mesmo Estado. Ele seria entendido como a instituição que “incarna a vontade da nação”, compreendendo qualquer tipo de debate, questionamento ou dissenso como ameaça à segurança nacional. Mas, nesse contexto de fortalecimento do Estado que os elaboradores da DSN chamaram de maneira eufemística de “nova democracia” ou de “democracia protegida”, haveria, ainda assim, margem de ação política para os cidadãos. “Na concepção de seus autores”, responde Comblin, “a nova democracia promove a *participação* dos cidadãos. Porém essa *participação* consiste em integrar-se nas tarefas definidas pelo Estado. *Participar* é obedecer. Há uma *participação* para a execução, e não para a decisão.”¹² Aqui, mais uma vez, o autor é preciso em identificar que aqueles que pensavam a ditadura, longe de preverem ausência completa de ação política ou inexistência de capilaridade social para o regime, conjecturavam um tipo particular de ação política: a *participação*.

A historiografia sobre a ditadura tem, nos últimos anos, reposicionado o papel desempenhado pela Doutrina de Segurança Nacional de ascendência estadunidense como uma base teórica, ainda que dispersa em sua formulação, para a ditadura. João Roberto Martins Filho, por exemplo, mapeou e analisou a circulação de textos, ideias e pessoas envolvidas com a elaboração da doutrina da guerra revolucionária de origem francesa.¹³ A análise de Comblin, além disso, pode ser criticada por seu tom denunciatório e por seu antiamericanismo dogmático. Ela pode também ser repreendida por generalizar excessivamente a base doutrinária das ditaduras latino-americanas, perdendo de vista as particularidades nacionais ao buscar aproximar regimes de força tão diversos como as ditaduras brasileira, argentina, peruana ou chilena. Comblin, entretanto, apresenta uma contribuição para a análise da modalidade de ação política restritiva ditada pelo regime a partir das elaborações doutrinárias dos militares.

¹¹ COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978 [1977], p. 51-52. Grifos meus.

¹² *Idem.*, p. 74-75. Grifos meus.

¹³ Cf. MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, jun. 2008, p. 39-50.

O reconhecimento da atividade política conservadora como *participação* é, também, tema das reflexões da historiadora Lucia Grinberg em seus estudos sobre o partido de sustentação da ditadura militar, a Arena. A autora empenha-se em desmistificar os mitos construídos sobre o partido de base governista, que, em especial por parte das vozes de oposição ao regime e durante/após o processo de redemocratização, popularizaram os lugares-comuns da Arena como um “bode expiatório” ou como o “partido do ‘sim, senhor’”.¹⁴ Na perspectiva de Grinberg, esses mitos dificultam a compreensão da base social da ditadura, seus valores e práticas, na medida em que atribuem à participação política conservadora no âmbito da Arena um sentido de “artificialidade”. Essa perspectiva de Grinberg, em especial devido à carência de estudos historiográficos sobre os partidos de direita, em geral, e a Arena, em particular, permite analisar em que medida a capilarização política da ditadura se deu na e por meio da agremiação governista, indicando uma “construção social” do regime em bases (culturais, inclusive) conservadoras.

Em outro de seus estudos, desta vez sobre as cartas enviadas por militantes e simpatizantes da Arena para o Diretório Nacional da agremiação partidária, Lucia Grinberg argumenta também que “essas atitudes, que têm sido registradas principalmente como adesismo, expressam alternativas de *participação* política favorável à ditadura.”¹⁵ Para a autora, os esforços variados de pessoas comuns, às vezes sem histórico de atuação político-partidária, em organizar diretórios locais da Arena assim que os instrumentos discricionários do novo regime (o AI-2 e o Ato Complementar nº 4) foram impostos, em 1965, seria mais um indício da abrangência desse processo. Na ampla análise que faz dessas cartas, produzidas entre 1965-1979 e enviadas por pessoas de todas as regiões do Brasil, Grinberg também chama a atenção para a particularidade desse tipo de atuação política conservadora e favorável ao regime ditatorial. Ela abarcaria, segundo a autora, “a valorização da representação por meio de partidos políticos, a valorização da tradição partidária brasileira anterior ao AI-2, assim como a ambiguidade em relação às eleições diretas e ao pluralismo partidário.”¹⁶

A *participação*, nesse sentido, foi transformada em importante modalidade de ação política pela ditadura. Essa categoria abria margem para compreensões múltiplas que até mesmo transbordavam o escopo dos apoiadores explícitos do regime. Afinal, como analiso no

¹⁴ GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p. 37-48 e p. 223-231.

¹⁵ GRINBERG, Lucia. “Saudações arenistas”: a correspondência entre partidários da Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1966-1979. In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz (org.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 258. Grifos meus.

¹⁶ *Idem.*, p. 273.

Capítulo IV, a “prescrição” de um controle integral, capaz de moldar corpos e mentes da juventude, encontrava na dimensão “performativa” da ação política¹⁷ e na própria heterogeneidade do grupo etário jovem um obstáculo para se concretizar. Se com a *participação* promovida pelo Estado militarizado buscava-se criar enquadramentos comportamentais para os jovens, a perspectiva de viver aventuras em uma viagem desacompanhada dos pais abriu possibilidades variadas aos participantes do Projeto Rondon. Se a *participação* nas seções juvenis dos partidos políticos deveria contribuir para a afirmação de uma imagem internacional positiva da ditadura, não foram poucos os membros do MDB Jovem que se utilizaram desses espaços como plataforma para criticar o regime. Além disso, até mesmo os membros da Arena Jovem – partido de sustentação da ditadura – compreenderam e vivenciaram a *participação* de formas inicialmente não previstas pelos adultos. Apesar de não abandonarem a adesão à ditadura, grupos de arenistas organizados nas seções juvenis do partido usaram da *participação* possibilitada pelo regime para, em especial na segunda metade dos anos 1970, fazer coro à demanda pelo fim do Decreto-lei nº 477, nas palavras de Rodrigo Patto Sá Motta “um dos instrumentos repressivos mais draconianos produzidos pelo regime militar” repudiado devido “à amplitude e à generalidade das ‘infrações’ nele previstas, bem como ao caráter sumário do processo de inquérito.”¹⁸

A partir de uma aproximação com o olhar epistemológico da Antropologia da política, o reconhecimento de que a ação política dos jovens dos anos 1960 e 1970 era experimentada e revestida de sentidos simbólicos como *participação* permite uma relativização de compreensões estabelecidas para o entendimento da vida política no contexto da ditadura. Esse exercício torna-se possível na medida em que estranhemos aquilo que, para grande parte da historiografia sobre o regime, é familiar, portanto naturalizado: a ação política vivenciada como *engajamento*. Dessa forma, busco também escapar ao ímpeto de estabelecer uma valoração hierárquica (e, talvez, desavisada dos sentidos que essas categorias possuíam à época) entre essas duas formas distintas de experimentar a política nesse período em particular – como se a *participação* se limitasse à superficialidade ou à adesão sem intencionalidade explícita, enquanto o *engajamento* seria a forma mais acabada e comprometida de ação política.¹⁹ Admitir

¹⁷ SAHLINS, Marshall. *Op. citada*, 2011 [1985].

¹⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. citada*, 2014, p. 156.

¹⁹ Esse parece ser o caso de Rafaela Mateus Antunes dos Santos Freiburger, em seu estudo sobre o Projeto Rondon. Em certo momento de sua análise, ela afirma que “busca compreender a complexa relação dos jovens universitários com a ditadura civil-militar. Contudo, antes de analisar as diferentes formas de *participação* e os *graus de engajamento* dos jovens no Projeto Rondon, é fundamental compreender o conturbado contexto estudantil após 1964”. Além disso, a autora argumenta ainda que, “em relação ao Projeto Rondon, a grande adesão demonstrou que a ditadura conseguiu estabelecer um consenso com parcelas estudantis que, *não apenas participaram, mas se*

que a *participação* era uma forma de ação política *sui generis*, que acionava um repertório específico de códigos, orientações, preceitos e práticas, permite compreender a política não a partir de normatizações tomadas *a priori*, mas a partir do ponto de vista de quem a experimenta. Mais importante: permite, também, analisar criticamente em que medida a ditadura militar brasileira mobilizou, à sua maneira, setores juvenis, dialogando com valores culturalmente relevantes como a defesa da ordem e da continuidade geracional.

Assim, busco evitar algo similar ao que a antropóloga Karina Kuschnir denomina de “visão etnocêntrica da política”.²⁰ No entanto, trata-se, neste caso em particular, de um etnocentrismo que toma a ação política juvenil vivida na forma de *engajamento* como norma familiar e naturalizada. Nessa perspectiva, a única atuação política possível seria aquela em que o jovem toma consciência das injustiças do mundo, faz uma opção de envolvimento ativo com sua resolução, filia-se a visões políticas de esquerda e se compromete com a mudança social em sentido progressista – enfim, aquela vivida e revestida de sentidos simbólicos como *engajamento*. Em caminho distinto, cabe historicizar a categoria cultural de *engajamento* e as ações políticas que tiveram essa noção como fundamento. Torna-se possível perceber, assim, que ela foi configurada no pós-Segunda Guerra Mundial, em um espaço intelectual e político particular (a França), tendo circulado para outras regiões do mundo e sido relida a partir de novos objetivos políticos. Ela foi formulada, também, a partir da confluência entre a teologia católica de matriz progressista, as associações juvenis da Ação Católica e a corrente filosófica do existencialismo. Segundo Marcelo Timotheo da Costa, o neologismo “*engajamento*” foi elaborado a partir da década de 1950, “vindo de círculos existencialistas franceses e cristianizado por Emmanuel Mounier. Para as juventudes católicas, o cristão deveria ser ‘*engajado*’, o que significava estar compromissado com a transformação da sociedade – apresentada como desigual e injusta – em que vivia.”²¹

Uma reflexão “nativa” seminal sobre o caráter do *engajamento* como uma modalidade particular de ação política foi sistematizada por Jean-Paul Sartre, o principal nome do existencialismo francês no pós-Segunda Guerra, no texto “O existencialismo é um humanismo”, de 1946. Sartre reconhecia a relação entre uma “moral de ação” específica (e por

engajaram para garantir a consolidação do programa.” FREIBERGER, Rafaela Mateus Antunes dos Santos. *Op. citada*, 2021, p. 31 e p. 27, respectivamente. Grifos meus.

²⁰ KUSCHNIR, Beatriz. *Op. citada*, 2007, p. 15. A autora se refere, em específico, à postura intelectual que assume o Estado moderno como o resultado linear de uma suposta “evolução política”, não reconhecendo como possíveis ou hierarquizando como pré-políticas relações de poder baseadas em parentesco ou religião.

²¹ COSTA, Marcelo Timotheo. Operação Cavalo de Tróia: a Ação Católica Brasileira e as experiências da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC). In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 443. Col. As esquerdas no Brasil, vol. 2. Grifos meus.

ele prescrita) e o *engajamento*, dada a partir de uma acepção filosófica de indivíduo sempre apto a fazer escolhas que aproximava o existencialismo ao humanismo. Em suas palavras, seria através do “caráter absoluto do engajamento livre” que o próprio “homem” se realizaria enquanto tal. Engajar-se, nesse sentido, implicaria a tomada de consciência de que o ser humano existe sempre em situação, sendo impossível a neutralidade diante do mundo. Dessa forma, Sartre prescrevia um dos principais fundamentos da noção de *engajamento*, que seria relida no Brasil e no mundo durante os anos 1950 e 60: o abandono da postura contemplativa em favor de um comportamento ativo e *engajado* na transformação do mundo.²²

No Brasil, as possibilidades da ação política vivenciada como *engajamento* foram intensamente debatidas e experimentadas em espaços importantes para a mobilização nacionalista de esquerda dos anos 1950 e 60, como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) e a UNE. Em 1960, a visita de Sartre e Simone de Beauvoir ao Brasil popularizou ainda mais suas ideias e a leitura à esquerda do existencialismo. A reflexão sartreana sobre a figura do intelectual engajado, que usa a literatura como uma “arma” de comprometimento explícito com a mudança social em favor de uma classe; sobre a relação entre os produtores de ideias e as classes exploradas no contexto do capitalismo; e sobre os compromissos éticos da produção artístico-cultural com a transformação do mundo desempenharam um importante papel no sentido de configurar um modelo de ação política compreendida como *engajamento*. A partir da leitura e do debate do livro *Qu’est-ce que la littérature? (Que é a literatura?)*, originalmente publicado em 1948 na França²³, essas concepções foram traduzidas ao contexto brasileiro e serviram de ponto de partida para a produção artística que se queria *engajada*. Segundo Miliandre Garcia, “historiadores, filósofos e sociólogos são unânimes em dizer que nenhum outro intelectual provocou tanta agitação no meio estudantil e intelectual brasileiro”.²⁴

Nesse contexto, o *engajamento* entrou para o repertório de ações e para o vocabulário político de uma diversidade de atores. Uma das expressões dessa modalidade de atuação política pode ser encontrada nas ideias e na militância de Paulo Freire, especificamente no campo da educação. O seu “humanismo cristão” preconizava uma educação crítica em que educandos e educadores se *engajam* politicamente, tornando-se agentes de mudança a partir da tomada de consciência sobre a realidade. Leitor dos autores católicos e progressistas que cristianizaram o humanismo de Sartre – Jacques Maritain, Emmanuel Mounier, Teilhard de

²² SARTRE, Jean-Paul. O existencialismo é um humanismo [1946]. In: MARÇAL, Jairo (org.). *Antologia de textos filosóficos*. Curitiba: SAAD, 2009, p. 631.

²³ SARTRE, Jean-Paul. *Que é a literatura?* 3ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2004 [1948].

²⁴ SOUZA, Miliandre Garcia de. *Do teatro engajado à música engajada: a experiência do CPC da UNE (1958-1964)*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007, p. 34.

Chardin e Alceu Amoroso Lima –, Freire apresentou esses pontos de vista tanto em *Educação como prática da liberdade*, de 1967, quanto em *Pedagogia do oprimido*, originalmente publicado em 1968.²⁵ Esses dados ganham ainda mais relevância para o argumento aqui desenvolvido quando se pensa a trajetória de Paulo Freire junto à Ação Católica e à JUC, em importantes ações de alfabetização de adultos no pré-1964 que envolveram diretamente jovens católicos progressistas. Nesse sentido, a atuação do educador se inseria em um contexto mais amplo de vivência da política como *engajamento*, que encontrou nas juventudes organizadas em correntes de esquerda do movimento estudantil, com especial destaque para as juventudes católicas (JEC, JOC e JUC, em particular); e em artistas e intelectuais, sejam eles nacionalistas e/ou comunistas, seus principais adeptos.²⁶

Ao reconhecer as especificidades da ação política dos jovens como *participação* no âmbito das políticas da ditadura militar voltadas à juventude, busco questionar de que maneiras essas experiências eram, a um só tempo, acionadas por e serviam de material para a elaboração cultural de concepções sobre as vivências juvenis no contexto da ditadura. Assim, em concordância com a perspectiva do antropólogo Clifford Geertz, desloco o enfoque com o objetivo de analisar “as formas simbólicas – palavras, imagens, instituições, comportamentos – em cujos termos as pessoas realmente se representam para si mesmas e para os outros”.²⁷ *Participação* seria, dessa forma, um conceito de “experiência-próxima”, fundamental para o universo de comportamentos e sensibilidades de importantes setores conservadores dos anos 1960 e 1970. Segundo Karina Kuschnir, “compreender, ‘do ponto de vista do nativo’, práticas muitas vezes diferentes daquelas que idealizamos pode ser fonte de incômodo – tanto intelectual quanto cívico.”²⁸ Trata-se do que a autora chama de um “incômodo necessário” na medida em que possibilita reavaliar nossos entendimentos “caseiros” sobre a prática cotidiana da política. A forma de ação política que, muitas vezes, julgamos como “natural” – o *engajamento* – mostra-se, ao contrário, cultural, relativa a um tempo, espaço e a grupos políticos particulares. No caso dos debates historiográficos sobre a ditadura militar brasileira, essa chave de leitura talvez permita alargar o entendimento crítico sobre as bases sociais do regime ao se problematizar as formas de auto-percepção sobre os seus comportamentos políticos.

A ação dos jovens foi amplamente teorizada como *participação* em diferentes fontes documentais sobre as políticas da ditadura voltadas à juventude ao longo das décadas de 1960

²⁵ HADDAD, Sérgio. *O educador: um perfil de Paulo Freire*. São Paulo: Todavia, 2021, p. 101-102.

²⁶ SOUZA, Miliandre Garcia de. *Op. citada*, 2007, p. 34-35, p. 43 e p. 93.

²⁷ GEERTZ, Clifford. *Op. citada*, 2015 [1973], p. 61.

²⁸ KUSCHNIR, Beatriz. *Op. citada*, 2007, p. 64.

e 1970. A relevância desse material, que analiso neste e no próximo capítulo, reside no fato de que se trata de expressões diversas de concepções “nativas” sobre o que era *prescrito* como a ação política que cabia aos jovens. Em diálogo com as reflexões de Marshall Sahlins sobre a cultura como uma “ordem de significação” que se efetiva na ação cotidiana a partir de uma interação complexa entre suas dimensões “prescritivas” e “performativas”, analiso a *participação*, assim, como um modelo de atuação culturalmente esperado da juventude. Mas, como argumenta o antropólogo, “agindo a partir de perspectivas diferentes e com poderes sociais diversos para a objetivação de suas interpretações, as pessoas chegam a diferentes conclusões e as sociedades elaboram os consensos, cada qual a sua maneira.”²⁹ Alvo de debate e de parte das relações de poder próprias de um contexto ditatorial, com um Estado militarizado cujos ocupantes tinham na “juventude” uma fonte de ansiedade, a *participação* era receitada, aconselhada ou até mesmo imposta aos jovens. Contudo, cada situação em que essa forma de ação juvenil efetivamente acontecia estava fundada apenas numa parte circunstancial de sua teia de significados e, por meio do que Sahlins denomina como as “diferenças de experiência social e dos interesses entre as pessoas”, novos elementos “performativos” da *participação* podiam ressignificar essa noção cultural, como debato no Capítulo IV.

Nesse sentido, examinar outras categorias que tornam possível a experiência da política – como a de *participação* – abre margem a uma relativização do próprio universo das disputas pelo poder. Neste capítulo, serão analisadas as principais elaborações simbólicas da ação como *participação* que emergiram no quadro das políticas da ditadura para a juventude, quais sejam: a sua dimensão controlada; a sua relação com a *responsabilidade* dos jovens e com a possibilidade de mitigar críticas ao regime; e, por fim, a perspectiva de estabelecer uma continuidade (e não uma ruptura) entre as gerações. Objetivo, assim, responder qual seria a *participação* prescrita aos jovens pelo repertório de políticas da ditadura para a juventude, suas nuances, limites e possibilidades. Conforme argumenta Marc Abèles, ao fazer um balanço sobre o escopo da Antropologia da política, a intenção é “entender como o poder emerge e é afirmado em uma dada situação”.³⁰ Nesse caso, na situação da ditadura militar e de seu repertório de ações que buscava responder, cada uma à sua maneira, à juventude vivenciada como *poder jovem* desde os anos finais dos anos 1960.

²⁹ SAHLINS, Marshall. *Op. citada*, 2011 [1985], p. 11.

³⁰ ABÈLES, Marc. *Op. citada*, 1997, p. 322.

Uma *participação* jovem controlada

A noção – igualmente encontrada em fontes referentes ao Projeto Rondon, à Operação Mauá e aos diretórios juvenis dos partidos – de que a juventude deveria ser “integrada” aos programas governamentais indica o caráter subordinado prescrito para a ação dos jovens durante a ditadura. Integrar-se, afinal, significa se adaptar a um algo previamente formado ou se incorporar a um todo harmonioso. Além disso, a *participação* consistia em uma ação política jovem caracterizada pelo dirigismo próprio de um regime ditatorial como o instaurado no Brasil em 1964. As decisões, inclusive sobre como, onde e quando *participar*, partiam do alto (dos “dirigentes”: militares, ministros, políticos, coordenadores de operações, professores – adultos, enfim) para baixo (os “dirigidos”: jovens, em sua maior parte estudantes universitários). À juventude cabia agir politicamente dentro dos limites prescritos por essa norma cultural, por mais que a prática dessa diretriz tenha resultado também em condutas juvenis imprevistas que levavam à reconfiguração ou até mesmo ao questionamento da *participação*.

Frequentemente difundida pelas autoridades do regime em fins dos anos 1960 e ao longo da década de 1970, essa dimensão dirigida da atividade política juvenil foi incorporada como comportamento por grupos de jovens específicos. Foi o caso, por exemplo, de diretórios da Arena Jovem – que, vale ressaltar, foram também espaços de uma *participação* performada à despeito daquilo que era oficialmente esperado dos jovens. Em outubro de 1975, essa forma de participar foi afirmada por um documento escrito por Sinval Zaidane Lobato Machado e enviado ao Diretório Nacional do partido governista. Sinval era coordenador regional da Arena Jovem do Paraná e assinou o texto, de maneira significativa intitulado “Considerações que nos motivam a participar, organizadamente, do processo político nacional”. No texto, Machado se apresentava reafirmando a sua relação de representatividade com os jovens arenistas, ao datilografar a frase “p/ delegação” logo após a sua assinatura. E retomava a conjuntura de crise econômica vivida pelo país para declarar que o processo iniciado pelo general-presidente Geisel “requer a participação dos jovens”.

Ao qualificar a ação da Arena Jovem, ele afirmava ainda que “nada mais estamos fazendo além de atender aos reiterados apelos do Chefe da Nação no sentido de que o jovem brasileiro participe efetivamente do processo político nacional.” Assim, a militância política da juventude aparecia como a resposta a uma diretriz do chefe do Executivo e não como um desejo próprio dos jovens. Ainda segundo o dirigente arenista, na sequência de seu texto, a juventude estaria apenas “cumprindo, também, um papel que é de todos os brasileiros”. Sinval estendia o dever da *participação* para além de seu grupo etário, justificando em seguida que a escolha por aderir à Arena significava o alinhamento a uma postura de “discutir responsável e

disciplinadamente” e não de “criticar agredindo”.³¹ Nessa formulação, portanto, Sinval Machado explicitava um atributo central da *participação*: o respeito às autoridades, categoria que nesse caso se sobrepunha à de “mais velhos”, reafirmando o caráter dirigido dessa forma de ação política.

Outro caso em que o dirigismo da *participação* foi apresentado por um jovem arenista – e em um ponto de vista positivo – estava presente em um artigo publicado no boletim informativo da Ala Jovem Arenista de Cuiabá, no Mato Grosso, em sua edição de abril de 1976. No texto escrito por Manoel Júlio do Rosário dos Santos, membro do diretório, traçava-se uma análise de conjuntura laudatória sobre a Arena. Em determinado momento, Santos buscava elementos para sustentar o argumento de que o partido estava vivendo um momento de ascensão política tanto em nível nacional quanto estadual. Entre eles, estava justamente a inserção da juventude na agremiação governista mato-grossense. A AJA era, nesse sentido, definida como “uma célula a mais a compor o corpo político do Governo Federal para encetar um trabalho conjunto orientada pelos Diretórios Regional e Municipal da ARENA.” Nesse trecho, o militante arenista expressava uma compreensão sobre o dirigismo da ação política jovem dentro do partido: afinal, a sua maior expressão – a AJA – deveria atuar sempre “orientada” por outros órgãos superiores da agremiação. Além disso, em uma metáfora com o corpo biológico, o departamento seria uma unidade menor dentro de um todo político identificado tanto ao governo militar quanto à agremiação governista. Como “célula” de um “corpo”, a juventude arenista deveria agir em conformidade com as orientações dos não jovens e em sintonia com esses outros órgãos.

Na conclusão de seu texto, Manoel Santos se dirigia aos jovens leitores do boletim informativo em um tom de convocação marcado pela pressuposição da horizontalidade entre pares de idade – ou seja, de jovem para jovem. Ele afirmava que o partido governista “conscita [sic] a sua *participação*, juventude de Cuiabá, para que nos unamos a nível de companheiros leais, caminhando juntos com disposição para servir o Brasil e o nosso Estado [sic].”³² Para além da dimensão retórica desse chamado, que tinha o objetivo de angariar novos militantes para a AJA, ele explicitava posturas prescritas aos jovens em sua *participação* política, tais como a união, a lealdade e, talvez mais importante, a disposição para “servir”. O próprio nome

³¹ MACHADO, Sinval Zeidane Lobato. “Considerações que nos motivam a participar, organizadamente, do processo político nacional”. 28 out. 1975. Fundo Arena do CPDOC/FGV. Série: Organização partidária (OP), subsérie: Arena Jovem (AJ). Classificação: ARENA 1969.11.25, fl. 01.

³² SANTOS, Manoel Júlio do Rosário dos. “Panorama político matogrossense”. In: Informativo “AJA”, da Ala Jovem Arenista do Diretório Municipal de Cuiabá da Arena, p. 5-6. Fundo Arena do CPDOC/FGV. Série: Organização partidária (OP), subsérie: Arena Jovem (AJ). Classificação: ARENA 1969.11.25. Grifos meus.

escolhido para batizar o diretório juvenil arenista em Cuiabá, aliás, reafirmava simbolicamente a importância cultural da ação política da juventude. Além de ser o acrônimo de “Ala Jovem Arenista”, AJA é também o verbo “agir” conjugado no imperativo. Assim, caberia à juventude agir de acordo com os princípios da *participação* debatidos ao longo não apenas do texto de Manoel Santos como de todo o número do informativo oficial do diretório. Uma ação política imperativa porque carregada de uma dimensão de autoridade e de controle da atividade política dos jovens arenistas.

Essas percepções não eram exclusivas de jovens arenistas. O dirigismo da *participação* política era também identificado como uma solicitação dos jovens que participavam do Projeto Rondon, percepção que resultou em mudanças no cotidiano das operações do programa de extensão ao longo dos anos 1970. Durante uma conferência realizada em agosto de 1971 na cidade de Porto Alegre pelo coronel Sérgio Mário Pasquali, então coordenador nacional do programa do Ministério do Interior, ele apontou em que medida um maior controle da atuação dos universitários durante as operações, em coordenação direta com os órgãos governamentais, era uma demanda dos próprios rondonistas. Segundo a cobertura do *Correio da Manhã*, Pasquali afirmou que os jovens “desejam participar de uma forma mais qualitativa, mais objetiva, não desejando simplesmente assistir às populações vacinando e arrancando dentes, mas sim participar executando planos e projetos dos diversos órgãos encarregados do desenvolvimento nas diversas áreas e nos diversos níveis.” O coronel justificava a necessidade de mudanças na forma como o Projeto Rondon era estruturado com dados que diziam respeito, em especial, ao elevado número de estudantes que se inscreviam nas operações e ao baixo quantitativo que o órgão era capaz de atender. Por isso, ele afirmou que “o próprio estudante sentiu que a sua potencialidade estava sendo subaproveitada e que sua atuação deveria se dar de uma forma mais objetiva, de maneira integrada e permanente com os planos de desenvolvimento das diversas áreas.”³³ Por mais que fosse atribuída aos jovens, essa demanda guardava uma significativa dimensão de subordinação. Na leitura de Pasquali, afinal, os estudantes solicitavam que suas atividades fossem direcionadas pelos órgãos governamentais e que seu papel fosse o de executar planos previamente elaborados, não que eles tivessem maior autonomia para atuar durante as operações do Rondon.

Também na compreensão do ministro dos Transportes e criador da Operação Mauá, Mário Andreazza, o vínculo entre *participação* e juventude guardava um sentido político particular que prescrevia uma atuação subordinada aos jovens. Essa dimensão foi explicitada

³³ Projeto Rondon vai ter nova estrutura. *Correio da Manhã*, quinta-feira, 19 ago. 1971, 1º Caderno, p. 4.

pelo militar durante entrevista exclusiva concedida ao jornal *O Globo* em agosto de 1969, no encerramento na I Semana Nacional dos Transportes realizada por seu ministério. A fala de Andreazza foi pautada por uma elaboração simbólica de escopo mais abrangente, segundo a qual todo brasileiro deveria se transmutar de “mero espectador a militante entusiasta” do processo de resolução dos problemas nacionais por parte do governo militar por meio de uma “nova filosofia de *participação* e de responsabilidade coletiva”. De acordo com o titular da pasta de Transportes, citado por *O Globo*, “nesta mobilização, não esquecemos alguém muito importante: A mocidade, representada pelo estudante, a quem temos o dever de entregar um país a altura de suas aspirações.” Seu raciocínio associava, portanto, a *participação* dos jovens a um esforço coletivo de continuidade, em que haveria um espaço pré-determinado (por não jovens, vale frisar) para a atuação da juventude na construção desse futuro.

Na sequência, contudo, Andreazza revestia a ação jovem como *participação* de um sentido político mais alargado e bastante significativo no esforço de análise das concepções “nativas” sobre a ação política ditada aos participantes das políticas da ditadura. Ele afirmava que “esta filosofia da *participação* tem repercussão profunda. Ela é o espelho da nova democracia brasileira, onde não basta votar e ser votado, mas é indispensável a cada um integrar-se na solução dos problemas básicos.”³⁴ Nesse sentido, portanto, Andreazza expressava uma prescrição segundo a qual os jovens deveriam se incorporar aos planos governamentais elaborados de cima para baixo, em ações como os estágios em empresas ou as visitas a obras promovidos pela Opema. Essa percepção era acompanhada por uma suspeição com relação aos mecanismos políticos liberais clássicos, em sua fala representados pela referência às eleições, como se eles não fossem suficientes para concretizar essa “nova filosofia” advogada por ele.

Na Operação Mauá, a dimensão subordinada da *participação* era associada à inserção profissional dos jovens por meio de ações promovidas pelo governo que possibilitariam à juventude conhecer o mundo do trabalho. Assim, as gerações mais velhas e os representantes governamentais pretendiam exercer um controle próximo dos caminhos dos jovens que atuariam em áreas técnicas fundamentais ao projeto de desenvolvimento econômico assumido pelo Estado ditatorial. Nas opiniões dos participantes de uma viagem de estudos da Opema em capitais do Norte e Nordeste do país, nesse sentido, conhecer o elenco de possibilidades

³⁴ Andreazza fala sobre a Semana dos Transportes. *O Globo*, sábado, 2 ago. 1969, Matutina, Geral, p. 14. Grifos meus. Alguns meses depois, o ministro dos Transportes repetiu a mesma formulação em longo artigo publicado em suplemento especial de *O Jornal*. Cf. ANDREAZZA, Mário David. Integrar para o futuro, eis o desafio. *O Jornal*, dez. 1969, Suplemento Transporte, p. 3.

apresentados pelos adultos justificava a sua *participação* no programa na medida em que possibilitaria uma escolha profissional mais bem informada. Essas percepções foram colhidas pelos repórteres do *Jornal do Brasil* em fevereiro de 1974, durante o embarque do grupo no navio-transporte Soares Dutra, da Marinha. Dentre as falas citadas pelo periódico, estava a do estudante de Engenharia Civil na Faculdade Souza Marques, no Rio de Janeiro, Luís Fernando Abelha. Segundo ele, a Opema seria essencial “principalmente para aqueles que ainda cursam o ciclo básico, pois conhecendo indústrias de várias modalidades, o universitário poderá escolher com maior noção sua área predileta.”

Se, na fala de Luís Fernando, a *participação* na viagem de estudos abriria uma margem de escolhas para os jovens, outros participantes apontavam os contornos limitados em que essa opção se dava. Era o caso de Mário Peirano, estudante de 24 anos que cursava Engenharia Nuclear e Química em Porto Alegre. Em sua declaração ao jornal carioca, Peirano reclamava dos obstáculos à inserção profissional, “principalmente em Engenharia Nuclear, onde os profissionais antigos não acreditam em nós.”³⁵ Na medida em que a escolha da profissão era entendida como um importante ritual de passagem da juventude à vida adulta, inclusive com a admissão de responsabilidades associada a essa nova fase da trajetória do indivíduo, a prescrição da *participação* por meio da Operação Mauá incluía também uma dimensão de controle social pautado pelas relações intergeracionais. Esse aspecto era enunciado, nessa mesma política, como uma “orientação profissional” da juventude. Ela pressupunha os adultos como agentes dotados de saber aptos a conduzir e os jovens como sujeitos inexperientes prontos a seguirem determinações dos mais experientes.

O caráter controlado da *participação* dos jovens estimulada pela Operação Mauá pode ser também dimensionado a partir do tipo de relação que a coordenação dessa política buscava manter com os Diretórios Acadêmicos das faculdades. Órgãos representativos dos estudantes, suas atividades eram permitidas pelo regime desde que se limitassem à atuação em atividades muitas vezes tidas como afastadas do campo da política: assistência médica ou odontológica, organização de ações de lazer, viabilização de estágios etc. Afinal, como indiquei anteriormente, a orientação era a de que a política (institucional, vale frisar) poderia ser exercida pelos jovens, desde que circunscrita aos espaços dos dois partidos então existentes. Portanto, os Diretórios Acadêmicos (DAs) deveriam se afastar dos debates públicos mais amplos e circunscrever a suas atividades à realidade imediata da vida estudantil.

³⁵ Estudantes da Operação Mauá começam viagens a seis capitais do Norte. *Jornal do Brasil*, sábado, 2 fev. 1974, 1º Caderno, p. 13.

Em sua coluna oficial, publicada no jornal *Correio da Manhã* em abril de 1970, a coordenação da Opema expressava o seu ponto de vista sobre o lugar dos órgãos de representação estudantil a partir de um caso que considerava exemplar: o do DA de Engenharia da PUC-RJ. O texto buscava se resguardar de possíveis críticas que atribuísem à Operação a intenção de despolitizar os diretórios. Ao mesmo tempo, lamentava o fato de que nem todas as faculdades possuíam um DA e afirmava explicitamente que “não é da intenção da Coordenação Central desestimular ou boicotar o funcionamento dos órgãos.” Ao contrário, o objetivo seria fortalecer os DAs para que eles funcionassem “realmente no interesse de todos os estudantes”. Tratava-se de uma forma de disciplinar as atividades desses órgãos representativos, que não deveriam, dessa forma, ocuparem-se de assuntos que, nesse ponto de vista, só interessariam a uma “minoriasubversiva”. Na sequência, a coluna seguia com o relato de seu caso exemplar. Entre janeiro e fevereiro de 1970, a coordenação procurou os representantes do DA de Engenharia da PUC-RJ. Aos representantes estudantis, foi feita a proposta de que eles “escolhesse[m] as indústrias a serem visitadas pelos estudantes assim que as aulas começassem.” A acolhida dos universitários teria sido caracterizada pela “eficácia” e “dedicação”, mas, ao invés de escolherem de forma autônoma quais empresas seriam realizadas as atividades da Opema, eles teriam solicitado a ajuda dos professores da faculdade. Assim, foram organizadas visitas à refinaria da Petrobrás, localizada em Duque de Caxias, aos estaleiros da Ishikawajima do Brasil e à sede da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda. A avaliação feita pela coordenação era otimista ao afirmar que “a Opema[,] como os órgãos de classe estudantil, têm objetivo comum: trabalhar em prol do universitário.”³⁶

Ora forma de *participação* que indicava o caráter subordinado dessas ações políticas, ao mesmo tempo em que guardava uma importante dimensão simbólica de longa duração, eram os encontros entre os jovens participantes e autoridades adultas como militares, ministros, lideranças partidárias ou presidentes da República. Seja para apresentar propostas de mobilização da juventude, nos casos da Arena Jovem e do MDB Jovem, ou para relatar a vivência nos programas do Projeto Rondon e da Operação Mauá, as audiências com ocupantes de cargos politicamente relevantes eram frequentes. Essas ações assinalavam a dimensão assujeitada da *participação* por duas razões diversas. Primeiro, na medida em que colocavam em jogo relações de poder pautadas pela hierarquia entre jovens e não jovens. Segundo, porque em muitos casos – como nas demandas pela organização dos diretórios partidários juvenis em escala nacional – os projetos elaborados pelos jovens eram engavetados ou ignorados, enquanto

³⁶ Os diretórios acadêmicos e a Opema. *Correio da Manhã*, domingo e segunda-feira, 19 e 20 abr. 1970, Jornal de Serviço, p. 30.

as diretrizes das políticas do regime voltadas à juventude continuavam a ser tomadas de cima para baixo.

A análise de alguns dados sobre esses encontros entre jovens participantes dos programas governamentais e autoridades políticas é, ainda assim, relevante. Em um deles, realizado em maio de 1972, um grupo de cinco militantes da Arena Jovem mineira foi recebido pelo general-presidente Médici em Brasília. De acordo com o que noticiou o *Jornal do Brasil*, o objetivo da audiência tinha a ver com uma demanda dos jovens: convidar o presidente para a primeira convenção estadual do diretório, que seria realizada em Belo Horizonte em julho daquele ano. Mas outras temáticas foram abordadas no encontro, que teria deixado os arenistas “encantados” com Médici, a ponto de tê-lo descrito como “um mestre em quebrar tensões e desarmar espíritos”. Dentre elas, estava justamente a ausência de *participação* dos jovens e a necessidade de um maior apoio do governo para que a Arena Jovem conseguisse mobilizar os seus pares. De acordo com o *JB*, os dirigentes da ala juvenil do partido teriam afirmado que “está faltando motivação para a *participação* dos jovens no processo político brasileiro e que o seu movimento visa exatamente a criar essa movimentação.” Os arenistas acrescentaram ainda que a presença de Médici e outras autoridades em sua convenção seria um “estímulo” até mesmo para os “omissos”, o que reafirmava o caráter dependente da ação política pretendida pela Arena Jovem.³⁷

Os encontros mantidos entre jovens arenistas e autoridades eram tão relevantes do ponto de vista da cultura das políticas do regime voltadas à juventude que o general João Baptista Figueiredo recebeu um grupo de lideranças da Arena Jovem do Rio Grande do Sul ainda na condição de candidato à presidência, em julho de 1978. Segundo o que declarou José Deni Coutinho, líder do departamento gaúcho, o principal tema tratado durante a reunião foi a reestruturação da legislação sobre movimento estudantil, inclusive com a criação de uma entidade representativa nacional dos estudantes. Coutinho explicou ainda ao *Jornal do Brasil* que o grupo havia procurado o candidato porque Figueiredo seria “uma pessoa aberta ao diálogo, e nós, jovens, precisamos de gente com sensibilidade suficiente para atender as necessidades da juventude.”³⁸ Mas não eram apenas os generais-presidentes que mantinham audiências com os membros da Arena Jovem. Também os presidentes nacionais do partido, como o senador Filinto Müller durante visita a Recife em outubro de 1972³⁹ ou o senador

³⁷ Presidente convoca juventude a assumir o comando da nação. *Jornal do Brasil*, quinta-feira, 18 mai. 1972, 1º Caderno, p. 3. Grifos meus.

³⁸ Candidato recebe Arena Jovem. *Jornal do Brasil*, quarta-feira, 5 jul. 1978, 1º Caderno, p. 3.

³⁹ Filinto visita Recife. *Jornal do Brasil*, quinta-feira, 19 out. 1972, 1º Caderno, p. 4.

Petrônio Portela em reunião com o presidente da Arena Jovem gaúcha, o estudante Orlando Amaral Ribeiro, em março de 1975⁴⁰, encontravam-se com jovens arenistas.

Os encontros entre participantes do Projeto Rondon e autoridades do regime também eram frequentes, desempenhando papel importante no sentido de divulgar uma imagem pública de que havia o tão propalado “diálogo” entre estudantes e governo. Essas audiências também foram largamente noticiadas pela imprensa. Em setembro de 1972, durante visita de Médici às obras de construção da rodovia Transamazônica, o general-presidente recebeu jovens da cidade de Uberaba, Minas Gerais, que participavam do programa em Altamira, no Pará. A reunião foi acompanhada por várias autoridades, como o ministro do Interior, o chefe do SNI e o coordenador nacional do Projeto Rondon. Segundo a cobertura do jornal *Correio da Manhã*, os universitários foram apresentados a Médici e mostraram ao general as atividades que realizavam às margens da obra rodoviária. Um deles disse ao presidente que “fora a Altamira por um prazo de 30 dias, mas que o prorrogara e que já se resolvera a ir buscar a família para integrar-se definitivamente à região.”⁴¹ Ou seja, esse jovem não identificado pelo jornal declarava ao presidente o desejo de prolongar a *participação* iniciada com o Projeto Rondon.

A partir do ponto de vista em que foram organizados, alguns programas oficiais que visavam promover a ação dos jovens ocorriam, primordialmente, em uma época pré-determinada: as férias. Era o caso das operações nacionais e regionais do Projeto Rondon ou de parte significativa das viagens de estudos da Operação Mauá. Essa organização do tempo que possibilitava a *participação* juvenil reafirma, mais uma vez, a qual parcela do “todo” juventude as políticas do regime estavam voltadas: a estudantil, que entre 1967 e 1968 foi compreendida e experimentada como o *poder jovem*. Mais importante, contudo, ela guardava uma importante dimensão de subordinação na medida em que era pautada por um cuidado com a ocupação do tempo livre da juventude tendo em vista evitar que ela se integrasse em atividades tidas como “improdutivas”.

Com relação ao Projeto Rondon, o vice-almirante Silvio de Magalhães Figueiredo fez declaração nesse sentido ao jornal *Folha S. Paulo* durante os preparativos para a operação nacional do programa em dezembro de 1970. Membro do Comando do 6º Distrito Naval da Marinha, que colaborava nas operações dos rondonistas, Figueiredo teceu elogios ao Projeto Rondon ao afirmar que “não há dinheiro que pague esta participação e o despertar de brasilidade dos jovens.” Na sequência, o militar declarou ainda que “a mão-de-obra ociosa intelectual não estava sendo empregada. Nas férias cada universitário não tinha o que fazer. A instituição do

⁴⁰ Arenista quer popularizar o partido. *Jornal do Brasil*, sexta-feira, 14 mar. 1975, 1º Caderno, p. 7.

⁴¹ Médici no Brasil Novo. *Correio da Manhã*, sexta-feira, 29 set. 1972, Anexo, p. 1.

Projeto Rondon possibilitou aos universitários participarem de uma verdadeira ação cívica.” Magalhães Figueiredo expressava ainda o papel do Rondon na conformação da condição juvenil. Esse processo visava a produção de jovens que correspondiam às expectativas conservadoras quanto a sua vida adulta para assumir responsabilidades relacionadas à família e à liderança do país. Por isso, ele declarava que “estes jovens vão tomar o leme de suas famílias. O Projeto Rondon prepara os futuros chefes brasileiros que com pouco mais de 20 anos de idade obtém um ‘know-how e um background’ de que não tenho conhecimento em todo o mundo.”⁴²

Na medida em que as primeiras ações da Operação Mauá eram organizadas, jovens universitários que delas participavam eram entrevistados pela imprensa e emitiam pontos de vista que convergiam com a associação entre a *participação* e a produtividade nas férias. Em janeiro de 1969, o *Diário de Notícias* publicou algumas dessas opiniões ao cobrir, em longa reportagem, o embarque daqueles que eram denominados como os “engenheiros do futuro”. Tratava-se do quarto grupo da Opema a iniciar as atividades apenas naquele ano, desta vez para estagiar em empresas dos estados de Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul responsáveis pela construção de estradas e portos. Estudante da Escola Nacional de Engenharia, Daniel Handelman declarou ao *DN* que a Opema era “um combate ao desperdício de quem passa longas férias sem trabalhar e ser útil, de alguma maneira, ao País.” Sérgio Moscovicz cursava engenharia na UFRJ e afirmou ao mesmo jornal que “o Governo está agindo de um modo muito inteligente, não só treinando os futuros engenheiros como combatendo a ociosidade do tempo das férias, pois um técnico não pode estar parado.”⁴³ Nessas percepções, sobressaía um preceito cultural segundo o qual as férias estudantis, longe de serem o tempo do lazer ou do descanso dos jovens, seriam uma época da ociosidade. Elas deveriam ser ocupadas com atividades “úteis” à juventude e ao país, possibilitadas pela *participação* em programas como a Opema ou o Rondon. Do ponto de vista político, essa elaboração cultural indicava códigos duplamente apelativos às percepções conservadoras dos anos 1960 e 1970. De um lado, o de que a ociosidade poderia levar à vagueação, quando não à rebeldia. De outro, o de que a *participação* significava um trabalho ininterrupto, sem descansos, dos jovens.

Nesse mesmo contexto, a *participação* no Projeto Rondon também era prescrita como uma possibilidade de tornar as férias “nem tão vazias”, na expressão de Miriam Alencar que dá título ao seu texto publicado no *Jornal do Brasil* em fevereiro de 1969. A jornalista iniciava a sua reportagem com a premissa segundo a qual a resposta à pergunta “o que fazer” durante as

⁴² Operação-7 do Projeto Rondon contará com 2.800 estudantes. *Folha de S. Paulo*, terça-feira, 29 dez. 1970, 1º Caderno, p. 8.

⁴³ Operação-Mauá leva engenheiros ao Sul. *Diário de Notícias*, quarta-feira, 8 jan. 1969, 1ª Seção, p. 7.

férias era “quase sempre um problema” para os jovens. Mas Alencar estava atenta às nuances significativas da condição juvenil e estudantil, lembrando que essa questão tinha pesos diferentes a depender do jovem. Nesse sentido, ela afirmava que as férias escolares, quando não coincidiam com as férias do emprego, eram “apenas a oportunidade de ficar com uma parte do dia livre” para os estudantes que trabalhavam. Já para os jovens que se dedicavam exclusivamente aos estudos, as férias significavam disponibilidade de tempo, mesmo que alguns objetassem com a afirmação de que “o dinheiro continua o mesmo”. “Praia, boate, bares para alguns, o reencontro com a literatura para outros” eram as possibilidades listadas para ocupar o “vazio” das férias, segundo Miriam Alencar. Mas a jornalista acrescentava: “já agora, também, o Projeto Rondon.” Logo na sequência, a articulista apresentava uma série de declarações de jovens que trocaram as férias pela *participação* no programa de extensão e que apresentavam um quadro positivo sobre a iniciativa.

Entre os depoimentos citados, estava o de Marcos Luís. Com 23 anos e estudante de Sociologia, ele não poupou sinceridade ao falar da relação entre a ocupação das férias, os hábitos da juventude e as operações promovidas pelo Ministério do Interior. Em suas palavras: “Às vezes arranjamos viagens só para conhecer lugares diferentes. O Projeto Rondon é assim. Tenho visto muita gente se integrar nele, pois é uma oportunidade de viajar para lugares que não conhece, embora se trabalhe bastante.” Marcos apresentava, assim, um ponto de vista descompromissado com o que era esperado dos estudantes que procuravam o Projeto Rondon e mais interessado com a possibilidade de viajar e ter momentos de sociabilidade com seus pares de idade. Em outro trecho de sua fala, essa perspectiva foi reafirmada pelo jovem quando ele afirma que “em alguns casos, ajudar as pessoas é secundário, a primeira motivação é a *badalação* entre os colegas, longe do conforto de casa.”

Esses sentidos atribuídos à ação dos rondonistas poderiam soar distantes do que era ditado pelo regime. Por isso, Miriam Alencar buscava contrabalancear essa visão sobre a *participação* de duas formas. Primeiro, acentuando na fala de Marcos Luís a dimensão do trabalho duro que se contrapunha ao usual tempo livre das férias. Participar do Projeto Rondon seria, na definição da repórter, “a oportunidade para os jovens estudantes terem férias diferentes, isto é, férias com trabalho.” Depois, apresentando depoimentos de outros estudantes universitários que participaram das operações, com dados sobre o que fizeram no interior do país, para concluir que “há um grande grupo de jovens que busca no Projeto Rondon o conhecimento do Brasil, regiões distantes que lhe dão oportunidades de tomar contato com o seu próprio país. Outros, porém, vão movidos unicamente pela solidariedade humana, sentem

necessidade de ser úteis”.⁴⁴ Nesses termos, a *participação* aparecia como uma maneira de ocupar o tempo da juventude e tornar os jovens produtivos, com efeitos positivos para o país.

Nem sempre, contudo, a apreensão demonstrada com relação à “ocupação” da juventude em seu tempo livre – nas férias, em especial – pelos programas governamentais recebia uma leitura política em sentido estrito. Em alguns contextos, essa preocupação retomava a leitura da “rebeldia juvenil” associada a comportamentos de risco ou à quebra de expectativas morais. Essa leitura traçava uma linha de continuidade com noções sobre a condição juvenil comuns na década de 1950, pautando a juventude como uma categoria mais social do que propriamente política. Esse foi o caso do editorial “Adolescentes desocupados na Zona Sul”, publicado pelo jornal *Diários de Notícias* em julho de 1969. No texto, os editores do periódico reagem a notícias sobre as práticas de corridas de automóveis – os famosos “rachas” – durante a madrugada por jovens que o jornal descrevia como “môços de valôres altos”, ou seja, oriundos de famílias de classe média. O texto atribuía esse comportamento, que já teria resultado na morte de um jovem, à falta de orientação e à desocupação durante as férias. E sentenciava uma solução: que se multiplicassem atividades como o Projeto Rondon e a Operação Mauá, para os quais “muitos deles foram atraídos, principalmente no período das férias”. Os trabalhos dos jovens nesses programas eram qualificados como “ocupações sadias” que os afastava de “aventuras” como as corridas noturnas. O editorial era concluído em tom de demanda às autoridades: “Nossa mocidade merece mais atenções e seu idealismo melhor destino.”⁴⁵

Se a *participação* dos jovens por meio da Operação Mauá e do Projeto Rondon era entendida como uma forma de ocupar o tempo livre da juventude e evitar os comportamentos que poderiam resultar de sua ociosidade, a ação política juvenil nos partidos também era prescrita a partir de limites bem controlados. E a principal formulação cultural que buscou estabelecer o escopo subordinado dessas ações foi repetida pelo general Ernesto Geisel desde que ele passou a ocupar a presidência da República: a de que os jovens deveriam, sim, fazer política, mas nos partidos e não nos espaços escolares.⁴⁶ Esse preceito tinha um alvo político

⁴⁴ ALENCAR, Miriam. As férias nem tão vazias. *Jornal do Brasil*, sexta-feira, 28 fev. 1969, Caderno B, p. 1. Grifos da autora.

⁴⁵ Adolescentes desocupados na Zona Sul. *Diário de Notícias*, quarta-feira, 9 jul. 1969, 1ª Seção, p. 4. O mesmo jornal voltou a insistir na ocupação da juventude em tempos de férias em editorial que, além de elogiar o Projeto Rondon e a Operação Mauá, apontava o limite desses programas e demandava ações governamentais que incentivassem os jovens a viajarem para conhecer o seu próprio país. Cf. Ocupação das férias. *Diário de Notícias*, quinta-feira, 13 nov. 1969, 1ª Seção, p. 4

⁴⁶ Ernesto Geisel repetiu essa fórmula cultural sobre a *participação* política dos jovens em grande número de audiências com membros da Arena Jovem e militantes do movimento estudantil. Muitas vezes, esses eventos receberam a cobertura da grande imprensa. Cf., por exemplo: Geisel elogia interesse dos jovens pela política. *O Globo*, quarta-feira, 12 nov. 1975, Matutina, O País, p. 6; Presidente inaugura ponte. *O Globo*, terça-feira, 13 jan. 1976, Matutina, O País, p. 3.

bem delimitado: o movimento estudantil organizado, em especial as correntes de oposição à ditadura. Durante visita oficial que realizou ao estado do Rio Grande do Sul, em maio de 1975, o general-presidente expressou esse ponto de vista sobre a *participação* jovem em audiência que manteve com os representantes da União Gaúcha dos Estudantes Secundários (UGES). Segundo o *JB*, o propósito dos dirigentes desse órgão de representação dos secundaristas era convidar o chefe de Estado para participar de seu congresso. Entretanto, eles ouviram de Geisel uma declaração de princípios: o presidente teria afirmado o seu “interesse em que os jovens participem da vida do país”, mas teria também alertado que “essa participação não deve perturbar as atividades escolares ou pretender ‘desmanchar o prédio, pois do que ele precisa é de constante remodelação’.”⁴⁷ A orientação do militar apontava, dessa forma, em sentido duplo: de um lado, para a afirmação de que escola e política não combinavam; de outro, para a afirmação de que os jovens deveriam cooperar com o regime vigente (o “prédio”, em sua metáfora) e não atuar no sentido de sua desconstrução.

Afirmada pelo presidente da República, a prescrição sobre o espaço adequado para a *participação* da juventude foi também incorporada por algumas lideranças políticas jovens alinhadas ao regime. Em longa reportagem de página inteira publicada em março de 1979 na edição de domingo do *Jornal do Brasil*, os pontos de vistas de alguns desses dirigentes eram apresentados pelo periódico no contexto da abertura política e dos debates sobre a refundação da UNE. Ao ouvir um número significativo de lideranças do movimento estudantil, o *JB* comunicava aos seus leitores uma imagem de desorganização e de indefinição sobre os rumos do projeto de se organizar uma entidade representativa dos estudantes em escala nacional. Entre os posicionamentos citados pelo texto e que convergiam com a ação política como *participação*, estava o de José Bonifácio Andrada. Homônimo do ex-líder do governo, do qual era neto, ele havia sido diretor do DA da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Minas Gerais e se mostrava contra a recriação da UNE. Sua justificativa era contundente: ao longo de sua trajetória, a UNE teria se tornado um “apêndice de Partidos Políticos” ao invés de se dedicar aos assuntos relacionados à educação e à universidade. “Para ele”, informava o *Jornal do Brasil*, “os universitários devem participar da vida política nacional, mas dentro dos próprios Partidos políticos que, na sua opinião, ‘estão atrasados em 10 anos, pois ainda não criaram departamentos estudantis e trabalhistas, previstos na Lei Porte[1]la⁴⁸ [...]’.” Assim, Bonifácio Andrada defendia o princípio de que o lugar adequado para que jovens fizessem

⁴⁷ Presidente acha que Arena deve conquistar juventude. *Jornal do Brasil*, quinta-feira, 22 mai. 1975, p. 3.

⁴⁸ Trata-se da Lei nº 6.341, de 5 de julho de 1976, que dispõe sobre a Organização e o funcionamento de Movimentos Trabalhista e Estudantil nos Partidos Políticos, e dá outras providências, que analiso no Capítulo V.

política era nos partidos permitidos pelo regime – um posicionamento conservador e legalista, vale ressaltar. Contudo, o seu ponto de vista apresentava uma nuance na medida em que ele não deixava de apontar os limites das agremiações partidárias na mobilização dos jovens.

Na mesma reportagem, era apresentado também o posicionamento de José Deni Coutinho. Presidente da Arena Jovem gaúcha e ex-dirigente da UGES, o estudante de Direito se mostrava a favor da recriação da UNE. Mas com contornos muito particulares, convergentes com culturas políticas de direita segundo as quais sindicatos e outras entidades representativas devem atuar como órgãos assistencialistas, de forma supostamente “apolítica”. A proposta de Coutinho, segundo o *Jornal do Brasil*, seria “a reconstituição da UNE com bases voltadas para o ensino, com caráter cultural e assistencial, sem qualquer vinculação político-partidária.” Além disso, a liderança arenista convergia com as prescrições oficiais sobre a *participação* jovem ao buscar corroborar com a legislação autoritária que limitava o funcionamento do movimento estudantil. Em sua declaração, Coutinho afirmava que “o movimento estudantil não enfraqueceu com os Decretos-Lei 477 e 228, que foram baixados em consequência de um esvaziamento já existente e de um caos originado pelo envolvimento do estudante com ideologias alheias ao seu meio.”⁴⁹

Antes que o congresso de refundação da UNE fosse realizado em Salvador em maio de 1979, inclusive com a autorização de políticos que apoiavam a ditadura militar, prevalecia a prescrição oficial de que *participação* nas alas jovens dos partidos deveria ser privilegiada em detrimento da criação de entidades que possibilitassem a ação política estudantil. Essa orientação foi divulgada por *O Globo* em julho de 1978, a partir de uma declaração do general Figueiredo durante reunião com um grupo de militantes da Arena Jovem gaúcha. A intenção dos jovens arenistas era apresentar ao então candidato à presidência um projeto de estruturação do departamento juvenil do partido em escala nacional. Ao receber o pedido das mãos de José Deni Coutinho, Figueiredo afirmou que “mais legítima do que a reinstalação da UNE” seria a fundação dos departamentos da juventude pela Arena e pelo MDB. De acordo com *O Globo*, os jovens gaúchos teriam concordado com o militar e declarado que a recriação da UNE “é condenável, porque a entidade desvirtuaria a finalidade específica de defesa das reivindicações de caráter universitário”.⁵⁰

Esse evento adiciona uma interessante nuance à *participação* que vai além da indicação da elaboração simbólica dessa categoria de ação política associada a uma postura subordinada

⁴⁹ Universitários reorganizam-se para voltar às ruas. *Jornal do Brasil*, domingo, 18 mar. 1979, 1º Caderno, p. 14.

⁵⁰ Figueiredo quer estudantes nos partidos. *O Globo*, quarta-feira, 5 jul. 1978, Matutina, Primeira Página e Candidato dá apoio à juventude arenista. *O Globo*, quarta-feira, 5 jul. 1978, Matutina, O País, p. 5.

da juventude. Ele aponta como os planos tantas vezes elaborados pelos próprios jovens arenistas para a organização da Arena Jovem Nacional, ao menos desde 1970, foram ignorados pelas autoridades do regime até que uma outra possibilidade de organização trouxesse à memória um modelo de atuação de jovens universitários à esquerda do espectro político. Apenas quando a ação política na UNE, protagonizada por jovens opositores e vivenciada como *engajamento*, foi percebida como uma ameaça é que houve maior abertura para o plano dos arenistas. Ainda assim, a extinção da Arena viria antes da organização de um departamento juvenil da agremiação em escala nacional.

Esse era, aliás, um dos debates mais significativos no sentido de demonstrar o escopo subordinado e controlado da *participação* prescrita pelo regime e pelas gerações mais velhas no espaço dos diretórios jovens dos partidos. Essa sugestão foi apresentada por membros dos diretórios juvenis da Arena em um número significativo de audiências mantidas com autoridades ligadas ao partido governista (inclusive os presidentes Médici e Geisel), pelo menos desde 1970. Mas ela nunca chegou a ser concretizada, indicando os limites definidos oficialmente para a *participação* jovem mesmo no espaço institucional dos partidos. Em fevereiro desse ano, o *Jornal do Brasil* noticiou uma audiência mantida entre estudantes da Universidade Mackenzie, de São Paulo, que haviam fundado o diretório da agremiação partidária em seu estado e que apresentaram a Médici um “plano de estrutura da Arena Jovem em todo o país.”⁵¹ Na ocasião, segundo a cobertura d’*O Globo* para o mesmo evento, Paulo Osório Silveira Bueno, Valdir Toporkov e Dárcio Oliveira Ducci deixaram claro sua adesão à ditadura ao afirmarem que tratava-se de um “movimento que visa a integrar a juventude brasileira nos propósitos da Revolução [sic] de Março”. À imprensa, os estudantes afirmaram que a proposta estava de acordo com as normas do diretório nacional da agremiação governista.⁵²

Essas estratégias, que buscavam localizar esses jovens ao lado dos esforços do regime, pouco adiantaram no sentido de convencer as autoridades para a formação de uma Arena Jovem nacional. Em maio do mesmo ano, novo encontro entre Médici e jovens arenistas foi realizado em Brasília e mais uma vez uma proposta de organização dos departamentos em nível nacional foi exposta ao presidente. Segundo o *JB*, ainda que tenha recomendado aos estudantes “tocar para a frente” o seu projeto, o general teria solicitado a eles que “procurassem um contato com o Deputado Rondon Pacheco, a fim de que seu movimento se desenvolvesse com o adequado

⁵¹ Estudantes paulistas levam a Médici plano que cria a Arena jovem em todo o país. *Jornal do Brasil*, terça-feira, 24 fev. 1970, 1º Caderno p. 4.

⁵² Presidente grava amanhã entrevista com 40 respostas. *O Globo*, domingo, 25 fev. 1970, Matutina, Geral, p. 10.

entrosamento partidário.”⁵³ Nessa orientação, ficava indicada a necessidade de que os jovens membros do partido governista buscassem orientações nas lideranças adultas da Arena, não que criassem órgãos de mobilização que fugissem ao escopo definido de cima para baixo.

Entre os jovens que se filiavam ao partido situacionista, as demandas pela criação da Arena Jovem em escala nacional se intensificaram após as eleições de 1974. Nessa conjuntura, a vitória dos emedebistas no pleito foi associada ao “voto jovem” e alguns membros dos diretórios arenistas apontaram a estruturação do órgão como solução para a maior mobilização da juventude em favor do regime. Esse foi o caso de um grupo de membros da Arena Jovem de São Paulo que manteve audiência com o general Geisel em Brasília no dia 26 de maio de 1975. De acordo com o *Jornal do Brasil*, os moços paulistas entregaram um memorial ao presidente no qual afirmavam que “a insegurança, a insatisfação e o descontentamento explodiram finalmente nas eleições de 15 de novembro, quando os jovens proporcionaram retumbante quantidade de votos à Oposição.” O manifesto apresentado pelos arenistas paulistas continha previsões catastróficas para a agremiação governista, apontando que não havia lideranças políticas capazes de se comunicarem com a juventude. Ele previa que os resultados das próximas eleições poderiam ser ainda piores caso nada fosse feito pelo partido. Os membros do departamento teriam ainda solicitado ao presidente “maior autonomia para a sua tomada de posições, a fim de poder canalizar a opinião dos jovens”. Como sugestões concretas nesse sentido, os representantes da Arena Jovem paulista apresentavam, em seu memorial, a criação do Departamento de Juventude Nacional do partido e o estímulo à fundação de diretórios similares em cidades com mais de 30 mil habitantes.⁵⁴

Essa percepção era compartilhada por outras alas jovens da agremiação, como a Arena Jovem do Rio Grande do Sul. Em dezembro de 1975, portanto alguns meses após a audiência entre os moços paulistas e Geisel, as lideranças gaúchas realizaram uma reunião do órgão em que decidiram fundar uma Comissão para Assuntos Nacionais que seria responsável por solicitar ao Diretório Nacional da Arena a criação do departamento juvenil em escala nacional. De acordo com o que noticiou o *Jornal do Brasil*, os debates realizados durante o encontro em Porto Alegre teriam concluído que “o Partido está marcando passo e perdendo para a Oposição na arregimentação e participação política da juventude”. Na tentativa de juntar forças, os

⁵³ Médici afirma que Governo continua no propósito de fazer pleito direto em 74. *Jornal do Brasil*, sábado, 30 mai. 1970, 1º Caderno p. 4.

⁵⁴ Arena Jovem de São Paulo reclama de Geisel maior autonomia para a mocidade. *Jornal do Brasil*, terça-feira, 27 mai. 1975, 1º Caderno p. 3.

dirigentes gaúchos do departamento juvenil haviam também enviado um pedido de apoio à proposta para os seus colegas catarinenses e paranaenses.⁵⁵

Além de pautarem as conversações entre jovens arenistas e autoridades do regime durante audiências mantidas ao longo da década de 1970, as demandas juvenis pela articulação da Arena Jovem em escala nacional também foram sistematizadas em documentos entregues por representantes desses órgãos ao Diretório Nacional do partido. Um deles foi escrito em formato de carta por Valter Nunes Martins em julho de 1979, momento em que a própria dissolução do partido com o fim do bipartidarismo já era discutida. O intuito principal da correspondência era comunicar às lideranças do partido que uma nova direção da Arena Jovem do Piauí havia sido eleita. No entanto, a carta apresentava também um pedido assim formulado: “Na oportunidade solicitamos da Direção Geral da ARENA, uma Reunião de Caráter Nacional, com todas as ARENAS JOVENS DO BRASIL, a fim de podermos discutir os nossos problemas que nos afetam no momento.”⁵⁶ A solicitação foi elaborada de forma veemente, mas preocupada em reiterar a todo momento o respeito àqueles posicionados em estratos superiores da hierarquia partidária. Esse tom indicava um duplo caráter subordinado das atividades políticas dos jovens arenistas. De um lado, tratou-se de mais uma demanda de articulação das alas juvenis em escopo nacional que não seria concretizada. De outro, demonstrava a necessidade da iniciativa de autoridades adultas para que os jovens encontrassem um espaço para discutir os seus próprios problemas – um traço de heteronomia da *participação* na medida em que estava dependente de decisões externas à juventude.

Não foi apenas na Arena que as demandas pela estruturação do departamento juvenil em escala nacional foram apresentadas pelos jovens e ignoradas pelas autoridades partidárias. Esse projeto começou a ser defendido por dirigentes das alas juvenis do MDB em meados da década de 1970, contexto em que a agremiação oposicionista ganhava força, as seções do MDB Jovem se espalhavam pelo país, o governo apresentava o seu projeto de “distensão” e a ação política da juventude era incentivada com novo fôlego a partir dos termos da *participação*. Cientes das novas possibilidades que essa conjuntura de mudanças colocava para a sua atuação, as lideranças da seção gaúcha da entidade listaram no primeiro número de seu “Caderno político”, produzido em junho de 1975, o que seriam as suas dez tarefas “diante do ASCENÇO DA OPOSIÇÃO à política econômica, social e institucional do Governo”. O documento foi

⁵⁵ Arena Jovem reivindica Diretório. *Jornal do Brasil*, segunda-feira, 15 dez. 1975, 1º Caderno p. 2.

⁵⁶ Carta enviada por Valter Nunes Martins, presidente do CEJAPI, ao Diretório Nacional da Arena em 24 jul. 1979. Fundo Arena do CPDOC/FGV. Série: Organização partidária (OP), subsérie: Arena Jovem (AJ). Classificação: ARENA 1969.11.25. Grifos do autor.

colocado à venda durante um ciclo de debates sobre “Cultura contemporânea” organizado no plenário na Assembleia legislativa do Rio Grande do Sul pelo Setor Jovem Regional do MDB/RS através do seu Instituto de Estudos Políticos, Econômico e Sociais. Assim como o segundo número do “Caderno político”, o documento foi adquirido por agentes do SNI e anexado a um relatório sobre o evento. Os posicionamentos apresentados no primeiro caderno eram o resultado dos debates ocorridos durante a IV Convenção estadual do Setor Jovem do MDB do Rio Grande do Sul. O segundo ponto listado pelas lideranças emedebistas era taxativo: “que se proponha a organização à nível nacional do Setor Jovem do MDB e se envide esforços para que em todos os estados existam Setores Jovens”.⁵⁷ Nessa forma de colocar a demanda, os dirigentes da juventude emedebista estabeleciam, portanto, uma correlação entre a organização dos departamentos juvenis em escala local e a coordenação nacional de suas entidades.

As articulações em torno dessa pauta foram fortalecidas a partir de um evento realizado em Porto Alegre, em agosto de 1975. Como contou com a presença de representantes das alas juvenis do partido opositor em diferentes estados do Brasil, o evento foi oficialmente chamado pelos militantes de “1º Encontro Nacional do SJ/MDB” – mas, segundo o que divulgou a grande imprensa, havia delegações de apenas dez estados. Um documento contendo as teses e conclusões do que foi debatido durante o conclave foi publicado no segundo número do “Caderno Político” do MDB Jovem gaúcho, junto a um manifesto intitulado “À juventude brasileira”. Entre as resoluções listadas no documento, estavam sete “tarefas concretas” que detalhavam justamente como deveriam ser organizados os esforços para a constituição do MDB Jovem nacional. O primeiro passo seria encaminhar à executiva nacional do partido o que era descrito como uma “proposta de legalização do Setor Jovem Nacional”.

Em seguida, uma comissão executiva provisória do MDB Jovem, formada no próprio evento, seria a responsável por levar o documento final do Encontro aos dirigentes máximos da agremiação durante a Convenção Nacional do MDB que seria realizada ainda em setembro de 1975. Seria ainda tarefa dessa comissão provisória organizar um “2º Encontro Nacional dos Setores Jovens”, inclusive com a definição do temário do evento e de uma primeira versão do estatuto da entidade. As lideranças jovens do partido afirmavam, como forma de justificar a sua requisição, que “verifica-se a necessidade de se estruturar o mais rápido possível os Setores Jovens do MDB em todos os Estados, e a coordenação do trabalho ficaria tendo a supervisão

⁵⁷ “O ‘modelo brasileiro’ e a oposição. “Caderno político” do Setor Jovem estadual do MDB/RS, nº 1, produzido pela Secretaria de Divulgação e Imprensa em Porto Alegre, em junho de 1975, p. 9. Grifos dos autores. Informação nº 563/15/APA/75, de 22 de outubro de 1975. *Arquivo Nacional*, Fundo: Serviço Nacional de Informações, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_75090934_d0001de0003.

da Executiva Provisória”.⁵⁸ Nos planos dos emedebistas, portanto, o departamento nacional da juventude oposicionista seria uma entidade organizada pelos próprios jovens, ainda que, nos termos da *participação*, previssem a necessidade do reconhecimento do órgão pelas instâncias superiores do partido.

Os caminhos até esse posicionamento, contudo, envolveram discordâncias entre os representantes dos setores juvenis do MDB que foram, de diferentes partes do Brasil, para Porto Alegre. Segundo o correspondente da *Folha de S. Paulo*, o principal tema dos debates realizados durante dois dias no plenarinho da Assembleia Legislativa gaúcha foi justamente como encaminhar a demanda para a direção nacional do MDB. A forma como os jornalistas divulgavam esses debates era particularmente significativa em termos simbólicos: falava-se em “oficialização” ou “reconhecimento interno” do MDB Jovem, o que indicava uma situação compreendida como subordinada e frágil pelos próprios jovens dentro da agremiação. Além disso, as discussões entre os emedebistas foram marcadas por discordâncias informadas por diferenças entre as seções estaduais dos departamentos e o grau de organização dos diretórios em cada estado. De um lado, estavam os representantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, onde o MDB Jovem era mais bem estruturado. Eles defendiam, contudo, uma postura mais moderada e de médio prazo, descrita pela *Folha* como o “reconhecimento durante a convenção nacional do partido”. De outro, estavam os jovens emedebistas da Bahia e do Rio de Janeiro, estados onde não haveria nem mesmo o apoio dos diretórios regionais do MDB aos jovens do partido mesmo em situações flagrantes de perseguição política pelas forças policiais. Os baianos e fluminenses defendiam, segundo o jornal, “uma tomada de posição imediata, forçando o reconhecimento da alta direção do MDB.” Ao fim dos debates, optou-se por uma opção descrita pelo periódico como “conciliatória”, que atenderia os interesses de todos: a “formação de uma comissão para o diálogo com Ulisses Guimarães”.⁵⁹

Essa comissão foi para Brasília em novembro de 1975 – portanto, alguns meses após a intenção inicial dos emedebistas, que objetivavam se encontrar com o dirigente nacional de seu partido ainda em agosto. O grupo de lideranças emedebistas contava com representantes de cinco estados (Mato Grosso, Sergipe, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) e reuniu-se com o deputado Ulisses Guimarães munido de um documento elaborado em agosto. No

⁵⁸ Conclusões do 1º Encontro Nacional do Setor Jovem do Movimento Democrático Brasileiro. “Caderno político” do Setor Jovem estadual do MDB/RS, nº 2, produzido pela Secretaria de Divulgação e Imprensa em Porto Alegre, em agosto de 1975, p. 8-9. Informação nº 563/15/APA/75, de 22 de outubro de 1975. *Arquivo Nacional*, Fundo: Serviço Nacional de Informações, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_75090934_d0001de0003.

⁵⁹ MDB-Jovem decide pedir reconhecimento interno. *Folha de S. Paulo*, segunda-feira, 4 ago. 1975, 1º Caderno, p. 3. Cf. também MDB jovem em busca de oficialização. *Folha de S. Paulo*, domingo, 3 ago. 1975, 1º Caderno, p. 3

documento consagrado por unanimidade, ainda segundo a *Folha de S. Paulo*, os jovens expressavam “os propósitos que orientam a *participação* de jovens na vida política nacional” a partir das diretrizes de que a juventude deveria se organizar em entidades de classe e nos partidos políticos. A intenção, segundo trecho citado pelo jornal, seria “assegurar uma *participação* efetiva e legítima nas decisões políticas, econômicas e sociais no país.”⁶⁰

O objetivo principal do grupo formado no encontro realizado em Porto Alegre era sugerir, dentre outras medidas relativas aos departamentos juvenis da oposição, justamente a sua estruturação em escopo nacional. Segundo a reportagem publicada por *O Globo*, os jovens apresentaram uma lista de reivindicações assim sumarizada: “estimular a criação imediata de departamentos de jovens nos Estados [sic]; homogeneizar a estrutura orgânica desses departamentos; divulgar as experiências realizadas nos Estados [sic] onde os departamentos já funcionam; criar uma Comissão Organizadora da Juventude Opositora Nacional.” Para além de pedidos que indicavam o reconhecimento, por parte dos jovens, de que as seções do MDB Jovem necessitavam de maior apoio da direção nacional do partido, essa lista reafirmava o sentimento de que os diretórios deveriam não apenas ter uma seção nacional como também serem estruturados em formato homogêneo em todos os municípios e estados.

Mais importante para a análise dos contornos da *participação* subordinada e de como parcela da juventude emedebista procurava agir dentro desses limites, era a declaração de Paulo Ziulkoski reproduzida pelo periódico carioca. Ziulkoski era presidente do MDB Jovem gaúcho, apresentado pelos próprios jovens presente na reunião como “o modelo para a criação de departamentos semelhantes em todo o país” devido à sua longevidade (3 anos ininterruptos) e proporção (15 mil militantes, informava *O Globo*). Em sua fala, ele justificava a defesa de uma diretriz mais consistente com relação aos diretórios juvenis com a afirmação de que “é preciso oferecer uma alternativa para o não funcionamento de diretórios acadêmicos e sindicatos de trabalhadores.”⁶¹ Mesmo que reconhecesse o papel importante exercido pelas universidades para que os jovens estudantes adquirissem o que ele chamava de “bagagem política e cultural”, o dirigente emedebista agia politicamente conforme as diretrizes da *participação*: se não era possível mobilizar os estudantes nos órgãos representativos das faculdades, restavam os departamentos juvenis.

⁶⁰ MDB-Jovem decide pedir reconhecimento interno. *Folha de S. Paulo*, segunda-feira, 4 ago. 1975, 1º Caderno, p. 3. Grifos meus.

⁶¹ Jovens do MDB pedem departamentos em todos os Estados. *O Globo*, sexta-feira, 21 nov. 1975, Matutina, O País, p. 5.

Apesar desse encontro, marcado por uma tônica de valorização do MDB Jovem, as lideranças juvenis oposicionistas conseguiram de Ulisses Guimarães apenas a declaração de que ele iria levar a sua “sugestão” para a direção nacional da agremiação. Essa recepção inexpressiva do maior dirigente do MDB à proposta dos jovens era sintomática do lugar reservado à juventude a partir do que era prescrito pela *participação*, mesmo quando essa forma de ação política era interpretada por parlamentares que pautavam a sua agenda política pela oposição à ditadura militar. Essa postura, além disso, parece ter sido uma constante ao longo da década de 1970. Em maio de 1979, quando havia ampla mobilização estudantil em favor da refundação da UNE, a *Folha de S. Paulo* ofereceu um indício desse ponto de vista de Ulisses Guimarães ao reportar uma reunião realizada em Brasília entre o parlamentar e lideranças estudantis. Ainda que tenha defendido o “direito dos estudantes de se reunirem e se organizarem” como qualquer outro grupo social, de acordo com informações prestadas ao jornal por três estudantes que participaram da reunião (Lafaiete David Fretas Júnior, da UFBA, Marcos Pontes Nogueira, da UEE-SP, e Moisés Correia, da UFRJ), Guimarães havia sintomaticamente recebido o grupo de estudantes em um “encontro a portas fechadas”. Segundo a *Folha*, essa era a forma como Ulisses Guimarães lidava com os estudantes: ele “sempre se mostra reservado ao tratar de problemas estudantis – tratamento que também dispensa ao chamado MDB jovem”.⁶²

A forma indiferente como Ulisses Guimarães se relacionava com os departamentos juvenis do MDB era apenas um sintoma de uma estrutura partidária em que havia várias objeções à atuação da juventude, indicando, mais uma vez, o caráter subordinado da *participação*. Em informe produzido pela agência de Porto Alegre do SNI sobre as atividades do MDB Jovem de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, em novembro de 1975, alguns desses senões de dirigentes da agremiação oposicionista foram mapeados pela comunidade de informações. Segundo o documento, atividades como a organização, pela ala jovem santamariense, de um protesto contra a autorização de contratos de risco na Petrobrás recebiam o apoio de Floriano Campos Rocha, presidente do diretório municipal do MDB. Mas, ao mesmo tempo, o MDB Jovem era alvo de protestos por parte de um grupo descrito pelo informe como uma “ala tradicional do partido”. Um ofício assinado pelos ex-vereadores Orodí Cardoso Leite, Manuel Benedito Meier e Manoel Teixeira Silva teria sido encaminhado à executiva do MDB. Segundo trecho citado pelo informe, o grupo de emedebistas se incomodava com “a indiferença

⁶² Ulisses admite ir ao congresso da UNE. *Folha de S. Paulo*, sexta-feira, 18 mai. 1979, 1º Caderno, p. 4.

com que vem sendo tratados assuntos mais importantes do partido e o abuso no uso da sigla da agremiação por grupos e setores isolados” – uma referência velada ao MDB Jovem.

Para esses políticos, portanto, a *participação* política dos jovens emedebistas seria duplamente repreensível. Por um lado, na medida em que conferia visibilidade a temas que se destacavam enquanto assuntos “mais importantes” não eram debatidos. Por outro, porque tratavam-se de ações políticas que, no ponto de vista dos setores não jovens e mais tradicionais do MDB santa-mariense, fugiam ao escopo desenhado por eles para a agenda partidária. O informe acrescentava que o ofício havia sido recebido como um “movimento contrário à atuação dos atuais dirigentes do setor jovem do MDB”. Os agentes do SNI indicavam as “conotações nitidamente subversivas e contestatórias ao regime vigente no Brasil” das propostas do MDB Jovem. Além disso, informavam sem meias palavras que as tentativas de fazer “a gravação dos pronunciamentos ocorridos no decorrer da reunião promovida pelo Setor Jovem Santamariense [sic]” não haviam sido bem-sucedidas devido à ação dos membros do diretório.⁶³ O caráter subordinado da *participação* aparecia nesse evento como uma diretriz dos emedebistas, incomodados com a ação dos jovens, mas também como uma orientação de vigilância da comunidade de informações da ditadura.

Os esforços dos militantes do MDB Jovem em estruturar a sua entidade em escala nacional foram persistentes ao longo da década de 1970, assim como era recorrente a postura desinteressada dos dirigentes não jovens do partido com relação a essa proposta. O encontro entre lideranças de alas juvenis municipais e estaduais do partido realizado em 1975, com a presença de representantes gaúchos, fluminenses, catarinenses e baianos, não foi o único evento em que se decidiu pela organização do departamento nacional da juventude oposicionista. Conforme descreveu um relatório confidencial produzido em 1977 pela agência de Recife do SNI, o enredo se reproduziu entre jovens emedebistas do Nordeste do país. A preocupação central do documento era, a partir das formas de perceber o mundo características da comunidade de informação, alertar sobre o aumento de “atividades subversivas”, supostamente sempre com a atuação furtiva do PCB, na região.

Dentre elas, estaria a organização do I Encontro Norte/NE dos Setores Jovens do MDB, coordenado pela seção pernambucana do órgão. Realizado em Campina Grande em outubro daquele ano, o evento teria recebido delegações dos estados de Sergipe, Pernambuco, Paraíba e do Distrito Federal – nenhuma, portanto, da região Norte, apesar do nome atribuído ao evento pelos agentes do SNI. “No conclave”, informava a agência, “ficou decidido que o objetivo do

⁶³ Informação nº 615/115/APA/75, 12 de novembro de 1975, fl. 3. *Arquivo Nacional*, Fundo: Serviço Nacional de Informações, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84009610_d0001de0001.

‘I Encontro Nacional’, cuja realização estava prevista para NOV/77, na Capital Federal, seria a criação do “Setor Jovem Nacional do MDB’.”⁶⁴ A reunião de integrantes do MDB Jovem de todo o país a que se refere o documento parece ter sido realizada, de fato, em 16 de novembro de 1977, com a presença de 30 emedebistas. Mas o encontro não teve grande repercussão e até a notícia publicada no *Jornal do Brasil* sobre o evento indicava que ele havia acontecido “praticamente sem qualquer divulgação prévia”. A estruturação do MDB Jovem nacional nem foi citada pelo periódico e a discussão sobre a organização de uma campanha pela Constituinte ganhou maior relevância na cobertura do evento.⁶⁵

Constatado esse desencontro de perspectivas, com os jovens arenistas e emedebistas demandando a organização dos departamentos juvenis dos partidos em escala nacional enquanto as autoridades (governamentais ou partidárias) não acolhiam essa solicitação, resta um questionamento: por que Arena Jovem e MDB Jovem nunca se organizaram como entidades nacionais? Entre as possíveis respostas, estão justamente os contornos prescritos à *participação* da juventude na vida política nacional. Uma coordenação nacional das alas jovens dos partidos poderia significar uma autonomia vista como excessiva para a ação política dos jovens, que poderiam fortalecer os seus órgãos ao se colocar em situações que, ao menos, questionassem com maior força o dirigismo esperado deles em sua atuação política. Manter as seções juvenis da Arena e do MDB restritas aos níveis municipal e estadual significava, também, restringi-las às dinâmicas da política local, espaço em que lideranças entendidas como “tradicionais” (e, portanto, não jovens) eram mais capazes de conter as ambições desses jovens dentro das normas da *participação*: uma atividade subordinada, voltada para o futuro, feita “em colaboração” com as gerações não jovens.

A capacidade de dirigentes partidários não jovens em controlar, a nível local, as ações dos jovens emedebistas aparece em situações descritas pelos órgãos de informação do regime. Uma delas foi relatada em uma detalhada informação colhida pelo DOPS de Santos e difundida pelo Comando Aeronáutico da região. O documento tratava de uma reunião realizada na Câmara Municipal da cidade do litoral paulista para discutir as candidaturas que seriam lançadas pela agremiação nas eleições de novembro de 1978. Segundo o agente do DOPS, provavelmente infiltrado na reunião tendo em vista o nível de detalhamento das informações, o encontro aconteceu “nos moldes de uma convenção municipal” com a presença de 28 emedebistas. Os presentes votaram os nomes que deveriam ser apresentados como possíveis

⁶⁴ Informação nº 1132/116/ARE/1977, de 13 de dezembro de 1977, fls. 5-6. *Arquivo Nacional*, Fundo: Serviço Nacional de Informações, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_77113977_d0001de0001.

⁶⁵ MDB Jovem reúne-se em Brasília. *Folha de S. Paulo*, quinta-feira, 17 nov. 1977, 1º Caderno, p. 2.

candidatos a deputado estadual e federal na convenção estadual do MDB, que seria realizada em São Paulo. O documento apresentava também dados sobre uma situação que envolvia o MDB Jovem de Santos e que colocava em cena o dirigismo da *participação* política dos jovens no partido opositor: os membros da ala juvenil do partido foram impedidos de votar pelo próprio presidente do diretório municipal da agremiação, Renato Lemos Guimarães. Essa postura foi “severamente criticada” por Luiz Norton Nunes, então vereador da cidade, e resultou na distribuição de um manifesto pelos jovens emedebistas no qual o MDB Jovem dizia “não reconhece[r] a validade do que foi deliberado.”⁶⁶

Esse caráter da *participação* da juventude possibilitada pelos diretórios juvenis dos partidos foi debatido no início dos anos 1970 no contexto das tentativas de “renovação” política imediatamente após o AI-5 e da redução do número de cadeiras nas assembleias legislativas pelo governo. Segundo a *Folha de S. Paulo*, em matéria publicada em junho de 1971 a partir de informações fornecidas ao jornal por “grupos de políticos jovens”, os políticos mais velhos tanto da Arena como do MDB criavam grandes obstáculos à renovação. Eles seriam beneficiados por “tradicionais máquinas políticas”, pelos recursos garantidos por seus mandatos e também pelos esquemas partidários anteriores ao golpe de 1964. No estado de São Paulo, essa situação se reproduzia. E a *participação* da juventude, quando incentivada, ocorria de uma forma tão subordinada que afastava os jovens da política. Ainda de acordo com a *Folha*, “os jovens foram ‘amontoados’ em ARENA Jovem e MDB Jovem. Com isso foram marginalizados e, assim, após essa primeira experiência, deixaram os quadros partidários ou então abandonaram pura e simplesmente a atividade política.”⁶⁷ A reportagem expressava, assim, o ponto de vista de que a ação dos jovens autorizada pelas alas juvenis dos partidos seria, por sua própria configuração subordinada, insuficiente para mobilizar a juventude.

Mesmo após essas críticas, a estruturação da Arena Jovem em São Paulo parece ter mantido o seu caráter de organização “de cima para baixo” e com importante papel das lideranças adultas do partido em nível local. Em julho de 1973, durante um hiato da existência do departamento juvenil no estado, o diretório estadual organizou um ciclo de palestras voltado aos jovens e que foi rigidamente organizado pelo deputado Caio Pompeu de Toledo na condição de presidente da Comissão Coordenadora do Curso de Formação Política da Arena. Segundo a *Folha de S. Paulo*, Toledo teria declarado que, em nome da unidade partidária, a executiva regional da Arena seria a única autorizada a “promover reuniões e fazer proselitismo, na Capital

⁶⁶ Informação nº 064/SIS/78, de 7 jun. 1978, fls. 1-2. *Arquivo Nacional*, Fundo: Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, BR_DFANBSB_VAZ_0_0_11061_d0001de0001.

⁶⁷ A difícil renovação política. *Folha de S. Paulo*, quarta-feira, 16 jun. 1971, 1º Caderno, p. 3.

e no Interior, junto à juventude, para que esta se interesse por política.” O caráter tutelar da ação política jovem no âmbito da Arena era tão proeminente que, na mesma reportagem, o deputado deixava claro que a *participação* dos jovens arenistas deveria ser estimulada, mas que ele deveria ser sempre consultado para que pudesse coordenar as atividades.⁶⁸

O controle da *participação* jovem no espaço da Arena foi estabelecido também por uma resolução interna do partido, assinada pelo presidente do diretório nacional da agremiação em 1973. Essa diretriz estabelecia não apenas os objetivos das alas juvenis como também as formas de criação de novos órgãos e quem poderia participar da Arena Jovem (inclusive em termos etários, como analiso no Capítulo V). Na justificativa para a resolução elaborada pelo deputado Flexa Ribeiro e aprovada por uma comissão interna em junho de 1973, as lideranças partidárias expressavam a sua apreensão com relação aos limites sob os quais a ação política jovem deveria se dar. Uma das formas de assegurar esse controle seria regulamentar a interação entre os departamentos juvenis e a estrutura partidária. Nesse sentido, o texto afirmava:

Ao fixar tais diretrizes de índole normativa[,] o Diretório Nacional, por certo, terá em vista assegurar a integração dos novos Departamentos no [sic] estrutura interna, de modo que suas vinculações com os outros órgãos do Partido venham a ocorrer em termos de convergência. Em outras palavras, seria inconveniente que a criação de novos Departamentos viesse a ocorrer segundo modalidades diferentes ou divergentes umas das outras ou, até mesmo, conflitantes em relação à sistemática geral da organização partidária.⁶⁹

Além de indicar uma preocupação interna à agremiação no sentido de estabelecer uma unidade de funcionamento da Arena em escala nacional, o documento configurava-se como um esforço de políticos não jovens em prescrever como deveria ocorrer a ação política da juventude arenista. Essa tentativa tinha especial relevância na conjuntura em que essas diretrizes foram elaboradas, pois havia uma heterogeneidade significativa nas alas juvenis criadas pelo Brasil na década de 1970. Nem mesmo com relação à forma de nomear esses órgãos de cooperação havia uniformidade: seria apenas “Arena Jovem” ou “movimento arenista jovem” ou, ainda, “mocidade arenista”? Portanto, regular a ação política como *participação* se mostrava como uma tarefa importante para manter o seu caráter subordinado e controlado. No caso da resolução, a Arena se apresentava institucionalmente, através de suas lideranças adultas, como o agente tutelar da juventude.

⁶⁸ Rodrigo Otavio no curso da Arena-SP. *Folha de S. Paulo*, quinta-feira, 19 jul. 1973, 1º Caderno, p. 3.

⁶⁹ Projeto de resolução sem número/1973 – Estabelece normas para a criação e funcionamento de Departamentos da Juventude da Aliança Renovadora Nacional. Fundo Arena do CPDOC/FGV. Série: Organização partidária (OP), subsérie: Arena Jovem (AJ). Classificação: ARENA 1969.11.25, fl. 01.

Também no MDB, o controle da *participação* política da juventude, mesmo quando acontecia de acordo com as diretrizes definidas pelo governo e seus apoiadores, desdobrava-se, especialmente na segunda metade dos anos 1970, em situações em que os membros dos diretórios juvenis de oposição viam as suas atividades serem obstaculizadas. Uma delas aconteceu em abril de 1978, quando o MDB Jovem de Brasília organizou uma Semana Nacional pela Anistia. Apesar de ter contado com o apoio e a presença de Tancredo Neves, à época líder da oposição na Câmara dos Deputados, e de outros nomes importantes da agremiação, como o senador Paulo Brossard e o jurista Dalmo Dallari, então presidente da Comissão de Justiça e Paz, a realização do evento esbarrou em meandros institucionais. A intenção inicial dos jovens brasilienses era realizar o seminário no auditório Nereu Ramos, localizado no Congresso nacional. “Mas”, noticiou *O Globo*, “o fato de o MDB Jovem não ser um órgão oficial do partido na Capital, [sic] levou o presidente da Câmara Federal, Deputado Marco Maciel, a impedir sua realização nas dependências do Congresso.”⁷⁰ O evento acabou acontecendo no auditório da sede da Associação Comercial do Distrito Federal. Entretanto, como noticiou o *Jornal do Brasil* em tom mais favorável aos jovens, a negativa de Maciel foi debatida no plenário da Câmara dos deputados. Odacir Klein, parlamentar emedebista do grupo autêntico, protestou contra a decisão argumentando com exemplos de “realização na casa de vários encontros sem nenhum óbice.” Maciel, por sua vez, disse que a negativa não passou por uma análise do mérito do seminário ou dos assuntos que seriam debatidos. Segundo o jornal, o deputado arenista afirmou que, “de acordo com a tradição da Casa, as dependências da Câmara só podem ser usadas para atividades legislativas, reuniões das bancadas e dos Partidos.”⁷¹

A medida tomada por Maciel, um parlamentar da Arena em uma situação institucional de poder, pode ser lida em duas direções. Primeiro, como parte das disputas entre a situação e a oposição em uma conjuntura de desgaste para o governo, alguns meses antes da realização das eleições gerais daquele ano. Segundo, no sentido de como o preceito de que os jovens deveriam atuar politicamente dentro dos partidos abria margem para que a *participação* da juventude fosse institucionalmente enquadrada a ponto de uma ação da juventude oposicionista ser impedida de acontecer nas dependências do Congresso porque o MDB Jovem de Brasília não estava registrado oficialmente. Essa segunda interpretação ganha ainda maior relevância a partir de dois dados: o fato de o próprio presidente nacional do MDB, Ulisses Guimarães, ter feito a solicitação em nome do diretório juvenil e a forma como o *JB* reportou a justificativa dada pelo deputado arenista. Na fala de Maciel, é o recurso simbólico à “tradição” da Câmara

⁷⁰ Tancredo: anistia é reivindicação geral. *O Globo*, sexta-feira, 14 abr. 1978, Matutina, O País, p. 6.

⁷¹ MDB Jovem de Brasília leva Oposição a debater anistia. *O Globo*, quinta-feira, 13 abr. 1978, 1º Caderno, p. 8.

dos deputados que teria levado à negativa ao pedido dos jovens opositores. Em conjunto, essas duas leituras permitem afirmar que a medida adotada por Marco Maciel afirmava não apenas os moldes da *participação* como também o recurso ao tradicionalismo como uma maneira de cercear as ações dos órgãos juvenis.

Participação, responsabilidade e redução das críticas juvenis à ditadura

Além de acentuarem a sua dimensão controlada, sujeitos históricos das décadas de 1960 e 1970 prescreviam a ação política dos jovens como *participação* a partir de uma relação elaborada em termos culturais entre a *responsabilidade* e a possibilidade de se evitar as oposições juvenis à ditadura. Era a partir dessa lógica simbólica que essa concepção “nativa” se apresentava como uma alternativa ao *engajamento* pressuposto pela juventude vivida como *poder jovem*. Essa maneira de significar a ação política juvenil se fazia presente em discursos oficiais, de autoridades do regime, mas também em declarações dos participantes do Projeto Rondon e da Operação Mauá ou de membros da Arena Jovem e do MDB Jovem. Como argumenta a historiadora Tatyana Amaral Maia, tratava-se de uma percepção conservadora sobre a relação entre Estado e “cidadão” caracterizada por concepções próprias do civismo da ditadura. Nessa perspectiva, o “cidadão” não era compreendido como sujeito dotado de direitos ou de autonomia política para a demanda por esses direitos. Ao contrário, “cidadão” seria aquele que possuía uma *responsabilidade* superior com os proclamados valores nacionais absolutos. Sua condição de “cidadão”, nesse sentido, seria facilmente relativizada diante de qualquer ameaça ao que aparecia, nesse repertório de valores, como “segurança nacional”. A *participação*, nesse sentido, era compreendida como o “dever máximo [para] a defesa dos valores superiores diante das ameaças provocadas pelas mudanças sociais”.⁷²

A produção artística desse contexto foi peça-chave para a disseminação dessa concepção de ação política que convocava à *responsabilidade* na *participação* das ações promovidas pela ditadura. Dentre as músicas que expressavam esse ponto de vista, estava a canção “Você também é responsável”, gravada pela dupla Dom & Ravel em 1971. Sua importância foi tão grande que ela foi adotada pela ditadura militar como espécie de *jingle* oficial do Mobral a partir de 1971. Em seus versos, a canção chamava à *responsabilidade* os cidadãos brasileiros que deveriam também se envolver com a resolução dos problemas, a partir da noção de cidadania subordinada e relativizada. A dupla, aliás, abordou também o tema da juventude em outras de suas produções, como nas canções “Glória os jovens”, de 1972, e

⁷² MAIA, Tatyana de Amaral. Os usos do civismo em tempos autoritários: as comemorações e ações do Conselho Federal de Cultura (1966-1975). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, nº 67, 2014, p. 96 e 99-101.

“Conflito de gerações”, de 1974, ambas interpretando à maneira conservadora os comportamentos associados à condição juvenil nesse contexto. Como argumenta Paulo Cesar Araújo, várias dessas produções continham elementos que as tornavam “apropriável pela ideologia dominante” desse contexto. Apesar de questionar uma visão historiográfica simplista que opõe, de um lado, Dom & Ravel como exemplo máximo do “adesismo” à ditadura e, de outro, nomes da MPB como expressão da “resistência” ao regime, o historiador reconhece que as canções da dupla reproduziam uma moral conservadora.⁷³

Em um variado conjunto de fontes, era recorrente, nesse sentido, a referência a uma situação que causava ansiedade aos formuladores das políticas da ditadura voltadas à juventude no Brasil ditatorial: o momento adequado para que os jovens assumissem as suas *responsabilidades*. Esse problema era motivo de preocupação em particular na medida em que se pressupunha que a exclusão dos jovens de atribuições sociais ou políticas os relegava a um cenário de marginalização que geraria impaciência ou até mesmo contestações abertas ao regime político. Dessa forma, a perspectiva de conter as críticas ao regime atribuindo aos jovens um conjunto de *responsabilidades* apenas possíveis por meio da *participação* fazia parte do horizonte das ações promovidas no Projeto Rondon, na Operação Mauá e nos diretórios partidários. Simbolicamente, essas *responsabilidades* poderiam ser associadas também à vida adulta. Dentre elas, estavam suas atribuições enquanto profissionais, como realizar consultas, no caso dos estudantes de Medicina; elaborar planos administrativos para as cidades do interior, no caso dos universitários de Direito ou Administração Pública; ou inspecionar uma obra, para os futuros engenheiros. Nos casos da Arena Jovem e do MDB Jovem, essas *responsabilidades* ganhavam ainda uma dimensão política em sentido estrito: debater os rumos do país, elaborar projetos para o município, candidatar-se a cargos eletivos.

Além disso, a atuação da juventude nos programas da ditadura voltados a esse grupo etário era vista como eminentemente “política” pelos próprios sujeitos históricos do período, inclusive em seu esforço de legitimar a ação dos jovens enquanto uma forma de *participação*. Essa percepção foi discutida em várias ocasiões diferentes, como em um debate pontual entre dois parlamentares em setembro de 1971. Na ocasião, Homero Santos, vice-líder do governo na Câmara dos Deputados, contestou a posição de Laerte Vieira, do MDB do Paraná, segundo a qual a juventude “não participa do processo político” porque havia sido marginalizada pelo regime instalado em 1964. De acordo com o *Correio da Manhã*, Santos teria defendido o ponto de vista de que “a observação do opositor não corresponde, de forma alguma, à realidade,

⁷³ ARAÚJO, Paulo César de. *Eu não sou cachorro, não: música popular cafona e ditadura militar*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2013 [2002], p. 86 e p. 135.

haja vista a atuação do Projeto Rondon, que atrai milhares de jovens universitários de todo o País.” O parlamentar da situação teria, ainda, qualificado essa forma de ação dos jovens, afirmando que teria visto, ele mesmo, “o entusiasmo da juventude em sua *participação* no processo desenvolvimentista brasileiro” ao acompanhar a ação de rondonistas gaúchos, paulistas e goianos na região amazônica.⁷⁴

Meses mais tarde, o jornalista Azevedo Lima colocaria, lado a lado, a atuação dos jovens nos diretórios dos partidos e no Projeto Rondon em artigo publicado no mesmo jornal em fevereiro de 1972. O tema central do texto era a “renovação” da Arena e do MDB, com a apresentação de um diagnóstico pessimista com relação à efetividade desse processo. De acordo com o articulista, “a atividade político-partidária convencional exerce, aparentemente, pouco fascínio sobre os moços. Enquanto isso é constatado pelos dois partidos, que mal conseguiram organizar departamentos estudantis em alguns Estados [sic], a mocidade universitária ocorre, entusiástica, a outras tarefas que exigem sacrifícios e privações.” Lima prosseguia com alguns dados da adesão dos jovens universitários ao Projeto Rondon, que serviam para sustentar o seu argumento: 6.500 participantes apenas na operação nacional que ocorria naquele momento e 50 mil, nas operações realizadas nos seis anos anteriores.⁷⁵

A *participação* no Projeto Rondon foi compreendida em perspectiva semelhante pelo senador Guido Mondin, da Arena do Rio Grande do Sul, em declarações que foram registradas pelo jornal *Correio da Manhã* em reportagem de setembro de 1973. De acordo com o parlamentar, participar de uma das operações do programa equivalia a frequentar uma “escola de formação política” na medida em que “os moços vão formando uma consciência diferente da que teriam se não tivessem realizado a experiência”. Nesse sentido, ele buscava apresentar o programa de extensão em um viés positivo a partir justamente da mudança de mentalidade que as operações possibilitavam aos jovens. Além disso, uma frase de Mondin era taxativa no sentido de afirmar o caráter das operações dos rondonistas e o que elas produziam na juventude brasileira: “em tudo que se faz na vida há o exercício, por mais tênue que seja, da ação política.”

Recorrendo à autoridade da experiência para sustentar a sua perspectiva, o arenista informava ainda que havia acompanhado o que ele denominou de “um dia de participação” de um grupo de rondonistas na cidade de Araraquara, interior de São Paulo. Em determinado momento, Guido teria ouvido dos jovens universitários a seguinte declaração: “Depois do que vimos e sentimos, só poderíamos tomar duas atitudes: ou nos entregarmos à destruição, ou nos

⁷⁴ Participação da juventude. *Correio da Manhã*, domingo e segunda-feira, 26 e 27 set. 1971, página de capa. Grifos meus.

⁷⁵ LIMA, Azevedo. Partidos e renovação. *Correio da Manhã*, quarta-feira, 2 fev. 1972, 1º Caderno, p. 2.

dedicarmos a fazer o bem aos nossos semelhantes.” Essa frase, atribuída pelo parlamentar ao “coro” dos estudantes, era significativa para os contornos prescritos à *participação*. Não apenas essa forma de ação da juventude era política como ela produzia uma mudança nas consciências dos estudantes – no sentido da *responsabilidade*, ainda que Mondin não use explicitamente esse termo – que resultaria em uma atitude de acordo com as prescrições oficiais. A outra opção seria a crítica ao regime estabelecido, definida na frase imputada aos rondonistas como a opção por “nos entregarmos à destruição”. Ainda segundo o periódico, o senador teria declarado que, “evidentemente, os jovens do Projeto Rondon não fazem política partidária, mas exercitam uma política humanitária de sentido patriótico.”⁷⁶

Mas, se havia pontos de vista que localizavam em um mesmo escopo – o da política – a atuação de jovens no Projeto Rondon, na Operação Mauá ou nos diretórios partidários, havia aqueles que, a partir de uma concepção mais restrita do campo político, questionavam se a situação não seria outra. Nessa abordagem, longe de incentivar a atuação dos jovens, a integração em uma operação do Rondon, por exemplo, seria um instrumento para afastar a juventude da política *stricto sensu*. Esse foi o caso do jornalista da revista *Veja* Márcio Varela, que em julho de 1977 realizou uma entrevista com o então ministro do Interior, Rangel Reis, sobre os dez anos do programa de extensão. O texto foi publicado em uma conjura duplamente significativa. Para o Projeto Rondon, a efeméride de seus dez anos foi marcada por duras críticas de seu próprio idealizador, o professor Wilson Choeri, quanto à “burocratização” do órgão e à concentração das operações em espaços urbanos.⁷⁷ Para os universitários, tratava-se de um momento de “retomada” do movimento estudantil em atos públicos de grande repercussão na imprensa e que acenderam novamente o alerta das autoridades militares quanto aos “problemas da juventude”.⁷⁸ Na entrevista publicada na revista semanal, Varela abordou temas espinhosos como a desativação de alguns *campi* avançados pelo Minter. Já no final da entrevista, o jornalista questionou: “o Projeto Rondon inibiria a participação política do estudante dentro da universidade?” O ministro respondeu:

Acho que não, pelo contrário. O estudante que *participa* do Projeto, aderindo ao processo político através dos partidos, tem mais condições de debater, orientar e *participar*. Acho que os estudantes devem refletir um pouco e pensar bastante no Brasil, evitando certos tipos de contestação que não têm muita razão de ser. O Projeto Rondon poderia ser um instrumento para evitar a *participação* política dentro da universidade, mas ele não se destina a isso.⁷⁹

⁷⁶ Mondin: projeto Rondon é escola de ação política. *Correio da Manhã*, domingo e segunda-feira, 9 e 10 set. 1973, 1º Caderno, p. 12.

⁷⁷ AMATO, Gabriel. *Op. citada*, 2019, p. 187-195.

⁷⁸ MÜLLER, Angélica. *Op. citada*, 2016, p. 129-140.

⁷⁹ Reflexões dos dez anos. *Veja*, edição nº 464, 27 jul. 1977, p. 87. Grifos meus.

O raciocínio de Rangel Reis era um tanto quanto circular – o estudante que participava do Projeto Rondon teria mais condições de participar, portanto a sua integração no programa não impediria a sua participação política –, mas sua fala é significativa dos contornos prescritos à ação política da juventude nesse contexto. Apesar de não mencionar explicitamente a *responsabilidade*, o ministro estabelecia uma associação entre a *participação* no Projeto Rondon e a integração nos partidos políticos com um exame de consciência de fundo nacionalista que deveria ser feito pelos universitários. Essa reflexão, possibilitada pela *participação*, levaria os jovens a se esquivarem de “certos tipos de contestação”, ou seja, das críticas à ditadura. Nesse sentido, a *participação* no Projeto Rondon seria uma forma legítima de ação política, mas em um sentido próximo do que era ditado pelas autoridades do regime.

A convicção de que participar das operações do programa de extensão iria mudar a consciência dos jovens quanto a suas responsabilidades e afastá-los das movimentações de críticas à ditadura foi dita, sem meias palavras, pelo mesmo Rangel Reis ainda em julho de 1977. As declarações do ministro foram divulgadas em uma reportagem do *Jornal do Brasil* e agrupadas pela pauta do periódico como uma reação dessa autoridade à retomada das ações públicas do movimento estudantil naquele ano. Segundo o jornal, como alternativa à oposição ao regime, o político indicava justamente a *participação* no Projeto Rondon. Esse aconselhamento, que guardava certo tom paternal e professoral especialmente porque dirigido por um adulto aos jovens, havia sido publicizado por Maurício Rangel Reis em duas ocasiões. Primeiro, durante a cerimônia de posse do capitão Muniz Alzuguir como superintendente da Fundação Projeto Rondon, ocasião em que ele afirmou que a *participação* nas operações do programa de extensão resultava em estudantes “imunizados contra qualquer tipo de contestação em outras áreas, pois a minoria que protesta não abriu os olhos para as *responsabilidades* que terão no futuro”. Depois, em um outro compromisso oficial, desta vez para lançar o selo comemorativo dos 10 anos do Projeto Rondon. Nele, o ministro atribuiu o que ocorria nas universidades naquele ano a “uma minoria que, se participasse do Projeto Rondon, teria conhecimento da necessidade de unir esforços, ao invés de contestar em torno de questões secundárias.” Rangel Reis concluiu o seu discurso em tom de convocação, com a frase: “Vamos colocar essa minoria no Projeto”.⁸⁰

O estímulo a uma postura dos jovens que fosse identificada à *responsabilidade* era prescrita, em diferentes ocasiões, pelas autoridades do regime. Portanto, tratava-se de uma formulação simbólica fundamental para a estruturação das ações juvenis no âmbito das políticas

⁸⁰ Rangel indica Projeto Rondon. *Jornal do Brasil*, sábado, 30 jul. 1977, 1º Caderno, p. 15. Grifos meus.

da ditadura. Durante o embarque de um grupo de estudantes da PUC e da Faculdade Nacional de Direito, ambas localizadas no Rio de Janeiro, para participar de ações da Operação Mauá no Rio Grande do Sul, em julho de 1969, Andreazza fez declarações que indicavam essa maneira de perceber a juventude e o seu lugar na sociedade brasileira. Segundo reportagem d’*O Jornal*, o ministro teria afirmado na ocasião que as vagas para os estágios promovidos pela Opema deveriam chegar à impressionante marca de 1000. Isso se justificaria porque a integração na iniciativa possibilitaria que os jovens “tomem conhecimento direto dos problemas nacionais e das dificuldades que são encontradas para desenvolver uma Nação tão grande como a nossa.”

Na base dessa afirmação estava o princípio de que os jovens, através dos movimentos estudantis de oposição, por exemplo, elaboravam críticas “vazias” e pouco fundamentadas sobre a atuação do governo militar. Ao contrário, participando da Opema seria possível vivenciar, na prática (outra formulação recorrente nesse contexto), como havia esforços das gerações que dirigiam o país para desenvolver o Brasil. Se os resultados não eram tão palpáveis até então, o motivo estava mais nas dificuldades colocadas pela própria dimensão dos problemas nacionais do que pela ausência de iniciativas dos governantes, empresários ou até mesmo dos militares. Na sequência, Andreazza teria prometido a inserção dos universitários de Economia na Opema e afirmado ainda que, por meio dos estágios, “ao mesmo tempo que os jovens tomam consciência da gravidade dos problemas, cuidarão do seu próprio futuro.”⁸¹ Nesse sentido, uma visão considerada adequada dos desafios nacionais era associada à integração da própria juventude nas ações do governo, que assumiria sua *responsabilidade* em colaboração com os representantes de um regime com o qual, ao invés de criticar, iria colaborar.

A *participação* nas atividades da Operação Mauá era, além disso, descrita como uma “lição de realismo”, na significativa formulação do jornal *Diário de Notícias*. Essa visão divulgada pela imprensa em janeiro de 1969, por ocasião do embarque de mais uma turma de estudantes de engenharia no Rio de Janeiro, dialogava diretamente com a busca por minimizar as críticas dos estudantes à ditadura. Nela, a visão dos jovens anteriormente à sua integração na Opema seria caracterizada por demandas irreais, frutos de uma imaginação característica da inexperiência da mocidade. Não por acaso, a reportagem do *DN* afirmava que o coronel Mário Andreazza, que havia acompanhado o embarque dos estudantes, “acentuou que a Operação Mauá visa[,] antes de tudo, a mostrar aos jovens, que gostam de soluções rápidas[,] que nem tudo é fácil e que o desenvolvimento nacional não pode vir tão depressa como se deseja.”⁸² Nessa forma de conceber a juventude e a sua inserção na Opema, Andreazza pressupunha o

⁸¹ Último da Operação Mauá segue para RS. *O Jornal*, quinta-feira, 10 jul. 1969, p. 7.

⁸² Mauá é ação no Sul. *Diário de Notícias*, sexta-feira, 10 jan. 1969, 1ª Seção, p. 7.

imediatismo como característica fundamental da condição juvenil. Esse predicado dos jovens os levaria a julgarem apressadamente as ações (ou a sua ausência) do governo e da iniciativa privada, muitas vezes sem terem informações concretas para avaliar as políticas públicas que buscariam dar conta da resolução dos chamados “problemas nacionais”. A *participação* nos estágios, conferências e viagens da Opema transformaria o ponto de vista juvenil no sentido de conferir-lhe “realismo”, ao mesmo tempo em que mitigaria não apenas as críticas feitas à ditadura como também a ansiedade e imediatismo dos moços.

No mês seguinte ao embarque desses estudantes, o próprio *DN* publicou reportagens que buscavam divulgar pontos de vistas segundo os quais a *participação* na Opema cultivava a *responsabilidade* nos jovens e resultava em elogiosos aos dirigentes adultos, não em críticas. O que era prescrito como a *participação* da juventude aparecia, dessa forma, como bem-sucedido. Na primeira reportagem, o periódico informava que um grupo de jovens que havia estagiado em empresas do Nordeste já havia entregue o seu relatório ao Ministério dos Transportes. Nele, os estudantes declaravam que “os diversos empreendimentos e iniciativas públicas ou privadas, naquela região, puderam ser observados, registrando o elogiável esforço dos homens de empresa, que procuram demover as dificuldades para modificar a fisionomia do velho Nordeste.”⁸³ Na segunda notícia publicada pelo *Diário*, também em fevereiro de 1969, os jornalistas recorriam à estratégia narrativa de reportar várias opiniões de participantes do programa de estágios da Opema no Nordeste para apresentar aos leitores uma percepção geral de que a iniciativa era eficaz. Dentre esses pontos de vista, estava o do estudante de Engenharia Fernando Alves, que havia estagiado nas obras de construção da BR-232 em Pernambuco. Alves teria pedido “ao Presidente da República que dinamize êsse empreendimento do Ministério dos Transportes, sem dúvidas o que há de melhor em favor dos jovens universitários, no sentido de sua integração à realidade nacional.” Além dessa demanda elogiosa ao marechal Costa e Silva, que à época presidia o país, o estudante havia solicitado à imprensa que registrasse um agradecimento “que tem o tamanho de uma estrada” ao ministro Andreazza.⁸⁴

A visão de que a *participação*, ao possibilitar um contato do jovem com as realizações do governo, das Forças Armadas e do empresariado, cultivaria um senso de *responsabilidade* nos estudantes não era, portanto, apenas prescrita pelas autoridades do regime. Ela também foi incorporada, ao menos em parte, pelos participantes das políticas da ditadura voltadas aos jovens. Na Operação Mauá, esse ponto de vista foi divulgado pela imprensa a partir de outras entrevistas recolhidas pelos jornalistas no momento de embarque para as viagens do programa.

⁸³ Regressam 2 grupos da “Operação Mauá”. *Diário de Notícias*, terça-feira, 4 fev. 1969, 1ª Seção, p. 8.

⁸⁴ Retornam os jovens da Operação Mauá. *Diário de Notícias*, sábado, 15 fev. 1969, 1ª Seção, p. 2.

Em janeiro de 1969, *O Jornal* cobriu o início da viagem de um grupo de 24 estudantes de Engenharia pelo navio Ana Néri, da Marinha, para estagiarem em obras rodoviárias e portuárias nos estados de Pernambuco, Ceará e Bahia. Na reportagem, o periódico atribuiu uma fala conjunta a dois participantes da viagem: Gilberto Barros e Mario Bruger da Cunha, ambos estudantes da Escola Nacional de Engenharia. Nela, eles afirmavam que “a Operação Mauá tem para nós uma grande valia, pois nos dá uma visão correta da realidade nacional e nos faz sentir que o Govêrno está realizando. Achamos uma idéia muito interessante, sobretudo pelo aspecto profissional que nos concede”.⁸⁵ A qualificação elaborada pelos jovens sobre a imagem que ficaria da *participação* na Opema – uma “visão correta”, portanto diferente das críticas feitas ao regime – indica o aspecto controlado dessas ações. Além disso, a atividade era vista como uma forma de reconhecer as realizações do governo, formando um ponto de vista positivo sobre a ditadura e mitigando possíveis discursos oposicionistas.

Outro interessante ponto de vista “nativo” sobre a categoria cultural de *participação* e sua relação com a *responsabilidade* dos jovens pode ser encontrado, com certo grau de sistematização teórica, no documento “Possibilidade e meios de participação política da juventude brasileira”, cujos trechos são citados em uma das epígrafes deste capítulo. O texto foi elaborado em papel timbrado do Diretório Nacional da Arena, possivelmente em algum momento da década de 1970, mas, infelizmente, ele não foi assinado ou datado. A reflexão sobre o tema da atuação política dos jovens brasileiros se iniciava com a afirmação da premissa de fundo liberal-conservador segundo a qual, assim como no campo da economia, também no da política os sujeitos se encontram sempre em condições de fazer opções que envolvem limites. Essas opções incluíam assumir a *responsabilidade* de “construir” ou “destruir” o legado deixado com “duros sacrifícios” pelas gerações passadas. O documento afirmava ainda que a opção dos jovens por *participar* ou não da vida política envolvia a noção de *responsabilidade* na medida em que “pode influenciar na formulação das grandes decisões nacionais”.⁸⁶

Na sequência, o texto circunscrevia os meios de *participação* política dos jovens em apenas duas possibilidades, o que reafirmava os valores conservadores que revestiam de sentido essa forma de ação política. A primeira delas seria a “participação política” como “direito de votar”. Nesse caso, o documento alertava que votar significa “comparecer às urnas”, mas também “votar consciente”. O segundo seria propriamente a filiação partidária, o que

⁸⁵ Alunos de Engenharia no NE para “Operação Mauá”. *O Jornal*, sexta-feira, 3 jan. 1969, 1º Caderno, p. 7.

⁸⁶ Possibilidades e meios de participação política da juventude brasileira. Fundo Arena do CPDOC/FGV. Série: Organização Partidária (OP), subsérie: Arena Jovem (AJ). Classificação: ARENA opa j 1969.11.25, fls. 1-2. Grifos meus.

direcionava a reflexão sobre a ação política como *participação* para o âmbito particular da Arena Jovem. O documento fazia ressoar as críticas feitas tanto ao “imobilismo” partidário na década de 1970 quanto à defesa de outras formas de atuação nas disputas pelo poder que transbordavam a esfera institucional configurada pela ditadura. Mas, na perspectiva de seus autores, tanto o problema da filiação partidária como a sua solução eram compreendidos em marcos interpretativos associados às relações entre os grupos de idade. Primeiro, o problema era entendido dessa forma na medida em que, segundo afirmava o texto, “verbera-se contra a dominância de velhos líderes na solução de problemas partidários.” Depois porque, também segundo o documento, “a única solução para esses problemas é a participação dinâmica e permanente dos jovens na vida partidária.”

O texto seguia a sua teorização “nativa” sobre a relação entre *participação* e *responsabilidade* apostando na capacidade renovadora supostamente espontânea que a atuação política da juventude no espaço do partido de sustentação do regime teria. “A afluência de um número considerável de jovens às reuniões partidárias, por si só, obrigará a adoção de novos métodos de trabalho”, afirmava o documento. A *participação* dos jovens poderia, assim, revitalizar o partido, aproximando-o dos ideais “do povo” que a juventude representaria. Mais do que isso, o documento apresentava a decisão dos jovens entre “participar ou não participar” a partir de uma percepção da obrigação diante de suas ações. Mais uma vez, a *responsabilidade* constituinte da *participação* se apresentava como um dever (não um direito) para os jovens. “Os resultados dessa decisão”, afirmava-se, “cedo serão conhecidos quando as atuais gerações deixarem os postos de comando, entregando-lhes o poder decisório”.⁸⁷ A *responsabilidade* era projetada, dessa forma, tanto para a esfera do passado/presente – momento em que as gerações mais velhas faziam sacrifícios para deixar um “legado” – quanto para o âmbito do “futuro” – quando a juventude do presente (década de 1970) assumiria os cargos de poder e poderia efetivamente influir nas decisões em âmbito nacional.

Além de ser entendida como uma forma de despertar um senso de *responsabilidade* nos jovens, a *participação* também era compreendida como uma ação por si só caracterizada por esse atributo que seria identificado em uma juventude “exemplar” que procurava as políticas do regime. Essa concepção foi veiculada na carta que o tenente-coronel Mauro da Costa Rodrigues enviou a Albuquerque Lima para pedir demissão de seu cargo em janeiro de 1969, por ocasião da crise político-militar que havia resultado na saída do segundo do cargo de ministro do Interior. Em sua missiva, cujos trechos foram publicados pela imprensa, Rodrigues

⁸⁷ Possibilidades e meios de participação política da juventude brasileira. Fundo Arena do CPDOC/FGV. Série: Organização Partidária (OP), subsérie: Arena Jovem (AJ). Classificação: ARENA opa j 1969.11.25, fls. 1-2

afirmava que o Projeto Rondon “é uma iniciativa vitoriosa, pois trata-se de uma nova concepção de diálogo, um chamamento concreto e diferente à nossa mocidade estudiosa para participação legal e responsável na batalha da integração”.⁸⁸ O militar prosseguiria ainda mais alguns anos no cargo e o seu ponto de vista era significativo na medida em que associava a legalidade das ações dos rondonistas ao caráter “estudioso” da mocidade e ao seu comprometimento com a integração nacional.

Alguns meses antes, o general-presidente Costa e Silva expressou ponto de vista semelhante sobre a *participação* da juventude no programa do Ministério do Interior ao dar uma longa entrevista à imprensa por ocasião do quarto aniversário do golpe civil-militar de 1964. As declarações do militar foram publicadas na íntegra pelo *Jornal do Brasil* em abril de 1968. Elas buscavam sublinhar o que havia sido realizado pelo novo regime e é significativo que uma das perguntas dos jornalistas tenha levado o presidente a falar explicitamente sobre os “pontos positivos do Projeto Rondon”. Em sua definição do programa, Costa e Silva afirmou que ele seria “uma concepção de diálogo; é um chamamento concreto e diferente à nossa mocidade, para participação franca, leal e responsável na grande luta pela integração nacional.” Mais à frente em sua entrevista, Costa e Silva afirmou ainda que “o Projeto Rondon tem demonstrado ao Governo o valor do aproveitamento de nossa juventude.”⁸⁹ Para sustentar essa posição, o presidente apresentou dados sobre as atividades dos rondonistas que iam desde os atendimentos médico-odontológicos prestados pelos estudantes aos habitantes do interior do país até a fundação de clubes de mães ou jovens nas localidades em que atuavam. Mais importante, contudo, era a forma como ele havia adjetivado a *participação* dos estudantes no programa: ela seria uma forma de ação caracterizada por ser “franca, leal e responsável”. Assim, se o governo estava disposto a promover um “diálogo” com a juventude, os jovens demonstravam agir de acordo com as expectativas da ditadura.

No caso do Projeto Rondon, a expectativa de que a *participação* dos jovens cultivaria neles um melhor discernimento sobre o país e mudaria suas percepções sobre o regime político ganhou protagonismo nos manifestos divulgados por ex-militantes da esquerda armada que eram apresentados pelas forças policiais como “arrepentidos” no início da década de 1970. Esses casos de “arrepentimentos” públicos de convicções políticas começaram a ser anunciados como peças de propaganda do regime na imprensa escrita e televisiva em maio de 1970. Eles continuaram a ser divulgados, de forma assistemática, até 1975, resultando em cerca

⁸⁸ Albuquerque passa cargo na sexta-feira. *Correio da Manhã*, quarta-feira, 29 jan. 1969, 1º Caderno, p. 2.

⁸⁹ Costa e Silva prevê 930 mil casas construídas até o fim do Governo. *Jornal do Brasil*, quinta-feira, 4 abr. 1968, 1º Caderno, p. 3.

de 30 “arrepentidos” de diferentes organizações. Apesar de sua diversidade de origens, a maior parte desses militantes compartilhava a sua identificação como jovens e essa condição abriu margem para que os episódios de “arrepentimento” fossem também divulgados pela propaganda oficial como apelos à *participação* tal qual prescrita pelo regime. Por terem se “desviado” do que era considerado um “bom” caminho, esses jovens serviam como um exemplo negativo para a juventude brasileira desse contexto. Como alternativa a esse “desvio”, era apresentada a ação política como *participação*. Segundo Alessandra Gasparotto, “a propaganda oficial, voltada ao público universitário, ‘cobrava’ dos jovens o cumprimento de seu papel na sociedade, uma participação mais ativa na vida nacional.” Mas, segundo a mesma autora que chega a citar o programa de extensão promovido pelo Ministério do Interior, “a participação política dos jovens era incentivada, desde que estivesse associada às iniciativas governamentais ou a posições favoráveis ao regime.”⁹⁰

A menção ao Projeto Rondon e à *participação* da juventude apareceu pela primeira vez no episódio envolvendo o “arrepentimento” de Massafumi Yoshinaga, ex-militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) preso pelo DOPS de São Paulo em julho de 1970. Massa, como era conhecido por seus companheiros de militância, foi o segundo guerrilheiro a ser tido como um “arrepentido”. Segundo uma reportagem publicada pelo *Jornal do Brasil*, ao ser apresentado à imprensa Massafumi concedeu uma entrevista ao lado de autoridades policiais e leu um documento intitulado “Aos jovens”. Na ocasião, ele “afirmou que sua mudança de posição decorreu de um balanço de suas ações na esquerda, tendo concluído que o Governo abriu perspectivas aos jovens, de participarem da vida política, aceitando suas formas institucionais.” Sem dúvidas arquitetadas como parte das ações de “guerra psicológica” das forças repressivas, as falas de Yoshinaga eram cirúrgicas e esclareciam, na sequência, qual seria essa possibilidade de *participação* oferecida pelo regime. Mais uma vez segundo o que noticiou o *JB*, Massafumi disse que “existem no Brasil muitas perspectivas para os jovens participarem das atividades políticas ou de realizarem ajudando os outros. Citou que, entre elas, está o Projeto Rondon, que oferece a todos a oportunidade de tomar contato com a realidade brasileira.”

No documento “Aos jovens”, reproduzido em sua integralidade pela imprensa, o ex-guerrilheiro estabelecia uma dicotomia valorativa entre dois tipos de ação política: a *participação* e os atos qualificados como “terrorismo”. Essa oposição, apresentada como alternativas abertas aos jovens dos anos 1970, era sustentada pelo argumento da experiência e

⁹⁰ GASPAROTTO, Alessandra. *O terror renegado: a retratação pública de integrantes de organizações de resistência à ditadura civil-militar no Brasil (1970-1975)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012, p. 178 e p. 181, respectivamente.

da ponderação na medida em que Massafumi afirmava que havia visto com os “próprios olhos o trabalho de integração e desenvolvimento nacional empreendido pelos dirigentes do país”. No detalhamento de sua oposição entre as formas de ação política possibilitadas à juventude, ele afirmava que havia visto “de um lado, a construção, o esforço, a responsabilidade e o entendimento do Governo e, de outro, enquanto convivi com o terrorismo, o primarismo, a inconsequência, o simples delírio de poder”.⁹¹

No mês seguinte, foi a vez de um grupo de quatro jovens, também ex-militantes da VPR, terem os seus depoimentos de “arrependimento” divulgados pelo Serviço de Relações Públicas do Exército e replicados pela imprensa. Nos trechos publicados pelo *Jornal do Brasil*, os jovens citavam o Projeto Rondon como a forma de “participação real” também em oposição aos atos praticados pela esquerda armada. Em seu depoimento, João Arnolfo Carvalho de Oliveira, um dos ex-guerrilheiros, dirigia-se explicitamente aos “jovens que possivelmente neste momento se sentem tentados a aceitar convites para integrar as organizações terroristas”. Na sequência, ele fazia um apelo: “pensem em suas famílias e em seu país, abram os olhos para a nova realidade que surge atualmente em nosso Brasil, participem de algo que, a exemplo de Projeto Rondon, lhes possibilite um contato real e efetivo com a nossa realidade”.⁹² Tanto no documento lido por Yoshinaga quanto no depoimento de Oliveira, havia uma mesma forma de conceber as opções de ação política abertas à juventude. A *participação*, em particular no Projeto Rondon, era apresentada como uma opção mais “real” e “efetiva” do que a ação política guerrilheira, apresentada como simples “terrorismo”, “inconsequência”. Dessa forma, a primeira modalidade de ação política seria uma possibilidade de a juventude, em convergência com o regime, exercitar a “*responsabilidade*” e o “entendimento”.

Na leitura compartilhada pela base social e política da ditadura, essa integração dos jovens a programas governamentais como o Projeto Rondon indicava que o regime havia sido bem-sucedido não apenas em aplacar os apelos do “terrorismo” direcionados aos jovens mas também de tornar a juventude *responsável* pelos rumos do país, integrada nas resoluções da problemática brasileira. Em novembro de 1971, conjuntura de grande otimismo com o “milagre brasileiro” e as obras estatais, o senador Saldanha Derzi, da Arena do Mato Grosso, fez declarações nesse sentido que foram publicadas pelo *Jornal do Brasil*. No diagnóstico do parlamentar, “a maior parte da juventude – pelo o que verifica em suas andanças pelo país – tem conservado uma posição mais atenta e mais realista em relação à problemática nacional.” Derzi afirmava ainda que “os jovens [...] tem melhor compreensão da situação do país e

⁹¹ Massafumi abandona e acusa o terrorismo. *Jornal do Brasil*, sexta-feira, 3 jul. 1970, 1º Caderno, p. 14.

⁹² Mais quatro jovens renunciam ao terrorismo. *Jornal do Brasil*, quarta-feira, 19 ago. 1970, 1º Caderno, p. 15.

[havam] entendido a excelente obra administrativa realizada pela Revolução [sic].” Em síntese, na perspectiva do parlamentar, teria ocorrido “um reencontro da juventude com a Revolução [sic] de março, reencontro que já se traduz em iniciativas vitoriosas como o Projeto Rondon”. Outro exemplo dessa mudança de postura dos jovens seria o seu interesse por outra solução “de grande envergadura” aos problemas nacionais: a rodovia Transamazônica. Todas as mudanças de comportamento dos jovens seriam, de acordo com o ponto de vista do senador arenista, produto de uma mesma categoria de ação política substanciada pela *participação*. Por isso, ele dizia que, “em todos os pontos do país onde tem estado, verifica o mesmo interesse, a mesma ânsia de participar dos projetos de desenvolvimento que se acham em marcha.”⁹³

No ponto de vista das autoridades da ditadura militar ao longo década de 1970, portanto, a ação política da juventude por meio do Projeto Rondon seria o que o *Jornal do Brasil* definiu, com alguma ironia, uma “verdadeira fórmula miraculosa encontrada originalmente pelo Governo brasileiro” para abordar a questão da juventude. Essa definição foi veiculada pelo periódico em janeiro de 1975, em reportagem que tratava das declarações do então coordenador geral do programa de extensão, Neljanir Guimarães, por ocasião do início da Operação Nacional XV. O tom geral do texto era reticente com relação ao Projeto Rondon, com indicações sobre os altos custos das operações (Cr\$ 8 milhões apenas naquele ano) e aos “desvirtuamentos” que estariam acontecendo em alguns *campi* avançados. Ainda assim, o *JB* apresentava falas do coordenador do programa que delimitavam um importante modo de perceber a ação jovem em sua dimensão de *responsabilidade*. Segundo Guimarães, “muitos problemas da juventude são decorrentes da sua não articulação com os diversos setores responsáveis pelo desenvolvimento, sendo quase sempre relegados a um segundo plano, retardando, deste modo, o seu acesso às responsabilidades efetivas.” Ao criar um espaço para que o jovem se responsabilizasse, a *participação* no Projeto Rondon possibilitaria a delimitação dos encargos e funções da juventude na sociedade de uma forma mais ampla. “Desta forma”, concluía Neljanir Guimarães, “deve-se dedicar à juventude e aos seus problemas uma atenção especial, criando condições para a sua participação no processo de desenvolvimento e garantindo que seus esforços sejam orientados a fins acessíveis.”⁹⁴

Esse conjunto de modos de perceber a juventude e de orientar a sua ação política também compunha as propagandas do Projeto Rondon veiculadas na imprensa escrita, como

⁹³ Derzi defende a eleição indireta como melhor meio de escolher governadores. *Jornal do Brasil*, terça-feira, 23 nov. 1971, 1º Caderno, p. 4.

⁹⁴ Coordenador pretende que Operação Rondon amplie visão de universitários. *Jornal do Brasil*, sábado, 4 jan. 1975, 1º Caderno, p. 14.

no caso da série de três peças publicitárias publicadas pelo *Jornal do Brasil* em junho de 1977. Apresentada como uma “campanha de interesse público” produzida pelo *JB* e pelo Conselho Nacional de Propaganda, o objetivo principal desse conjunto de fontes era convencer não apenas os estudantes universitários mas também reitores e empresários a participarem do programa do ministério do Interior. Mas, para além de sua intenção imediata, essas propagandas podem ser lidas também como a expressão de pontos de vistas “nativos” sobre a *participação* em um contexto de retomada da ação política jovem como *engajamento* com a volta do movimento estudantil de oposição à cena pública. A primeira delas, publicada em 13 de junho, convidava a “iniciativa privada” a se integrar ao programa de extensão e sentenciava que a participação no Projeto Rondon era capaz de promover um “diálogo com os líderes de amanhã”.⁹⁵ Na segunda, uma série de perguntas eram feitas a três entidades que poderiam se interessar pelos trabalhos dos rondonistas (empresas privadas, órgãos públicos e universidades) a partir do princípio de que “esses jovens universitários nada pedem, a não ser desafios, trabalho, participação.”⁹⁶ Por fim, a terceira propaganda se dirigia aos professores e reitores para que eles “convocassem” os estudantes para participarem de um programa que já teria deixado para trás “aquela imagem ‘folclórica’ do universitário aplicando vacinas e efetuando tratamento dentário”.⁹⁷

Das três peças publicitárias, a mais significativa era a primeira (ver **Figura 8**). Intitulada “Toda falta de diálogo dá nisso”, por meio dela os leitores do *JB* eram apresentados a um longo texto acompanhado de dois retratos em primeiro plano (ou *close-up*). Na fotografia à esquerda, um homem branco, calvo e de meia idade vestia terno e gravata enquanto encarava o leitor com uma feição circunspecta. Abaixo, lia-se uma frase a ele atribuída: “Todo universitário é baderneiro”. Na fotografia da direita, um jovem olhava para a câmera com um meio sorriso, vestindo uma camisa xadrez. Abaixo, era possível ler uma frase que teria sido dita por esse estudante: “Toda empresa é exploradora”. Os gestores do Projeto Rondon apresentavam-se como intermediários entre os jovens e os empresários. O programa seria capaz de realizar ações que promoveriam o “diálogo” entre esses dois grupos, mudando as percepções iniciais que jovens tinham de empresários e vice-versa.

O texto que acompanhava as imagens declarava que, “trabalhando nesse projeto, tomando contato com a realidade empresarial, deixando de ser pedra para ser telhado, o jovem,

⁹⁵ Toda falta de diálogo dá nisso. *Jornal do Brasil*, segunda-feira, 13 jun. 1977, Caderno B, p. 8.

⁹⁶ Pela primeira vez uma fundação vem a público para pedir que lhe criem problemas. Muitos problemas. *Jornal do Brasil*, segunda-feira, 20 jun. 1977, 1º Caderno, p. 16.

⁹⁷ Todo reitor tem o direito de exigir universitários cada vez mais atualizados. *Jornal do Brasil*, segunda-feira, 27 jun. 1977, 1º Caderno, p. 2.

[sic] terá elementos concretos para um juízo justo sobre a iniciativa privada.” Nesse trecho, portanto, a *participação* da juventude levaria a uma postura de maior discernimento diante das empresas. O estudante não mais agrediria como uma “pedra”, pois estaria na condição de “telhado”. Ao mesmo tempo, também haveria mudanças na forma como a iniciativa privada via a juventude. Dirigindo-se diretamente aos empresários, a propaganda afirmava que “você, vendo a seriedade, o gabarito, o idealismo desses jovens, certamente também refará seu juízo sobre o comportamento do universitário.” Esse “diálogo” prometido pelo Projeto Rondon iria, dessa forma, mitigar as críticas ao empresariado, uma postura possível porque o jovem se via em uma nova situação ao compartilhar das *responsabilidades* de uma empresa.

Quem se abre ao diálogo, se aproxima. E você, como empresário, não pode esperar que o primeiro gesto parta do estudante. A iniciativa é sua. Iniciativa privada. Nós servimos de intermediários. Porque nossa função é mobilizar os universitários para a realização de projetos em toda parte do País. Elabore o projeto de trabalho para sua empresa. Trabalhando nesse projeto, tomando contato com a realidade empresarial, deixando de ser pedra para ser telhado, o jovem terá elementos concretos para um juízo justo sobre a iniciativa privada. E você, vendo a seriedade, o gabarito, o idealismo desses jovens, certamente também refará seu juízo sobre o comportamento do universitário. Isso já está acontecendo em pequenas e médias empresas, em projetos de levantamento de custos, pesquisas de localização, relações humanas, produtividade, tecnologia etc. São projetos elaborados por empresas que se interessam pelo seu próprio aprimoramento e pelo diálogo com os líderes de amanhã. Ao final do trabalho, existirá mais integração estudante e empresário, empresa e universidade. Algo permanente. Como a paz social. O desenvolvimento. A segurança. Convoque a Fundação Projeto Rondon em seu estado. É hora de lançar uma ponte sobre o fosso. Abrir o diálogo entre a juventude e a iniciativa privada.

Projeto Rondon 10 ANOS

Companhia de Imprensa Pública deste jornal e do Conselho Nacional de Propaganda.

Figura 8: Toda falta de diálogo dá nisso. Jornal do Brasil, 13 jun. 1977, Caderno B, p. 8.

Esse ponto de vista foi sistematizado no documento “O Projeto Rondon e a sua fundamentação”, elaborado pela Coordenação Geral do programa na primeira metade da década de 1970. No tópico sobre a “Filosofia do Projeto Rondon”, uma das temáticas abordadas era justamente a “participação da juventude no processo de desenvolvimento nacional”. Os autores desse documento institucional partiam da premissa de que a “crise” da educação seria mundial, resultando numa “inadequação da Universidade à realidade de cada país” e na “marginalização da juventude universitária”. Contudo, soluções diversas haviam sido dadas a essa questão e o

Projeto Rondon surgia como a maneira brasileira de promover a “participação dos jovens”.⁹⁸

Na sequência, o documento afirmava:

Na verdade, a não participação da juventude universitária nos destinos da Nação, sobretudo sendo um país de população predominantemente jovem, gera o desperdício de um grande potencial de mão-de-obra qualificada como também cria nos jovens uma frustração pela longa espera a que são submetidos. Como também, sabemos a priori, [sic] que objetivos formulados sem a participação dos que sentirão os seus impactos serão cada vez mais difíceis de serem executados.⁹⁹

Nessa formulação simbólica, a integração dos jovens ao Projeto Rondon era pensada a partir de dois marcos diferentes: na necessidade de aproveitar o seu trabalho qualificado enquanto estudantes universitários e na urgência de se evitar um sentimento de “frustração” na juventude. Esse segundo aspecto, em particular, mostrava-se delicado na medida em que a frustração poderia conduzir os jovens à contestação do regime político vigente. Assim, a *participação* ganhava contornos que associavam a atuação em uma das operações do Rondon ao momento da trajetória do jovem em que ele, ainda estudante em formação, tomava para si *responsabilidades* de um adulto, profissional já formado. Nesse ponto de vista, não haveria mais “frustração” ou “ansiedade” juvenis.

Em conjunto, essas elaborações culturais sobre a ação dos jovens universitários que se integravam ao Projeto Rondon, à Operação Mauá ou às alas juvenis da Arena e do MDB expressavam importantes concepções sobre a relação entre a *participação* e a *responsabilidade* atribuída aos jovens. Nelas, as ações promovidas pelo governo ditatorial apareciam, a partir de um enquadramento valorativo conservador, como uma maneira de mostrar à juventude qual seria o seu lugar na sociedade e quais seriam as atribuições derivadas desse lugar social. Essa normativa mostrava-se conservadora na medida em que o jovem era visto como elemento a ser integrado na sociedade, sem conflitos e a partir de incumbências bem delimitadas (por não jovens e não pela própria juventude).

Participação e juventude como continuidade geracional

Outra elaboração simbólica da noção de *participação* da juventude associava esse grupo etário à continuidade geracional, não ao “conflito de gerações” que fundamentava o *poder jovem*. Um dos pontos de vista mais expressivos dessa formulação era o do ministro dos Transportes e criador da Opema, Mário Andreazza, que seria incorporada ao material oficial de divulgação desse programa ao longo dos anos 1970. Tratava-se do princípio de que os jovens

⁹⁸ COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO RONDON. O Projeto Rondon e a sua fundamentação. c. 1970-1974, p. 3. Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, fundo CACS, caixa 175, maço 11.

⁹⁹ *Idem.*, p. 4.

do presente não desejavam apenas “herdar o futuro”, mas, sim, participar dele e de sua construção. Uma das primeiras vezes em que Andreazza expressou esse ponto de vista foi durante o seminário “A rodovia como fator de desenvolvimento”, realizado pelo Sindicato Nacional da Indústria da Construção de Estradas no famoso hotel Glória, no Rio de Janeiro, em agosto de 1968. Diante de um grupo de empresários do ramo da construção civil, o ministro dedicou-se, em especial, ao tema do financiamento, interno e estrangeiro, das obras rodoviárias encampadas pelo governo militar.

Segundo a cobertura do jornal *O Globo*, contudo, em determinado momento de sua palestra, Andreazza falou também da Operação Mauá como uma iniciativa que “vem ao encontro dos anseios da juventude” e que demandava o apoio (inclusive financeiro) dos empresários. Em sua definição, a juventude brasileira “não quer ficar aí, parada, apenas querendo ser herdeira do futuro, mas, sim, participar dêle.” A Opema seria, ainda, uma forma de promover a “participação dos universitários nos problemas do Govêrno”, de levar “os estudantes para olhar e sentir o que realizamos.”¹⁰⁰ Dessa forma, o ministro – que era, também, um militar de formação – atribuía aos jovens uma postura (a ânsia de *participar* das ações governamentais) direcionada ao futuro, portanto associada à noção de continuidade. Essa *participação*, contudo, seria não apenas ativa na medida em que os jovens não desejavam ficar parados à espera de sua “herança”. Ela seria feita também em colaboração com gerações adultas, identificadas ao próprio governo. A própria imagem escolhida por Andreazza para sintetizar o comportamento dos jovens é significativa do ponto de vista simbólico, pois remete à noção de continuidade geracional. “Herdar”, afinal, significa receber os bens (concretos ou metafóricos) legados por alguém aos seus sucessores. Ao associar a *participação* dos jovens com a recusa à “herança”, todavia, o ministro parecia pressupor uma aceleração desse processo de encadeamento entre as gerações por meio da *participação* juvenil na Opema.

Alguns meses mais tarde, em janeiro de 1969, Andreazza repetiu a fórmula de que “os jovens não querem apenas ser herdeiros de seu futuro, mas sobretudo participar da construção de seu futuro” durante a solenidade de inauguração da sede da Operação Mauá no Rio de Janeiro. O evento aconteceu no Palácio Tiradentes, antiga Câmara dos Deputados e local onde passariam a funcionar os escritórios da Opema, e contou com a presença de um grupo de estudantes de Engenharia. Em sua nova declaração, contudo, o ministro detalhou a relação entre a *participação* da juventude e a colaboração com os mais velhos. “Reconhecemos”, ele dizia, “que o ardor desta mocidade está se juntando à nossa experiência, numa verdadeira simbiose

¹⁰⁰ Rodovia Rio-Santos terá processo revolucionário. *O Globo*, sexta-feira, 30 ago. 1968, Geral, p. 9.

entre as gerações, para que trabalhem juntos com patriotismo e honestidade, visando atingir os grandes objetivos da nossa Pátria, que são o desenvolvimento e o progresso [...].”¹⁰¹ Além de ser caracterizado por um tom nacionalista, o ponto de vista do militar sentenciava uma cooperação entre dois grupos de idade diferenciados pelas qualidades que poderiam fornecer para o desenvolvimento do país: os jovens, caracterizados pelo “ardor”, e os adultos, dotados de “experiência”. Juntos, numa relação de continuidade geracional possibilitada pela *participação* da juventude, jovens e não jovens seriam capazes de construir um futuro nacional marcado pelo progresso. Longe das diferenças entre os grupos de idade levarem ao conflito de gerações tão divulgado em fins da década de 1960, elas levariam à cooperação harmônica em prol de um bem maior representado pela nação.

Ao longo do tempo, o ministro voltou a insistir no potencial da *participação* dos jovens como uma forma de amenizar os conflitos entre as gerações e promover, ao contrário, a continuidade entre os grupos de idade. Essa foi a tônica do discurso que ele proferiu na condição de paraninfo da turma de Engenharia da Universidade Mackenzie, em dezembro de 1970. O tom do discurso do militar era professoral, clamando pelo “grande esforço nacional” que exigiria “a participação e a responsabilidade de todos os brasileiros”. Da forma como foi divulgada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, a fala do ministro se destacava a partir de uma declaração que soava positiva para a sensibilidade liberal-conservadora que pautava a linha editorial do periódico: a perspectiva de que a Transamazônica fosse finalizada ainda em 1972. Mas o trecho mais significativo de seu discurso, para os propósitos da argumentação desenvolvida até aqui, era outro. Nele, Andreazza afirmava que a Operação Mauá “enseja ao jovem engenheiro colocar-se em contato direto com os problemas nacionais e as maneiras de os solucionar. É o contato das gerações; é o entrosamento, sem choques, daqueles que vêm trabalhando com os que chegam para a luta.”¹⁰² Talvez essa seja uma das enunciações mais explícitas da relação entre *participação* e continuidade geracional no âmbito da Opema. Andreazza não apenas reafirmava a noção cara à sensibilidade conservadora de que era possível fazer mudanças dentro da ordem, “sem choques” entre os grupos etários e, portanto, sem o “conflito de gerações” propalado em fins dos anos 1960. O ministro também qualificava a sucessão entre jovens e não jovens a partir de uma perspectiva de encadeamento localizado no âmbito do trabalho e da “luta”.

¹⁰¹ “Operação Mauá” tem escritório na Câmara. *O Jornal*, quinta-feira, 2 jan. 1969, p. 5.

¹⁰² Andreazza confia na conclusão da Transamazônica até fins de 1972. *O Jornal*, quinta-feira, 17 dez. 1970, 1º Caderno, p. 26.

Essas elaborações culturais de Andreazza ganham uma dimensão ainda mais significativa com a intensa participação de seu filho na Opema. O então jovem acadêmico de Engenharia Mário David Andreazza Filho não apenas foi um dos primeiros estagiários da Operação Mauá, como, também, desempenhou importante papel nos primeiros anos desse programa. Não por acaso, Mário Andreazza Filho havia sido batizado como homônimo de seu pai, um rito de nomeação que, do ponto de vista antropológico, pode ser interpretado como um esforço de promover a continuidade geracional como legado familiar. Sua atuação na coordenação da Opema englobava um número grande de atividades, inclusive a comunicação com a imprensa. Nessas ações, portanto, a elaboração simbólica da *participação* como continuidade geracional ganhava contornos publicitários. Em dezembro de 1968, por exemplo, *O Globo* reproduziu uma informação prestada pelo “jovem Mário Andreazza Filho” sobre a mobilização de estudantes de Engenharia para estagiarem em uma das obras de maior impacto do ministério dirigido por seu pai: a construção da ponte Rio-Niterói. Atento às dimensões simbólicas que essa relação entre pai e filho colocava para essa política voltada à juventude, o jornalista não apenas sublinhava a condição juvenil de Andreazza Filho mas também o descrevia como “um dos maiores colaboradores da ‘Operação’ criada por seu pai, e que acaba de receber o diploma de engenheiro.”¹⁰³

Nesse caso, o encadeamento entre os grupos de idades era localizado na esfera familiar: a relação entre pai/adulto e filho/jovem. Mas, num exercício simbólico, ele era extrapolado para a juventude de uma forma ampla a partir das próprias declarações de Andreazza Filho. Ainda sobre a mobilização de estagiários para trabalharem nas obras da ponte Rio-Niterói, o engenheiro recém-graduado informou a *O Jornal* que “a iniciativa do Ministério dos Transportes não poderia ser mais feliz, já que coincidiu com os anseios da juventude em prol de maiores oportunidades de estudar.”¹⁰⁴ Por meio dessa declaração, duplamente legitimado por ser um jovem diretamente envolvido com a Opema e por ser filho de seu criador, Mário associava os contornos da iniciativa com as aspirações dos jovens, que eram também as suas, de estudar. Elas seriam, sem conflitos, compreendidas pelos mais velhos, que criariam espaços de *participação* nas quais os jovens se integravam.

Algum tempo depois, em 1971, foi a vez d'*O Globo* abordar, na coluna social da jornalista Nina Chaves, a contribuição de Mário Andreazza Filho na formulação da Operação Mauá. Voltando de uma temporada de estudos nos Estados Unidos, onde cursou o mestrado em *Business Administration* na Universidade de Nova York, o jovem afirmou à colunista: “Meu

¹⁰³ Estudantes de Engenharia vão fazer estágio na ponte. *O Globo*, segunda-feira, 9 dez. 1968, Geral, p. 4.

¹⁰⁴ “Operação Mauá” já abriga mais de 260 engenheiros. *O Jornal*, domingo, 8 dez. 1968, 1º Caderno, p. 11.

nome é Mário Gualberto Andreazza e, como insistem em saber, 25 anos. Curso na Escola Nacional de Engenharia e, naquele tempo, ajudei meu velho a organizar a Operação Mauá.” Nina Chaves, por sua vez, comentou as diferenças entre o estudante que havia conhecido alguns anos antes e aquele com o qual ela conversava em 1971, indicando o lugar social de elite ocupado tanto por ela quanto pelo jovem filho do ministro. Em tom elogioso, ainda que assumindo o lugar de adulta que vê o tempo passar e os jovens mudarem, Chaves afirmava: “Eu o conheci em pleno entusiasmo pela Operação Mauá, era uma fôrça, mandando estudantes a conhecer o Brasil. Agora o revejo, mais calmo, sabendo o que quer.”¹⁰⁵

O caso de Andreazza e de seu filho indica que a *participação* era compreendida como uma forma de ação política localizada no âmbito da vida pública, capaz de possibilitar um contínuo tido como “natural” em que os jovens de hoje, a partir das diretrizes dos adultos, fossem preparados para assumir as responsabilidades políticas e se tornarem os governantes do país em um futuro próximo. Contudo, essa elaboração simbólica partia de um padrão de relação privada, do âmbito da família. A *participação* era entendida, portanto, como uma forma de evitar o “conflito de gerações” tanto em um espaço coletivo – as contestações dos jovens ao regime ditatorial – quanto familiar – a rebeldia dos filhos com relações aos seus pais. Alexandre von Baumgarten, jornalista que trabalhou como agente do SNI em esforços de produção de uma opinião pública favorável à ditadura antes de ser assassinado na década de 1980, publicou um conjunto de artigos no jornal *Folha de S. Paulo* entre 1971 e 1972 em que tratava desses temas. Em um deles, impresso em setembro de 1971, von Baumgarten reportava em tom laudatório os esforços de “integração” da juventude por parte do governo ao reagir a uma suposta carta aberta escrita por um pai que teve sua filha “recuperada” do “terrorismo”.¹⁰⁶ Em um esforço de apresentar indícios de ações das autoridades que buscavam dar conta da “ânsia de participação” dos jovens, o articulista citava as falas do general-presidente Médici, do general Souto Malan e do general Bina Machado para argumentar que “a grande preocupação é ter condições de transmitir para o jovem, progressivamente, a direção dos destinos da Nação. Para isso, todavia, a juventude precisa capacitar-se da responsabilidade que se lhe pretende transferir e oferecer condições para que ocorra essa transferência.”

No ponto de vista de von Baumgarten, a carta do pai sobre a sua filha – possivelmente uma peça de propaganda da comunidade de informações do qual ele mesmo fazia parte – seria um “forte libelo contra a alienação paterna nos processos de criação e orientação dos filhos”.

¹⁰⁵ CHAVES, Nina. Brava Gente, *O Globo*, 17 jul. 1971, Matutina, Ela, p. 2.

¹⁰⁶ A carta foi publicada na imprensa: Pai agradece ao Exército recuperação da filha subversiva. *Correio da Manhã*, domingo e segunda-feira, 26 e 27 dez. 1971, 1º Caderno, p. 7.

Indo das relações públicas às familiares, o texto argumentava ainda que haveria entre as autoridades “o firme propósito de tentar fornecer subsídios às gerações mais velhas, para que estabeleçam correto relacionamento com a juventude”. Essas intenções atuariam no sentido de melhorar o relacionamento entre as gerações, impedindo que desentendimentos entre pais e filhos resultassem no que era denominado de “processos psicológicos de insatisfação”.¹⁰⁷ Mais uma vez, o jornalista associava fenômenos de ordem particular com a política em sentido mais amplo ao afirmar que eram justamente esses desajustes mentais que tornavam os jovens mais suscetíveis a serem seduzidos pelos grupos do “terrorismo”. Como exemplos de ações que promoveriam a *participação* jovem, von Baumgarten citava textualmente o Projeto Rondon e a Operação Mauá, além do Mobral, do “treinamento qualificado” e das reformas de ensino.

Ao longo da década de 1970, o entendimento de que a *participação* possibilitava uma colaboração entre jovens e não jovens (fossem eles denominados como “adultos” ou “velhos”) implicava em compreensões relacionais sobre a condição juvenil e os atributos dos não jovens. Por isso, durante audiência concedida à Arena Jovem do Paraná em novembro de 1975 e transmitida pela televisão, Geisel sentenciou: “Os velhos também valem alguma coisa”. De acordo com o *Jornal do Brasil*, o general-presidente teria afirmado que “a política não se faz só com o idealismo dos moços, mas também com a experiência dos velhos, e não apenas em época de eleição, mas a todo o momento, no dia-a-dia, unindo idealismo à experiência.” O general preconizava, dessa forma, uma relação de continuidade entre as gerações em que os jovens seriam valorizados por seu “idealismo” e os “velhos” por sua “experiência”. A importância dessa colaboração intergeracional podia ser depreendida de outros trechos da declaração de Geisel aos jovens arenistas paranaenses. Quando afirmou o dado de que milhões de novos votantes se juntavam ao eleitorado brasileiro a cada ano, o presidente disse também que esses jovens se tornavam eleitores “muitas vezes com desconhecimento da realidade e votando apenas por uma questão de rótulo”.¹⁰⁸ Sua fala possivelmente tinha no horizonte as estratégias eleitorais da oposição no pleito de 1974, mas indicava também a importância da “experiência” atribuída aos “velhos” para a orientação da *participação* política da juventude.

Essa insistência em sublinhar o valor dos não jovens ao se prescrever uma *participação* da juventude que possibilitasse a colaboração entre as gerações mantinha uma relação direta com as tentativas de evitar o chamado “conflito de gerações”. Mas ela também se relacionava

¹⁰⁷ VON BAUMGARTEN, Alexandre. A integração da juventude. *Folha de S. Paulo*, domingo, 26 set. 1971, 1º Caderno, p. 4.

¹⁰⁸ Geisel diz a jovens paranaenses que política se faz todo dia. *Jornal do Brasil*, quarta-feira, 12 nov. 1975, 1º Caderno, p. 2.

a ameaças concretas sentidas pelos políticos tradicionais e mais velhos pelo afluxo dos “moços”, no caso das disputas por espaço nos diretórios da Arena. Ao debaterem o tema da Arena Jovem com o presidente do diretório nacional do partido em junho de 1973, setores da agremiação governista expressaram o que o jornal *O Globo* definiu como uma “preocupação”: a de que “o movimento jovem venha a prejudicar os antigos líderes regionais.” Presente na reunião, o deputado mineiro Murilo Badaró, que à época era o responsável pelos cursos de formação de liderança da Arena, buscou aplacar os temores. Ele afirmou que a intenção das atividades mantidas pelo partido era “estimular a participação de jovens na política inclusive levando-os a nela ingressar de maneira mais direta, sem entretanto afetar as antigas lideranças, que considera indispensáveis a essa atividade.” Para sustentar a sua perspectiva, Badaró teria – ainda segundo *O Globo* – elogiado a “vitalidade de muitos políticos que, em idade mais avançada, chegam a consagrar-se”. O deputado concluiu seu raciocínio com exemplos tanto nacionais (o próprio presidente do partido, Filinto Müller) quanto internacionais (dentre eles, o ex-primeiro-ministro britânico Winston Churchill).¹⁰⁹ Em seu ponto de vista, Murilo Badaró buscava mitigar possíveis embates entre as gerações identificando uma característica compreendida como juvenil (a “vitalidade”) em políticos mais velhos. Assim, esperava-se, seria possível uma colaboração entre jovens e velhos no espaço da Arena.

A valorização dos mais velhos como uma contrapartida à ansiedade que a defesa da *participação* da juventude poderia causar nos políticos já estabelecidos foi difundida publicamente em uma mensagem conjunta da Arena Jovem do Rio Grande do Sul e do Departamento da Mocidade Arenista Porto-alegrense, em 31 de março de 1975. O texto foi assinado pelos presidentes desses dois órgãos – Orlando Ribeiro e José Adão R. Bicho, respectivamente – e veio à público como uma forma de comemorar o golpe 1964. A versão encontrada nos arquivos, contudo, foi a reproduzida no “Manual do Dirigente Jovem”, publicação do mesmo ano. No texto, as duas lideranças arenistas apontavam positivamente o surgimento de uma “nova mentalidade política” com o regime instaurado onze anos antes e expressavam importantes percepções sobre a condição juvenil. Além disso, Orlando e José divulgavam o seu ponto de vista sobre como deveriam se dar as relações entre a juventude e os mais velhos no campo da política. Buscando afastar qualquer sentido de competitividade ou exclusão por substituição entre os jovens e os não jovens, os dirigentes arenistas sentenciavam: “não queremos a marginalização dos mais velhos”. O padrão de relação intergeracional advogado no documento era o da “coexistência”, justificado pelo argumento de que “a

¹⁰⁹ Filinto reúne hoje os coordenadores de bancadas da Arena. *O Globo*, quarta-feira, 6 jun. 1973, Matutina, Geral, p. 7.

experiência deles, somada ao vigor, ao dinamismo, ao descomprometimento e ao ideal do jovem” poderia resultar em um país próspero economicamente e inovador politicamente.¹¹⁰

Anos mais tarde, em 1977, a mesma elaboração simbólica foi manifestada em um documento sobre os departamentos juvenis arenistas enviado pelo deputado paulista Pedro Carolo ao Diretório Nacional do partido. Então líder do diretório estadual da agremiação governista, Carolo se reportava aos dirigentes da Arena com o objetivo de chamar a atenção para a necessidade – que, em seu ponto de vista, seria um “dever imperioso” – de atrair os jovens para a base do governo e formar lideranças políticas por meio dos cursos de formação política. Ao justificar a sua sugestão de uma política nacional de formação de jovens líderes por meio das alas juvenis da Arena, Carolo afirmava que esse “chamamento” à juventude possibilitaria “aproveitar, plena e integralmente, o entusiasmo e o dinamismo dos jovens, com finalidade exponencial de ativar o Partido, para o que se aproveitarão ao máximo, a maturidade e a experiência dos arenistas mais velhos”.¹¹¹ No raciocínio do parlamentar, dessa forma, ficava indicada uma apreensão com relação à percepção que a defesa da *participação* da mocidade poderia trazer aos políticos não jovens, mesmo que Carolo acentuasse as características entendidas como próprias à condição juvenil (“entusiasmo”, “dinamismo”) e que poderiam ser positivas para a Arena. Essa ansiedade era contrabalanceada pela afirmação de que “maturidade” e “experiência” seriam a tônica da inserção dos jovens no partido, indicando, mais uma vez, que a ação da juventude era vista no sentido da continuidade e não da ruptura.

Em algumas ocasiões, a elaboração simbólica que associava a *participação* da juventude com a continuidade geracional apontava também na direção do futuro do regime político imposto com o golpe civil-militar de 1964. No auge das mobilizações estudantis de 1968, em junho, o líder de uma das primeiras alas juvenis dos partidos a existir naquela conjuntura – a Mocidade da Arena no Rio Grande do Sul – expressou esse ponto de vista em seu discurso na convenção da agremiação governista realizada em Brasília. Segundo o jornal opositor *Correio da Manhã*, Conrado Alvares afirmou que a *participação* política da juventude era “um dado essencialmente necessário” e que ela “não só é importante para a revitalização dos quadros políticos e de novas idéias, como pela restauração de um poder eminentemente civil no País.” Membro de uma corrente estudantil de direita batizada de “Decisão”, o estudante relembrou o apoio dado por ele e seus colegas ao golpe de 1964. Mas, diante dos dirigentes partidários,

¹¹⁰ “Mensagem conjunta da Arena Jovem do Rio Grande do Sul e do Departamento da Mocidade Arenista Porto-alegrense (DEMAPO). In: Manual do dirigente jovem. 1975. Fundo Arena do CPDOC/FGV. Série: Organização partidária (OP), subsérie: Arena Jovem (AJ). Classificação: ARENA-24f, p. 14-15.

¹¹¹ CAROLO, Pedro. “Departamento da juventude”. Brasília, 3 nov. 1977. Fundo Arena do CPDOC/FGV. Série: Organização partidária (OP), subsérie: Arena Jovem (AJ). Classificação: ARENA 1969.11.25, fl. 1.

afirmou que havia “uma tremenda dissociação entre o atual govêrno e as idéias da juventude”. Além disso, Conrado criticava o baixo orçamento do MEC, declarava apreensão com relação aos acordos MEC-USAID e ainda dizia julgar válidas as manifestações estudantis na medida em que elas expressavam o posicionamento de uma “parcela ponderável” de universitários.¹¹²

As declarações do arenista não por acaso foram registradas pelo *Correio da Manhã*, que buscava apontar discordâncias internas à base social da ditadura ao mesmo tempo em que funcionava como um agente de divulgação das ações de oposição ao regime. Para além dos posicionamentos com relação a eventos políticos conjunturais, contudo, o ponto de vista divulgado por Alvares era significativo porque expressava um entendimento da *participação* jovem que tinha como horizonte uma renovação dos governantes que seria passo importante para a restituição do governo aos civis. Mesmo que os militares tenham frustrado essas expectativas e permanecido no poder até os anos 1980, elas representavam uma significativa parcela liberal-conservadora da base de apoio da ditadura em 1968. Na fala do jovem arenista gaúcho, por fim, esses horizontes de futuro também indicavam um papel importante para a juventude na continuidade política do país.

Mesmo que desprovido de uma perspectiva de entrega do poder aos civis, esse sentido de continuidade geracional pela substituição dos governantes do país nos anos 1970 pelos jovens no futuro esteve presente em outras apreciações sobre a *participação* jovem. Em maio de 1972, durante reunião que manteve em Brasília com três estudantes e um advogado que pertenciam à Arena Jovem de Minas Gerais, o general-presidente Médici expressou essa perspectiva sobre as relações de poder em médio prazo no Brasil. Como foi publicado em reportagem d’*O Globo*, o militar afirmou aos jovens arenistas que “nós estamos abrindo o caminho, mas o Brasil só atingirá o topo desta caminhada quando a geração de vocês assumir a liderança do País”.¹¹³ Essa declaração do militar dialogava com a máxima do “país do futuro”, apostando na juventude para dar seguimento aos projetos de desenvolvimento ao mesmo tempo em que afirmava o trabalho dos não jovens na construção desse futuro.

Em junho do mesmo ano, foi a vez do então governador do Ceará, o arenista César Cals, defender a *participação* dos jovens em seu partido nos mesmos termos. Em reportagem do mesmo periódico carioca sobre as eleições municipais de 1972, Cals afirmava considerar “essencial” a existência da Arena Jovem em seu estado. Seu ponto de vista foi sustentado pela declaração de que “a nossa geração chega ao poder, chega aos cargos de decisão sem ter se preparado. Aliás, é preciso reconhecer que não havia a intenção de atingir o Poder. E agora é

¹¹² Arena Jovem quer participação. *Correio da Manhã*, domingo, 30 jun. 1968, 1º Caderno, p. 3.

¹¹³ Pereira Lopes: Médici bem impressionado. *O Globo*, quinta-feira, 18 mai. 1972, Matutina, Geral, p. 14.

necessário que se prepare a juventude para substituir-nos.”¹¹⁴ O governador fazia ainda elogios à ala jovem da Arena em Pernambuco e defendia que a sua agremiação poderia funcionar como uma “escola política” para as lideranças jovens.

A criação de espaços institucionais em que seria possível preparar as lideranças da juventude para possivelmente governar o país no futuro era compreendida, dessa forma, como um dos principais preceitos atribuídos à atuação da Arena Jovem. Em artigo intitulado “A participação da Juventude” e publicado no Boletim mensal do diretório paulista do partido governista em dezembro de 1975, ações nesse sentido eram apresentadas como os objetivos dos departamentos da juventude. Segundo o documento, a primeira finalidade da Arena Jovem paulista seria “servir como meio de comunicação entre a Juventude e o Governo, pois a inexistência de um relacionamento eficaz e verdadeiro marginaliza os jovens politicamente.” Nessa definição, a ala jovem aparecia como uma intermediária na relação entre os moços e os adultos personificados pelo regime. Com o devido entrosamento entre essas duas gerações, ganhariam os jovens com a sua adequada inserção política. Mas, implicitamente, ganharia o regime também, pois as oposições jovens à ditadura eram muitas vezes categorizadas como um problema na comunicação entre a juventude e o governo. Mais importante, o quinto objetivo atribuído ao departamento afirmava que caberia à Arena Jovem “despertar nos jovens o interesse pelo processo político nacional, criando condições para o surgimento de lideranças novas e descomprometidas, assim como prepará-las para assumir futuramente a direção política do país.”¹¹⁵ No horizonte dessa finalidade conferida ao diretório, estava a perspectiva da perpetuação do regime militar a partir da adequada formação de uma geração de jovens comprometida com ele. *Participação* e continuidade eram percebidas, dessa forma, em contexto duplo: primeiro, da própria ditadura governada pelas jovens lideranças no futuro; segundo, na relação entre os governantes adultos e a juventude em 1975.

O preceito de que a juventude arenista se tornaria a responsável pelo governo do Brasil no futuro próximo, em uma linha de continuidade geracional, foi incorporada também pelos próprios militantes das alas jovens da agremiação. No projeto de “Diretrizes da Arena Jovem” apresentado durante a I Convenção estadual da Arena Jovem do Paraná, realizada em 1975, esse ponto de vista estava presente em uma frase que concluía o documento:

Conscientes do dever da participação, e buscando uma formação política, em fase intermediária entre a vida privada e a vida político-partidária[,] a Arena-Jovem

¹¹⁴ César Cals: Eleições municipais são teste do modelo brasileiro. *O Globo*, segunda-feira, 19 jun. 1972, Vespertina, Geral, p. 22.

¹¹⁵ A participação da Juventude. *Boletim mensal da Arena*, Diretório regional do estado de São Paulo, nº 2, dez. 1975, p. 7. CPDOC/FGV. Fundo: Arena. Classificação: R465.

constitui-se, acima de tudo[,] em instrumento politizador e educador para os que um dia deverão assumir os destinos da Nação.”¹¹⁶

A conexão entre a *participação* política da juventude e a continuidade geracional no governo do país também era debatida por emedebistas durante a década de 1970. Contudo, os membros da oposição compartilhavam um ponto de vista mais crítico com relação aos limites colocados à ação política jovem e concebiam a juventude como uma força que poderia ser mobilizada para a redemocratização do Brasil e não para a continuidade do regime ditatorial. Em junho de 1975, essa temática foi debatida em uma significativa palestra do então deputado federal João Gilberto Lucas Coelho durante um ciclo de debates realizado pelo MDB Jovem de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. A fala do parlamentar foi gravada secretamente e transcrita integralmente pela comunidade de informações, apesar das tentativas dos membros da ala jovem santa-mariense em impedir a vigilância do regime nas dependências do Centro Cultural da cidade. O título da palestra de Coelho era “Movimento estudantil e restrições institucionais”. Mas, como ele repetiu em diferentes passagens de sua longa fala, a problemática a qual ele se dedicava era justamente a *participação* política da juventude, condição etária via de regra identificada à de estudante em sua fala. O ponto de vista do parlamentar opositor pode ser interpretado como um debate sobre os contornos da ação política jovem tal qual prescrita pelo regime e compreendida pelas oposições, que indicavam os seus limites. Mas sua perspectiva trazia, também, alguns elementos performativos da noção cultural de *participação* sobre os quais retornarei no Capítulo IV e que remetem a um debate sobre os instrumentos repressivos impostos à organização política dos estudantes (em especial com relação ao Decreto-Lei 447, à lei 5.540 e ao Decreto-Lei 228).

Logo na abertura de sua conferência, João Gilberto Coelho, que havia sido vereador de Santa Maria e à época estava em seu primeiro mandato na Câmara Federal, expressou a sua compreensão particular do assunto que o MDB Jovem havia lhe proposto. Tratava-se do que ele definiu como “um dos temas que tem maior repercussão nacional atualmente, que é o problema da *participação política do estudante*.” Apesar de inicialmente demarcar a sua problemática no âmbito da condição estudantil, logo na sequência o parlamentar opositor recorreu a percepções sobre os grupos de idade para justificar a relevância do assunto. Em suas palavras, a temática da *participação* não deveria interessar somente ao “estudante, mas que interessa a [sic] comunidade brasileira, que se ve [sic] no momento presente frustrada, impedida

¹¹⁶ “Diretrizes da Arena Jovem” – Arena Jovem do Paraná. c. 1975. Fundo Arena do CPDOC/FGV. Série: Organização partidária (OP), subsérie: Arena Jovem (AJ). Classificação: ARENA 1969.11.25, fl. 03.

de ter a *participação da nossa juventude* na medida ideal para o desenvolvimento sócio-político numa comunidade tão ampla como a nossa.”¹¹⁷

Em outro momento de sua palestra, Coelho voltou a falar da importância da *participação* dos jovens na vida política do país ao dizer que “não se pode pretender que metade dos universitários estejam no MDB, metade na ARENA e está tudo resolvido.” A ação política dos estudantes deveria, em seu ponto de vista, ser ampliada, incluindo um debate tanto ideológico quanto de “alternativas” para o país. Os jovens deveriam também atuar “se formando e inclusive participando no momento presente da pátria, porque a Pátria não pode se dar ao luxo, o Brasil não pode se dar ao luxo de dizer assim: ‘60% da população não participa’. Porque? [sic] Porque são jovens.” Nesse sentido, o parlamentar recorria à demografia majoritariamente jovem do país nos anos 1970 para sustentar o que ele concebia como uma necessidade imperiosa da *participação* da juventude nas decisões políticas. Excluir os jovens do envolvimento nas relações de poder significava alijar a maior parte da população brasileira das decisões sobre o país, por isso esse era um tema que dizia respeito à sociedade brasileira como um todo. Na sequência, João Gilberto Coelho asseverava:

E[,] afinal[,] o jovem aos 18 anos está pronto, já é maior de idade para morrer pela pátria, e porque não estaria ele *pronto e adequado a participar do momento que essa pátria vive*. Está preparado para o maior, para o mais difícil que é morrer pela pátria. Mas não está preparado, segundo a legislação vigente[,] para o melhor que é *participar do momento da sua Pátria*. Vejam então que essa ogeriza [sic] que se tem pela *participação do jovem na política*[,] especialmente pelo movimento, [sic] estudantil[,] não tem razão de ser[,] é embasada apenas numa pretensão de deixar toda uma geração ou sucessivas gerações separadas do processo político e nós amanhã seremos um grande corpo sem cabeça, porque um grande corpo, que o Brasil indiscutivelmente é um grande corpo, mas sem liderança, porque não estamos preparando as lideranças.¹¹⁸

Nesse trecho da fala do parlamentar, ele estabelecia uma correlação entre o serviço militar – obrigatório a todos os jovens do gênero masculino que completassem 18 anos – e a ação política da juventude, em especial através do movimento estudantil. Por analogia, Coelho argumentava que, se um jovem que atinge a maioridade civil pode ser um soldado e ser visto como um sujeito que poderia “servir” ao país, ele também estaria “preparado” e seria “adequado” para a participação política. Em termos das fronteiras culturais em que a política se dava nos anos 1970, o ponto de vista do emedebista era especialmente arguto. Vivendo uma ditadura governada por militares e que militarizou amplas esferas da vida cotidiana, João

¹¹⁷ COELHO, João Gilberto Lucas. “Movimento estudantil e restrições institucionais”. 13 jun. 1975. In: Informação nº 21-3311/75/DCI/SSP/RS, 16 de julho de 1975, p. 3. *Arquivo Nacional*, Fundo: Serviço Nacional de Informações, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84009770_d0001de0001. Grifos meus.

¹¹⁸ *Idem.*, p. 13.

Gilberto Coelho estabelecia uma relação entre uma forma de ação juvenil que interessava ao regime (integrada às Forças Armadas, em que o jovem se tornava soldado) e uma maneira que poderia abrir margem para atividades não prescritas pela ditadura (no que ele compreendia como “política”, associada aos departamentos dos partidos como o MDB Jovem, mas especialmente à militância estudantil). Por fim, e mais importante para a análise do vínculo entre *participação* e continuidade geracional, o deputado apontava o risco de se impedir a ação política dos jovens tendo como horizonte justamente a formação das lideranças e o governo do país no futuro próximo. Assim como vários arenistas e apesar das discordâncias de caráter político-eleitoral, Coelho também revestia a *participação* de um valor simbólico que tinha a ver com a preparação da juventude para assumir os rumos do país.

No Projeto Rondon, por fim, a associação entre a *participação* dos jovens e a instauração de uma linha contínua entre as gerações pautou a ação dos rondonistas desde as primeiras operações no interior do país. Em fevereiro de 1968, essa foi a tônica da audiência mantida entre um grupo de 20 universitários gaúchos que havia participado do programa e o ministro do Interior, general Albuquerque Lima. Os estudantes fizeram amplo e detalhado relato sobre a sua viagem para a região amazônica, em uma reunião que durou quase uma hora. Os jovens foram tratados como exímios representantes da “mocidade estudantil” brasileira pelo ministro e ouviram dele palavras de incentivo à sua *participação*. Segundo o jornal *Correio da Manhã*, o militar afirmou que “esquecendo as horas de folga que teriam nas férias, abandonando o aconchego do lar, jovens estudantes resolveram participar da luta de integração nacional e só poderiam agir conhecendo o Brasil em toda a sua extensão”. Para além dos termos nacionalistas em que a sua percepção se dava, Albuquerque Lima também se dirigia aos estudantes como um adulto que estaria aberto a conversar com a mocidade e, por meio da *participação*, possibilitar a continuidade entre as gerações. O ministro fez, então, um pedido aos jovens que atribuía a eles a *responsabilidade* de lidar de forma original com os problemas nacionais: “que abram os olhos do Brasil para o que vocês puderam ver, porque a nossa linguagem é a de vocês e queremos saber da realidade para dar soluções novas”. E, na sequência, dizia ainda que o governo estaria possibilitando a *participação* por meio do Projeto Rondon “para que a geração de vocês não tenha problemas; a nossa está passando mesmo e os que nos seguirão é que terão de ocupar a Amazônia.”¹¹⁹

Essa fala de Albuquerque Lima indicava também uma orientação sobre a *participação* dos jovens que considerava a integração da Amazônia como uma tarefa de médio prazo, a ser

¹¹⁹ Albuquerque Lima ouviu estudantes do Projeto Rondon. *Correio da Manhã*, sábado, 17 fev. 1968, 1º Caderno, p. 5.

realizada por meio da colaboração entre as gerações e representativa de um dos maiores interesses nacionais. Em perspectiva ao mesmo tempo nacionalista e desenvolvimentista, a região da floresta amazônica era vista como um “vazio demográfico” que deveria ser conquistado em um processo que começava com os não jovens que governavam o país dos anos 1960 e que seria concluído somente por aqueles que, nesse momento, faziam parte da juventude brasileira.

Esse ponto de vista voltou às páginas do jornal em outubro de 1969, quando Octávio Ribeiro publicou no *Jornal do Brasil* uma longa reportagem que sentenciava logo em seu título: “Projeto Rondon é a saída para a Amazônia”. O texto apresentava as ações dos rondonistas na região amazônica, defendendo o ponto de vista de que “o entusiasmo e a determinação dos jovens estão mudando a face da Amazônia para integrá-la ao resto do país.” À certa altura, Ribeiro citava uma fala de um dos maiores entusiastas dos *campi* avançados do Projeto Rondon: o professor José Mariano da Rocha, reitor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e responsável pela instalação do *campus* avançado da sua universidade em Boa Vista, território federal de Roraima. “Acredito que o Projeto Rondon é o melhor meio de colocar a juventude em condições para assumir a direção do país. Ele permite à juventude o conhecimento dos problemas do Brasil e nos coloca em condições de avaliar e executar no futuro esta tarefa”, disse Mariano da Rocha.¹²⁰ Nessa apreciação, portanto, a *participação* dos jovens através do Projeto Rondon se justificava na medida em que os habilitava a assumir o governo do país em um momento vindouro.

Assim como a Operação Mauá ou os diretórios juvenis do partido, o programa do Ministério do Interior estaria, dessa forma, capacitando a juventude para governar o Brasil do futuro, sempre em consonância com a geração que governava o país nas décadas de 1960 e 1970. Essa perspectiva permaneceu como um elemento importante para configurar a *participação* dos rondonistas ao longo do tempo, sendo defendida inclusive pela imprensa liberal. Em editorial publicado em dezembro de 1972, o *Jornal do Brasil* pressionava em favor de uma ampliação das operações do Projeto Rondon a partir desse raciocínio. Segundo o texto, significativamente intitulado “Participação jovem”, o programa de extensão seria uma “iniciativa amplamente vitoriosa” justamente porque havia sido capaz de “captar no momento exato o desejo de participação da juventude representada nas universidades e leva-la a conhecer de perto, na intimidade da prestação de serviços, aspectos da realidade brasileira distanciada dos grandes centros urbanos.” Estaria justamente nessa modalidade de ação juvenil a

¹²⁰ RIBEIRO, Octávio. Projeto Rondon é a saída para a Amazônia. *Jornal do Brasil*, domingo e segunda-feira, 26 e 27 out. 1969, 1º Caderno, p. 37.

possibilidade para que os universitários, mais do que conhecessem, sentissem por “experiência própria” os problemas do Brasil, afastando-se de “opiniões preconcebidas”. Essa experiência seria fundamental para a formação dos governantes do país em longo prazo. “Os universitários”, segundo o *JB*, “adquirem [...] uma visão política do universo brasileiro capaz de habilitá-los, posteriormente, ao encaminhamento de soluções menos precárias, quando acaso abraçarem a carreira política ou se tornarem administradores da coisa pública.” O editorial ainda arrematava a sua associação entre a *participação* e a continuidade geracional afirmando que essa mudança de mentalidade ocorrida por meio das operações do Rondon era crucial para “um país que deseja renovar os quadros políticos e administrativos” como o Brasil.¹²¹

Prescrita como uma forma de “ocupar” o tempo ocioso, em especial durante as férias estudantis, a *participação* foi vivenciada por muitos jovens brasileiros dos anos 1960 e 1970 por meio do Projeto Rondon e da Operação Mauá. Vista como uma maneira adequada de inserção da juventude na política, ela foi experimentada em diretórios juvenis da Arena e do MDB, que, no entanto, nunca se organizaram nacionalmente. Ditada como uma forma de cultivar o sentimento de *responsabilidade* nos jovens, de enfraquecer as críticas à ditadura (ou aos adultos de forma ampla) e de promover a continuidade entre as gerações, a *participação* da juventude se multiplicou na década de 1970. Nem sempre, contudo, o prescrito por essa importante categoria cultural de ação política jovem era efetivado – esse é o tema do Capítulo IV.

¹²¹ Participação jovem. *Jornal do Brasil*, sábado, 22 dez. 1972, Editorial, p. 6.

Capítulo IV

Modalidades de *participação* jovem: os elementos performativos da ação política prescrita pela ditadura

“Reunidos em Porto Alegre, em agosto de 1975, no I ENCONTRO a nível nacional, os representantes da Juventude do Movimento Democrático Brasileiro dirigem-se à Nação e, especialmente, à sua juventude, com o propósito de afirmar, mais uma vez, os princípios fundamentais que orientam e determinam a *participação dos jovens brasileiros na vida política nacional*. Diante da situação de irregularidade institucional, que deforma a vida da Nação, corrompe a sua vocação democrática, impede pelo arbítrio e pela prepotência que nosso povo manifeste as suas justas aspirações, reafirmamos o nosso compromisso permanente com a Liberdade, a Democracia e a Justiça Social, e reconhecemos o direito das diversas forças sociais de se organizarem livremente em seus Sindicatos, Entidades Estudantis, Associações de Classe e Partidos Políticos, de forma a assegurarem *uma participação efetiva e legítima nas decisões políticas, econômica e sociais do País*. [...]”

Trecho do manifesto “À juventude brasileira”, produzido no I Encontro Nacional do MDB Jovem e publicado no “Caderno político” nº 2 do Setor Jovem Estadual do MDB do Rio Grande do Sul.¹

“Já sem suas entidades nacionais e estaduais [...], como poderiam os estudantes continuar *participando*? O próprio sistema tem alternativas para sugerir: o Projeto Rondon, a Operação Mauá, etc. [...] O que se constata é que muito mais do que uma maneira de *participação*, o Projeto Rondon, e similares, são meios de evitar a *participação*, abrindo válvulas de escape.

Trecho do artigo “O estudante na história”, elaborado pelos membros do Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 1976.²

¹ Manifesto “À juventude brasileira”. “Caderno político” do Setor Jovem estadual do MDB/RS, nº 2, produzido pela Secretaria de Divulgação e Imprensa em Porto Alegre, em agosto de 1975, p. 3. Informação nº 563/15/APA/75, de 22 de outubro de 1975. *Arquivo Nacional*, Fundo: Serviço Nacional de Informações, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_75090934_d0001de0003. Grifos meus.

² O estudante na história, *Capoeira*, nº 5, ano 1, p. 3. *Arquivo Nacional*, Fundo: Comissão Geral de Investigações, BR_DFANBSB_1M_0_0_8296_d0025de0028. Grifos meus.

Como uma “norma cultural” que orientava a ação política da juventude de acordo com os princípios da ditadura militar, a categoria “nativa” de *participação* implicaria em atividades controladas no âmbito das políticas do regime voltadas a esse grupo etário em particular. Nelas, a incorporação dos jovens nos objetivos e programas do regime era compreendida como estratégica, inclusive no sentido de demonstrar uma sensibilidade do governo em se aproximar da juventude e em direcionar o potencial dos jovens no sentido da construção do desenvolvimento e/ou do país do futuro, “Brasil-grande” propagandeado especialmente no início da década de 1970. Nelas, também, as ações dos jovens eram revestidas de sentidos como a subordinação, a *responsabilidade* e a continuidade geracional, como argumentei no Capítulo III. No entanto, a heterogeneidade que constituía a própria condição juvenil no Brasil dos anos 1960 e 1970 criou uma situação complexa para as relações entre juventude e ditadura: a *participação* configurada por aqueles que ocupavam o Estado foi compreendida e experimentada de formas diversas, algumas delas não previstas inicialmente, pelos jovens que, seja no Projeto Rondon, na Operação Mauá, na Arena Jovem ou no MDB Jovem, aceitaram a “convocação” do regime para *participar*.

As experiências compreendidas e vivenciadas como *participação* no Brasil ditatorial eram, nesse sentido, alvo de compreensões variadas, que serviam também a disputas com relação à forma como os sujeitos históricos – jovens e não jovens – revestiam de sentidos simbólicos o lugar das juventudes no contexto da ditadura. A *participação* dos jovens era, nesse sentido, constante campo de disputas. Como argumenta Clifford Geertz, para que as “ideias”, sejam elas de ordem moral ou política, sejam efetivas, “devem ser apresentadas por grupos sociais poderosos para poderem ter efeitos sociais poderosos: alguém deve reverenciá-las, celebrá-las, impô-las.”³ Mesmo que, em muitas situações, representantes da ditadura estivessem em condições de poder favoráveis à imposição da *participação* nos moldes prescritos, nem sempre esse era o caso. Muitas vezes, os jovens que se integravam aos programas do regime reelaboravam essas normas culturais de forma a demonstrar um *protagonismo juvenil* mesmo em relações hierárquicas rígidas.

As maneiras como as experiências de *participação* foram revestidas de sentidos pelos jovens de formas inicialmente imprevistas pelos formuladores dessa concepção demanda uma reflexão sobre as ambiguidades das ações políticas que se davam no âmbito dos programas da ditadura militar para a juventude, isto é, nas interseções possíveis entre condição juvenil e ditadura. Essa ordem de questionamentos é localizada pelo antropólogo Marshall Sahlins no

³ GEERTZ, Clifford. *Op. citada*, 2015 [1973], p. 137.

âmbito da “existência e na interação dual entre a ordem cultural enquanto constituída na sociedade e enquanto vivenciada pelas pessoas: a estrutura na convenção e na ação, enquanto virtualidade e enquanto realidade.”⁴ Segundo o mesmo autor, os sujeitos históricos “em seus projetos práticos e em seus arranjos sociais, informados por significados de coisas e de pessoas, submetem as categorias culturais a riscos empíricos”. Sahlins denomina esse processo histórico de “reavaliação funcional das categorias”, isto é, os procedimentos por meios dos quais, em determinado contexto, os modelos de ação prescritos são testados na prática, levando ao surgimento de “novas conotações, muito distantes de seus sentidos originais”.⁵

Ao procurar complexificar essa problemática, Sahlins levanta duas hipóteses que explicam a reavaliação das normas e códigos. Primeiro, pela própria diversidade de usos das categorias culturais, que ensejam significados distintos. “Qualquer uso real de um signo em referência”, argumenta o antropólogo, “seja por uma pessoa, seja por um grupo, emprega apenas uma parte, uma pequena fração, do sentido coletivo. Afora as influências do contexto, essa divisão do trabalho significativo é, de um modo geral, função das diferenças da experiência social e dos interesses entre as pessoas.” Segundo, pelas relações desiguais de poder. Em sua “sociologia situacional do significado”, o antropólogo estadunidense reconhece que as “atualizações cotidianas da cultura” podem até ser oportunidades para tornar determinada estrutural cultural consensual. No entanto, isso envolveu um risco dado pela relação entre “dominador” e “dominado”. “As improvisações (reavaliações funcionais) dependem”, conclui Sahlins, “das possibilidades dadas de significação, mesmo porque, de outro modo, seriam ininteligíveis e incomunicáveis.”⁶

No caso das ações políticas jovens revestidas de sentidos simbólicos por meio da categoria de *participação*, essa estrutura cultural foi colocada à prova, ganhando novos sentidos na medida em que um amplo contingente de jovens, oriundos de situações sociais ou políticas com alguma diversidade, experimentava essas atividades prescritas pelo regime. Ações que se davam durante as operações do Projeto Rondon, sejam elas no interior do Brasil ou nas periferias das grandes cidades, ou ainda nos *campi* avançados das universidades. Ações nos estágios em empresas, nas obras rodoviárias do regime ou em viagens de estudo, todas possibilitadas pela Operação Mauá. Ações, ainda, nos diretórios juvenis do MDB Jovem ou da Arena Jovem, nos cursos de formação de lideranças ou nas disputas eleitorais. Em todas essas situações, possibilitadas pelas políticas da ditadura voltadas à juventude, a categoria de

⁴ SAHLINS, Marshall. *Op. citada*, 2011 [1985], p. 9.

⁵ *Idem.*, p. 10.

⁶ *Idem.*, p. 11-12.

participação era reelaborada e vivenciada de formas diversas, a partir da agência juvenil em contextos em que vigoravam relações de poder desiguais entre jovens e não jovens. Nesse processo, como argumenta ainda Sahlins, “os significados são, em última instância, submetidos a riscos subjetivos, quando as pessoas, à medida que se tornam socialmente capazes, deixam de ser escravas de seus conceitos para se tornarem seus senhores.”⁷

Talvez um dos maiores exemplos dessas interações entre o “prescritivo” e o “performativo” na ação política jovem experimentada como *participação* esteja na estruturação dos diretórios juvenis dos partidos políticos ao longo dos anos 1970. Como apontei anteriormente, o sistema partidário sofreu uma série de intervenções discricionárias ainda na década de 1960 e, em parte por isso, os partidos eram vistos como o espaço por excelência para a *participação* políticas dos jovens. Por isso, o final dos anos 1960 e o início da década posterior viram nascer uma das políticas da ditadura para a juventude: o estímulo à criação de departamentos juvenis nos partidos. Houve, assim, uma série de iniciativas por parte das lideranças adultas da Arena, inclusive os próprios generais-presidentes, em incentivar a formação de departamentos juvenis do partido governista. As seções da Arena Jovem, nesse sentido, localizavam-se mais próximo ao âmbito do “prescritivo”. Ainda assim, também entre os jovens conservadores que apoiavam a ditadura militar, houve espaço para reavaliações da *participação*.

A política da ditadura no sentido de motivar a *participação* da juventude nos partidos, entretanto, levou também à criação das seções do MDB Jovem em diferentes partes do Brasil. A situação dos jovens emedebistas era paradoxal. Por um lado, passavam a impressão de se submeterem aos termos prescritos pela ditadura militar com relação ao lugar dos jovens e à sua *participação* política. Não por acaso, foram duramente criticados por setores mais à esquerda das oposições, seja porque esses críticos defendiam projetos de luta armada contra o regime, seja porque propunham um *engajamento* aberto, como *resistência* ao regime e sem concessões com as propostas da ditadura. Por outro lado, muitos membros dos departamentos juvenis do partido se aproveitaram da prescrição na forma cultural da *participação* como um canal aberto, ainda que limitado, ao exercício da oposição. Tratavam-se de modalidades “performativas” de *participação*, responsáveis por fazerem surgir sentidos imprevistos para a ação política desses jovens: a crítica à legislação discricionária imposta pelo regime, a denúncia da perseguição por motivos políticos, a impossibilidade de se fazer política nos *campi* das universidades. A prescrição da *participação* dos jovens nos partidos, dessa maneira, desdobrou-se em outros

⁷ SAHLINS, Marshall. *Op. citada*, 2011 [1985], p. 11.

sentidos culturais que foram performados na medida em que os militantes dos departamentos juvenis vivenciavam a ação política no cotidiano, estabelecendo alianças e disputas com outros grupos jovens ou com lideranças partidárias adultas.

Esse processo, contudo, não ocorreu somente na Arena Jovem e no MDB Jovem. No Projeto Rondon e na Operação Mauá não foi diferente. Se o objetivo do Ministério do Interior e de outros setores do governo era integrar os jovens universitários às metas de desenvolvimento do regime, afastando os jovens dos movimentos estudantis, muitos foram os significados atribuídos à *participação* nas operações do Rondon na medida em que ela era colocada “à prova” pela ação prática. O programa de extensão foi, nesse sentido, espaço para uma *participação* que trazia novas questões para essa política voltadas aos jovens. Dentre elas, estavam as denúncias do descaso das autoridades locais com a população ou da suposta exploração de recursos naturais por estrangeiros no interior do país. Em menor escala, a Operação Mauá também foi um espaço para ações que adicionavam elementos performativos à *participação* da juventude. As atividades promovidas pelo Ministério dos Transportes atraíram jovens que possuíam vínculo com organizações de esquerda, fenômeno que foi registrado com apreensão pelos órgãos de informação da ditadura. Eles se integravam às viagens de estudo e aos estágios da Opema com objetivos mais próximos àqueles estabelecidos pelas oposições ao regime, como, aliás, outros jovens também faziam no Projeto Rondon e no MDB Jovem.

A partir da análise de um conjunto amplo de fontes históricas, este capítulo busca cartografar os pontos de vista “nativos” que configuraram esse processo de reavaliação da *participação*. Nele, os jovens que se integraram aos diretórios dos partidos, ao Projeto Rondon e à Operação Mauá foram responsáveis por adicionar elementos performativos à ação política prescrita pela ditadura. Em um primeiro momento, analiso as discussões propostas por membros da Arena Jovem e do MDB Jovem em torno da legislação restritiva sobre movimento estudantil. Composta especialmente pelos Decretos-Leis 477 e 228, esses instrumentos de repressão estavam na base legal da *participação*. Seu questionamento envolveu ações diversas, como manifestos, abaixo-assinados e até mesmo protestos tanto de emedebistas como de arenistas. Depois, examino as críticas, reelaborações e rupturas impostas por jovens que se posicionavam na oposição à ditadura a essa forma de ação política. Na imprensa partidária, em palestras nos *campi* universitários ou até mesmo nas próprias ala juvenis do MDB, esses jovens debatiam abertamente os limites da *participação* e até mesmo rompiam com eles. Por fim, analiso alguns casos em que a *participação* no Projeto Rondon resultou em denúncias diversas

relacionadas às autoridades locais das áreas de atuação ou a supostas ações ilegais de exploração de recursos naturais por estrangeiros.

Arena Jovem e MDB Jovem diante da legislação ditatorial sobre movimento estudantil

A partir de meados da década de 1970, cada vez mais jovens que haviam aderido à *participação* política prescrita pela ditadura nos diretórios juvenis da Arena e do MDB se utilizavam desse espaço para performar suas ações de uma maneira que questionava os limites impostos ao comportamento político da juventude. Esse processo era um sinal de importantes mudanças, intensificadas a partir do início do mandato do general-presidente Ernesto Geisel e dos anúncios do projeto de distensão controlada por parte do regime. O questionamento da legislação restritiva à ação do movimento estudantil – o Decreto-Lei 477, em particular, mas também o Decreto-Lei 228, também conhecido como decreto Aragão em referência ao então ministro da Educação e Cultura, e até mesmo o AI-5 – ganhou as páginas dos jornais e revistas, foi discutido em eventos organizados pelas alas juvenis tanto da Arena quanto do MDB, passou a figurar nos manuais voltados às lideranças juvenis e até mesmo foi parte dos temas discutidos nas audiências com autoridades do próprio governo. Esse amplo debate revelava um *protagonismo dos jovens*, ainda que agissem a partir de espaços que buscavam controlar sua atividade. Ele também resultou em reavaliações significativas das formas de perceber e experimentar a *participação* por parte da juventude dos anos 1970.

Esse processo de remodelação dos termos simbólicos em que a ação juvenil poderia ser experimentada era, em alguns casos, comunicada à direção nacional da Arena por meio de correspondências que ficaram depositadas no fundo documental do partido. Entre elas, está o relatório elaborado por Juarez Mey de Souza, presidente do MAJ de Santa Catarina, em abril de 1975. O dirigente juvenil informava aos líderes nacionais da agremiação que entre as atividades promovidas pelo MAJ estava a criação de uma comissão cujo objetivo era “apurar os pontos negativos do Decreto-Lei 477 no meio universitário catarinense, oferecendo sugestões que permitam a aproximação maior dos estudantes com o partido”.⁸ Por mais que não detalhasse quais eram os membros dessa comissão ou quais eram as suas atividades até aquele momento, o relatório escrito por Mey de Souza indicava um descompasso entre a *participação* prescrita pelo regime, que tinha no 477 um de seus fundamentos legais, e a ação efetiva dos jovens arenistas em Santa Catarina. O resultado dessa incongruência era o aumento da distância

⁸ SOUZA, Juarez Mey de. Relatório. Florianópolis, 30 abr. 1975. Fundo Arena do CPDOC/FGV. Série: Organização partidária (OP), subsérie: Arena Jovem (AJ). Classificação: ARENA 1969.11.25, fl. 1.

dos universitários com relação à Arena, fator que teria levado os membros do MAJ a formarem, por conta própria, uma comissão destinada a reavaliar os contornos da *participação*.

A audiência mantida entre Geisel e um grupo de dez universitários da Universidade Mackenzie, em 2 de setembro de 1975, foi uma das ocasiões em que essas reformulações estiveram presentes. Segundo o *Jornal do Brasil*, havia ao menos duas narrativas diferentes sobre as razões que motivaram o encontro. O estudante Renato Rodrigues Leite, presidente do DCE da Mackenzie, declarou ao periódico que a razão para o encontro no Palácio do Planalto seria convidar o presidente para conhecer a universidade em que estudava o grupo de universitários presente à audiência. Essa declaração genérica era contraposta a uma segunda narrativa, fornecida aos repórteres do *JB* por José Roberto Ramos, membro do DA da Faculdade de Tecnologia da Mackenzie. Segundo Ramos, o motivo da audiência era a crise por que passava a universidade paulista, com situações como o não reconhecimento de cursos pelo MEC ou o cancelamento de cursos de graduação após a realização do vestibular. De qualquer forma, contudo, a reportagem informava que esses temas não foram discutidos, pois a pauta do encontro foi justamente a legislação que regulava a *participação* política dos jovens estudantes. Em uma audiência de 45 minutos, por isso descrita como “longa” pela fonte, os estudantes sugeriram ao militar o “reestudo da matéria”, ainda que, na definição do jornal, “não são favoráveis à revogação pura e simples do Decreto 477”.

Como declarou Renato Leite aos repórteres do *JB* na saída da audiência, o posicionamento do grupo era justificado pelo argumento de que a “simples” extinção desse instrumento jurídico poderia “facilitar o retorno à situação confusa do passado, poderiam os casos envolvendo a classe estudantil ficar sujeitos ao Ato Institucional Nº 5, que é mais rigoroso.” Ou seja, em linguagem coincidente com a da base da ditadura, Renato identificava as ações do movimento estudantil anteriores a dezembro de 1968 ao “caos” político, sem questionar em sua integralidade instrumentos repressores como o próprio AI-5. Além disso, o líder estudantil aproveitava a oportunidade para aplaudir um projeto de lei proposto naquele mesmo momento pelo senador Petrônio Portella que tratava especificamente dos diretórios juvenis dos partidos.⁹ De acordo com o *Jornal do Brasil*, os jovens “elogiaram o projeto de lei do Senador Petrônio Portella facilitando a participação dos estudantes na atividade política, através dos Partidos”. O presidente do DCE da Mackenzie, além disso, “acentuou que a idéia poderá significar a verdadeira participação estudantil na política brasileira, ‘sem dependermos do apoio das raposas tradicionais’.”

⁹ Lei nº 6.341, de 5 de julho de 1976. Dispõe sobre a Organização e o funcionamento de Movimentos Trabalhista e Estudantil nos Partidos Políticos, e dá outras providências.

Apesar de os jovens terem sido recebidos pelo general-presidente e de se posicionarem de acordo com várias das diretrizes políticas oficiais, a despreziosa sugestão de que o Decreto-Lei 477 deveria ser revisto pelo governo levou os jovens a escutarem de Geisel uma exposição sobre os princípios culturais que sustentavam a ação política jovem como *participação*. O general não teria dito nada sobre o pedido dos universitários, mas disse – segundo o relato dos estudantes replicado pelo *JB* – que “o Decreto-Lei 477 chega a ser ameno para os estudantes, pois se ele não existisse muitos casos envolvendo-os poderiam passar à alçada da Lei de Segurança Nacional, mais drástica nas punições dos crimes contra a Segurança do Estado.” Geisel reafirmou na sequência a sua máxima pessoal sobre o lugar adequado para a ação política juvenil, conforme informou a reportagem: “os estudantes devem participar da vida política do país através dos Partidos, e não envolvendo as universidades, que devem ser entidades voltadas para o estudo e a pesquisa, sem envolvimento político e sem servir de ambiente de agitação.”¹⁰

A fala de Geisel era significativa dos sentidos “nativos” conferidos à vida política e dos limites esperados da *participação* jovem, inclusive associando a atuação do movimento estudantil à “agitação”. Não por acaso a integração dos jovens no Projeto Rondon e até mesmo as sugestões dos universitários da Mackenzie sobre o *campus* avançado mantido pela instituição em Irecê, na Bahia, foram também discutidas na audiência. Mais do que isso, entretanto, os contornos desse e de outros eventos indicavam uma postura paternal diante da juventude. Nesse entendimento, os jovens receberiam, com o 477, uma punição mais “branda”, caso desrespeitassem as medidas ditatoriais, em comparação às penalidades mais severas aplicadas aos não jovens através da Lei de Segurança Nacional e do AI-5. Haveria, nessa perspectiva, um recorte de idade (a juventude) e de condição (a estudantil) na legislação ditatorial sobre atividades políticas. O regime, assim, agia de forma condescendente, pois criara um instrumento repressivo específico para os jovens.

Esse roteiro se reproduziu, com algumas nuances, por várias vezes ao longo da segunda metade da década de 1970. Em março de 1976, por exemplo, o jornal *O Globo* noticiou uma reunião entre Geisel e membros da Arena Jovem de Manaus, no Amazonas, em que o general-presidente mais uma vez delimitou os contornos da ação política jovem dentro dos partidos, não nas universidades (e no movimento estudantil, por extensão). Ao ser questionado pela imprensa após o encontro sobre o Decreto-Lei 477, o estudante de Administração José Alberto da Costa Machado, presente na audiência, declarou que a revogação do dispositivo não havia

¹⁰ Geisel afirma que 477 evita Lei de Segurança Nacional. *Jornal do Brasil*, quarta-feira, 3 set. 1975, 1º Caderno, p. 3.

sido sugerida pelos arenistas ao militar. Justificando a posição do grupo, Machado declarou que o 477 era “um dispositivo legal que protege os estudantes bem intencionados dos subterfúgios de grupos radicais, especialmente a esquerda.”¹¹ Novamente, mas desta vez na fala de um jovem, a condição juvenil era percebida em traços paternais. Os jovens demandariam proteções “legais” mesmo que elas resultassem em limitações arbitrárias às suas ações, pois, caso contrário, poderiam ser ingenuamente atraídos pela radicalidade política, ainda que fossem bem-intencionados.

Na Bahia, no mesmo ano de 1976, a Arena Jovem também entregou um documento a Geisel durante a visita do general-presidente a Salvador. Nele, o departamento juvenil apresentava três reivindicações que, em maior ou menor grau, afastavam-se da ação política prescrita pelo regime: o fim do Decreto-Lei 477, o estímulo aos DAs das faculdades e o estabelecimento de um percentual de candidaturas jovens na Arena. Algum tempo depois, em outubro, o *Jornal do Brasil* teve acesso em primeira mão a um manifesto que estava sendo preparado pelo grupo e que mantinha a mesma linha política. À época, a ala juvenil era dirigida pelo neto do ex-governador baiano e ex-ministro Juracy Magalhães, o estudante Jutahy Magalhães. Em trecho publicado pelo *JB*, o diretório propugnava a revogação da legislação de exceção, como o AI-5 e o Decreto-Lei 477, sob a justificativa de que ela seria, “como o próprio nome já diz e subentende, provisória, e[,] portanto, não se pode encará-la como idéia.” Os jovens arenistas baianos, além disso, questionavam o 477 a partir do ponto de vista de que o instrumento impedia o pleno funcionamento das entidades estudantis. Assim, em outro trecho publicado pelo jornal carioca, afirmavam que “os Diretórios Acadêmicos estão tolhidos em suas atividades pelo advento do Decreto 477 e que, por isso, estão inibidos e não mais refletem o entusiasmo que se exige das entidades representativas da juventude.” Apesar de adicionarem elementos performativos importantes à *participação* na Arena Jovem, os arenistas baianos reafirmavam, ao mesmo tempo, alguns princípios simbólicos dessa forma de ação política. Faziam questão de reforçar, por exemplo, que “estão conscientes que os princípios que defendem estão contidos no programa do Partido”, como listavam na sequência.¹² Assim, mesmo que questionassem algumas posições oficiais e o que elas impunham à sua atuação enquanto jovens, os militantes do diretório reafirmavam o princípio da autoridade e da hierarquia partidárias, dizendo-se alinhados com os posicionamentos oficiais.

¹¹ Geisel anuncia estudos para férias de 30 dias. *O Globo*, sábado, 27 mar. 1976, Matutina, O País, p. 6.

¹² Manifesto na Bahia pede fim do AI-5, do 477 e nova Carta. *Jornal do Brasil*, segunda-feira, 4 out. 1976, 1º Caderno, p. 4.

Os esforços dos jovens arenistas baianos em reelaborar os sentidos da *participação* visando atrair mais militantes para o departamento, contudo, não foram bem-sucedidos. Em julho de 1977, essa era, ao menos, a avaliação da entidade, segundo declarações de seu porta-voz, Luís Cabral, ao mesmo *JB*. Ao contrário, os membros da Arena Jovem se sentiam frustrados e teriam abandonado a posição de “canalizar para o Partido do Governo os setores estudantis, ao mesmo tempo em que se propunha a combater o Decreto 477 e o AI-5”. A situação era atribuída por Luís Cabral, à época secretário-geral da ala juvenil baiana, aos recuos do projeto oficial de distensão e ao que era descrito como uma “insensibilidade” do governo em acolher as demandas juvenis. Mas, segundo a reportagem, o principal fator que teria levado a esse sentimento de desencantamento prevalente na Arena Jovem baiana seria a derrota dos dois únicos candidatos a vereador lançados pelo departamento nas últimas eleições municipais, realizadas em novembro de 1976.¹³

Conflitos internos aos diretórios estaduais da Arena já indicavam, mesmo antes que o debate sobre o 477 e o 228 ganhasse espaço, em que medida os contornos da vivência política da juventude enquanto *participação* eram constantemente testados e ressignificados pelos jovens dos anos 1970. Nesse sentido, em março de 1973 um grupo de jovens arenistas gaúchos autointitulado Geração Revolucionária (ou Gera) lançou um manifesto em protesto contra as limitações impostas pela nova direção do partido governista no estado. O jornal *O Globo*, importante veículo de comunicação da base social da ditadura, noticiou o caso com significativo espaço para a expressão dos pontos de vista da liderança do grupo. Representado por Hermes Pereira Dutra, Wanderlei Cabistani e outros jovens arenistas, o Gera havia levado ao então governador do estado, Euclides Triches, um manifesto que tratava sobre “a marginalização da mocidade na vida política”. Na definição do periódico, o grupo seria uma “dissidência” da Arena gaúcha porque o Gera havia sido criado contrariando a orientação do novo presidente do diretório estadual do partido, João Dêntice, e da cúpula da Arena, que haviam vetado os departamentos juvenis.

Um trecho do manifesto do grupo, contudo, indicava que, ao viver a *participação* na ala juvenil do partido governista, aqueles jovens estavam também reavaliando em tom de crítica esse modelo cultural de ação política. Segundo o texto reproduzido por *O Globo*, os arenistas afirmavam que “existem na Arena homens que não aceitam nem admitem ceder o lugar que lhes coube, por um ou outro motivo, a quem os pode substituir com igual ou maior

¹³ Arena Jovem na Bahia acusa fracasso da distensão e estuda novo plano de ação. *Jornal do Brasil*, terça-feira, 19 jul. 1977, 1º Caderno, p. 4.

brilhanismo.”¹⁴ Nesse trecho, portanto, o grupo questionava um elemento central para a experiência de *participação*: a de que a integração dos jovens na política deveria se dar em torno da continuidade geracional, em colaboração e não em conflito com os não jovens. Ao contrário, os membros do Gera questionavam a efetividade desse princípio simbólico ao iniciar um conflito pautado por clivagens de idade em sua denúncia sobre a incapacidade da Arena em se renovar, abrindo espaço para os seus militantes mais jovens.

Outro caso em que os membros da Arena Jovem entraram em conflito direto com dirigentes estaduais do partido governista aconteceu no Pará, em março de 1978. Os eventos envolveram a JAP, à época presidida por Emanuel Vasconcelos, e o governador do estado, Aloysio Chaves, que era também candidato a senador. Segundo declaração de Emanuel reportada pela *Folha de S. Paulo*, “a crise eclodiu anteontem [...] ao negar o governador uma audiência por nós solicitada, para tratarmos de assunto de maior interesse para o Estado [sic]: as baixadas [ou favelas]”. O presidente da JAP acrescentou que o que classificava como “problema de desatenção” de Chaves com a juventude arenista era de longa data e que, por isso, os membros do diretório haviam decidido retirar o apoio à candidatura do governador. Rui Dias, candidato a deputado estadual e assessor jurídico da JAP, corroborou com as declarações de Vasconcelos, afirmando ainda que “quem não reza pela cartilha de Aloysio Chaves é pressionado pelas formas mais esdrúxulas possíveis.”¹⁵ Esse conflito indica as dificuldades da Arena em abrigar correntes de pensamento e interesses oligárquicos tão diversos, um problema estrutural do bipartidarismo imposto pela ditadura. Mas pode ser interpretado também como uma das formas como jovens arenistas utilizaram-se dos espaços abertos pela *participação* possibilitada pelo regime para, a partir deles, questionar a maneira como a política era exercida por um cacique político estadual como Aloysio Chaves. Ainda assim, essa forma de ação política guardava linhas de continuidade com o que era ditado pelo regime: reafirmando as dimensões subordinada e hierárquica da *participação*, o encaminhamento dado pela JAP ao caso envolvia uma viagem de Dias a Brasília para solicitar a intermediação do presidente nacional da Arena, Francelino Dias, na disputa aberta em Belém.

Em Minas Gerais, o desacordo entre Arena Jovem do estado e a liderança do diretório estadual se desenrolou em maio de 1972. Na coluna “Coisas de política”, do *Jornal do Brasil*, o caso foi noticiado em texto que indicava a preocupação do então presidente do Diretório Nacional da agremiação, o senador Filinto Müller, com a mobilização da juventude, seja como militante do partido, seja como eleitor. De acordo com a fonte, os dirigentes da ala juvenil

¹⁴ Arena jovem gaúcha faz protesto. *O Globo*, quarta-feira, 21 mar. 1973, Matutina, Geral, p. 2.

¹⁵ Itálvio lamenta, mas confirma nome de Harry. *Folha de S. Paulo*, sexta-feira, 31 mar. 1978, 1º Caderno, p. 11.

arenista em Minas haviam sido recebidos pelo general-presidente Médici, em Brasília, “sem qualquer entendimento com a direção do Partido, antes ou depois do encontro no Palácio [do Planalto].” O propósito da audiência não destoava da *participação* esperada dos diretórios juvenis: desejavam convidar o presidente para um evento que realizariam em Belo Horizonte no mês de julho. Mas, ao desrespeitarem o sentido hierárquico que estruturava a Arena, os jovens mineiros adicionavam elementos performativos à sua ação vistos como excessivamente autônomos. Por isso, o *JB* registrou que “não repercutiu bem nos círculos parlamentares a atitude de dirigentes da chamada Arena Jovem mineira”. Para além da suspeição lançada ao diretório na forma como ele foi apresentado pelo texto do periódico (ele seria a “*chamada* Arena Jovem”), o jornal ainda reproduziu a fala de um dos parlamentares segundo a qual o órgão não seria efetivo para “atrair moços e estudantes para o Partido”.¹⁶

Apesar da importância desses conflitos internos à Arena para indicar os contornos da performance da *participação*, foi, de fato, no debate sobre a legislação que esse processo ganhou maior importância. Pressionados pelas disputas com o MDB Jovem, que transformou a oposição à legislação restritiva da ditadura em uma de suas principais pautas políticas na segunda metade dos anos 1970, as lideranças juvenis da Arena incorporaram as críticas de maneira parcial e muitas vezes paradoxal. Um caso em que a oposição ao 477 conviveu com a defesa da *participação* parcialmente nos termos prescritos por autoridades governamentais era o de Francisco Napoli, importante liderança da Arena Jovem gaúcha.

Em longa reportagem sobre o bipartidarismo no Rio Grande do Sul publicada em outubro de 1976, *O Globo* inventariou as atividades tanto do MDB Jovem quanto da Arena Jovem no estado naquela conjuntura. Ao tratar da ala juvenil governista, o jornal se baseou nas declarações de Napoli. O jovem dirigente afirmou que o seu diretório estaria, naquele momento, esforçando-se para reafirmar que “o partido está voltado, historicamente, para as liberdades democráticas”. Essa fala dialogava com uma cultura anticomunista que recorria amplamente ao termo “democracia” como forma retórica de se opor aos sistemas comunistas de partido único, muitas vezes sem nenhum compromisso efetivo com as instituições liberal-democráticas. Conforme argumenta Rodrigo Patto Sá Motta¹⁷, esse raciocínio característico do anticomunismo associava-se à proposta política liberal ao mesmo tempo em que (implicitamente, no caso do documento analisado) retratava o comunismo como o contrário justamente da democracia e da liberdade propaladas pelos jovens arenistas. Nessa conjuntura,

¹⁶ Arena quer atrair eleitores jovens. *Jornal do Brasil*, terça-feira, 23 mai. 1972, 1º Caderno, p. 6.n. Grifos meus.

¹⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 38.

em particular, a declaração de Napoli também significava uma aproximação com o projeto de distensão proposto pela dupla Geisel-Golbery e que havia se tornado uma bandeira importante da Arena Jovem gaúcha. Mas, segundo *O Globo*, “o seu presidente, advogado Francisco Napoli, 25 anos, abertamente é contra o AI-5, o Decreto-Lei 477, a atividade política dentro das universidades, o direito de greves e a lei que restringiu o uso do rádio e televisão pelos candidatos.”¹⁸

Ao viver a *participação*, portanto, Napoli atribuía valores simbólicos a essa forma de ação diferentes daqueles que eram prescritos pelo regime. Ele advogava pelo fim do 477 ao mesmo tempo em que defendia a premissa de que a política deveria ser exercida fora das universidades. O que pode soar paradoxal era percebido pelo próprio dirigente arenista como “coerente”. Essa, ao menos, foi a declaração dada por Francisco ao mesmo jornal *O Globo*, em fevereiro de 1977, por ocasião dos preparativos para a reunião do diretório estadual da Arena do Rio Grande do Sul. Francisco Napoli afirmou que, assim como haviam sido contra a Lei Falcão, os membros da ala juvenil do partido governista eram “pela revisão dos decretos de exceção, especialmente os que atingem os estudantes (477 e 228) porque foi uma experiência que não deu bons resultados.” Na sequência, Napoli afirmava ainda que o Brasil vivia “uma crise crescente de novas lideranças, e não podemos esquecer que os atuais líderes, em sua maioria, iniciaram suas atividades políticas nas universidades.”¹⁹ Informado pelo sentido da *participação* da juventude no âmbito dos partidos políticos, em especial em sua dimensão de continuidade geracional, o jovem arenista reavaliava essa categoria ao afirmar que era no espaço da universidade e do movimento estudantil que muitos dos então líderes políticos haviam se forjado. Nesse sentido, impedir a atuação política dos estudantes em suas instituições de ensino – como faziam o 477 e o 228 que ele estava questionando – significava colocar dificuldades para que os jovens do presente dessem continuidade ao trabalho dos então governantes, tornando-se eles próprios líderes do país no futuro.

O ponto de vista de Napoli era compartilhado por outros sujeitos históricos no sentido de atribuir contornos à *participação* que questionavam a legislação ditatorial. Segundo essa perspectiva, cada vez mais comum após o retorno das manifestações públicas do movimento estudantil em 1977, os então adultos que governavam o país haviam sido líderes estudantis na juventude, oportunidade em que se formaram enquanto dirigentes políticos. Portanto, não haveria motivos para impedir a atuação política dos jovens nos espaços escolares. Essa linha

¹⁸ Rio Grande do Sul: onde o bipartidarismo existe desde o Império. *O Globo*, domingo, 24 out. 1976, Matutina, O País, p. 6.

¹⁹ Arena jovem gaúcha vai propor reformas políticas. *O Globo*, sexta-feira, 25 fev. 1977, Matutina, O País, p. 3.

argumentativa foi apresentada por Marcos Sá Corrêa, redator substituto da importante “Coluna do Castello”, em texto publicado no *Jornal do Brasil* em maio de 1977. O jornalista comentava, no artigo, os posicionamentos oficiais que reagiam às manifestações estudantis realizadas em São Paulo, em especial na PUC-SP, contra a precariedade do ensino e o regime. Em sua visão, a nota oficial distribuída pelo MEC, as ordens do dia baixadas pelas Forças Armadas em celebração à vitória aliada na Segunda Guerra e uma circular do Ministério da Justiça sobre repressão a passeatas compartilhavam, todas, a mesma perspectiva: a de que “há inteligências superiores orquestrando as manifestações estudantis nos Estados [sic].” Sá Corrêa afastava-se do que definia como as “simplificações de praxe” do discurso oficial para explicar o novo ciclo de manifestações estudantis, apesar de não descartar em totalidade a máxima anticomunista de que as esquerdas brasileiras eram teleguiadas pelo comunismo internacional. Recorrendo a uma imagem que se contrapunha à juventude dos universitários que iam às ruas naquele ano, o jornalista atribuía as insatisfações a uma única razão: “a velhice do Decreto 477”.²⁰

Na sua análise sobre esse instrumento jurídico, Marcos Sá Corrêa buscava, primeiro, inventariar os seus efeitos. Se o objetivo do governo em 1969, quando o decreto foi imposto, era a “consolidação das medidas preventivas do regime contra as manifestações estudantis”, seus resultados eram bem diferentes quase dez anos depois. “Ele conseguiu”, afirmava o jornalista, “transformar diretórios em ginásios de pingue-pongue.” Diante da impossibilidade de qualquer dissonância por parte dos estudantes, o instrumento teria ainda auxiliado “Faculdades particulares a venderem ensino ruim a preços exorbitantes”. No que dizia respeito à *participação* da juventude ditada pelo regime a partir do Decreto-Lei, Sá Corrêa afirmava que ele só havia produzido “jornadas de universitários indiferentes a tudo quanto fosse expressão da atividade política consentida”. Por isso, quando, em março de 1977, os estudantes tomaram as ruas em São Paulo, o 477 já era “obsoleto e impotente”. Ainda assim, o governo se mostrava obstinado em manter não apenas essa medida de exceção como toda a elaboração cultural que sustentava a prescrição da *participação*. Nas palavras do jornalista:

A Arena Jovem produziu mais de um abaixo-assinado pedindo o fim do 477, porque sabia quanto lhe era difícil permear um ambiente estudantil enrustido por decreto. Pesquisas de opinião pública, feitas entre a juventude, mostravam o perigo potencial da apatia em cada *campus*. O Governo reagia sugerindo que os estudantes fizessem política fora de seu meio próprio e dentro dos atuais Partidos, como se pudessem haver qualquer força de sedução, para um jovem, na companhia da Arena e, em certa medida, até do MDB.²¹

²⁰ CORRÊA, Marcos Sá. Coluna do Castello. *Jornal do Brasil*, quarta-feira, 11 mai. 1977, 1º Caderno, p. 2. Curiosamente, esse trecho foi parafraseado em um editorial do *JB* publicado cerca de dois anos mais tarde e que classificava a política do regime com relação ao movimento estudantil como “tão débil quanto inepta”. Cf. Remoção de barreiras. *Jornal do Brasil*, sábado, 11 ago. 1979, 1º Caderno, p. 6.

²¹ CORRÊA, Marcos Sá. Coluna do Castello. *Jornal do Brasil*, quarta-feira, 11 mai. 1977, 1º Caderno, p. 2.

O redator substituto da “Coluna do Castello” parecia subestimar o apelo que a integração nos diretórios da Arena Jovem e do MDB Jovem possuía, em especial quando se considera a diversidade da condição juvenil na década de 1970. Mas, ainda assim, a sua visão indicava algumas nuances importantes da categoria de *participação*. É significativo, assim, o fato de que ele retomava a linha argumentativa que contrapunha a interdição à política estudantil ao papel desempenhado historicamente pelo movimento universitário na formação de líderes políticos. Nesse sentido, ele encerrava o texto listando dois casos que sustentavam a sua percepção. Dentre eles, estava o do então presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maciel, que, na definição de Sá Corrêa, “fez política estudantil, em Recife, por uma linha conservadora, nos tempos que antecederam a 1964.”²²

Algum tempo depois, outro articulista – Thomaz Coelho, do jornal *Folha de S. Paulo* – ressoou esses valores simbólicos no questionamento aos limites da *participação* subordinada proposta pelo regime. Em artigo publicado em abril de 1978, o jornalista sentenciava que a ausência de um “livre confronto” entre posições políticas diversas teria levado a uma “castração de líderes” por parte do próprio governo. Ou seja, nem mesmo dirigentes políticos afinados com a continuidade do regime teriam sido formados e o golpe de 1964 seria “um movimento que não formou líderes”. Atribuindo ao que denominava de “revolução” o “complexo de Saturno” por devorar os seus próprios filhos, Coelho listava Adhemar de Barros e Carlos Lacerda como líderes políticos que apoiaram a instalação do regime e foram por ele cassados. Na sequência, o articulista argumentava que a ausência de lideranças efetivas no Brasil do final da década de 1970 tinha a ver, dentre outros fatores, com a “falta de funcionamento nas universidades de diretórios acadêmicos que tenham funcionamento efetivo e que motivem aqueles que dispõem de potencial de liderança.”

Thomaz Coelho afirmava ainda que as justificativas dadas pelos defensores do Decreto-Lei 477 não seriam razoáveis para, em seguida, questionar-se retoricamente: “Quem hoje é o líder do governo, defendendo a Revolução [sic], que não foi líder estudantil?” A lista fornecida pelo jornalista era numerosa, incluindo nomes como o então governador de São Paulo, Paulo Egydio Martins, e Petrônio Portella, à época senador pela Arena. Em comum, segundo Coelho, eles tinham o fato de terem ingressado “na política pelo incentivo que tiveram nas lutas estudantis e universitárias.” Mas, naquela conjuntura, “são eles mesmos que dizem que ‘universidade é para estudar e não fazer política.’” As perspectivas apresentadas pelo artigo eram pessimistas. Havia inclusive uma avaliação negativa da Arena Jovem, que não teria sido efetiva

²² CORRÊA, Marcos Sá. Coluna do Castello. *Jornal do Brasil*, quarta-feira, 11 mai. 1977, 1º Caderno, p. 2.

em mobilizar a juventude. Nas palavras de um parlamentar experiente, mas não identificado, citadas por Coelho: “Eles [os jovens] não querem saber de política, entram para esse negócio de Arena Jovem já pensando é nos DAs.”²³

Esse conjunto nuançado de formas de perceber a ação política da mocidade é indício do complexo processo de reelaboração simbólica pelo qual passava a *participação* política prescrita pelo regime. De um lado, alguns apoiadores da ditadura, como Napoli e o próprio Thomaz Coelho, não enxergavam contradição entre a *participação* e a atuação política dos jovens dentro as universidades. Pelo contrário, incoerente seria o fato de os próprios ex-militantes do movimento estudantil, agora governantes, descartarem o papel historicamente exercido por essa atividade no Brasil. Por outro, importantes membros do governo, como o parlamentar não identificado por Coelho, insistiam na forma de *participação* prescrita pelo regime a partir de uma concepção estrita de política que a identificava exclusivamente ao campo institucional-partidário. E que, na tentativa de rechaçar o movimento estudantil, associava entidades estudantis como os DAs a posturas refratárias ao exercício da própria política.

O tema da legislação sobre a *participação* política dos estudantes voltou a ser discutido pelos membros do diretório juvenil da agremiação governista entre os dias 12 e 13 de agosto de 1978, durante a realização da V Convenção Estadual das Arenas Jovens do Rio Grande do Sul em Porto Alegre. O evento recebeu ampla cobertura do jornal *O Globo*. O periódico informou aos seus leitores que, além de representantes de vários municípios gaúchos, a convenção teve a participação de delegações das alas juvenis da Arena dos estados do Mato Grosso, Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Rio de Janeiro. Logo na abertura da convenção, o candidato a deputado federal Vitor Faccioni indicou qual seria o tom característico dos debates ao descrever o Decreto-Lei 477 como “um erro tático do Governo”. Faccioni argumentou ainda que, apesar de em seu ponto de vista o instrumento não impedir a *participação* dos jovens na política, ele teria sido “transformado num bicho papão”.²⁴ Do evento, que teria contado com cerca de 250 participantes, resultou uma declaração de princípios. A Carta de Porto Alegre foi integralmente publicada por *O Globo* e assinada pelas seções da Arena Jovem gaúcha, paranaense e mato-grossense. O documento defendia a “pronta e necessária revogação da legislação excepcional que rege a atividade estudantil em todos os níveis de participação”, citando nominalmente os Decretos-Lei 447 e 228. Além disso, a Carta demandava a invalidação

²³ COELHO, Thomaz. Um movimento que não formou líderes: a ausência do livre confronto de idéias redundou nos dirigentes que aí estão. *Folha de S. Paulo*, domingo, 16 abr. 1978, 1º Caderno, p. 8.

²⁴ Arenistas jovens são contra a Lei Falcão. *O Globo*, domingo, 13 ago. 1977, Matutina, O País, p. 13.

de “parte da Lei 5.540”, responsável pela reforma universitária decretada pelo regime em 1968, sem especificar os trechos ou motivos que levavam a essa solicitação.

O documento exigia também a produção de “novas leis que se destinem a definir a participação representativa do estudantado da Pátria brasileira”. Como parte do contexto de intensa mobilização social e do retorno do movimento estudantil à cena pública no final da década de 1970, os jovens arenistas afirmavam que esse processo de reelaboração das normas da *participação* política deveria acontecer “a partir de um amplo debate com as lideranças estudantis de todos os matizes.” Na sequência, finalizando a Carta de Porto Alegre, os membros da Arena Jovem afirmavam que:

Por entendermos que a juventude constitui-se na maior parcela do eleitorado brasileiro, tanto em termos relativos como absolutosé [sic], como tal, deve ser chamada a tomar lugar na mesa das decisões, tanto a nível municipal como a nível estadual e nacional, exigimos aos futuros governantes seu compromisso de assegurar significativa participação da juventude arenista.

A juventude, hoje, é o presente do Brasil, impõe-se nesta hora que ela esteja representada em todos os níveis da administração pública, para que efetivamente se faça um governo representativo.

Deve[,] portanto, ser o movimento político jovem, de ambos os partidos, organizado a nível nacional, para o que conclamamos a todas as lideranças no sentido da criação da Arena Jovem Nacional.²⁵

Recorrendo a dados demográficos e eleitorais sobre a presença da juventude na população brasileira, os jovens arenistas reafirmavam a importância de sua própria *participação* no processo político nacional. A reavaliação do modelo de ação política ditado pelo regime, contudo, incluía não apenas a defesa da revogação dos instrumentos legais que dificultavam a ação dos estudantes nas universidades como também a organização dos diretórios juvenis de ambos os partidos em escala nacional – nunca realizado, como analisei no Capítulo III.

Em algumas conjunturas, além disso, o posicionamento dos membros da Arena Jovem gaúcha contrários à legislação ditatorial destoava das diretrizes oficiais e se aproximava de um parlamentar arenista em particular: Teotônio Vilella, senador por Alagoas. Foi o caso da votação da Lei Falcão, em junho de 1976. A proposta do governo de limitar o uso de rádio e televisão na campanha eleitoral sem dúvidas visava mitigar o apelo eleitoral das propagandas emedebistas que, como em 1974, eram bem-sucedidas em recorrer a temas que afetavam a vida cotidiana, como o aumento geral dos preços ou o desemprego, em linguagem acessível que sensibilizava o eleitorado. A matéria reestruturava, assim, os contornos permitidos à própria ação política em sentido estrito, nos partidos e nas eleições permitidas pelo regime. Por isso, a

²⁵ Arena Jovem do Sul pede fim da lei de exceção estudantil. *O Globo*, segunda-feira, 14 ago. 1977, Matutina, O País, p. 3. Tanto a realização da convenção quanto a produção do documento foram noticiados também em Arena jovem pede fim do DL-477. *Jornal do Brasil*, segunda-feira, 14 ago. 1978, 1º Caderno, p. 3.

votação desse instrumento legal no Congresso cindiu a situação e a oposição mais do que muitas matérias.

Ainda assim, havia dissidentes. E entre eles estava Teotônio, alinhado ao projeto de abertura controlada desde o início do governo Geisel e que ficaria conhecido, antes de migrar para o MDB em abril de 1979, como um “oposicionista da Arena”. Na votação da Lei Falcão no Senado, a diretriz oficial da Arena era votar com o governo e seu ministro da Justiça (Armando Falcão, proponente da lei batizada em sua homenagem): ou seja, a favor de sua aprovação. Mas Teotônio Vilella votou contra a nova lei, sendo o único parlamentar arenista a desrespeitar a orientação partidária. E recebeu, por sua atitude, uma mensagem de parabenização da Arena Jovem do Rio Grande do Sul. Nos trechos da mensagem citados pelo *Jornal do Brasil*, os membros do diretório juvenil afirmavam que o posicionamento de Vilella “enobrece e dignifica esforços que ora todos empreendemos juntamente com o Presidente Geisel.”²⁶

Ao se posicionarem ao lado do senador alagoano, os membros da ala juvenil arenista gaúcha se utilizavam da *participação* para, aparentemente, mostrarem-se a favor de um projeto de “distensão lenta, gradual e segura” proposto pelo presidente da República e, portanto, prescrito pelo regime. Mas a execução do projeto Geisel-Golbery era caracterizada por idas e vindas, além não ter sido um consenso entre os próprios defensores da ditadura. As táticas adotadas pelo governo com relação à “liberalização” do regime envolviam controlar a chamada “comunidade de informações”, contrária à distensão, e limitar a presença militar na política, condicionando o seu projeto à ausência de punições às Forças Armadas. Como argumenta a cientista política Suzeley Kalil Mathias, isso significava que “o governo precisava concentrar o poder em suas mãos” e medidas como a Lei Falcão ou o Pacote de Abril convergiam para esse propósito.²⁷ Não por acaso, o posicionamento da Arena Jovem em favor de Teotônio Vilella teria, segundo o mesmo *JB* em reportagem publicada no dia seguinte, “surpreendido” o líder do governo no Congresso. Em sua declaração, o deputado José Bonifácio afirmou: “Os rapazes da Arena estão mal orientados. Disseram que o comportamento do Teotônio dignifica os esforços do Presidente Geisel. Ora, a Arena cumpriu o seu dever, aprovando o projeto encaminhado ao Parlamento pelo Presidente da República. Será que o nosso comportamento seria mais nobre se votássemos contra o Governo que apoiamos?”²⁸ A declaração de Bonifácio,

²⁶ Arena Jovem cumprimenta senador que votou contra. *Jornal do Brasil*, sábado, 26 jun. 1976, 1º Caderno, p. 2.

²⁷ MATHIAS, Suzeley Kalil. *Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*. Campinas, SP: Papyrus, 1995, p. 121-123.

²⁸ Líder contesta Guazelli sobre radicalização. *Jornal do Brasil*, domingo, 27 jun. 1976, 1º Caderno, p. 4.

para além de seus significados nas disputas em torno da velocidade da liberalização do regime ditatorial, indicava a diversidade de conotações simbólicas dadas à *participação*. Afinal, nas próprias palavras do parlamentar, os jovens arenistas estariam “mal orientados”, aplaudindo ações que se afastavam das orientações prescritas pelo regime.

Havia, ainda assim, correntes diversas dentro da própria Arena Jovem gaúcha, uma das mais bem estruturadas e com maior número de militantes. Até 1977, durante a presidência de Francisco Lisboa Napoli, a corrente alinhada ao senador Teotônio Villela foi majoritária no departamento. Mas, em uma eleição marcada por eventos de violência física entre os jovens arenistas, uma outra corrente passou a liderar a ala juvenil gaúcha com a vitória de José Deni Coutinho. Segundo declarações dadas ao *Jornal do Brasil*, a primeira corrente interpretava a *participação* política a partir de componentes performativos assim definidos por Napoli: “independência de opiniões e posição dos jovens do Partido diante do seu descontentamento com o passado”. Ou seja, o ex-presidente da entidade defendia uma visão sobre a atuação política da juventude arenista mais autônoma e menos controlada, usando como justificativa para essa posição justamente a forma como a Arena Jovem havia sido tratada dentro do partido. Napoli reavaliava, assim, a noção cultural de *participação* depois que ela havia sido submetida a um teste empírico em seus anos de militância na agremiação. A segunda corrente era liderada por Coutinho, que se sagrou vitorioso nas eleições de 1977 após a convenção marcada por violência entre os jovens arenistas. Ainda segundo o *JB*, os adeptos desse grupo defendiam a “necessidade de salvaguardas constitucionais para preservar a democracia e defende a disciplina partidária.”²⁹ Nesse sentido, esses arenistas referendavam a existência de instrumentos de exceção (referenciados de forma eufemística na fala de seu novo presidente) e reclamavam por um retorno aos modos de atuação prescritos pela hierarquia partidária. Para além de seus elementos conjunturais, portanto, esse evento colocava em disputa aberta o caráter dual da própria experiência da *participação* política jovem e suas conotações.

Se a liderança gaúcha do departamento juvenil da Arena concentrava a expressão de suas discordâncias com relação à legislação ditatorial na publicação de documentos e na realização de eventos, a Arena Jovem de Alagoas adotou outras estratégias. Durante um evento realizado em 12 de novembro de 1976, às vésperas das eleições gerais daquele ano, quando o general-presidente Ernesto Geisel fez um discurso pedindo votos para o partido governista, o dirigente da ala juvenil arenista no estado, Gastão Toledo, tentou desenrolar uma faixa com a frase: “Queremos a revogação do Decreto-lei 477”. Segundo a *Folha de S. Paulo*, o evento

²⁹ Jovem gaúcho reclama salvaguardas. *Jornal do Brasil*, segunda-feira, 19 dez. 1977, 1º Caderno, p. 4.

aconteceu na praça Floriano Peixoto e reuniu um público de “6 mil pessoas, a maioria estudantes” – isso porque, segundo a jornalista Maria Isabel Freitas, enviada especial do jornal, “toda a população estudantil de Maceió foi praticamente obrigada pelo secretário de Educação, Murilo Mendes, a comparecer à praça Floriano Peixoto”. Toledo, que era também candidato a vereador, foi impedido de desenrolar a faixa em frente ao palanque onde estava Geisel e sua comitiva por agentes de segurança. Os integrantes da Arena Jovem presentes no evento foram todos interrogados e liberados em seguida. Ainda assim, Gastão Toledo conseguiu um breve encontro com o presidente da República. Nele, o jovem arenista entregou um memorial com as reivindicações da ala juvenil alagoana ao militar e declarou: “apesar de sermos uma agremiação da Arena, estamos sendo porta-vozes da reivindicação dos estudantes”. Em resposta, Geisel aconselhou em tom paternal: “Jovem, precisamos ajudar a Arena a vencer.”³⁰

O caso ocorrido em Maceió indica, por um lado, uma ressignificação da *participação* política nos diretórios partidários por parte de um grupo de jovens arenistas. Essa nova elaboração simbólica se dava não apenas pela demanda apresentada na faixa produzida pelos arenistas, que exigia a revogação de um instrumento jurídico central para delimitação da conduta estipulada aos jovens. Mas, também, pela ação em si de levar a faixa ao comício, uma situação oficial e arquitetada para passar uma imagem positiva do general-presidente, e tentar estendê-la sem a autorização dos dirigentes partidários ou dos membros da comitiva presidencial. Por outro lado, esse evento aponta como os elementos performativos dessa modalidade de ação política eram tratados por representantes do regime com a repressão – ainda que comedida, se comparada a forma como os movimentos dos jovens universitários de oposição eram coibidos nesse mesmo contexto. Na cobertura feita pela revista *Veja* sobre a questionável participação de Geisel na campanha eleitoral dos candidatos arenistas, que chegou até a ser regulamentada pelo TSE tendo por base a Lei Falcão, essa dimensão da atuação política dos jovens mereceu destaque. Publicada também em novembro de 1976, a reportagem trazia uma declaração do próprio Gastão Toledo sobre o “rápido interrogatório” a que os jovens arenistas de Alagoas foram submetidos durante o evento na praça Floriano Peixoto, em Maceió. Nas palavras do presidente da Arena Jovem, a ação dos agentes de segurança da ditadura havia sido “desagradável, porque deu a impressão de que estávamos sendo presos”.³¹

³⁰ Geisel faz apelo final pela Arena. *Folha de S. Paulo*, sábado, 13 nov. 1976, capa e FREITAS, Maria Isabel. Últimos pedidos de Geisel. *Folha de S. Paulo*, sábado, 13 nov. 1976, 1º Caderno, p. 5.

³¹ Nas urnas, começam os debates. *Veja*, nº XXX, 17 nov. 1976, p. 24. O evento foi noticiado também em: Geisel pede comparecimento maciço e ordem nas eleições. *Folha de S. Paulo*, domingo, 23 jan. 1976, 1º Caderno, p. 3.

A resignificação dos termos simbólicos em que as experiências da *participação* política se davam por parte dos membros da Arena Jovem chegou a tal ponto nos últimos anos da década de 1970 que houve até mesmo espaços de concordância com as alas juvenis da oposição. Assim, em setembro de 1978, o setor jovem estadual do MDB do Rio Grande do Sul publicou uma nota em defesa da Arena Jovem do estado diante das críticas de Tarso Dutra, ministro da Educação e Cultura da ditadura entre 1967 e 69, aos jovens arenistas gaúchos. Dutra, à época senador e presidente da agremiação governista no estado, havia acusado o diretório juvenil de seu próprio partido de ser um “agente da Oposição” após a divulgação dos resultados de uma pesquisa interna da Arena Jovem gaúcha. Segundo o levantamento, a maioria dos membros do departamento era favorável a eleições diretas e à criação de novos partidos políticos. A nota publicada pelo MDB Jovem foi assinada pelo seu presidente, Paulo Ziulkoski. Apesar de reconhecer “as consideráveis divergências” que os separavam politicamente dos jovens arenistas, os emedebistas se solidarizavam com seus colegas a partir da premissa de que “é exatamente na juventude que cresce o espírito de independência que o presidente da Arena gaúcha não possui.”³² Nessa declaração havia uma aproximação entre os membros dos diretórios juvenis que os afastavam de um não jovem com Tarso Dutra, ainda que suas posições políticas sobre o regime fossem opostas. Além disso, esses posicionamentos eram indicativos dos elementos performativos por meio dos quais esses sujeitos históricos revestiam a sua *participação* nesse contexto.

As possíveis aproximações adquiridas pela *participação* no espaço da Arena Jovem com a atuação da oposição ao regime foram apontadas, com notável exatidão, por Marcos Sá Corrêa. Esses pontos de vista estiveram presentes em dois textos que o jornalista publicou na condição de redator substituto da “Coluna do Castello”, do *Jornal do Brasil*, em abril e maio de 1976, respectivamente. No primeiro, o articulista informava aos seus leitores sobre mais um conjunto de ações iniciadas pelo diretório nacional da Arena, à época presidido pelo deputado Francelino Pereira, para atrair os “moços” para o partido governista. Sá Corrêa apontava as limitações dos esforços feitos até então, em especial no contexto em que Filinto Müller dirigia a agremiação. E afirmava que as ações iniciadas por Pereira – um simpósio voltado aos jovens e realizado em Maceió, com palestras de nomes como Magalhães Pinto e Teotônio Vilella – seriam um “teste que, bem aproveitado, poderá ensinar à Arena algo sobre o comportamento e os interesses políticos da juventude.” A adição de elementos performativos à *participação* por parte dos próprios jovens estaria pautando as atividades programadas pelos arenistas. Em um jogo de

³² Arena Jovem do Sul tem apoio do MDB porque é por voto direto. *O Globo*, sexta-feira, 29 set. 1978, Matutina, O País, p. 6.

palavras significativo do processo definido por Marshall Sahlins como “reavaliação funcional das categorias”³³, o colunista do *JB* afirmava que “a Arena insiste com teses sobre o desenvolvimento e o PNB [Produto Nacional Bruto], o auditório contra-ataca com questões sobre o AI-5 e a normalidade política.”³⁴ Ou seja, os dirigentes do partido buscavam delimitar os temas a serem debatidos pela juventude em sua *participação* política, enquanto os próprios jovens pautavam questões relativas à legislação que restringia a sua atuação e que eram intensamente debatidas pela oposição naquela conjuntura.

No segundo texto, Marcos Sá Corrêa relatava uma audiência mantida entre o general-presidente Geisel e membros da Arena Jovem baiana. Durante visita do militar a Salvador, os arenistas entregaram a Geisel um documento que relatava as dificuldades que enfrentavam para mobilizar os jovens, em particular os universitários. Segundo o jornalista, “o memorando, em outros tempos, seria confundido com uma peça elaborada pela Oposição. Inclui, por exemplo, críticas ao Decreto-Lei 477 e ao AI-5, atribuindo a eles a crise de vocações arenistas.” Mais uma vez demonstrando uma significativa sensibilidade para reportar as novas conotações dadas pelos jovens à *participação* prescrita pelo regime, o articulista retomava o simpósio realizado em Maceió algumas semanas antes para, na sequência, assegurar que “onde está instalada e agindo, a Arena Jovem, feita para levar o programa partidário à população a que ele não tinha acesso, começa a funcionar em mão dupla. Está a carrear novidades também para o comportamento do Partido.”³⁵ Os elementos performativos atribuídos à experiência da *participação* por jovens arenistas e emedebistas criaram, nesse sentido, um espaço de convergência entre a Arena Jovem e o MDB Jovem após 1975. Esse processo se deu através da constante reavaliação cotidiana de suas ações políticas, tanto no âmbito restrito aos partidos quanto nos espaços estudantis. Se os departamentos juvenis do partido de situação faziam duras crítica aos Decretos-Leis 447 e 228, o mesmo faziam os jovens que acorriam às alas juvenis da agremiação da oposição legal ao regime.

Também nas seções estaduais ou municipais do MDB Jovem, portanto, a *participação* da juventude se encontrava na interseção entre as normas prescritas pela direção partidária e os elementos performativos atribuídos às suas atividades pelos jovens opositores. Em seu estudo sobre as alas juvenis emedebistas no Rio Grande do Sul, Eliana Tavares dos Reis apresenta alguns indícios que sustentam essa leitura. Ao cotejar documentos sobre o setor juvenil do MDB produzidos pelo diretório estadual do partido e declarações de Paulo Ziulkoski,

³³ SAHLINS, Marshall. *Op. citada*, 2011 [1985], p. 10.

³⁴ CORRÊA, Marco Sá. Coluna do Castelo. *Jornal do Brasil*, quinta-feira, 29 abr. 1976, 1º Caderno, p. 2.

³⁵ CORRÊA, Marco Sá. Coluna do Castelo. *Jornal do Brasil*, domingo, 9 mai. 1976, 1º Caderno, p. 2.

presidente do Setor Jovem Metropolitano de Porto Alegre, a autora argumenta que “por um lado o SJ [setor jovem] apresentava, do ponto de vista da direção partidária, como um lugar propício para que os ‘jovens’ se expressassem e fossem ouvidos no desempenho do intercâmbio entre o partido e um ‘segmento populacional’, enquanto a liderança ‘jovem’ fixava o lugar de ação política autônoma e significativa do SJ.”³⁶ Nesse sentido, os departamentos juvenis acabam servindo de espaço que ia além de uma aproximação do partido com os jovens, tal qual previa a direção partidária, para se fortalecerem enquanto instâncias que pautavam um debate próprio – e à esquerda – dentro do MDB gaúcho.

Um documento produzido pela Agência Central do SNI em dezembro de 1976 sobre o jornal *Informação*, publicado pelo MDB de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, apresentava alguns indícios dessa atuação dos emedebistas. Escrito a partir da perspectiva anticomunista própria dos agentes da comunidade de informações, o texto acusava os responsáveis pela publicação de serem “elementos que possuem *antecedentes de envolvimento com a subversão* ou que caracterizam-se [sic] por suas *posições contrárias à ordem estabelecida após 31 Mar 64*”. Na sequência, o documento detalhava o histórico de atividades políticas de sete responsáveis pela publicação do jornal *Informação*. Adelmo Simas Genro Filho, o presidente do departamento, era listado como “editor chefe” do jornal e acusado de “pertence[r] à chamada ‘ala vermelha’ do MDB Jovem de SANTA MARIA/RS”. Dentre as suas ações, estava a produção de chaveiros com a frase “Pela Liberdade, contra 477 e 228”. Os objetos foram apreendidos pela Polícia Federal em setembro de 1975 tendo por base a Lei de Segurança Nacional³⁷ – uma demonstração de que os jovens universitários não estavam isentos da aplicação de instrumentos repressivos definidos por Geisel, em declaração analisada anteriormente, como menos “brandas”.

O caso foi debatido em sessão da Assembleia Legislativa gaúcha em 13 de outubro de 1975, a partir da iniciativa do deputado Cezar Schirmer. Eleito deputado estadual com 22 anos de idade nas eleições de 1974, como um dos candidatos mais jovens a conquistar um cargo eletivo no país, Schirmer afirmava que o próprio programa do MDB sustentava que “esses instrumentos jurídicos excepcionais servem para retirar dos diretórios estudantis sua representatividade”. Em seu ponto de vista, o 447, em particular, seria “o instrumento do Regime, do Governo, para inibir, para não permitir uma real participação dos jovens, dos estudantes na vida pública nacional.” A estratégia do parlamentar passava, então, por afirmar a

³⁶ REIS, Eliana Tavares dos. *Op. citada*, 2001, p. 93-94.

³⁷ Informação nº 1138/19/AC/76, de 7 de dezembro de 1976, fls. 02-03. *Arquivo Nacional*, Fundo: Conselho de Segurança Nacional, BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_0719_d0001de0001. Grifos do autor.

legalidade das ações dos jovens emedebistas em suas críticas aos Decretos-Leis 447 e 228. Em seu discurso, após lembrar os princípios legais da *participação* política do MDB de Santa Maria tendo como referência o estatuto do partido, Cezar Schirmer analisava especificamente o caso dos chaveiros. Em sua narrativa, o texto escrito nos objetos era diferente da forma como seria registrado pelo SNI – a frase seria: “pela liberdade estudantil, contra o Decreto-Lei nº 228 e contra o Decreto-Lei nº 477”.

O parlamentar também adicionava um dado novo: um membro do MDB Jovem não identificado por ele teria sido convocado a prestar esclarecimentos ao DOPS. Afirmando o ponto de vista legal dessa ação, que seria chancelada pelo escopo de *participação* política nos diretórios juvenis dos partidos, Schirmer declarou: “É um chaveiro que tem dono, que tem um responsável, que é o setor jovem do MDB de Santa Maria. E, agora, ameaçam o estudante de ser processado.” Na sequência, o parlamentar fazia referência a declarações de lideranças da Arena e daqueles que seriam “diretamente interessados” (os estudantes universitários), todos contra o 477. E sentenciava: “O diálogo está feito: o MDB pensa de uma forma, a ARENA de forma semelhante. Portanto, há uma síntese, há uma unidade de propósitos e de objetivos.” A discussão iniciada pelo deputado emedebista foi longa. Causou inclusive reações do arenista Cícero Viana, que insistiu na defesa dos instrumentos legais de repressão a partir da afirmação de que havia uma “minorias subversiva” de “estudantes profissionais” que justificava a ação do regime.³⁸

Por mais que aceitassem a convocação à *participação* feita pelo Estado brasileiro durante a década de 1970, portanto, os membros do MDB Jovem o faziam à sua maneira, atribuindo a essa forma de ação política conotações muitas vezes distantes do que era esperado dos diretórios juvenis dos partidos. Ainda assim, a posição dos jovens emedebistas era particularmente paradoxal. Defendiam a ocupação dos espaços de atuação política subordinada possibilitados pelo regime para criticar a própria ditadura e demandar a construção de um futuro democrático para o país. Esses dilemas que envolviam a atuação dos diretórios da oposição, e que apontam para a polissemia da ação política vivida como *participação*, estavam presentes no panfleto produzido em conjunto pelo Setor Jovem Metropolitano do MDB em Porto Alegre e pelo Setor Jovem Estadual do MDB do Rio Grande do Sul em 22 de setembro de 1975. O documento foi escrito em forma de carta-manifesto e, curiosamente, foi arquivado no fundo do Diretório Nacional da Arena, indicando o caráter relacional das ações dos departamentos jovens dos dois partidos. Nele, os dirigentes das alas juvenis do MDB se endereçavam aos estudantes

³⁸ Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, setembro de 1975, p. 521-530. *Arquivo Nacional*, Fundo: Conselho de Segurança Nacional, BR_DFANBSB_N8_0_PRO_PAI_2856_d0001de0001.

da UFRGS com um chamado, datilografado em caixa alta no fim do documento: “PARTICIPEM DAS ELEIÇÕES!”. A votação a que se referiam iria definir os dirigentes dos órgãos representativos dos estudantes na universidade gaúcha.

De forma exemplar, o conteúdo do panfleto fazia um contraponto, ainda que implícito, à *participação* prescrita pela ditadura, propondo a discussão política ampla dentro das universidades. Os jovens oposicionistas contrariavam, dessa forma, a norma cultural basilar para a ação da juventude, consagrada pela categoria de *participação*, de que os jovens deveriam fazer política nos partidos, não nos espaços escolares. Nesse sentido, afirmavam em tom de orientação: “É necessário que a escolha se faça encima [sic] das propostas práticas de encaminhamento dos problemas cotidianos, assim como das propostas políticas mais amplas.” Produzir e distribuir o documento já eram ações que, por si só, comportavam elementos performativos, na medida em que rompiam com as fronteiras entre os diretórios partidários destinados aos jovens e a política dentro da universidade. Seu conteúdo, além disso, denunciava situações vividas no espaço da UFRGS – os baixos salários dos professores, os problemas de infraestrutura dos laboratórios e bibliotecas – assim como fazia referência a questões políticas nacionais, como no trecho em que afirmavam lutarem contra “os decretos repressivos 477 e 228, e a total alienação de nossas faculdades do meio em que vivemos.”

A sobreposição dessas referências políticas se desdobrava, no documento, na orientação dos jovens emedebistas para que os seus pares votassem em candidatos progressistas, contra o que denominam de “propostas reacionárias”. Estas últimas eram caracterizadas, no panfleto datilografado, com vários parâmetros fundamentais para o entendimento dos representantes da ditadura e dos próprios jovens arenistas sobre a *participação* política da juventude nesse mesmo contexto. Dentre eles, estavam o que os autores do panfleto chamavam – de forma significativa, usando aspas – de “máscara da ‘renovação’”, “crítica construtiva” e “diálogo aberto e franco”.³⁹ Essa contraposição era, por um lado, um indício das disputas político-partidárias entre arenistas e emedebistas, que atuavam em um mesmo grupo etário (o da juventude) e social (estudantes universitários). Por isso, eles elaboravam as suas concepções sobre o universo da política sempre em relação uns com os outros. No entanto, essa maneira de estabelecer um paralelo crítico às conotações prescritas pela *participação* revela o distanciamento que os jovens emedebistas buscavam estabelecer com seus pares arenistas, ainda que atuassem a partir de um espaço autorizado pela ditadura. Na leitura das seções porto-alegrense e gaúcha do MDB

³⁹ “Aos estudantes da UFRGS”, panfleto assinado pelo Setor Jovem Metropolitano do MDB e pelo Setor Jovem Estadual do MDB-RS. 22 set. 1975. Fundo Arena do CPDOC/FGV. Série: Organização partidária (OP), subsérie: Arena Jovem (AJ). Classificação: ARENA 1969.11.25, fl. 1.

Jovem, a “renovação” prometida pela *participação* da juventude na Arena seria uma dissimulação teatral, como uma “máscara”. A abertura às discordâncias dos jovens diante das ações da ditadura era dissimulada, pois sempre deviam recair sob a alcunha de “construtivas” ou eram taxadas de subversivas. E, por fim, a possibilidade de um diálogo intergeracional “franco” também não se concretizaria pela *participação* prescrita pelo regime e praticada pela Arena Jovem ou por outras políticas voltadas à juventude.

Na medida em que o processo de abertura controlada da ditadura foi sofrendo pressões internas e externas, nos últimos anos da década de 1970, a performance da *participação* política nos diretórios do MDB Jovem foi se afastando cada vez mais das prescrições culturais consagradas como norma pelas autoridades do regime e até mesmo pelos quadros dirigentes do partido opositor. Esse processo se iniciou ainda no que Francisco Carlos Teixeira da Silva denominou de “primeira fase do processo de abertura política”, momento em que o poder de iniciativa para a distensão se concentrava, majoritariamente, em mãos do poder militar e não na sociedade civil.⁴⁰ Nesse contexto, aliás, as ações dos jovens emedebistas eram tidas como moderadas no quadro mais amplo das oposições juvenis à ditadura, que incluíam correntes do movimento estudantil abertamente socialistas em suas diversas matizes. Eles, afinal, aceitavam os espaços de atuação institucional/partidária possibilitados pela ditadura, buscavam pressionar o governo por meio de manifestos, alargavam o escopo da *participação* com demandas relacionadas à anistia ou à redemocratização. Mas essas ações, como analiso adiante, inclinaram-se, com o tempo, a romper com os próprios marcos de atividade política consagrados pela categoria de *participação*, inclusive com a aproximação de ideias socialistas, a atuação de membros do PCB (então na ilegalidade) e os esforços para a criação de um partido político exclusivamente de esquerda em 1979.

O teor das declarações do MDB Jovem nesse período é, nesse sentido, significativo das formas como as conotações da ação política da juventude opositora foi sendo metamorfoseada. Esse processo se deu na medida em que os jovens dos diretórios contrastavam o que deles se esperava e o que eles encontravam nas disputas eleitorais com a Arena, nos debates internos com as lideranças não jovens do MDB e no trabalho de mobilização de outros jovens (estudantes, em particular) em momento de ascensão das correntes mais à esquerda do movimento estudantil. Uma dessas declarações pode ser encontrada na carta aberta divulgada,

⁴⁰ TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX* (Col. O Brasil Republicano – vol. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 265.

através da grande imprensa, pelo setor jovem do MDB do Rio Grande do Sul em maio de 1978. Segundo a *Folha de S. Paulo*, a missiva se dirigia diretamente ao general João Baptista Figueiredo, à época apontado como candidato oficial à sucessão de Geisel nas eleições indiretas que se realizariam em outubro. No documento, os emedebistas partiam da premissa de que o “País precisa ouvir a voz dos moços, porque somos, hoje, a maioria neste imenso Brasil, e seremos ainda mais na medida em que o tempo avança.” Falando, portanto, em nome dos “jovens brasileiros”, o departamento gaúcho listava demandas que se associavam à proposta de transição para a democracia advogada pela frente de oposição ao regime: realização de eleições diretas, liberdade de expressão, anistia.⁴¹ A própria iniciativa de enviar uma carta a Figueiredo – virtualmente eleito, dadas as regras autocráticas do regime – indica como a *participação* era experimentada pelo MDB Jovem em uma linha institucional. Mas aponta também para uma perspectiva de futuro, tanto a partir da identificação da juventude ao porvir quanto da perspectiva de influenciar, de alguma forma, as medidas governamentais em curto prazo. Tratava-se de uma ação política como *participação* atravessada por elementos performativos. Ainda assim, ela estava centrada em prescrições importantes dessa categoria cultural, como a atuação dentro dos partidos e voltada ao “diálogo” com autoridades do regime.

O questionamento ao Decreto-Lei 477 pelos jovens emedebistas, por sua vez, ganhou visibilidade e humor em uma charge publicada no “Caderno de cultura” de *Farrapo*, o boletim informativo do Setor Jovem Metropolitano de Porto Alegre do MDB, em novembro de 1975. O tema, aliás, era abordado em várias páginas do boletim, em pontos de vista que questionavam não apenas os contornos da *participação* como também debatiam as formas de atuação encontradas nas entrelinhas desse modelo cultural de ação política. Os debates propostos pelo setor causavam apreensão na comunidade de informações do regime, a ponto de um exemplar do periódico ter sido recolhido pela Agência de Porto Alegre do SNI e anexado a uma detalhada informação sobre a entidade. Já no editorial que abria o boletim, os membros do MDB Jovem sentenciavam que “a tristemente célebre frase: ‘Os jovens não devem fazer política’ já não encontra guarida nos ouvidos da juventude.”⁴²

Entre as seções do boletim, havia um *clipping* que reproduzia trechos selecionados de notícias publicadas em jornais da grande imprensa com significativos comentários dos jovens emedebistas. Uma delas foi produzida a partir de uma reportagem publicada no *Jornal do Brasil*

⁴¹ MDB Jovem divulga carta a Figueiredo. *Folha de S. Paulo*, terça-feira, 16 mai. 1978, 1º Caderno, p. 4.

⁴² Editorial. *Farrapo* – Boletim informativo do Setor Jovem Metropolitano do MDB de Porto Alegre, nº 1, nov. 1975, p. 2. Informação nº 018/115/APA/1976, 8 de janeiro de 1976. *Arquivo Nacional*, Fundo: Serviço Nacional de Informações, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76089531_d0001de0001.

e intitulada “Sobre o decreto 477”. Nela, era noticiada uma audiência mantida entre o general-presidente Geisel e lideranças estudantis na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Os emedebistas porto-alegrenses reproduziram dois trechos da fala do militar aos jovens potiguares, ambas relativas à defesa do instrumento legal. Na primeira, Geisel afirmava que o 477 tinha que “existir para sustar a onda de manifestações fora da normalidade”. Na segunda, o chefe do Executivo aconselhava que “os estudantes não façam política dos [sic] Diretórios Acadêmicos e sim nos partidos”. Diante dessas declarações que, mais uma vez, reafirmavam os sentidos simbólicos da *participação* da juventude, os autores de *Farrapo* contrapunham um arguto questionamento retórico: “O que é política? Nos perguntamos.”⁴³

Os artigos do boletim discutiam também outras temáticas, como a deterioração do poder aquisitivo da população, o papel social da arte e os “contratos de risco” da Petrobrás. Seu suplemento apresentava, ainda, cerca de vinte charges e tiras em quadrinhos, com temas sensíveis à oposição e que dialogavam com os textos escritos publicados no periódico. Uma dessas charges abordava justamente o Decreto-Lei 477 e era ambientada em um espaço familiar aos estudantes: uma sala de aula (ver **Figura 9**). Nela, um trio de crianças é retratado sentado em um banco escolar, na parte inferior do desenho. Elas estão de costas para leitor, de frente para o quadro negro e para um adulto na posição de professor. Na lousa, há uma expressão matemática de adição simples – “ $475 + 2 = 477$ ” –, com o último número sublinhado duas vezes tanto para chamar a atenção para o resultado do cálculo quanto para acentuar a relação com o Decreto-Lei que cerceava as atividades políticas da juventude no espaço universitário. O professor foi desenhado pelo ilustrador com a mão direita levantada, apontando para os números no quadro. Suas expressões corporal e facial são de questionamento, elemento visual reforçado pela pergunta que o professor faz aos seus alunos: “Concordam com isso?” Uma das crianças – uma mulher, a personagem Gigi cujo nome aparece no documento – responde: “De modo nenhum, professor!”. Gigi é a única criança que podemos ver o rosto, ainda que de perfil, e sua expressão facial transmite um sentimento que está entre a indignação e a coragem do questionamento.

Não há muitas informações sobre a autoria da charge, além da assinatura do ilustrador – Wagner –, que aparece escrita na parte superior direita da ilustração. Algumas outras charges publicadas no suplemento, sempre com os mesmos personagens, também foram assinadas pelo mesmo artista. Além disso, ao final de todas as charges/tiras em quadrinhos e do “Caderno de

⁴³ Sobre o decreto 477. *Farrapo* – Boletim informativo do Setor Jovem Metropolitano do MDB de Porto Alegre, nº 1, nov. 1975, p. 5. Informação nº 018/115/APA/1976, 8 de janeiro de 1976. *Arquivo Nacional*, Fundo: Serviço Nacional de Informações, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76089531_d0001de0001.

cultura”, os redatores de *Farrapo* afirmavam que a edição “contou com a colaboração espontânea de humoristas gaúchos e cariocas”. De qualquer forma, a charge selecionada para publicação pelos emedebistas em seu boletim é um relevante indício da discussão protagonizada pelos jovens sobre a configuração de suas atividades políticas. Nela, o aspecto legal da prescrição da *participação* é estendido ao espaço da sala de aula, onde a relação professor/alunos parece espelhar a relação ditadura/juventude. O professor “dita” a expressão numérica, assim como o regime decretava que os jovens deveriam agir politicamente nos partidos, não nas universidades. Contrariando as expectativas do professor, a jovem estudante diz não concordar com o resultado da expressão escrita na lousa. Mas, para não atribuir a Gigi um simples raciocínio matemático deficiente, é preciso estar ciente do contexto cultural em que a ação política do MDB Jovem se dava. Afinal, a criança não questiona a lógica matemática da equação, mas, sim, os fundamentos da *participação* política da juventude que eram definidos pelo Decreto-Lei 477. Trata-se de uma forma sutil, mas simbolicamente vigorosa, de reavaliar a categoria de *participação* a partir dos próprios espaços consagrados pelo regime.

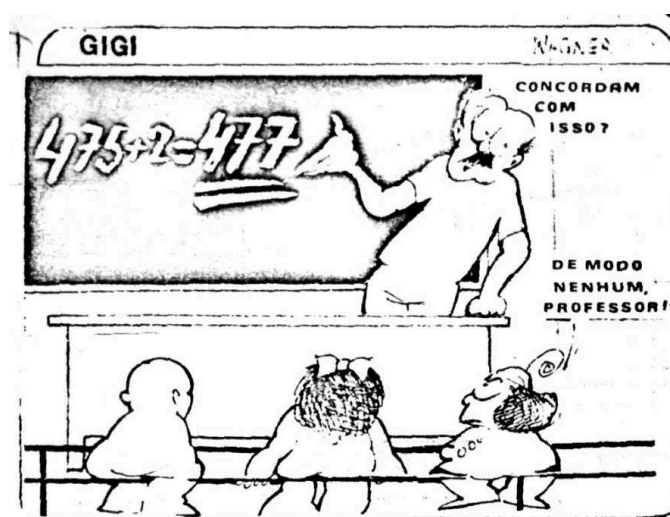


Figura 9: Sem título. “Caderno de cultura”, suplemento de *Farrapo* – Boletim informativo do Setor Jovem Metropolitano do MDB de Porto Alegre, nº 1, nov. 1975, sem página.

O recurso à polissemia dos símbolos culturais, aliás, era uma estratégia utilizada por Wagner em outras charges com o objetivo de suscitar uma crítica política. Em uma delas, também publicada no suplemento, há um gorila desenhado no quadro negro e o mesmo professor, sem dizer nada, aparece em postura questionadora diante de uma Gigi que responde: “Biologicamente: um gorila. Politicamente, uma piada.”⁴⁴ Os membros do MDB Jovem de

⁴⁴ O uso caricatural da imagem do gorila como forma de criticar os militares de direita foi marcante no contexto do golpe civil-militar de 1964 e permaneceu ao longo da ditadura. Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A figura caricatural do gorila nos discursos da esquerda. *AriCultura: Revista de História, Cultura e Arte*, v. 9, n. 15, jul.-dez. 2007, p. 195-212.

Porto Alegre, além disso, pareciam estar cientes que esses elementos performativos de sua ação – ou seja, a utilização dos diretórios juvenis para questionar o que era permitido aos estudantes nos espaços universitários – poderiam levar à repressão por parte do regime. Por isso, buscavam se resguardar legalmente no próprio boletim, onde era possível ler, na última página, que o periódico era publicado em concordância com o art. 118 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, de 1971.⁴⁵

As críticas aos instrumentos de exceção do regime faziam parte também do cotidiano de outras seções estaduais ou municipais do MDB Jovem ao longo da segunda metade da década de 1970, demonstrando a dimensão significativa das reavaliações a que os jovens oposicionistas submetiam a *participação*. Segundo um relatório confidencial produzido pela Agência de Curitiba do SNI, essa foi a tônica geral do encontro das alas juvenis paranaenses da agremiação realizado na capital do estado, no dia 21 de janeiro de 1978. O evento contou com representantes dos departamentos juvenis de 15 cidades do Paraná, incluindo Pato Branco, Londrina e Arapongas. Além disso, jornalistas e fotógrafos acompanharam as atividades realizadas na sede do Diretório Regional do MDB em Curitiba. O encontro foi conturbado, com discordâncias entre os jovens emedebistas sobre como os debates deveriam ser conduzidos. Mas o que chamou a atenção do autor do documento foi, justamente, a presença do que ele classificou como “manifestações contrárias ao regime constituído”. Entre as frases anotadas pelo agente infiltrado no encontro, estava a afirmação: “Queremos um Presidente sem AI/5, 288 e 477, principalmente sem torturas”.⁴⁶

Uma das reavaliações emedebistas mais bem formuladas sobre os contornos da *participação* da juventude, seja em sua dimensão prescritiva ou performativa, foi elaborada pelo deputado federal João Gilberto Lucas Coelho durante o ciclo de debates realizado pelo MDB Jovem de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, em junho de 1975. Em sua palestra, parcialmente analisada no Capítulo III a partir da transcrição feita pelos agentes do regime que gravaram o evento, o parlamentar oposicionista recorria a uma série de princípios e modos de apreciar a juventude fundamentais para compreender as atividades políticas dos jovens em meados da década de 1970. Não por acaso, segundo o relato dos agentes de informação que acompanharam o ciclo, os dirigentes do MDB Jovem distribuíram cópias impressas dos

⁴⁵ Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 – Lei Orgânica dos Partidos Políticos. O art. 118, citado pelos redatores de *Farrapo*, define as funções permanentes asseguradas às agremiações partidárias. Dentre elas, a definida pelo inciso VII: “edição de boletins ou outras publicações”.

⁴⁶ Informação nº 0070/115/78, 2 de fevereiro de 1978, p. 2. *Arquivo Nacional*, Fundo: Serviço Nacional de Informações, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_81001738_d0001de0001. Para as outras informações sobre o evento, cf. Informação nº 0054/78-SI/SR/DPF/PR, 2 de fevereiro de 1978, fls. 1-2. *Arquivo Nacional*, Fundo: Serviço Nacional de Informações, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_81001738_d0001de0001.

Decreto-Lei 228 (o conhecido “decreto Aragão”, de 1967), do Decreto-Lei 477 e da lei 5.540 (que regulamentou a reforma universitária, em 1968) logo antes da fala do deputado.

Coelho dialogava com referenciais culturais tão diversos quanto relevantes, inclusive o livro *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*, de Arthur José Poerner. Mesmo que não citasse explicitamente o livro ou o seu autor – talvez por medo de represálias, pois a publicação havia sido proibida pelo Ministério da Justiça em 1968 e Poerner estava exilado naquele momento –, as referências a *O poder jovem* apareciam em dois momentos diferentes. Logo no início de sua fala, João Gilberto reproduzia o roteiro de datas, eventos e personagens da história do movimento estudantil estabelecido por Poerner. Além de repetir a máxima de que “quando falamos em Movimento Estudantil no Brasil, nós estamos falando na própria história brasileira”, o emedebista afirmava a existência de um movimento social organizado dos estudantes no país desde o período colonial, passando pelo abolicionismo do século XIX até chegar às campanhas em favor da nacionalização da exploração do petróleo e ao período da ditadura.⁴⁷

Em um outro momento, o deputado reafirmava o ponto de vista segundo o qual não haveria razões para coibir a ação política dos estudantes, restringindo-a aos partidos políticos, porque muitos dos então dirigentes do país haviam iniciado a suas trajetórias no movimento estudantil. Tratava-se, como analisei anteriormente, de um ponto de vista compartilhado por Francisco Napoli, liderança da Arena Jovem gaúcha. Coelho listava personalidades como o Ulisses Guimarães e Paulo Egydio Martins, além de um nome que estava presente no Centro Cultural de Santa Maria: “o Doutor FLORIANO ROCHA, que movimentava os congressos da UNE, chegando a ser citado num livro, de publicação nacional, sobre as origens do movimento estudantil no Brasil.”⁴⁸ O nome de Floriano Rocha é apenas citado de forma periférica na primeira edição do livro de Poerner. Na seção “Documentário” da publicação, há a reprodução de um documento chamado “Galeria de batalhadores da UNE”, originalmente publicado pela entidade em 1940. Na lista, Rocha é referido como “delegado da Federação dos Estudantes Universitários de Pôrto Alegre ao 3º Conselho Nacional de Estudantes”.⁴⁹

Parte significativa da conferência de João Gilberto Lucas Coelho era dedicada à legislação ditatorial sobre as entidades estudantis, que demarcavam o que era permitido e o que era proibido para os jovens em sua atuação política. Esse debate legislativo, que incluía

⁴⁷ COELHO, João Gilberto Lucas. “Movimento estudantil e restrições institucionais”. 13 jun. 1975. Informação nº 21-3311/75/DCI/SSP/RS, 16 de julho de 1975, p. 3-4. *Arquivo Nacional*, Fundo: Serviço Nacional de Informações, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84009770_d0001de0001. Grifos meus.

⁴⁸ *Idem.*, p. 12.

⁴⁹ POERNER, Arthur José. *Op. citada*, 1968, p. 336.

instrumentos como a lei 5.540/1968 (reforma universitária), era feito no quadro mais amplo da *participação* possibilitada pelo regime aos universitários em contraponto à atuação do movimento estudantil ao longo da história do Brasil. Com relação ao “famosíssimo Decreto-Lei 228”, de fevereiro de 1967, o deputado afirmava que ele definia que “só poderiam existir Diretórios Acadêmicos até o âmbito da Universidade, nunca no âmbito estadual ou nacional.” Um de seus pontos negativos era atribuído ao fato de que “êle implantou[,] na área estudantil, o vício que já havia na área constitucional, implantou o voto indireto para os Diretórios Centrais Universitários.”⁵⁰ As atenções do conferencista, contudo, concentravam-se no Decreto-Lei 477, classificado por ele como “ridículo” porque estabeleceu “punições para atos que sejam praticados por estudantes, professores ou funcionários [das universidades], nesta condição, isto é, na condição de professor, na condição de estudante ou na condição de funcionário.”

João Gilberto fazia a defesa não apenas da *participação* política da juventude nos termos aconselhados pelo regime – dentro dos diretórios juvenis como o MDB Jovem, cujos membros o escutavam – como também no movimento estudantil organizado. A segunda modalidade de atividade política, aliás, seria preferível à primeira no ponto de vista do emedebista. E, por isso, ele declarava:

[...] E é neste quadro que se propõe[,] então[,] o seguinte assunto: Participação Política do Jovem. O Brasil é um país em que 60% de sua população tem menos de 30 anos, então, dizer que o jovem não participa politicamente, [sic] é a mesma coisa que dizer que apenas uma minoria está participando politicamente [sic]. Vem daí[,] então, que o tema, [sic] comove, que o tema é bonito, que o tema chama a atenção de todas as áreas e apressaram-se alguns a dar a fórmula mágica da participação política do jovem. Como o estudante faria política? A resposta é pronta: nos partidos. Temos no Brasil duas organizações partidárias. Quem quer fazer política faça nesses partidos. Há uma pequena confusão nisso, porque uma coisa é política geral, aquela ciência, aquela arte, outra coisa é a política partidária, que já tem linhas determinadas. E o pessoal se esqueceu que todo o mundo que completa 18 anos passa a ter um título eleitoral, e que com esse título eleitoral passa a ter o direito de voto, o direito de se alistar no partido político. Quer Quer [sic] dizer que todo o rapas [sic], a moça que completar 18 anos pode se alistar num partido político. Há alguma novidade nisso? Não há. Sempre foi assim, sempre será, a menos que as coisas caminhem de uma maneira diferente. Então surgiu, esquecidos de que isso é um direito, isso é uma regra geral, surgiu a grande solução: Vamos dar aos estudantes a participação nos partidos políticos, como se estivesse precisando alguém dar esta participação, como se isso não fosse um direito inato, que no direito constitucional, que alguns estavam exercendo e outros não. [...] ⁵¹

Nesse significativo trecho de seu discurso, João Gilberto Lucas Coelho propunha um debate sobre a *participação* da juventude (estudantil, em especial) que indicava como essa

⁵⁰ COELHO, João Gilberto Lucas. “Movimento estudantil e restrições institucionais”. 13 jun. 1975. Informação nº 21-3311/75/DCI/SSP/RS, 16 de julho de 1975, p. 3-4. *Arquivo Nacional*, Fundo: Serviço Nacional de Informações, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84009770_d0001de0001. Grifos meus.

⁵¹ *Idem.*, p. 10-11.

modalidade de atividade política passava por um processo de reavaliação simbólica nos espaços do MDB Jovem. O deputado reconhecia a existência de uma prescrição explícita por parte do regime sobre como e onde a juventude deveria fazer política: dentro dos partidos, portanto em instâncias legais sancionadas pela ditadura. Mas, a partir do repertório cultural próprio do movimento estudantil de oposição em que o livro de Poerner tinha protagonismo, Coelho reavaliava essa experiência de *participação*. Em seu ponto de vista, ela seria uma obviedade na medida em que era garantida pela ordem constitucional a qualquer jovem acima dos 18 anos. Além disso, a fala do emedebista apresenta indícios sobre como ele e seus interlocutores compreendiam o próprio universo da política. Como em várias outras fontes analisadas neste capítulo, Coelho se questionava sobre os significados da própria categoria de *política* ao expressar suas compreensões sobre a *participação* da juventude. Em sua percepção, a *política* poderia ser compreendida de duas formas: como a ação nos partidos, mais restrita, ou como a ciência/arte de governar, mais ampla. Dessa forma, o deputado emedebista – como outros sujeitos históricos desse contexto – adicionava elementos performativos à ação dos jovens, apontando para a polissemia da noção cultural de *política*, que via de regra adjetivava a categoria *participação* quando se debatia a atuação dos jovens.

As oposições e a *participação*: entre críticas, reelaborações e rupturas

A *participação* de jovens – estudantes universitários, em particular – nas políticas da ditadura para a juventude era também debatida, a partir de pontos de vista em geral críticos (ainda que variados) a essa forma de ação, pelas correntes do movimento estudantil de oposição à ditadura durante a década de 1970. Essas discussões se davam, entretanto, em um contexto repleto de obstáculos ao ativismo estudantil, em que, não raro, a possibilidade da *participação* em programas como o Projeto Rondon, a Operação Mauá e os diretórios juvenis dos partidos era interpretada por esses agrupamentos universitários de oposição como a outra moeda da coerção ditatorial. Essas atividades do movimento estudantil, contudo, foram muitas vezes invisibilizadas. O cerco repressivo, seja pelo AI-5 ou por instrumentos direcionados especificamente à proibição de atividades políticas nos *campi* universitários, foi entendido, pela memória social e por obras de jornalismo, como responsável por um momento de “vazio” ou até de inexistência do movimento estudantil. A influente segunda edição de *O poder jovem* publicada em 1979, por exemplo, traz a afirmação de que “o Movimento Estudantil, tal como é entendido até aqui neste trabalho, foi interrompido no Brasil em 1968, com o AI-5.”⁵²

⁵² POERNER, Arthur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 2ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 306.

Como argumenta a historiadora Angélica Müller, no entanto, “o ME [movimento estudantil], apesar das limitações de representatividade, conseguiu se ‘organizar’ e praticar uma resistência contra a ditadura militar” mesmo no período localizado entre dezembro de 1968 e as manifestações estudantis de 1977, data geralmente interpretada como o grande momento de “retomada” do ativismo dos estudantes. A autora aponta que ações cotidianas, como o debate contra o ensino pago ou as discussões sobre o Decreto-Lei 477 na imprensa estudantil, configuraram um conjunto de “microresistências” responsáveis pela reinvenção do movimento estudantil.⁵³ Nesse sentido, compreende-se melhor como foi possível o ressurgimento do movimento na cena pública como um dos principais atores das agitações populares em favor da redemocratização nos últimos anos da década de 1970. Através da realização de atividades culturais, da formação dos chamados “DCEs-Livres” sem a intervenção direta das diretorias ou reitorias ou mesmo da atuação cotidiana em órgãos estudantis criados de acordo com a legislação, o movimento estudantil foi acumulando forças ao longo do tempo. O debate sobre a *participação* nas políticas do regime direcionadas à juventude era parte desse processo.

No número 5 do jornal *Capoeira*, publicado pelo DA da Faculdade de Ciências Econômicas da UFPR possivelmente em 1976, os militantes do movimento estudantil discutiam longamente as possibilidades abertas pela *participação* em programas governamentais como o Projeto Rondon e a Operação Mauá.⁵⁴ A linha editorial da publicação, um desdobramento do posicionamento político dos membros da chapa “Capoeira”, era de esquerda, com a defesa de pautas como a manutenção da gratuidade integral das atividades ofertadas pelas instituições federais de ensino e a defesa do restabelecimento do Estado de direito no Brasil. Esses posicionamentos políticos eram facilmente identificados na publicação. Por exemplo, a capa desse número do jornal estampava, em letras grandes, o título de uma das reportagens do periódico: “Ensino pago, não”. Nele, os estudantes faziam uma crítica à resolução aprovada pelo Conselho de Administração da UFPR em janeiro de 1976 que instituía o pagamento de taxas relativas a serviços como a inscrição em cursos de pós-graduação ou a emissão de diplomas. A postura crítica e questionadora dessa corrente do movimento estudantil paranaense era também explicitada pelo lema de seu jornal oficial: “Uma rasteira no ‘Tudo bem’”, expressão que dialogava, através da estratégia do humor, com a apatia política disseminada em

⁵³ MÜLLER, Angélica. *Op. citada*, 2016, p. 26-27.

⁵⁴ *Capoeira*, nº 5, ano 1. *Arquivo Nacional*, Fundo: Comissão Geral de Investigações, BR_DFANBSB_1M_0_0_8296_d0025de0028. Segundo o expediente da publicação, localizado na p. 9, os responsáveis pelo jornal eram os estudantes: Bernardo E. Varsken, Luiz A. Domakosky, Luiz Alberto Cirico, Edson José Cortiano, Celso Manoel de O. Santos, Manoel Crisóstomo da Silva, Nelson G. L. Soffiatti, Denise Maria Maia e Zilney T. Barbosa.

meados da década de 1970. A chapa “Capoeira”, além disso, era apresentada na publicação como a primeira gestão frente ao DA da faculdade, o que demonstrava os esforços de reconstrução do movimento estudantil. Sua plataforma, segundo o artigo que abria a publicação (“Um balanço”), era sintetizada em uma “luta” em três esferas: “pelo fortalecimento da representação estudantil”, “pela melhoria do nível de ensino” e “pela melhora da organização administrativa”.⁵⁵

Intitulado “O estudante na história”, o texto em que os contornos da *participação* eram debatidos apresentava um detalhado retrospecto sobre a atuação dos estudantes na vida política nacional. Em grande medida, trata-se de um ponto de vista que compartilhava da concepção de juventude vivenciada como *poder jovem*, que analisei no Capítulo I. Ele ressoava, inclusive, percepções sobre a história do Brasil e a atuação política dos jovens estudantes presentes no livro de Arthur Poerner, que então circulava em uma edição pirata, cujos exemplares eram mimeografados por correntes do próprio movimento estudantil de grandes universidades, como a USP. Logo no início do texto, destacado no olho da reportagem, seus autores afirmavam que “os estudantes sempre tiveram atuação marcante na história brasileira, lutando nos principais acontecimentos, ao lado das forças progressistas”.⁵⁶

Para sustentar essa premissa, que retomam a máxima de Poerner segundo a qual “o estudante é um oposicionista nato”, os autores do texto recorriam a um breve retrospecto histórico que reafirmava os mesmos eventos descritos no livro do autor. Eles se referiam, primeiro, a um passado recente: as manifestações ocorridas entre 1965 e 1968, portanto após o golpe civil-militar de 1964. Na perspectiva do jornal, as ações dos estudantes na década de 1960 “somaram-se às lutas que remontam-se [sic] ao ano de 1710”, ou seja, quando das guerras para a expulsão de franceses no Rio de Janeiro, evento fundador do movimento estudantil demarcado por Arthur Poerner. Em seguida, a fundação da UNE, a campanha em favor da entrada do Brasil na Segunda Guerra ao lado dos Aliados, a atuação estudantil na campanha “O petróleo é nosso”, a luta pela reforma universitária no contexto do governo João Goulart e as manifestações contrárias aos acordos MEC-USAID eram inventariadas no texto, em linha argumentativa próxima a do livro de Poerner.

O cenário traçado pelo movimento estudantil paranaense culminava com uma discussão sobre a *participação* no tempo presente em que viviam, delimitado cronologicamente pelo pós-

⁵⁵ Um balanço, *Capoeira*, nº 5, ano 1, p. 2. *Arquivo Nacional*, Fundo: Comissão Geral de Investigações, BR_DFANBSB_1M_0_0_8296_d0025de0028.

⁵⁶ O estudante na história, *Capoeira*, nº 5, ano 1, p. 3. *Arquivo Nacional*, Fundo: Comissão Geral de Investigações, BR_DFANBSB_1M_0_0_8296_d0025de0028.

1968, na seção “As restrições à participação, hoje”. Segundo a narrativa histórica apresentada pelo artigo, “os últimos meses de 1968 foram o fim de uma época para os estudantes”. A partir dessa conjuntura, o AI-5 e o Decreto-lei 477 trouxeram um “fechamento político” tanto para a atuação política do estudante na política nacional quanto em termos da própria universidade. Descrito esse cenário, o artigo questionava: “Já sem entidades nacionais e estaduais, e com os Diretórios Acadêmicos e os DCEs muito limitados [...], quando não também fechados, como poderiam os estudantes continuar *participando*?” Nas palavras dos integrantes da chapa “Capoeira”, “o próprio sistema tem alternativas para sugerir”. E essas alternativas seriam, tal qual identificado no jornal, o Projeto Rondon, a Operação Mauá, dentre outras. Os ativistas estudantis afirmavam que o Rondon havia “mobilizado” 4.811 estudantes no ano de 1974. “Seus defensores”, afirmavam, “argumentam dizendo que esta é uma *participação* mais legítima e construtiva.”

Com o objetivo de demarcar uma oposição às experiências jovens compreendidas como *participação*, delimitadas ao âmbito do Projeto Rondon ou da Operação Mauá e prescritas pelo próprio regime, os estudantes afirmavam na sequência:

[...] No entanto, é uma *participação* que no máximo diminui um pouco as dificuldades de parcelas da população: os fundamentos dessas dificuldades não são nem tocados. Que adianta o pouco tratamento médico que pode ser levado, se o problema principal é a fome? Os defensores argumentam que o Projeto Rondon permite conhecer a realidade brasileira. Mas a melhor maneira de conhecer uma realidade, senão a única, não é com amplos debates, críticas, informações – tudo coibido atualmente? Além do que, 4.811 universitários *participando* durante o período de férias (na maioria das vezes para fazer turismo) não é uma escassa *participação*?

O que se constata é que muito mais do que uma maneira de *participação*, o Projeto Rondon, e similares, são meios de evitar a *participação*, abrindo válvulas de escape.⁵⁷

No trecho, a avaliação da *participação* no Projeto Rondon por esse grupo de jovens universitários ligados ao movimento estudantil de oposição se inicia pelo questionamento à efetividade das atividades assistencialistas para a população pobre do interior. Na interpretação do documento, fornecer atendimentos médicos pontuais à população interiorana pouca coisa adiantava, tendo em vista que a fome seria o principal problema enfrentado por essas pessoas. Em seguida, já prevendo uma contra argumentação daqueles que defendiam o programa de extensão a partir da afirmação de que o principal objetivo das operações era levar os estudantes a terem uma “aula prática de Brasil”⁵⁸, os autores diziam que se conheceria a realidade brasileira por meio de ações então proibidas pelo governo e não através da simples atuação nas políticas

⁵⁷ O estudante na história, *Capoeira*, nº 5, ano 1, p. 3. *Arquivo Nacional*, Fundo: Comissão Geral de Investigações, BR_DFANBSB_1M_0_0_8296_d0025de0028. Grifos meus.

⁵⁸ AMATO, Gabriel. *Op. citada*, 2019, p. 98.

do regime voltadas à juventude. Essas atividades – “debates, críticas, informações” – aproximavam-se muito mais daquilo que era previsto pelo modelo cultural da ação política como *engajamento*, no qual, a partir das sistematizações de Sartre, de teólogos progressistas ou das esquerdas nacionalistas, o jovem tomava consciência do mundo e de suas injustiças através do estudo crítico da realidade, passando a adotar uma postura ativa (e não mais contemplativa) diante da sociedade. A “prática” da *participação*, apresentada como contraparte da “teoria” aprendida nos bancos escolares, pouco apelo tinha a esses estudantes.

Outro aspecto interessante a se analisar nesse ponto de vista sobre a *participação* diz respeito à forma como era debatida a divisão do tempo do jovem, com a destinação do período de férias para que a atuação do universitário no Projeto Rondon acontecesse. Os militantes da chapa “Capoeira” questionavam um elemento central da cultura conservadora dos anos 1970, que buscava, a um só tempo, limitar o campo da política às agremiações partidárias e afastar qualquer tipo de transbordamento da política para o cotidiano dos jovens, com a determinação de que a *participação* jovem deveria se dar exclusivamente nas férias (nos casos da maior parte das operações do Projeto Rondon e das viagens de estudos da Operação Mauá). Ao contrário, em perspectiva crítica com relação à efetividade das ações de *participação* permitidas pelo governo, o texto apostava na associação entre férias e tempo de descanso, chegando a afirmar que os universitários que se tornavam rondonistas estavam muito mais interessados em “fazer turismo” do que qualquer outra coisa. Nesse sentido, o texto dialogava com uma visão que, nos anos 1970, levou muitos a afirmarem ironicamente que o Projeto Rondon deveria ser rebatizado para “Rondontour”.⁵⁹

Na imprensa estudantil, houve outros exemplos significativos dessas críticas à ação política juvenil prescrita pela ditadura. Um deles foi publicado pelo jornal *Campus*, do DA do Instituto de Ciências Exatas (ICEx) da UFMG, em sua edição de abril de 1977. Tratava-se de um singular debate sobre a *participação* política dos jovens universitários que colocava em cena as revisões pelas quais essa forma de ação política passava em fins da década de 1970. O artigo informava que, em algum momento indefinido, o presidente da República iria definir o novo dirigente do ICEx a partir da “lista sêxtupla” encaminhada pela congregação da unidade. Em tom irônico e de reprovação à legislação ditatorial sobre a escolha dos diretores das faculdades, os estudantes indicavam que a lista com os nomes indicados ainda passaria pelo escrutínio do SNI antes de chegar ao gabinete do chefe do Executivo, que “poderá fazer dela o que bem entender, inclusive aceitar um nome ou recusar a lista.” Não havia dúvidas, portanto,

⁵⁹ CUNHA, Luiz Antônio. *Op. citada*, 2007, p. 67.

de que os universitários que naquele momento ocupavam o DA do ICEX e produziram *Campus* se mostravam críticos à ditadura, colocando-se ao lado das oposições ao regime. O artigo apresentava a reunião de entrevistas com quatro dos seis candidatos a diretor da unidade – um deles, Ewaldo Melo, havia se recusado a ser entrevistado, enquanto o outro, Wilson de Pádua, não foi encontrado pelos estudantes.

Um dos candidatos era o professor do Departamento de Matemática Flávio Castilho. Representante da gestão do ICEX, pois à época era vice-diretor da unidade, Castilho teria, segundo os estudantes, respondido “nossas perguntas com muita cautela, como se recitasse uma cartilha”. O tema central em mais de metade do diálogo entre Castilho e os membros do DA era justamente os contornos da *participação* política da juventude, como indica o trecho transcrito abaixo:

CAMPUS – E sobre a participação dos estudantes nos problemas da Universidade?
 CASTILHO – Eu gostaria que a participação fosse maior. Participação nos órgãos em que eles têm direito.
 CAMPUS – E fora da Universidade?
 CASTILHO – Eu creio que os estudantes têm todos os direitos políticos e podem participar. Existem, no momento, dois partidos e eles podem filiar-se a qualquer um deles.
 CAMPUS – E sobre o 477? As restrições que ele impõe?
 CASTILHO – O 477 restringe a participação do estudante dentro da Universidade. Não se espera que o estudante transforme-se em elemento de atividade política dentro das unidades universitárias.
 CAMPUS – E as entidades estudantis?
 CASTILHO – Não é uma organização política. É pra tratar de assuntos puramente, digamos, de ensino que interessa aos estudantes. Pra política existem os partidos.
 CAMPUS – Professor, Jarbas Passarinho falou a mesma coisa, sobre a participação política nos partidos; Ângelo Calmon falou a mesma coisa pros empresários. Na Bahia, no ano passado, tinha inúmeros estudantes no MDB Jovem. Naquela época foi todo mundo preso, quer dizer, nos próprios partidos políticos ocorrem as restrições.
 CASTILHO – Isso eu não sei.
 CAMPUS – Acha então que a universidade está desvinculada do resto do país?
 CASTILHO – A finalidade da Universidade é ensino e pesquisa.⁶⁰

O que estava em jogo na entrevista com o professor eram os modos de perceber a ação política dos jovens (estudantes, em particular), que colocavam em relação de contraposição percepções culturais prescritas pelo regime e que haviam sido confrontadas pelos estudantes com a sua ação cotidiana. No ponto de vista dos universitários, a *participação* política exclusivamente nos partidos, através dos diretórios juvenis da Arena e do MDB, havia levado à repressão, como exemplificavam os casos de prisão ocorridos na Bahia. Se, mesmo quando o Decreto-Lei 477 não era infringido pelos estudantes, a sua atuação era reprimida, qual era o sentido desse instrumento legal se não simplesmente coibir a *participação* da juventude, dentro

⁶⁰ “Atenção para o novo diretor do ICEX”. *Campus*, abr. 1977, p. 3-4. Encaminhamento nº 018/CT/77, 12 de abril de 1977. *Arquivo Nacional*, Fundo: Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, BR_DFANBSB_VAZ_0_0_01962_d0001de0001.

e fora das universidades? Essa forma de revestir de valores simbólicos a atividade dos jovens no campo da política sem dúvidas colocava Castilho em uma situação embaraçosa. Não por acaso, ele buscou reafirmar de diferentes formas a máxima de que o objetivo da universidade era “ensino e pesquisa”, não fazer política. Os membros do DA, por sua vez, pareciam atentos ao fato de que o matemático procurava prescrever a forma como a conduta dos jovens, dentro e fora da universidade, deveria ser realizada. Seu comportamento, na definição já citada de *Campus*, era de alguém que repete os ensinamentos de uma “cartilha” – ou seja, de um livro que ensina determinados padrões de comportamento ou formas de agir.

Outro candidato que conversou com os redatores do jornal *Campus* foi o professor de Cálculo Remo Brunelli, cuja entrevista foi marcada por momentos de desentendimento e constrangimento – estes últimos, deliberadamente criados pelos próprios estudantes. Em determinado momento, o professor foi levado a afirmar que acredita “demais” na democracia. A declaração foi a oportunidade para que estudantes perguntassem se o processo político brasileiro não seria, então, “antidemocrático”. Brunelli foi categórico: “Isso eu não discuto porque sou totalmente apolítico”. Em seguida, o professor fez uma afirmação que convergia com os sentidos da *participação* prescrita pelo regime: política não era assunto que deveria ser discutido por estudantes no âmbito da universidade. No final da entrevista, depois que já havia afirmado que aplicaria o Decreto-Lei 477 “dependendo das circunstâncias”, Brunelli foi questionado pelos estudantes se ele “impediria a veiculação da vida política na Universidade”. Claramente incomodado com os rumos tomados pela sua conversa com os membros do DA, o professor afirmou: “O problema todo é que suas perguntas estão todas políticas...”⁶¹

Não faltava sagacidade na forma como os redatores de *Campus* apresentavam o quadro da escolha do novo diretor da faculdade em que estudavam, um problema mais conjuntural, bem como a ordem cultural que sustentava a sua própria *participação* política no contexto da ditadura, em um debate de maior fôlego. Por isso, logo após a reprodução dos diálogos mantidos com os candidatos, os universitários faziam um comentário significativo inclusive para a análise sobre como a política era vista pelos próprios sujeitos políticos desse contexto, em especial os jovens. Os estudantes afirmavam que a “definição enciclopédica” de “política” seria “a ciência de governar”. E concluíam, na sequência: “E se governar é dirigir, como podem os candidatos a diretor de um Instituto Universitário insistir na ignorância política? Evoé, contradição final!”⁶²

⁶¹ “Atenção para o novo diretor do ICEx”. *Campus*, abr. 1977, p. 3-4. Encaminhamento nº 018/CT/77, 12 de abril de 1977. *Arquivo Nacional*, Fundo: Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, BR_DFANBSB_VAZ_0_0_01962_d0001de0001.

⁶² *Idem.*, *ibidem.*

Em linha de continuidade com esses debates, mas no âmbito do MDB Jovem, as críticas e reavaliações da *participação* foram sistematizadas pelo manifesto “À juventude brasileira”, parcialmente citado na epígrafe deste capítulo. O documento foi elaborado durante o I Encontro Nacional do Setor Jovem do MDB, que contou com delegações de cerca de dez estados e foi realizado em Porto Alegre em agosto de 1975. Logo no início do texto, os emedebistas diziam se dirigir especialmente aos seus pares de idade com o objetivo de “afirmar, mais uma vez, os princípios fundamentais que orientam e determinam a participação dos jovens brasileiros na vida política nacional.” Aceitando os termos simbólicos com que o regime tratava a ação política juvenil, os emedebistas apontavam, logo na sequência, os seus limites. Sem citar explicitamente os decretos e leis que limitavam essa *participação* – o que talvez tornaria o manifesto excessivamente técnico e enfadonho –, os opositores afirmavam que a “situação de irregularidade institucional” do Brasil impedia a ação política não apenas da juventude como do povo brasileiro. O manifesto demandava o reconhecimento do direito de livre organização política em sindicatos e entidades estudantis para que fosse possível instaurar “uma participação efetiva e legítima nas decisões políticas, econômicas e sociais”.

Os jovens revestiam, assim, a modalidade de ação política prescrita pela ditadura de outros valores simbólicos, ainda que aceitassem os termos da discussão sobre a *participação*. Em um outro trecho do manifesto, os emedebistas mais uma vez vinculavam a sua compreensão sobre a *participação* às prescrições do regime ao afirmarem que “a juventude compreende suas responsabilidades e seu papel histórico”.⁶³ A tônica do manifesto seguia um percurso comum à “reavaliação funcional” da ação política jovem pelos diretórios do MDB: da crítica à legislação ditatorial para a reelaboração da *participação* da juventude na política, resultando na ruptura com os limites ditados pelo regime. O texto repercutiu nos jornais, com a *Tribuna da Imprensa* publicando uma reportagem, em 5 de agosto de 1975, significativamente intitulada “MDB de jovens mostra caminho”. Nela, o periódico acentuava dois elementos: as críticas às medidas de exceção impostas pela ditadura e o debate sobre a *participação* dos jovens. O texto afirmava, ainda, que o manifesto seria enviado ao presidente do MDB, Ulysses Guimarães.⁶⁴

A experiência de maior ruptura com as normas prescritas pela ditadura para a ação política da juventude, contudo, começou a ser articulada em 1977 e ganhou repercussão pública em janeiro de 1978: a formação de uma “tendência socialista” dentro do partido opositor

⁶³ Manifesto “À juventude brasileira”. “Caderno político” do Setor Jovem estadual do MDB/RS, nº 2, produzido pela Secretaria de Divulgação e Imprensa em Porto Alegre, em agosto de 1975, p. 3. Informação nº 563/15/APA/75, de 22 de outubro de 1975. *Arquivo Nacional*, Fundo: Serviço Nacional de Informações, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_75090934_d0001de0003. Destaques do autor.

⁶⁴ MDB de jovens mostra caminho. *Tribuna da Imprensa*, sábado, 5 ago. 1975, p. 5.

pelos integrantes do Setor Jovem Metropolitano (SJM) do MDB de Porto Alegre. A proposta, lançada em forma de manifesto, partia de um espaço consagrado à *participação* subordinada para romper com ela, passando a demandar uma forma de organização política juvenil que surpreendia duplamente. Primeiro, aos não jovens que compunham a base da ditadura militar – um regime declaradamente anticomunista. Segundo, a grande parcela dos não jovens do MDB estadual e nacional, em especial porque a proposta dos jovens emedebistas porto-alegrenses visava explicitamente a futura formação de um partido político socialista que se desvincularia da agremiação. A iniciativa indicava, assim, um protagonismo e uma autonomia dos membros do SJM que rompia com as normas de atividade política oferecidas pelo regime e abrigadas pelo MDB. Isso só foi possível porque o Rio Grande do Sul possuía os diretórios juvenis mais bem estruturados desse contexto, contando inclusive com um Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (IEPES) a nível estadual que desde 1972 funcionava como um espaço articulador dos setores mais à esquerda do partido. Além disso, as alas juvenis gaúchas articularam-se na segunda metade da década de 1970 com órgãos da chamada imprensa alternativa (o jornal *Movimento*, em particular) e chegaram a fundar o seu próprio semanário político (o *Informação*, primeiro publicado em Ijuí e depois na capital do estado).

Como argumenta a cientista política Eliana Tavares dos Reis, tratava-se de um recorte particular da juventude, como um todo, e dos próprios jovens emedebistas, em particular: aqueles “indivíduos e grupos que optam por participar do MDB através dos seus canais institucionais de engajamento político (‘setores jovens’ e instituto de estudos) e por disputar posições no interior do partido.” Nesse processo, contudo, os membros desses diretórios se deslocavam de uma “referência de síntese denominada ‘oposição’” para novas formas de atuação política.⁶⁵ Na perspectiva da análise realizada até aqui, vale acrescentar que essas atividades dos jovens emedebistas gaúchos se nutriam de orientações e elaborações simbólicas mais próximas ao *engajamento* elaborado pelo humanismo e pelas correntes de esquerda do catolicismo. Ainda conforme argumenta Eliana Reis, esses jovens “absorviam as formulações produzidas e divulgadas para este público” (a juventude) em um contexto de projeção do marxismo enquanto repertório intelectual e de crescimento dos cursos de Ciências Sociais nas universidades.⁶⁶ Esse processo, sem dúvidas, afetava as modalidades de atividade política da juventude emedebista porto-alegrense, resultando em uma reavaliação funcional da *participação* que, em última instância, rompia com ela e instaurava novas maneiras de agir.

⁶⁵ REIS, Eliana Tavares dos. *Op. citada*, 2001, p. 11.

⁶⁶ *Idem.*, p. 14-15 e p. 17

Nesse sentido, durante a reorganização partidária de 1979, por não possuírem vínculos com as siglas anteriores ao golpe de 1964, os membros do SJM viriam a integrar o PT no estado.

A atividade autônoma do SJM de Porto Alegre em propor uma “tendência socialista” não foi avaliada de forma positiva pelas lideranças nacionais do próprio partido oposicionista, como inventariou uma longa reportagem publicada pelo jornal *O Globo* em janeiro de 1978. O diário carioca, aliás, foi o principal veículo da grande imprensa a publicar material de cobertura sobre o caso, o que reforçava a extensão da apreensão provocada em um órgão de comunicação alinhado ao regime pelo rompimento com o que era ditado para a ação política dos jovens. Na reportagem publicada em janeiro, o jornal ouviu nomes importantes do partido oposicionista, como o líder em exercício da agremiação na Câmara dos Deputados, o deputado mineiro Tarcísio Delgado. Em sua perspectiva, os jovens gaúchos haviam se precipitado na medida em que “essa atitude é de má estratégia no atual regime, em que prevalece a exceção.” Apesar de reconhecer as “boas intenções” de seus colegas de agremiação, outro nome ouvido pela reportagem, o deputado gaúcho Magnus Guimarães, avaliou a atitude do setor jovem como “desastrosa, importuna e incoseqüente, porque poderá levar a uma quebra na disciplina partidária, impedindo a união necessária no momento à oposição.” Guimarães acrescentava que a proposta do diretório juvenil poderia ser uma manobra para enfraquecer o presidente regional do MDB gaúcho, Pedro Simon, em um momento em que o melhor para a oposição seria manter a sua união, sem se dividir em “facções”. O deputado Getúlio Dias também foi ouvido por *O Globo* e foi enfático ao declarar que “a posição do MDB Jovem, apesar de séria e bem intencionada, é ingênua, pois o Partido tem que caminhar junto ainda por algum tempo, até o dealbar da democracia, que por enquanto ainda é somente uma promessa.”

Dentre os vários posicionamentos citados pelo jornal, havia uma minoria de perspectivas menos críticas à iniciativa dos jovens emedebistas. Elas iam da recepção morna – como a do próprio Pedro Simon, que vinculou a continuidade da proposta à necessidade de que ela fosse “aprovada pela maioria dos emedebistas na convenção” – à entusiástica – como a de Flávio Bierrenbach, vereador pelo MDB de São Paulo, que informou haver iniciativa semelhante em seu estado.⁶⁷ Em conjunto, esses pontos de vista sobre a iniciativa dos jovens emedebistas em formar uma “tendência socialista” no partido são relevantes na medida em que indicam conotações e expectativas com relação a como a juventude deveria *participar*. Prevalencia uma postura que garantia mais espaço aos não jovens na própria cobertura do caso – não por acaso, nenhuma liderança jovem do partido ou os autores do manifesto foram ouvidos

⁶⁷ Delgado condena a formação de corrente socialista no MDB. *O Globo*, sexta-feira, 27 jan. 1978, Matutina, O País, p. 10.

pela reportagem d'*O Globo*. Além disso, as elaborações simbólicas presentes nas declarações dos emedebistas indicavam significativas avaliações sobre a atividade da juventude quando ela se afastava das normas de conduta consagradas pela noção de *participação*. A proposta do MDB Jovem gaúcho foi, assim, adjetivada como “desastrosa”, “importuna”, “inconsequente” e “ingênua” – maneiras de classificar a iniciativa desse grupo que associavam a condição juvenil ao despreparo e à precipitação política com o objetivo de questionar o posicionamento dos jovens.

O manifesto do grupo só viria a ser divulgado em 17 de julho de 1978, conforme foi noticiado pela grande imprensa. No documento, intitulado “Projeto de construção e programa para a tendência socialista do MDB”, os jovens gaúchos listavam algumas pautas políticas que os aproximavam, de fato, com uma das compreensões possíveis de socialismo no Brasil da distensão política. Os jovens se mostravam, em sua visão de mundo, em sintonia com a revalorização da democracia popular pelas esquerdas brasileiras em fins da década de 1970, após a autocrítica da luta armada e a incorporação de debates relacionados às minorias políticas.⁶⁸ Por um lado, o manifesto advogava mudanças na esfera das relações de trabalho e do movimento operário, campo teórico e prático historicamente relacionado às culturas de esquerda. Afirmavam, nesse sentido, serem favoráveis “[a]o fim do arrocho salarial, plena e total liberdade sindical, formação de sindicatos por empresa e ramo de produção, com pleno direito da organização horizontal dos sindicatos dos trabalhadores”. Por outro, mostravam-se a favor de agendas políticas com as quais os partidos e movimentos de esquerda começavam a dialogar naquela conjuntura, como o feminismo e o antirracismo. Assim, no documento, os jovens emedebistas defendiam a “valorização da mão de obra da mulher e dos negros, fortalecimento dos movimentos femininos e negros que lutam contra a discriminação e propugnam pela transformação social.” Havia também, no manifesto, questões relacionadas especificamente ao campo da organização política dos estudantes, como a defesa do ensino público e gratuito, o que indicava o recorte em sua maior parte estudantil das alas juvenis.⁶⁹

A atuação desses setores dentro do MDB Jovem gaúcho era significativa como uma estratégia política mobilizada pelas oposições juvenis à ditadura no sentido de, por meio dos espaços chancelados pelo regime através da categoria de *participação*, adicionar elementos performativos à sua atividade que rompiam com as expectativas das quais suas ações eram alvo. Ainda assim, esse modelo de *participação* era circunscrito a um grupo particular de jovens

⁶⁸ ARAÚJO, Maria Paula. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000, p. 20-21.

⁶⁹ MDB Jovem anuncia programa socialista. *O Globo*, terça-feira, 18 jul. 1978, Matutina, O País, p. 6.

emedebistas. Essa análise é válida mesmo que Raul Pont, membro do Conselho político do MDB gaúcho e próximo à ala juvenil porto-alegrense, tenha afirmado que a corrente socialista era “predominante dentro do MDB Jovem de Porto Alegre, chegando, quase, a se confundir com este”, durante evento realizado em Belo Horizonte pelo jornal *Em tempo*.⁷⁰ A articulação por uma “tendência socialista” dentro do Setor Jovem Metropolitano da capital gaúcha encontrou como o seu principal porta-voz o então presidente da entidade, José Carlos Oliveira. Ainda de acordo com Eliana Tavares dos Reis, essa proposta “repercutiu, sobretudo, nas tomadas de posição da ‘juventude’ do MDB gaúcho.” Foram articulados, assim, duas posições diversas dentro do setor juvenil do partido oposicionista no estado: “aquela dos que queriam se distinguir claramente no interior do partido e aqueles que entendiam ser esta apenas uma delimitação formal que fragilizava o partido.”⁷¹ Nesse sentido, enquanto o SJM de Porto Alegre rompeu com o MDB para se integrar ao PT, os militantes do MDB Jovem de Santa Maria decidiram permanecer no então PMDB, encarado como um “partido tático” até 1984.⁷²

Nesse mesmo contexto, seções dos departamentos jovens do MDB em outras regiões do Brasil passaram a dialogar com as pautas políticas dos emedebistas de Porto Alegre na mesma proporção em que eram alvo da vigilância da comunidade de informações da ditadura. Em maio de 1978, por exemplo, as ações do MDB Jovem de Santos motivaram uma informação produzida pelo Comando Aeronáutico da região. Nela, havia um curto mas detalhado relato da atuação do diretório, à época presidido por Lamir Vaz de Lima. Segundo o agente que produziu o documento, o grupo divulgou um manifesto por ocasião do “‘Dia Internacional de Luta dos Trabalhadores’, como denomina o 1º de Maio”. Entre as bandeiras políticas defendidas pelos santistas, estavam o direito de greve e o fim do arrocho salarial, assim como a anistia aos presos políticos e a extinção de instrumentos de exceção, como o Decreto-Lei 477.⁷³

A atuação de jovens de esquerda nos espaços e atividades possibilitados pelas políticas do regime voltadas à juventude era, portanto, frequente, em especial nas conjunturas de maior liberalização política na segunda metade da década de 1970. Essas modalidades performativas de *participação*, bem distantes do que era prescrito pelo regime, resultaram em abundante produção de informes pelos órgãos de informação da ditadura. Além de descreverem as atividades desses jovens, esses documentos detalhavam os chamados “antecedentes políticos” dessas pessoas com explícitos objetivos persecutórios. Em um relatório do Centro de

⁷⁰ MDB Jovem do RS prefere socialismo. *O Globo*, sábado, 22 jul. 1978, Matutina, O País, p. 6.

⁷¹ REIS, Eliana Tavares dos. *Op. citada*, 2001, p. 89-90.

⁷² *Idem.*, p. 131-132.

⁷³ Informação nº 057/SIS, de 22 mai. 1978, fl. 1. *Arquivo Nacional*, Fundo: Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, BR_DFANBSB_VAZ_0_0_11061_d0001de0001.

Informações do Exército (CIE), produzido em abril de 1975, havia a informação de que o MDB Jovem gaúcho seria “liderado por cassados e por conhecidos comunistas”. Mais do que isso, esse fato causava ansiedade nos agentes do CIE porque os emedebistas estariam “doutrinando os universitários e, o que é pior, explicando aos jovens, à molde deles, a Revolução [sic] de 64”.⁷⁴ O documento era dedicado à análise da conjuntura político-partidária no Rio Grande do Sul e foi remetido ao chefe da Agência Central do SNI.

Em outros informes, produzidos em maio e junho de 1977, os agentes da AC/SNI e da DSI/MJ apresentavam comentários sobre um panfleto distribuído pelo MDB Jovem de Santa Maria com o título “Congresso fechado: por que?”. O manifesto dos jovens emedebistas veio a público após o general-presidente Geisel recorrer ao AI-5 para decretar duas semanas de recesso no Legislativo, supostamente devido à indisposição dos parlamentares opositores em aprovarem uma proposta de reforma do Judiciário elaborada pelo governo. Ainda segundo a documentação, a Arena Jovem santa-mariense procurou por ajuda no diretório municipal do partido governista para responder ao documento produzido pelo MDB Jovem. Os dirigentes do partido teriam tentado convencer os jovens arenistas a não fazerem nada. Mas, ainda que sem o apoio partidário, a Arena Jovem produziu um texto que, segundo os agentes de informação, era uma “defesa das medidas governamentais contra os ataques da Oposição”. O título da resposta dos arenistas era significativo: “Fechado não, em recesso”.⁷⁵

No ponto de vista dos agentes dos órgãos de informação da ditadura, algumas dessas ações opositores apareciam como uma forma de “infiltração comunista” nos diretórios juvenis dos partidos (o MDB Jovem, em particular), assim como no Projeto Rondon ou na Operação Mauá. Em um documento produzido pelo CIE em maio de 1977, os militares buscavam, inclusive, detalhar a sua percepção sobre o que seria essa “infiltração”. O documento se dedicava ao levantamento de informações sobre pessoas que atuavam em cargos públicos e que, em sua definição, teriam participado de “congressos estudantis e/ou engajados em campanhas movidas contra os governos da Revolução [sic] de 31 Mar 64 como membros do MDB/Jovem”. No trecho em que define o entendimento de “infiltração”, o documento afirmava que

A INFILTRAÇÃO, como se sabe, é uma técnica de atuação revolucionária que está sempre presente em qualquer estágio da subversão marxista. É intensificada como processo de sustentação da subversão, sempre que as condições são adversas para as

⁷⁴ Informação nº 0706/S-102-A9-CIE, de 29 abr. 1975, fl. 1. *Arquivo Nacional*, Fundo: Serviço Nacional de Informações, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_75082675_d0001de0001.

⁷⁵ Informação nº 081/15/AC/77, de 12 mai. 1977, fls. 1-2 e 4-5. *Arquivo Nacional*, Fundo: Serviço Nacional de Informações, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_77105016_d0001de0001 e Encaminhamento nº 209/77/DSI/MJ, de 6 jun. 1977, fls. 1-3. *Arquivo Nacional*, Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, BR_RJANRIO_TT_0_MCP_PRO_0710_d0001de0001.

organizações subversivas. É o que ocorre presentemente em nosso País, como se constata no breve relato a seguir [...].⁷⁶

Os autores desse documento estavam informados por doutrinas militares características do contexto internacional da Guerra Fria, em especial a vertente francesa de combate à *guerre révolutionnaire* que circulou em periódicos das Forças Armadas e em eventos de formação militar após o fim da Guerra de Independência da Argélia, em 1962. Por isso, alertavam sobre o que, nesse ponto de vista, seria uma das características da terceira etapa da guerra revolucionária: a “ampla infiltração comunista em todos os escalões do governo”.⁷⁷ Contudo, por se tratar de um documento que trata especificamente do MDB Jovem, ele pode ser interpretado também como uma forma de perceber os elementos performativos que certos jovens conferiam à *participação* a partir dos valores e códigos culturais desses agentes da ditadura. Um outro informe confidencial produzido pelos órgãos de informação, em sentido semelhante, buscava estabelecer um significado para a estratégia dos jovens emedebistas gaúchos, anunciada em janeiro de 1978, de formar uma tendência socialista dentro do partido oposicionista. A “Informação”, desta vez produzida por agentes da CISA, afirmava que essa forma de ação “assemelha-se à tática do ‘entrismo’ (infiltração e criação de tendências dos Partidos Socialistas)”.⁷⁸

Muitas vezes, os jovens referidos por essa documentação não tinham nenhuma vinculação orgânica com os partidos comunistas então na ilegalidade – o PCB e o PCdoB – ou mesmo com correntes do movimento estudantil contrárias ao regime. Mas houve também casos em que militantes do histórico partidão se utilizaram dos programas oficiais da ditadura como uma forma de articular a sua estratégia de formar uma ampla frente de oposição ao regime – ou seja, de viabilizar o chamado “frentismo” que teve no campo cultural algumas de suas mais conhecidas expressões.⁷⁹ A atuação de militantes comunistas dentro do MDB iniciou-se logo com a criação do partido, em 1965, na medida em que o PCB tinha um histórico de militância clandestina que resultou em uma orientação oficial de integração ao partido oposicionista.

⁷⁶ Informação nº 658/S-102-A5-CIE, de 24 mai. 1977, fl. 1. *Arquivo Nacional*, Fundo: Conselho de Segurança Nacional, BR_DFANBSB_N8_0_PSN_IVT_0062_d0001de0001.

⁷⁷ MARTINS FILHO, João Roberto. *Op. citada*, 2008, p. 47-48.

⁷⁸ Informação nº 0055/CISA-RJ, c. 1978, fl. 1. *Arquivo Nacional*, Fundo: Serviço Nacional de Informações, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_78113720_d0001de0001.

⁷⁹ Sobre o frentismo cultural dos anos 1970-1980, que aproximou vários atores da resistência ao regime (comunistas, liberais, socialdemocratas etc.) bem como possibilitou diálogos entre esses grupos e a ditadura por meio da tática de ocupação de espaços, cf. NAPOLITANO, Marcos. “Vencer Satã só com orações”: políticas culturais e cultura de oposição no Brasil dos anos 1970. In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz (org.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 147-174 e HERMETO, Miriam. Grupo Casa Grande (1974-1979): uma frente político-cultural de resistência. In: NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 293-315.

Segundo argumenta Rodrigo Patto Sá Motta, o “MDB ajustava-se muito bem à estratégia estabelecida pelos comunistas para enfrentar o regime militar. Na sua avaliação, era necessário construir uma frente democrática para tornar possível a derrota da ditadura, envolvendo todos os setores da oposição. Nesse sentido, o MDB foi encarado como espaço privilegiado para o estabelecimento da frente.”⁸⁰ No caso do MDB Jovem, a atuação de alguns de seus membros aponta nessa mesma direção. Havia, entretanto, particularidades explicáveis por dois motivos diferentes. Primeiro, a criação dos diretórios era uma iniciativa da ditadura, inscrita em uma legislação específica e por elaborações simbólicas que regulavam a *participação* política da juventude. Ela indica uma estratégia do regime em atrair a simpatia dos jovens, ao mesmo tempo que buscava afastá-los dos movimentos de oposição e integrá-los aos projetos ditatoriais. Segundo, a inserção dos jovens comunistas nas alas juvenis era uma forma politicamente estratégica de ocupar os espaços abertos pela *participação* para adicionar nuances performativas a ela e, no limite, romper com eles.

Um dos integrantes do MDB Jovem de Campinas entre 1974-1975, por exemplo, era David Capistrano da Costa Filho. Ele atuava no diretório emedebista ao mesmo tempo em que, segundo informações coletadas pelos órgãos de informação, era membro do Comitê Municipal do PCB na cidade.⁸¹ A situação causou tanta apreensão nos agentes do regime que, em um documento produzido pela AC do SNI e encaminhado para o ministro da Justiça em agosto de 1976, era afirmado que o Setor Jovem do MDB do Rio Grande do Sul “encontra-se totalmente comandado pelo PCB, através de elementos infiltrados no partido oposicionista”. Em tom paranoico, o documento cotejava itens do programa oficial do MDB com propostas defendidas pelo PCB, como o lançamento de anticandidaturas nas eleições, para concluir que seria possível “caracterizar o Setor Jovem do MDB/RS como uma verdadeira ‘Frente’ do PCB, dentro do Partido de oposição.”⁸² Além disso, muitos membros do MDB Jovem gaúcho haviam pertencido ou eram próximos de um variedade de siglas de oposição de esquerda, não necessariamente ao PCB.

Outras organizações de esquerda para além do PCB também recomendavam aos seus militantes a chamada “infiltração” ou “entrismo” nas políticas do regime voltadas à juventude. A estratégia de se utilizar da *participação* no Projeto Rondon para fins que tinham a ver com a oposição ao regime foi abordada por Pery Tadeu de Oliveira Falcon, militante do Partido

⁸⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. citada*, 1997, p. 181.

⁸¹ Informação nº 658/S-102-A5-CIE, de 24 mai. 1977, fl. 2. *Arquivo Nacional*, Fundo: Conselho de Segurança Nacional, BR_DFANBSB_N8_0_PSN_IVT_0062_d0001de0001.

⁸² Encaminhamento nº 03/77/DSI/MJ, de 5 jan. 1977, fls. 2-3. *Arquivo Nacional*, Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, BR_RJANRIO_TT_0_MCP_AVU_0229_d001.

Operário Comunista (POC), em seu depoimento prestado durante as investigações de um IPM no qual ele havia sido indiciado. O militante estava preso no quartel do Colégio Militar de Belo Horizonte e já havia sido interrogado outras duas vezes, ocasiões em que foi torturado pelos militares. Seu terceiro interrogatório aconteceu no dia 27 de setembro de 1969 e o termo que registrava as suas declarações foi produzido pelo escrivão tenente Marcelo Paixão de Araújo e assinado por Pery. De acordo com o documento, o opositor havia sido “convidado” pelo responsável pelo processo, o capitão de cavalaria João Câmara Gomes Carneiro, para um novo depoimento com o objetivo de que “relatasse os fatos de seu conhecimento, relativos a infiltração de elementos pertencentes a organizações clandestinas de caráter marxista-leninista, no ‘Projeto Rondon’.” Pery declarou que o programa havia sido recebido inicialmente com “ceticismo e espírito de crítica” por essas organizações. A impressão geral era a de que o Rondon seria uma “medida de contra-propaganda do governo brasileiro” com o objetivo de produzir posicionamentos favoráveis ao regime entre os estudantes.

Essa visão inicial foi se modificando na medida em que as operações do Projeto Rondon foram sendo bem-sucedidas, segundo o relato de Pery. O momento de inflexão apontado pelo militante seria uma reunião do Conselho da UNE, realizada em Nova Iguaçu em fevereiro de 1968, em que ficou decidida a utilização da estrutura do programa do Ministério do Interior para fazer oposição ao regime. O membro do POC declarou ainda que até mesmo Carlos Marighella teria “elementos de seu terceiro escalão infiltrados no Projeto Rondon”. Quando perguntado sobre os objetivos das organizações de esquerda em *participarem* das operações, Pery Falcon respondeu:

[...] a doutrinação e catequização dos participantes do Projeto Rondon, ações diversas de agitação e propaganda visando con[s]cientizar negativamente os participantes para a realidade brasileira e ainda o levantamento de áreas e de quartéis, onde se hospedam os participantes, com a finalidade de ações de sabotagem e terrorismo. [...] ⁸³

Ainda que feitas sob coação, essas declarações são significativas na medida em que o militante estudantil falava abertamente sobre diretrizes que aconselhavam a utilização do Projeto Rondon pelas organizações de esquerda. Assim, ao aceitarem a *participação* prescrita pela ditadura, jovens de esquerda adicionavam elementos performativos à atuação nas operações do programa. Conversavam sobre a ditadura e a realidade do país, a partir de uma perspectiva de oposição e de esquerda, com outros participantes do Rondon e, no limite, poderiam até mesmo

⁸³ Termo de declarações de Pery Tadeu de Oliveira Falcon, 3º depoimento. In: Informação nº 235/SNI/ABH/69, de 12 nov. 1969, fl. 1-2. *Arquivo Nacional*, Fundo: Serviço Nacional de Informações, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_69021559_d0002de0002.

levantar áreas possíveis para as ações da guerrilha, ao viajarem para o interior rural do país com a estrutura fornecida pelo Estado.

Esse, aliás, não é o único indício de que a reavaliação da *participação* por oposições de esquerda levava até mesmo à ruptura dessa modalidade de ação política. Outra declaração nesse sentido foi registrada pela Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI) da USP, durante conferência realizada pelo Centro de Estudos Geográficos Capistrano de Abreu da universidade em março de 1973. A convidada para realizar a palestra foi a madre Cristina Sodré Dória, doutora em Psicologia pela PUC-SP com importante atuação na resistência à ditadura. O tema: “A função social da universidade”. Segundo o informe produzido pela agência de vigilância do regime no *campus*, a educadora afirmou durante a sua fala que os estudantes estavam impedidos de “lutar frontalmente contra o Regime”. Mas que podiam fazê-lo “de forma indireta”. Madre Cristina teria afirmado, então, que os jovens estudantes “deveriam infiltrar-se no PROJETO RONDON, para boicotá-lo e tentarem fazer subversão. Deveriam, também, inscrever-se em massa no PROJETO RONDON.”⁸⁴

Não foi apenas nos espaços dos diretórios do MDB Jovem ou nas operações do Projeto Rondon que a comunidade de informações e as forças policiais da ditadura localizavam “infiltração” de “comunistas” que se aproveitavam das possibilidades da *participação* para atuar com objetivos contrários aqueles previstos pelo regime. Um conjunto de informes produzidos por diferentes órgãos do sistema de informações da ditadura entre fevereiro e agosto de 1973, como resultado de uma “infiltração” de estudantes tidos como “subversivos” na viagem de estudos promovida pela Operação Mauá, é indicativa nesse sentido. No primeiro documento, difundido pela DSI do Ministério de Minas e Energia com o tema “Estudantes subversivos na Opema”, os agentes afirmavam que haviam recebido os dados da Companhia Hidroelétrica do São Francisco. Segundo essas informações, um grupo de estudantes da Universidade Federal do Ceará (UFC) havia viajado para João Pessoa como parte de sua participação na Opema, chegando à capital paraibana no dia 22 de janeiro de 1973. Na cidade, haviam se hospedado no 1º Grupamento de Engenharia do Exército brasileiro.

José Auri Pinheiro, estudante de Química na UFC, era um dos jovens do grupo. Mas, por ordem da Polícia Federal cearense, ele foi preso enquanto participava do programa do Ministério dos Transportes. A acusação, segundo o informe: “implicação com ‘aparelhos’ subversivos lá estourados”. José Auri era militante do PCdoB, tendo sido preso e torturado nessa ocasião. Diante do ocorrido, o 1º Grupamento de Engenharia de João Pessoa realizou

⁸⁴ Informe nº 1.008/AESI/USP/73, de 28 de março de 1973, fl. 1-2. *Arquivo Nacional*, Fundo: Serviço Nacional de Informações, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_73066305_d0001de0002. Grifos do autor.

investigações sobre os antecedentes políticos de todos os jovens que compunham o grupo da Opema. E chegou à conclusão de que José Eliaci Pinheiro Peixoto, estudante de Agronomia na UFC, também estaria envolvido com atividades “subversivas”. Ainda segundo o informe, a coordenação paraibana do programa “determinou o regresso imediato do estudante Eliaci a Fortaleza”.⁸⁵ O universitário também foi preso.

Os documentos não esclarecem quais seriam as intenções dos jovens em participarem da viagem de estudos promovida pela Opema. Mas eles indicam as articulações entre os órgãos de informação do regime e as coordenações do programa em manter a vigilância nos espaços de *participação* criados por essa política para a juventude diante da possibilidade de outros sentidos serem atribuídos a essas ações. Quando o caso chegou à DSI do Ministério dos Transportes, uma informação de agosto de 1973 procurou minimizar o alcance da “infiltração” ao registrar que a coordenação nacional da Operação Mauá não tinha “conhecimento de quaisquer outros fatos que resultem em infiltrações subversivas em sua área de ação, além do abordado presentemente”. Assinado pelo então diretor do órgão, Joel Maciel de Moura, o documento afirmava ainda que a coordenação geral da Opema havia orientado as coordenações estaduais a remeterem os nomes dos jovens que iriam participar das ações do programa. O objetivo: possibilitar que fosse feito “um levantamento prévio de suas condutas, com vistas a evitar possíveis infiltrações subversivas.”⁸⁶

Casos semelhantes a esse, em que jovens de organizações políticas de esquerda participavam das ações oficiais voltadas à juventude e eram tratados como “subversivos infiltrados”, também foram recorrentes no Projeto Rondon. Em 1981, por exemplo, um documento produzido pelo CIE dizia haver uma diretriz oficial da refundada UNE nesse sentido. A informação se baseava no caso em que estudantes da Universidade Estadual de Londrina, muitos deles membros da corrente estudantil “Poeira” ou do núcleo municipal do PT, foram selecionados para participar da XXVI operação nacional do Rondon no Mato Grosso do Sul. Os objetivos dos jovens estudantes listados pelo documento indicam os elementos performativos da sua *participação* no programa: “tomarem conhecimento, nas áreas carentes, da ‘realidade brasileira’, usando para isso os recursos do governo”, “transmitir aos habitantes dessas áreas as ‘palavras de ordem’ utilizadas no ME [movimento estudantil]” e “aproveitar a aproximação com os habitantes de pequenas comunidades e com o homem do campo para

⁸⁵ Informe nº 3 – Estudantes subversivos na Opema, de 6 de fevereiro de 1973, fl. 1. *Arquivo Nacional*, Fundo: Serviço Nacional de Informações, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_73059149_d0001de0001.

⁸⁶ Informação nº 448, de 10 de agosto de 1973, fl. 1. *Arquivo Nacional*, Fundo: Serviço Nacional de Informações, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_73059149_d0001de0001.

divulgarem sua luta contra o regime.”⁸⁷ No programa do Ministério do Interior, entretanto, uma outra modalidade de *participação* chama a atenção por sua originalidade em reavaliar as prescrições culturais dessa categoria de ação política.

As “denúncias” no Projeto Rondon

Os jovens que participavam do Projeto Rondon ao longo dos anos 1960 e 1970 eram muitas vezes motivados por uma série de significados culturais sobre o Brasil, o seu território e suas riquezas próprios das elaborações simbólicas nacionalistas desse período. Esse contexto, inicialmente um trunfo para o regime na medida em que funcionava também como um atrativo para esses universitários, acabou resultando em reavaliações performáticas da experiência da *participação* por parte dos rondonistas. Essas situações eram variadas e incluíam jovens que encontravam riquezas naturais inexploradas no interior, estudantes que supostamente teriam visto estrangeiros se aproveitando de recursos econômicos sem a autorização governamental ou universitários que questionavam as medidas adotadas por autoridades locais.

Os casos em que jovens participantes do Projeto Rondon aceitavam o apelo da *participação*, viajavam para o interior do país e, na volta às suas cidades de origem, relatavam à imprensa terem presenciado ou feito algo distante do que se esperava de sua atuação começaram a ser noticiados em especial a partir do início dos anos 1970. As narrativas sobre essas situações também eram comuns nos relatórios entregues à coordenação do programa pelos rondonistas. Em alguns casos, eles tinham até mesmo uma seção chamada “confidencial” em que essas situações eram relatadas. Afinal, como declarou o general-presidente Costa e Silva durante entrevista a jornalistas por ocasião do quarto aniversário do golpe de 1964, “as informações trazidas por estes grupos [de universitários] são encaminhadas aos órgãos interessados, para que passem a ser consideradas como novos fatores de raciocínio na solução dos problemas a que se referem.”⁸⁸ Mas, apesar das expectativas oficiais sobre a *participação* no Projeto Rondon, nem sempre os relatos caminhavam na direção inicialmente esperada pelas autoridades. E podiam incluir, como indicou Rafaela Mateus Freiberger, uma dura crítica ao

⁸⁷ Informação no 002/5-102-A4-CIE: Infiltração no Projeto Rondon, de 2 de janeiro de 1981. *Arquivo Nacional*, Fundo: Serviço Nacional de Informações, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_81020848_d0001de0001. Cf. também AMATO, Gabriel. *Op. citada*, 2019, p. 248-250.

⁸⁸ Encaminhamento nº 03/77/DSI/MJ, de 5 de janeiro de 1977, fls. 2-3. *Arquivo Nacional*, Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, BR_RJANRIO_TT_0_MCP_AVU_0229_d001.

“arrocho sindical” adotado pela Petrobrás e à conivência do Exército com várias irregularidades em Pojuca, na Bahia, feita pela equipe que atuou na cidade em 1969.⁸⁹

Essas denúncias ganhavam maiores dimensões quando eram relatadas pelos estudantes aos jornais, colocando em jogo a própria imagem do Projeto Rondon. Não por acaso, os manuais elaborados pelas coordenações do programa ao longo dos anos 1970 instruíam os estudantes a não falarem com jornalistas sem o prévio entendimento com os dirigentes do Rondon. Ao narrarem como viveram a *participação*, muitos desses jovens podiam – como, de fato, fizeram – revestir suas ações de conotações culturais distantes do que deles era esperado. Na maior parte das vezes, inclusive, os estudantes narravam o que haviam vivido antes aos jornalistas, pois tinham um prazo que variou, ao longo do tempo, entre 10 a 15 dias para entregar o relatório. Ainda assim, a própria coordenação do programa buscava normalizar as denúncias feitas pelos jovens, desde que realizadas por meios adequados: nos relatórios entregues após a atuação do interior. No “Guia do participante do PPro IX”, produzido em 1971, a coordenação centro-sul do programa esclarecia: “O universitário fornece ao Projeto Rondon, através de relatórios e outros tipos de comunicação, as indicações necessárias para a correção de todo o sistema de atuação.”⁹⁰ Anos antes, em fevereiro de 1969, uma reportagem publicada pelo jornal *Correio da Manhã* informava que os relatórios produzidos pelos rondonistas eram avaliados tendo em vista três aspectos: “prestação de serviços, que envolve o trabalho realizado pelos universitários; as reivindicações da população atendida e as críticas e denúncias de situações observadas, nos locais de trabalho, bem como do projeto em si.”⁹¹

Nem sempre, entretanto, os problemas apontados pelos estudantes em seus relatórios eram bem recebidos por autoridades locais, que se sentiam frustradas pelo o que a abertura à *participação* nos problemas das cidades do interior havia levado os jovens a afirmarem. Esse foi o caso do prefeito de Chapada do Norte, município mineiro localizado na região do Vale do Jequitinhonha que havia recebido uma equipe de estudantes em 1969. Após saber das percepções dos universitários sobre a cidade da qual era prefeito, Shelmer José Queiroz procurou a imprensa para demonstrar o que o *Correio da Manhã* descreveu como “indignação”. O prefeito acusou os rondonistas de “distorcerem a verdade e fixarem-se apenas em pontos

⁸⁹ FREIBERGER, Rafaela Mateus Antunes dos Santos. *Op. citada*, 2021, p. 223-226. A autora interpreta essas críticas elaboradas pelos rondonistas como “delações”, portanto em sentido diferente do que proponho neste trabalho.

⁹⁰ PROJETO RONDON. *Guia do participante do PPro IX*. São Paulo: Departamento de Publicações do Projeto Rondon – Coordenação Regional Centro-Sul, 1971, p. 6. Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, fundo CACS, caixa 154, maço 3.

⁹¹ Projeto Rondon: todos estudantes voltam até março. *Correio da Manhã*, terça-feira, 25 fev. 1969, 1º Caderno, p. 3.

negativos”. Além disso, afirmou serem falsos os relatos sobre as disputas políticas em Chapada do Norte porque a Arena seria o único partido da cidade. Segundo reportou o periódico carioca, o prefeito afirmou que essa situação “lhe deu condições de atender, como governante, a todas as necessidades do município.”⁹²

Mesmo causando indignação e protestos publicizados pela grande imprensa, as denúncias elaboradas por equipes do Projeto Rondon sobre situações envolvendo a suposta incompetência dos políticos locais continuaram a ser feitas nos relatórios. Esses jovens usavam-se, assim, da *participação* nas operações do programa com um sentido diverso daquilo que era esperado deles. Ao invés de concluírem que os prefeitos do interior estavam fazendo algo para solucionar os problemas nacionais, adquirindo, assim, um senso de *responsabilidade*, os rondonistas acusavam essas autoridades de serem inábeis e, até mesmo, corruptas. Esse foi o caso do relatório de atuação produzido por estudantes que atuaram em Bom Jesus do Itabapoana, norte do Rio de Janeiro, durante a operação nacional do Projeto Rondon XI, realizada em janeiro de 1973. A equipe era formada por seis integrantes maranhenses: Saulo de Tarso Cerqueira Baptista, estudante de Engenharia Civil e líder do grupo; Sydney Itauran Ribeiro, estudante de Agronomia; Itelma Mussury Caldas, da área de Educação; Marluio de Jesus Mendonça, que cursava Medicina; Rita de Cassia T. Silva, acadêmica de Serviço Social; e José Alexandre Danes, estudante de Odontologia. O documento, que acabou servindo como um dos subsídios para uma investigação sobre corrupção na Comissão Geral de Investigações (CGI) contra o prefeito da cidade⁹³, foi entregue à coordenação do programa e elaborado ainda em Niterói. Nele, os estudantes descreviam os atendimentos realizados durante a sua participação no programa e apresentavam sugestões para as futuras operações realizadas na região. Além disso, eles chamavam a atenção para “os obstáculos que a equipe enfrentou, em virtude da desconfiança e até mesmo hostilidade de alguns líderes da sede [do município], pois que nos distritos a equipe recebeu todo o apoio dos líderes e da comunidade em geral.”⁹⁴

Os rondonistas avaliavam de forma predominantemente negativa a fase de treinamento que receberam em sua cidade de origem, São Luís, no Maranhão. Ele seria “deficiente” na apresentação da “filosofia do Projeto Rondon” e de seu método de trabalho; “pobre” de dados

⁹² PR provoca indignação de prefeito. *Correio da Manhã*, quinta-feira, 14 ago. 1969, 1º Caderno, p. 5.

⁹³ A CGI recebeu várias denúncias por escrito de uma moradora da cidade – Elza Lopes de Figueiredo – que acusava o prefeito oposicionista, dentre outras coisas, de desviar recursos públicos para construir uma churrascaria, empregar um argentino que, nas palavras da denunciante, fazia “pregação subversiva” e de beneficiar empresas de sua propriedade em negócios com a prefeitura. Cf. BR_DFANBSB_1M_0_0_4140_d0007de0031. *Arquivo Nacional*, Fundo: Comissão Geral de Investigações.

⁹⁴ Relatório de atuação – Equipe de Bom Jesus do Itabapoana, Rio de Janeiro. Projeto Rondon, Operação XI. 15 fev. 1973, fl. 1. *Arquivo Nacional*, Fundo: Comissão Geral de Investigações, BR_DFANBSB_1M_0_0_4140_d0008de0031.

sobre a região em que iriam atuar; e “satisfatória” na formação da equipe de trabalho. Os problemas pioraram, contudo, quando os jovens chegaram a Bom Jesus do Itabapoana. Na definição do relatório, a prefeitura da cidade foi “omissa” com a equipe em suas obrigações assumidas com o programa do Ministério do Interior. O poder público municipal tinha uma dívida com o hotel da cidade e, ainda assim, decidiu hospedar os jovens nele. Como consequência, os estudantes não receberam alimentação adequada e foram tratados de forma hostil nos dias em que ficaram hospedados no estabelecimento. Essa situação levou os rondonistas a entrarem em contato com um coordenador do Rondon, que os autorizou a se hospedarem nos distritos em que trabalhavam decorridos 20 dias de sua atuação na região. A prefeitura também havia sido omissa em fornecer transporte para a equipe, o que levou os estudantes a dependerem da ambulância e do carro particular do chefe do posto de saúde da cidade para se deslocarem aos distritos. Na denúncia que faziam em seu relatório, os estudantes ainda adicionavam um outro elemento importante: as semanas em que eles atuaram na cidade coincidiram com o fim do mandato do prefeito do município, o que causou mais transtornos. No primeiro momento, o administrador municipal era Carlos Garcia, da Arena. Na descrição dos rondonistas, “seu apoio foi muito limitado, por estar em final de mandato, talvez. Sentimos que ele deu crédito à equipe e demonstrou estar satisfeito com a nossa atuação.”⁹⁵

Com a troca de prefeitos, um emedebista – Noé Vargas da Silva – passou a governar a cidade. Ainda que afirmassem com decepção que “ambos não declararam o que a Prefeitura esperava que a equipe fizesse”, os jovens concentravam as suas críticas na forma como o político da oposição havia lidado com a equipe do Projeto Rondon. Em suas palavras:

Este cidadão [o prefeito Noé Vargas da Silva], antes de assumir [o governo], prometeu dar apoio integral à equipe, ao mesmo tempo em que criticava o seu antecessor. Logo que assumiu, solicitou que a proprietária do hotel requeresse por escrito a retirada da equipe, alegando mau comportamento desta. A proprietária recusou-se a satisfazer o pedido. Depois, em entrevista com o Representante – de Campos, Wimer Botura Jr., ele solicitou a retirada da equipe, alegando que a Prefeitura estava com um deficit [sic], de tal maneira que não permitiria continuar hospedando o Projeto Rondon. O Sr. Noé Vargas quis utilizar a equipe para se promover pessoalmente, com interesses políticos, haja vista que antes de assumir, pediu que não começássemos o trabalho, mas apenas fizéssemos o planejamento e somente a partir de 1º de fevereiro iniciássemos sua execução. É óbvio que não atendemos suas pretensões. [...]⁹⁶

Nesse trecho, os rondonistas denunciavam um uso retórico e interesseiro do trabalho do programa de extensão por parte do novo prefeito da cidade. O emedebista, afinal, havia feito promessas que envolviam a equipe antes mesmo de iniciar o seu mandato com o objetivo de

⁹⁵ Relatório de atuação – Equipe de Bom Jesus do Itabapoana, Rio de Janeiro. Projeto Rondon, Operação XI. 15 fev. 1973, fl. 2. *Arquivo Nacional*, Fundo: Comissão Geral de Investigações, BR_DFANBSB_1M_0_0_4140_d0008de0031.

⁹⁶ *Idem.*, fls. 2-3.

umentar o seu capital político e associar o seu governo aos serviços prestados pelos universitários. Mas, logo que se tornou prefeito da cidade, passou a atuar contra o Projeto Rondon, tendo inclusive dificultado ainda mais a hospedagem dos estudantes em Bom Jesus do Itabapoana. As denúncias feitas pelos estudantes a partir de sua *participação* eram sustentadas ainda com mais elementos. Quando descreveram a relação entre a equipe e o hospital da cidade no relatório, os jovens afirmaram que os responsáveis pelo estabelecimento não apenas negaram material de atendimento médico para a equipe como um de seus diretores “declarou não reconhecer o Projeto Rondon”. Nada adiantou os estudantes explicarem que se tratava de um programa de governo federal, que também financiava as atividades do hospital. Por isso, os rondonistas chegaram à conclusão de que “caberia, talvez [sic], uma inquirição deste, a fim de saber a posição do hospital quanto ao Projeto Rondon e, se necessário fosse, partir para outras providências.”

No relatório, havia também elogios às autoridades locais ou a pessoas com as quais os estudantes haviam convivido nos 30 dias que atuaram na região. Era o caso do grupo de jovens do distrito de Carabuçu e do chefe do posto de saúde de Bom Jesus do Itabapoana, o médico Waldir Nunes da Silva, e de sua esposa, nomeada apenas como d. Luzia, a quem os rondonistas agradeciam explicitamente nas últimas páginas do documento. No trecho sobre o Rotary Club do município, além disso, os universitários relatavam terem sido convidados para um jantar na sede da organização. Durante o evento, o estudante Saulo de Tarso Cerqueira Baptista falou sobre os objetivos e a atuação do Projeto Rondon aos empresários da cidade, na condição de representante da equipe. A boa impressão causada nessa noite levou os rondonistas a afirmarem, em seu relatório, que “a receptividade dada ao Projeto Rondon por aqueles homens de negócio foi a melhor possível. Eles se colocaram à nossa disposição para ajudar naquilo que fosse necessário.”⁹⁷ Em conjunto, as denúncias e agradecimentos presentes no relatório dessa equipe indicam o caráter polissêmico da experiência da *participação*. Em determinadas situações, os jovens adicionavam elementos performativos à sua ação e denunciavam comportamentos das autoridades da região. Em outros, elogiavam os empresários e reconheciam os seus esforços na solução dos problemas locais tal como era estabelecido pela ditadura. A *participação* desses jovens, portanto, situava-se entre aquilo que estava inscrito na ordem cultural da atividade no Projeto Rondon e as reavaliações simbólicas que o cotidiano das operações do programa possibilitava.

⁹⁷ Relatório de atuação – Equipe de Bom Jesus do Itabapoana, Rio de Janeiro. Projeto Rondon, Operação XI. 15 fev. 1973, fl. 4. *Arquivo Nacional*, Fundo: Comissão Geral de Investigações, BR_DFANBSB_1M_0_0_4140_d0008de0031.

Além dessas denúncias relacionadas ao poder local, alguns indícios episódicos de elementos performativos atribuídos à *participação* no programa de extensão organizado pelo Ministério do Interior a partir das culturas de esquerda podem ser encontrados em relatos sobre as operações no interior do país publicados pela imprensa. Em janeiro de 1970, por exemplo, o *Jornal do Brasil* noticiou as atividades de alfabetização de adultos que seriam realizadas pelos participantes da Operação Nacional Rondon-5 em regiões do Centro-Oeste do país. O programa educacional era chamado de “Saber Mais” e contaria com a participação de 200 estudantes. “Segundo universitários que participarão do Rondon-5”, informava a reportagem, “o processo utiliza basicamente a técnica do sistema de educação de adultos do professor Paulo Freire, que em 1964 teve seus direitos políticos suspensos.” Os universitários teriam produzido fichas vocabulares-silábicas e cartazes. A apresentação simultânea de imagens, palavras e sílabas para os adultos em processo de alfabetização iria recorrer “ao vocabulário e problemas mais comuns na região.”⁹⁸ Não apenas pela declaração explícita do *JB*, portanto, os procedimentos da alfabetização relatados pelos estudantes de fato se aproximavam do famoso “método Paulo Freire”.

Na maior parte dos casos, contudo, essa reavaliação funcional da *participação* era midiaticizada por meio de uma cobertura jornalística sensacionalista que classificava esses casos como “denúncias”. As primeiras delas a aparecerem nas páginas do *Jornal do Brasil* combinavam antiamericanismo nacionalista e insatisfação com as disputas políticas locais no interior do Nordeste. Tratava-se do relato de um grupo de nove estudantes não identificados que haviam participado da operação nacional do Projeto Rondon nos estados do Piauí e Maranhão durante as férias de 1971. Segundo a reportagem, publicada em fevereiro do mesmo ano, os universitários “vão denunciar à coordenadoria que, em Uruçuí, no Piauí, uma vez por ano pousa um avião quadrimotor levando ‘norte-americanos e estranhos equipamentos’, segundo depoimento dos moradores.” A denúncia baseava-se em informações de terceira mão: os habitantes de Uruçuí haviam relatado a presença estrangeira aos rondonistas que, sem presenciarem o evento eles próprios, narravam o caso para os jornalistas da sucursal paulista do *JB*. Mas, de qualquer forma, elas eram indicativas de como a experiência no Projeto Rondon conduzia a uma reformulação dos propósitos desses estudantes, em diálogo com um tema especialmente sensível para os universitários desse período: a presença estrangeira, em especial estadunidense, no país. Ainda segundo a reportagem, os participantes da operação afirmaram que iriam sugerir uma “intervenção militar” na cidade de Amarante, também no Piauí. O

⁹⁸ Costa e Silva prevê 930 mil casas construídas até o fim do Governo. *Jornal do Brasil*, quinta-feira, 4 abr. 1968, 1º Caderno, p. 3.

motivo: os habitantes da cidade não tinham serviços essenciais, como esgoto e asfalto, enquanto os políticos locais apenas brigavam e o prefeito vivia na mais bem urbanizada rua do município.⁹⁹

Relatos de rondonistas como esse, sobre desmandos de caciques políticos ou disputas pelo poder que levavam ao abandono da população pelo poder público, foram relativamente comuns ao longo dos anos 1970. Em parte, eles resultavam em uma imagem até certo ponto estereotipada sobre as cidades do interior do país. Mas revelavam também como a *participação* da juventude ia muito além daquilo que era prescrito pela ditadura para incluir a divulgação de ações de prefeitos e outros políticos profissionais, via de regra não jovens, julgados como incorretos pelos universitários. Voltando do interior da Bahia para Uberaba em fevereiro de 1972, um grupo de 18 participantes do Projeto Rondon passou na redação do *Jornal do Brasil*, no Rio de Janeiro, para fazer um relato nesse sentido. Os estudantes narraram o que os jornalistas classificaram como um “retrato desolador”, de doenças e de fome, nas regiões do recôncavo e do sertão da Bahia. Mas havia também o que foi chamado pelo *JB* de “uma nota pitoresca”: em Rui Barbosa, “as latas de lixo da Prefeitura são guardadas à noite, pois a oposição, sempre que pode, as enche de papel e ateiam [sic] fogo.” Os rondonistas avaliavam sua experiência como muito positiva, mas apontaram o problema da descontinuidade de ações do programa. Um deles, Randolpho Santos, afirmou que a solução para esse problema “seria a formação, em cada comunidade, de líderes locais, que poderiam continuar atuando mesmo depois da gente ir embora.”¹⁰⁰

Também em 1971, os relatos de um rondonista resultaram na performance da *participação* no âmbito do Projeto Rondon de maior repercussão pública. Um estudante de Engenharia da UEG chamado Paulo Gurgel de Albuquerque afirmava ter encontrado petróleo em Santarém, na região da vila de Alter do Chão, enquanto atuava em uma das operações do programa organizado pelo Ministério do Interior. Ainda mais grave: a torre de perfuração encontrada por ele teria sido construída por norte-americanos que voltavam à região periodicamente, segundo relatos da população local. Em uma declaração publicada pelo *Jornal do Brasil* e classificada pelos jornalistas como “ingênua”, um pescador teria afirmado ao estudante que “êles [os estrangeiros] ainda vêm sempre passear por aqui”. O furo jornalístico foi dado pelo diário carioca, em reportagem publicada em uma edição de domingo, 7 de

⁹⁹ Grupo do P. Rondon traz denúncias de pouso de avião americano no Piauí. *Jornal do Brasil*, sexta-feira, 5 fev. 1971, 1º Caderno, p. 20.

¹⁰⁰ Mineiros do Projeto Rondon sugerem “campi” em todo o país e formação de líderes. *Jornal do Brasil*, sábado, 5 fev. 1972, 1º Caderno, p. 4.

fevereiro, a partir da investigação de dois enviados especiais ao Norte do país: os jornalistas Paulo César de Araújo e Alberto França.¹⁰¹ A forma como o *JB* e outros jornais da grande imprensa noticiaram o caso e seus desdobramentos, durante a primeira quinzena de fevereiro, é indicativa de como as “denúncias” feitas por universitários reposicionavam os termos da ação juvenil estabelecida pela ditadura. O caso colocava em evidência um tema já indicado pela revista *Veja* em reportagem de 1969: as “denúncias de infiltração estrangeira”, que tornavam a região da Amazônia um “ponto delicado” desde as primeiras operações do programa.¹⁰²

Ao longo do tempo, a história da suposta descoberta de petróleo e da denúncia de invasão estrangeira por Paulo foi contada de diferentes maneiras pelos jornais. Araújo e França, que visitaram o local e foram os primeiros a noticiar o caso, narraram em sua reportagem para o *JB* que o estudante já estava há duas semanas no interior do Pará, acompanhado de outros dois universitários de Cuiabá, no Mato Grosso: Ari Ferreira de Almeida e Teófilo Arruda Barros. Inicialmente, a tarefa que foi designada ao grupo pela coordenação da operação nacional do Projeto Rondon era fazer o levantamento de dados para a abertura de uma estrada que ligaria por terra Alter do Chão até a cidade de Santarém. Mas o trabalho deveria ser feito em mata fechada e, por isso, precisava de apoio logístico local. Nem a prefeitura da cidade, nem os moradores da vila ofereceram o auxílio necessário. Os estudantes, frustrados, já se preparavam para voltar para Santarém. Paulo Gurgel, contudo, começou a conversar com os moradores sobre os minerais existentes na região. Alguns falaram com ele sobre uma pedra preciosa chamada muiraquitã. Como declarou aos jornalistas, “todos falavam nesse assunto com muita reserva, mas eu continuei a me informar, até que me disseram que essa região é muito visitada por estrangeiros, que sempre chegam por via fluvial (rio Tapajós). Procurei saber se havia algum campo de pouso aqui perto, mas ninguém soube me informar.” Após alguma insistência, um senhor, que pediu a Paulo Gurgel para não ser identificado, enfim lhe confessou: “Ah, meu filho, essa terra aqui é muito rica. Os americanos estiveram aqui há algum tempo trabalhando na perfuração. Bem na frente à minha casa eles deixaram um marco.”

O jovem rondonista foi, então, até o local indicado, acompanhado de seu informante. Lá, encontrou um marco, com uma inscrição codificada em uma placa de bronze parcialmente destruída por um acidente com um jipe. Paulo continuou a conversar com o morador da região até que ele lhe contou que havia outro marco, perto de um lago chamado Muretá, na outra ponta do rio Tapajós. O estudante conseguiu dois guias locais, encheu seu cantil de água e caminhou

¹⁰¹ ARAÚJO, Paulo César e FRANÇA, Alberto. Rondon-VII acha poço de petróleo clandestino. *Jornal do Brasil*, domingo e segunda-feira, 7 e 8 fev. 1971, 1º Caderno, p. 26.

¹⁰² Aula de Brasil desconhecido. *Veja*, edição 17, 1º jan. 1969, p. 14.

por quatro horas até o local indicado. Quando chegou lá, encontrou o que estava procurando: “a grande base de concreto que sustentava a torre de perfuração, retirada há algum tempo do local. Ao lado da base e próximo a um pé de caju, a tubulação revestida de ferro, furando a terra e agora lacrada com cimento.” Paulo achou, ainda, mais blocos com inscrições indecifráveis e o que foi descrito pelos jornalistas como um “cilindro enferrujado e meio quadrado”. O objeto foi o que chamou mais a atenção do jovem e dos repórteres, que assim narraram o momento em que o universitário encontrou o cilindro: “No seu interior, [havia] uma massa preta pegajosa. Gurgel lambusou [sic] o dedo, cheirou o material e sentiu que era petróleo. Pegou uma quantidade maior e ateou fogo. As chamas subiram rápidas.” Ainda segundo a reportagem, Paulo havia retornado ao local de sua descoberta com os jornalistas do *JB* e seus colegas de equipe no Projeto Rondon para confirmar o que havia descoberto.

Paulo César de Araújo e Alberto França reafirmavam a relutância da população local em falar sobre o assunto, mas replicavam várias informações que teriam sido contadas ao estudante da UEG devido à relação de confiança estabelecida entre ele e os moradores de Alter do Chão. Nesse sentido, o estudante teria ouvido que “o grupo norte-americano que operava aqui chegou a embarcar várias caixas grandes, lacradas, contendo material que a população não sabia o que era.” Na região, os estrangeiros teriam deixado para trás várias ferramentas (chaves de fenda, brocas de perfuração), que passaram a ser usadas pelos moradores. A reportagem publicada no *JB* era concluída com a informação de que a notícia já havia sido comunicada ao 8º Batalhão de Engenharia e Construções do Exército, localizado em Santarém. E que, durante uma reunião com a equipe de rondonistas, os militares haviam solicitado a Paulo Gurgel um relatório sobre o caso. O cilindro contendo a suposta amostra de petróleo, por sua vez, continuava com o estudante, que iria entregá-la ao Ministério do Interior quando retornasse ao Rio de Janeiro junto dos demais universitários que atuavam na região.¹⁰³

A cobertura da imprensa sobre a presença estrangeira e a perfuração clandestina de petróleo em Alter do Chão tinha várias lacunas e dados desconhecidos, inclusive sobre o momento em que os norte-americanos teriam visitado a região. Os repórteres do *JB* afirmavam que “ninguém sabe precisar em que ano foi”, mas reproduziam a fala de um morador local segundo a qual os norte-americanos ainda “passeavam” pela região. Já na *Folha de S. Paulo*, que noticiou a denúncia pela primeira vez apenas no dia em que os rondonistas chegaram ao Rio de Janeiro, havia a informação de que os estrangeiros “abandonaram o local por volta de

¹⁰³ ARAÚJO, Paulo César e FRANÇA, Alberto. Rondon-VII acha poço de petróleo clandestino. *Jornal do Brasil*, domingo e segunda-feira, 7 e 8 fev. 1971, 1º Caderno, p. 26.

1953”.¹⁰⁴ A data não parece aleatória: esse foi o ano, também, em que a Petrobrás foi fundada, após a massiva campanha do “O petróleo é nosso”. Na cobertura dada pelo jornal *Correio da Manhã*, também era informada a mesma data em que a região havia sido “abandonada” pelos estrangeiros. A relação com a fundação da empresa estatal era explicitada pelo repórter Luís Carlos de Souza, o autor da matéria publicada no *Correio*. Segundo uma fala atribuída por ele a Paulo Gurgel, “os moradores contam que os estrangeiros deixaram a região de repente, de forma estranha. E isso aconteceu quando [a] Petrobrás já estava em pleno funcionamento, agindo no Sul do País.”¹⁰⁵ Nessa formulação, era como se a instituição do monopólio estatal do petróleo por Getúlio Vargas em 1953 fosse a razão imediata de uma fuga repentina dos estrangeiros da região de Alter do Chão.

Na reportagem assinada por Luís Souza, o caso ganhava contornos ainda mais sensacionalistas. Publicada no dia 9 de fevereiro, um dia depois do furo jornalístico do *JB*, a notícia descrevia os estrangeiros como homens “altos, louros e fortes” que “fizeram perfurações na Amazônia e encontraram petróleo”. Até 1953, a região estaria tomada por “gringos”: além do grupo de estrangeiros responsável pelas perfurações, o jornalista citava um frei também interessado nas riquezas minerais e um geólogo contratado pelo governo brasileiro. A história ganhava tons ainda mais dramáticos no ponto de vista de Souza no trecho em que ele afirmava que os estrangeiros “recolheram amostras e desapareceram de repente, depois de terem tentado matar um geólogo francês, contratado pelo Governo brasileiro e que ousou dizer que havia petróleo ali”. Até mesmo um ataque a bomba, supostamente feito pelos estrangeiros para afastar uma “serpente de fogo” que protegia o lago Muretá, era descrito pelo jornalista, em tônica que exotizava a população local. Sem precisar a nacionalidade desses homens, o jornalista apenas os descrevia como responsáveis pela “exploração clandestina de petróleo e minerais raros na Amazônia” que seria denunciada oficialmente ao ministro Costa Cavalcanti por Paulo Gurgel. Luís Carlos de Souza chegava até mesmo a citar um pequeno trecho supostamente presente no relatório escrito pelo universitário. O documento teria “afirmações contundentes”, como a de que “é preciso haver uma denúncia, porque essa região é uma das mais açoitadas pela cobiça internacional...”.¹⁰⁶

Os elementos performativos adicionados por Paulo Gurgel à sua *participação* no Projeto Rondon – que incluíam a frustração do que havia sido programado para a sua equipe, a iniciativa

¹⁰⁴ Poços clandestinos vão ser todos investigados. *Folha de S. Paulo*, quarta-feira, 10 fev. 1971, 1º Caderno, p. 4.

¹⁰⁵ SOUZA, Luís Carlos de. Estudante denuncia tudo sobre poço de petróleo clandestino. *Correio da Manhã*, terça-feira, 9 fev. 1971, 1º Caderno, p. 3.

¹⁰⁶ *Idem.*, *Ibidem.*

de investigar o rumor sobre a exploração clandestina de minerais na região e as declarações à imprensa – despertaram grande curiosidade. Os eventos mexiam com a sensibilidade nacionalista do contexto, pois se tratava da denúncia de que o interesse estrangeiro pelas riquezas naturais do Brasil em uma área tão distante dos grandes centros econômicos quanto estratégica como a Amazônia não estava apenas na ordem na cobiça. Cladestinamente, os estrangeiros (norte-americanos, possivelmente) já estariam explorando petróleo e outros minerais em Alter do Chão. Dada a repercussão do caso, o *Jornal do Brasil* escalou um jornalista para acompanhar o desembarque do universitário e dos outros cerca de 80 participantes da operação, marcado para acontecer na Base Aérea do Galeão, numa quarta-feira, dia 10 de fevereiro de 1971, às 13h30m, segundo informou a coordenação do programa de extensão.

Nada saiu, entretanto, como planejado: o voo, feito com um C-118 da FAB, atrasou; os jornais foram proibidos de entrevistar Paulo Gurgel; e um capitão da Aeronáutica tampou com a mão a câmara de um fotógrafo, impedindo-o de registrar a chegada dos rondonistas. A cobertura da imprensa na chegada dos estudantes, tão comum desde as primeiras operações do Projeto Rondon, não pôde ser feita pelos jornalistas. A notícia publicada no *JB* repetia as descrições do clima de alegria na recepção dos jovens e dos itens singulares trazidos pelos estudantes da Amazônia, mas a chegada dos participantes da operação nacional também foi caracterizada por um clima de proibição e suspense – o que, sem dúvidas, apenas aumentou o interesse da imprensa pelo caso. Segundo a reportagem publicada no dia seguinte pelo *JB*, “o único [estudante] que não pôde abraçar seus amigos foi Paulo Gurgel, um dos últimos a descer do avião. Paulo foi levado em uma kombi da Aeronáutica para a base aérea, onde ‘prestará declarações’, segundo explicou um capitão, que impediu que um fotógrafo, do JORNAL DO BRASIL[,] tirasse fotos do universitário”.¹⁰⁷

Alguns dias depois, Paulo Gurgel conversou pela primeira vez com a imprensa desde que havia retornado do Norte do Brasil em uma entrevista coletiva que concedeu para jornalistas no Rio de Janeiro. Nela, estavam presentes, ao menos, repórteres do *JB*, do *Diário de Notícias*, d’*O Globo* e do *Correio da Manhã*. Contra todas as expectativas, porém, suas declarações deixaram de lado o tom de denúncia. Paulo se mostrava “tímido e contraído”, segundo a descrição do *Jornal do Brasil*. Mas exibia, ao seu lado, a “amostra do que pensa ser petróleo”. A informação de que o jovem havia sido interrogado pela FAB, justamente porque havia descoberto petróleo durante a sua atuação no Pará, foi desmentida por Paulo. Ele

¹⁰⁷ FAB ouve aluno do PR-7 que descobriu poço de petróleo sob contrôle de americanos. *Jornal do Brasil*, quinta-feira, 11 fev. 1971, 1º Caderno, p. 10.

justificou que “estava muito cansado” na chegada ao Rio. A coordenação do Rondon também informou aos jornais que o fato de um oficial da Aeronáutica ter impedido fotos na chegada do estudante seria um “procedimento normal numa base aérea militar”. O futuro engenheiro buscava não se comprometer com a veracidade de sua descoberta, além de desmentir qualquer tipo de pressão que estaria sofrendo por parte de militares ou da coordenação do Rondon. Nesse sentido, Paulo afirmou, conforme relatou o *JB*: “Olha, gente, a respeito do poço de petróleo clandestino eu não posso garantir nada. Apenas posso dizer que eu achei essa amostra enterrada, vi uma plataforma de cimento, um pilar arrancado, uma placa velha, oxidada e com inscrições ilegíveis, e não sei dizer se estiveram americanos no local.”¹⁰⁸

Durante a entrevista coletiva, o universitário afirmou também que o recipiente que havia encontrado no Pará iria ser entregue à coordenação do programa, que iria levar a amostra para ser testada em laboratórios. E confessava: “talvez tenha dito que era petróleo por causa do entusiasmo do momento. A pasta preta pegou fogo e eu achei que era óleo”. A sua narrativa inicial, recheada de elementos misteriosos, com direito a possíveis agentes estadunidenses explorando ilegalmente as riquezas naturais brasileiras e códigos indecifráveis como em um filme de espões na Guerra Fria, era deixada de lado. O jovem universitário fez uma afirmação aos repórteres durante a sua entrevista coletiva que levantava ainda mais dúvidas sobre o caso. Em suas palavras: “não haviam marcas recentes no local, e a história dos americanos não pode ser afirmada com segurança. Porque, para os habitantes de lá, qualquer pessoa que não fale português é *gringo*. Todos contam histórias misturadas com lendas.”¹⁰⁹ Assim como na denúncia da presença de estrangeiros no interior do país feita pelo grupo de jovens que atuou em Uruçuí, no Piauí, Paulo dizia ter ouvido o caso da população local, creditando o possível engano de suas afirmações à cultura supersticiosa dos paraenses. Ainda assim, esses casos são indicativos de como a *participação* no Projeto Rondon era reavaliada durante a atuação dos universitários nas operações do programa. Eles partiam de outras referências simbólicas – neste caso, a imagem da exploração ilegal de recursos nacionais por estrangeiros – para atribuir conotações diversas às suas ações.

Com dimensões menos públicas quando comparados aos eventos envolvendo Paulo Gurgel de Albuquerque, outros casos de denúncias feitas por rondonistas de exploração de

¹⁰⁸ FAB não ouviu o estudante que achou petróleo no Pará. *Jornal do Brasil*, sexta-feira, 12 fev. 1971, 1º Caderno, p. 15.

¹⁰⁹ FAB não ouviu o estudante que achou petróleo no Pará. *Jornal do Brasil*, sexta-feira, 12 fev. 1971, 1º Caderno, p. 15. Grifos do autor. A coletiva de imprensa também foi noticiada em: Estudante do Projeto Rondon nega ter encontrado petróleo. *Diário de Notícias*, sexta-feira, 12 fev. 1971, p. 8; Estudante recua: “Não vi petróleo”. *O Globo*, sexta-feira, 12 fev. 1971, Matutina, Geral, p. 10 e Projeto Rondon: estudante nega ter visto poço secreto de petróleo. *Correio da Manhã*, sexta-feira, 12 fev. 1971, Anexo, p. 6.

recursos naturais no interior do Brasil, por estrangeiros e ilegalmente, foram comuns tanto antes como depois da suposta descoberta do cilindro de petróleo em Alter do Chão. Essas denúncias pareciam seguir um roteiro semelhante, dimensionando as reavaliações produzidas pelos estudantes universitários de sua *participação* no Projeto Rondon. Tanto por ameaçarem a imagem oficial sobre o regime quanto por fugirem do que era esperado da ação dos rondonistas, algumas dessas denúncias chegaram a ser investigadas por órgãos governamentais. Esse foi o caso da informação, constatada por um grupo de universitários em 1970, de que norte-americanos estariam explorando areia monazítica no rio Demini, afluente da margem esquerda do rio Negro localizado no estado do Amazonas. Segundo a documentação disponível na AESI da Funai, o caso havia sido encaminhado pela DSI do Ministério de Minas e Energia ao professor Antonio Vasconcellos Seixas, à época diretor do departamento de Física do Material Radioativo da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). Seixas pediu esclarecimentos à Fundação Nacional do Índio porque, segundo o que ele reportou do relato dos estudantes, os rondonistas “constataram ainda que no local há um campo de pouso para avião, e que o acesso a esta área torna-se difícil em virtude dos índios [sic] proibirem por ordem do grupo que tal acesso se faça por pessoas estranhas.”¹¹⁰

O professor recebeu uma resposta do presidente da Funai, o general Oscar Jerônimo Bandeira de Mello, em um ofício de agosto de 1970 que confirmava as informações denunciadas pelos rondonistas. Segundo o militar, o contato de funcionários do órgão com indígenas sustentava que, na localidade apontada pelos estudantes, haveria “uma exploração de areia monazítica, por parte de um grupo norte-americano, em escala industrial.” Bandeira de Mello também reproduzia o “testemunho” de um indígena, referido por ele apenas como Luís, de que “foram retiradas diversas porções de areia, que eram peneradas [sic] e colocadas em pequenos sacos, a tarefa, segundo a mesma testemunha, prolongava-se pela noite adentro, o que ocorrera, há alguns anos.” O ofício ainda confirmava a existência de um campo de pouso na região, mas dizia que ele era utilizado por missões (possivelmente, religiosas) norte-americanas e inglesas.¹¹¹ Diante da confirmação da denúncia dos rondonistas, Seixas encaminhou o caso para o diretor executivo da área mineral da CNEN. Ele sugeria que, caso a exploração não tivesse sido autorizada, tratava-se de “uma atividade de contrabando, que deve ser reprimida”. Pior: segundo o professor, a exportação de monazita sem a entrega do urânio e tório contidos

¹¹⁰ DFMR-D/1-OF-26/70, de 17 jun. 1970, fl. 1. *Arquivo Nacional*, Fundo: Assessoria de Segurança e Informações da Fundação Nacional do Índio, BR_DFANBSB_AA3_0_DAI_0009_d0001de0001.

¹¹¹ Ofício nº 10/70-PRES, de 11 ago. 1970, fls. 1-2. *Arquivo Nacional*, Fundo: Assessoria de Segurança e Informações da Fundação Nacional do Índio, BR_DFANBSB_AA3_0_DAI_0009_d0001de0001.

nesse material à comissão da qual ele fazia parte era considerada um crime contra a segurança nacional. Dada a gravidade da situação, Antonio Vasconcellos Seixas solicitava a colaboração do Cenimar e do CIE para que um geólogo visitasse a região.¹¹²

A ausência de um alvará de pesquisa ou de uma concessão de lavra foi confirmada pelo diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral.¹¹³ Entendimentos começaram a ser feitos com as forças militares do Norte do país – em especial, a 2ª Seção do Comando Militar da Amazônia – para possibilitar a fiscalização da suposta mineração ilegal por estrangeiros na região amazônica. Entre 14 de outubro e 18 de novembro de 1970, o geólogo Juracy Garbatti e o fiscal Francisco José Rezende Lemos estiveram na região do rio Demini, em uma missão que resultou em um relatório entregue à CNEN. Após sobrevoarem a localidade indicada pelos rondonistas e indígenas com um avião da FAB, Garbatti e Lemos chegaram à conclusão de que “a notícia sobre o contrabando ou exploração de tal minério não tinha fundamento, pois as condições regionais de transporte, mão de obra e energia são de extrema dificuldade.”¹¹⁴ Ainda assim o chefe do Comando Militar da Amazônia insistiu para que o geólogo e o fiscal visitassem a região, dada a persistência dos “rumores” de que havia areia monazítica na localidade. Com o apoio da Funai, que mantinha um posto na região, os membros da missão foram de barco para a área indicada. Chegando lá, realizaram a medição de radiação e nada encontraram. Como registrou Juracy Garbatti em seu relatório, “na área inexistente qualquer ocorrência ou concentração de areia monazítica, pois a radiação apresentada não revelou qualquer indício promissor.”¹¹⁵ A denúncia dos jovens rondonistas era, portanto, falsa. Mas, de qualquer forma, os elementos performativos adicionados pelo grupo à sua *participação* no Projeto Rondon foram levados a sério por órgãos governamentais, que investigaram o caso para confirmar a existência ou não de estrangeiros explorando recursos minerais ilegalmente na Amazônia.

Um editorial do *Jornal do Brasil* publicado em janeiro de 1971 apresentava alguns elementos significativos dessas modalidades performativas de *participação*, ao mesmo tempo em que defendia um ponto de vista laudatório sobre o Projeto Rondon. De acordo com o texto, dois estudantes de Medicina que atuaram em Ipezal, à época um distrito de Dourados, no estado do Mato Grosso, encontraram várias pessoas doentes no consultório que montaram na

¹¹² Correspondência de Antônio F. V. Seixas para o Diretor Executivo da Área Mineral da CNEN, fl. 1. *Arquivo Nacional*, Fundo: Assessoria de Segurança e Informações da Fundação Nacional do Índio, BR_DFANBSB_AA3_0_DAI_0009_d0001de0001.

¹¹³ Ofício nº 3370, de 24 ago. 1970, fl. 1. *Arquivo Nacional*, Fundo: Assessoria de Segurança e Informações da Fundação Nacional do Índio, BR_DFANBSB_AA3_0_DAI_0009_d0001de0001.

¹¹⁴ GARBATTI, Juracy. Relatório da missão realizada no rio Demini do estado do Amazonas, p. 2. *Arquivo Nacional*, Fundo: Assessoria de Segurança e Informações da Fundação Nacional do Índio, BR_DFANBSB_AA3_0_DAI_0009_d0001de0001.

¹¹⁵ *Idem.*, p. 4.

localidade. Os pacientes relatavam tontura, fraqueza no pulmão, pernas bambas. A causa: “tendo que lidar com inseticidas para a lavoura não sabem como se defender do *veneno*, como dizem.” Não tinham acesso à escola, nem mesmo a saneamento básico. Essa situação vivida pelos universitários levava a reavaliações da *participação* na medida em que um dos fundamentos culturais dessa modalidade de ação era justamente a expectativa de que os jovens adquirissem um senso de *responsabilidade* e concluíssem que o governo, as Forças Armadas e os empresários estavam fazendo algo para solucionar os problemas nacionais. Ao contrário, nesse caso os jovens relataram ao jornal terem encontrado habitantes do interior doentes devido ao uso de agrotóxicos no processo de expansão agrícola patrocinado pelo regime. O editorial do *JB* sentenciava, portanto: “os acadêmicos que visitam localidades como Ipezal de lá regressam com revolta e tristeza.” Ainda assim, o texto era elogioso ao programa de extensão e demandava a sua institucionalização pelo regime. Ele também recorria a outros princípios da *participação* da juventude, como a continuidade geracional, ao afirmar que a atuação no Projeto Rondon era “uma tomada de consciência, pelos jovens, do país que vão herdar amanhã.”¹¹⁶

O editorial reafirmava certas conotações prescritas à ação política jovem como *participação*. Mas apenas parcialmente na medida em que chamava a atenção para elementos performativos como a própria iniciativa dos estudantes em relatar o que viam aos jornalistas. Ainda assim, ele não ficou sem resposta: três dias depois, na seção “Cartas dos leitores”, o *JB* publicou um texto do ministro do Interior, José Costa Cavalcanti, comentando o texto. Apesar de elogiar o editorial e o seu autor por seu “patriotismo”, o militar adicionava a informação de que o Projeto Rondon já havia sido institucionalizado pela ditadura com o decreto nº 67.505, de 6 de novembro de 1970. Além disso, Costa Cavalcanti propunha uma correção ao ponto de vista do editorial que dialogava justamente com os sentidos da *participação* da juventude e sua relação com os problemas nacionais. O ministro afirmava que reconhecia que “face à nossa imensa área territorial e às disparidades de recursos que apresentam as nossas regiões geoeconômicas, muito está por se fazer. Mas se está fazendo, iniciou-se a obra da Justiça Social.” Ou seja, ele reafirmava o princípio de que havia iniciativas no sentido de solucionar as situações encontradas pelos jovens em sua *participação*, mesmo que não mencionasse em nenhum momento a dimensão mais grave da denúncia feita pelos estudantes: as doenças e sua causa, o uso imprudente de agrotóxicos. Concluindo a sua carta, o militar afirmava ainda que o Projeto Rondon estava sendo bem-sucedido em “utilizar a imensa força criadora da nossa juventude, em trabalho objetivo e prático em benefício do país.”¹¹⁷ A iniciativa do ministro de

¹¹⁶ Desbravadores do Rondon. *Jornal do Brasil*, sábado, 23 jan. 1971, página de capa. Grifos do autor.

¹¹⁷ Carta dos leitores. *Jornal do Brasil*, terça-feira, 26 jan. 1971, página de capa.

responder a reportagem, nesse sentido, indica a sua tentativa de reafirmar a dimensão prescritiva da *participação* como uma norma diante de elaborações simbólicas dadas pelos próprios jovens.

A oscilação da categoria cultural de *participação* entre os seus elementos prescritivos e performativos alargou o escopo de ações juvenis que eram revestidas de valores por meio desse princípio. Esse processo se deu na medida em que, aceitando o chamado para *participar*, os jovens se defrontaram com situações variadas, como a legislação restritiva para a militância estudantil, suas vinculações com organizações políticas de oposição ou os rumores de presença estrangeira no interior do país, por exemplo. Em alguns casos, como no MDB Jovem, esse processo de reelaboração chegou até mesmo a romper com os limites fixados pela ditadura para o lugar da juventude na sociedade brasileira. Em certa medida, além disso, tanto as políticas do regime voltadas à juventude quanto os contornos das atividades por elas possibilitadas envolveram características estimuladas ou projetadas à condição juvenil em termos de seus comportamentos. Este é o tema da Parte III desta tese.

Parte III

A condição juvenil no Brasil ditatorial

Capítulo V

“Os jovens estão acordados”: as fronteiras da condição juvenil e as políticas para a juventude no Brasil ditatorial

“Os jovens estão acordados. [...] Participando do Seminário Rondon, instalado ontem na Faculdade de Engenharia da Universidade do Estado da Guanabara, com a presença de seus coordenadores e 110 mil universitários. Debaterão: normas e diretrizes para o projeto Rondon, avaliação dos trabalhos já realizados e preparação de novos trabalhos e missões. Participando da ‘Operação Mauá’, que transforma cada um de seus membros num Pedro Álvares Cabral de um Brasil que, embora sua importante dimensão geográfica e humana, é ainda parcial ou totalmente desconhecido. [...]”

“Os jovens estão acordados”, publicado na coluna “Correio dos jovens”, do *Correio da Manhã*, por Paschoal Carlos Magno em 4 de setembro de 1969.¹

“Toda a juventude é inquieta. Dela é que se pode esperar o impulso no sentido do melhor.[.] Entretanto, só é juventude sã e iluminada aquela que olha para a frente e não para trás. Nada se deve esperar daqueles que entram na vida sem se entusiasmarem por algum ideal. Os jovens que buscam um futuro melhor, através de atividades realmente construtivas, merecem a consideração e o apoio de todos nós.”

Luiz Phelippe C. da Cunha, coordenador de estágios da Operação Mauá, em texto publicado na revista *Opema: em ritmo de Brasil Jovem* em agosto de 1972.²

As manifestações estudantis são próprias da tradição latino-americana e no Brasil sempre aconteceram. Mas elas não têm a profundidade que se imagina. São efetivamente posições de pureza da juventude, às vezes utilizadas ou maculadas por interesses de adultos. Mas não parece que tenham a profundidade que alguns querem dar. Representam, naturalmente, o anseio da juventude de participar. E é indiscutível que a juventude tem participado, no interior das universidades, como nunca antes havia feito. E o que ocorre, como manifestação com maior carga emocional, com maior carga de teatralidade, que são as manifestações políticas, não me parecem de grande profundidade.

Cláudio Lembo, presidente do diretório estadual da Arena em São Paulo, em entrevista para o jornal *O Globo* de 4 de setembro de 1977.³

¹ MAGNO, Paschoal Carlos. Os jovens estão acordados. *Correio da Manhã*, quinta-feira, 4 set. 1969, coluna “Correio dos jovens”, 1º Caderno, p. 5.

² CUNHA, Luiz Phelippe. Do ideal à prática. *Opema: em ritmo de Brasil Jovem*, ago. 1972, nº 6, ano 3, p. 48..

³ Cláudio Lembo defende ampla participação política. *O Globo*, domingo, 4 set. 1977, Matutina, O País, p. 8.

No Brasil como em outros países, a experiência da condição juvenil era possível de ser vivenciada nas décadas de 1960 e 1970 devido a características particulares da segunda metade do século XX. O crescimento populacional após a Segunda Guerra Mundial, responsável pelo surgimento do que se convencionou chamar, no mundo anglo-americano, de geração *baby boomer*, era um desses fatores. O aumento quantitativo das vagas em ensino secundário e nas universidades era outro. Ele possibilitava a separação de pessoas de determinada faixa etária (15 a 25 anos, por mais flexível que esse intervalo de idades possa ser a depender do contexto) para uma socialização secundária nos e a partir dos espaços educacionais. Além desses, um terceiro fator emerge nos anos 1950 – como “ideia descritiva e conceito prescritivo”, na definição de Luís Antonio Groppo⁴ – entre cientistas sociais estrutural-funcionalistas que pensaram a questão da juventude: a tolerância diante da disponibilidade de um tempo intermediário entre a dependência infantil e as responsabilidades da vida adulta, sintetizada no conceito de “moratória social”. Vários autores posteriores reconheceram que são necessárias condições históricas, geográficas e econômicas particulares para que essa situação seja possível. Contudo, a conexão entre a moratória social e a condição de ser jovem levou a um entendimento da categoria social “juventude” como um “período da vida em que se permite postergar diversas exigências sociais – tais como trabalho, matrimônio, ter filhos e formar o próprio lar – e em que há uma especial tolerância para com o comportamento juvenil.”⁵

Essa percepção sobre a juventude ocupava um lugar central no conjunto de elaborações simbólicas que se esforçavam para traçar as fronteiras para a condição juvenil no campo das políticas da ditadura direcionadas aos jovens. Entre elas, prevalecia um caráter dúbio: ora aproximavam a juventude daquilo que se entendia como infância (dependente dos mais velhos, ainda incapaz de tomar decisões por conta própria), ora do que se compreendia como um adulto (um sujeito independente, com poder de decisão e passível de responder pelas consequências de suas escolhas). A juventude configurava-se, assim, como um limiar, uma fase da vida entre a heteronomia e a autonomia. Esse debate sobre a juventude guardava, mais uma vez, uma dimensão transnacional. Por um lado, a emergência da juventude como agente político nos anos 1960 pareceu significar uma ruptura com o passado. Como argumenta o antropólogo Carles Feixa Pampóls, “parecia que a dependência social dos jovens havia acabado de uma vez: em vários países a idade para votar foi reduzida, os muros entre a escola e a sociedade foram

⁴ GROPPPO, Luís Antonio. Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis. *Em tese*, v. 12, n. 1, 2015, p. 13.

⁵ *Idem.*, p. 18.

quebrados e em todos os lugares os jovens exigiam os direitos e deveres da vida adulta.”⁶ Por outro lado, a proclamação de uma ruptura completa com a dependência pelos jovens, sintetizada por autores da contracultura como o filósofo Herbert Marcuse ou a antropóloga Margaret Mead, mostrou-se excessivamente romântica. Ainda segundo Feixa Pampóls, “a aparente libertação dos jovens traduziu-se cedo em novas dependências econômicas, familiares e escolares, que se tornariam evidentes com o processo de reestruturação socioeconômica iniciado nas sociedades ocidentais a partir de meados dos anos 1970.”⁷

Essas imagens serviam bem às formas como os jovens eram vistos pelos agentes políticos dos anos 1960 e 1970, inclusive no sentido de justificar o controle social ou a incorporação subordinada da ação jovem no Projeto Rondon, na Operação Mauá e nos diretórios juvenis dos partidos. Ao mesmo tempo, essa dubiedade das percepções sobre a condição juvenil se estendia às aceções de uma juventude áurea e de uma juventude perdida, que se sobrepunham a depender do contexto. Apesar de fundamental, essa aceção ambígua de juventude era apenas uma variável das fronteiras socialmente estabelecidas para essa condição etária no Brasil ditatorial. A tentativa de identificar ou prescrever os sentimentos e comportamentos pretensamente “naturais” de quem é jovem era outro elemento importante para aqueles envolvidos com as políticas da ditadura para a juventude, que muitas vezes recorriam a pontos de vista filosóficos, biológicos ou psicogenéticos.

Em grande medida, a motivação para esses esforços residia no fato de que interessava criar ações que estivessem de acordo com essas características tidas como juvenis, por um lado, ou que buscassem moldá-las, por outro. Esse horizonte de preocupações foi evidenciado em longo texto do jornal *Correio da Manhã* sobre o Projeto Rondon publicado em dezembro de 1969, conjuntura posterior ao AI-5 e, portanto, bem distante dos momentos em que as oposições à ditadura encontravam no diário carioca um vetor para suas ações e ideias. De acordo com a reportagem, as operações do programa respondiam “aos anseios, à maneira de ser, pensar e agir de nossa própria juventude.” Todos os seus traços organizativos seriam “reflexo e resposta aos impulsos emitidos” pelos jovens, daí a necessidade de um cuidado para não burocratizar o Projeto Rondon e, conseqüentemente, afastá-lo do “pensamento dos moços”.⁸

⁶ PAMPÓLS, Carles Feixa. *Op. citada*, 1998, p. 44. Tradução livre do original: “parecía haber acabado de golpe con la dependencia social de los jóvenes: en diversos países se rebajó la edad del voto, los muros entre escuela y sociedad fueron rotos y en todas partes los jóvenes reclamaban los derechos y deberes de la adultez.”

⁷ *Idem.*, p. 45. Tradução livre do original: “la aparente liberación de los jóvenes se trocó pronto e nuevas dependencias económicas, familiares y escolares, que se pondrían crudamente de manifiesto con el proceso de reestructuración socio-económica iniciado en las sociedades occidentales a partir de mediados de los setenta”.

⁸ Projeto Rondon. *Correio da Manhã*, sexta-feira, 5 dez. 1969, 1º Caderno, p. 11.

Na medida em que o estatuto político da condição juvenil foi compreendido, nos anos 1960, como uma problemática específica, a formulação de ações estatais voltadas para exercer o controle social, disciplinar ou até mesmo possibilitar a *participação* subordinada dos jovens se fundamentou, portanto, em percepções culturais sobre essa fase da vida. Nesse sentido, como argumentam os historiadores Giovanni Levi e Jean-Claude Schmitt:

Todas essas projeções simbólicas desempenham papel importante nas diversas “políticas” da juventude, na tentação da exclusão ou, pelo contrário, na função de controle social que algumas sociedades concedem aos jovens justamente em função de sua posição limítrofe, que os transforma em juízes e controladores, intermediadores entre os atores sociais ou entre os vivos e os mortos, e que lhes delega o poder de sancionar a desordem da sociedade e dos costumes [...]. Mas também pode acontecer que a sociedade peça aos jovens para romper – para o bem ou para o mal – as velhas solidariedades, familiares ou de classe, e inserir-se no interior de concreções sociais muito mais rígidas a fim de se fazerem portadores de um processo de renovação coletivo.⁹

Partindo, portanto, do pressuposto de que a juventude é atravessada por construções simbólicas relativas a um contexto, quais características da condição juvenil emergiam no âmbito das políticas da ditadura para a juventude entre os anos 1960 e 1970? Fossem eles pressupostos, atribuídos ou identificados, esses atributos buscavam delimitar as fronteiras do ser jovem. Nesse sentido, a investigação das respostas possíveis dadas a esse questionamento são fundamentais na medida em que elas balizavam a configuração das ações do Estado voltadas aos jovens.

Neste capítulo, alguns pontos de vista “nativos” sobre a juventude são inventariados e analisados, a partir de fontes primárias, tendo em vista três questões que se mostravam, à época, centrais. Primeiro, o debate sobre os comportamentos tidos como juvenis, que envolviam desde uma sociabilidade particular até uma maneira própria de lidar com os imprevistos. Depois, os esforços para exercer o controle social sobre os jovens durante a *participação* nessas políticas, seja para disciplinar a sua conduta cotidiana ou para inseri-los ao universo de *responsabilidades* tido como característico da vida adulta. Por fim, as discussões em torno do que a predominância demográfica da juventude implicava para o país e de quais seriam os limites etários para essa fase da vida. O objetivo é tratar a própria *juventude* como uma categoria “nativa”, analisando, dessa forma, como a ditadura militar brasileira buscou lidar com os jovens ao mesmo tempo em que revestia a condição juvenil de valores culturais que buscavam fixar os limites desse grupo etário.

⁹ LEVI, Giovanni e SCHMITT, Jean-Claude. Introdução. In: LEVI, Giovanni e SCHMITT, Jean-Claude (org.). *História dos jovens: da Antiguidade à Era Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 12.

Entre a *responsabilidade* e a calça jeans, os comportamentos juvenis

O tempo livre e as atividades de lazer dos jovens participantes do Projeto Rondon eram um tema recorrente tanto nas reportagens sobre o programa de extensão quanto nas normas prescritas para os momentos de atuação. Em uma notícia enviada da sucursal de Porto Alegre para a redação do *Jornal do Brasil* sobre o embarque de 69 estudantes para os estados do Amazonas e Piauí, localidades onde iriam atuar os jovens gaúchos na operação Projeto Rondon-1, alguns passatempos dos rondonistas foram descritos em um tom curioso, característico do jornalismo de viagem. A notícia foi publicada em janeiro de 1968 e descrevia os estudantes como “jovens empolgados tanto pelo sentimento de poderes [sic] ser úteis a patrícios do outro extremo do País, como animados pelos sonhos de aventura”. Ela expressava, assim, a ambiguidade característica das visões sobre as áreas de atuação do Projeto Rondon: espaços carentes e habitados por brasileiros necessitados das ações assistencialistas dos universitários, mas também lugares em que o “espírito de aventura” da juventude podia ser colocado a prova. Logo em seguida, a reportagem adicionava a informação de que “a maioria dos estudantes leva máquinas fotográficas, enquanto outros, mais esportivos, muniram-se de instrumentos de pesca e facão de mato, porque a idéia dominante é de penetrar na selva, ‘numa região que até agora, só conhecíamos por ouvir falar’.”¹⁰ O olhar jovem para o interior do país era apresentado como atento ao exótico e diferente, àquilo que deveria ser registrado com câmaras fotográficas ou explorado em um esforço de auto-colonização do Brasil pelo brasileiros.

Também o *Correio da Manhã* noticiou as situações de embarque e desembarque dos rondonistas no Rio de Janeiro, midiaticando intensamente hábitos, comportamentos e sociabilidades da condição juvenil. Ao cobrir o retorno dos universitários que haviam participado da mesma operação nacional realizada entre janeiro e fevereiro de 1968, o jornal assim descreveu o que os estudantes traziam em suas malas e o clima do desembarque: “Araras, papagaios, lanças, cestas, grandes fardos de couro – ‘ah, se gente pagasse excesso de bagagem!’ –, tudo isso misturado à ansiedade dos parentes e namoradas transformou a Base Aérea do Galeão numa festa pop, na tardinha de ontem.” Um jovem, infelizmente não identificado, fez declarações ao jornalista do periódico sobre a riqueza mineral supostamente encontrada pelo grupo de universitários na região amazônica e que desmentiriam a imagem de pobreza das localidades em que as operações do Projeto Rondon aconteciam. Suas palavras foram impressas no jornal: “Só uma coisa: manda a aí nossa brasa: nada de projetos do Hudson Institute. Nós já vimos, e mostramos que podemos fazer as coisas sozinhos e tirar proveito delas.”¹¹ O conteúdo

¹⁰ Universitários gaúchos já viajaram para o Norte. *Jornal do Brasil*, sábado, 13 jan. 1968, 1º Caderno, p. 7.

¹¹ Universitários vêm da Amazônia para logo voltar. *Correio da Manhã*, quinta-feira, 15 fev. 1968, página de capa.

desse ponto de vista expressava um posicionamento nacionalista, amplamente compartilhado por adultos e militares em fins dos anos 1960: a necessidade de os brasileiros serem os agentes do desenvolvimento do país, sem a intervenção estrangeira. Mas a forma com que a fala do rondonista foi registrada expressava uma linguagem classificada como característica da juventude do período, com o uso de gírias (“manda aí a nossa brasa”) conjugado ao tom informal e direto para tratar de temas espinhosos como a ameaça de exploração internacional na Amazônia.

Além de figurarem como parte das estratégias narrativas do jornalismo das décadas de 1960 e 1970, as maneiras por meio das quais os jovens rondonistas eram apresentados ao público pela imprensa deixavam entrever percepções sobre a sociabilidade juvenil e os códigos de conduta projetados para os jovens desse período. Os espaços de sociabilidade jovem e as formas de ocupar o tempo livre ganhavam, assim, protagonismo nas reportagens sobre os universitários, sendo muitas vezes apresentados como aquilo que se perde na decisão de assistir aos habitantes do interior com as habilidades aprendidas nos bancos escolares. Nesse sentido, ao noticiar os preparativos para a operação nacional do Projeto Rondon planejada para janeiro de 1970, o *Jornal do Brasil* sentenciou: “desejo de ajudar atrai mais que carnaval e férias”.

Segundo o periódico, os integrantes do programa de extensão que em breve começariam a viajar para o interior do país perderiam os passatempos das férias. “Eles ficarão sem a praia habitual, não verão os desfiles das escolas de samba, não poderão fugir do verão nas cidades da serra e viverão muitos dias longe de suas famílias e amigos”, informava a longa reportagem. Esses hábitos jovens elencados pelo jornal sugerem, de partida, o recorte da condição juvenil privilegiado pelo Rondon: o *JB* se referia, especificamente, à juventude carioca de classe média, habituada a sociabilidades e diversões características do verão na cidade. Mas, de qualquer forma, o jornal insistia no ponto de vista de que nenhum jovem havia hesitado em deixar para trás essas possibilidades de diversão para enfrentar o desafio do Projeto Rondon. Dentre as motivações listadas pela reportagem para a *participação* dos jovens, estava “fazer algo, ser útil, poder dizer mais tarde que os jovens estão fazendo alguma coisa pela terra onde nasceram.”¹²

Algo semelhante ocorria na forma como a grande imprensa noticiava as atividades da Operação Mauá, em especial as viagens de estudos. Em reportagem do *Jornal do Brasil* publicada em 17 de janeiro de 1975, os jovens universitários dos cursos de Administração, Economia e Engenharia que haviam embarcado em direção a Manaus para uma série de visitas a obras públicas e indústrias eram descritos de forma que os aproximava a “um grupo alegre de

¹² Projeto Rondon funciona hoje entregando material. *Jornal do Brasil*, domingo e segunda-feira, 4 e 5 jan. 1970, 1º Caderno, p. 17.

turistas em início de excursão”. Entretanto, no caso específico desse programa organizado pelo Ministério dos Transportes, havia uma especificidade: os 52 estudantes, todos “rapazes”, viajavam no Ari Parreiras, navio da Marinha brasileira.

O *JB* se mostrava atento a esse aspecto, que confrontava os comportamentos associados aos jovens da década de 1970 (informalidade, alegria, diversão) com a severidade da disciplina militar a bordo. Por isso, a notícia reportava uma declaração atribuída ao imediato do navio, identificado apenas como comandante Ferreira. Ele teria dito que “a presença dos estudantes a bordo modificará bastante a vida rotineira da tripulação, provocando constantes quebras na rígida disciplina militar, embora sempre vistas com simpatia.” O militar acrescentava ainda que havia esforços, por parte dos oficiais, de que não fosse produzida “a impressão de que a liberdade dos estudantes a bordo é um privilégio capaz de perturbar o comportamento dos marinheiros.”¹³ Esse ponto de vista destacado pelo periódico indicava a tolerância com os comportamentos juvenis, ainda que ela implicasse um duplo padrão diante das condutas de jovens oriundos de grupos sociais diversos: para os estudantes universitários, “simpatia”; para os marinheiros, muitos deles jovens e oriundos de estratos sociais mais baixos, vigilância para a manutenção da disciplina militar. Nesse sentido, a preocupação da oficialidade, tal como apresentada pelo comandante Ferreira, ia mais no sentido de disciplinar os jovens marinheiros do que os jovens participantes da Operação Mauá.

No que dizia respeito aos pontos de vista sobre a condição juvenil, o Projeto Rondon e a Operação Mauá margeavam, portanto, em uma linha tênue. Por um lado, estavam os comportamentos associados à juventude dos anos 1960 e 1970: viajar por diversão, contestar e questionar, andar em “turma”, usar uma linguagem marcada por gírias juvenis, ter hobbies como a fotografia. Essas condutas estavam reunidas sob a fórmula da liberdade, da informalidade e do desprendimento juvenis, sendo associadas a esse grupo de idade com maior intensidade a partir da década de 1950. Por outro, estava a decisão de deixar de lado os prazeres para colocar o conhecimento à disposição do desenvolvimento do Brasil, do auxílio à população necessitada do interior ou do progresso técnico, em ações que denotavam um senso de *responsabilidade* dos jovens. Uma (a associada à liberdade e ao divertimento) ou outra (a conectada à renúncia para ajudar) dimensão a respeito da juventude universitária que participava desses programas era mobilizada para dar sentido ao Projeto Rondon e à Operação Mauá, a depender do contexto.

¹³ Grupo carioca embarca no “Ari Parreiras” rumo a Manaus para Operação-Mauá. *Jornal do Brasil*, sexta-feira, 17 jan. 1975, 1º Caderno, p. 20.

Os hábitos associados à sociabilidade da juventude universitária também eram identificados como características que ditavam o cotidiano das operações. A imprensa midiaticava intensamente esse aspecto e os casos em que o lazer juvenil tomou conta do Projeto Rondon são frequentes na documentação. Em janeiro de 1970, por exemplo, parecia que tudo havia fugido ao programado para a atuação dos jovens na região do vale do rio São Francisco. As 45 equipes de estudantes deslocadas para o estado da Bahia sofreram os efeitos inesperados da chuva, que se adiantou naquele ano. As dificuldades de locomoção e comunicação eram tão grandes que a própria atuação dos rondonistas ficou prejudicada, com uma redução de 30% das atividades inicialmente previstas para a operação. Esses imprevistos se somaram ao grande número de desistências ainda antes da partida, no Rio de Janeiro, o que obrigou a coordenação do programa a reestruturar os programas de ação e a cortar localidades previstas para a atuação dos estudantes. Ainda assim, da forma como foram noticiadas pelo *Jornal do Brasil*, essas dificuldades eram vividas de maneira diversa por jovens e não jovens, em uma clivagem fundamentada pela condição juvenil. Durante a viagem de barca pelo rio São Francisco, na qual as equipes eram deixadas nos municípios de atuação, como Pirapora e Bom Jesus da Lapa, “os coordenadores passaram a maior parte do tempo reorganizando as estruturas das equipes”. Enquanto isso, reportava o *JB*, “os rapazes e moças se divertiam dançando, tomando sol, lendo ou jogando cartas.”¹⁴

Os imprevistos que marcavam as viagens para o interior ou a atuação durante as operações do Projeto Rondon, entretanto, eram compreendidos como uma questão secundária, em especial porque os jovens seriam dotados de atitudes típicas da idade que os tornavam mais maleáveis e compreensivos diante dessas situações. Essa perspectiva esteve presente, por exemplo, na narrativa de Regina Lúcia Muglia, estudante de Jornalismo na PUC-Rio de Janeiro e a primeira estudante de seu curso a participar do programa. Sua área de atuação foi a cidade de Souza, no interior da Paraíba, e ela teria uma missão particular: atuar como correspondente especial do *Correio da Manhã* na operação.¹⁵ O principal dos artigos escritos por Regina era significativamente intitulado como “Rondon: visão da juventude”, tendo em vista que o jornal carioca apresentava o relato da universitária como representativo não apenas do olhar dos jovens de forma genérica como também da “intensidade e [d]o interesse da juventude pelos problemas do País.” Nele, Muglia expressou certo clima de repetição no embarque dos rondonistas: “as frases de despedida e as últimas recomendações foram as mesmas de sempre

¹⁴ Chuvas na Bahia prejudicam a ação dos estudantes do Projeto Rondon. *Jornal do Brasil*, sexta-feira, 30 jan.1970, 1º Caderno, p. 7.

¹⁵ Regina Lúcia no Rondon pelo CM. *Correio da Manhã*, sexta-feira, 9 jan. 1970, Anexo, p. 8.

e o embarque do avião da Paraense também não foi diferente”, dizia a estudante. Entretanto, um atraso de quatro horas perturbou a rotina dos universitários. A adversidade, que poderia causar aborrecimento, foi amenizada por comportamentos tidos como próprios aos jovens. Segundo Regina, “a animação pelo Projeto Rondon era maior que tudo e os 45 jovens que iriam participar dele, operando no Nordeste, pareciam não ligar muito para os contratempos.”¹⁶

As descrições das ações preparatórias para a viagem com o Projeto Rondon, das peças de vestuário utilizadas pelos jovens rondonistas ou de cenas em que os universitários socializavam entre si, publicadas pela grande imprensa, compunham esse amplo quadro das características associadas à juventude nesse contexto. Em janeiro de 1971, quando o Projeto Rondon-7 estava para ser iniciado, o *Jornal do Brasil* listou algumas das tarefas que precediam a viagem para o interior do país nas operações nacionais: “arrumar a mala, comprar remédios, receber conselhos da família e se despedir da namorada”. A enumeração dessas tarefas apresentava a juventude como uma condição intermediária entre a autonomia de se arrumar a mala para uma viagem sem a supervisão da família e a necessidade de se aconselhar com os familiares. A reportagem afirmava, ainda, que os últimos preparativos para as viagens transformavam as sedes das coordenações regionais do Rondon em um “ambiente confuso”. Um grande fluxo de jovens passava por esses espaços para buscar “remédios, camisetas, mochilas, emblemas e carteiras de identificação”, além de confirmar as datas de embarque. Mas, garantia o *JB* citando a fala de um estudante não identificado, tratava-se “de uma bagunça bem organizada.”¹⁷

A dependência direta com a família – mães e pais, em especial – era uma outra dimensão da juventude com a qual o Projeto Rondon lidava em suas operações. Os jovens que participavam das operações, em sua grande maioria, estavam em uma situação de autonomia relativa, sendo alvo de preocupações constantes. Os casos de rondonistas que se acidentaram, morreram – por exemplo, afogados em rios¹⁸ – ou ficarem doentes durante as operações provavelmente aumentavam a vigília familiar diante dos jovens. Não por acaso, em especial nas primeiras operações do programa, as sedes das coordenações do Rondon ficavam cheias de familiares que, preocupados, buscavam notícias dos filhos, quase sempre transmitidas por

¹⁶ MUGLIA, Regina Lúcia. Rondon: visão da juventude. *Correio da Manhã*, sexta-feira, 9 jan. 1970, Anexo, p. 8.

¹⁷ Estudantes arrumam malas para viajar amanhã no PR-7. *Jornal do Brasil*, domingo e segunda-feira, 3 e 4 jan. 1971, 1º Caderno, p. 10.

¹⁸ O primeiro e mais emblemático caso de um jovem participante do Projeto Rondon a morrer durante uma operação foi o do estudante de Medicina Veterinária da USP Augusto Tortolero de Araújo, que caiu no rio Acre enquanto atuava na Operação I, em janeiro de 1968. Cf. AMATO, Gabriel. *Op. citada*, 2019, p. 73-77. Ao longo dos anos 1970, houve também casos de acidentes com vítimas no transporte rodoviário para as áreas de atuação do programa.

radioamadores, em um contexto em que realizar uma ligação telefônica era raramente possível. Havia também a possibilidade da comunicação por cartas, mais demorada e mais viável em regiões com rotas de transporte aéreo. A comunicação entre jovens participantes do programa e seus familiares colocava um elemento no horizonte da organização das operações que, caso lidasse exclusivamente com adultos, seria ao menos amenizado. Por isso, no “Guia do participante do PRo IX” produzido em 1971, havia a seguinte instrução: “Não alarme sua família desnecessariamente, suas ‘aventuras’ você as contará pessoalmente.”¹⁹

No Projeto Rondon, além disso, os ares de “turma”, com uma sociabilidade fundamentada pela proximidade pressuposta em pares de idade, conviviam com outras divisões, baseadas, por exemplo, na região em que os estudantes iriam atuar ou nas diferenças de gênero. Quando noticiou a Operação Remanejamento, realizada na rodoviária Novo Rio, na Guanabara, como etapa anterior à atuação dos estudantes na operação nacional de janeiro de 1972, o *Jornal do Brasil* chamou a atenção para essas particularidades da condição juvenil no contexto da sociabilidade entre os rondonistas. Segundo o periódico,

Entre risos e gritaria, os *lagostinhas* zombando dos *tubarões*, mais 20 universitários cariocas embarcaram ontem para o Rio Grande do Norte, como participantes do Projeto Rondon IX, que mobilizará este ano cerca de 2 mil estudantes. [...] Apesar da declaração de *estado de beligerância*, tanto *tubarões* quanto *lagostinhas* ostentam a mesma aparência. É como se já estivessem embrenhados no sertão: barba por fazer, *blue jeans* surrados, sandálias de borracha ou tênis sem meias, blusinhas brancas do Projeto Rondon, já preta pelo calor e pela poeira. Mas o toque de elegância feminina nunca desaparece: um ar de pintura para realçar os olhos, lábios e bochechas; um chapeuzinho preto, colocado de lado, ou os cabelos compridos presos à Maria Chiquinha; e, é claro, inúmeros colares, pulseiras e anéis *hippies*. Os violões, também, não podiam faltar, nem as eternas máquinas fotográficas e houve quem fosse visto tirando o retrato de uma turma com o dedo na frente da lente. A despedida festiva não impediu as brigas pelos lugares perto das janelas, nem os gritos “esta cadeira é minha. Olha aí a minha bolsa!” Mas entre risos e olhares severos, todos acabam resolvendo fazer um *rodízio equitativo* porque, afinal, ninguém aguenta viajar do Rio a Natal sem mudar de posição.²⁰

A longa citação é interessante justamente na medida em que é rica em detalhes sobre a condição juvenil, deixando entrever, a partir de uma análise com enfoque etnográfico, hábitos e comportamentos da juventude que participava do Projeto Rondon no início dos anos 1970. Como os jornalistas do *JB* se esforçavam em afirmar em seu retrato dos jovens, os rondonistas estavam em linha de continuidade com a juventude de seu tempo ainda que participassem dessa política da ditadura. Nesse sentido, alguns elementos da fonte jornalística chamam a atenção.

¹⁹ PROJETO RONDON. *Guia do participante do PRo IX*. São Paulo: Departamento de Publicações do Projeto Rondon – Coordenação Regional Centro-Sul, 1971, p. 19. Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, fundo CACS, caixa 154, maço 3.

²⁰ Só os apelidos dividem os estudantes do Rondon-72. *Jornal do Brasil*, quarta-feira, 5 jan. 1972, 1º Caderno, p. 4. Grifos do autor.

Em primeiro lugar, a descrição do vestuário: peças de roupa tidas como despojadas, com vários elementos *hippies* cujo efeito contracultural e contestador havia sido dissipado na virada da década de 1960, usadas em conjunto com a camiseta oficial do Projeto Rondon. Além disso, a forma a um só tempo divertida e marcada por provocações com que as interações entre os universitários se dava: apelidos para as equipes, baseados na localidade em que iriam atuar, no caso dos estudantes que iriam para Angicos e São Bento do Norte (região produtora de lagostas), ou em afrontas simplesmente, além de gritos para garantir o lugar escolhido no ônibus.

Os trajetos das viagens com o Projeto Rondon ou com a Operação Mauá, por si só, eram compreendidos como um momento de intensas expressões da condição juvenil, especialmente se realizados de ônibus e não nos meios de transporte disponibilizados pelas Forças Armadas. Várias fontes históricas indicam a atmosfera de festa e diversão, logo associadas aos jovens, que marcava esses percursos. Ao noticiar nova operação nacional do programa do Ministério do Interior, em janeiro de 1977, o *Jornal do Brasil* informou: “a primeira equipe do Rio de Janeiro – 167 participantes – partiu ontem, cantando e batucando, em seus ônibus para o Ceará.”²¹ Esses sentidos da viagem associavam-se aos atributos da condição juvenil nos anos 1970, conformando sentidos particulares para a experiência jovem no Projeto Rondon. Por um lado, havia algo de excepcional naquelas experiências: a oportunidade de viajar sem a tutela dos pais, com os gastos cobertos pelo governo, para um lugar desconhecido e, majoritariamente, com colegas da mesma idade. Por outro, conforme argumenta Leon Kaminski, a própria noção de “viagem” ganhou sentidos de liberdade cotidiana para parte da juventude em um contexto contraditoriamente caracterizado por uma repressão do regime, abertura de novas estradas como parte da “modernização conservadora” e disseminação de um “estilo de viagem contracultural” com características próprias.²²

A descrição das roupas utilizadas pelos rondonistas mantinha o padrão de destacar peças de vestuário associadas à condição juvenil tal qual experimentada nos anos 1960 e 1970, assim como de chamar a atenção para o uniforme oficial do Projeto Rondon. Em janeiro de 1978, ao noticiar – como sempre fazia – o início das viagens para a Operação Nacional daquele ano, o *Jornal do Brasil* informou aos seus leitores: “calça *Lee*, camiseta branca com o emblema Integrar para não entregar e bastante entusiasmados apesar da longa viagem, os primeiros 266

²¹ Projeto Rondon mobiliza quase 100 mil jovens. *Jornal do Brasil*, terça-feira, 4 jan. 1977, 1º Caderno, p. 5.

²² KAMINSKI, Leon. *Op. citada*, 2018.

dos 1 mil participantes do Projeto Rondon 78 partiram ontem da UERJ para Alagoas e Pará.”²³ Esse ponto de vista sobre a condição juvenil, tão frequente em especial na forma como a grande imprensa pautou os comportamentos desses jovens, apostava na ambiguidade. De um lado, estavam os signos da liberdade juvenil: a calça *Lee*, as pulseiras hippies, a barba por fazer ou o cabelo longo para os “rapazes”.²⁴ De outro, uma camiseta oficial do programa de extensão, produzida a partir de parcerias entre o Projeto Rondon e a empresa brasileira Hering. De um lado, estavam peças de vestuário ou padrões estéticos tidos como “jovens” e que tendiam a particularizar cada um dos jovens – ainda que, em geral, fossem produzidas também em uma lógica industrial e padronizante da moda *prêt-à-porter*. De outro, um uniforme usado para identificar os jovens a partir de uma padronização associada ao governo e a suas ações voltadas à juventude.

Essa coexistência entre características extrovertidas dos jovens e seu comprometimento com as ações promovidas pela ditadura garantia certa ambiguidade para os modos de apreciar a condição juvenil. E ela estava presente, também, na Operação Mauá. Em texto publicado na revista oficial da iniciativa em agosto de 1972 com relatos sobre os programas de viagens de estudo e visitas técnicas, havia espaço para o que a reportagem classificava como eventos “pitorescos” protagonizados pelos participantes da Opema. Dois deles produziram uma sociabilidade jovem que resultou em apelidos jocosos para os estudantes. No primeiro, um universitário que visitava o Frigorífico de Manaus S.A. fez o seguinte questionamento ao ouvir a informação de que as câmaras de congelamento de carne chegavam a 40°: “Abaixo de zero?” Por isso, ele havia sido apelidado de “Pinguincida” pelo grupo de estudantes.

No segundo, um jovem que participou da viagem a Vitória, em julho de 1971, levou vários tombos durante as atividades, inclusive do beliche no alojamento, ficou com uma torneira na mão quando foi ao banheiro de um bar e trombou com um caminhão no meio da rua. Desastrado, foi apelidado de “Cai-cai” pelos colegas. Por fim, a reportagem também relatava um acontecimento “pitoresco” que guardava uma dimensão de gênero. Durante visita a Petrobrás na cidade de Salvador por um grupo de “moças” da Operação Mauá, um engenheiro teria dado um “banho de ouro negro” nas estudantes ao demonstrar o funcionamento de uma válvula de passagem do petróleo. A revista informava que as universitárias, “ao invés de mau humor[,] receberam o inesperado ‘banho’ com alegria e emoção”. Na reportagem, todos esses

²³ Universitários do Projeto Rondon partem certos de aprender mais que ensinar. *Jornal do Brasil*, segunda-feira, 2 jan. 1978, 1º Caderno, p. 12.

²⁴ Várias reportagens descreviam os rondonistas homens como “jovens cabeludos”. Cf., por exemplo: Educação. *Correio da Manhã*, sexta-feira, 5 dez. 1969, 1º Caderno, p. 10 e Projeto Rondon. sexta-feira, 5 dez. 1969, 1º Caderno, p. 11.

dados levavam a coordenação da Opema a concluir que “assim continuam os jovens participando e sabendo as horas em que devem de fato brincar e participar ativamente das atividades da Opema.”²⁵

Essas fronteiras do ser jovem, além disso, eram entendidas em alguns casos como estipuladas por uma questão psicológica mais próxima à biologia do que à sociologia. Longe de serem compreendidos como uma construção social, os comportamentos tidos como juvenis eram localizados no terreno daquilo que é congênito a determinada faixa etária, ditados pela impulsividade ou ingenuidade motivadas por turbulências – algumas vezes, até mesmo hormonais – “próprias da idade”. Em tom muitas vezes pedagógico, essa visão reivindicava especial complacência com os jovens para que pudessem abandonar essas condutas compreendidas como “juvenis”. Essa discussão ganhou as telas da televisão no início dos anos 1970, pautando um dos episódios do programa “Debate em Painel”, da TV Rio, sobre o tema “mocidade-violência”. Apresentado por Arnaldo Lacombe e uma equipe de jornalistas, o programa recebeu três convidados para debater a temática: o senador Mem de Sá, da Arena, e os professores Célio Borja e Tarcísio Padilha. No horizonte da conversa, como transcreveu o *Correio da Manhã*, estava a questão do “terrorismo” – isto é, das ações de organizações da esquerda armada majoritariamente formadas por jovens.

Ao buscar traçar as razões que levariam ao aliciamento dos jovens por “ideologias importadas”, Borja afirmou: “Todo homem inteligente – já dizia um filósofo – é um revolucionário em potencial até os 40 anos.” Apesar de recorrer a um “filósofo” não nomeado como argumento de autoridade, o professor reafirmava uma concepção de caráter psicogenético: seria a pouca idade a causa dos pendores revolucionários da juventude. Em seguida, Padilha – apresentado como um especialista no tema da violência – argumentava que o antídoto para a rebeldia da juventude seriam os “subsídios de moral e civismo”. E, à essa altura, o professor citava o Projeto Rondon como parte da solução dos problemas da juventude. Em seu ponto de vista, “não há maneira melhor de fazer frente à agitação estéril, própria da idade.”²⁶ Na mesma noite, também o senador Mem de Sá – conforme informou o *Correio da Manhã* semanas depois, ao descrever um “Debate em painel” inteiramente dedicado ao Projeto Rondon – fez coro à visão que explicava o comportamento dos jovens a partir das determinações biológicas da idade. Em sua visão, “a juventude encontra [nas operações do

²⁵ Panorama da Coordenação de Viagens/Visita. *Opema: em rimo de Brasil jovem*, ago. 1972, nº 6, ano 3, p. 29-30.

²⁶ Mem de Sá defende a ampliação do Rondon. *Correio da Manhã*, quinta-feira, 13 ago. 1970, 1º Caderno, p. 4.

programa] uma válvula-de-escape excelente e útil, para ela e para a Nação, em que lhe é possível extravasar a violenta carga de energia que palpita em seu sangue.”²⁷

A aposta em uma explicação de fundo psicológico para a rebeldia juvenil era tão significativa que, no auge da repressão às ações armadas da esquerda contra o regime, os militares realizaram pesquisas entre os militantes presos com o objetivo de comprovar a hipótese de que os “terroristas jovens” seriam emocionalmente desajustados e pertenciam a “famílias desestruturadas”. Nos questionários psicológicos aplicados nas prisões entre 1969 e 1971, em alguns casos por militares diretamente envolvidos na repressão e com formação acadêmica em Psicologia, traçou-se um perfil do que se considerava ser o jovem “terrorista”. As sondagens psicológicas teriam chegado à conclusão de que a atração dos jovens pela “subversão” seria fruto do “descaso dos pais pelos problemas da mocidade” e da ação de “estudantes profissionais” que exploravam o “ódio nos jovens”. De acordo com Cecília Coimbra, processava-se uma patologização da atividade política dos jovens que era quase sempre acompanhada por uma preocupação de fundo paternal segundo a qual seria possível (e preciso) reconduzir esses jovens à trilha da ordem.²⁸

Em todo o repertório de políticas da ditadura direcionadas aos jovens, havia também uma constante: a percepção de que a juventude era sinônimo de “renovação” e de rejuvenescimento. Esse ponto de vista aparecia, frequentemente, a partir de metáforas biológicas, que associavam a mudança social à energia juvenil. Essa força vital era entendida como um recurso limitado, gasto na medida do transcurso da vida biológica de um indivíduo – ou seja, os jovens seriam depositários de uma quantidade maior de energia capaz de promover mudanças positivas, se bem direcionada e disciplinada. Com relação à atuação dos jovens no Projeto Rondon, esse prisma se apresentava em linha de continuidade com o entendimento de que a relação entre universitários e interior era uma via de mão-dupla.

Essa percepção apareceu na reportagem sobre as ações das Forças Armadas direcionadas ao desenvolvimento, publicada no *Jornal do Brasil* em um caderno especial intitulado “Os Exércitos e as Américas” por ocasião da VIII Cúpula dos Exércitos das Américas, realizada no Rio de Janeiro em setembro de 1968. O texto lembrava que, apesar da ampliação do número de participantes, “as Forças Armadas são ainda os grandes suportes do Projeto Rondon, o Exército recebendo, nas suas Unidades de Fronteiras e de Construção,

²⁷ Um europeu fala do Projeto Rondon: a mais completa atividade social. *Correio da Manhã*, quinta-feira, 22 out. 1970, 1º Caderno, p. 3.

²⁸ COIMBRA, Cecília. *Guardiães da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “milagre”*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995, p. 197-205.

parcelas ponderáveis da mocidade, transportadas pelos aviões da Aeronáutica e pelos navios da Marinha.” Em seguida, o documento emendava que, devido às operações do programa do Ministério do Interior, os jovens podiam conhecer os problemas do interior ao mesmo tempo em que essas regiões recebem “sangue novo para vivificá-las”.²⁹

Os entendimentos da juventude como detentora de uma energia que não apenas poderia como deveria ser instrumentalizada pela ditadura apareciam, em especial, nos discursos elogiosos às políticas do regime voltadas a esse grupo de idade. Esses pontos de vista pautavam, também, as justificativas e legitimações desse repertório de ações governamentais. Durante sua palestra no Conselho de Reitores, realizada em 21 de janeiro de 1971 em João Pessoa, Paraíba, o então ministro do Interior, Costa Cavalcanti, apresentou o plano de criação de novos *campi* avançados do programa de extensão sob a justificativa de que “tudo se deve à força catalisadora, à potencialidade e ao poder de ação dos jovens universitários.”³⁰ A juventude era mais uma vez compreendida, dessa forma, como contingente populacional dotado de características especiais – “potencialidade”, “poder de ação” – que estavam sendo utilizadas pelo governo.

O próprio presidente da República, general Costa e Silva, expressou ponto de vista semelhante sobre a condição juvenil, desta vez em junho de 1968. O discurso do general aconteceu dois dias após a famosa Passeata dos Cem Mil, quando jovens universitários aliados a diferentes grupos sociais ocuparam as ruas do Rio de Janeiro no ápice das manifestações estudantis daquele ano. A fala de Costa e Silva foi direcionada a um grupo de rondonistas que visitaram o presidente para vê-lo assinar o decreto que instituiu o Grupo de Trabalho Projeto Rondon. Motivado por dois eventos opostos – as contestações ao seu governo e a *participação* de estudantes nas operações do Rondon –, o presidente teria dito, de acordo com a descrição publicada pelo jornal *Correio da Manhã* na capa da sua edição de sábado:

Disse o presidente que “o Governo compreende o ardor e a violência da expressão das aspirações juvenis”, e que tem dado provas concretas de serenidade, tolerância e paciência, ao não lançar mão dos recursos legais ao seu alcance. Exemplificou com a imprensa, que, a seu ver, “valendo-se aliás dessa liberdade, vem contribuindo, voluntária e involuntariamente, para exercerbar os ânimos e inflamar paixões dos moços e facilitar a ação dos empreiteiros da inquietude e do alarma social”. Manifestou, finalmente, sua intenção de dialogar com os estudantes, para ouvir-lhes “atentamente as aspirações”, oferecer-lhes “melhores condições de preparação para a vida” e “assegurar-lhes plena liberdade de reunião e expressão, desde que não interfira no direito a igual liberdade de seus concidadãos, não perturbe a ordem pública e respeite os direitos alheios”.³¹

²⁹ Contribuição para o desenvolvimento. *Jornal do Brasil*, domingo e segunda-feira, 22 e 23 set. 1968, O Exército e as Américas, p. 5.

³⁰ Costa Cavalcanti anuncia que Projeto Rondon estende agora sua ação ao Nordeste. *Jornal do Brasil*, sábado, 22 jan. 1972, 1º Caderno, p. 7.

³¹ Arena prevê governo mais duro e perde esperança de reformas. *Correio da Manhã*, sábado, 29 jun. 1968, página de capa.

No que dizia respeito à dinâmica política estrita dessa conjuntura, o diário carioca completou que deputados e observadores políticos haviam entendido o discurso como um indício de que Costa e Silva estava cedendo à ala mais radical do regime diante das manifestações estudantis realizadas em todo país. De qualquer forma, entretanto, a fala do general trazia percepções significativas sobre a própria condição juvenil, ainda que pautada em um tom de ameaça do recurso à repressão. Costa e Silva estabelecia uma dicotomia entre atitudes de equilíbrio do governo (e, por consequência, dos adultos) – “serenidade, tolerância e paciência”, nas palavras a ele atribuídas – e atitudes violentas de jovens com ânimos e paixões intensos. O presidente parecia reproduzir a premissa de que a juventude seria heterônoma, não autônoma em suas decisões. Os jovens, afinal, eram levados a essa expressão pela atuação conjunta da imprensa e “dos empreiteiros da inquietude e do alarma social”. Esse ponto de vista sobre a condição juvenil era central para os entendimentos do poder de ação dos jovens nesse momento, pois se assentava na condição transitória do ser jovem, localizada entre a total heteronomia atribuída às crianças e a autonomia esperada dos adultos. O discurso era encerrado, contudo, em tom paternalista que apostava no diálogo com os jovens, desde que respeitadas as expectativas do militar quanto à maneira adequada de expressar as aspirações dos estudantes.

Já na coluna “Operação Mauá”, publicada pela coordenação desse programa no caderno “Jornal de Serviço” do *Correio da Manhã*, o “sangue novo” era atribuído aos jovens em uma elaboração simbólica que buscava demonstrar os benefícios que os estagiários levavam para os ambientes de trabalho nas empresas. Na definição da reportagem de 1970, os jovens “representam para a empresa sangue novo em seu quadro funcional, entusiasmo contagiante, imprescindível à labuta quotidiana, rotineira, tediosa e nociva, a que se modifica com a presença da juventude vibrante dos universitários.” Por esse ângulo, buscava-se estabelecer uma oposição de características da condição juvenil – sinônimo de novidade e ânimo – e do trabalho dos adultos – aborrecido e maçante – para legitimar a presença dos universitários nos ambientes de trabalho. Além disso, a reportagem argumentava que receber estagiários era uma aposta que as empresas faziam no futuro: ao criarem espaço para que os jovens adquirissem experiência, evitariam receber o que a coluna definia como “profissionais bisonhos, inexperientes e tímidos diante da estrutura empresarial e de sua avassaladora vida técnico-administrativa.”³²

Apesar de muitas vezes anunciado e elogiado, o princípio cultural de que os comportamentos próprios da juventude poderiam revitalizar também a Arena e serem positivos para o partido, inclusive com ganhos eleitorais, enfrentava também alguns obstáculos. Eles se

³² Coluna “Operação Mauá”. *Correio da Manhã*, domingo e segunda-feira, 12 e 13 abr. 1970, *Jornal de Serviço*, p. 30.

explicavam pelos conflitos internos ao partido governista – entre correntes ideológicas diferentes ou divergências quanto aos projetos da chamada “institucionalização do regime”, mas também entre jovens e velhos políticos ou suas alianças. Esses dilemas colocados tanto pelo “idealismo” dos jovens quanto por como os não jovens lidavam com ele serviu de mote para a crítica feita por Teotônio Vilella, senador da Arena com o qual várias seções dos departamentos juvenis iriam se identificar ao longo da segunda metade dos anos 1970 devido aos seus posicionamentos liberais em favor da distensão, às lideranças de seu próprio partido.

Em reportagem da *Folha de S. Paulo* publicada em 23 de dezembro de 1975 em que Vilella negava qualquer possibilidade de limitação da propaganda eleitoral pelo TRE, projeto que viria a se realizar no ano seguinte com a Lei Falcão, o senador alagoano também expressava elogios à seção gaúcha da Arena Jovem a partir das impressões que formou em um debate realizado na semana anterior com os jovens militantes de seu partido. À *Folha*, o senador alagoano declarou que o debate havia sido marcado por uma boa receptividade e por uma discussão franca, mesmo entre os jovens que teriam aquilo que o jornal descreveu como “alguma restrição às suas palavras”. Teotônio afirmou também que, “se todos os Estados [sic] tivessem Arenas jovens como a do Rio Grande do Sul, o rejuvenescimento do partido seria mais fácil”. Contudo, o senador enxergava uma importante condição para que essa renovação de seu partido ocorresse de fato: “se a cúpula da Arena não se identificar com o idealismo dos jovens gaúchos, dificilmente eles poderão ajudar o partido”.³³

A percepção dos jovens como motivadores de mudanças positivas também era um ponto de vista fundamental na Arena Jovem, inclusive no sentido de sensibilizar as lideranças adultas do partido do valor dessa organização. Nesse caso, entretanto, a ação dos militantes “moços” no partido governista era compreendida como um fator de rejuvenescimento que, inclusive, confluía com a própria agremiação que tinha “renovadora” em seu nome. Essa formulação cultural foi defendida na “Mensagem conjunta da Arena Jovem do Rio Grande do Sul e do Departamento da Mocidade Porto-alegrense (DEMAPO)”, lançada em 31 de março de 1975. O documento foi assinado por duas jovens lideranças arenistas: José Adão R. Bicho, presidente da seção municipal da Arena Jovem, e Orlando Ribeiro, presidente do departamento arenista estadual. Com o propósito de que a mensagem chegasse a mais jovens filiados ao partido governista, o que já indicava a sua importância, o texto foi integralmente reproduzido no “Manual do dirigente jovem”, publicado no mesmo ano. Por ter sido produzido por ocasião do aniversário de onze anos do golpe civil-militar de 1964, o documento comemorava o que

³³ Teotônio: acabar horários do TRE seria retrocesso. *Folha de S. Paulo*, terça-feira, 23 dez. 1975, 1º Caderno, p. 3.

denominava de “realizações” e “obra fecunda” da “Revolução de Março de 1964” por meio da associação entre renovação política, juventude e o regime vigente.

A Mensagem havia sido elaborada, também, no contexto de ressaca eleitoral após o pleito de novembro de 1974, quando, pela primeira vez, a oposição emedebista conseguiu animar o eleitorado e conquistou importantes cadeiras no legislativo federal, acirrando o divisionismo dentro do partido governista. Por isso, ao se apresentarem como “dirigentes e responsáveis pelo movimento político jovem no Estado [sic] do Rio Grande do Sul”, José e Orlando se declaravam “compromissados, única e exclusivamente, com os superiores interesses da Revolução [sic], que se propõem, acima de tudo, criar uma nova mentalidade política em nosso país.” Por isso, também, a necessidade de renovação do partido – ainda que forjada a partir de princípios supostamente originários, localizados em 1964 – ganhava importância ao ser associada à própria atuação da juventude arenista da qual os autores do documento eram não apenas membros, mas líderes. Na sequência, os jovens arenistas apresentavam o que seriam os três “postulados” que desejavam ver concretizados na Arena naquela conjuntura: democracia, liberdade e política. Os dois primeiros termos – um enfatizando a dimensão política e o outro, a econômica – eram mobilizados a partir da perspectiva liberal-conservadora em aceção com baixa adesão às práticas democráticas.

O elemento mais interessante para a análise da compreensão “nativa” da juventude como portadora de mudanças avaliadas como benéficas, entretanto, encontrava-se no detalhamento que José e Orlando faziam sobre o postulado da política. Nele, as lideranças arenistas retomavam os apelos do general-presidente Ernesto Geisel, repetidos desde que ele havia se tornado candidato da Arena ao cargo de chefe do Executivo, no sentido de que a juventude necessitava e deveria ser convidada a *participar* da política. Os jovens também relembavam uma fala do militar sobre a importância de que surgissem “lideranças autênticas” no âmbito partidário. Em sua perspectiva, elas deveriam incluir, mas não se limitar aos políticos profissionais para acolher outros grupos sociais, como estudantes e trabalhadores. Mais do que isso, uma liderança autêntica seria, em suas palavras, aquela “nascida naturalmente – não forjada –[,] nascida do próprio meio, vindo de baixo para cima e florescendo sementes”.

Na sequência, as duas lideranças concluía a análise: “a ARENA sabe que ou se renova e rejuvenesce, tornando-se mais representativo [sic], ou desaparece naturalmente como agremiação política.”³⁴ O tom de ultimato desse último trecho se justificava pelo contexto em

³⁴ “Mensagem conjunta da Arena Jovem do Rio Grande do Sul e do Departamento da Mocidade Arenista Portalegrense (DEMAPO). In: Manual do dirigente jovem. 1975. Fundo Arena do CPDOC/FGV. Série: Organização partidária (OP), subsérie: Arena Jovem (AJ). Classificação: ARENA-24f, p. 14-15.

que a mensagem foi elaborada, em que reavaliações sobre o funcionamento da agremiação governista eram frequentes no sentido de evitar que novas derrotas para o MDB, como a de 1974, voltassem a acontecer. Mais do que isso, entretanto, a advertência apresentava os jovens como a resposta para os problemas do partido, pois eles seriam portadores do rejuvenescimento que impediria até mesmo o pior: o fim da Arena. Assim, defendia o documento, o partido poderia se aproximar de suas bases, tornando-se mais representativo inclusive da juventude que apoiava o regime e a Arena.

A jovialidade também era associada ao “entusiasmo” e à “espontaneidade” no âmbito do Projeto Rondon. Por isso, segundo ponto de vista explicitado pelo ministro do Interior, Costa Cavalcanti, durante o Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ realizado em maio de 1972, os números de universitários que se inscreviam para as operações do Programa de Interiorização e Fixação da Mão de Obra eram sempre tão altos. Segundo o militar, o “entusiasmo da juventude pelo Projeto Rondon” se traduzia nos 36 mil inscritos para o programa de extensão em 1971, número que excedia em muito as vagas ofertadas. Além disso, o ministro apresentou o plano de interiorização de mão-de-obra para defender que esse entusiasmo jovem se traduzia na espontaneidade daqueles estudantes que decidiam, por conta própria, deixar as grandes cidades e se mudarem, já como profissionais formados, para o interior do Brasil. Segundo parafraseou o *Correio da Manhã*, “depois de atuarem algum tempo nos *campi*, os jovens se entusiasma de tal maneira pelo trabalho, que alguns deles, por livre vontade, regressam ao local de estágio depois de concluído o curso.”³⁵ Cavalcanti concluía sua percepção com dados quantitativos sobre essa atitude dos jovens, com a fixação de 34 jovens nos territórios federais de Roraima e Rondônia. Sua perspectiva, contudo, indicava sentimentos que seriam inerentes aos jovens e que encontrariam um lugar de expressão no trabalho voluntário promovido pelo programa de extensão.

Outro atributo associado à condição juvenil nesse contexto era o desejo ou até mesmo o espírito de aventura. Ele aparecia, em especial, em percepções sobre o Projeto Rondon, afinal era mesmo preciso certo gosto por aventurar-se para decidir deixar o conforto das grandes cidades e ir para o interior do país, em regiões até então desconhecidas por esses jovens. Inicialmente, os adultos envolvidos na organização das operações do programa buscaram negar que a motivação essencial para a *participação* no programa era o desejo por aventura. Às vésperas da realização da primeira operação nacional do Rondon, em dezembro de 1967, o *Correio da Manhã* informou aos seus leitores que, “sem encarar a viagem como simples

³⁵ Projeto Rondon dá entusiasmo à juventude. *Correio da Manhã*, sábado, 20 mai. 1972, 1º Caderno, p. 3.

aventura, os universitários que participam do Projeto Rondon, patrocinado pelo Ministério do Interior com a colaboração das Fôrças Armadas, disseram ter sido o voluntariado a forma de embarcarem para a Amazônia, ‘levando muita vontade de fazer algo pelo próximo, abandonado naquele rincão’.³⁶ O jornal expressava o ponto de vista segundo o qual os jovens eram motivados por valores mais nobres do que a simples busca por vivenciar experiências arriscadas e cheias de peripécias. O grupo de acadêmicos que iria prestar assistência médica para as populações ribeirinhas do Norte do Brasil seria movido pela solidariedade e pela vontade de ajudar o próximo, atributos que, na perspectiva da Marinha, não combinavam com mera “aventura”.

Não demoraria, contudo, para que a busca por aventura por parte da juventude, compreendida como uma característica particular desse grupo de idade, fosse tratada como algo positivo no sentido de motivar os estudantes a participarem das operações do Projeto Rondon. Fuad Atala, ele próprio um participante do programa de extensão, expressou esse ponto de vista nos textos que publicou no *Correio da Manhã*, jornal em que passou a trabalhar nos anos 1960. Em reportagem publicada em julho de 1969, Atala fazia elogios à criação do programa de *campus* avançado do Rondon e descrevia os jovens que participavam de suas operações como uma “rapaziada descontraída e prestativa da cidade grande”. Em seguida, o rondonista afirmava que, “para os jovens, o PR encarna o ideal do solidarismo, da oportunidade de prestar serviços ao próximo, e – por que não – um certo apêlo de aventura rumo ao Brasil desconhecido.” Ainda que reticente (daí a utilização da expressão “por que não”, precavendo-se contra questionamentos), o ponto de vista de Atala buscava conciliar as atividades assistenciais prestadas pelos estudantes à população do interior com o que ele definia, em seguida, como o “desejo de praticar ao vivo êsse Brasil que é, em grande parte, o oposto dos postais e dos livros.”³⁷ Para além da dicotomia entre um país teórico e um país real, Fuad buscava legitimar também os contornos positivos que a busca pelo inesperado e arriscado pelos jovens ganhava ao ser acolhido pelo Projeto Rondon. Algumas semanas depois, o mesmo autor, em texto bem mais volumoso, questionou-se: “Que move os estudantes em número sempre crescente a procurar o Projeto Rondon?” Em seguida, ele mesmo respondia: “É uma oportunidade de passar férias diferentes, férias com trabalho. O PR tem também o apêlo da aventura. Um grande

³⁶ Estudantes seguem para Amazônia com o Projeto Rondon. *Correio da Manhã*, quarta-feira, 27 dez. 1967, 1º Caderno, p. 7.

³⁷ ATALA, Fuad. Projeto Rondon. *Correio da Manhã*, quinta-feira, 10 jul. 1969, 1º Caderno, p. 4.

número busca o conhecimento do Brasil. Outros são movidos pelo espírito de solidariedade humana.”³⁸

Esses modos de apreciar a juventude, identificando esse grupo etário com comportamentos e atitudes que seriam explicados pela idade e que estavam sendo aproveitados pelos programas da ditadura, também pautava as ações da Operação Mauá. Essas significações culturais eram tão importantes a ponto d’*O Globo* informar, em janeiro de 1969, que os encarregados pelo programa no Ministério dos Transportes considerarem “o entusiasmo com que os estudantes receberam a iniciativa” o maior feito da Operação até aquele momento. O diário carioca, sempre pronto a divulgar com ótica laudatória o trabalho de nomes centrais do regime que apoiava, noticiava uma viagem de estudos com destino a Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, que contava com a presença de Mário Andreazza. A reportagem recorria à estratégia de citar declarações de jovens participantes da viagem, colhidas pelo repórter do periódico carioca às vésperas do embarque, para conferir veracidade a essa forma de compreender a condição juvenil que acentuava o seu “entusiasmo” e “dinamismo”. Assim, o estudante da Escola Politécnica do Rio de Janeiro Epaminondas Rangel declarou ao jornal que, na Operação Mauá, “os jovens encontraram a oportunidade que lhes faltava de um entrosamento com o Governo e a iniciativa privada, justamente o diálogo de que tanto precisávamos para dar um pouco de dinamismo em favor do país”.³⁹

As políticas da ditadura para a juventude tiveram que lidar, nesse sentido, com uma característica intensamente associada à condição juvenil a partir da segunda metade da década de 1960: a do idealismo, que podia ou não – a depender do ponto de vista – ser associada à rebeldia, à quebra de expectativas ou até mesmo às oposições ao regime. Nesse atributo da juventude em particular, abriu-se uma disputa de perspectivas que compreendia a juventude como um grupo que deveria ser mobilizado. Por um lado, representantes do governo e até mesmo órgãos da imprensa, ao comentar o repertório de ações da ditadura voltadas aos jovens, expressavam visões segundo as quais o idealismo era passível de ser contido e direcionado em um sentido produtivo. Este foi o caso também do general-presidente Geisel, que, ao sancionar em Brasília a lei que transformava o Projeto Rondon em fundação, em dezembro de 1975, fez o que o *Jornal do Brasil* descreveu como um “breve discurso”. Nele, Geisel afirmava que “a chamada realidade dos moços é de extraordinário valor porque o senso de realidade conjugado

³⁸ ATALA, Fuad. Rondon: um projeto contra a desesperança. *Correio da Manhã*, domingo, 31 ago. 1969, 1º Caderno, p. 13.

³⁹ Estudantes da Operação Mauá seguiram para Minas e Sul. *O Globo*, quarta-feira, 8 jan. 1969, Matutina, Geral, p. 15.

com o idealismo de que os moços são dotados é que vai permitir, realmente, produzir o que o país deles espera.”⁴⁰ A juventude – não por acaso referida com a expressão “moços”, diretamente associada aos sentidos de “mocidade” que analiso a seguir – era compreendida, nesse sentido, como o sinônimo de “idealismo”. Mas essa característica era positiva na perspectiva de Geisel, pois era contido e unia-se ao senso de realidade por meio das operações do Projeto Rondon. A condição juvenil seria, assim, passível de ser disciplinada.

Canalizar a energia juvenil: o debate sobre a disciplinarização dos jovens

Na forma como foi compreendida pelos responsáveis pelas políticas da ditadura voltadas à juventude e midiaticizada pelos órgãos da grande imprensa, as características próprias à condição juvenil do contexto dos anos 1960 e 1970 compunham um repertório de comportamentos, práticas, hábitos e ações diversificados. Na perspectiva hegemônica dos não jovens, em alguns casos incorporadas também por jovens, essas condutas deveriam ser canalizadas de forma “construtiva” – ou seja, disciplinada. Em perspectiva temporal de média duração, essa preocupação em “ocupar” os jovens mantinha linhas de continuidade com outras iniciativas do passado. E alguns sujeitos históricos do contexto da ditadura que se envolviam ou avaliavam as políticas do regime voltadas à juventude buscavam traçar essas relações. Em editorial do jornal *Diário de Notícias* publicado em julho de 1969 e significativamente intitulado “Ocupações da juventude”, essas conexões ficavam explícitas. O tema central do texto elaborado pelo corpo editorial do periódico era o escotismo. O movimento cívico criado na primeira década do século XX era avaliado de forma positiva. Mas o texto defendia o ponto de vista segundo o qual os jovens do pós-guerra – uma “rapaziada que dirige fuscas e pratica judô”, na definição do jornal – não mais encontrariam no escotismo as emoções que a juventude de outras épocas encontrava.

O movimento criado pelo militar britânico Baden Powell parecia “ingênuo” para a juventude dos anos 1960, lamentava o *Diário*. Ainda assim, seria necessário “bem ocupar a mente e o corpo dos nossos concidadãos ainda imaturos, prêsa fácil de tôdas sugestões.” Esse ponto de vista concebia a condição juvenil como facilmente manipulável, especialmente caso os jovens não estivessem com o seu tempo livre “ocupado” por atividades como o escotismo. Além disso, demandava um controle social não apenas das ideias como do físico dos jovens. Na sequência, o editorial apresentava as possíveis ações que poderiam disciplinar a juventude. A primeira guardava uma relação com o passado: a atualização do próprio movimento

⁴⁰ Presidente Geisel sanciona lei que cria Fundação para substituir Projeto Rondon. *Jornal do Brasil*, terça-feira, 16 dez. 1975, 1º Caderno, p. 20.

escoteiro. A segunda era localizada no presente: “multiplicarem-se as oportunidades que a uns poucos jovens está dando o Governo, aceitando-os no Projeto Rondon e na Operação Mauá, onde as virtudes de caráter e o vigor físico são postos à prova.”⁴¹ Essas duas políticas da ditadura, em 1969 ainda em suas primeiras atividades, eram, dessa forma, aproximadas ao escotismo também pelo caráter cívico (daí a atenção especial à ocupação da mente) e voluntário que compartilhavam.

Havia outras nuances nos pontos de vista sobre a juventude que se juntava a esses programas. Para alguns, especialmente os seus críticos, as operações do Projeto Rondon ganharam a alcunha de “Rondontour”. Nessa visão, como indicou o pesquisador Luiz Antônio Cunha, os jovens teriam se comprometido “a um ‘código de ética’, no qual se proibiam manifestações políticas contrárias ao regime, [...] para conhecer regiões distantes[,] permanecendo impermeáveis à sua ideologia.”⁴² Para outros, tratava-se de uma maneira efetiva de canalizar as energias juvenis. Essa segunda perspectiva aparece na “Mensagem aos jovens”, lida pelo ministro Costa Cavalcanti para os participantes do Projeto Rondon que estavam prestes a embarcar para Bragantina, na região amazônica, como parte da Operação V, realizada em janeiro de 1970. No discurso, publicado na íntegra pelo *Jornal do Brasil*, o general afirmava que:

longe de se tratar de simples atitudes de turismo, curiosidade ou de nova forma de visão contemplativa do mundo brasileiro que se esconde em regiões longínquas e em áreas inhóspitas de nosso território, o Projeto Rondon, criado por vós mesmos – os moços – e por vós mesmos dinamizado em seus variados aspectos, caracteriza-se, sobretudo, pelo sentido de grande esforço e trabalho construtivo e objetivo que lhes emprestam seus próprios integrantes.⁴³

Em seu ponto de vista, o ministro mostrava-se ciente das possíveis críticas às operações que as associavam às viagens de turismo dos jovens. Mas procurava afastar essa imagem do Projeto Rondon, ao acentuar tanto as dificuldades encontradas nas áreas de atuação como o “esforço” e o “trabalho construtivo” que era demandando dos jovens. Esse segundo aspecto, em especial, indicava as tentativas de disciplinar os rondonistas, incentivando neles posturas consideradas, por Costa Cavalcanti, como adequadas.

Por parte do Estado, os esforços para disciplinar a condição juvenil comportavam, assim, um objetivo claro: dissipar as percepções negativas sobre a juventude enquanto sujeito político disruptivo, formadas na segunda metade da década de 1960 a partir dos movimentos juvenis. Esse propósito era tanto mais importante na medida em que os dados oficiais indicavam

⁴¹ Ocupações da juventude. *Diário de Notícias*, terça-feira, 15 jul. 1969, 1ª Seção, p. 4.

⁴² CUNHA, Luiz Antônio. *Op. citada*, 2007 [1988], p. 67.

⁴³ Ministro faz abertura oficial do Rondon-5. *Jornal do Brasil*, quinta-feira, 8 jan. 1970, 1º Caderno, p. 4.

a predominância jovem na demografia brasileira nesse contexto. E ele era complementado pela divulgação de pontos de vista que buscavam promover a afirmação da existência de uma juventude valorosa e construtiva, que ocorria aos programas promovidos pela ditadura para os jovens. Assim, de maneira análoga ao que apontam Katya Zuquim Braghini e Andrezza Silva Cameski ao analisar a cobertura da grande imprensa para as correntes de direita do movimento estudantil, esses entendimentos buscavam conferir visibilidade a “estudantes que eram considerados modelos ‘exemplares’ de jovens, de modo a apresentar outros desenhos estudantis e juvenis”.⁴⁴

Assim como apontam as autoras, entretanto, a expressão dessas percepções se dava a partir de uma dicotomia estabelecida entre a “juventude exemplar” e a juventude rebelde. No contexto dos anos 1960 e 1970, essa oposição de pontos de vista ganhava configurações particulares na medida em que privilegiava uma leitura política do jovem enquanto uma categoria, estabelecendo os limites em que a juventude poderia ou não atuar nas disputas pelo poder. Do ponto de vista historiográfico, o reconhecimento de como a elaboração simbólica sobre essas diferentes expressões políticas da juventude eram construídas em interação e em relação umas a outras possui uma relevância particular. Na medida em que se reconhece que havia um campo de disputas nas acepções sobre os comportamentos dos jovens – ora enfatizando a dimensão “rebelde”, ora a “exemplar” – evita-se tanto uma trivial oposição entre elas quanto generalizações.

O tema estava presente, também, na entrevista concedida por Sérgio Pasquali, então coordenador do Projeto Rondon, à revista *Veja*, em 1972. Perguntado pela jornalista sobre a existência de um viés político-ideológico na seleção dos universitários que participavam das operações, o militar foi taxativo:

Não distinguimos credos políticos, religiosos nem coisas do gênero. Recebemos críticas, inclusive pela liberalidade na seleção de pessoal. Certa vez uma professora do campus de Tefé, no Amazonas, disse que precisaria haver maior cuidado porque ia gente para lá pensando em comprar coisas em Manaus. Aí se levantou um rapaz e disse: “Com licença. Vim para cá pensando nisso. Depois que cheguei aqui, mudei completamente.” Acredito que um dos principais efeitos do Projeto sobre o jovem é o da conscientização: se um sujeito entra mal intencionado[,] fica bem intencionado. O Projeto Rondon é assim: uma espécie de vírus.⁴⁵

Nessa perspectiva, o direcionamento do “idealismo” dos jovens abriria margem também para um “diálogo” intergeracional. Além de estar na base cultural da ação política jovem

⁴⁴ BRAGHINI, Katya Zuquim e CAMESKI, Andrezza Silva. *Op. citada*, 2015, p. 946.

⁴⁵ VERÍSSIMO, Suzana. Entrevista: Sérgio Pasquali – A escola da realidade. Onde começa o trabalho e termina o turismo no Projeto Rondon, segundo seu coordenador. *Veja*, edição nº 175, 12 jan. 1972, p. 4.

enquanto *participação*, como analiso no Capítulo III, as tentativas de estabelecer uma continuidade entre jovens e adultos respondiam a um fenômeno intensamente debatido na imprensa: o chamado “conflito de gerações”, associado ao questionamento da autoridade dos pais sob os filhos no pós-Segunda Guerra Mundial. Como argumenta Adrianna Setemy, esse fenômeno possuía uma dimensão transnacional da qual a imprensa brasileira do período se servia, pautando temas como os “*beatniks* cariocas” ou a “revolta lírica” dos *hippies*.⁴⁶ O questionamento, pelos jovens, da autoridade daqueles que não eram jovens – pais e mães, religiosos, professores, governantes – resultava, assim, no que à época se denominou o conflito entre as gerações, demarcando características atribuídas à condição juvenil ou assumidas pelos jovens dos anos 1960. Nesse contexto, entretanto, o caráter de novidade desse conflito não era um consenso. Ao abordar o tema em setembro de 1967 na edição especial sobre “A juventude brasileira, hoje” da revista *Realidade*, a jornalista Carmem da Silva apostou, ao contrário, que as contendas entre jovens e velhos era tão velha quanto a própria humanidade. Em suas palavras, na chamada da reportagem: “Os mais velhos dizem dos mais moços: ‘êles não tem responsabilidade.’ Os mais moços dizem dos mais velhos: ‘êles são uns quadrados’. Esta briga tem milhares de anos. Nasceu assim que o homem resolveu organizar sua primeira tribo [sic]. É o conflito de gerações.”⁴⁷

A aposta no direcionamento do “idealismo” dos jovens por meio da *participação* nas políticas de Estado como uma possibilidade de estabelecer o “diálogo”, mitigando, assim, o conflito entre as gerações era compartilhada por vários pontos de vista sobre a condição juvenil expressos nesse contexto. Um deles foi impresso no jornal *Correio da Manhã* em dezembro de 1967 e tratava especificamente do Projeto Rondon, que, naquele momento, estava em processo de ser encampado pelo Estado como uma resposta ao *poder jovem*. Explicitamente reproduzindo informações prestadas pelo Serviço de Imprensa da Marinha, o diário carioca afirmava que “o Projeto servirá para atrair os moços para o interior, explorando suas características de idealismo, bem como estabelecer, dentro de nossa concepção, o diálogo com os jovens”.⁴⁸ Nessa perspectiva, disciplinar o idealismo da juventude resultaria em relações intergeracionais pautadas pelo diálogo e pela colaboração, não pela contestação ou pela inversão de autoridades.

⁴⁶ SETEMY, Adrianna. *Entre a revolução dos costumes e a ditadura militar: as dores e as cores de um país em convulsão*. São Paulo: Letra e Voz, 2019, p. 72-81.

⁴⁷ SILVA, Carmem da. Conflito de gerações. *Realidade*, Edição especial: “A juventude brasileira, hoje”. São Paulo, ano II, nº 18, set. 1967, p. 44-45.

⁴⁸ Rondon. *Correio da Manhã*, domingo, 17 dez. 1967, 1º Caderno, p. 18.

Um editorial do *Jornal do Brasil* publicado em outubro de 1969 e dedicado exclusivamente ao Projeto Rondon também reafirmava essa percepção sobre a necessidade de disciplinar as “energias” juvenis. O texto elogiava o programa de extensão por sua capacidade de “acentua[r] os valores morais e espirituais da juventude”, além de lamentar – em tom de demanda ao governo militar e às chamadas “classes produtivas” – a carência de recursos materiais para a realização das operações. A compreensão da juventude como um repositório de energias que deveria ser bem direcionado dava a tônica da argumentação. Nesse sentido, o editorial apresentava a atuação no Projeto Rondon como uma valorosa forma de atuação da “mocidade estudantil” em contraponto aos movimentos organizados pelos próprios estudantes e reprimidos com maior intensidade desde o ano anterior à publicação do texto. “Estudantes desejosos de integrar o processo de desenvolvimento do país”, defendia o corpo editorial do *JB*, “para ele [o programa do Ministério do Interior] canalizaram logo as suas reservas de energia, gastas antes em passeatas e agitações estéreis.” O texto reproduzia, ainda, a percepção da “mocidade estudantil” como uma “matéria-prima”. A juventude estaria “ansiosa por uma atuação fecunda em benefício da comunidade”. E esse desejo intenso dos moços seria “manipulado” pelo Projeto Rondon em uma direção lida positivamente pelos jornalistas do *JB*, inclusive no sentido de formar as lideranças das quais o Brasil necessitava.⁴⁹

Os intuitos, quase sempre enunciados por políticos adultos, de canalizar as características concebidas como inerentes à juventude, no sentido de disciplinar os jovens, também estavam presentes nos departamentos da Arena Jovem. Nesses casos, todavia, o ponto de vista predominante era o de que seria possível valer-se do “idealismo” ou do potencial renovador da mocidade para acentuar o vigor do próprio partido. Essa visão foi defendida, por exemplo, em artigo publicado no Boletim Mensal da Arena de São Paulo em dezembro de 1975 e intitulado “A participação da Juventude”. Nele, o departamento paulista da juventude arenista era concebido com um órgão cuja “força-motriz provém do idealismo e dinamismo inerente aos jovens”. Na sequência, o diretório estadual do partido, à época presidido pelo advogado Cláudio Lembo, buscava listar os objetivos da ala jovem arenista e indicava os traços que, em sua concepção, particularizavam a condição juvenil.

O sexto objetivo anunciava: “Aproveitamento pleno e integral do dinamismo do jovem, transformando seu idealismo na principal característica de ação de modo que tal idealismo deixe de ser abstrato, inviável ou impossível.” Da forma como era elaborada simbolicamente pelas lideranças da Arena do estado de São Paulo, portanto, a ação política dos jovens se dava a partir

⁴⁹ Projeto Rondon. *Jornal do Brasil*, sexta-feira, 17 out. 1969, Editorial, página de capa.

de características imanentes de seu grupo de idade: o “dinamismo” e o “idealismo”, sendo que esse último deveria ser devidamente regulado, evitando-se que ele fosse metamorfoseado em ações especulativas, com pouca relação com a realidade. Ainda que implicitamente, é possível que esses dirigentes tinham em mente, ao buscar direcionar o idealismo da juventude nessa direção, outras formas de expressão política dos jovens, como aquelas circunscritas ao espaço das oposições à ditadura (o MDB Jovem, mas não só). Na sequência, o texto apontava o sétimo objetivo da Arena Jovem: “Ação ativadora e rejuvenescedora do Partido, aproveitando simultaneamente a maturidade e experiência dos mais velhos”.⁵⁰ Por esse ângulo, a atuação da juventude arenista era compreendida como uma possibilidade de rejuvenescer a agremiação governista a partir de uma relação entre a condição juvenil e a força enérgica de sua “ação ativadora”. Entretanto, retomando os princípios da *participação* como continuidade geracional, os dirigentes paulistas da Arena delimitavam que essa ação dos jovens, dada por suas características intrínsecas à idade, deveriam ocorrer no sentido da colaboração com os mais velhos. E não no sentido do conflito de gerações dentro do próprio partido.

Anos depois, quando a Operação Zero do programa do Ministério do Interior completava uma década, foi a vez do presidente da Fundação Projeto Rondon – o empresário Mário Garnero – dissipar as reservas que poderiam existir sobre o “idealismo” que se esperava da condição juvenil. Em seu discurso, realizado em Brasília e transcrito na íntegra pelo *Jornal do Brasil*, ele afirmou que:

Parece evidente que a miséria, a fome, a dor e, mais que tudo, a desesperança não agradam a ninguém. Acrescente a esse quadro a dose normalmente grande de idealismo da juventude, e você terá uma noção razoável da visão que muitos deles [os jovens participantes do Projeto Rondon] adquirem. Mas, acredito que são poucos os que absorvem e interpretam o contato com a realidade de maneira negativista, pessimista. As informações que recebo diretamente dos participantes, as cartas que eles enviam à presidência do Rondon, a sua atuação em áreas sociais críticas evidenciam um elevado sentido de engajamento em tudo o que se fizer para atenuar ou superar as dificuldades encontradas.⁵¹

No ponto de vista de Garnero, através do Projeto Rondon o “idealismo da juventude” entrava em contato com uma triste realidade nacional. Mas ele era positivo na medida em que fosse canalizado no sentido de uma atuação efetiva na solução dos problemas encontrados nas áreas de atuação. Implicitamente, esse raciocínio do empresário parecia pressupor um outro caminho para esse idealismo: o do *engajamento* político de esquerda e de oposição ao regime, nascido também do encontro entre os ideais dos jovens e uma realidade social de pobreza.

⁵⁰ A participação da Juventude. *Boletim mensal da Arena*, Diretório regional do estado de São Paulo, nº 2, dez. 1975, p. 7. CPDOC/FGV. Fundo: Arena. Classificação: R465.

⁵¹ Presidente do Rondon afirma que Projeto é válvula de escape das pressões do 477. *Jornal do Brasil*, domingo, 11 dez. 1977, 1º Caderno p. 26.

Mário Garnero a qualifica de uma “maneira negativista, pessimista” de encarar os problemas sociais. Ele não nomeava explicitamente essa possibilidade, mas, na sequência do seu discurso, apontava que o Projeto Rondon não fazia a seleção dos jovens pelos seus posicionamentos ideológicos e que, mesmo assim, desde que ele havia se tornado presidente do órgão em 1975, “não se registrou um só caso disciplinar de caráter contestatório.” Ou seja, no ponto de vista do empresário o direcionamento do “idealismo da juventude” não apenas era possível como efetivo.

Desde as suas primeiras atividades, em fins dos anos 1960, a Operação Mauá também era avaliada positivamente por aqueles que a consideravam uma forma de conduzir o “idealismo” característico da juventude. Em editorial sobre a institucionalização do programa do Ministério dos Transportes publicado em maio de 1969 no *Diário de Notícias*, a iniciativa era conectada ao “grande êxito do Projeto Rondon” no sentido de ocupar os jovens universitários em atividades vistas como úteis e produtivas. O corpo editorial do jornal fazia referência explícita ao trabalho dos estudantes de diferentes graduações no Departamento de Trânsito da cidade do Rio de Janeiro. Além de elogiados pelo seu “idealismo”, os jovens participantes da Operação Mauá eram também exaltados pelo *Diário* a partir de uma leitura liberal sobre os gastos públicos: ao se voluntariarem para prestar esses serviços em colaboração com as “autoridades”, eles estariam aliviando os gastos governamentais na área dos transportes. Nesse sentido, o editorial fazia questão de afirmar que a atuação dos “moços” se dava “de moto próprio, sem nada perceberem dos cofres públicos”. O texto era concluído de forma otimista, com a afirmação de que o êxito das operações seria certo na medida em que era “conhecida a capacidade e idealismo dos jovens”.⁵² O *Diário de Notícias*, portanto, parecia se mostrar favorável às ações que o regime adotava no campo da juventude.

Tanto o ponto de vista que enxergava na juventude uma “energia” ou um “sangue novo”, em vocabulário muitas vezes biológico, quanto a demanda pela contenção dessa mesma vivacidade dos “moços” dialogavam com uma noção de condição juvenil anterior aos anos 1960 e 1970, sintetizada em uma expressão largamente utilizadas nas fontes históricas sobre as políticas da ditadura para a juventude: a concepção de “mocidade”. Segundo o historiador Victor Andrade de Melo, entre fins do século XIX até a Segunda Guerra Mundial, vigorou no Brasil uma noção de “mocidade” que insistia na necessidade de disciplinar esse grupo de idade tendo em vista a construção da nação, em especial através do esporte. Já nas décadas de 1950, 1960 e 1970, argumenta o mesmo autor, emergiu uma concepção de “juventude” associada à

⁵² Estudantes e transportes. *Diário de Notícias*, sexta-feira, 2 mai. 1969, 1ª Seção, p. 10.

liberdade de comportamentos, ao modelamento do corpo e a uma postura ativa desse grupo de idade, imagens que se constituíam em torno de um mercado juvenil.⁵³ Nas políticas da ditadura voltadas aos jovens, essas duas formas de revestir a condição juvenil de sentidos conviviam. A necessidade de “canalizar” as energias da “mocidade” estava, assim, lado a lado com a associação entre juventude e liberdade.

Em alguns casos, as tentativas de disciplinar a ação e o comportamento dos jovens por meio do Projeto Rondon, da Operação Mauá ou dos diretórios juvenis dos partidos políticos foram exitosos. Nessas situações, os próprios jovens que *participavam* dessas iniciativas governamentais assumiam, como ponto de vista sobre a sua condição juvenil individual, aquilo que havia sido prescrito pelos militares e pela base social conservadora do regime como características de uma “juventude exemplar”.⁵⁴ Essa maneira de elaborar culturalmente o ser jovem estava presente em um documento produzido por Sinval Zeidane Lobato Machado, coordenador regional da Arena Jovem do estado do Paraná, em outubro de 1975. O título do documento era tão longo quanto expressivo: “Considerações que nos motivaram a participar, organizadamente, do processo político nacional”. O texto explicitava já no advérbio escolhido para compor a sua denominação uma das qualidades centrais da juventude compreendida como exemplar: a sua ação política organizada, que, implicitamente, opunha-se a práticas de outros jovens (paralisações, manifestações de rua etc.). Sua importância foi reconhecida, à época, pelos próprios dirigentes do partido, que o arquivaram como parte da documentação do diretório nacional da Arena.

Escrito na primeira pessoa do plural, o texto buscava falar por uma parcela da juventude – aquela ligada ao partido governista no estado do Paraná – e da qual o seu autor seria o legítimo representante. No documento – além de, como analisei no Capítulo III, detalhar os termos subordinados em que a ação política jovem como *participação* se dava –, Sinval Machado buscava explicar quais motivos haviam levado os jovens a fazer uma “opção consciente” pela Arena. E ele recorria a elaborações simbólicas que colocavam em cena um interessante ponto de vista “nativo” sobre a condição juvenil. Na sua concepção, “entre criticar agredindo e discutir responsável e disciplinadamente, identificamo-nos com a segunda hipótese.” Se os jovens de oposição tendiam à agressão, os jovens arenistas seriam responsáveis e disciplinados em suas discussões (e não críticas) sobre a política nacional. A conclusão a que chegava o coordenador arenista, contudo, demarcava o caráter fronteiro da condição juvenil. “Vamos

⁵³ MELO, Victor Andrade de. Esporte: coisa de mocidade, coisa de juventude. In: PRIORE, Mary del (org.). *História dos jovens no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2022, p. 208-220.

⁵⁴ BRAGHINI, Katya Zuquin e CAMESKI, Andrezza Silva. *Op. citada*, 2015, p. 957-958.

ser”, sentenciava Sinval, “jovens nas idéias e adultos no comportamento.”⁵⁵ Nesse sentido, por mais que buscasse afirmar a existência de uma juventude organizada, responsável e disciplinada que fazia uma escolha bem informada por integrar o partido governista, Machado, a um só tempo, identificava essas propriedades à juventude em uma ambígua aproximação com a condição adulta. Só assim seria possível experimentar essa dupla posição etária descrita e prescrita pela Arena Jovem do Paraná: ter um pensamento jovem, mas agir como um adulto.

A afirmação de uma “juventude exemplar” também pautou a forma de constituir significados para as políticas do regime voltadas aos jovens em dois discursos do deputado federal pela Arena do Paraná, Ary Kffuri, realizados em novembro de 1975. No primeiro, o parlamentar relatou aos seus colegas na Câmara dos Deputados a visita do então general-presidente Ernesto Geisel ao seu estado natal. Impresso no *Diário do Congresso Nacional*, a exposição de Kffuri deduzia uma boa popularidade do governo militar e uma alta taxa de identificação partidária a partir da forma como Geisel havia sido recebido pelos paranaenses. O orador também expressava elogios à atenção especial que o presidente havia dispensado aos membros da Arena Jovem, que qualificou como uma “juventude patriótica”. No discurso do deputado, os jovens apareciam como dotados de características e comportamentos que os legitimavam como sujeitos políticos tanto no âmbito da Arena quanto no projeto político da ditadura militar, ainda que muitas vezes essas funções fossem projetadas para um tempo futuro.

Mais do que isso, eles seriam baluartes da nação brasileira. Kffuri afirmou que “nossa juventude representa valiosa força de luta, de conteúdo sincero e destituída de qualquer outro interesse, a não ser o de servir abnegadamente a causa nacional.” Dessa forma, o político paranaense compreendia a juventude como um repositório de atitudes – a “força de luta”, a sinceridade e o patriotismo desprendido de interesses pessoais – que encontrariam na Arena um espaço de expressão. Não por acaso, Ary Kffuri disse na sequência que, além de valor de “orientação” que a fala de Geisel (um adulto) tinha para a ação dos arenistas (jovens), ela também significava que “os jovens são imprescindíveis para o partido político moderno, que deixa de existir como um clube partidário fechado para se transformar, nada mais nada menos, em uma atuante organização de massa.”⁵⁶ Assim, o deputado arenista associava a juventude também à renovação, na medida em que os departamentos juvenis eram entendidos como a

⁵⁵ MACHADO, Sinval Zeidane Lobato. “Considerações que nos motivam a participar, organizadamente, do processo político nacional”. 28 out. 1975. Fundo Arena do CPDOC/FGV. Série: Organização partidária (OP), subsérie: Arena Jovem (AJ). Classificação: ARENA 1969.11.25, fl. 01.

⁵⁶ KFFURI, Ari. Pronunciamento do Presidente Ernesto Geisel à ARENA jovem do Paraná. *Diário do Congresso Nacional*, sexta-feira, 21 nov. 1975, ano XXX, nº 151, seção I, Câmara dos Deputados, p. 10.782.

possibilidade de a agremiação governista se adaptar a novos contextos e se tornar um “partido político moderno”.

Pouco menos de uma semana depois, no dia 26 de novembro, o mesmo deputado ocupava a tribuna da Câmara novamente, desta vez para relatar aos seus colegas outro evento ocorrido durante a visita de Geisel ao Paraná: a entrega do título de “Patrono da Juventude Brasileira” ao general pela Arena Jovem do município de Ponta Grossa. Apesar das limitações da concessão desse predicado ao presidente, considerando a representatividade de um diretório municipal do partido governista em município do interior do Paraná, o ato guarda interessante valor simbólico no sentido da investigação das fronteiras atribuídas à condição juvenil em meados dos anos 1970. Isso porque, segundo informações de Ary Kffuri reproduzidas em seu discurso a partir da cobertura do jornal *Diário de Campos*, Geisel teria, ele mesmo, questionado aos jovens arenistas: “Será que a juventude dos demais Estados [sic] me aceita?” O parlamentar não incluiu a possível resposta dos jovens presentes na audiência. Ao contrário, ele mesmo expressou o seu ponto de vista ao afirmar que “a resposta encontra-se muito clara, naquele gesto de uma apreciável mocidade brasileira, cujo coração, pulsando, em uníssono, os mesmos ideais, anseia por maior participação na vida pública, atendendo a convite insistente do Presidente Geisel.” Mais do que a questão da representatividade do título, portanto, o discurso do deputado buscava reafirmar a existência de uma “juventude exemplar”, ponto de vista indicado, inclusive, pela utilização do artigo “uma” antes de “mocidade” brasileira em sua fala.

Logo em seguida, o arenista qualificava os contornos dessa condição juvenil recorrendo a uma imagem biológica que se traduz em uma vontade política: o coração jovem que bate na mesma frequência e que deseja a *participação* política. Essa imagem psicogenética do comportamento da juventude era reafirmada no discurso de Ary Kffuri a partir do recurso ao argumento de autoridade. Ele citava uma fala de Geisel no evento em Ponta Grossa, assim reproduzida pelo parlamentar: “a vitalidade dos moços, o seu protesto, as suas decepções, os seus desencantos, devem ser transformados numa luta ardorosa do seio do Partido, para que todas as suas energias se transformem em solução e contribuam para a grandeza da Nação Brasileira.”⁵⁷ Não se tratava, portanto, de negar o traço rebelde da condição juvenil, mas, sim, de afirmar que as atitudes entendidas como próprias à juventude poderiam ser disciplinadas, produzindo-se, assim, esse recorte a um só tempo descrito e prescrito como “juventude exemplar”.

⁵⁷ KFFURI, Ari. Visita do Presidente Ernesto Geisel a Ponta Grossa, Paraná. *Diário do Congresso Nacional*, terça-feira, 26 nov. 1975, ano XXX, nº 1554, seção I, Câmara dos Deputados, p. 10.985.

Meses antes, a necessidade de atrair a juventude para a Arena e, assim, exercer um controle social sobre os jovens pautou a reunião entre o então presidente Geisel e os dirigentes da Arena Jovem gaúcha. De acordo com as informações publicadas no *Jornal do Brasil*, o general orientou os arenistas a se empenharem no trabalho de afiliação dos jovens ao partido governista e questionou “os motivos pelos quais o MDB demonstra grande capacidade em atrair a mocidade e os arenistas não”. A preocupação de Geisel indica os limites da efetividade do regime no sentido de atrair a adesão dos jovens aos seus projetos. Na visão do militar, a Arena não deveria “monopolizar” a *participação* dos jovens, mas os diretórios deveriam se esforçar para romper a “exclusividade” oposicionista e atrair, ao menos, 50% da juventude para as fileiras situacionistas. Em seu discurso, Geisel também estabelecia contornos simbólicos precisos sobre o comportamento do que o *JB* denominou de “boa mocidade”. Nas palavras do presidente, “os jovens [...] não são alienados, pois eles se constituem em gente que integra as famílias de todos nós, e assim como uns tem idéias boas, outros as tem extravagantes. O que é preciso é orientá-los.”⁵⁸ Nesse sentido, na formulação do general, a condição juvenil seria salutar na medida em que os jovens eram, em avaliação moral conservadora, membros de famílias. Independente dos pensamentos que tivessem, deveriam ser “orientados” – ou seja, disciplinados.

Na Operação Mauá, a maneira predominante de disciplinar a juventude era através do trabalho em empresas e obras públicas. A promoção dos estágios e de visitas técnicas do programa atuava no sentido de dissipar a identidade universitária dos jovens e até mesmo dificultar a sociabilidade nos espaços escolares, ações que guardavam um efeito político na medida em que passar mais tempo em empresas e canteiros de obras afastava os estudantes das mobilizações do movimento estudantil. Por outro lado, essas ações também buscavam cultivar atitudes tidas como adultas nos jovens na medida em que implicavam que os estudantes – majoritariamente das classes médias – assumissem um conjunto de atribuições ligadas ao mundo do trabalho/adulto antes mesmo da formatura. Nesse sentido, a Operação Mauá encurtava o período que, nesse mesmo contexto dos anos 1960 e 1970, sociólogos que se dedicavam aos estudos da juventude a partir do viés estrutural-funcionalista denominavam de “moratória social”: o tempo de “espera”, intermediário entre a infância e as responsabilidades típicas da vida adulta.

Esse processo assumia, em alguns casos, contornos de teatralidade, como no noticiado em tom elogioso pelo jornal *O Globo* em janeiro de 1972. O diário carioca informava, em sua

⁵⁸ Presidente acha que Arena deve conquistar juventude. *Jornal do Brasil*, quinta-feira, 22 mai. 1975, p. 3. Cf. também Geisel pede à Arena que atraia os jovens. *Jornal do Brasil*, quinta-feira, 22 mai. 1975, capa.

reportagem, que nove jovens haviam começado “a viver uma nova experiência como diretores, gerentes e chefes de divisão de estagiários da Empresa de Reparos Navais Costeira”. Os universitários haviam sido selecionados para participar de um programa da Opema em que atuavam “junto aos reais diretores, gerentes e chefes de divisão da Costeira, auxiliando-os nas suas providências, tarefas e decisões.” Estudantes de cursos de Economia, Administração, Engenharia Mecânica e Engenharia Naval, os jovens assumiam, pelo tempo de duração do estágio (sete semanas), atribuições da vida adulta e de cargos de gestão da empresa, ainda que tuteladas pelos “reais” responsáveis por essas tarefas. Até mesmo o regime de trabalho na empresa era o mesmo de um funcionário adulto, e não de um jovem estagiário. A forma como esse programa especial de estágios aconteceu ganhava dimensões não apenas teatrais – no sentido da encenação dos papéis sociais adultos por jovens – como simbólicas. No primeiro dia de trabalho do grupo na Costeira, o presidente da empresa, Hélio Lapa Maranhão, entregou o seu cargo para Marcy Fonseca. Estudante de Administração, o jovem havia sido escolhido por um critério etário que demarcava culturalmente os sentidos atribuídos aos grupos de idade nesse programa: ele era o mais velho entre os estagiários, portanto foi considerado o mais próximo da condição de “presidente” da Costeira. A reportagem d’*O Globo* informava ainda que Marcy “começou, ontem mesmo, a se inteirar dos principais problemas administrativos da Costeira, percorrendo a seção mecânica.”⁵⁹

As fronteiras da juventude com outras etapas da vida (a idade adulta, em particular) eram também, em alguns casos, delimitadas por ritos de liminaridade que demarcavam a passagem para a vida adulta. Em uma propaganda oficial do Projeto Rondon produzida em 1977 (ver **Figura 10**), a própria experiência do universitário nas operações do programa era entendida, a um só tempo, como uma vivência que abasileirava e adultizava o jovem. A peça publicitária, como era comum nas estratégias de divulgação do Projeto Rondon, recorria unicamente a um suposto depoimento de um ex-participante do programa para incentivar outros “colegas universitários” a se inscreverem nas operações. O depoimento, nesse caso, compunha um sentido de realismo mobilizado pelas propagandas do programa. Apesar de usar de uma linguagem formal, própria de relatórios de viagem, o anúncio buscava, assim, estabelecer uma relação de identificação entre jovens – o que escrevia o depoimento e o que poderia se integrar ao programa.

Em tipografia maior, o anúncio destacava a primeira e a última frase do texto: “Eu sou paulista. [...] No Projeto Rondon aprendi a ser mais brasileiro.” Nesse sentido, destacava-se a

⁵⁹ Estagiários da Operação Mauá na Costeira. *O Globo*, sábado, 8 jan. 1972, Matutina, Geral, p. 2.

elaboração simbólica de teor nacionalista segundo a qual, ao participar do Projeto Rondon, o estudante estaria acessando uma fonte de brasilidade que o levava a reconhecer o país, compreender os seus problemas e buscar resoluções que fossem, supostamente, genuinamente nacionais, sem o possível concurso de ideologias importadas/comunistas.⁶⁰ A peça publicitária apostava que a vivência com brasileiros de outras regiões, além de permitirem chegar à conclusão de que o “Brasil não é a esquina perto da nossa casa”, também significava um marco na vida de um indivíduo no sentido na definição das atribuições da vida adulta. Nesse sentido, o texto do anúncio afirmava: “A gente volta subitamente mais adulto, amadurecido, mais brasileiro.”⁶¹

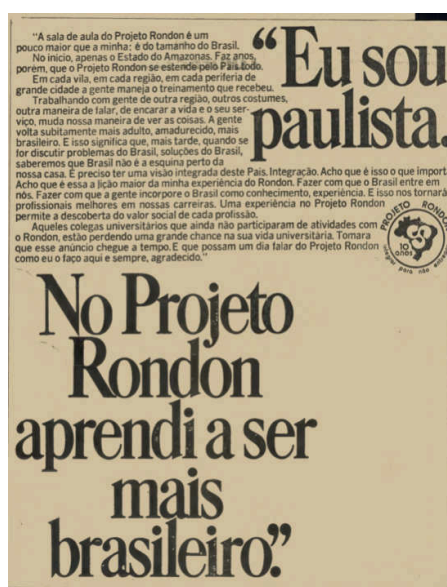


Figura 10: “Eu sou paulista. No Projeto Rondon aprendi a ser mais brasileiro”. Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, fundo CACS, caixa 259, maço 1.

Essas tentativas de direcionamento, contudo, nem sempre eram bem-sucedidas. No âmbito da Operação Mauá, as primeiras frustrações dos adultos com relação às condutas dos jovens começaram a aparecer ainda em 1969 no programa de estágios. Elas diziam respeito, especialmente, a questões relacionadas à inserção da juventude ao trabalho de acordo com o que era prescrito pela iniciativa. Assim, ao “idealismo” ou “entusiasmo” que eram lidos como característicos da condição juvenil, os responsáveis pela Mauá buscaram contrapor a *responsabilidade*. Além de ser um dos preceitos culturais fundamentais da ação política juvenil como *participação*, como analisei no Capítulo III, a adoção de medidas que buscavam conduzir os estudantes no sentido de atitudes comprometidas e responsáveis indicava modos de apreciar a juventude como uma fase intermediária, que antecedia a entrada no mundo profissional

⁶⁰ AMATO, Gabriel. *Op. citada*, 2019, p. 128-129 e p. 140.

⁶¹ Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, fundo CACS, caixa 259, maço 1.

marcada pela exigência de posturas entendidas como adultas. Essa noção associava a condição juvenil também ao senso de dever no mundo do trabalho.

As primeiras vezes em que essas preocupações foram noticiadas na grande imprensa, a partir de pontos de vista dos coordenadores da Operação Mauá, aconteceram no segundo semestre de 1969. Ao jornal *O Globo*, o coronel João Carlos Nobre da Veiga, à época coordenador da iniciativa do Ministério dos Transportes, declarou que iria criar uma “Taxa de responsabilidade”, obrigatória e com valor pago em dinheiro ainda não estipulado, para evitar o que era classificado como “uma série de abusos e situações constrangedoras”. O principal comportamento citado pelo militar era a desistência do estágio por parte do universitário, o que causaria um embaraço do órgão com as empresas que, de repente, ficavam sem a mão-de-obra acordada com a Operação Mauá. Mas a falha em entregar o relatório final também era um desses “abusos”, já que Veiga informava que a “Taxa de responsabilidade” seria paga no ato da inscrição e devolvida apenas após a entrega do balanço das atividades à coordenação da iniciativa.⁶² Quando foi fixada, contudo, a taxa foi estabelecida em apenas Cr\$ 15,00. Para se ter um patamar de comparação, em 1969 o salário-estágio pago pelas empresas para estudantes de Engenharia era de Cr\$ 10,00 por dia.

Em longo relato sobre as atividades dos rondonistas realizadas em julho de 1968, no âmbito da Operação Aragarças do programa de extensão, o jornalista João Baptista de Freitas narrou aos leitores do *Jornal do Brasil* alguns desses conflitos. Elas envolviam a realização de cerimônias cívicas pelos jovens universitários, a partir de determinações da coordenação do Rondon e dos militares que garantiam a infraestrutura necessária para a realização das operações. Freitas afirmou que os relatórios produzidos pelos estudantes expressavam diversas “críticas e observações” sobre o Projeto Rondon, sendo que “a maior parte dos universitários revelou temer que o Projeto seja transformado em instrumento político.” Para sustentar o seu argumento, o jornalista citava um ponto de vista de um estudante não identificado, segundo o qual “se ele [o Projeto Rondon] não tiver seus princípios desviados nem for militarizado, nós só temos a ganhar.” Logo em seguida, Freitas narrava a tentativa frustrada de disciplinar os jovens estudantes durante a Operação Aragarças. Segundo o relato, desde o primeiro dia os estudantes eram acordados logo cedo e convocados para a cerimônia de hasteamento da bandeira nacional que ocorria na praça em frente ao prédio da coordenação da operação. A formalidade se repetia na parte da tarde. Mas, “no terceiro dia, eles [os universitários] se

⁶² Segundo grupo da Operação Mauá parte amanhã do Rio. *O Globo*, terça-feira, 15 jul. 1969, Matutina, Geral, p. 7.

rebelaram e somente os que trabalhavam na administração é que continuaram a assistir a cerimônia.”⁶³

A revista *Veja* abriu espaços para pontos de vistas negativos sobre o Projeto Rondon, que associavam os rondonistas a atitudes desviantes e que indicavam a frustração das tentativas de disciplinar os jovens, ao menos em duas ocasiões diferentes. Na primeira, em 1972, tratava-se de uma reportagem sobre o Movimento de Ação Secundarista (MAS), entidade de cunho conservador que havia sido criada em 1969 e que se apresentava como uma ação análoga ao Projeto Rondon. A intenção de se transformar em um “Rondon de nível médio”, entretanto, tinha limites dados pela censura aos comportamentos dos jovens universitários. Na perspectiva de Artur Pinto Filho, um dos fundadores do MAS e estudante de Direito à época da produção da reportagem de *Veja*, o modelo comportamental dos rondonistas não deveria ser imitado pelos estudantes por razões de ordem sexual e cívica. “Não queremos”, declarou o jovem à revista, “que o movimento descambe como o Projeto Rondon, onde os rapazes têm muita liberdade com as meninas e as cerimônias cívicas não são observadas”.⁶⁴ O verbo utilizado por Artur para descrever a trajetória do Projeto Rondon – “descambar” – denotava que os princípios do programa eram bons, no sentido do que se entendia como “juventude exemplar”, mas que, com o tempo, ele decaiu até deixar de ser um referencial para os jovens. Por isso, o MAS deveria se preocupar em censurar os comportamentos dos jovens secundaristas que dele participassem.

Na segunda vez, em agosto de 1980, a revista *Veja* criava espaço até mesmo para reavaliações bem negativas ao programa de extensão que o associavam a uma juventude que não correspondia às expectativas de comportamento contido e produtivo. Em reportagem que listava uma série de críticas ao Projeto Rondon desde o seu início, a revista trazia um depoimento de um participante da Operação Zero do programa: Luís Rogério Salgado. Estudante de Geociências quando foi para Porto Velho em 1967, Luís expressou um ponto de vista que nada coadunava com as imagens divulgadas oficialmente sobre a “Operação Piloto” ao se lembrar dela cerca de 13 anos depois de sua realização. De acordo com a revista, os moradores do então território federal de Rondônia viam os rondonistas como “um grupo de jovens forasteiros que percorriam as palhoças e as casas de pau-a-pique oferecendo consultas médicas e extração de dentes que a população, receosa, procurava evitar – e que, à noite, se empenhavam em prolongadas farras no antigo Café Santos, no centro da cidade.” Esse ângulo

⁶³ FREITAS, João Baptista. Os passos de Rondon (final): Pindaíba em festa recebe 1º médico de sua história. *Jornal do Brasil*, quarta-feira, 31 jul. 1968, 1º Caderno, p. 19. A primeira parte do relato foi publicada no dia anterior, em: FREITAS, João Baptista. Os passos de Rondon – 1: Acadêmicos fazem operação a frio e sob luz de velas. *Jornal do Brasil*, terça-feira, 30 jul. 1968, 1º Caderno, p. 19.

⁶⁴ “Nada de namoros”. *Veja*, edição nº 225, 27 dez. 1972, p. 50.

sobre a condição juvenil associava os jovens a festas, bebedeiras e outros hábitos que nada tinham a ver nem com os propósitos do Projeto Rondon, nem com a vida pacata do interior do país. E a revista *Veja* buscava apontar que essas atitudes tidas como desviantes permaneciam ao longo do tempo, sempre a partir de declarações de sujeitos envolvidos diretamente com o programa de extensão. Para isso, a reportagem citava a fala do coordenador do *campus* avançado de Porto Velho em 1980, professor Edward Bertolino de Castro: “ainda hoje, a camisa do Rondon é vista como símbolo de beberrão”.⁶⁵

Se a imprensa garantia uma visibilidade para hábitos e comportamentos considerados tipicamente juvenis na forma como midiatizava as viagens e o trabalho dos universitários com o Projeto Rondon, os manuais de orientação direcionados aos rondonistas buscavam regular essas atitudes. No volumoso guia produzido para os universitários que atuavam no *campus* avançado de Irecê, na Bahia, mantido pela Universidade Mackenzie a partir de setembro de 1972, essas tentativas de disciplinar a juventude eram enumeradas de forma direta, além de didaticamente ilustradas. Elas apareciam como as “responsabilidades” dos participantes do programa e incluíam diretivas sobre o que se esperava dos jovens na viagem de ida para Irecê, na atuação propriamente dita, no retorno a São Paulo e na posterior elaboração do relatório pelos estudantes. Algumas orientações especificamente voltadas à viagem estavam entre as responsabilidades do líder da equipe que iria atuar no *campus* avançado durante um mês, como garantir o cumprimento de horários no percurso rodoviário. Além disso, o documento orientava que era atribuição do líder da equipe zelar “para que os companheiros não sujem o ônibus, jogando cigarro ou papéis no chão, nem sentando-se sobre os braços das poltronas” e “pelo comportamento dos integrantes da Equipe, para que a viagem decorra tranqüila, sem algazaras e sem permitir o uso de bebida alcoólica, buscando respeitar a individualidade de cada estagiário e o uso da camisa do RONDON.”⁶⁶ Esses esforços de disciplinar as atitudes dos jovens durante a viagem, entretanto, eram atribuídos – sob o peso de “responsabilidades” – a um dos jovens universitários, escolhido pelo Grupo de Trabalho Universitário como líder da equipe.

O que a imprensa noticiava, como analisei anteriormente, enquanto uma expressão comportamental dos jovens, que garantia aos momentos de embarque/desembarque ou às viagens dos rondonistas características compreendidas como dinâmicas, cheias de energia e

⁶⁵ Mudança de rota: o Projeto Rondon ainda procura seu caminho. *Veja*, edição nº 622, 6 ago. 1980, p. 91.

⁶⁶ Sem título. Grupo de trabalho universitário da Universidade Mackenzie, responsável pelo *campus* avançado de Irecê, c. 1972-1979, p. 109. Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, fundo CACS, caixa 175, maço 21. Grifo dos autores.

festivas, os organizadores do Projeto Rondon poderiam entender como possível desvio de conduta, daí o esforço para se evitar “algazarras” ou o consumo de álcool. Essas tentativas de disciplinar a juventude, contudo, conviviam com flexibilizações regulamentadas pelo mesmo documento. Nele, os estagiários da Mackenzie eram informados que, à critério do diretor do *campus* avançado, eles poderiam fazer uma viagem para Salvador no final de semana que antecederia o retorno para São Paulo. As regras eram detalhadas: o embarque deveria acontecer na sexta-feira à noite para que fosse possível chegar à capital baiana por volta de 5h de sábado, todas as despesas com estadia e alimentação ficavam por conta dos estudantes e todos deveriam, obrigatoriamente, estar de volta a Irecê no domingo à noite. Por fim, como não estavam atuando em ações específicas do Projeto Rondon nesses momentos, o uso do uniforme do projeto de extensão ficava “terminantemente proibido”.⁶⁷

As suspeições sobre a capacidade das autoridades e dos adultos em exercer o controle social da juventude também eram parte dos debates em torno da criação dos departamentos juvenis da Arena. Em 1972, quando o deputado mineiro Murilo Badaró apresentou um relatório sobre a criação dos diretórios no partido governista a pedido do presidente nacional da agremiação, senador Filinto Müller, Rubem Azevedo Lima chegou até mesmo a qualificar a existência dessas organizações juvenis como os “novos e misteriosos” OVNI (objetivos voadores não-identificados) da Arena. As várias organizações encontradas por Badaró em escala estadual e municipal, sempre com denominações diversas (“Arena Jovem”, “Mocidade Arenista”, “Estudantes Arenistas”), seriam mais fortes nos estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul. No artigo publicado no *Correio da Manhã*, o jornalista expressava o seu ponto de vista sobre essas organizações em linguagem ironicamente afiada: elas “gravitavam em órbita ao Partido”, seriam “grupos parapartidários” e, por fim, dariam voltas em torno de “idéias políticas estelares”.

Azevedo Lima também fazia uma leitura do posicionamento político dessas organizações. O governo e os políticos tenderiam à “moderação”, enquanto os “OVNI” iam na direção contrária. “Estes moços”, afirmava o jornalista, “ter-se-iam vinculado à Arena para servir-se dela e não para servi-la. Assim, o partido majoritário, formado como o da minoria por uma constelação de antigas lendas políticas, estaria agasalhando mais um germe de desagregação.” Ao deixar claras suas várias reticências à atuação da juventude arenista, Azevedo recorria a qualificações que concebiam os jovens como inerentemente avessos à

⁶⁷ Sem título. Grupo de trabalho universitário da Universidade Mackenzie, responsável pelo *campus* avançado de Irecê, c. 1972-1979, p. 109. Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, fundo CACS, caixa 175, maço 21, p. 111.

Arena, como se a condição juvenil configurasse uma perigosa antítese aos ideais da agremiação. Mais do que isso: os diretórios juvenis seriam de outro mundo, uma força externa e desagregadora dos ideais do governo e de seu partido político. Por isso, concluía o jornalista, seria preciso, “no caso especial da Arena, aquietar, enquanto é tempo, a exaltação latente dos tripulantes de seus OVNI’s.”⁶⁸

Assim como no Projeto Rondon, na Operação Mauá e na Arena, no MDB as alas jovens partidárias foram alvo de ações que buscavam conduzir e controlar características concebidas como particulares da condição juvenil. A particularidade era que, na agremiação oposicionista, esses esforços se dirigiam em torno da defesa de pautas críticas à ditadura. No caso dos departamentos do partido oposicionista, contudo, não eram apenas o “idealismo”, o “dinamismo” ou a capacidade de “renovar” dos jovens que eram valorizados. Ao longo dos anos 1970, lideranças emedebistas concebiam a presença da juventude no partido a partir de uma elaboração cultural que tinha como premissa a identificação entre a condição juvenil e a agremiação que contestava o regime político vigente. Ainda que próxima do ponto de vista que associava a juventude à rebeldia política, tão fundamental nos últimos anos da década de 1960 para a emergência do jovem enquanto sujeito político, essa nuance na forma de perceber a condição juvenil e mobilizar a juventude indica em que medida esse grupo de idade era, também, um campo de disputas simbólicas, quando não propriamente eleitorais. Afinal, as políticas da ditadura voltadas à juventude se desenrolavam em interação umas com as outras – e, no caso específico da criação de diretórios juvenis nos partidos, havia esforços para demarcar as diferenças entre a juventude emedebista da arenista que respondiam à possibilidade aberta pelo Estado de *participar* da política.

Essas noções foram explicitadas por diferentes membros do partido, especialmente adultos, ao longo do tempo. Em novembro de 1970, às vésperas de eleições realizadas sob intenso clima de repressão, o *Jornal do Brasil* reportou declarações do deputado federal padre Nobre que iam nessa direção. O parlamentar do MDB de Minas Gerais ocupava o cargo de vice-presidente da agremiação nessa conjuntura e, tendo em vista a sua trajetória política ligada às bases estudantis, foi um dos primeiros a se pronunciar em favor da organização dos diretórios juvenis em seu partido, inclusive no plenário da Câmara, como analisei no Capítulo II. Sua declaração ao *JB* era uma reação crítica ao posicionamento do general-presidente Médici segundo o qual não havia perspectivas sobre a revogação do AI-5 num “futuro próximo”. Mas, em determinado momento, o religioso fez comentários sobre a condição juvenil que

⁶⁸ LIMA, Azevedo. OVNI's na Arena. *Correio da Manhã*, sexta-feira, 2 jun. 1972, 1º Caderno, p. 2.

demarcavam tanto a imagem predominante entre os círculos políticos sobre a juventude em 1970 quanto o seu ponto de vista dissonante sobre os jovens. Padre Nobre afirmou que existia “uma prevenção contra os jovens em geral, que são apontados como simples baderneiros, quando, na verdade, são movidos, na sua grande maioria, por ideais superiores.”⁶⁹ Na sequência, o emedebista, mais uma vez, condenava os “métodos terroristas” – ou seja, as ações da esquerda armada composta majoritariamente por jovens – e convocava a juventude brasileira a se unir em torno do MDB Jovem. Dessa forma, o parlamentar dissociava a condição juvenil do estigma das ações que promovem a desordem, ao mesmo tempo em que se valia da noção segundo a qual os jovens eram dotados de “ideais superiores” – uma outra forma de reafirmar a disponibilidade de “idealismo” desse grupo etário.

Algum tempo depois, em junho de 1973, o mesmo *Jornal do Brasil* noticiou uma audiência mantida entre os dirigentes nacionais do MDB e as lideranças do departamento jovem emedebista no Rio Grande do Sul, realizada em Brasília. Nela, Ulisses Guimarães sentenciou: “a tendência natural dos moços do Brasil e de todo o mundo ‘é caminhar para a Oposição’.”⁷⁰ Na condição de presidente nacional da agremiação oposicionista, o deputado também disse aos jovens emedebistas Paulo Ziulkoski e Trajano Gusmão que a parcela da juventude que escolhia não se filiar ao MDB Jovem estaria se afastando do “único instrumento legal de ação política do país” e, dessa forma, legitimando o próprio regime. De acordo com o *JB*, Guimarães teria se mostrado “otimista” com os 200 filiados da seção gaúcha do diretório juvenil e assegurado que seria formado um departamento do mesmo escopo junto à direção nacional do MDB. Ainda que essa última promessa nunca tenha sido cumprida, o tom das declarações de Ulisses Guimarães era significativo na medida em que concebia como “natural” um comportamento político da juventude: a adesão às oposições, em escala não apenas nacional como transnacional. Era por meio dessa elaboração simbólica que os emedebistas buscavam atrair os “moços” para o seu partido. Ela teve, inclusive, efeitos nas mobilizações da Arena Jovem, já que lideranças do partido governista se ressentiam da maior facilidade do MDB em atrair militantes.

Essa correlação direta entre juventude e oposição foi reconhecida pelos próprios jovens, como expressaram os membros da diretoria do MDB Jovem de Santos Dumont, cidade do interior de Minas Gerais, em 1979. O tema foi debatido no editorial do jornal “Boca no trombone”, publicação oficial do grupo, em uma conjuntura especialmente delicada para o

⁶⁹ TSE dará tropas federais a quatro estados. *Jornal do Brasil*, sábado, 7 nov. 1970, 1º Caderno, p. 3.

⁷⁰ Ulisses diz que tendência natural dos moços no Brasil é caminhar para a Oposição. *Jornal do Brasil*, quinta-feira, 7 jun. 1973, 1º Caderno, p. 15.

próprio MDB: após o anúncio do projeto que previa a dissolução dos partidos criados pelo AI-2 em 1965. O jornal foi coletado pelos sistemas de informação da ditadura e uma cópia em xerox do exemplar foi anexada a um informe do Departamento da Polícia Federal mineira. Vários de seus elementos, como o slogan (“Por um governo dos trabalhadores”) ou as reportagens sobre temas sindicais, indicavam um alinhamento à esquerda por parte da ala jovem do partido em Santos Dumont. Não por acaso, ela seria, posteriormente, o núcleo de formação do PT na cidade. No editorial do jornal, chegava-se inclusive a afirmar que a defesa dos trabalhadores por parte do grupo seria superior à defesa de políticos simplesmente por estarem ligados ao MDB. Na sequência, o grupo justificava a sua vinculação à agremiação: “Agora, somos MDB-JOVEM. ‘jovem’ [sic], no caso, quer dizer oposição combativa à [sic] todas as formas de mentiras e exploração que os governos, os políticos do MDB e da ARENA utilizam para enganar e sacrificar os trabalhadores.”⁷¹ Nesse sentido, os membros do diretório juvenil sandumonense compreendiam a sua própria condição enquanto jovens tão intrinsicamente associada à oposição que a definiam não por marcos etários e, sim, por um comportamento político-ideológico: o alinhamento pragmático ao partido que se contrapunha à ditadura e a defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores.

Se a *participação* política através dos diretórios partidários era compreendida como um significativo espaço de expressão das “energias juvenis” tanto por jovens arenistas quanto emedebistas, nos departamentos juvenis do partido oposicionista havia também um outro entendimento: o de que o regime instalado em 1964 marginalizou a juventude brasileira de ações políticas como as eleições. Esse raciocínio pautou o pronunciamento de Adelmo Simas Genro Filho, presidente do Setor Jovem do MDB de Santa Maria, durante a realização do encontro regional das alas juvenis emedebistas gaúchas na cidade de São Luiz Gonzaga, provavelmente em 1975. Seu discurso foi gravado por agentes de informação da ditadura, posteriormente transcrito e anexado a um informe da Agência de Porto Alegre do SNI sobre a atuação da juventude emedebista santa-mariense.

Membro de um dos diretórios mais ativos e ideologicamente à esquerda do MDB, Adelmo desenhou, em sua fala, um contexto após as vitórias oposicionistas nas eleições de 1974 em que “a juventude não aceita mais ser coagida e ficar sempre à margem de todas as decisões que direta ou indiretamente vão influir em sua vida presente ou na sua vida futura”. Em sua percepção, os jovens começavam a “abrir os olhos” e a reivindicar “aquilo que a

⁷¹ Editorial. *Boca no trombone*, nº 3, sem data, p. 1. In: Informe nº 1181/79-SI/SR/DPF/MG, 18 de dezembro de 1979. *Arquivo Nacional*, Fundo: Divisão de Inteligência do Departamento de Polícia Federal, BR_DFANBSB_ZD_0_0_0008C_0089_d0001. Grifos dos autores.

ditadura lhes tirou em 1964”. O mais interessante no ponto de vista de Adelmo era a forma como ele afirmava que a ditadura havia interferido na inserção dos jovens na vida política: justamente a partir de elaborações simbólicas que associavam manifestações populares à desordem. Não por acaso, ele demarcava uma fronteira entre o período anterior e posterior a 1964, ano do golpe civil-militar, que funcionava também como uma cisão entre o ser jovem e o ser adulto. “Os mais velhos lembram claramente”, afirmou o dirigente emedebista, “os mais novos, talvez alguns, quando[,] em idos de 1964, aquilo que era chamado pelos opressores, que hoje tiram os salários dos trabalhadores, era chamado de bagunça. Aquilo era o povo organizado, aquilo era o povo buscando os seus direitos.”⁷²

Como um contraponto, a perspectiva segundo a qual a contestação seria um problema, fruto de características psicológicas que encontram a sua gênese na idade juvenil, e que políticas do regime direcionadas aos jovens poderiam discipliná-los a ponto de funcionar como um “remédio” para a subversão era amplamente debatido nos anos 1970. E ele foi detalhado durante o seminário “Educação e trabalho”, realizado pelo jornal *Correio da Manhã* em parceria com o Clube de Engenharia e a Associação de Educadores da Guanabara em dezembro de 1970. Dentre os palestrantes do evento, estava o então secretário-geral do MEC, tenente-coronel Mauro da Costa Rodrigues, que falou sobre o tema “Educação, treinamento e Projeto Rondon”. Após a palestra do militar, abriu-se espaço para perguntas dos participantes do seminário. Dentre eles, estava Armando Faria de Castro, diretor do jornal carioca, que fez o que ele mesmo chamou de “uma pergunta de cunho político-social”. O jornalista questionou em que medida as notícias de que as operações do Projeto Rondon realizadas entre 1968 e 69 haviam recebido “um número substancial de jovens que contestavam a atual sociedade de consumo, alguns até tidos como subversivos, e até que ponto esses projetos serviram de remédios para a contestação dos jovens, tão comuns nas ruas, nas passeatas de rua”.

A resposta de Rodrigues foi longa, além de indicativa dos sentidos atribuídos à condição juvenil por aqueles que elaboravam as políticas da ditadura para os jovens. O militar começou estabelecendo dois pressupostos. Primeiro, a definição da juventude a partir de atributos marcantes associadas à rebeldia. “A contestação”, disse o secretário-geral do MEC, “é, talvez, uma característica básicas [sic] e comum dos jovens de hoje.” Depois, Rodrigues declarou que o Projeto Rondon não fazia uma seleção ideológica dos estudantes, mas que ele, na condição de responsabilidade que ocupava como coordenador do programa, buscava investigar quais

⁷² Pronunciamento de Adelmo Simas Genro Filho, presidente do Setor Jovem do MDB de Santa Maria/RS. In: Informação nº 615/115/APA/75, 12 de novembro de 1975, p. 8. *Arquivo Nacional*, Fundo: Serviço Nacional de Informações, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84009610_d0001de0001.

eram as atividades políticas desempenhadas por cada estudante que se inscrevia para o programa do Ministério do Interior. A partir disso – continuava Costa Rodrigues – ele conversava com cada jovem, supostamente fazendo um acordo no qual ficaria claro que “o Governo não vai se servir de você, mas você não vai se servir da oportunidade que o Governo vai lhe conceder para atuar contra esse próprio Governo”. Mesmo em um ponto de vista pretensamente positivo sobre a relação entre os jovens e o Projeto Rondon, portanto, o caráter subordinado – e, poderíamos adicionar, o tom paternal – da *participação* ficava bem explicitado, como indiquei no Capítulo III.

A fala do militar sobre o assunto, apesar de longa, merece a transcrição, na medida em que expressava de forma precisa como fronteiras da juventude eram revestidas de sentido visando a sua disciplinarização no contexto das políticas do regime para os jovens:

Grande parte da juventude universitária brasileira sofre hoje do que eu chamo “a falsa posição ideológica”. Nessa angústia que vive o jovem, com uma tremenda sensibilidade para o problema social, conseqüência dos meios de comunicação – não há mais problema localizado no mundo de hoje. Todos os problemas do mundo são nossos, nós passamos a viver aquilo, a sofrer aquilo. Os jovens, por falta de embasamento filosófico, confundem sensibilidade para um problema social, em boa parte, com o socialismo. Então, ele se declara, e nós começamos a conversar, depois que ele se abre, que ele sente, vemos que temos todos o mesmo pensamento. Então, o Projeto não selecionava contestadores. O Projeto jamais os discriminava. Agora, havia o compromisso, de lado a lado. Tivemos problemas, de lado a lado. Mínimos – incompreensões, porque havia imagens estereotipadas, também recíprocas. Do nosso lado, muitas vezes analisando o jovem pela casca, pelas suas barbas, pela sua camisa vistosa, pela sua enorme cabeleira, sem procurar penetrar nele e ver que, no fundo, ele é exatamente o que éramos há anos atrás –, sofrendo os impactos da conjuntura atual. Agora, havia um desafio. Enquanto o jovem estivesse ainda nessa falsa visão ideológica e que estivesse ainda em seu centro de gravidade indefinido, era uma satisfação imensa, e foram inúmeros os casos de correção de posição que tivemos no Projeto. Isto gerou, de lado a lado, algumas incompreensões. Do lado dos próprios jovens, havia a crença de que nós nos utilizávamos deles. Então, o indivíduo tomava uma bebedeira, o que é natural, mas na hora de ser preso, ele queria ser preso por subversivo. Eu dizia: “Você não vai por subversivo, vai por bêbado mesmo.”⁷³

Na fala de Costa Rodrigues, muito dos lugares comuns sobre a juventude que levariam a uma postura reticente por parte dos adultos tinham a ver com a “casca” do jovem, isto é, com uma estética juvenil associada à revolução comportamental dos anos 1960 e 1970. O desafio seria vencer essa primeira impressão, muito mais associada, na fala de Rodrigues, ao modo de se vestir ou de deixar o cabelo crescer. O militar buscava, assim, atenuar a excepcionalidade da juventude desse contexto tendo em vista desconstruir a relevância das convicções rebeldes desse grupo de idade. O jovem de seu tempo seria, no fundo, alguém como ele e outros adultos na época de sua mocidade, guardadas as diferenças de contexto: preocupado com os problemas

⁷³ A meta do MEC: educação para o desenvolvimento. *Correio da Manhã*, quinta-feira, 3 dez. 1970, Diretor econômico, p. 8.

sociais, buscando alternativas para solucioná-los, mas que, por inexperiência ou falta de preparo, acabava sendo levado para o que aparecia em sua fala como “socialismo”.

Além disso, no modo de classificar a rebelião política da juventude que se direcionava contra o governo militar, sobressaía, no relato do ex-coordenador nacional do Projeto Rondon, uma rotulação que aproximava as posturas juvenis contrárias às autoridades governamentais aos comportamentos julgados como moralmente desviantes. O objetivo desse raciocínio parecia ser o de desqualificar a condição do jovem como sujeito político, atribuindo a ela muito mais um caráter de irreflexão. Rodrigues relatava, assim, o caso da prisão de jovens participantes do programa que ficavam bêbados, o que, em sua percepção, seria uma postura “natural” desse grupo de idade – pressupondo, assim, um comportamento impulsivo e inconsequente por parte dos universitários ou até mesmo a inexperiência do jovem nos momentos de diversão e uso de bebidas alcoólicas. Na maneira como o militar revestia de significados a condição juvenil, o suposto pedido desses jovens para serem fichados na polícia como “subversivos” e não como bêbados reforçava o caráter irresponsável dos atos da juventude. Suplantados por autoridades/adultos (professores, militares, governantes) os estereótipos relacionados aos jovens, resultantes em grande medida da revolução comportamental, caberia a eles, portanto, orientar e conduzir os jovens.

Se participar das operações do Projeto Rondon poderia ser, por um lado, compreendido como uma maneira de disciplinar os jovens, canalizando a sua energia e o seu idealismo para fins considerados construtivos e não para a chamada “subversão”, a juventude era, ao mesmo tempo, formatada também como repositório de potencialidades ou agente dos valores morais que a ditadura estava promovendo. Dessa forma, no documento que definia a política do Ministério do Interior para os *campi* avançado do programa de extensão, possivelmente elaborado na primeira metade da década de 1970, os jovens eram entendidos como agentes da tão propalada integração nacional desejada pelo regime. Era através dessa juventude do Projeto Rondon, afirmava o documento, que se estava “levando às mais diversas regiões do Brasil, o idealismo, o altruísmo, o dinamismo e o embasamento cultural de nossa mocidade, para aplicar nas comunidades menos desenvolvidas”. Os rondonistas eram compreendidos, assim, como agentes do desenvolvimento, aqueles que iriam integrar o interior do país – visto a partir de uma ótica hierarquizante – à “civilização”.

O mesmo documento definia o “campo educativo” como a área de atuação do Projeto Rondon para, logo em seguida, desdobrar os recursos disponíveis para esse trabalho em termos de mão de obra, estrutura para os programas de ação e locais de atuação. Na primeira categoria, estavam os rondonistas – descritos como uma mão de obra “jovem, dinâmica e especializada,

o universitário”. Na segunda, estava a própria infraestrutura governamental diretamente atuante na resolução dos problemas regionais. E, por fim, na terceira estaria “um País jovem, onde 52% de sua população está na faixa etária de 18 a 25 anos”. Neste aspecto, os gestores do Ministério do Interior faziam uma analogia entre o perfil etário predominante na demografia brasileira e características do próprio país. A idade dos habitantes do Brasil seria, dessa forma, desdobrada para as características do próprio território nacional, impondo desafios particulares ao governo. O documento concluía com a afirmação de que país, “embora ligado às suas mais caras tradições, procura no seu crescimento econômico e no conhecimento de sua realidade a maturidade necessária à solução de seus próprios problemas.”⁷⁴ A partir dessa metáfora, o país era antropomorfizado como um jovem que não precisava fazer tabula rasa da tradição ou abandonar a maturidade para apostar no dinamismo que levaria ao desenvolvimento. Nessa formulação, os dados quantitativos – fossem demográficos ou etários – desempenhavam importante papel.

A juventude entre dados demográficos e marcos etários

“O Brasil é um país de jovens” – essa conclusão foi uma percepção produzida em especial por meio dos recenseamentos populacionais de 1960 e 1970. A partir dela, o perfil etário do país foi entendido, durante o período da ditadura, em sentido duplo. Em alguns casos, como um “problema” que deveria ser direcionado com políticas governamentais que disciplinassem os jovens e conduzisse as características à época consideradas próprias da idade em um sentido compreendido como “construtivo”. Em outros, como um potencial demográfico para o desenvolvimento e para a construção do projeto de “Brasil grande” encampado pelos militares. Essa segunda percepção foi veiculada pelo general Evandro de Souza Lima, então ministro interino do Interior, em discurso que fez para um grupo de jovens rondonistas por ocasião da entrega dos prêmios do concurso “Operação Rondon de Estudos Regionais”. Após declarar que a juventude brasileira dava “expressiva demonstração” de que possuía “consciência de seu papel na aceleração do crescimento econômico e social”, o militar afirmou que “o jovem de hoje é tão grande quanto o futuro que lhe está reservado e tão presente quanto a sua presença majoritária na população nacional.”⁷⁵ O jogo de palavras mobilizado pelo general era, também, um dimensionamento das temporalidades da juventude. O jovem, ao mesmo tempo que vivia no presente por ser “de hoje”, tinha suas potencialidades direcionadas

⁷⁴ Política de “campus” avançado. Ministério do Interior – Projeto Rondon. c. 1970-1975, p. 1-2. Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, fundo CACS, caixa 160, maço 10.

⁷⁵ Evandro: juventude conhece o futuro. *Correio da Manhã*, sábado, 17 jun. 1972, 1º Caderno, p. 14.

para o futuro, ainda que sua “presença” demográfica fosse majoritária, em termos quantitativos, em 1972.

Perspectiva semelhante estava também presente no documento “O Projeto Rondon e a sua fundamentação”, produzido pela coordenação geral do programa possivelmente nos primeiros anos da década de 1970. Ao tratar do tema da integração nacional, os coordenadores da iniciativa retomavam o lema “Integrar para não entregar” para, logo em seguida, afirmar que as operações permitiam aos jovens universitários tomarem consciência das riquezas do interior e da necessidade de realizar a sua integração econômica ao país. O contato com essa realidade problemática resultaria, segundo o mesmo documento, em “uma grande responsabilidade futura para a geração universitária de hoje, a quem dá o Projeto Rondon a chance de atuar hoje para melhor dimensionar o seu papel de amanhã.”⁷⁶ A juventude aparecia, nesse sentido, como metáfora do futuro, o que delimitava o presente como a época da espera e da preparação para os jovens, atribuindo aos adultos – governantes de presente – a tarefa de administrar o país cientes desse perfil etário da população e de suas implicações. Na sequência, o mesmo texto retomava o ponto de vista de fundo demográfico sobre a disponibilidade populacional dos jovens para a construção do Brasil do futuro. De acordo com o documento, a juventude constituía “um dos setores mais importantes da população e, dado a sua situação ‘sui generis’, merece uma atenção especial por parte dos responsáveis pelos destinos da Nação.” Ainda que afirmassem que “os jovens representam a esperança e o futuro de um país”, não podendo ficar “à margem da vida nacional”, os limites colocados para a ação juvenil estavam dados pela noção de *participação* analisada no Capítulo III. A juventude deveria, assim, “participar na medida de sua potencialidade e disponibilidade no processo de desenvolvimento nacional.”⁷⁷

Conectada à compreensão dos jovens como emissários do futuro, estava também a metáfora da juventude como mudança social. De acordo com Luisa Passerini, essa forma de entender os jovens caracterizou debates sobre os grupos de idade em contextos tão diversos quanto a Itália fascista e os EUA dos anos 1950. Mas havia, também, disparidades. No fascismo dos anos 1920-1940, as discussões sobre os jovens eram direcionadas no sentido da afirmação de uma modernização, mesmo que incompleta e circunscrita aos limites de um sistema político fechado. Nos Estados Unidos, ao contrário, os debates postulavam que a chamada “juventude transviada” era uma pista de uma crise de valores enfrentada pelo país no pós-guerra. O tema

⁷⁶ COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO RONDON. O Projeto Rondon e a sua fundamentação. c. 1970-1974, p. 9-10. Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, fundo CACS, caixa 175, maço 11.

⁷⁷ COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO RONDON. O Projeto Rondon e a sua fundamentação. c. 1970-1974, p. 12. Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, fundo CACS, caixa 175, maço 11.

do “desvio” e imagens como a do jovem desempregado, à margem do sistema, produziam avaliações da mudança social associada à juventude em ótica muitas vezes pessimista.⁷⁸

No caso do Brasil ditatorial, também era para o aspecto fundamental da mudança social que muitos dos esforços de controle da juventude, no espaço das políticas do regime para a juventude, eram direcionados. Nessa perspectiva, se a mudança provocada pela demografia jovem do Brasil era um dado incontornável, ela deveria acontecer a partir da regência do Estado. Em documento elaborado em 1973 com o título “Projeto Rondon: uma experiência vitoriosa”, a Coordenação de Campinas do programa de extensão reproduzia a constatação de que o Brasil era um “país de população predominantemente jovem, pois mais de 50% de sua população não atinge, ainda, 20 anos de idade.” Em seguida, o texto afirmava que essa situação demográfica havia resultado em “transformações profundas”. E elas teriam se aprofundado desde a década de 1960, na medida em que, mais uma vez segundo o documento, “pela 1ª vez, se tomou consciência do papel importante que poderia exercer a juventude: novo potencial no processo de desenvolvimento.”⁷⁹ A perspectiva adotada pela coordenação local do Projeto Rondon era a da preocupação com os mecanismos que possibilitariam a utilização da população jovem, compreendida como recurso disponível que levaria ao desenvolvimento. Nesse sentido, o documento afirmava, ao descrever as ações do programa de extensão executadas no ano de 1973, que a dimensão das operações do Rondon “comprovam a existência de um inestimável potencial voluntário, gratuito e mobilizável para o esforço nacional de desenvolvimento, ainda não totalmente utilizado.”⁸⁰

Desde as primeiras articulações para a estruturação dos departamentos da Arena Jovem, ainda em fins dos anos 1960, essa elaboração simbólica que associava a juventude à mudança social estava presente nos debates sobre os diretórios. Nesses casos, tratava-se de uma juventude particular – aquela considerada como “exemplar” – e de mudanças também específicas, sempre no sentido de promover o regime. Na correspondência que escreveu em novembro de 1969 para o presidente do diretório nacional do partido governista, o deputado mineiro Rondon Pacheco, o então presidente da Mocidade da Arena de Santa Catarina, Joaquim Galete da Silva, defendeu a importância da juventude arenista justamente por meio da sua associação com a novidade. Como um dos argumentos mobilizados por ele para justificar a

⁷⁸ PASSERINI, Luisa. A juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950. In: LEVI, Giovanni e SCHMITT, Jean-Claude (org.). *História dos jovens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, vol 2: A época contemporânea, p. 320-321.

⁷⁹ COORDENAÇÃO DE CAMPINAS DO PROJETO RONDON. Projeto Rondon: uma experiência vitoriosa. 1973, p. 3. Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, fundo CACS, caixa 176, maço 2.

⁸⁰ *Idem.*, p. 7.

reivindicação da criação do movimento em escala nacional, Silva afirmava que o “congraçamento de esforços” entre adultos e jovens iria “produzir um sensível fortalecimento do partido do govêrno com o subsídio de idéias novas e plena dinamização da sua maquina [sic] promocional junto ao povo.”⁸¹ Nesse sentido, o arenista catarinense conectava a condição juvenil a uma mentalidade nova que poderia dinamizar o partido situacionista e, assim, promover mudanças positivas na Arena.

Nas avaliações sobre a demografia brasileira predominantemente juvenil dos anos 1960 e 1970, havia, portanto, um enquadramento otimista que apresentava o contingente populacional jovem como um recurso para o desenvolvimento e a construção do futuro do país. Mas circulavam, também, enfoques mais pessimistas, que apontavam limites das políticas públicas no sentido de efetivar as promessas que o tratamento da juventude como “recurso” apresentava. Essa perspectiva foi explicitada por José Carlos Oliveira, em artigo sobre o Projeto Rondon publicado no *Jornal do Brasil* quando as primeiras operações do programa começavam a levar universitários para atuar no interior do país em fevereiro de 1968. O tom geral do texto de Oliveira era inicialmente elogioso ao programa de extensão, chegando a afirmar que “o Projeto Rondon está entre as idéias felizes surgidas no Brasil ultimamente” na medida em que levava os jovens a travarem conhecimento dos problemas de um “Brasil real”. Diante deles, os universitários poderiam reconhecer-se como “privilegiados” e daí surgiria “um sentimento culposo bastante salutar” no sentido de explicitar a urgência da ação orientada em direção ao progresso, para o que Oliveira chamava de “civilização”. O problema, no ponto de vista do articulista, estava justamente nos obstáculos impostos à transmutação da juventude de recurso em agentes dessa “civilização”, o que equivalia em oportunizar a transformação dos jovens em universitários capazes de atuar nas operações do Rondon.

Nesse sentido, o autor sentenciava: “Esse Brasil, carente de tudo, exceto de juventude, só será redimido quando for multiplicado por 100, ou por mil, o número de universitários que anualmente enroam os seus diplomas e começam a aplicar na vida real os ensinamentos que receberam.” Como implicação desse ponto de vista defendido por José Carlos Oliveira, ter uma demografia majoritariamente jovem pouco adiantava. Era preciso transformar os jovens em universitários habilitados a retirar as populações interioranas do abandono. Oliveira fazia, assim, uma crítica ao número de vagas ofertadas no ensino superior em um país demograficamente jovem. Em suas palavras, “quando um jovem é sumariamente liquidado do

⁸¹ Carta de Joaquim Galetto da Silva para Rondon Pacheco. Florianópolis, 25 nov. 1969. Fundo Arena do CPDOC/FGV. Série: Organização partidária (OP), subsérie: Arena Jovem (AJ). Classificação: ARENA 1969.11.25, fl. 01.

ponto-de-vista educacional, recebendo oficialmente a etiqueta excedente, é o Governo que está prolongando o martírio das populações do Norte e do Nordeste.” Ele engrossava o coro do movimento estudantil de oposição, que transformou a questão dos excedentes dos vestibulares em “eixo de mobilização” a partir do início de 1967, organizando greves em solidariedade aos excedentes e manifestações em favor do aumento de vagas.⁸² Diante dos números da população jovem, em contraste com o contingente de universitários, o Projeto Rondon parecia a José Carlos Oliveira um “hipótese tão generosa quão infecunda.”⁸³

Em artigo publicado em janeiro de 1970 sobre as mudanças nas formas de ingresso no ensino superior e a extinção dos “excedentes” nos vestibulares, o jornal *Correio da Manhã* lembrou trechos da fala do então secretário-geral do Ministério da Educação, Mauro da Costa Rodrigues, sobre o tema “o papel da juventude na problemática do desenvolvimento brasileiro”. Segundo o periódico, o tenente-coronel partiu da premissa demográfica, tanto do presente quanto voltada para o futuro, ao dizer que “56% da nossa população é composta de menores de 15 anos. No ano 2000, 75% dos brasileiros terão menos de 40 anos, enquanto no mundo haverá mais um bilhão de jovens do que agora – isto é, ocorrerá, na faixa etária de 15 e 24 anos, um aumento superior a 100%.” A dedução de Costa Rodrigues buscava questionar a associação direta entre juventude e contestação da ordem e, por consequência, mitigar os efeitos nocivos que essa constatação sobre a composição populacional do Brasil poderia trazer.

Em seu ponto de vista, portanto, “o universo contestatório dos jovens nem sempre tem fundo ideológico e decorre da inadequação da sociedade para recebê-los.” Ou seja, na perspectiva do ex-coordenador nacional do Projeto Rondon, o comportamento rebelde não era uma característica inata da juventude, produto de fatores particulares dessa fase da vida. Antes, ela decorreria de um problema social e, portanto, poderia ser devidamente amortecida se a sociedade criasse meios adequados para amparar os jovens. E Rodrigues, por experiência própria, tinha um exemplo de “instrumento” que poderia receber os jovens, ao mesmo tempo afastando-os do “universo contestatório”: o Projeto Rondon. O programa do Ministério do Interior teria sido apresentado pelo militar como “um instrumento eficaz de canalizar o idealismo da mocidade, ajustando-a à realidade nacional, e despertando a sua capacidade de trabalhar e servir.”⁸⁴ Nesse ponto de vista, a consequência lógica do contingente jovem na

⁸² MARTINS FILHO, João Roberto. *Op. citada*, 1987, p. 125-126. Segundo dados apresentados pelo autor, o número de excedentes em relação ao número de vagas passou de 44,4% para 58,3% entre 1960 e 1968, resultando em um aumento da relação inscritos por vaga de 1,8 para 2,4 no mesmo período.

⁸³ OLIVEIRA, José Carlos. Os jovens e o Brasil real. *Jornal do Brasil*, quarta-feira, 21 fev. 1968, Caderno B, p. 3.

⁸⁴ As imagens do futuro. *Correio da Manhã*, domingo, 4 jan. 1970, página de capa.

demografia brasileira seria não a indisciplina, mas o condicionamento através do trabalho voluntário nas operações do Rondon.

Na Operação Mauá, esse dado demográfico sobre a composição da população brasileira foi interpretado a partir dos campos que mais mobilizavam os envolvidos com essa política: o do trabalho, da disponibilidade de mão de obra e da inserção profissional dos jovens. Assim, em um viés próximo à teoria do capital humano desenvolvida nos Estados Unidos da década de 1960 pelo economista Theodore Schultz e no Brasil dos anos 1970 por Cláudio de Moura Castro, a juventude era compreendida como um “fator humano”. Nessa perspectiva marcadamente liberal, esse contingente populacional poderia aumentar a produtividade e acelerar o desenvolvimento econômico, se bem qualificado através da educação e de políticas como a Operação Mauá ou até mesmo o Projeto Rondon (sobre o qual Castro produziu um estudo diagnóstico com alguns colaboradores, em 1975⁸⁵). Assim, a educação era abordada com forte viés tecnicista e os jovens, vistos como elemento humano tornado mais produtivo através do ensino. Segundo os historiadores Amarildo Ferreira Jr. e Maria Bittar, a teoria do capital humano foi assumida pelo Estado brasileiro durante a ditadura ao estabelecer que havia uma “relação direta entre educação e economia, na medida em que atribuía à primeira a capacidade de incrementar a produtividade da segunda.”⁸⁶

Esses pontos de vista sobre a condição juvenil e a demografia brasileira estiveram presentes em várias publicações oficiais da Opema, inclusive na sua coluna no *Correio da Manhã*. Em um texto sobre as motivações da Operação Mauá publicado em abril de 1970, os coordenadores da iniciativa afirmavam que ela “visa diretamente ao aproveitamento do fator humano, principal componente nas taxas de crescimento econômico e de elevação da produtividade de um País, nela representado pela numerosa classe universitária brasileira.”⁸⁷ Pouco tempo depois, em maio do mesmo ano, essa perspectiva foi mais uma vez defendida na coluna publicada no *Correio* em texto que tratava do tema “os jovens e os planos de governo”. Os coordenadores da Opema indicavam que cinco dos dez pontos listados pelo ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Veloso, como prioritários envolviam diretamente a participação dos jovens brasileiros. Para explicar a importância que ganhava a juventude nos planos de desenvolvimento econômico do governo, o texto apresentava dados demográficos: “num país em que mais de 50% da população é formada de jovens com menos de 21 anos, não

⁸⁵ CASTRO, Cláudio Moura; ARNAUT, Adília Lício; PINTO, Ana Maria Rezende & ABREU, Sara Donner. *Como anda o Projeto Rondon?* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975.

⁸⁶ FERREIRA JR, Amarildo e BITTAR, Marisa. *Op. citada*, 2008, p. 343-344.

⁸⁷ Coluna “Operação Mauá”. *Correio da Manhã*, domingo e segunda-feira, 26 e 27 abr. 1970, Jornal de Serviço, p. 30.

seria justo o seu esquecimento.” Na sequência, a coluna seguia em linha de raciocínio característica da teoria do capital humano com a afirmação de que “êsse contingente humano necessita ser bem orientado desde os primeiros bancos escolares” para que se pudesse “obter o aproveitamento do elemento humano o mais cedo possível”. Seria preciso profissionalizar o ensino, argumentava a coordenação da Mauá, pois na “sociedade moderna” seria impensável que um jovem de 18 anos desconhecesse a sua profissão. Ao tratar a juventude como mais um fator (ainda que “humano”) no desenvolvimento econômico, o texto concluía que o Brasil não poderia perder essa “fabulosa” mão de obra.⁸⁸

A constatação de que, em termos quantitativos, a população brasileira era formada em sua maioria por habitantes jovens abria margem também para especulações sobre os projetos de Brasil voltados ao futuro, em raciocínio próximo à associação entre juventude e mudança social. Essa foi a percepção que embasou, por exemplo, as atividades do grupo de trabalho que elaborou uma resolução que regulamentava a Arena Jovem. O grupo de parlamentares havia sido designado em maio de 1973 pelo presidente do partido, o senador Petrônio Portella, e fundamentou a importância da matéria com o argumento de que “o Brasil não somente é um país jovem, mas, sobretudo, é um país de jovens, considerada a alta porcentagem da juventude na nossa composição demográfica.” Os parlamentares estabeleciam uma associação, dessa forma, entre um dado populacional que havia emergido na década de 1960 com uma leitura sobre a história do país, que, pouco após a comemoração do sesquicentenário da Independência, compreendia o Brasil como um “país jovem”. A partir dessas premissas, a justificativa do parecer dizia haver uma “decorrência natural”: a maior *participação* dos jovens no partido governista. Nesse sentido, o documento afirmava que “a juventude não apenas se encontra entre os mais expressivos grupos que integram a sociedade, como nela está o celeiro de novos valores humanos que a continuidade histórica da ARENA tem nos conduzido a mobilizar, para maior atuação na vida partidária.”⁸⁹

No âmbito da agremiação governista, esse dado demográfico foi, portanto, interpretado muitas vezes no sentido da necessidade de que as fileiras partidárias se abrissem aos jovens e de que as lideranças adultas da Arena incentivassem a criação de departamentos juvenis. O general Ernesto Geisel repetiu a máxima de que os jovens deveriam *participar* da política nos partidos insistentemente desde que havia assumido a presidência da República, em março de

⁸⁸ Coluna “Operação Mauá”. *Correio da Manhã*, terça-feira, 26 mai. 1970, Jornal de Serviço, p. 21.

⁸⁹ Projeto de resolução sem número/1973 – Estabelece normas para a criação e funcionamento de Departamentos da Juventude da Aliança Renovadora Nacional. Fundo Arena do CPDOC/FGV. Série: Organização partidária (OP), subsérie: Arena Jovem (AJ). Classificação: ARENA 1969.11.25, fl. 03.

1974. Essa declaração de princípios do militar era geralmente acompanhada por uma outra noção importante: a de que a *participação* política dos jovens não deveria acontecer nos espaços escolares ou universitários, uma forma de buscar enfraquecer o movimento estudantil. Especialmente durante a década de 1970, entretanto, além da mobilização de jovens defensores da ditadura no espaço da Arena, duas outras conclusões foram deduzidas a partir da constatação de que maior parte da população brasileira era composta por jovens. A primeira: a de que o partido deveria formar lideranças jovens. E a segunda: a de que era preciso envolver a juventude diretamente nas campanhas eleitorais e, assim, atrair o voto jovem para a Arena.

No detalhado documento que o deputado Pedro Carolo, da Arena de São Paulo, escreveu ao Diretório Nacional do partido em novembro de 1977, sobre os cursos promovidos pelo departamento juvenil paulista, a ansiedade com relação à formação de lideranças jovens foi explicitada de forma exemplar. Carolo afirmava que a formação de lideranças alinhadas ao governo era uma “necessidade, vital, considerando-se que a grande maioria do eleitorado se encontra na faixa etária compreendida entre os dezoito e os trinta anos.” Nesse sentido, o ponto de vista do deputado definia que a grande quantidade de habitantes jovens do Brasil não era apenas um dado demográfico, mas era também uma informação eleitoral com importantes consequências para a forma como a Arena deveria atuar. Carolo localizava os jovens como sujeitos políticos, ainda que a partir de uma concepção restrita ao âmbito do voto e dos partidos. Por isso, ele afirmava em outro trecho do documento que era preciso “motivar os jovens, por todos os meios, despertando-lhes o interesse pelo processo político brasileiro e lhes propiciando, paralela e concomitantemente, as condições ideais que ensejam o surgimento de líderes capazes de, no futuro, assumir a direção política do País”.⁹⁰

A promoção da *participação* dos jovens na condição de eleitores, por sua vez, foi um dos principais tópicos abordados pelo Movimento Arenista Jovem de Santa Catarina em dois documentos diferentes, ambos produzidos em meados da década de 1970, um direcionado aos afiliados do diretório de uma forma ampla e outro voltado estritamente à comunicação interna no partido. O primeiro era um anúncio, publicado em um boletim do diretório por ocasião do I Encontro estadual do MAJ. O evento foi realizado entre os dias 26 e 27 de julho de 1975 no pequeno município de Concórdia, localizado no meio oeste de Santa Catarina. O comunicado ocupava uma página inteira do documento e era composto por uma montagem tipográfica, com caracteres de estilo eclético. Na primeira linha, em negrito, era possível ler os símbolos de porcentagem (%), interrogação (?) e reticências (...), seguidos, abaixo, pelo aviso, datilografado

⁹⁰ CAROLO, Pedro. Departamento da juventude. Brasília, 3 nov. 1977. Fundo Arena do CPDOC/FGV. Série: Organização partidária (OP), subsérie: Arena Jovem (AJ). Classificação: ARENA 1969.11.25, fls. 1-2.

em caixa alta: “VEJA A EXPRESSÃO DO JOVEM NO CONTINGENTE ELEITORAL BRASILEIRO”. Em conjunto, o formato da apresentação desses dados indicava o caráter de dúvida e confusão que dados quantitativos como aqueles poderiam causar no público ao qual aquela mensagem fora direcionada, ao mesmo tempo em que sublinhava a sua importância.

Na sequência, o anúncio completava com a indicação sucinta de dados quantitativos: entre os eleitores inscritos naquele ano, 35% estavam na faixa dos 18 a 25 anos e 31% tinham entre 26 e 35 anos. Usando a primeira pessoa do plural, o texto concluía: “representamos 66% do eleitorado brasileiro”. Essa forma de lidar com os dados demográficos operava um recorte da população brasileira a partir de dois critérios: o grupo de idade e a condição de eleitor. Esse exercício era feito pelos membros do MAJ-SC para reafirmar o ponto de vista segundo o qual o jovem era um sujeito dotado de um estatuto político. Dessa forma, na sequência da apresentação desses números, o anúncio sentenciava: “Somos alguém dentro da nação brasileira!” Os jovens arenistas, entretanto, deslocavam esse sentido que havia emergido na segunda metade da década de 1960 para que essa noção se limitasse ao seu significado partidário e eleitoral. E, na perspectiva adotada pelos catarinenses em seu boletim, haveria ainda a necessidade de uma identificação da juventude com o partido governista, como afirmavam na conclusão do documento: “Precisamos agir e ajudar a defender o Brasil! Para isso confiamos na ARENA como partido de equilíbrio e de garantia de paz para nós e para os nossos!”⁹¹

O segundo documento foi escrito por Juarez Mey de Souza, presidente do MAJ-SC, no formato de um relatório que a seção da agremiação enviou ao diretório nacional da Arena, em abril de 1975. No documento, Souza lembrou a (re)fundação da Arena Jovem em seu estado, realizada no ano anterior, descrevendo-a como o momento em que “lançou-se a semente do Movimento aos jovens que, imbuídos dos ideais e objetivos da Revolução [sic] de março de 1.964, almejavam a participação na vida partidária e pública, sob a bandeira da Aliança Renovadora Nacional”. Além disso, ele agradeceu o apoio que a iniciativa recebia do presidente regional do partido, Jorge Konder Bornhausen, e do governador do estado, Antônio Carlos Konder Reis. O jovem catarinense informava também que, nas últimas eleições, o MAJ havia atuado intensamente no sentido de criar diretórios juvenis no interior do estado e de atrair os jovens para a campanha eleitoral dos candidatos do partido situacionista. “Promovemos”, afirmava Juarez Mey de Souza, “torneios esportivos e, através dos Departamentos estudantis,

⁹¹ I-EMAJESC. Concórdia-SC, 26 e 27/07/1975. Fundo Arena do CPDOC/FGV. Série: Organização partidária (OP), subsérie: Arena Jovem (AJ). Classificação: ARENA 1969.11.25, sem página.

conscientizamos os jovens adolescentes que em 1.978 já estarão votando, pela primeira vez, e sob a bandeira da ARENA.”⁹²

Essa forma particular de revestir a ação do diretório catarinense de sentidos é significativa em ao menos duas direções. Primeiro, por buscar, a partir de informações demográficas sobre o eleitorado brasileiro, mobilizar os jovens e conquistar o seu voto para a Arena desde o evento que poderia ser interpretado como um ritual de liminaridade da vida política de um indivíduo. O primeiro voto poderia ser entendido como o momento em que o jovem começava a exercer uma responsabilidade característica da vida adulta: escolher os governantes do país. Tratava-se de um ritual de passagem. Não por acaso, Souza afirmava que o MAJ-SC estava particularmente preocupado em mobilizar aqueles que iriam votar pela primeira vez nas próximas eleições, em 1978. Além disso, a atividade escolhida pelas lideranças juvenis da Arena para arregimentar o voto jovem é igualmente significativa: através da realização de “torneios esportivos”. Politizava-se, dessa forma, um momento de sociabilidade entre os jovens, escolha que indicava certa inteligência eleitoral na medida em que uma competição esportiva poderia interessar a um espectro amplo de jovens e não apenas àqueles previamente comprometidos com a Arena.

Não foi apenas no espaço do partido governista, todavia, que a primeira eleição na vida de um jovem foi compreendida como um importante ritual de passagem, elemento importante diante dos dados demográficos que indicavam uma população predominantemente jovem. Também no MDB houve esforços no sentido de aproximar a juventude da oposição a partir do preceito simbólico de que a primeira vez diante das urnas significava um momento político chave na vida de um indivíduo, inclusive no sentido de pensar a transição para uma condição de exercício dos direitos políticos. Mas, nesse caso, os oposicionistas enfatizavam justamente os instrumentos ditatoriais que cerceavam esse rito de liminaridade na vida política de um amplo contingente demográfico. Sob o impacto a médio prazo das eleições de 1974, em que o chamado voto jovem desempenhou um importante papel, a *Folha de S. Paulo* informava em setembro de 1975 que os novos presidentes estaduais dos partidos paulistas “começam a acionar esquemas para reforçar seus respectivos departamentos de juventude”. No MDB, Natal Gale anunciou até mesmo uma comissão responsável por uma campanha de filiação dos jovens. As ambições dos emedebistas paulistas eram altas: organizar diretórios juvenis da agremiação em um terço dos municípios antes das eleições agendadas para 1976. Os representantes do MDB de São Paulo declararam à *Folha* que “a juventude, de forma espontânea, não esconde suas

⁹² SOUZA, Juez Mey de. Relatório. Florianópolis, 30 abr. 1975. Fundo Arena do CPDOC/FGV. Série: Organização partidária (OP), subsérie: Arena Jovem (AJ). Classificação: ARENA 1969.11.25, fl. 1.

simpatias pelo MDB [...] mas é preciso estimulá-la a ingressar no partido para uma luta mais efetiva e participante.”

Os dirigentes do partido de oposição reproduziam, assim, a associação entre juventude e rebeldia, concebendo o MDB como o espaço institucional adequado para que as características próprias à idade dos jovens pudessem se expressar. Ao mesmo tempo, eles pareciam reconhecer que a simpatia pela oposição era uma “tendência” e não um atributo inato dos jovens. Seria necessário mobilizar essa juventude, atraindo-a para o MDB. Ainda segundo a mesma reportagem, a estratégia pensada para aproximar os jovens do partido seria orientada pelo lema “Jovem é todo aquele que nunca votou em eleições diretas para a presidência da República”.⁹³ Além de definir as fronteiras da condição juvenil a partir de um evento eleitoral, essa divisa tinha um apelo simbólico. Ela atribuía ao governo ditatorial a responsabilidade pelo impedimento para que o ritual do primeiro voto para presidente acontecesse na vida dos jovens.

O entendimento da juventude enquanto grupo etário predominante na demografia brasileira, deduzindo-se daí sua condição enquanto sujeito político apto a votar, também mobilizou esforços dos membros das alas jovem do MDB ao longo dos anos 1970. O compartilhamento dessa elaboração simbólica sobre a condição juvenil, aliás, foi o tema de uma longa reportagem publicada no jornal *Folha de S. Paulo* em dezembro de 1970 por um jornalista não identificado, que assinou o texto apenas com o acrônimo “G.P.A.”. Nesse contexto, imediatamente posterior à imposição do AI-5 e de um conjunto de medidas que cerceavam o campo da política institucional mesmo dentro dos limites fixados pela ditadura, a campanha pelo voto nulo como forma de se opor ao regime estava em seu auge. Nas eleições de novembro de 1970, os votos nulos e brancos somaram 30% – o dobro em números absolutos quando comparado ao pleito anterior, de 1966 – e isso significava um descrédito para os partidos existentes, em especial o MDB. Mesmo antes das votações, contudo, grupos de jovens arenistas e emedebistas haviam se organizado em São Paulo para formar os diretórios juvenis nos partidos. Essa mobilização, informava a *Folha*, era o resultado da percepção de que “metade da população brasileira tem menos de 20 anos, e que cerca de 50% do eleitorado paulista situa-se na faixa dos 20-30 anos”. Ainda segundo o jornal, a partir desses dados quantitativos “acreditava-se que aqueles movimentos viriam favorecer a pretendida renovação dos quadros políticos.”⁹⁴

⁹³ Arena e MDB fazem planos para atrair juventude. *Folha de S. Paulo*, sexta-feira, 5 set. 1975, 1º Caderno, p. 3.

⁹⁴ G.P.A. As alas jovens buscam nova mensagem política. *Folha de S. Paulo*, segunda-feira, 7 dez. 1970, 1º Caderno, p. 3.

A reportagem apresentava dados sobre a mobilização do eleitorado e o apoio a candidaturas jovens pelos diretórios tanto da Arena, na qual o departamento era liderado pelo estudante de Direito Paulo Osório Silveira Bueno, quanto no MDB, no qual o publicitário Laércio de Souza Cavalcanti liderava o órgão. Os resultados, entretanto, foram considerados decepcionantes pelo jornalista. O setor jovem do MDB paulista teria apoiado cinco candidatos para deputado federal, elegendo apenas um, e vinte para deputado estadual, elegendo quatro. A Arena Jovem paulista, por sua vez, fez campanha para quatro candidatos à Câmara federal, elegendo dois, e para vinte um à Assembleia estadual, elegendo quatorze. Para além dessas informações, o ponto de vista do jornalista da *Folha* apontava em direções interesses para a compreensão da constituição de sentidos para a experiência da juventude feitas a partir de sua interseção com a demografia do eleitorado e a atuação dos departamentos juvenis dos partidos. Para G.P.A., “os resultados do pleito [...] mostram que a mensagem levada ao eleitorado não foi totalmente aceita, nem mesmo por aquela faixa da juventude.”

Mesmo nos recortes demográficos privilegiados pela Arena Jovem e pelo MDB Jovem, os eleitores teriam optado por políticos com “passado público consagrado” e isso, segundo o jornalista, indicava o “desinteresse” pelos departamentos juvenis das legendas. Ou seja, os jovens – ainda que fossem a maioria do eleitorado – preferiam votar em não jovens, reconhecendo maior representatividade na experiência de políticos velhos do que no idealismo de políticos jovens. Esse quadro seria explicado pela “imaturidade política e, talvez, uma visão deformada da realidade brasileira” atribuída aos diretórios. Restaria, concluía o articulista, “ganhar a alma da enorme parcela de outros jovens, que não parecem ter-se entusiasmado pela mensagem oferecida.”⁹⁵

Entre os parlamentares da oposição emedebista, houve, também, a denúncia de que certa dose de artimanha política, avaliada como negativa, estava presente na forma como a Arena e o governo que ela apoiava procuravam mobilizar a juventude enquanto eleitores, fosse ou não por ocasião do primeiro voto. Na orientação atribuída aos governistas, o jovem era visto como um sujeito que poderia atuar apenas em condições devidamente prescritas pelo regime: eleitor da Arena e/ou recruta no serviço militar obrigatório. Esse ponto de vista foi defendido pelo deputado federal do MDB carioca, José Guilherme de Araújo Jorge, durante o ciclo de palestras organizado pelo MDB Jovem de Santa Maria em junho de 1975. A palestra de J. G., como era mais conhecido devido à sua atuação como poeta, foi gravada, com escutas implantadas pelo sistema de informações do regime, e posteriormente transcrita em sua integralidade pelo

⁹⁵ G.P.A. As alas jovens buscam nova mensagem política. *Folha de S. Paulo*, segunda-feira, 7 dez. 1970, 1º Caderno, p. 3.

Departamento Central de Informações do Rio Grande do Sul. A partir do convite dos jovens emedebistas gaúchos, a conferência de J.G. deveria se concentrar no tema “Liberdade e criação cultural no Brasil”. Mas, diante de um público jovem, o deputado carioca tratou muito mais do movimento estudantil e da *participação* política da juventude, temáticas abordadas pelo palestrante do dia anterior no ciclo. À certa altura de sua palestra, o poeta e parlamentar tratou especificamente da condição juvenil e daquilo que era prescrito aos jovens (estudantes, em particular) em termos de atuação política ao afirmar que:

[...] O estudante ou o universitário com mais de 18 anos é um [e]leitor e a ARENA anda aí atrás [sic] dele querendo aliciá-lo, anda atrás [sic] deles querendo voto dele [sic], para isso eles servem, mas não conseguem[,] é óbvio, as eleições de [19]74 já deram uma demonstração. E o universitário, e o estudante, é o soldado que a pátria precisa dele, ele pode morrer pela Pátria e pode votar na ARENA, mas não pode discutir política dentro de sua faculdade quando, dentro dos próprios currículos estudantis, desde o 1º grau há matérias referentes a atividade política e a estudos brasileiros, então ele pode estudar aquilo, mas bitolado, nem ele, nem os professores tem [sic] o direito de debater política, quando cinco séculos antes de Cristo, Péricles já dizia: “Todo homem sem vocação política é um caráter inútil”. [...]⁹⁶

J. G. igualava as condições estudantil e juvenil, exercício simbólico particularmente significativo para compreender o recorte de juventude por ele pressuposto ao falar com um público composto por membros do MDB Jovem. Contudo, mais do que isso, seu raciocínio indicava importantes fronteiras delimitadas pelo debate sobre a juventude nos anos 1970. O parlamentar adotava o marco etário dos 18 anos, quando os jovens – independente do gênero – tornavam-se eleitores e também quando os rapazes deviam obrigatoriamente se alistar nas Forças Armadas, segundo a Lei do Serviço Militar vigente à época. A partir dele, J.G. questionava várias contradições que existiriam na forma como o governo e os arenistas lidavam com essa referência de idade que trazia com ela alguns rituais de passagem.

O jovem de 18 anos era visto como eleitor da Arena, por mais que ele apontasse dificuldades para atrair o voto dos jovens por parte da base governista usando os resultados eleitorais de 1974 para sustentar o seu raciocínio. Era visto, se fosse homem (dado significativamente não apontado pelo emedebista), como um “soldado” apto a defender a pátria a partir do enquadramento nacionalista defendido pelo regime e repetido ironicamente pelo parlamentar. Mas, mesmo que estudasse temas relacionados à temática como parte do currículo criado pela própria ditadura (as disciplinas de Educação Moral e Cívica e Estudo dos Problemas Brasileiros, implementadas em fins da década de 1960), o jovem não poderia discutir assuntos de ordem política. O ensino desses conteúdos se daria, segundo J. G., de forma “bitolada”, isto

⁹⁶ JORGE, J. G. de Araújo. “Liberdade e criação cultural no Brasil”. 15 jun. 1975. In: Informação nº 21-3311/75/DCI/SSP/RS, 16 de julho de 1975, p. 22. *Arquivo Nacional*, Fundo: Serviço Nacional de Informações, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84009770_d0001de0001.

é, explicitamente limitada aos contornos ditatoriais. O interesse da Arena, nesse sentido, seria apenas “aliciar” os jovens para ganhar o seu voto a partir do momento em que eles completassem 18 anos. E a escolha de palavras por parte do deputado é significativa na medida em que “aliciar” significa seduzir, envolver e encantar, talvez de forma a manipular os jovens.

Os marcos etários como definidores da condição juvenil era outra temática debatida nos espaços das políticas da ditadura voltadas à juventude. Seu caráter arbitrário e flexível era compartilhado tanto por jovens quanto por não jovens. Na cerimônia de transmissão do cargo de coordenador do Projeto Rondon na região Centro-Oeste, o coronel Eduardo Dória afirmou de maneira contundente: “A idade aqui se mede pelo espírito.” Em seu ponto de vista, “os jovens de hoje são absolutamente semelhantes a nós mesmos, que também já passamos por essa idade e tivemos os mesmos impulsos.”⁹⁷ Ao mesmo tempo, entretanto, a idade como um indicador da juventude e de suas características era mobilizado pela propaganda do Projeto Rondon. Esse era o caso de um anúncio, produzido pela Coordenação Nacional do programa e publicado no *Jornal do Brasil* em outubro de 1973, sobre o 21º primeiro *campus* avançado criado pelo Ministério do Interior. A propaganda conectava a criação do *campus* na região do delta do rio Parnaíba com outras unidades instaladas na região Norte do país, afirmando que os estudantes “voltam de lá [das regiões de atuação] sabendo melhor o quanto o Brasil precisa deles.” O anúncio trazia ainda um mapa do Brasil com a indicação da localidade de todos *campi* avançados existentes naquele contexto. Abaixo dele, a frase: “Rondon completa maioria: Agora são 21 campi.”⁹⁸ Esse marco etário da emancipação do jovem era utilizado para fins retóricos que associavam a maturidade do programa de extensão com um ritual da passagem muito aguardado pelos jovens: o fim da menoridade aos 21 anos. A definição era jurídica, tendo em vista que a peça publicitária recorria à maioria civil conforme definida pelo Código Civil de 1916, em vigor à época.

Dois anos antes, entretanto, no texto sobre a “evolução” do Projeto Rondon que introduzia o “Guia do participante do PRo IX”, os marcos etários já haviam aparecido como metáfora da maturidade do programa de extensão. Como estratégia que buscava chamar a atenção dos leitores, jovens participantes da operação nacional do Rondon em 1971, o texto questionava: “É possível alcançar a maturidade aos 3 (três) anos?” O questionamento apelava a uma temática especialmente sensível aos jovens universitários, muitas vezes ansiosos para alcançar a maturidade e deixar para trás a vida dependente que a “imaturidade” representava.

⁹⁷ Coronel diz que Projeto Rondon é luta vitoriosa contra subdesenvolvimento. *Jornal do Brasil*, quarta-feira, 21 jan. 1970, 1º Caderno, p. 4.

⁹⁸ *Jornal do Brasil*, terça-feira, 9 out. 1973, 1º Caderno, p. 20.

Direcionado para o caso de um jovem, a resposta a esse questionamento seria negativa. Mas não era o caso do programa de extensão. O guia concluía que, “após ‘Seis Prós’, denominação que damos a cada atividade desenvolvida no período de férias universitárias, [...] o Projeto Rondon alcançou a sua maturidade.” Além de gracejar com os marcos de idade dos jovens e do Projeto Rondon, o guia também buscava se aproximar do público jovem explicando a maneira como, informalmente, os estudantes se referiam a cada operação: “prós”, forma oral de se dizer a sigla – P^Ro – com que o Projeto Rondon ficou conhecido entre os jovens e até mesmo na imprensa. Como conclusão, o guia do participante afirmava: “O Projeto Rondon é uma idéia nova, bem brasileira[,] nascida no meio universitário e que mereceu[,] desde logo, o apoio do Govêrno e a confiança da opinião pública nacional.”⁹⁹

Ainda que se assumisse que os marcos de idade que definiam a juventude carregassem, de fato, um estatuto fortuito, muitas vezes essa flexibilidade abria margens para demandas e debates que visavam alargar ou encurtar a faixa etária considerada como juvenil. A primeira percepção – a da necessidade de amplificar os limites de idade da juventude – foi discutida no já citado seminário “Educação e trabalho”, realizado em dezembro de 1970. De acordo com o que noticiou o jornal *Correio da Manhã*, o debate foi proposto por Leticia Alencar Duarte. Não por acaso, ela era uma professora de ensino secundário e esse lugar social se traduziu em seu questionamento a Mauro da Costa Rodrigues: como educadores de nível médio poderiam contribuir para a futura *participação* dos jovens, quando ingressassem no ensino superior como universitários, no Projeto Rondon? O militar respondeu lembrando das dificuldades para se aumentar o número de vagas nas operações do programa e da importância de outros “movimentos comunitários”, como o Mobral, inclusive para os jovens universitários que não haviam sido selecionados para participar do Rondon. Em seguida, completou que, “embora tenhamos tido diversos pedidos de inscrição de estudantes de nível médio para o Projeto, isto envolve vários problemas: são menores de idade e tudo se torna mais difícil.”¹⁰⁰ Ainda assim, o programa estaria criando filmes direcionados especificamente aos estudantes secundaristas com o objetivo de incentivá-los a futuramente participar do Projeto Rondon.

Trabalhar diretamente com os jovens em alguma das políticas do regime voltadas à juventude poderia ser, também, uma experiência que, em pontos de vista da época, produzia uma incorporação de características positivas atribuídas à condição juvenil. Foi o que aconteceu

⁹⁹ PROJETO RONDON. *Guia do participante do P^Ro IX*. São Paulo: Departamento de Publicações do Projeto Rondon – Coordenação Regional Centro-Sul, 1971, p. 3. Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, fundo CACS, caixa 154, maço 3.

¹⁰⁰ A meta do MEC: educação para o desenvolvimento. *Correio da Manhã*, quinta-feira, 3 dez. 1970, Diretor econômico, p. 8.

com o citado tenente-coronel Mauro da Costa Rodrigues, o primeiro coordenador do Projeto Rondon. Ao assumir o cargo de secretário-geral do MEC, em cerimônia realizada em novembro de 1969, o militar apresentou-se como um representante dos jovens ao prometer que iria “conservar essa confiança que a juventude depositou em nós.” No ponto de vista do ministro da Educação, o também militar Jarbas Passarinho, a nomeação de Rodrigues significava que “o projeto Rondon chega ao MEC através de um homem que me arriscaria a dizer jovem, já que o professor Celso Kelly me disse uma vez que a idade biológica dos jovens termina aos 35 anos.” O ministro recorria a uma autoridade reconhecida quando o assunto era “mocidade”: o educador Celso Kelly, que trabalhara no MEC, e que havia se notabilizado nos anos 1950 por seus artigos acerca da infância e do relacionamento entre pais e filhos. Mas o fazia para afirmar uma visão de fundo biológico sobre os marcos etários da juventude, ainda mais estranha quando conjugada ao dado de que Mauro da Costa Rodrigues havia nascido em 1927 e, portanto, estava na casa dos 40 anos quando assumiu o cargo no MEC. Como que antevendo qualquer associação entre juventude e rebeldia, Passarinho concluía o seu comentário sobre Rodrigues afirmando: “Trago, no entanto, a juventude disposta a travar a batalha e enfrentar o desafio.”¹⁰¹

Em nenhuma outra política da ditadura militar voltada aos jovens, o caráter pouco definido dos marcos etários da juventude estava tão presente quanto nos diretórios juvenis da Arena e do MDB. Na criação e manutenção das seções da Arena Jovem e do MDB Jovem, definir quem era jovem do ponto de vista da idade possuía uma dimensão prática muito palpável, na medida em que era a partir dessa determinação que era possível dizer quem poderia e quem não poderia se filiar aos departamentos juvenis. Mas as dificuldades para estabelecer esse intervalo de idade eram flagrantes desde que os primeiros passos foram dados no sentido de se fundar departamentos juvenis dos partidos políticos.

Os “Estatutos da Mocidade da Aliança Renovadora Nacional – Seção de Santa Catarina”, elaborados em agosto de 1968 por José Carlos Pacheco, definiam em dois trechos diferentes quem poderia participar do movimento recorrendo a marcos de idade. Logo no seu artigo 1º, havia a informação de que o movimento era um órgão de cooperação do partido no estado que iria funcionar “reunindo jovens de 16 a 30 anos de idade que se comprometem a sustentar-lhe os ideais, os Estatutos e a Carta de Princípios”. Já no 22º artigo, no capítulo sobre os filiados, o documento voltava a dizer que a Mocidade da Arena seria formada por militantes “com idade mínima de 16 anos e máxima de 30 anos”. Os dados chamam a atenção por duas razões. Primeiro, pelo fato de se prever a integração de menores de 18 anos nos departamentos.

¹⁰¹ Novo secretário do MEC organizou Projeto Rondon. *Correio da Manhã*, sábado, 15 nov. 1969, 2º Caderno, p. 5.

Segundo, porque, na versão da fonte que ficou arquivada no fundo do Diretório Nacional da Arena, o “30” que aparece escrito na redação do artigo 1º dos Estatutos foi substituído, à mão no documento originalmente datilografado, por “40”, alargando significativamente quem era considerado jovem a ponto de poder compor os diretórios do partido.¹⁰² Nesse caso, um limite máximo de idade tão alto, mesmo quando se considera o caráter arbitrário dessas definições, poderia levar a estranhamentos e críticas, já que havia percepções socialmente compartilhadas sobre a condição juvenil nas décadas de 1960 e 1970. E elas, sem dúvidas, levantariam suspeição no caso de um militante da Arena com 40 anos de idade se apresentar como membro de seus departamentos juvenis.

A inexatidão quanto aos marcos de idade que limitavam as fronteiras da condição juvenil permaneceu com o passar dos anos. O “Manual do dirigente jovem”, elaborado em 1975 pela diretoria da Arena Jovem do Rio Grande do Sul, trazia essa definição em dois momentos diferentes. No texto de introdução ao documento, os arenistas gaúchos apresentavam a resolução padrão para a criação de departamentos municipais da Arena Jovem, além de enumerar rapidamente todo o processo burocrático interno ao partido, e sentenciavam quem poderia se filiar aos diretórios: “filiados ao Partido com idade inferior a 30 anos”. A resolução, produzida inicialmente em março de 1974 e reformulada em junho de 1975, era reproduzida logo em seguida e detalhava em seu artigo 2º: “Serão membros natos do Departamento todos os filiados ao Partido com idade inferior a 30 anos, desde que assinem termo de concordância em participar do Departamento”.¹⁰³ Contudo, como que a sinalizar a arbitrariedade do estabelecimento de um teto de idade para que alguém fosse considerado jovem, esses dois trechos do Manual, originalmente impresso, foram modificados a lápis para “35” na versão do documento que ficou arquivada no fundo do diretório nacional da Arena, no CPDOC/FGV.

Outra documentação que indica as dificuldades que os membros da Arena – fossem adultos ou não – enfrentavam para definir os limites etários da juventude e, por consequência, quem poderia participar da Arena Jovem foi produzida em 1973. Tratava-se de uma das tentativas do diretório nacional do partido governista em disciplinar a criação e o funcionamento dos departamentos juvenis em escala municipal e estadual, com o estabelecimento de regras materializadas em uma resolução assinada pelo presidente nacional da Arena à época – o senador piauiense Petrônio Portella. O projeto da resolução ficou sob a

¹⁰² Estatutos da Mocidade da Aliança Renovadora Nacional, Seção de Santa Catarina. 1968. Fundo Arena do CPDOC/FGV. Série: Organização partidária (OP), subsérie: Arena Jovem (AJ). Classificação: ARENA 1969.11.25, fls. 1 e 3, respectivamente.

¹⁰³ “Manual do dirigente jovem”. 1975. Fundo Arena do CPDOC/FGV. Série: Organização partidária (OP), subsérie: Arena Jovem (AJ). Classificação: ARENA-24f, p. 3 e 5, respectivamente.

relatoria de Carlos Flexa Ribeiro, à época deputado federal pelo estado da Guanabara, e definia a idade de 25 anos como o limite máximo para os militantes dos departamentos juvenis. A proposta abria margem também para que menores de 18 anos se tornassem membros da Arena Jovem, desde que “tenham a sua inscrição aprovada pelo Diretório competente”.¹⁰⁴ Esse aspecto é interessante na medida em que o Código Eleitoral vigente à época (lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965) restringia o direito ao voto para os brasileiros com idade superior a 18 anos. O projeto, entretanto, não foi aprovado da forma como foi pensado por Flexa Ribeiro: o limite máximo de idade foi retirado da versão final, assinada por Portella em outubro de 1973. A única observação sobre a idade dos jovens arenistas que a resolução aprovada trazia também era uma modificação do projeto inicial, pois definia “como colaborador aquele que, em idade inferior a 18 anos, foi admitido no Departamento.”¹⁰⁵

Dadas as dificuldades de se definir a juventude por um limite pré-fixado de idades, o estatuto de construção social da condição juvenil era ainda mais explicitado quando se tratava de mobilizar os jovens nos partidos políticos. Esse exercício simbólico foi a conclusão a que chegaram os militantes da Arena Jovem do Paraná durante a realização de sua I Convenção Estadual, em setembro de 1975, na elaboração do projeto de diretrizes do departamento arenista. Os princípios aprovados durante o evento não fugiam completamente aos marcos etários, mas limitavam-se a definir que menores de 18 anos poderiam participar da entidade, sem, contudo, estabelecer marco exato sobre qual idade a juventude chegava ao fim. Ao contrário, as lideranças do partido afirmavam que um dos objetivos da Arena Jovem era “despertar e conscientizar o interesse do jovem em idade e principalmente do jovem em mentalidade, para o interesse pela vocação política e pela vocação administrativa pública”. As fronteiras da condição juvenil eram, dessa forma, definidas não apenas por números que indicam os anos de vida, mas por uma “mentalidade” que poderia ser deduzida, a partir do próprio documento, como caracterizada pela “renovação”.

Por isso, na sequência das diretrizes, os arenistas paranaenses indicavam como objetivos da Arena Jovem trabalhar para “a constante renovação partidária” e para a “constante renovação dos quadros de representação política”. Essas metas explicitadas pelo documento se conectavam a um dos princípios listados pelos militantes do partido governista, segundo o qual

¹⁰⁴ Projeto de resolução sem número/1973 – Estabelece normas para a criação e funcionamento de Departamentos da Juventude da Aliança Renovadora Nacional. Fundo Arena do CPDOC/FGV. Série: Organização partidária (OP), subsérie: Arena Jovem (AJ). Classificação: ARENA 1969.11.25, fl. 01.

¹⁰⁵ Resolução nº 1/1973 – Estabelece normas para a criação e funcionamento de Departamentos da Juventude da Aliança Renovadora Nacional. Fundo Arena do CPDOC/FGV. Série: Organização partidária (OP), subsérie: Arena Jovem (AJ). Classificação: ARENA 1969.11.25, fl. 02.

“a Arena-Jovem, [sic] exercitará todo seu potencial de idealismo e doação revitalizando o Partido.”¹⁰⁶ Nessa forma de compreender a juventude e o papel dos militantes do diretório, a condição juvenil era equiparada a uma capacidade de trazer o novo para o campo partidário. A grande particularidade desses princípios, contudo, tinha a ver com a conjuntura eleitoral em que essas diretrizes foram elaboradas. O documento, afinal, foi produzido alguns meses após as derrotas da Arena no pleito de 1974, evento que produziu, nas bases partidárias jovens, uma percepção de que seria preciso revitalizar a agremiação e de que a juventude seria o grupo social mais bem-dotado dos princípios, valores e atitudes adequados para realizar essa tarefa.

As disputas em torno da definição de um limite etário para a condição juvenil no âmbito dos diretórios dos partidos atingiram o seu ápice na votação de um projeto de lei que regulamentava a *participação* de jovens e trabalhadores nas agremiações. Conhecido como Lei Petrônio Portella, em referência ao seu autor, o dispositivo veio a público em setembro e começou a tramitar no Senado em outubro de 1975 até ser sancionado, sem vetos, em julho do ano seguinte. O projeto tratava os departamentos juvenis dos partidos como estudantis e vinculava a filiação aos diretórios à apresentação de comprovante de matrícula em instituição de ensino, o que demarcava legalmente uma fronteira e um recorte para a juventude que deveria acorrer aos partidos. Além disso, ele definia, em parágrafo único, que “os estudantes somente poderão participar do Movimento até a idade máxima de 27 (vinte e sete) anos”.¹⁰⁷ A aprovação do projeto, contudo, foi alvo de uma intensa discordância entre membros do partido governista e parlamentares do MDB, que debatiam justamente a necessidade de se incluir ou não um limite máximo de idade para a filiação nos departamentos.

A contenda parlamentar acabou com a vitória arenista, mas não sem tentativas de reverter o quadro por parte dos emedebistas. Um dos posicionamentos críticos ao projeto de lei foi defendido pelo deputado federal João Gilberto Lucas Coelho, do MDB do Rio Grande do Sul, durante o ciclo de palestras organizado pelo MDB Jovem de Santa Maria em junho de 1975, portanto na mesma conjuntura em que o projeto tramitava no Congresso. O evento foi acompanhado de perto por agentes de segurança, que gravaram todas as falas – posteriormente transcritas e arquivadas pela Secretaria de Segurança Pública gaúcha –, apesar da cautela das lideranças juvenis do MDB em buscar por microfones escondidos no auditório em que as palestras aconteceram. O título da conferência de Coelho, como analisei no Capítulo IV, era

¹⁰⁶ “Diretrizes da Arena Jovem” – Arena Jovem do Paraná. c. 1975. Fundo Arena do CPDOC/FGV. Série: Organização partidária (OP), subsérie: Arena Jovem (AJ). Classificação: ARENA 1969.11.25, fl. 01.

¹⁰⁷ Lei nº 6.341, de 5 de julho de 1976. Dispõe sobre a Organização e o funcionamento de Movimentos Trabalhista e Estudantil nos Partidos Políticos, e dá outras providências.

“Movimento estudantil e restrições institucionais”, ainda que grande parte de sua reflexão tenha se ocupado especificamente da questão da *participação* política jovem no contexto dos anos 1970. A certa altura de sua fala, após argumentar com exemplos do partido oposicionista de que não havia nenhum impedimento legal para que estudantes participassem dos diretórios municipais das agremiações partidárias ou até mesmo que fossem lançados como candidatos pelo MDB, o parlamentar fez referência à Lei Petrônio Portella ao afirmar que:

[...] Bom, então o Jornal do Brasil, [sic] perguntou-me outro dia, e até publicou na primeira página, o que não acontece normalmente com a palavra de gente da oposição, perguntou-me outro dia o que que eu achava do projeto impacto do Petrônio, e eu dizia respondendo e colocar uma frase, mas essa frase define tudo, “o projeto é uma tentativa mais em favor dos partidos do que dos estudantes e dos trabalhadores”. Porque? [sic] Porque os partidos políticos, e aí estão certos se derem conta que os estudantes e os trabalhadores tem o direito de vir para dentro deles, não estavam querendo vir. Então esse projeto visa atrair os estudantes para dentro dos partidos. Então para os partidos políticos é muito bom porque tanto o MDB, como a ARENA precisam da força jovem, quer dizer, precisam da força trabalhadora deles. [...] ¹⁰⁸

No mês seguinte, a revista *Veja* ofereceu mais detalhes sobre os debates em torno dos limites etários da juventude na Lei Petrônio Portella em longo artigo que tratava das disputas – entre os partidos, mas também internas a eles – que a *participação* política de jovens acionava. O texto era iniciado com uma narrativa detalhada que, na definição do periódico, “simbolizava o triunfante ingresso dos jovens na política de Guarulhos”: o evento de lançamento da candidatura de Dionísio Marcial Fernandes, um advogado de 31 anos, a prefeito da cidade pela sublegenda Arena-3. A candidatura de Fernandes só havia sido possibilitada a partir de uma “longa campanha” da Arena Jovem do município, que se autodenominava como “os liberais da Arena” por defenderem medidas como a revogação dos instrumentos de exceção em consonância com o projeto de “distensão lenta, gradual e segura” representando pela dupla Geisel-Golbery naquele contexto. Como informou *Veja* logo em seguida, contudo, a cena escondia a forte atuação contrária à candidatura jovem do então prefeito de Guarulhos, Waldomiro Pompêo, descrito como um político de “64 anos e abertamente contrário a renovações mais profundas do quadro partidário”. Tal como apresentado pela revista, portanto, Pompêo aparecia como um dos políticos mais velhos da Arena que se sentiam ameaçados pela “renovação” trazida pela juventude. Mais do que isso, *Veja* também atribuía ao prefeito de Guarulhos uma definição de seu jovem adversário que associava a juventude (de modo geral,

¹⁰⁸ Informação nº 21-3311/75/DCI/SSP/RS, 16 de julho de 1975, p. 10. *Arquivo Nacional*, Fundo: Serviço Nacional de Informações, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84009770_d0001de0001.

mas a arenista em particular) à imagem da rebeldia. Ele seria, na definição de Pompêo citada pelo periódico, “um rapaz muito perigoso, de pavio curto e estranhas idéias na cabeça.”¹⁰⁹

Após narrar conchavos políticos promovidos por Waldomiro Pompêo para afastar as pretensões do candidato da Arena Jovem, que incluíam até a oferta do cacique da Arena guarulhense para que Fernandes se integrasse como candidato a vice-prefeito em uma das chapas patrocinadas por ele, *Veja* passava da abordagem das disputas que os jovens causavam dentro dos partidos para o tema dos conflitos que a ação política jovem gerava entre as agremiações. Essa mudança de enfoque (do local para o nacional, inclusive) era introduzida, na reportagem, pela informação de que “a represália de Pompêo coincidiu com a aprovação pelo Congresso, por 114 votos da Arena contra 81 do MDB, do projeto do senador Petrônio Portella que consolida oficialmente a participação de jovens estudantes (e também trabalhadores) nos partidos.” A transição narrativa do texto também se dava por uma relação mais sutil, não enunciada: o fato de que a liderança jovem da Arena em Guarulhos tinha 31 anos, enquanto as lideranças do próprio partido governista aprovavam um limite de idade de 27 anos nos diretórios do partido. A reportagem lembrava que os departamentos já existiam, mas que a nova legislação trazia novidades como a garantia de representação nos diretórios (estaduais, municipais e nacionais) e a limitação de idade para o caso dos órgãos estudantis. Esta última modificação da legislação, afirmava *Veja*, foi o motivo para que o projeto sofresse “um cerrado bombardeio crítico dos parlamentares da oposição”.

Uma emenda ao projeto, que excluía o trecho sobre o limite de idade para a filiação nos departamentos juvenis, havia sido apresentada pelo deputado Henrique Lucena, do MDB da Paraíba, mas fora “maciçamente rejeitada” pela bancada da Arena. Como demonstração do ponto de vista defendido pelo partido governista, a revista apresentava aos seus leitores a fala de Pedro Carolo, deputado federal de São Paulo diretamente associado à arregimentação da juventude arenista: “Isso permitiria a infiltração de subversivos e falsos líderes nos partidos”. Os jornalistas de *Veja*, no entanto, pareciam duvidar dessa justificativa ao afirmarem que, “na verdade, esse temor às ameaças juvenis parece generalizado, pelo que sua militância política tem de desconhecido”. As suspeições com relação à mobilização partidária dos jovens, dessa forma, teriam mais a ver com o terreno misterioso – para os adultos – aberto pela interseção entre juventude e política, do que com fronteiras etárias. Além disso, características próprias à condição juvenil – como o desinteresse político de uma geração marcada pelo “medo” – também eram apontadas pela revista como variáveis que explicavam as dificuldades para a

¹⁰⁹ Um lugar para os jovens. *Veja*, edição nº 409, 7 jul. 1976, p. 21-22.

inserção dos jovens na política. Ao apresentar Alípio Santos Leal Neto, estudante de Direito de 23 anos e membro do MDB Jovem paranaense, o periódico atribuía-lhe a frase: “Nos bailes, eu quero discutir política[,] eles só falam de mulher.” Segundo *Veja*, queixas com relação à apatia política dos colegas e às “pressões dos velhos caciques” dos partidos eram compartilhadas tanto por jovens emedebistas quanto por moços arenistas.¹¹⁰

A pouca idade dos integrantes da Arena Jovem era, além disso, mobilizada como forma de desqualificação da atuação política dos jovens que defendiam a ditadura, em imagens que associavam a condição juvenil a símbolos da infância e da imaturidade. Essas elaborações simbólicas estavam presentes tanto em disputas entre as correntes internas ao partido governista como em visões externas, elaboradas pelo MDB ou por jornalistas simpáticos à oposição ao regime. Um exemplo do primeiro tipo foi reportado pela coluna “Painel”, do jornal *Folha de S. Paulo*, em nota sobre o divisionismo que imperava nas bancadas dos dois partidos existentes na Assembleia Legislativa de São Paulo após a renovação dos dirigentes estaduais, em julho de 1975. Segundo o periódico, havia muita insatisfação dos membros do departamento juvenil paulista com relação à forma como as lideranças mais velhas do partido haviam lidado com a sua tentativa de formar uma “Chapa-Distensão” para apresentar uma candidatura na própria convenção regional da Arena sob a bandeira de apoio ao projeto de distensão Geisel-Golbery. A tentativa dos jovens do partido havia se frustrado, mas, mais do que isso, o que havia causado essa insatisfação era o apelido dado por uma “velha raposa do Partido” à corrente formada pelos jovens: “Chapa-Chupeta”, em uma associação entre a condição juvenil dos membros do diretório e um símbolo da infância.¹¹¹

O que era lido como inexperiência e infantilidade por essas lideranças não jovens da legenda foi apresentado, na imprensa paulista, como a possibilidade de “renovação” da Arena estadual enquanto as negociações em torno da convenção estadual do partido ainda aconteciam. Em um conjunto de textos publicados em julho de 1975, a *Folha* associou a formação da “Chapa-Distensão” a deputados ligados à Arena Jovem, como Marco Antonio Castelo Branco, Paulo Kobayashi e José Roberto Faria Lima. Tanto a aliança formada sob a liderança de Paulo Maluf quanto a chapa liderada por Paulo Egídio, concorrentes da ala jovem arenista, eram interpretadas como representantes do “velho” que se opunha à “juventude” da “Chapa-Distensão”. Essa forma de perceber seus antagonistas levou os jovens arenistas a argumentar que as chapas concorrentes seriam ligadas a “velhos esquemas do Partido”, que estava com sua imagem “desgastada pela luta de lideranças oriundas dos antigos partidos” anteriores à ditadura.

¹¹⁰ Um lugar para os jovens. *Veja*, edição nº 409, 7 jul. 1976, p. 21-22.

¹¹¹ Painel. *Folha de S. Paulo*, segunda-feira, 28 jul. 1975, 1º Caderno, p. 3.

Por consequência, a ala jovem do partido se auto-percebia como aquela que arvorava a “bandeira da renovação”.¹¹²

Na imprensa, contudo, a ligação entre a Arena Jovem e a infância era recorrente. Uma delas foi publicada na coluna “Informe JB” de maio de 1975, que comentava as audiências mantidas pelos dirigentes da Arena Jovem paulista durante visita em Brasília. Sobre a primeira delas, realizada no Palácio do Planalto com o general-presidente Geisel, o *Jornal do Brasil* apenas elogiava o “belo estímulo” dado pelo militar à juventude arenista. Mas o periódico afirmava que aquela seria a primeira vez na história da Arena que a Comissão Executiva iria receber “gente de menos de 30 anos de idade”. Como um debochado alerta, a nota ainda afirmava que “o presidente Petrônio Portela [sic] deve tomar cuidado para que o Partido não se transforme num jardim-de-infância.”¹¹³

Além das associações entre a pouca idade dos jovens arenistas à imaturidade, ocorridas nas disputas que as alas juvenis da Arena travavam com lideranças mais velhas do partido, outra forma de utilizar-se dos marcos etários para elaborar críticas a essas entidades era questionar a própria capacidade do partido governista em reunir a chamada “mocidade”. Nesses pontos de vista, muitas vezes ácidos, os membros da Arena Jovem eram apresentados como velhos e conhecidos políticos da cena nacional, todos com idades que superavam em muito a casa dos vinte ou trinta anos. Em sua coluna no *Jornal do Brasil* publicada em 20 de junho de 1976, o jornalista Zózimo Amaral escreveu uma nota sobre a iniciativa do presidente da agremiação governista no estado do Rio de Janeiro, almirante Heleno Nunes, em (re)criar um departamento juvenil “voltado especialmente para a catequese dos moços e a venda de uma imagem positiva aos universitários”. Irônico, Zózimo intitulou seu texto como “Juventude eterna” justamente para provocar o riso ao afirmar que “o grupo já está formado: o membro mais jovem tem 38 anos e o menos jovem se prepara para ingressar na casa dos 70.”¹¹⁴

Para os formuladores e participantes das políticas voltada à juventude no contexto do Brasil ditatorial, debater as fronteiras da condição juvenil implicava uma constante avaliação e reavaliação das ações do Projeto Rondon, da Operação Mauá, da Arena Jovem e do MDB

¹¹² Painel. *Folha de S. Paulo*, quinta-feira, 3 jul. 1975, 1º Caderno, p. 4; Ala jovem da Arena quer lançar chapa. *Folha de S. Paulo*, sexta-feira, 4 jul. 1975, 1º Caderno, p. 3 e Painel. *Folha de S. Paulo*, terça-feira, 15 jul. 1975, 1º Caderno, p. 4.

¹¹³ Informe JB. *Jornal do Brasil*, quarta-feira, 28 mai. 1975, 1º Caderno, p. 8.

¹¹⁴ AMARAL, Zózimo. Coluna “Zózimo”. *Jornal do Brasil*, domingo, 20 jun. 1976, 1º Caderno, p. 2.

Jovem. Essas discussões se fundamentavam e produziam importantes elaborações simbólicas para a categoria *juventude*, relativas aos marcos etários que buscavam estabelecer limites claros ao ser jovem, aos significados da presença demográfica da juventude na população brasileira ou aos comportamentos, tão descontraídos quanto responsáveis, que se atribuía aos jovens. Nesse sentido, as ações do Estado buscavam disciplinar a condição juvenil e direcionar o seu “idealismo” e a capacidade de “rejuvenescimento” para propósitos políticos pré-determinados. Em todas essas discussões, contudo, prevalecia um enfoque predominantemente geral nesse grupo de idade, que, em alguns casos, deixava entrever as heterogeneidades da juventude brasileira desse contexto. As *diferenças* – fossem de gênero ou de classe – que atravessavam a condição juvenil nos programas da ditadura são o tema do Capítulo VI.

Capítulo VI

Juventude(s) flexionada(s): a diversidade da condição juvenil nas políticas da ditadura para os jovens

“O movimento da ARENA-JOVEM do Paraná visa a abertura do Partido aos jovens em mentalidade, *sejam estudantes, trabalhadores, profissionais liberais, de ambos os sexos*, para uma participação em igualdade de condições, visando a RENOVAÇÃO. Qualquer corrente de opinião político-partidária, qualquer pessoa simpatizante do Partido e que se identifiquem [sic] com os propósitos sadios da ARENA-JOVEM, já filiados ou não, poderão participar do Movimento.”

Trecho do “Boletim Informativo” da Arena Jovem do Paraná. c. 1975.¹

“A PARTICIPAÇÃO FEMININA

Grande número dos estudantes são mulheres. Elas não se assustam com os possíveis desconfortos e perigos que encontrarão longe da civilização.

Betty Soares Paiva é estudante de Belas-Artes. Esteve no PR-IV como nutricionista. Tomou conhecimento do projeto através do jornal. Em casa ninguém viu com bons olhos sua participação. Mas Betty insistiu e se inscreveu. Seu local de trabalho foi uma colônia no sul do Paraná. [...]

Muitas das moças que participaram do Projeto Rondon nunca tinham saído sozinhas de casa. Vão para lugares completamente desconhecidos, em companhia de pessoas que só irão conhecer no momento da partida. Todos de famílias, educação e Estados [sic] diferentes.”

Trecho da reportagem “Jovens descobrem o Brasil: Projeto Rondon”, publicada pela jornalista Marisa Kuck em 22 de dezembro de 1969 no jornal *Correio da Manhã*.²

¹ Boletim Informativo – Arena Jovem do Paraná. c. 1975. Fundo Arena do CPDOC/FGV. Série: Organização partidária (OP), subsérie: Arena Jovem (AJ). Classificação: ARENA 1969.11.25, fl. 01. Grifos meus.

² KUCK, Marisa. Jovens descobrem o Brasil: Projeto Rondon. *Correio da Manhã*, segunda-feira, 22 dez. 1969, Bela, p. 8. Grifos meus.

A juventude, no presente como em tempos passados, não é apenas uma: são várias – e o mais adequado, conceitualmente, seria falar em *juventudes* no plural. Enquanto uma construção social limítrofe que extrapola marcos biológicos ou jurídicos, a condição juvenil está atravessada por desigualdades de classe social e diferenciações entre os gêneros. As condições de vida, o conjunto de opções profissionais abertas aos jovens, as formas de socialização diferenciada sancionadas por instituições como a escola ou a universidade, as maneiras diversas como movimentos ou partidos políticos oportunizam espaços de ação para os jovens e tantas outras circunstâncias em que a condição juvenil se desenha são permeadas por distinções entre “moças” e “rapazes”, jovens ricos, de classe média ou pobres. Na introdução do primeiro volume da coletânea *História dos jovens*, Giovanni Levi e Jean-Claude Schmitt são categóricos ao argumentar que “não seria aconselhável falar genericamente de ‘jovens’ sem precisar todas as vezes quais são os efeitos dessa diferenciação.” A “juventude dourada” de um contexto particular – que, para os mesmos autores, seria uma dentre as várias possíveis – representaria “somente a expressão de uma minoria, embora sua presença nos documentos e a capacidade de atração do modelo que ela encarna sejam muito fortes.”³ Os historiadores, argumentam Levi e Schmitt, devem, portanto, ficar atentos para não relegar ao esquecimento outras formas de atravessar a condição juvenil que se realizam na sobreposição de outros pertencimentos sociais.

A problemática da *diferença* nos marcos da condição juvenil ganha ainda mais relevância a partir do alerta de Luisa Passerini, para quem “o discurso sobre o jovem e o adolescente [...] foi caracterizado principalmente pela ênfase no gênero masculino e nas classes médias, não porque tomasse como objeto só aqueles jovens, mas por adotar sua imagem como modelo privilegiado.”⁴ Ao metonimizar a juventude em *poder jovem*, ainda nos últimos anos da década de 1960, a ditadura e seus apoiadores respondiam a uma acepção de jovem pensada e experimentada, inicialmente, pelas oposições. Tanto nela como nas políticas do Estado voltadas a esse grupo etário, entretanto, tinha-se em mente certo modelo prescrito do que era “ser” jovem – universitário, urbano, de classe média, intelectualizado, antenado com modas internacionais – e de como experimentar a condição juvenil.

Quase sempre, também, esse “jovem” era flexionado no gênero masculino. No entanto, na medida em que o Projeto Rondon, a Operação Mauá e os diretórios juvenis dos partidos iam lidando com os jovens brasileiros que a eles recorriam, as políticas da ditadura para a juventude se viram em um impasse. Teriam que lidar não apenas com “rapazes”, mas também com

³ LEVI, Giovanni e SCHMITT, Jean-Claude. *Op. citada*, 1996, p. 14.

⁴ PASSERINI, Luisa. *Op. citada*, 1996, p. 320.

“moças”. Por isso, as formas inicialmente definidas nos planos de logística para transportar os participantes do Projeto Rondon e da Operação Mauá teriam que ser repensadas, sob a pena de autoridades da ditadura militar terem que responder, publicamente, por quê às jovens mulheres era interdito viajar nos programas de ação dessas políticas. Teriam que lidar também não apenas com jovens de classe média ou de elite, mas com outras origens sociais e econômicas dos jovens. Nem que fosse, no caso da Arena Jovem e do MDB Jovem, para fugir ao estigma de um partido sem bases populares ou para mobilizar eleitoralmente os jovens que, além de estudantes, eram trabalhadores. Nesse processo, a imprensa divulgava pontos de vistas sobre as políticas da ditadura para os jovens, midiaticizando flexões de gênero e de classe da juventude que, a um só tempo, eram informadas e produziam as ações no Projeto Rondon, na Operação Mauá e nas alas juvenis dos partidos.

Nas fontes consultadas, há poucas informações sobre a flexão de raça da juventude. Uma das raras exceções é a reportagem publicada por Alberto Jacob, enviado especial à região do vale do rio São Francisco baiano para cobrir a ação de uma equipe do Projeto Rondon chamada Venus-2 em janeiro de 1970, no *Jornal do Brasil*. O texto narra a situação de miséria em que os moradores da região viviam em contraste com a vivência dos jovens cariocas e paulistas que ali atuavam. Jacob se pautava por uma dicotomia entre a suposta “ignorância” dos habitantes locais, representada pelos saberes das parteiras, e a “luz” paternalmente concedida pelos estudantes de Medicina e seus “instrumentos cirúrgicos”. Para o jornalista, os jovens acadêmicos de Medicina haviam abandonado “o conforto de suas casas” motivados por uma mistura de “espírito de solidariedade humana” e “desejo de aventura”. Sem se furtar a comentários políticos, Alberto Jacob informava também que “na viagem [os rondonistas] lamentam a desistência de quase 300 acadêmicos de Medicina do Paraná, que vendo o estado de necessidade dessa gente do sertão *teriam certamente deixado para mais tarde a contestação política.*”⁵

Era na apresentação dos três estudantes membros da equipe que ele acompanhava, entretanto, que o jornalista flexionava a juventude em raça. Manuel Elídio Pinto Pinheiro era apresentado apenas como “quartanista da Faculdade de Ciências Médicas”, não racializado. Esse silêncio, em conjunto ao esforço para racializar os outros jovens rondonistas por parte do autor, pode sugerir que o estudante fosse branco. Seico Sinzato era identificado como “descendente de japonês e quartanista da Faculdade de Odontologia de Araraquara, em São Paulo.” Por fim, Vera Regina Chagas era apresentada como estudante “da Escola de

⁵ JACOB, Alberto. Turma do Rondon traz à luz baiana salva da ignorância. *Jornal do Brasil*, quinta-feira, 19 fev. 1970, 1º Caderno, p. 14. Grifos meus.

Enfermagem Alfredo Pinto, do Rio. Negra, ela compõe o mosaico de raças da equipe.”⁶ Esse ponto de vista sobre os jovens flexionados em raça, além de indicativo de qual juventude participava do Projeto Rondon (afinal, o fato de Vera ser negra chamou a atenção do jornalista a ponto de ele explicitar isso aos seu público-leitor), convergia com as teses defendidas pela ditadura militar de que o Brasil seria um caso excepcional de convivência racial harmônica.⁷

Ainda que de forma incipiente, pode-se esboçar hipóteses para esse silêncio das fontes acerca da flexão da juventude brasileira em raça – um tema não apenas central como fundamental para a análise da sociedade brasileira. Pode-se supor que a maior parte dos jovens participantes das políticas da ditadura para a juventude aqui analisadas se identificassem como brancos, dados os recortes de raça impostos pelo sistema escolar, em especial pelos exames vestibulares, nos anos 1960 e 1970. Por outro lado, o Estado brasileiro já adotava uma política que tinha especial importância para a juventude negra, periférica e/ou de classes baixas: o serviço militar obrigatório. Herdado pelo governo ditatorial de uma longa trajetória que se inicia na década de 1910, o alistamento militar era visto – e ainda é, como argumentam Celso Castro e Fernanda Chinelli – como uma alternativa ao desemprego e uma possibilidade de ascensão social para jovens mais pobres. Assim, as sobreposições entre pobreza e negritude no Brasil resultam no alistamento de um significativo contingente de jovens negros, especialmente como recrutas do Exército.⁸ A importância do alistamento de jovens nas Forças Armadas foi notada pela ditadura instaurada com o golpe de 1964, tanto que os militares aprovaram uma nova Lei do Serviço Militar, em agosto de 1964, retificada por nova lei em 1965 e regulamentada por decreto de 1966.⁹

Tendo em vista os horizontes de reflexões abertos pela abordagem da juventude pelo prisma de suas *diferenças*¹⁰, este capítulo busca analisar as flexões da condição juvenil em

⁶ JACOB, Alberto. Turma do Rondon traz à luz baiana salva da ignorância. *Jornal do Brasil*, quinta-feira, 19 fev. 1970, 1º Caderno, p. 14.

⁷ Sobre a política racial da ditadura e como o mito da “democracia racial” fundamentou a formulação de políticas estatais, com enfoque na política internacional do regime, cf. DÁVILA, Jerry. *Hotel trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1970*. São Paulo: Paz e Terra: 2011, p. 12-14.

⁸ CASTRO, Celso e CHINELLI, Fernanda. Serviço Militar Obrigatório: o ponto de vista dos recrutas. In: *Anais do 30º Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu/Minas Gerais: 2006, p. 16-17 e p. 22-23.

⁹ Cf. Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 – Lei do Serviço Militar; lei nº 4.474, de 18 de agosto de 1965; e decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966.

¹⁰ Foi particularmente a partir dos anos 1960, com as pesquisas realizadas em torno da chamada *Birmingham School of Cultural Studies* e de pesquisadores como Stuart Hall e Richard Hoggart, que a questão da diferença emergiu no campo de estudos sobre a juventude. Reagindo criticamente aos debates sobre a condição juvenil do pós-guerra, esses estudos buscaram estabelecer um contraponto à imagem homogênea de juventude e à uniformização dos confrontos entre os grupos de idade assentada na noção de “conflito de gerações”. Elaboraram, assim, o conceito de “subculturas juvenis” a partir dos estudos culturais inspirados no marxismo gramsciano. Cf. CLARKE, John; HALL, Stuart; JEFFERSON, Tonny e ROBERTS, Brian. *Subcultures, Cultures and Class: a Theoretical Overview*. In: HALL, Stuart e JEFFERSON, Tonny (ed.). *Resistance Through Rituals: Youth*

gênero e em classe tal qual emergiram entre os participantes das políticas voltadas a esse grupo etário no Brasil ditatorial. Em um primeiro momento, debato as hierarquias construídas em torno das diferenciações, sempre socialmente fundamentadas, entre os sexos. Como argumenta Joan Scott, em texto tão seminal quanto polêmico sobre a importância do reconhecimento das relações de gênero para a historiografia, trata-se de analisar “a oposição entre homem e mulher como problemática e não como conhecida, como algo que é contextualmente definido, repetidamente construído”.¹¹ Depois, analiso os debates sobre o pertencimento de classe dos jovens que se integravam a essas políticas. Nesse campo de discussões, o tratamento do estudante universitário como um “privilegiado” do ponto de vista econômico ou a tentativa dos jovens de se aproximarem de outros recortes sociais de seus pares de idade (os trabalhadores ou jovens rurais, por exemplo) indicavam as variações possíveis da experiência da juventude.

Juventude flexionada em gênero

Na medida em que Projeto Rondon, Operação Mauá e os diretórios juvenis dos partidos foram ganhando fôlego, a juventude ganhou outras flexões de gênero no âmbito das políticas da ditadura voltadas a esse grupo de idade. Da imagem genérica sobre a condição juvenil, partiu-se para a constatação de que a juventude tem gênero, o que resultou em um movimento duplo: de um lado, jovens mulheres *participavam* e até reivindicavam a *participação* nessas ações; de outro, os lugares destinados a elas muitas vezes reafirmavam os papéis tradicionais reservados às “moças” na sociedade brasileira dos anos 1960 a 1970.

Esse processo se relacionava com mudanças demográficas mais amplas, na interseção entre a condição juvenil e a estudantil. Segunda as historiadoras Maria Izilda Matos e Andrea Borelli, a expansão do ensino universitário do Brasil dos anos 1960 e 1970 se traduziu em uma maior presença feminina nas universidades. Para o período de 1970 a 1975, enquanto o número de estudantes homens dobrou nas universidades brasileiras, a quantidade de estudantes mulheres foi multiplicada por cinco.¹² Assim, o aumento da presença de “moças” entre a juventude universitária abriu caminho para que as políticas da ditadura para os jovens tivessem que lidar com as questões de gênero. Além disso, do ponto de vista dos comportamentos, a chamada “geração 1968” estabeleceu continuidades e rupturas com os modelos de

Subcultures in Post-war Britain. Londres/Inglaterra: Routledge, 1991, p. 9-74; PAMPÓLS, Carles Feixa. *Op. citada*, 1998, p. 75-78; e GROPPPO, Luís Antonio. *Op. citada*, 2017, p. 73-82.

¹¹ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 93.

¹² MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria (org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 143-144.

masculinidade e feminilidade herdados de seus pais. Também nesse aspecto predomina, na memória social e nos usos públicos desse passado, uma imagem um tanto mitificada da emergência da juventude enquanto sujeito político, de direitos e de consumo em fins dos anos 1960. Entretanto, como argumenta Angélica Müller, “a divisão entre sexos, que até então parecia estar na ordem natural das coisas, entrou em mutação, seja pelo questionamento, seja pela introdução de novos hábitos, seja por novos papéis que os jovens passaram a reivindicar.”¹³

Ao menos em suas primeiras ações, as políticas da ditadura direcionadas à juventude também flexionavam esse grupo geracional no masculino e promoviam um afastamento das jovens mulheres de suas ações. Da chamada Operação Zero do Projeto Rondon, realizada em julho de 1967, participaram 31 estudantes – todos homens e acompanhados também por dois professores universitários homens.¹⁴ O predomínio da juventude flexionada no masculino persistiu nos programas iniciais dessa política. Quando noticiou a viagem de 31 estudantes de Medicina para a região dos rios Amazonas e Purus com o objetivo de participarem da primeira operação do programa, realizada em janeiro de 1968, o jornal *Correio da Manhã* não deixou de explicitar essa informação aos seus leitores. Segundo o periódico, “os 21 acadêmicos se dividem em dois grupos: Alfa e Bravo, com a particularidade de não ter nenhuma mulher.” Mas, logo em seguida, a reportagem emendava: “Um grupo de môças viajará breve para lá.” Ainda segundo o *Correio*, o grupo era formado por estudantes da UEG que estavam no sexto ano do curso e iriam ser transportados para a região da Amazônia em um avião C-47 da FAB, partindo do aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro.¹⁵

A composição predominantemente masculina dos grupos que participavam das primeiras operações do Rondon partia de modelos culturais sobre o “ser homem” e o “ser mulher” amplamente compartilhados entre as décadas de 1960 e 1970. Segundo esses padrões culturais, uma viagem para o interior do Brasil, em regiões de “selva”, nas quais os riscos e acidentes eram constantes e em que eram encontrados perigos como a febre amarela, a varíola

¹³ MÜLLER, Angélica. Não se nasce viril, torna-se: juventude e virilidade nos “anos 1968”. In: DEL PRIORE, Mary e AMANTINO, Marcia (org.). *História dos homens no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 333.

¹⁴ Segundo publicação oficial assinada pela Equipe do Projeto Rondon e editada em 1972, os 31 “pioneiros” eram os estudantes de Engenharia Paulo Alberto Martins Garcia, Filinto Elísio Garcia, Ivan Carlos Luiz Vidal, Mauro Waldir Pascoal, Miguel Castelo Branco Voselsanger, Jaime Henrique Emery, Liney Marques, Sérgio Perelberg e Severino Resende Filho; os acadêmicos de Medicina Miguel Silvestre Zouaen Assbu, Fernando Rodrigues Pacheco, Manoel Maria Valle Callano, José Carlos Barros Leite, Frederico Ruzany, Abraham Benaion Bohadana, Roberto Pimentel, Vítório Deo, Altivar B. Pires e Paulo César da Silva; os universitários de Geociência Túlio Sérgio Bulcão, José Ribamar Ferreira, Natanel dos Santos Silva Filho, Mário Braga Filho, Francisco José da Veiga Alves, Neymar Negreiros Brígido, Nelson Brasileiro, Luís Rogério Salgado e Paulo Fernandes; e os estudantes do curso de Documentação e Comunicação Luís Fernando Graça Melo, Ronaldo Dória Dreux e Nelson Santos. EQUIPE DO PROJETO RONDON. *Op. cit.*, 1972, p. 12-13.

¹⁵ Estudantes seguem para Amazônia com o Projeto Rondon. *Correio da Manhã*, quarta-feira, 27 dez. 1967, 1º Caderno, p. 7.

ou a malária, não seria “adequada” às jovens “moças”. Mas, tão logo o Estado brasileiro assumiu o Projeto Rondon como uma resposta ao *poder jovem*, em 1968, e passou a investir na divulgação em grande escala das inscrições para as operações no interior, a participação de estudantes mulheres se tornou cada vez maior. De acordo com informações divulgadas pelo *Correio da Manhã*, dos 816 jovens inscritos no estado da Guanabara para participar da operação do Projeto Rondon prevista para julho de 1968, 60% eram mulheres, com predominância de estudantes dos cursos de Medicina Veterinária, Agronomia, Medicina e Odontologia.¹⁶ Nem sempre, entretanto, o maior número de mulheres inscritas levava a coordenação do Rondon a selecionar uma proporção equivalente entre os gêneros para efetivamente participar das operações. Segundo dados fornecidos ao mesmo jornal pelo professor Elias Amin, coordenador geral da área do Grande Rio nas operações II e IV do Projeto Rondon, realizadas em 1968 e 69, apenas 30% dos 548 universitários que atuaram no setor Saúde dessas programações era de moças.¹⁷

Apenas aparentemente sutil na forma como órgãos da grande imprensa pautavam o tema da juventude e das políticas da ditadura para os jovens nos anos 1960, essa distinção de gênero tinha efeitos práticos para o cotidiano dos participantes do Projeto Rondon. Nesse sentido, o *Jornal do Brasil* também noticiou a ida do grupo de estudantes de Medicina para a região amazônica para participar da Operação I do programa. Em 27 de dezembro de 1967, o jornal informou que eram “20 rapazes” (e não 21, como havia noticiado o *Correio da Manhã*) os que haviam embarcado do Rio de Janeiro. Na sequência, o diário emendava: “Esse primeiro grupo é formado apenas de estudantes de Medicina do sexo masculino, mas a partir do próximo dia 15 [de janeiro de 1968], quando embarcarão novos voluntários, deverão ir alunos de Economia, Geologia, Engenharia e ainda algumas das 70 moças inscritas.” Interessante perceber que a reportagem detalhava as graduações em que os estudantes homens estavam matriculados, enquanto silenciava sobre o grupo de jovens “moças”. Com relação às estudantes, parecia interessar apenas a flexão da juventude em gênero.

A reportagem indicava ainda que o número de interessados naquela atividade, que tinha como localidades de atuação as regiões Norte e Nordeste do Brasil, passava de 2 mil. Mas as limitações de transporte para as áreas de atuação dificultavam o “recrutamento” dos estudantes, resultando em um contexto em que a demanda pelo Projeto Rondon superava a oferta de vagas.

¹⁶ Projeto Rondon/2 escolhe candidatos para central/sul. *Correio da Manhã*, terça-feira, 18 jun. 1968, 1º Caderno, p. 11.

¹⁷ Integrar para não entregar é o slogan do Projeto Rondon e da Operação Fluminense. *Correio da Manhã*, sexta-feira, 1 mai. 1970, Estado do Rio, p. 11.

Esta, a questão logística, era também mobilizada para justificar a separação por gênero nas datas de embarque dos estudantes para as áreas de atuação. “Desta vez os rapazes tiveram prioridade”, informou aos seus leitores o *Jornal do Brasil*, “mas a partir do próximo dia 15, provavelmente, os coordenadores do Projeto Rondon incluirão algumas das 70 moças inscritas, que não foram neste grupo porque a viagem será feita com a ajuda da Marinha, cujo regulamento proíbe a permanência de mulheres no interior de seus navios quando em serviço.” Os jovens homens participantes do Projeto Rondon, todos estudantes de Medicina na UEG, partiam para a região da Amazônia no âmbito da chamada Operação Marinha 1: um grupo na corveta Solimões e outro, na Mearim. A dissociação entre mulheres e Forças Armadas, presente nas normas de transporte da Marinha, era reforçada, na narrativa da reportagem, pela informação de que “os estudantes serão alojados em quartéis, onde ficarão sujeitos a disciplina e métodos militares.”¹⁸

A questão do transporte dos rondonistas permaneceu como um importante fator de flexão de gênero da juventude no Projeto Rondon, em especial porque ela envolvia, também, uma redução nos gastos com a logística e a própria participação das Forças Armadas nas operações. Meses após essa reportagem, foi a vez do *Correio da Manhã* informar aos leitores que, para os deslocamentos previstos na Operação III do Rondon, “as moças deverão ir nos antigos DCC da FAB, enquanto os rapazes seguirão em navios da Marinha.”¹⁹ A solução encontrada pelo Ministério do Interior, portanto, foi a de manter a parceria com a Marinha, que possibilitava o transporte exclusivamente de “rapazes” para as áreas de atuação, e apostar em parcerias com a Aeronáutica, que deslocava as “moças” em seus aviões. Esse arranjo orientado pelo gênero dos jovens participantes do programa produzia impactos diretos na experiência de participar do Projeto Rondon. Ainda sobre a Operação III, o mesmo *Correio da Manhã* noticiou, em 19 de novembro de 1968, que “os estudantes ficarão na Amazônia 45 dias, e enquanto os rapazes seguirão de navio, as moças irão em aviões militares, alguns dias depois, para que a data da chegada das duas equipes coincida.”²⁰ Essa diferenciação poderia ser entendida de forma dupla: por um lado, representava uma viagem mais longa e exaustiva para os “rapazes”; por outro lado, como um dado que aumentava a ansiedade das “moças” em trocar

¹⁸ Estudantes embarcam para a Amazônia quase sem recursos. *Jornal do Brasil*, quarta-feira, 27 dez. 1967, 1º Caderno, p. 17.

¹⁹ Rondon-III inicia preparativos com missão na Amazônia. *Correio da Manhã*, sábado, 2 nov. 1968, 1º Caderno, p. 5.

²⁰ Projeto Rondon em janeiro leva mais de 1.100 à Amazônia. *Correio da Manhã*, terça-feira, 19 nov. 1968, 1º Caderno, p. 11.

as férias sob a tutela da família pela “aventura” de se deslocar para um interior desconhecido na companhia de seus pares de idade.

A participação de jovens mulheres na Operação I do Projeto Rondon foi tema de outra reportagem do *Jornal do Brasil*, publicada no dia seguinte – 28 de dezembro de 1967. A matéria valia-se da técnica jornalística de se focar uma única personagem, traçando um perfil individual que, em certa medida, lançava olhares sobre o Projeto Rondon de uma forma ampla, portanto coletiva. A personagem enfocada era Lúcia Filgueiras, estudante do terceiro ano de Educação Familiar na Universidade Rural do Brasil (atual Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro). Já no título da matéria, o *JB* informava que a estudante “seguirá disposta a educar os índios [sic]”. Em conjunto, os dados sobre a graduação cursada por Lúcia (Educação Familiar) e as atividades que ela pretendia executar no interior (relacionadas ao ensino de indígenas, portanto também na lógica do cuidado feminino) reforçavam a imagem conservadora sobre o papel social das mulheres e das “moças” na sociedade brasileira em fins dos anos 1960. Enquanto a reportagem do *JB* publicada no dia anterior trazia a informação de que os universitários prestariam serviços médicos e consultoria técnica à população amazônica, à Lúcia cabia a função de “ajudar a educar os índios [sic]”.²¹

Apesar de muitas vezes reproduzir as expectativas sociais direcionadas às jovens mulheres na divisão de tarefas e setores de atuação durante as operações, o Projeto Rondon também criava condições para cisões nessas mesmas prescrições para jovens do gênero feminino. Em reportagem publicada pela jornalista Marisa Kuck no jornal *Correio da Manhã* em dezembro de 1969 – e que serve de epígrafe para este capítulo –, esse caráter ambíguo da flexão de gênero, a um só tempo reprodutor e desafiador de padrões culturais para as “moças”, era brevemente anunciado. Segundo Kuck, uma parte significativa dos estudantes que, em suas palavras, “se deslocam para os lugares mais isolados, com o objetivo de construir postos avançados para a integração nacional” era formada por jovens mulheres. Implicitamente, a jornalista sugeria que a participação feminina no Projeto Rondon poderia ser lida como improvável diante da associação, comum nos anos 1960, entre as mulheres e sua suposta fragilidade diante de situações de risco. Por isso, Marisa asseverava que “elas não se assustam com os possíveis desconfortos e perigos que encontrarão longe da civilização [sic].” Logo em seguida, a jornalista apresentava o exemplo de Betty Soares Paiva. Estudante da área de artes, ela havia atuado no setor de nutrição em uma região do Paraná para a qual se deslocou com o programa – reproduzindo, portanto, a associação entre mulheres e tarefas ligadas ao cuidado.

²¹ Lúcia Filgueiras seguirá disposta a educar os índios. *Jornal do Brasil*, quinta-feira, 28 dez. 1967, 1º Caderno, p. 15.

Segundo a reportagem, porém, “em casa ninguém viu com bons olhos sua participação. Mas Betty insistiu e se inscreveu.”

À narrativa sobre esse ato de desobediência de Betty diante das preocupações de seus familiares (pais, podemos supor), Kuck acrescentava a informação de que “muitas das moças que participaram do Projeto Rondon nunca tinham saído sozinhas de casa. Vão para lugares completamente desconhecidos, em companhia de pessoas que só irão conhecer no momento da partida.” Como argumenta Rafaela Mateus Freiberger, “muitos pais fica[va]m preocupados com [o] que essa experiência poderia acarretar à moral e [a]os bons costumes, principalmente, no que diz respeito às moças. Desse modo, homens e mulheres dormiam em alojamentos separados para evitar situações que pudessem desprestigiar a imagem do Projeto Rondon.”²² Ainda assim, esse conjunto de novidades para as jovens participantes das operações, que, em certa medida, provocava uma cisão nas expectativas sociais a elas dirigidas, seria logo compensado pelo surgimento “quase imediato” da “camaradagem” entre os rondonistas. Nos momentos de sociabilidade entre os jovens durante as operações, seja avaliando o trabalho já feito, planejando o que fazer no dia seguinte ou apenas batendo papo no tempo que sobrava, surgiriam laços românticos ou de amizade baseados na aproximação pelo grupo de idade – uma importante percepção sobre a condição juvenil nesse período, como analisei no capítulo anterior. Mais uma vez segundo o texto publicado no *Correio da Manhã*, “é geralmente aí que nascem as amizades. Muitos deles continuam se correspondendo, outros namoros surgem e alguns casam, como vai acontecer com Carlos e Sônia e já ocorreu com muitos outros.”²³

Depoimentos de “moças” que participaram do Projeto Rondon nesse mesmo contexto reafirmavam essa convivência entre a reprodução e a possibilidade de cisão com as expectativas sociais de gênero direcionadas às jovens. Um deles foi dado por Lavínia Benevides de Mello ao jornal *Correio da Manhã* e inserido em uma longa reportagem publicada pelo periódico em maio de 1970. Lavínia tinha 25 anos no momento em que participou da Operação IV do Rondon, em julho de 1969, e era estudante do 4º ano do curso de Serviço Social da UEG. Atuou na região de Campos dos Goytacazes, durante a Operação Regional daquele ano, que teve, além de ações no estado do Rio de Janeiro, atividades nos vales do Jequitinhonha e do Urucuia, em Minas Gerais, e em cidades do interior do Rio Grande do Sul e do Paraná. Na avaliação de Lavínia, “toda moça universitária deveria tentar a experiência do Projeto Rondon, pois, *mesmo*

²² FREIBERGER, Rafaela Mateus Antunes dos Santos. *Op. citada*, 2021, p. 133.

²³ KUCK, Marisa. Jovens descobrem o Brasil: Projeto Rondon. *Correio da Manhã*, segunda-feira, 22 dez. 1969, Bela, p. 8.

que seja independente, é a primeira vez que se viaja sozinha; o tratamento dos colegas é de cooperação e proteção, mas em termos profissionais o trabalho é o mesmo.”²⁴

A reprodução das expectativas sociais diferenciadas para jovens “rapazes” e jovens “moças” estava presente em diferentes experiências, ações e espaços do Projeto Rondon. Um desses espaços era a sede da Coordenação Geral do programa, que funcionou no Rio de Janeiro até por volta de 1973. Na primeira dinâmica logística dessa política, a sede nacional da coordenação era ponto de passagem obrigatório para todos os jovens rondonistas. Tratava-se do chamado “remanejamento”. Por isso, entre o fim de janeiro e a primeira semana de fevereiro de 1970, aqueles que trabalhavam na Coordenação – incluindo jovens voluntários – planejavam como receber as equipes que iriam se deslocar para diferentes regiões do país. Como noticiou o *Jornal do Brasil*, parte desse planejamento envolvia um “regime de plantão” para que “durante as 24 horas do dia seja possível resolver qualquer problema que surja nas frentes de trabalho”. Nesse plantão, informava o *JB* aos seus leitores, ficavam “de dia as moças, à noite os rapazes”.²⁵

Essas expectativas também se reproduziam na dinâmica das equipes que atuavam durante as operações do Projeto Rondon. Em documento apresentado à Fundação Getúlio Vargas em 1976, Luiz Antônio Pompêo de Camargo, professor da Unicamp responsável pela seleção e treinamento dos estudantes que atuavam no *campus* avançado de Cruzeiro do Sul, no Acre, descrevia brevemente as etapas e características do “Treinamento Básico” fornecido aos inscritos no Rondon. Dentre elas, estavam a colaboração de ex-rondonistas; as palestras sobre a história, a filosofia e a estrutura do programa de extensão; a distribuição de apostilas com informações sobre a área de atuação, com destaque para a atuação do 7º Batalhão de Engenharia de Construção. Além disso, ele deixava entrever flexões de gênero da juventude que pautavam as interações dos jovens entre si e com a coordenação do projeto. “No último dia do Treinamento Básico”, afirmava o professor, “os universitários elegem o Chefe da Equipe, que poderá ser do sexo feminino.”²⁶ O fato de Camargo ter explicitado que “moças” poderiam também ser eleitas chefes pelas equipes de rondonistas indica, numa leitura desse ponto de vista pelo seu revés, como havia um predomínio de jovens “rapazes” escolhidos para liderar os grupos de trabalho no Projeto Rondon.

²⁴ Integrar para não entregar é o slogan do Projeto Rondon e da Operação Fluminense. *Correio da Manhã*, sexta-feira, 1 mai. 1970, Estado do Rio, p. 11. Grifos meus.

²⁵ Direção do Projeto Rondon começa o planejamento do retorno a partir do dia 6. *Jornal do Brasil*, terça-feira, 20 jan. 1970, 1º Caderno p. 7.

²⁶ CAMARGO, Luiz Antônio Pompêo de. Seleção e treinamento de universitários para o “campus” avançado de Cruzeiro do Sul, da Universidade Estadual de Campinas. 1976. Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, fundo CACS, caixa 175, maço 22, fl. 7.

A divisão por gênero tanto dos cursos de ensino superior como das tarefas a serem realizadas durante as operações do Projeto Rondon no interior do Brasil aparecem em outras fontes jornalísticas, detalhando as flexões de gênero nas políticas da ditadura para a juventude. O tema central de uma delas era o cotidiano da sede da Coordenação-geral do Projeto Rondon, localizada no Rio de Janeiro, nos primeiros dias do ano de 1970, momento em que os jovens estudantes ali circulavam para retirar o seu material de viagem e saber mais informações sobre os deslocamentos para a operação nacional do programa que então se iniciava. O cenário descrito era de aparente confusão: muitas pessoas falando ao mesmo tempo, elevadores e corredores cheios de universitários, fila e tumulto para a entrega do material de viagem. “Moças e rapazes”, afirmava o *JB*, “saem da sala carregados: mochila, cantil e camisetas.” A distinção dos rondonistas e das expectativas em gênero aparecia no trecho seguinte, quando a reportagem afirmava: “Futuros engenheiros discutem com futuros médicos como atuarão na região tal. Futuras professoras se entendem com futuras assistentes sociais sobre como orientar as mulheres de Oriximiná ou Nhamundá. Ninguém fala em dificuldades pessoais. Ninguém se preocupa consigo mesmo.”

Para além da abnegação voluntária da juventude, o texto, em um exercício característico do jornalismo dos anos 1960 e 1970, parte do caso típico e não identificado para traçar perfis de jovens estudantes universitários que participavam do Projeto Rondon. Nesse sentido, às “moças” eram relacionados cursos de graduação ligados ao “cuidado feminino” e que, historicamente, recebem maior contingente de estudantes mulheres: a Pedagogia (ou as Licenciaturas) e o Serviço Social. Já aos rapazes, cursos de profissões tradicionais e de prestígio: a Engenharia e a Medicina. Ainda que não detalhe o planejamento de atuação, a matéria trazia informações sobre o que falavam as “moças”: em municípios dos estados do Pará e do Amazonas, cujos nomes (Oriximiná e Nhamundá, respectivamente) possuem uma fonética atípica que funciona, na reportagem, como pista de que os rondonistas iriam atuar em lugares distantes e desconhecidos.²⁷

Noticiando a partida de um grupo de 40 participantes do Projeto Rondon-7, em janeiro de 1970, o *Jornal do Brasil* chamou a atenção para a informação de que, entre os estudantes, havia “muito entusiasmo”, mas que eles já estavam antecipando “as saudades que sentirão dos pais, noivos e namorados”. A flexão no gênero masculino dos familiares e companheiros das rondonistas não era fortuita, mas, sim, indicativa de expectativas sociais diferenciadas por gênero. Uma das jovens mulheres que estava indo para Natal era a estudante de Enfermagem

²⁷ Projeto Rondon funciona hoje entregando material. *Jornal do Brasil*, 4 e 5 jan. 1970, 1º Caderno, p. 17.

Ana Néri de Freitas, que já havia atuado em uma operação especial do programa de extensão na Cidade de Deus, no Rio de Janeiro. De maneira significativa para a análise das relações de gênero da juventude no âmbito do Projeto Rondon, a reportagem trazia informações sobre a percepção do noivo de Ana sobre a viagem ao Nordeste do Brasil. Dizia o *JB*: “Seu noivo, Ivanir Machado Alves, apesar de não se opor à viagem, ‘não achou a idéia muito brilhante’. Disse que como brasileiro acha o projeto muito importante, mas como noivo dá mais valor à noiva, ‘que ficará quase todo o período de férias viajando e enfrentando todo tipo de contratemplos’.”²⁸

Não eram apenas os casais de namorados e noivos que o Projeto Rondon separava, ainda que apenas pelo tempo de atuação no interior do Brasil. Ele também distanciava jovens maridos e esposas. E esse foi o tema de uma reportagem do *Jornal do Brasil*, publicada em janeiro de 1972, momento em que aconteciam os embarques dos participantes do Projeto Rondon-IX. Segundo as informações da reportagem, Elizabeth e Evandro pareciam ser um casal que correspondia aos papéis sociais de homem/esposo e mulher/esposa amplamente compartilhados nos anos 1970, ainda que fossem um casal jovem. “É claro que Elizabeth gostaria de acompanhar Evandro no Projeto Rondon”, emendava o *JB*, “mas não cursa universidade porque ‘trabalhar e ser dona-de-casa já toma tempo e, quando vier o filho, programado para este ano, aí mesmo é que não haverá mais tempo nem para cursinhos’.” A narrativa jornalística sobre a participação de Evandro no Projeto Rondon destacava os sentimentos de sua esposa, em um enfoque que demarcava papéis sociais de gênero bem estabelecidos, inclusive o do apoio incondicional ao esposo. Em uma fala atribuída a Elizabeth, ela afirmava ao jornal: “amanhã ele faz 30 anos e no dia 30 fazemos um ano de casados. E ele vai estar viajando. Mas eu não posso impedir o meu marido de viver esta experiência maravilhosa.” Esse caso também indica fronteiras heterogêneas para a condição juvenil: tanto etários (29/30 anos, no caso de Evandro) quanto de possibilidades de trajetória (afinal, Elizabeth via incompatibilidade entre os estudos, associados à juventude, e a condição de esposa e mãe).²⁹

Ainda que o chamado à *participação* no Projeto Rondon fosse direcionado a todos os jovens, a partir do apelo ao *idealismo* da juventude e da promessa de “aventura” por meio das operações do programa, as expectativas com relação à ação de “moças” e “rapazes” eram diferentes. E elas apareciam no “Guia do participante do PRo IX”, editado em 1971 pelo

²⁸ Universitários cariocas do PR-7 viajam para servir 20 municípios do RG Norte. *Jornal do Brasil*, 7 jan. 1971, 1º Caderno p. 4.

²⁹ Estudante segue com Rondon-IX e promete à mulher voltar logo. *Jornal do Brasil*, 4 jan. 1972, 1º Caderno, p. 13.

departamento de publicações da coordenação centro-sul do Projeto Rondon. A diferenciação por gênero era indicada em dois momentos do tópico “Do ‘enxoval’”, em que o Guia orientava os jovens sobre quais roupas e outros itens colocar na mala. A maior parte das orientações dizia respeito ao cotidiano de atuação no interior do país, sempre partindo do pressuposto de um claro contraste entre a vida urbana – a qual os jovens rondonistas estavam acostumados – e a vida rural – que seria experimentada por esses mesmos jovens durante a sua participação no Projeto Rondon. Por exemplo, o Guia advertia que os jovens deveriam levar “roupas as mais fortes e usadas, de fácil lavagem, e, que de preferência, não necessitem ser passadas a ferro, pois, em muitos casos[,] você é quem tomará estas providências.” Essa diretiva era uma indicação de que os jovens participantes do programa possivelmente pertenciam às classes médias, para as quais ter alguém (uma empregada doméstica, em especial) que passaria a roupa seria comum. O Guia enumerava aquilo que não poderia faltar, como material de higiene pessoal e medicamentos, além listar, em caráter de sugestão, que os jovens colocassem na mala roupa de banho, conjunto de roupa de cama, mochilas, cantis, canivetes e “outros utensílios de campo”.

O documento também indicava quais comportamentos associados ao vestuário, tanto de “rapazes” como de “moças”, eram preferíveis ou deveriam ser evitados. Entre os itens que não deveriam ser esquecidos pelos jovens, o Guia indicava “aquela roupa de domingo” que poderia ser utilizada em “comemorações oficiais, festas comunitárias e mesmo particulares” para as quais os rondonistas eram convidados durante a sua atuação no interior. Essa recomendação, sem dúvidas, indica uma preocupação dos organizadores com a boa relação entre os estudantes universitários e a comunidade local. Mas o faziam a partir, também, de uma dicotomia de gênero que depositava expectativas diferenciadas para jovens do gênero feminino e do gênero masculino.

Ainda com relação às roupas que deveriam ser utilizadas pelos jovens em ocasiões festivas, o Guia afirmava que “o ‘costume da terra’ pede que se use a gravata e o ‘vestido de festa’.” Segundo o documento, “mesmo sendo comum o uso de calça-comprida para moças é uma questão de delicadeza em certos locais, estarem de saias, tais como: colégio, prefeitura, igreja, por isso não as esqueça.”³⁰ O uso da calça comprida era uma forma de diferenciação de gênero e de idade na década de 1960, tendo sido alvo de amplos debates, como analisei no

³⁰ PROJETO RONDON. *Guia do participante do PPro IX*. São Paulo: Departamento de Publicações do Projeto Rondon – Coordenação Regional Centro-Sul, 1971, p. 18. Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, fundo CACS, caixa 154, maço 3. A mesma orientação, com pequenas modificações na redação, aparece em outros documentos destinados aos jovens que participavam do Projeto Rondon. Cf. Deveres do participante, elaborado pela coordenação do *campus* avançado de Cruzeiro do Sul. c. 1975. Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, fundo CACS, caixa 176, maço 2, fl. 2.

Capítulo I. De acordo com a historiadora da moda Maria do Carmo Teixeira Rainho, durante a segunda metade dos anos 1960 “calças compridas tornaram-se propostas efetivas para as mulheres e os jovens, que durante décadas foram indumentárias de trabalho, viraram uniforme da juventude, apontando para uma casualidade e uma quebra na rigidez das roupas”.³¹ Nesse sentido, a indicação de que a “calça-comprida” não fosse utilizada em “certos locais” das áreas de atuação pelas rondonistas indica as camadas diversas de temporalidade e de juventude que se sobrepunham, em termos de gênero, no Projeto Rondon. Se calças eram compreendidas como roupas comuns para as “moças”, símbolos da “casualidade” em ambientes urbanos, o mesmo não aconteceria, segundo o Guia, em meios rurais. Neles, aconselhava-se que as estudantes usassem saías, uma roupa marcada pela rigidez de gênero (a “delicadeza” das mulheres), especialmente em ambientes formais.

As prescrições de comportamento aos jovens, fossem ou não flexionadas em gênero, não deixaram de ser notadas pela imprensa em sua cobertura do Projeto Rondon. Em longa reportagem intitulada “Aula prática de Brasil” e publicada na revista *Veja* em fevereiro de 1969, recomendações quanto à questão comportamental das jovens rondonistas apareciam como uma das preocupações centrais das atividades de treinamento para a ação no interior do Brasil. O texto era marcado por um tom nacionalista que apresentava o Projeto Rondon como um programa exitoso, apesar dos gastos aos cofres públicos (NCr\$500.000 até então, sendo NCr\$100 por cada voluntário) que desagradavam a percepção liberal da linha editorial de *Veja*. De acordo com o texto não assinado, os oficiais que acompanhavam a turma de jovens bradavam recomendações como “as moças não devem usar biquínis, os namorados não devem andar de mãos dadas” ou “também não prometam nada. Nos projetos anteriores, alguns rapazes prometeram análises de terra. Até hoje chegam à Coordenação do Projeto, no Rio, caixotes de terra enviados pelas Prefeituras”.³²

Essas situações são indicativas das maneiras como as políticas da ditadura para a juventude lidaram com dimensões da condição juvenil inicialmente não previstas: as relações de gênero. Outro caso em que esse processo foi central dizia respeito a um ritual de passagem para a vida adulta – o casamento – em que os jovens se tornavam um casal e respondiam, em maior ou menor grau, às expectativas sociais de gênero. Os casamentos eram citados em muitas reportagens publicadas na grande imprensa, além de serem abordados em documentos produzidos pelo próprio Projeto Rondon. As menções tornaram-se mais comuns especialmente

³¹ RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. *Op. citada*, 2014, p. 33.

³² Aula prática de Brasil. *Veja*, nº 22, 5 fev. 1969, p. 44 e p. 46.

com a criação do Programa de Fixação e Interiorização de Mão-de-obra no interior, uma parceria entre o Ministério do Interior e o Ministério do Trabalho firmada em 1972.

Os casos de casamentos entre jovens rondonistas e “moças” habitantes das áreas de atuação no interior iniciaram-se já entre os participantes da Operação I, realizada em janeiro de 1968. A notícia foi tratada em tom a um só tempo anedótico e patriarcal em reportagem publicada em 15 de fevereiro de 1969 no *Jornal do Brasil*. Segundo o matutino carioca, “o que mais impressionou o professor Francisco José da Veiga Alves, participante do Projeto Rondon na Amazônia, foi uma morena que ele conheceu em Roraima e que desde o último dia 31 [de janeiro de 1969] é a sua mulher.” O jovem, que havia se formado em Geografia na UEG e em 1969 tinha 26 anos, havia participado também da Operação Zero do Projeto Rondon, ainda em 1967, mas foi em sua segunda participação no programa, desta vez em Roraima, que ele “conheceu Maria da Glória, e começara a namorar, contra a vontade dos pais da moça”. O *JB* informava, ainda, que Francisco tinha uma namorada no Rio de Janeiro – com a qual terminou o relacionamento quando conheceu sua futura esposa – e que ele e Maria da Glória haviam mantido contato por correspondência após o retorno de Francisco ao Rio de Janeiro, tendo ficado noivos ainda em julho de 1969. “O casamento”, afirmou o *JB*, “contou com a presença de muitos parentes da moça e de vários amigos de Francisco, todos do Projeto Rondon.”³³

A flexão de gênero da juventude dialogava, portanto, com características mais amplas das condições feminina e masculina no contexto da ditadura, reproduzindo expectativas sociais, como o casamento e a maternidade, nas operações do Projeto Rondon. Um outro caso em que essas questões emergiram, de forma tão extremada a ponto de ser intensamente midiaticizada pela redação do *Jornal do Brasil*, é o que apareceu como a “adoção” de Roseli, uma criança indígena da nação saterê, por Iolanda, uma jovem estudante de Enfermagem do Rio de Janeiro, em fevereiro de 1970. O conjunto de reportagens era marcado por um repertório de visões estereotipadas e inferiorizantes sobre os indígenas brasileiros, presentes nas narrativas sobre o que aparecia como a “estreia” de Roseli no “mundo civilizado” em atividades do cotidiano: escovar os dentes, tomar banho no chuveiro elétrico, assistir televisão ou usar um vestido de algodão e brincar com uma boneca de plástico comprados em Manaus, no início da viagem ao Rio de Janeiro. Esses pontos de vistas, convergentes com a visão colonizadora sobre o “índio” (genérico, parado no tempo e destinado a perder a sua identidade indígena ao se “aculturar”) que estava nas bases das próprias políticas do Estado ditatorial voltadas aos indígenas³⁴, pautou

³³ Projeto volta casado de Roraima. *Jornal do Brasil*, sábado, 15 fev. 1969, 1º Caderno p. 16.

³⁴ Sobre esses aspectos da política indigenista da ditadura, cf. VENTURA, Juliana de Souza Fernandes. As relações entre a política indigenista e a repressão a povos indígenas em Minas Gerais durante a ditadura: notas sobre a

o debate sobre a “adoção” da criança pela rondonista, ainda que a própria Funai tenha negado a indianidade de Roseli em nota oficial.³⁵

Iolanda de Sousa, a universitária que havia levado Roseli para o Rio de Janeiro, era apresentada como uma estudante de 25 anos, aluna de Enfermagem do último ano do curso na Universidade Federal Fluminense. Ela morava no bairro de São Cristóvão, com sua mãe. Segundo o *JB*, Iolanda havia atuado na região de Parintins, no Amazonas, durante a quinta operação nacional do programa de extensão. No Clube de Mães da cidade, criado pelos estudantes do Projeto Rondon, ela teria conhecido Roseli, uma criança de nove anos. Ela seria órfã e participava das reuniões promovidas pelos estudantes – Iolanda, dentre eles – acompanhada de uma mulher que também cuidava de outras três crianças e que teria encontrado Roseli vagando pelas ruas de Parintins. Decidida a adotar a criança, a estudante teria procurado o juiz de Direito da cidade e recebido dele uma “licença para a adoção”. As visões que desconsideram as relações sociais e familiares dos próprios indígenas e os tratam como sujeitos heterônomos ansiosos para serem “salvos” por algum agente da civilização também estavam presentes nas declarações dadas pela rondonista à imprensa para explicar suas motivações em adotar uma criança durante a sua atuação na região amazônica. Segundo declarou à imprensa, ela já havia “saí[do] do Rio com vontade de adotar uma indiazinha [sic]. Na verdade, não estava ainda bem decidida a fazer isso. Terminei resolvendo trazer Roseli. Primeiro, porque não tinha o carinho de ninguém. Segundo, porque ela é uma garota que precisa de muito tratamento para se livrar da verminose.”³⁶

De acordo com o *Jornal do Brasil*, “foi em Parintins que a indiazinha [sic] recebeu[,] de fato, o seu maior presente, talvez o maior de quantos ganhe pela vida: o amor de Iolanda, uma moça de classe média, como tantas outras no Rio.” Além da associação entre jovens mulheres e maternidade, mesmo em um contexto de uma viagem de trabalho voluntário para a região amazônica com o Projeto Rondon, o caso de Iolanda indica como as flexões de gênero no programa de extensão reproduziam visões que diziam respeito a “moças” de classe média de forma mais ampla – ou, no ponto de vista do *JB*, de “tantas outras no Rio”. Por isso, o jornal seguia a sua narrativa sobre o caso tranquilizando os seus leitores ao garantir que, quando Iolanda “for para a aula ou tiver de dar plantão em hospitais, quem ficará tomando conta de

experiência Xakriabá. In: DELLAMORE, Carolina; AMATO, Gabriel e BATISTA, Natália (org.). *A ditadura aconteceu aqui: a história oral e as memórias do regime militar brasileiro*. São Paulo: Letra e Voz, 2017, p. 171-174.

³⁵ Funai nega que Roseli seja índia. *Jornal do Brasil*, quinta-feira, 5 mar. 1970, 1º Caderno p. 15.

³⁶ Estudante carioca que foi ao Amazonas com o Rondon adotou e trouxe indiazinha. *Jornal do Brasil*, sexta-feira, 20 fev. 1970, 1º Caderno p. 4.

Roseli será D. Maria, mãe da estudante.”³⁷ Alguns meses depois, quando o Projeto Rondon organizava as ações da operação especial do programa para julho de 1970, o próprio *Jornal do Brasil* noticiou que Iolanda de Sousa estaria participando pela terceira vez do Rondon, atuando na Cidade de Deus. Segundo a nota, desta vez publicada em uma coluna social, “Iolanda só tem uma queixa do Projeto Rondon: ‘dura apenas um mês’.”³⁸

Outro dado interessante era o de que as rondonistas com frequência criavam Clubes de Mães nas localidades visitadas, como o de Parintins que apareceu nas declarações de Iolanda à imprensa. Nele, criava-se uma situação de possíveis aproximações entre as “moças” do Projeto Rondon e as mulheres do interior do Brasil. A criação desses clubes se tornou recorrente, em especial nas cidades dos *campi* avançados, o que indica a possibilidade de que a prática era incentivada pela coordenação do programa. Segundo documento sobre os *campi* avançados elaborado pelo Grupo de Trabalho Projeto Rondon por volta de 1970, “em Parintins, sede do ‘Campus’ da Universidade da Guanabara, formaram-se associações comunitárias: *clube de mães*, clube de jovens e clube do guri, onde se promove a criatividade do elemento local, através do artesanato de objetos de uso prático e decorativo – revertendo para os associados o lucro obtido com a venda.”³⁹

Nas primeiras visitas técnicas, viagens de estudos, palestras e estágios promovidos pela Operação Mauá, participaram acadêmicos de cursos variados – das Engenharias, o carro chefe dessa política, à Química Industrial –, mas com grande primazia quantitativa de homens. Nas viagens e visitas, intensamente midiaticizadas como espécie de vitrine da Opema, havia exclusivamente jovens “rapazes” nos dois primeiros anos dessa política. Em parte, essa predominância masculina entre os participantes da Operação Mauá nos anos de 1968 e 1969 estava relacionada ao recorte de jovens universitários que constituíam o grupo visado pela iniciativa. A listagem de cursos atendidos pela Opema era composta, em sua maioria, por graduações em áreas técnicas em que havia uma predominância de acadêmicos do gênero masculino, das quais as engenharias são o maior exemplo. Nessas ações da Opema, portanto, reproduzia-se a concepção de que os “rapazes” eram mais aptos para campos que envolvem o raciocínio lógico-matemático. Mas havia peculiaridades, em especial ligadas a questões logísticas e financeiras impostas pelas viagens de estudo e visitas técnicas.

³⁷ *Idem*. As informações analisadas foram também retiradas de: Índia Roseli chega ao Rio com nova mãe. *Jornal do Brasil*, sexta-feira, 20 fev. 1970, capa e Iolanda de Sousa adota índia Roseli. *Jornal do Brasil*, sexta-feira, 20 fev. 1970, 1º Caderno p. 7.

³⁸ Coluna “Gente”. *Jornal do Brasil*, quinta-feira, 9 jul. 1970, 1º Caderno p. 7.

³⁹ GRUPO DE TRABALHO PROJETO RONDON. “Campi” avançados, c. 1970. Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, fundo CACS, caixa 160, maço 10, fl. 2.

No caso das viagens de estudos e visitas técnicas organizadas pela Operação Mauá, o uso dos navios da Marinha em serviço para o transporte dos jovens impossibilitava, segundo informações oficiais e dados publicados na imprensa, a participação de jovens mulheres devido a regras internas das Forças Armadas. Essa forma de transportar os estudantes tinha vantagens econômicas, reduzindo os custos do Ministério dos Transportes, e começou logo com as primeiras atividades da Opema. O roteiro logístico do Projeto Rondon se reproduzia, em parte, no programa do Ministério dos Transportes. Assim, os jovens estudantes eram submetidos à mesma rotina militarizada que organizava o cotidiano do restante da tripulação dos navios: cerimônias cívicas, como hasteamento da bandeira nacional; ao menos duas horas de atividades físicas diárias; e apresentação pública de temas históricos ou geográficos com teor nacionalista, por exemplo. A convivência entre os marinheiros e os jovens estudantes – que, sem dúvidas, aproximava dois perfis distintos de juventude – parecia ser de entendimento.

Ao menos, era assim que elas eram noticiadas pela grande imprensa, como na reportagem publicada pelo jornal *Diário de Notícias*, em agosto de 1968, ao fim da primeira viagem de estudos promovida pela Opema. Os 75 jovens mineiros, fluminenses, paulistas e paranaenses haviam viajado por 13 dias a bordo do navio Ary Parreiras, visitando obras patrocinadas pelo governo do general Costa e Silva nos estados do Espírito Santo e da Bahia. Todos eram estudantes de Engenharia e haviam, segundo o jornal, sido “muito elogiados pela tripulação do ‘Ary Parreiras’, pela maneira correta como se portaram a bordo, durante a viagem de volta ao Rio.” Como sinal de agradecimento aos militares, os jovens teriam se reunido no dique, logo após o desembarque no Arsenal da Marinha, para fazer uma saudação aos marinheiros, “gesto que calou fundo nos militares, que prontamente retribuíram com entusiásticos aplausos.”⁴⁰

A presença ou ausência de estudantes mulheres nas ações da Operação Mauá sofreu um processo de midiaticização a partir de meados do ano de 1969. Na maneira como a grande imprensa pautou esse tema, sobressaíam dois aspectos. Primeiro, o caráter anedótico, em alguns casos com um pretense efeito de humor que reforçava visões misóginas características desse contexto. Segundo, a identificação de demandas dos jovens, fossem eles rapazes – que se ressentiam da “falta” de mulheres nos espaços da Opema, também em perspectiva que reafirmava concepções patriarcais – ou moças – que demandavam do Ministério dos Transportes um lugar nos programas de inserção profissional promovidos pela Opema.

⁴⁰ Estudantes da Operação Mauá voltam ao Rio. *Diário de Notícias*, 11 ago. 1968, 4ª seção, p. 4.

Um exemplo da segunda categoria de flexão de gênero da juventude pela mídia veio a público na coluna “Heron Domingues com a notícia”, publicada no jornal *Diário de Notícias* em junho de 1969. Segundo o jornalista, o ministro Mário Andreazza, ao ser questionado por uma jovem universitária sobre os motivos pelos quais a Opema não aceitava mulheres, teria se dirigido ao então coordenador da iniciativa, coronel João Carlos Nobre da Veiga, e questionado: “Como é, Coronel, o Senhor está deixando o melhor de fora?” Veiga teria respondido que a ausência de estudantes mulheres nas atividades da Operação tinha a ver com o fato de que as viagens eram feitas em navio de guerra, “onde não há acomodações para mulheres”. O ponto de vista do ministro implicava que a participação das mulheres na iniciativa deveria se dar como objeto do olhar masculino, não, como ele repetia insistentemente ao flexionar a juventude no masculino nessa mesma conjuntura, para a sua *participação* por meio da integração na “comunidade dos Transportes”. Segundo o articulista do *Diário de Notícias*, Andreazza havia aceitado a explicação do coronel Veiga. A jovem, entretanto, “não ficou convencida”.⁴¹

No primeiro caso, a queixa de jovens rapazes sobre a ausência de participantes mulheres na Opema se dava no contexto em que predominavam os primeiros balanços sobre a iniciativa governamental publicados pela imprensa. Na forma como foram noticiadas, essas percepções dos jovens participantes do programa demonstravam a sua adesão à Operação Mauá a ponto de proporem melhorias e reconhecerem a validade da iniciativa, inclusive tendo como ponto de comparação aquela que já aparecia como a política da ditadura direcionada à juventude mais bem-sucedida então – o Projeto Rondon. Em reportagem publicada no jornal *O Globo* em 7 de julho de 1969, afirmava-se que “a ausência de m^oças na ‘Operação Mauá’ é a única queixa dos 117 estudantes que participam do empreendimento”. A reportagem era longa, com informações detalhadas sobre a rotina dos estudantes de diferentes regiões do país que estavam viajando a bordo do navio-transporte de tropas Soares Dutra, da Marinha, para visitar obras do Ministério dos Transportes nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Ela também repercutia a recepção à afirmação de Mário Andreazza, segundo a qual o ministro “desconhece a falta de emprego para engenheiro no País”. O texto apresentava falas de estudantes de Engenharia participantes da Opema que se contrapunham à visão do ministro dos Transportes e reclamavam das dificuldades para a inserção profissional dos jovens.

O foco, entretanto, estava na flexão da juventude em gênero – ou, melhor, na sua ausência no âmbito da Opema. A reportagem d’*O Globo* informava que “a proibição da presença de m^oças na ‘Operação Mauá’” seria uma “medida” avaliada negativamente pelos

⁴¹ Coluna “Heron Domingues com as notícias”. *Diário de Notícias*, 27 jun. 1969, 1ª seção, p. 6.

estudantes, que “consideram ‘bastante dura para quem está acostumado à constante presença da figura feminina nas horas de estudo’”.⁴² A afirmação – citada entre aspas pela reportagem, dando a entender que havia sido dita por alguns rapazes da Opema não identificado nominalmente – objetificava as estudantes mulheres, demandando a sua presença para que suprissem as vontades dos jovens “rapazes”. Além disso, ao denominar a inexistência de “moças” na viagem de estudo como uma “medida” da Opema, a reportagem sugeria uma exclusão deliberada e estruturada dos gestores dessa política. *O Globo* não informava aos seus leitores, por exemplo, que a presença de mulheres a bordo de navios em serviço era interdita pela Marinha, com quem a Operação Mauá tinha um acordo que viabilizava o transporte dos universitários no programa de viagens de estudos. Além dessa crítica, que colocava em jogo a questão do gênero da juventude, a reportagem dizia também que os estudantes reclamavam da curta duração das ações da Opema. Segundo o documento, “o empreendimento, por pura falta de tempo, permite-lhes somente adquirir uma visão superficial de problemas que mereciam ser estudados em detalhes.” Essa crítica seria mais recorrente entre os jovens que, antes de participarem da viagem de estudos promovida pela Opema, haviam se integrado ao Projeto Rondon.⁴³

De qualquer forma, a notícia contemporizava as críticas feitas pelos jovens de duas formas. Sobre a ausência de jovens mulheres, afirmava que “os estudantes acham que o empreendimento do Ministério dos Transportes tende a oferecer-lhes uma nova visão global do que é feito no Brasil no campo da Engenharia”. Sobre a segunda crítica, *O Globo* informava que “a maioria [dos jovens] acredita que muito em breve a coordenação da ‘Operação Mauá’ apresentará um plano de trabalho que frutificará de acordo com suas intenções, principalmente agora que já existe o decreto que a instituiu.”⁴⁴

Antes desses eventos, porém, já havia “moças” que participavam da Opema, em outras atividades que não fossem as viagens de estudos. A inserção de jovens estudantes mulheres nas ações da Opema se dava de forma minoritária e em atividades limitadas (estágios, em particular), a ponto de chamar a atenção de jornalistas do período. Um exemplo é a reportagem “Operação Mauá fez triagem de estudantes no DETRAN”, publicada no jornal *O Globo* em 2 de julho de 1969. O tema central do texto era o início do programa de estágios da Opema no Departamento de Trânsito da Guanabara, o primeiro do tipo implementado pelo Ministério dos

⁴² Operação Mau: ausência de moças é a queixa dos jovens. *O Globo*, 7 jul. 1969, Vespertina, Geral, p. 6.

⁴³ Interessante notar que, nessa mesma conjuntura, os participantes do Projeto Rondon faziam a mesma crítica às primeiras ações do programa através de seus relatórios e de falas a jornalistas. Os rondonistas demandavam uma ação continuada por parte do programa, o que resultaria na criação dos *campi* avançados no segundo semestre de 1969. Cf. AMATO, Gabriel. *Op. citada*, 2019, p. 111-112.

⁴⁴ Operação Mau: ausência de moças é a queixa dos jovens. *O Globo*, 7 jul. 1969, Vespertina, Geral, p. 6.

Transportes. Mas a presença de jovens moças entre os estagiários marcou o tom do texto. A notícia informava aos leitores que, dos 54 participantes da Opema inscritos para o estágio, apenas três eram mulheres, sendo que uma delas – estudante de Jornalismo – não havia comparecido à triagem realizada pelo Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN). As tarefas que seriam realizadas pelos estudantes se relacionavam ao serviço de tráfego urbano, apresentado como “o maior mercado de trabalho no Brasil”, em atividades como levantamento topográfico, atualizações de dados cadastrais de veículos, reparo em sinalizações, estudo dos testes psicotécnicos, censo origem/destino em transporte coletivo etc.

O jornal, entretanto, dava destaque às condições em que iriam estagiar as duas estudantes mulheres da Opema, as únicas citadas nominalmente. A primeira era Vanda Almeida Castro, de 23 anos, que cursava Arquitetura na UFRJ. “Morando em Ricardo de Albuquerque”, informava *O Globo*, “ela fará suas refeições no próprio DETRAN e trabalhará no censo de origem e destino nos terminais de coletivos no Centro.” A forma como o estágio de Vanda foi noticiado indica as questões levantadas pela presença de jovens mulheres nas atividades da Opema: a preocupação com seu deslocamento, tendo em vista que ela morava em um bairro da Zona Norte do Rio de Janeiro e iria desempenhar as suas atividades no centro da cidade, e com sua alimentação. A outra estagiária da Opema no Detran nas férias de 1969 era apresentada como Deir Tibeiro da Silva. Sua idade não foi informada pela reportagem, mas a informação de que ela era estudante do 8º ano do curso técnico de Estradas na Escola Técnica Federal do Rio de Janeiro sugere que ela seria mais jovem do que Vanda. De acordo com *O Globo*, Deir “desempenhará suas funções fazendo revisão de cadastros de placas de regulamentação no Centro e Zona Sul, e também almoçará no DETRAN, pois mora em Santa Cruz”. Mais uma vez, prevalecia a preocupação, informada em concepções sobre as relações de gênero, acerca do deslocamento e da alimentação da estagiária. Ao contrário, sobre os outros estagiários da Opema no Detran, todos homens, não havia as mesmas informações. O jornal se limitava a informar que os estagiários iriam receber uma diária de NCr\$ 10,00, alimentação e, “possivelmente”, o transporte.⁴⁵

A midiaticização da ausência de jovens mulheres nas atividades da Opema em jornais de grande circulação nacional, como *O Globo* ou o *Jornal do Brasil*, parece ter acionado medidas imediatas no Ministério dos Transportes. As primeiras, entretanto, apareciam – mais uma vez, na grande imprensa – com embaraço que não deixou de ser sugerido pelos mesmos órgãos jornalísticos. Em reportagem publicada em 16 de julho de 1969, pouco mais de uma semana

⁴⁵ Operação Mauá fez triagens de estudantes no DETRAN. *O Globo*, 2 jul. 1969, Geral, p. 10.

após as primeiras notícias sobre a ausência de mulheres na Opema, *O Globo* informava aos leitores que um grupo de normalistas de Patos de Minas, interior de Minas Gerais, supostamente havia iniciado a sua participação no programa do Ministério dos Transportes com um levantamento socioeconômico sobre as taxas de analfabetismo em seu município de origem. Segundo a fonte jornalística, “apesar de a maioria das normalistas desconhecer até há pouco sua inclusão no esquema da Operação, as moças logo se mostraram entusiasmadas”.

Como indiquei anteriormente, havia uma pressão na imprensa escrita sobre a ausência de “moças” na Operação Mauá, que, em certa medida, ressoava os pontos de vista dos primeiros jovens “rapazes” que se integraram essa política. Nesse sentido, a própria reportagem sugeria, implicitamente, que havia algo de artificial na inserção das estudantes mineiras na Operação Mauá: além de afirmar o desconhecimento das estudantes sobre a ação, ela dizia que as jovens estavam no Rio por outros motivos – convidar o ministro Mário Andreazza para ser paraninfo de sua turma de formandas – quando receberam a notícia de que iriam realizar o levantamento. A inserção das futuras professoras nas ações da Opema se mostrava ainda mais fortuita quando lembramos os objetivos declarados dessa política da ditadura para a juventude – qual seja, inserir os jovens estudantes das áreas técnicas e engenharias (não do campo da educação) nos mundos do trabalho. Ainda de acordo com *O Globo*, o próprio professor que acompanhava as estudantes no Rio de Janeiro, Décio Pereira Fonseca, “explicou que o fato de normalistas ingressarem na Operação Mauá é uma exceção”. De acordo com ele, o convite do ministro dos Transportes teria surgido a partir de uma visita à cidade, quando estava sendo inaugurada a pavimentação da Rodovia do Milho, e foi constatada a inexistência de escolas de ensino superior nas quais as estudantes pudessem prosseguir os estudos. De acordo com o ponto de vista de uma das estudantes, Maria Maura Alves, “a maioria acaba se acomodando na cidade, algumas vão lecionar na roça e as mais audaciosas acabam nos grandes centros urbanos, esquecendo de voltar ao torrão natal.”⁴⁶

A artificialidade dessa suposta primeira ação de jovens mulheres junto à Opema mostrase ainda maior quando se coteja informações posteriores, noticiadas também na imprensa. *O Globo*, por exemplo, informou que apenas em fevereiro de 1970 foi realizada a primeira viagem de estudos de uma delegação feminina. Ela era formada por 32 estudantes, todas de faculdades da Guanabara e do estado do Rio de Janeiro. Seus cursos eram Administração e Engenharia Química. Fazia parte da viagem a visita a obras rodoviárias no Rio Grande do Sul, sempre acompanhadas da comitiva do ministro dos Transportes. Segundo a reportagem, aquela seria

⁴⁶ Estudantes mineiras participam da Operação Mauá no Rio. *O Globo*, 16 jul. 1969, Matutina, Geral, p. 5.

“a primeira viagem com a participação exclusiva de universitárias realizada pela OPEMA, devido a dificuldade de alojamento, que desta vez foi conseguido no Clube Náutico União.” Nesse caso, havia ainda um outro detalhe, também indicativo das flexões de gênero nas políticas da ditadura para a juventude e que foi motivo de um pedido de desculpas do então coordenador da Operação, coronel João Carlos Nobre da Veiga: “as refeições serem por conta das môças, já que a verba da OPEMA é pequena”.⁴⁷ As delegações anteriores (exclusivamente masculinas), entretanto, tinham a alimentação garantida pelas empresas que visitavam durante as viagens de estudos e já partiam para a viagem com essa informação anunciada pela coordenação da Opema.

A flexão de gênero dos jovens que participavam da Operação permaneceu ao longo da década de 1970, como indicam diferenciações que agrupavam em “delegações femininas” e “delegações masculinas” os estudantes nas viagens patrocinadas pelo Ministério dos Transportes. Quando noticiada pela imprensa, essa divisão chegou a ser qualificada como provisória. É o caso de reportagem sobre a viagem de 32 estudantes cariocas para conhecer obras e fábricas no estado do Paraná em meados de 1972. “As turmas da Operação Mauá”, pontuava a reportagem do *Diário de Notícias*, “por enquanto ainda não são mistas, face a problemas de alojamento.”⁴⁸ Mas houve a persistência do binarismo de gênero nas viagens ao longo do tempo. Em dezembro de 1975, quando o mesmo jornal informou em detalhes aos seus leitores a dinâmica das ações da Opema que se iniciariam em janeiro de 1976, afirmou que “a OPEMA-76, a exemplo do que ocorreu nos anos anteriores, não formará equipes mistas, organizando grupos masculinos e femininos que durante os dois primeiros meses do próximo ano estarão percorrendo todas as capitais estaduais [...]”.⁴⁹

Por um lado, essas diferenciações estavam associadas a motivos de ordem logística e isso era conhecido pelos organizadores da Opema durante a década de 1970. Esse era um tema abordado nas atividades de preparação dos participantes das viagens de estudos, possivelmente indicando uma antecipação à crítica de que havia mais vagas destinadas a jovens homens nas atividades dessa política do Ministério dos Transportes. Afinal, mesmo com a inserção de jovens mulheres às atividades, as reportagens de jornal geralmente anunciavam uma proporção de 2 viagens de delegações masculinas para 1 de femininas na década de 1970. Como noticiou

⁴⁷ Universitárias da Operação-Mauá viajam para o Sul. *O Globo*, 23 fev. 1970, Vespertina, Geral, p. 14. A viagem da delegação feminina também foi noticiada em Operação Mauá vai agora aos gaúchos. *Diário de Notícias*, 21 fev. 1970, 1ª Seção, p. 7 e Operação Mauá: próxima viagem será para môças, *Correio da Manhã*, sábado, 21 fev. 1970, Anexo, p. 8. A reportagem do *Correio da Manhã* também destacou o fato de que os gastos com a viagem seriam todos por conta das estudantes, mas destacou que elas “já possuem[,] porém, vários convites para almoçarem nas indústrias que visitarem.”

⁴⁸ Operação Mauá leva 32 universitários da GB ao Paraná. *Diário de Notícias*, quinta-feira, 6 jul. 1972, p. 4. Grifos do autor.

⁴⁹ Opema dá início dia 5 a atividades. *Diário de Notícias*, 27 dez. 1975, p. 8.

O Jornal em fevereiro de 1970, o coronel João Carlos Nobre da Veiga “esclareceu às jovens sobre as dificuldades enfrentadas pelo Ministério para o alojamento de môças, ressaltando a importância da viagem para o amadurecimento cultural das jovens estudantes.”⁵⁰

O deslocamento permanecia, portanto, uma questão para as “moças”, o que direcionava os meios de transportes utilizados pelas delegações de jovens por gênero. Os navios disponibilizados pela Marinha, como já apontei, só aceitavam os “rapazes”, na Operação Mauá como no Projeto Rondon. Mas essa divisão ia além das regras da Marinha. A informação, divulgada por *O Globo* em 1971, de que as delegações femininas iriam viajar exclusivamente de trem para visitas técnicas em empresas de São Paulo e Rio Grande do Sul, enquanto as masculinas iriam viajar por rodovia os estados do Espírito Santo, Bahia e Santa Catarina, é indicativa dessa diferenciação.⁵¹

A acomodação das jovens também se mostrava uma preocupação para os gestores da Opema nesse mesmo contexto, para além da questão do transporte. Essa era uma questão logística que também afetava as delegações masculinas, mas em menor grau, seja porque era possível pernoitar nos navios da Marinha, seja porque havia maior disponibilidade de lugares dispostos a hospedar os “rapazes”. Em fevereiro de 1971, por exemplo, a Universidade Gama Filho recebeu agradecimentos públicos da coordenação da Opema por disponibilizar alojamento para 96 universitários paranaenses, baianos e mineiros – todos homens – em suas instalações.⁵² Com o tempo, entretanto, a coordenação da Operação Mauá criou uma rede de locais aptos a abrigarem as “moças” que participavam das viagens de estudo. Em janeiro de 1971, por exemplo, o jornal *Tribuna da Imprensa* noticiou que um grupo de estudantes mulheres havia se alojado durante cinco dias na Casa da Estudante Universitária de Curitiba (CEUC), no Paraná. A CEUC estava ligada à UFPR e havia sido criada em 1954 como uma moradia estudantil exclusivamente feminina a partir de articulações de militantes mulheres do movimento estudantil paranaense. O programa de visitas das universitárias contava com atividades em fábricas mantidas pela iniciativa privada e obras do Ministério dos Transportes na Rede Ferroviária Federal.⁵³

Ainda que, a partir de 1970, a *participação* de jovens “moças” nos programas da Operação Mauá tenha se tornado mais frequente, a forma como o gênero era flexionado na estruturação das viagens de estudo ou visitas técnicas das delegações femininas guardava

⁵⁰ OPEMA vai levar 32 jovens a Pôrto Alegre. *O Jornal*, 21 fev. 1970, 1º Caderno, p. 5.

⁵¹ Operação Mauá inscreve 2 100 universitários. *O Globo*, 27 out. 1971, Matutina, Geral, p. 9.

⁵² OPEMA: Coordenador agradece a Gama Filho. *Correio da Manhã*, quinta-feira, 4 fev. 1971, Anexo, p. 6.

⁵³ Môças da OPEMA estão de volta. *Tribuna da Imprensa*, 30 e 31 jan. 1971, p. 5.

particularidades. Em geral, essa organização orientada pelo gênero se traduzia em ações percebidas, pelas próprias estudantes, como menos proveitosas do que aquelas possibilitadas pela Opema aos jovens “rapazes”. A primeira viagem de estudos em que essas questões vieram à tona aconteceu em fevereiro de 1971. Dela, participaram 32 universitárias cariocas que embarcaram rumo a Salvador e, dali, cumpriram extenso programa de visitas ao parque industrial baiano durante cinco dias. O grupo de jovens era formado por estudantes dos cursos de Direito, Engenharia, Química, Economia, Economia Doméstica, Geografia, Psicologia e Administração de Empresas da Faculdade Cândido Mendes, da PUC-RJ, da Universidade Rural do Brasil (atual UFRRJ) e da Escola Nacional de Química (atual UFRJ). Havia também estudantes mais jovens, da Escola Técnica Celso Suckow (atual CEFET-RJ). Sob a orientação de uma coordenadora mulher, identificada pela imprensa apenas como Maria Augusta, as “moças” visitaram a fábrica de cigarros Souza Cruz, a Base Naval de Aratu, a refinaria Landolfo Alves, da Petrobrás, e a cervejaria Cibeb. As atividades das jovens incluíram também um “programa recreativo”, com a participação na festa popular à Iemanjá no dia 2 de fevereiro.

De acordo com o jornal *Diário de Notícias*, o coronel João Nobre da Veiga, coordenador da Opema, havia afirmado às jovens, durante as atividades de preparação prévia para a viagem, “ser essa uma oportunidade para o conhecimento direto de atividades que poderão exercer dentro da carreira para a qual se preparam nas salas-de-aula”. Além disso, Veiga teria se mostrado preocupado também com as atitudes das estudantes durante o programa de visitas a indústrias baianas, acentuando “que do comportamento de cada grupo de jovens depende não só o sucesso mas a própria continuidade da Operação Mauá”.⁵⁴ Esse, aliás, seria o tom permanente das falas do coronel durante as atividades de preparação para as viagens da Operação Mauá, em especial aquelas destinadas às delegações femininas. Em julho do ano seguinte, durante reunião entre um grupo de jovens mulheres que iriam para o Paraná e a coordenação da Opema, Veiga, mais uma vez, “traçou uma série de normas de conduta para as moças, lembrando que a pontualidade é um dos pontos mais importantes a serem observados”. Nessa atividade específica, a ênfase do discurso do coronel na questão comportamental das jovens teria sido suscitada pela ausência de algumas das estudantes convocadas. Ainda de acordo com reportagem do *Diário de Notícias*, João Nobre da Veiga “ressaltou como ponto

⁵⁴ Operação leva 32 jovens à Bahia. *Diário de Notícias*, 28 jan. 1971, 1ª Seção, p. 3. Cf. também Operação Mauá visita usina de xisto da Petrobrás no Paraná. *Diário de Notícias*, 30 jan. 1971, 1ª Seção, p. 5; Operação Mauá nas indústrias baianas. *Diário de Notícias*, 4 fev. 1971, p. 2; Estudantes vão à Bahia ver fábricas. *Jornal do Brasil*, 28 jan. 1971, 1º Caderno, p. 13.

importante na disciplina da excursão a pontualidade nos horários estabelecidos pelas empresas que recebem os estudantes.”⁵⁵

Possivelmente contrariando as expectativas dos coordenadores da Opema, a viagem à Bahia realizada em 1971 suscitou percepções negativas nas estudantes e os pontos de vistas das jovens “moças” foram noticiados pelos jornais. A imprensa, entretanto, buscou minimizar o peso dessas críticas, seja afirmando que sempre haveria um “lado bom” simplesmente na possibilidade de conhecer a Bahia, seja validando a visão das estudantes por seu caráter de crítica construtiva. “Se a grande maioria das môças considerou a experiência altamente proveitosa”, informou o *Diário de Notícias*, “tôdas elas tiveram o direito de fazer suas críticas”. Segundo o mesmo jornal, o desconforto com os limites da programação prescrita às jovens havia se iniciado ainda durante as visitas aos espaços das fábricas baianas.

Durante as atividades na refinaria Landulfo Alves, uma das estudantes – identificada apenas como “Célia, futura engenheira” – teria exigido “dos técnicos a conversão da visita numa aula prática que, embora demorada, não chegou para a solução de todos os problemas apresentados.” Além disso, a reportagem informava que o “clima de interêsse” havia se convertido em “desinteresse” durante a visita à oficina de vagões de trem. Após as visitas, as apreciações negativas sobre o programa por parte das estudantes se intensificaram. Sua porta-voz foi Cláudia Maria Santos, identificada como uma estudante de Economia da Faculdade Cândido Mendes e descrita pelo jornal como a “mais alegre de todo o grupo”. A principal reclamação de Santos, indicativa do caráter menos sistemático da programação organizada para as jovens mulheres, referia-se à ausência de um critério de interesses por curso nas atividades. “Eu faço Economia, sou do segundo ano e não tive nesta visita maior aproveitamento. Para quem estuda Engenharia e Química, foi genial. Para mim, não. Tôdas as perguntas que fiz na Petrobrás ficaram sem respostas; êles alegaram que não eram técnicos no assunto”, declarou a jovem.⁵⁶

Não por acaso, o *Correio da Manhã* escalou uma jornalista mulher para acompanhar e noticiar a viagem das estudantes cariocas à Bahia. Sob censura prévia e novos proprietários, o jornal, que entre 1964 e 1968 havia sido um dos principais veículos da mídia liberal críticos à ditadura, mostrava-se um entusiasta da Operação Mauá nesse contexto. A decisão do corpo editorial do *Correio* de escalar uma jornalista mulher para acompanhar uma delegação feminina da Operação não era inédita. Ela já havia sido anunciada em fevereiro de 1970, quando uma reportagem do jornal sobre a primeira viagem de estudos exclusivamente de “moças”, citada

⁵⁵ Operação Mauá leva 32 universitários da GB ao Paraná. *Diário de Notícias*, quinta-feira, 6 jul. 1972, p. 4.

⁵⁶ Operação Mauá mostra a indústria ao vivo. *Diário de Notícias*, 11 fev. 1971, p. 3.

anteriormente, estava para acontecer. Nessa ocasião, as coordenadoras responsáveis pela viagem das jovens também eram mulheres, segundo o jornal: Teresinha da Conceição Silva e Guaracy Soyza Valente, que se revezariam nas “providências que forem necessárias” durante as atividades. A repórter anunciada para cobrir a viagem era Maria Cristina Brasil.⁵⁷ Mas seus textos parecem não ter sido publicados no *Correio da Manhã*.

Na viagem à Bahia realizada em fevereiro de 1971, a jornalista Sílvia Helena Viana foi a escolhida para acompanhar as “moças” em sua participação na Operação Mauá. Ela publicou dois textos no *Correio da Manhã*, em que relatava o cotidiano das visitas técnicas realizadas pelas jovens e já apresentava contrapontos às percepções críticas sobre a viagem, que, como indiquei, foram repercutidas na imprensa alguns dias depois por jornais menos otimistas com a iniciativa, como o *Diário de Notícias*. Ao detalhar a visita feita à fábrica de cigarros Souza Cruz, Viana afirmava que as jovens haviam sido divididas em três grupos, de acordo com a área de estudos: Química, Economia, Administração de Empresas e demais cursos. O percurso da visita técnica, entretanto, seria o mesmo para todas as estudantes, o que não seria “surpresa” para várias das jovens “moças” porque “muitas delas participaram anteriormente da OPEMA, que desde 1968 promove intercâmbio de visitas entre 18 dos mais importantes Estados [sic] do Brasil.” Para defender o seu ponto de vista sobre a dinâmica das ações da Operação Mauá, Sílvia citava a percepção de Célia, estudante de Química que seria habituada a visitar indústrias desde o secundário e que estava em sua segunda viagem de estudos pela iniciativa – no ano anterior, ela havia ido ao Rio Grande do Sul. Segundo a fala atribuída a Célia, ela pensava que as viagens “não poderiam mesmo ser de especialização – a começar pelo número sempre grande de estudantes que participaram – e pretendem uma aproximação dos alunos do ciclo básico de diversas faculdades para uma escolha acertada no ciclo profissional.”⁵⁸

Assim como em reportagens publicadas em outros jornais, entretanto, também nos textos de Sílvia Helena no *Correio da Manhã* destacavam-se as associações entre a viagem das jovens estudantes e os momentos de sociabilidade juvenil em Salvador, no que a repórter sintetizou como “capoeiras, candomblés e festas”. Quando foram liberadas da programação oficial de visitas técnicas a indústrias e obras promovidas pelo governo, as estudantes participaram não apenas da festa do dia de Iemanjá no Rio Vermelho, como já citado, mas também da inauguração do novo Mercado Modelo da capital baiana. Segundo Viana, “todo o

⁵⁷ Operação Mauá: próxima viagem será para môças. *Correio da Manhã*, sábado, 21 fev. 1970, Anexo, p. 8.

⁵⁸ VIANA, Sílvia Helena. OPEMA. *Correio da Manhã*, quarta-feira, 3 fev. 1971, Anexo, p. 7.

mundo queria também conhecer a Bahia, e a OPEMA não cortou o programa turístico de ninguém e uma das universitárias chegou a achar ‘o programa extra-oficial mais intenso’.”⁵⁹

Apesar dessas particularidades e dificuldades, a *participação* feminina no Projeto Rondon e na Operação Mauá sedimentou-se ao longo do tempo. A tal ponto que, cerca de dez anos após as primeiras ações dessas políticas, elas eram compreendidas como o mais adequado “serviço cívico” para as jovens mulheres brasileiras. Esse entendimento partiu de uma avaliação elaborada em 1977 pelo então ministro chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Moacyr Barcellos Potyguara, de uma proposta de emenda à Constituição inicialmente apresentada em 1975. O projeto visava alterar o artigo 92 da Carta de 1967, que tratava do tema das Forças Armadas. Segundo a proposta, ele passaria a ter a seguinte redação: “As mulheres e os eclesiásticos ficam isentos do serviço militar em tempo de paz, sujeitos, porém, à prestação de serviço cívico nos setores da educação, saúde e assistência religiosa e social, nos termos que a lei determinar.” Na justificava que os parlamentares arenistas e emedebistas apresentaram para a emenda, eles lembravam o fato de 1975 ter sido o Ano Internacional da Mulher definido pela Organização das Nações Unidas (ONU) para fundamentar o projeto com a afirmação de que “a mulher de hoje necessita da oportunidade de se mostrar útil ao País e apresenta condições para servir nos mais diferentes setores da sociedade.” Composto exclusivamente por homens, o grupo recorria também a um memorial apresentado pelo Conselho Nacional de Mulheres do Brasil ao general-presidente Médici, em 1971. Nele, haveria a sugestão, citada na justificativa dos deputados e senadores, de que fosse criado um “Serviço Cívico Feminino, para jovens de 18 a 21 anos de idade, para as egressas de cursos universitários, com o aproveitamento de suas qualificações, abrindo-se, ainda, o voluntariado às instituições femininas de utilidade pública, a fim de cooperarem, efetivamente, no desenvolvimento comunitário”.⁶⁰

No documento que produziu em setembro de 1977, o general Moacyr Barcellos Potyguara elogiava os autores da proposta por sua “louvável intenção” para, na sequência, emitir, em nome do Estado-Maior, um parecer desfavorável à emenda constitucional. Sua posição era justificada por três argumentos. Primeiro, na medida em que a Lei do Serviço Militar, de 1964, e suas regulamentações já tratavam da matéria. Segundo, porque “já existem organismos, tais como a Fundação Projeto Rondon, Fundação [sic] Projeto Mauá e outros, em que o elemento feminino pode prestar serviços à Nação, em tempo de paz, voluntariamente.”

⁵⁹ VIANA, Sílvia Helena. Uma operação, dia a dia. *Correio da Manhã*, quarta-feira, 10 fev. 1971, Anexo, p. 2.

⁶⁰ *Diário do Congresso Nacional*, 27 de novembro de 1975, ano XXX, nº 155, Seção I, p. 11.035-11.036.

Por fim, pelo ônus financeiro que uma iniciativa nesses moldes trazia aos cofres públicos.⁶¹ No ponto de vista do militar, portanto, as jovens estudantes universitárias que se enquadravam no perfil descrito pelo projeto dos parlamentares encontravam nos programas do Ministério do Interior e do Ministério dos Transportes espaços adequados para a sua *participação* e para prestarem um serviço cívico em alguma medida análogo ao serviço militar para os homens.

As flexões da juventude em gênero também estavam presentes nos diretórios juvenis dos partidos políticos, ainda que, tanto na Arena Jovem quanto no MDB jovem, predominassem os militantes homens. Nesses casos, reproduzia-se a interdição de longa duração à atuação política feminina, assentada na concepção patriarcal de que a vida pública (portanto, política em sentido estrito) era uma exclusividade dos homens. Às jovens mulheres, caberia o cuidado com a família e os afazeres domésticos, polo oposto da vida política no binarismo entre os gêneros estabelecida no âmbito da sociedade patriarcal. Além disso, há um dado significativo a se considerar: junto dos diretórios juvenis e trabalhistas, foram criados, tanto na Arena como no MDB, diretórios femininos nos partidos políticos entre fins dos anos 1960 e início da década de 1970. Ainda que desconheça estudos sobre esses departamentos, é possível supor que a sua existência levasse a maior parte das jovens mulheres que se identificavam com os partidos a procurar os diretórios femininos, não a Arena Jovem ou o MDB Jovem. Essa relativização ganha ainda mais importância quando se considera que há indícios de que era proibido a um militante da Arena participar de mais de um diretório dentre os existentes (trabalhista, jovem ou estudantil e feminino, via de regra) ao mesmo tempo.⁶²

Parecia haver, todavia, uma aproximação entre os departamentos juvenis, femininos e também trabalhistas, ainda que em menor escala, nos eventos e no espaço institucional do partido governista. Essa aproximação podia ser observada, por exemplo, na demanda de que fosse estabelecida uma exigência de 1/5 do setor jovem e 1/5 do setor feminino na renovação dos diretórios municipais da Arena. Ela foi apresentada como sugestão em dois momentos diferentes do documento síntese produzido como resultado do “Seminário de estudos sobre a reforma político-eleitoral”, realizado pela Arena Jovem do Rio Grande do Sul entre 3 e 8 de

⁶¹ Aviso nº 3109-COSEMI, 2 de setembro de 1977, p. 1-2. *Arquivo Nacional*, Fundo: Estado-Maior das Forças Armadas, BR_DFANBSB_2M_0_0_0451_v_01_d0055de0078.

⁶² De acordo com documento elaborado pelo diretório estadual da Arena em março de 1977, seria “vedado a um membro de qualquer Departamento a participação em outro Departamento”. O texto trata especificamente dos diretórios estudantil, trabalhista e feminino do partido, não citando explicitamente as seções juvenis. No entanto, havia uma sobreposição entre as condições juvenil e estudantil ao longo da regulamentação. Por exemplo: ao definir os critérios para a participação no Departamento Estudantil, um parágrafo único afirmava que a idade máxima seria 27 anos. Sem título. 1977. Fundo Arena do CPDOC/FGV. Série: Organização partidária (OP), subsérie: Arena Jovem (AJ). Classificação: ARENA 1969.11.25, fl. 03.

março de 1975. Em uma delas, a proposta era justificada pelo possibilidade de promover “uma efetiva e salutar renovação”.⁶³

Esses diretórios eram fundados a partir dos mesmos dispositivos da legislação partidária e seus membros muitas vezes participavam em audiências mantidas com lideranças arenistas em conjunto ou em sequência. Foi o caso das audiências mantidas com “jovens e mulheres” pelo general-presidente Ernesto Geisel no Paraná, em novembro de 1975. O evento aconteceu no contexto em que a base da Arena procurava se reorganizar após as derrotas eleitorais do ano anterior e, segundo noticiou a revista *Veja*, com os esforços de Geisel “a Arena não pode mais queixar-se da falta de estímulo para o trabalho eleitoral.” Na capital paranaense, o general se reuniu com integrantes da Arena Jovem e com a presidenta do departamento feminino da Arena gaúcha. Aos jovens arenistas, Geisel teria afirmado, em tom “incisivo” de acordo com *Veja*: “Não é possível que estes jovens vivam desorientados, que eles não tenham conhecimento dos problemas políticos. [...] O lugar de preparo [dos jovens] não pode ser a universidade. A escola tem outra finalidade. A escola política deve ser o partido.” Como fez várias vezes nessa mesma conjuntura – e como analisei no Capítulo III –, Geisel reafirmava os princípios de uma *participação* política subordinada da juventude, feita em espaços e momentos por ele pré-determinados. Ao mesmo tempo, reafirmava a noção da condição juvenil como vir a ser em constante preparação projetada para o futuro.

À presidenta do departamento feminino da Arena no Rio Grande do Sul, Nilza Bocchese Cunha, o general teria, segundo a revista *Veja*, intimado: “A mulher tem que sair da comodidade do lar e participar da política.”⁶⁴ Geisel emendava a sua fala com o dado de que as mulheres representavam 50% do eleitorado brasileiro. Mas silenciava o fato de que a participação política das mulheres em movimentos conservadores como os departamentos femininos da Arena na década de 1970 se dava a partir de um lugar particular. Como argumenta Janáina Martins Cordeiro, ao analisar a atuação das mulheres na CAMDE, “o que autorizava a atuação política dessas mulheres era sua condição de ser privado”, de mães, esposas e donas de casa. Essa concepção era, inclusive, reivindicada por elas. Seria impensável, na visão dessas mulheres que compartilhavam uma cultura conservadora e anticomunista, atuarem no espaço público sem a autorização explícita de seus maridos.⁶⁵

⁶³ Seminário de estudos sobre a reforma político-eleitoral: documento síntese. In: Manual do dirigente jovem – Arena Jovem do Rio Grande do Sul, administração 74/75. 1975. Fundo Arena do CPDOC/FGV. Série: Organização partidária (OP), subsérie: Arena Jovem (AJ). Classificação: ARENA 16f., fl. 9 e fl. 12, respectivamente.

⁶⁴ A Arena sob novo comando. *Veja*, nº 376, 19 nov. 1975, p. 21 e p. 22, respectivamente.

⁶⁵ CORDEIRO, Janaina Martins. *Op. citada*, 2009, p. 105 e p. 107.

Esses pontos de vista se estendiam ao espaço de atuação das mulheres arenistas. Nilza Bocchese Cunha, por exemplo, era esposa de Valdomiro Bocchese Cunha, militante da Arena e prefeito da cidade de Antônio Prado, interior do Rio Grande do Sul, no final da década de 1960. Sua inserção na política, portanto, dava-se como extensão de seu lugar como esposa, na vida privada. Esse ponto de vista podia ser também encontrado em textos publicados nos órgãos de comunicação internos à Arena. Na edição do *Boletim Mensal* publicado pelo departamento regional da Arena do estado de São Paulo em novembro de 1975, mesmo mês em que a edição de *Veja* publicou a reportagem que narra o encontro entre Geisel e a presidenta do departamento feminino da Arena gaúcha, há um artigo intitulado “A hora da mulher”. Nele, os arenistas paulistas faziam uma convocação às mulheres de diferentes profissões para que se integrassem ao partido governista, tornando-se uma “mulher-membro do Partido” com atuação tanto nos palanques quanto nas periferias, nas fábricas e nas igrejas. A partir da afirmação de que seria o momento de as mulheres criarem departamentos femininos da Arena, o texto listava ainda uma série de atividades historicamente associadas à feminilidade (aulas de corte e costura, alfabetização de adultos etc.) e que deveriam acontecer nos diretórios em associação ao debate político. O artigo concluía com a reafirmação do ponto de vista que associava a inserção da mulher na vida política como extensão de seu lugar na vida doméstica, dizendo que “é ela quem substitui, na retaguarda do lar e da vida, o espaço vazio deixado pelo homem no afã de seus avanços e conquistas.”⁶⁶

Mesmo nesse contexto, havia esforços direcionados a atrair as jovens “moças” para as fileiras da Arena a partir dos valores e percepções conservadores que animavam outros movimentos femininos no contexto da ditadura. Um deles se materializou no texto “Mensagem à mulher”, que constava no “Manual da Arena Jovem” paranaense elaborado na segunda metade da década de 1970. A partir dele, é possível analisar o ponto de vista por meio do qual os departamentos juvenis do partido buscavam mobilizar as chamadas “moças”. Apesar de não ter sido assinado, o texto era escrito na primeira pessoa do plural. Assumia-se, portanto, a voz de uma mulher – sem a especificação explícita do marcador de idade – vivendo o contexto de mudanças das expectativas sociais de gênero na segunda metade do século XX. Sua premissa era de que esse período seria caracterizado por uma “necessidade” de integração da mulher em espaços antes vetados ao gênero feminino. Mas, na perspectiva do texto de formação dos militantes da Arena Jovem, as mulheres recusavam-se a ocupar esses espaços que antes lhes eram interditos. “Hoje”, enunciava a mensagem, “essa oportunidade vem ao encontro das

⁶⁶ A hora da mulher. *Boletim Mensal*, Diretório Regional da Arena – São Paulo, nº 1, nov. 1975, p. 12. Fundo Arena do CPDOC/FGV. Classificação: R465.

mulheres, e podemos já ingressar em diversas atividades, exercer profissões e, no entanto, muitas vezes nos esquivamos e dizemos não.”⁶⁷ Esse raciocínio atribuía à mulher, individualmente, a decisão de ocupar ou não determinados lugares sociais vistos como masculinos, ignorando o peso de interdições e expectativas sociais mais amplas que persistiam nesse mesmo momento.

Em tom aconselhador, entremeado por perguntas retóricas, o texto prosseguia com um apelo para que as mulheres – sem abandonar as obrigações de “caminhar ao lado do homem” e educar “bem os filhos” – não se isolassem no lar. Na mensagem, o embasamento para esse chamado à *participação* se dava a partir de um lugar que, tacitamente, pressupunha-se para as jovens moças da Arena Jovem que poderiam ler aquele texto: o de mães, pois estariam “preparando estes filhos para viverem também nesse mundo”. Por um lado, portanto, a convocação para que as mulheres – jovens, pois vale lembrar mais uma vez que o texto estava presente em um manual da Arena Jovem – dava-se a partir dos contornos da *participação* subordinada prescrita pela ditadura, vista como a alternativa à “omissão”. Nesse sentido, o texto afirmava: “Temos não só o direito como o dever de arregaçar as mangas e, juntas com os nossos maridos, participar de tudo. Portanto não podemos nos omitir em campo algum, nem mesmo o da política.” Por outro lado, esse chamado reproduzido pela Arena Jovem do Paraná naturalizava a condição da mulher como mãe, tomando a sua atuação política (portanto, pública) como extensão de sua vida privada (como cuidadora do lar, do marido e dos filhos). Esse exercício estava presente em um dos questionamentos apresentados no texto, quando a possível autora comentava o desinteresse feminino pelo campo da política. “E com que direito”, perguntava o texto, “criticamos muitas vezes quando êste ou aquele fato de origem política nos atinge ou vai atingir nossos filhos?”⁶⁸

Os contornos da ação política das mulheres eram, na sequência da mensagem, listados: a participação em reuniões ou movimentos “e até de nos inscrevermos num partido político.” Aqui, entraria a Arena – seja através de seus diretórios juvenis, como aquele que havia produzido e distribuído o manual em que a “Mensagem à mulher” aparecia, seja dos departamentos femininos. Retomando os contornos subordinados da *participação*, o texto afirmava ainda que “participar não significa que devemos ocupar um cargo ou nos candidarmos à [sic] ele, mas, isto sim, todo o tipo de trabalho por pequeno que seja é válido, talvez apenas sugerindo.” Nesse sentido, legitimava-se o papel secundário, em atividades vistas

⁶⁷ “Mensagem à mulher”. In: *Manual da Arena Jovem Paraná*. Sem data (c. 1975-1979). Fundo Arena do CPDOC/FGV. Série: Organização partidária (OP), subsérie: Arena Jovem (AJ). Classificação: ARENA 35f., p. 3.

⁶⁸ *Idem.*, *Ibidem.*

como “femininas”, que as mulheres arenistas poderiam ocupar no espaço partidário. A última frase do texto, enfim, configurava-se em tom de apelo às mulheres-esposas que reafirmava esse mesmo ponto de vista: “Venha e incentive o seu companheiro com sua presença e sua atuação.”⁶⁹

No caso da Arena, apesar de haver a possibilidade de se filiar aos departamentos femininos, a abertura das seções juvenis do partido a “moças” e “rapazes”, supostamente em condição de igualdade, era explicitamente enunciada em alguns documentos partidários. Na resolução padrão para a criação de departamentos jovens da Arena do Rio Grande do Sul, elaborada em 1974 e publicada com pequenas modificações no “Manual do dirigente jovem” no ano seguinte, essa possibilidade era estabelecida no artigo 3º. Segundo o texto, “o Departamento [jovem] integrará em seus quadros *jovens de ambos os sexos*, os quais serão arrolados em relação única e serão considerados FUNDADORES do Departamento Municipal da ARENA JOVEM [...]”⁷⁰

A predominância da flexão de gênero masculina da juventude, acompanhada da majoritária ausência de mulheres nos diretórios jovens da Arena, é perceptível, contudo, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. O levantamento de nomes de lideranças dos departamentos juvenis arenistas na grande imprensa e no fundo documental da Arena, disponível no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, sustenta essa afirmação: dos 90 nomes identificados, 86 eram – como costumava-se dizer, à época – “rapazes”.⁷¹ As únicas exceções mapeadas na documentação consultada são, portanto, quatro. A primeira é Maria Anísia Melo Dantas, de 25 anos, citada como a vice-presidente da Juventude Arenista do Pará (JAP) em reportagem da revista *Veja* de julho de 1976.⁷² A segunda é Maira Souza da Veiga, citada no ofício circular enviado pelo presidente do diretório estadual de seu estado para o diretório nacional do partido como 2ª secretária da diretoria do Movimento Arenista Jovem de Santa Catarina na gestão 1975-1977.⁷³ A terceira e a quarta eram Verene Maria C. Branco Cordeiro e Sônia Maria Nunes Martins, eleitas, respectivamente, 1ª e 2ª secretarias da diretoria da Arena

⁶⁹ “Mensagem à mulher”. In: *Manual da Arena Jovem Paraná*. Sem data (c. 1975-1979). Fundo Arena do CPDOC/FGV. Série: Organização partidária (OP), subsérie: Arena Jovem (AJ). Classificação: ARENA 35f., p. 3.

⁷⁰ Resolução nº 01/74, presente no Manual do dirigente jovem. 1975. Fundo Arena do CPDOC/FGV. Série: Organização partidária (OP), subsérie: Arena Jovem (AJ). Classificação: ARENA-24f, p. 5 e X, respectivamente. Grifos meus.

⁷¹ Os jornais pesquisados foram *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, além da revista *Veja*.

⁷² Um lugar para os jovens. *Veja*, nº 409, 7 de julho de 1976, p. 23.

⁷³ Of. Circ. Nº 01/75 Chapa eleita para o biênio 75/77 da comissão diretora do Movimento Arenista Jovem de Santa Catarina – M.A.J Regional. Fundo Arena do CPDOC/FGV. Série: Organização partidária (OP), subsérie: Arena Jovem (AJ). Classificação: ARENA 1969.11.25.

Jovem do Piauí na chapa empossada em 1979, conforme carta enviada pelo diretório estadual para o diretório nacional do partido em julho do mesmo ano.⁷⁴

Pode-se, claro, questionar esses dados enquanto uma amostragem significativa das centenas de diretórios arenistas criados Brasil afora. Afinal, foram identificadas nominalmente lideranças de apenas 13 estados (São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Alagoas, Santa Catarina, Pará, Paraíba, Rondônia, Acre e Piauí). Além disso, mesmo que jovens mulheres ingressassem nas seções da Arena Jovem, pode-se supor que haveria dificuldades para que elas chegassem a cargos de liderança dentro do partido, tendo em vista as interdições estruturais a mulheres no campo da política. Mas, de qualquer forma, essas informações são significativas para pensarmos qual jovem, do ponto de vista de gênero, era predominante nos departamentos juvenis do partido de sustentação da ditadura.

Outros dados quantitativos que flexionavam a juventude em gênero no espaço da Arena Jovem podem ser encontrados em um relatório elaborado pelo departamento da juventude da Arena de São Paulo sobre os cursos de informação e estudos políticos promovidos pelo diretório juvenil do partido em 1977. O autor do documento era o deputado estadual Pedro Carolo, que presidiu a Assembleia Legislativa do estado de São Paulo e o diretório regional da Arena paulista. As atividades, promovidas em conjunto com o departamento da juventude arenista, eram, nesse sentido, apresentadas com tons elogiosos, nos quais se afirmava o seu “surpreendente sucesso” também como uma forma de autoelogio à sua gestão frente ao partido. Segundo o texto, os cursos eram abertos a todos os jovens interessados, não apenas àqueles oficialmente filiados à Arena Jovem. Mas, ainda assim, os dados são significativos, em especial quando pensamos que um dos objetivos desses cursos era justamente atrair novos (e jovens) militantes para a Arena. De acordo com Carolo, os cursos haviam sido “franqueados a patrícios de todas as idades e profissões, *de ambos os sexos*”. Mas “a esmagadora maioria dos inscritos se compunha de *estudantes*, na faixa etária de dezoito a trinta anos de idade.”⁷⁵

A afirmação de Carolo, em 1977, de que jovens “de ambos os sexos” procuravam os cursos promovidos pela Arena Jovem pode ser contrastada com outras informações produzidas pelo próprio departamento paulista da juventude arenista. Nelas, eram indicadas, com dados quantitativos, a flexão predominantemente masculina dos jovens que frequentavam essas atividades. Segundo o “Relatório inicial dos 10 cursos de informação política, realizados em

⁷⁴ Carta enviada por Valter Nunes Martins, presidente do CEJAPI, ao Diretório Nacional da Arena em 24 jul. 1979. Fundo Arena do CPDOC/FGV. Série: Organização partidária (OP), subsérie: Arena Jovem (AJ). Classificação: ARENA 1969.11.25.

⁷⁵ CAROLO, Pedro. Departamento da juventude. Brasília, 3 nov. 1977. Fundo Arena do CPDOC/FGV. Série: Organização partidária (OP), subsérie: Arena Jovem (AJ). Classificação: ARENA 1969.11.25, fl. 3. Grifos meus.

São Paulo de 11 de agosto de 1973 a 7 de novembro de 1975”, a idade média dos participantes dos cursos nesse período era de 26 anos. Havia, porém, um predomínio de jovens com 25 anos ou menos (68%). Além disso, em termos de gênero, o relatório trazia o dado de que 72% dos cursistas eram homens, enquanto apenas 28% era de mulheres. O longo e detalhado documento foi remetido por Cláudio Abrahão, então diretor executivo do Instituto de Formação e Estudos Políticos da Arena-SP formado no espaço do Departamento da Juventude, a Francelino Pereira, então presidente do Diretório Nacional da Arena, em novembro de 1975. Nele, havia também a informação de que houve uma alta procura pelos cursos, com um total de 1150 inscritos, apesar da pouca divulgação feita pelo partido.⁷⁶

A predominância masculina na Arena Jovem era notável também em termos qualitativos. Mas, nesse caso, é preciso atentar-se para o que as fontes dizem e o que elas silenciam sobre as mulheres – como, aliás, é frequente quando historiadores e historiadoras se interrogam sobre a presença das mulheres na história, conforme argumenta Michelle Perrot.⁷⁷ Um desses casos é a maneira como *O Globo* relatou o encontro entre o então candidato à presidência da República pela Arena, general João Baptista Figueiredo, e os militantes da Arena Jovem da cidade de Osório, no interior do Rio Grande do Sul, em sua edição de 14 de maio de 1978. Na reportagem, o jornal transcrevia um suposto diálogo mantido entre jornalistas e o militar nos seguintes termos:

- [...] Em seguida [o general Figueiredo] foi cercado pelos repórteres e travou-se o seguinte diálogo:
- O Senhor vai visitar os jovens da Arena hoje à noite?
 - É, eu vou visitar os rapazes.
 - General, o senhor dará muita importância aos jovens durante o seu Governo?
 - Os jovens são muito importantes. O País depende deles. Amanhã, eles serão os donos do País.
 - E o que o Senhor vai fazer por eles?
 - Eles é que têm que fazer por nós. Precisam estudar bastante, se preparar para o futuro.
 - O Governo vai ajudá-los?
 - Nós temos que dar todos os meios para eles. Temos que facilitar o estudo. Ajudar para que eles tenham mais acesso aos livros. [...]⁷⁸

⁷⁶ Relatório inicial dos 10 cursos de informação política, realizados em São Paulo de 11 de agosto de 1973 a 7 de novembro de 1975. 11 nov. 1975. Fundo Arena do CPDOC/FGV. Série: Organização partidária (OP), subsérie: Arena Jovem (AJ). Classificação: ARENA 1969.11.25, fl. 2.

⁷⁷ Ao inventariar os motivos dos “silêncios” impostos às mulheres na escrita da História, a historiadora argumenta que “porque são pouco vistas, pouco se fala delas. E esta é uma segunda razão de silêncio: *o silêncio das fontes*. As mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas.” PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 17. Grifos da autora.

⁷⁸ Figueiredo diz que abertura total é impossível. *O Globo*, domingo, 14 mai. 1978, Matutina, O País, p. 3. Grifos meus.

Em sua fala, Figueiredo reproduzia uma série de elaborações simbólicas sobre a condição juvenil comuns durante o Brasil ditatorial: a associação entre juventude e mudança social no futuro, a importância retórica atribuída pelo governo militar aos jovens, a máxima de que os jovens deveriam, acima de tudo, estudar. O trecho mais interessante, contudo, é a resposta do general à pergunta de um dos repórteres sobre se ele iria se encontrar com os jovens arenistas. Naturalizando a presença majoritária de homens nos diretórios da Arena Jovem, Figueiredo respondeu: “– É, eu vou visitar *os rapazes*.” Ou seja, ao não incluir as “moças” em sua réplica, o militar indicava pelo silenciamento a sua pressuposição de uma presença exclusiva de homens no departamento juvenil governista de Osório, flexionando a juventude, assim, no gênero masculino.

A percepção, na imprensa, de que a Arena Jovem flexionava a juventude no masculino foi persistente ao longo dos anos 1970, sobrepondo-se a sentidos mais amplos construídos nas disputas políticas em torno do partido de sustentação do regime. Um exemplo desse processo pode ser encontrado na coluna do jornalista Sebastião Nery, publicada no jornal *Folha de S. Paulo* em novembro de 1976. Nery era filiado ao MDB e teve seu mandato de deputado estadual pela Bahia cassado pelo AI-I, em 1964, portanto sua identidade como opositor à ditadura era clara. Não por acaso, sua ótica sobre a Arena Jovem era de crítica irônica – mas, ao mesmo tempo, ele colocava em jogo sentidos importantes para percebermos como as seções juvenis flexionavam o gênero na década de 1970. Em “Painel”, ele escreveu uma nota sobre a criação de um jornal pela diretório juvenil da Arena em Campo Grande, então estado do Mato Grosso, chamado “O cinderela”. Em tom de deboche, o jornalista atribuía a decisão dos jovens arenistas a “excesso de imaginação ou desejo de ser original”. Mais importante, ele afirmava que o nome do jornal fosse “talvez uma não proposital associação entre a feminilidade da denominação do partido e a juventude do grupo”. Ao batizar o seu periódico em referência à “moça suja de cinzas”, significado do termo “gata borralheira” com que Cinderela é conhecida nos contos populares, os jovens estariam, no ponto de vista de Nery, se referindo a dados de idade (a sua própria juventude) e gênero (o fato do acrônimo da legenda a qual pertenciam ser flexionado no feminino – a Arena).

A suposta “feminilidade” da Arena, entretanto, parava na flexão de gênero do nome do partido. Mais uma vez segundo o colunista da *Folha*, “o primeiro número do jornal não tem qualquer coisa que lembre a história da pobre moça que acaba virando princesa: todo o espaço é ocupado pelas fotografias de oito circunspectos cavalheiros que disputam uma cadeira na

Câmara dos Vereadores do município.”⁷⁹ Sebastião Nery veiculava, assim, a percepção de que a Arena Jovem era um espaço predominantemente masculino, que não congregava em suas fileiras jovens mulheres. Seu ponto de vista, contudo, dialogava com debates de média duração, que envolviam as próprias definições dos políticos que formaram o partido de sustentação do regime em 1965 e o repertório de piadas que tendem a ofuscar a complexidade dessa agremiação conservadora. Segundo Lucia Grinberg, na conjuntura do AI-2, “a denominação da Aliança Renovadora Nacional foi objeto de debate e de apreensões entre vários ex-udenistas, que não se conformavam em criar um novo partido também com um nome feminino, para eles indicativo de fraqueza e outros atributos vinculados a esse gênero na sociedade brasileira”.⁸⁰ De fato, como demonstra a historiadora, ao longo do tempo um conjunto de charges personificou a Arena em uma mulher e lançou mão de características depreciativas associadas ao gênero feminino para veicular críticas ao partido.

Ainda que citadas com baixa frequência, contudo, seria incorreto dizer que não é possível encontrar dados sobre mulheres na Arena Jovem. Mas essas informações são secundárias, ainda que significativas. Mais uma vez o jornal *O Globo*, agora em sua edição de 5 de setembro de 1972, apresentou um dado nessa direção. A matéria fazia parte de uma série de textos que reportava em tons elogiosos a viagem de Filinto Müller, senador e então presidente da Arena, a Goiânia. Müller viajou acompanhado de dois membros da Executiva Nacional do partido: Marcos Maciel e o mineiro Murilo Badaró, que, como indiquei no Capítulo III, fora responsável por um estudo sobre a viabilidade da Arena Jovem nacional no início da década de 1970. Segundo o *Jornal do Brasil*, que também cobriu a viagem dos arenistas a Goiás, o presidente do partido havia garantido aos jornalistas que “a Arena está disposta a ouvir, examinar e debater amplamente todas as questões que sua mocidade quiser suscitar, mesmo que se trate de reivindicações liberais, como a revogação do Ato Institucional nº 5.”⁸¹ Parte da agenda oficial dos arenistas incluía a instalação oficial do departamento juvenil do partido em Goiás, lá chamado de Ação Jovem da Arena e que, de acordo com outra reportagem de *O Globo*, já estava presente em 50% dos municípios do estado.⁸²

Ao retornar a Brasília, Filinto Müller relatou a sua experiência em Goiânia com tons entusiasmados que relacionavam o próprio sucesso do regime à incorporação dos jovens nas

⁷⁹ NERY, Sebastião. Painel. *Folha de S. Paulo*, quinta-feira, 4 nov. 1976, 1º caderno, p. 3. A decisão dos jovens arenistas mato-grossenses em nomear o seu jornal de “Cinderela” produziu, também, uma nota no *Jornal do Brasil*. Cf. Informe JB. *Jornal do Brasil*, quinta-feira, 4 nov. 1976, 1º caderno, p. 6.

⁸⁰ GRINBERG, Lucia. *Op. citada*, 2009, p. 259-260.

⁸¹ Filinto garante que ouvirá queixa dos jovens. *Jornal do Brasil*, terça-feira, 5 set. 1972, 1º Caderno, p. 3.

⁸² Filinto reclama sangue novo na ARENA. *O Globo*, 4 set. 1972, Vespertina, Geral, p. 19.

fileiras arenistas. Essa associação foi reportada pelo jornal *O Globo*, segundo o qual o senador “disse ontem que os nobres ideais da Revolução [sic] de 64 somente estarão realizados quando a juventude atual vier a assumir os encargos da direção de nosso País”. A flexão de gênero da juventude no discurso do então líder da Arena aparecia quando ele, para demonstrar o sucesso dos departamentos juvenis do partido, oferecia exemplos aos seus colegas senadores. Mais uma vez segundo *O Globo*, Filinto Müller teria dito que “em São João do Meriti [no Rio de Janeiro], uma moça ‘muito jovem, inteligente, culta, capaz e valorosa’ se candidatou à prefeitura e está realizando sua campanha. Em Osasco, foi designado, numa das sublegendas, um jovem universitário, que ‘fez questão de vir a Brasília para pedir, em meu gabinete, apoio à sua pretensão de levar avante o seu desejo de ingressar na vida pública’.”⁸³

Da forma como foi midiaticizada, a flexão de gênero da juventude arenista também desempenhava um papel nas disputas propriamente eleitorais entre Arena e MDB. Esse processo foi avaliado em tom de crítica às estratégias do partido governista por Dirceu Cardoso, então candidato ao Senado pelo MDB do Espírito Santo. Conforme noticiado pelo *JB* na véspera das eleições de 15 de novembro de 1974, Cardoso “denunciou a Arena Jovem, dizendo que cerca de 200 moças seriam utilizadas amanhã, trajando sumaríssimas roupas, para convencer os eleitores a trocar suas cédulas pelas dos candidatos arenistas.” O caso – independente de estar ou não nos planos concretos da Arena Jovem capixaba – indica em que medida as chamadas “moças” apareciam no espaço dos diretórios juvenis: objetificadas, utilizadas por um departamento juvenil da Arena como possível pretexto para a mudança dos votos dos eleitores em um pleito no qual o “voto dos jovens” era alvo de intensas disputas entre os partidos.

As jovens mulheres, nesse ponto de vista, não eram entendidas como membros da Arena Jovem, mas como instrumentos dos militantes do partido, utilizadas para seduzir e encantar os eleitores. O emedebista, a propósito, parecia se escandalizar menos pelas “sumaríssimas roupas” usadas pelas jovens – que haviam chamado a atenção dos jornalistas do *JB*, que destacavam as “moças com pouca roupa” no título da reportagem, talvez como uma forma de chamar a atenção do público-leitor – e mais com o “procedimento” adotado pelos moços arenistas. Segundo o periódico, Cardoso denunciava às “autoridades” e reclamava uma ação enérgica sob a pena de acontecerem enfrentamentos violentos entre os militantes dos dois

⁸³ Filinto: Senadores não estão num círculo de giz. *O Globo*, 5 set. 1972, Matutina, p. 10. O mesmo evento, também com a reprodução de trechos do discurso de Filinto Müller, foi noticiado em Arena: jovens devem se preparar para governar. *Correio da Manhã*, 5 set. 1972, 1º Caderno, p. 2.

partidos. “Não estamos dispostos a permitir tal forma de aliciamento”, concluía o político capixaba que se consagraria vitorioso nas urnas.⁸⁴

Se a maior parte dos membros dos departamentos juvenis do partido situacionista era composta por “rapazes”, a situação se modificava apenas sensivelmente no MDB Jovem. De forma análoga à Arena Jovem, o levantamento feito na grande imprensa e na documentação depositada no Arquivo Nacional, em que se encontram vários boletins, manifestos e transcrições de discursos de membros dos departamentos juvenis emedebistas, sustenta essa afirmação. Das 132 lideranças de diretórios jovens do MDB identificadas na documentação, apenas 15 eram “moças”. Ou seja, entre os militantes que aparecem nas fontes, havia uma participação feminina de 11,3% – enquanto isso, a frequência de lideranças mulheres nos departamentos jovens arenistas foi quase três vezes menor (4,4%). Trata-se de uma diferença significativa em termos quantitativos, mas contrabalanceada em termos qualitativos na medida em que havia semelhanças no perfil dos postos ocupados por essas militantes.

Além disso, outros dados ajudam a dimensionar a presença feminina nas alas juvenis do MDB. Alguns deles estão presentes na informação confidencial produzida pelo Departamento Central de Informações da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul sobre o ciclo de palestras realizado pelo MDB Jovem de Santa Maria em junho de 1975, analisado em capítulos anteriores. O volumoso documento, além de apresentar a transcrição integral das palestras a partir de escutas ilegais feitas pelos órgãos de informação, trazia também alguns comentários gerais sobre as atividades. Dentre eles, estava a afirmação de que “a assistência, normalmente, foi da ordem de 150 a 200 pessoas, a maioria estudantes, *chamando a atenção o grande número de moças que assistiam aos conferencistas.*”⁸⁵ Apesar dessa presença majoritária de jovens mulheres no evento, seus organizadores e conferencistas eram, em sua maioria, homens. Reproduzia-se, assim, o padrão de gênero observado na Arena Jovem, em que, quando presentes, as “moças” não ocupavam posições de liderança ou destaque. Essa situação era frequente mesmo que, no próprio MDB Jovem de Santa Maria, houvesse uma importante liderança jovem feminina: Maria Rita Assis Brasil, estudante de Medicina que também atuava no setor feminino do partido oposicionista e chegou a se eleger vereadora da cidade nas eleições de 1976.⁸⁶

⁸⁴ Dirceu Cardoso acusa moças com pouca roupa. *Jornal do Brasil*, quinta-feira, 14 nov. 1974, 1º Caderno, p. 5.

⁸⁵ Informação nº 21-3311/75/DCI/SSP/RS, 16 de julho de 1975, p. 1. *Arquivo Nacional*, Fundo: Serviço Nacional de Informações, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84009770_d0001de0001. Grifos meus.

⁸⁶ REIS, Eliana Tavares dos. *Op. citada*, 2001, p. 22, p. 99 e p. 127-128.

Exceções como essa confirmavam a norma: no conjunto de políticas estatais voltadas aos jovens durante o Brasil ditatorial, prevaleciam normas e pressuposições supostamente universais – os “jovens de ambos os sexos” –, mas que flexionavam a juventude no masculino. Quando jovens do gênero feminino participavam do Projeto Rondon, da Operação Mauá ou das alas juvenis partidárias, deparavam-se via de regra com expectativas e papéis sociais tradicionais direcionadas historicamente à condição feminina na sociedade brasileira. Essas diferenças que atravessavam a juventude somavam-se a outras, em especial nas tentativas de se traçar um perfil socioeconômico para os jovens participantes dos programas da ditadura voltados a esse grupo etário.

Juventude flexionada em classe

A flexão da juventude em classe aparecia como uma preocupação que estava no horizonte das pesquisas de opinião pública realizadas em fins dos anos 1960 e que incluíam perguntas sobre o Projeto Rondon. Em levantamento realizado pelo *Jornal do Brasil* em parceria com o instituto de pesquisas Marplan, foi incluída a pergunta: “O Governo Federal vem executando o Projeto Rondon, que consiste na convocação de voluntários universitários, para, durante um mês, atender às populações necessitadas do interior. Para o Sr.(a) o Projeto Rondon é?”. As opções de resposta pré-definidas eram: útil; inútil; demagógico; não sabem. A pesquisa havia sido feita por amostragem, no Rio de Janeiro, entre os dias 11 e 14 de outubro de 1968, portanto em um contexto de refluxo do movimento estudantil – a “queda” do Congresso de Ibiúna, realizado pela UNE no interior de São Paulo, havia acontecido no dia 12. Segundo a pesquisa, 93% dos respondentes considerava o Projeto Rondon “útil”, enquanto 3% o que considerava “inútil” e apenas 1%, “demagógico”. O dado mais interessante, entretanto, dizia respeito ao grupo que, segundo o *JB*, apresentava “o maior entusiasmo pelo Projeto Rondon”. Tratava-se dos “jovens da classe B”, com 94% de percepções positivas sobre o programa.⁸⁷ Talvez, seja exagerado afirmar que essa flexão de classe da juventude respondia pelo recorte social predominante entre os primeiros participantes do Projeto Rondon, afinal a pesquisa foi realizada com jovens de uma localidade particular (o Rio de Janeiro). Entretanto, é certo que pesquisas como essa direcionavam os olhares dos coordenadores dessa política do regime nas ações de recrutamento para as operações realizadas no interior do Brasil.

Uma outra pesquisa de opinião, também realizada pelo *Jornal do Brasil* em parceria com a Marplan, indicava, algum tempo depois, como o Projeto Rondon passou a fazer parte

⁸⁷ Carioca vê maior perigo nos radicais da esquerda. *Jornal do Brasil*, domingo, 20 out. 1968, 1º Caderno p. 28.

dos projetos de vida dos jovens de classe média nesse contexto. O tema da sondagem era percebido como central para a juventude urbana das classes médias entre os anos 1960 e 1970: a escolha profissional, o curso universitário e a inserção no mundo trabalho – todas temáticas que associavam a juventude ao período de transição da infância à vida adulta, de preparação para inserção à maioridade.⁸⁸ A partir de uma amostragem exclusivamente jovem e carioca de 314 pessoas, a pesquisa questionou aos respondentes: “Se você pudesse escolher livremente, onde gostaria de trabalhar?” A resposta mais ouvida pela pesquisa foi seguir a carreira científica, trabalhando em universidades e laboratórios, com predomínio dos jovens de classe A e C. “Mas”, afirmava a reportagem do *JB*, “há uma segunda escolha, que surge com bastante destaque: trabalhar em um posto avançado do projeto Rondon no interior do Brasil.” Segundo os dados da sondagem, 23% dos respondentes escolheram essa opção. Em termos de perfil de classe e gênero, a participação no Projeto Rondon era “mais acentuada na classe média e tem maioria entre as mulheres.”⁸⁹

Apesar dessas pesquisas de opinião produzidas nos primeiros anos do programa – em 1968 e 1970, respectivamente – indicarem uma flexão da juventude em classe característica dos interessados em participar das operações do programa, anos depois ainda se afirmava que “a Fundação Projeto Rondon ainda não tem um perfil do estudante que participada de suas operações.” Ao anunciar a até então maior operação nacional do Projeto Rondon, em janeiro de 1979, o *Jornal do Brasil* propagandeava as grandes dimensões que o programa do Ministério do Interior havia ganhado ao longo do tempo. Em tom elogioso, a reportagem informava aos leitores do *JB* que 42 mil estudantes haviam se inscrito para a operação nacional (uma proporção de 7 candidatos por vaga disponibilizada para aquela operação). Além disso, a reportagem informava que, pela primeira vez desde 1976, a região amazônica iria voltar a receber rondonistas em uma operação nacional. De acordo com o jornal, “a Amazônia é a área onde o projeto começou a ser desenvolvido e igualmente a região que tem maior apelo junto aos universitários.” Para lá, apenas nessa operação, viajaram 270 jovens estudantes dos estados de Pernambuco, Minas Gerais, Alagoas e Espírito Santo. Ao questionar o então gerente de operações do Projeto Rondon, Aldo Fonseca, a redação do *JB* recebeu a informação de que a maior parte dos jovens interessados em participar das ações dessa política pertencia às classes

⁸⁸ Esse tema era percebido como tão importante a ponto de figurar entre as publicações da coleção “Brasil Hoje” – Tudo o que o jovem deve saber sobre a realidade do seu país, publicada no início dos anos 1970 a partir de uma parceria entre o Instituto Nacional do Livro, do MEC, e a Bloch Educação. Dentre os temas dos volumes, destinados aos jovens do período, figuravam: o Projeto Rondon, turismo, futebol, “tóxicos” etc.

⁸⁹ Curso universitário é preferido para futuras profissões. *Jornal do Brasil*, domingo e segunda-feira, 8 e 9 mar. 1970, 1º Caderno p. 20.

média e média baixa. Esse dado era acompanhado, na reportagem, por uma explicação fornecida ao periódico por Fonseca: o perfil social dos jovens era atribuído por ele “à oportunidade de viagens que não poderiam realizar de outra forma”.⁹⁰

Apesar disso, na documentação referente ao Projeto Rondon era comum o tratamento do estudante universitário como um “privilegiado” do ponto de vista social. Em entrevista realizada pelo jornalista Gastão Patusco Filho com o então coordenador da iniciativa, tenente-coronel Mauro da Costa Rodrigues, e publicada nas famosas páginas amarelas da revista *Veja* em agosto de 1969, essa flexão da juventude em classe social foi mobilizada como uma justificativa para a própria legitimidade do programa. Segundo Rodrigues, o objetivo central das quatro operações patrocinadas pelo Ministério do Interior até então era menos assistir à população do interior do país e mais formar uma “elite” entre os jovens do presente visando, em linha de continuidade, o Brasil do futuro. “O grande resultado”, afirmava o militar, “não era o que os estudantes deixavam lá, e sim o que eles traziam – consciência de Brasil, desejo de participar, de se comprometer, de enfrentar realmente os problemas.” Rodrigues chegava, inclusive, a diferenciar o Projeto Rondon do *Peace Corps* – famoso programa de voluntariado criado nos EUA em 1961, no contexto da “Aliança para o progresso” –, flexionando a juventude em classe nesses termos. Para ele, enquanto a prestação de serviços assistencialistas por jovens estadunidenses em países do chamado Terceiro Mundo tinha como orientação filosófica o humanismo, o Projeto Rondon seria “um movimento de voluntários que tem por base a formação de uma elite.”

O coordenador dessa política da ditadura voltada à juventude arrematava o seu ponto de vista sobre o pertencimento de classe dos jovens universitários em explícito contraponto à noção de que havia uma aproximação entre os jovens universitários e o “povo”, o que dialogava com a conjuntura de refluxo dos movimentos estudantis de oposição à ditadura que tomaram as ruas em 1968. Em tom categórico, como já alertara o jornalista de *Veja* ao apresentar o seu entrevistado como possuidor de uma “voz clara, forte, fluente”, Rodrigues sentenciava: “Essa história de dizer que o estudante é povo, [sic] é muito bonita em comício de agitação. Estudante universitário é elite porque pertence à minoria dos que tiveram o privilégio do ensino superior.”⁹¹ Além disso, no material elaborado pela coordenação do Projeto Rondon e destinado a orientar os jovens que participavam do programa, essa flexão de classe da juventude rondonista como “elite” era mobilizada como uma variável orientadora das operações. No “Guia do participante do PRO IX”, produzido em 1971 e citado anteriormente neste capítulo, o

⁹⁰ Rondon começa sua maior operação nacional. *Jornal do Brasil*, quarta-feira, 3 jan. 1979, 1º Caderno p. 9.

⁹¹ Entrevista: Mauro da Costa Rodrigues. Não queremos moços conformados. *Veja*, nº 49, 13 de ago. 1969, p. 4.

objetivo central do Projeto Rondon era apresentado como a formação de uma “mentalidade nacional” dos jovens, compreendidos como “líderes do amanhã”, “os responsáveis pela condução de nossos destinos”. A atuação dos jovens no interior do Brasil visaria, de acordo com o documento, “fortalecer nos universitários a consciência da responsabilidade social que adquiriram ao se incluírem [sic] dentre os que tiveram o privilégio do ensino superior.”⁹²

Essa percepção sobre os jovens que participavam do Projeto Rondon como parte da “elite” convivia com uma flexão de classe da juventude que era representada pela figura do estudante-trabalhador que fosse funcionário público. Por isso, em setembro de 1970, o general-presidente Médici baixou um decreto que garantia direito de dispensa de ponto de 60 dias para os participantes dos programas de ação do Rondon. A medida beneficiava também professores universitários e técnicos que participassem das operações do programa. Entretanto, segundo noticiou o *Correio da Manhã*, o parecer do ministro Costa Cavalcanti que embasou o decreto argumentava que “o prazo de 30 dias se estava tornando um obstáculo à participação de muitos estudantes do Projeto.”⁹³

A partir dessa decisão, as normas de seleção dos rondonistas e os guias destinados aos participantes do Rondon alertavam sobre a necessidade de se pedir dispensa do trabalho para os jovens que, além da condição estudantil, também trabalhavam como funcionários públicos. As “Normas de inscrição e seleção para as operações nacionais e regionais”, elaboradas pela Coordenação Geral do programa no segundo semestre de 1974, traziam informações detalhadas sobre esses procedimentos. As regras delimitavam como responsabilidade do universitário, servidor público civil ou militar, a solicitação de dispensa do ponto nos dias de participação nas operações, eximindo, assim, as coordenações do Projeto Rondon. A regulamentação esclarecia também que o servidor poderia solicitar que o seu período de férias do trabalho coincidissem com o período de atuação junto ao programa do Ministério do Interior. Por fim, as normas estabeleciam como responsabilidade da coordenação do Rondon “comunicar ao órgão de origem, [sic] a participação ou não do universitário na Operação.”⁹⁴

No documento de 1971 já citado, as orientações sobre os procedimentos de inscrição incluíam, além da listagem de todos os documentos que deveriam ser entregues pelos estudantes, a observação: “Se você é funcionário público, no ato de inscrição procure conhecer

⁹² PROJETO RONDON. *Guia do participante do PRO IX*. São Paulo: Departamento de Publicações do Projeto Rondon – Coordenação Regional Centro-Sul, 1971, p. 5. Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, fundo CACS, caixa 154, maço 3.

⁹³ Rondon dá direito a dispensa. *Correio da Manhã*, sexta-feira, 25 set. 1970, 1º Caderno, p. 3.

⁹⁴ PROJETO RONDON. Normas de inscrição e seleção para as operações nacionais e regionais, elaborado pela Coordenação Geral. C.1974, p. 2. Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, fundo CACS, caixa 153, maço 4.

as instruções necessárias à ‘dispensa do ponto’.”⁹⁵ Ainda que tenha facilitado a participação de estudantes trabalhadores no Projeto Rondon, abrindo margem para outras flexões de classe da juventude, essa medida tinha visíveis limitações: restringia-se ao funcionalismo público, em carreiras que historicamente recrutam as classes médias no Brasil. Ao não dispor sobre jovens trabalhadores em outros setores – o privado, por exemplo –, a medida acabava por reafirmar o perfil social predominante da juventude que participava do Projeto Rondon.

Anos mais tarde, em 1978, um texto elaborado pela Fundação Projeto Rondon com o título “Fundamentos doutrinários do Projeto Rondon” buscava, todavia, justificar o recorte social da juventude privilegiado pelo programa de extensão. Argumentando que uma reflexão sobre a “doutrina do Projeto Rondon” exigia uma “retrospectiva histórica”, o documento – como vários outros, vale ressaltar – contextualizava a criação do programa como parte do momento caracterizado por “profundas manifestações da Juventude Universitária [que] ocorreram em vários países de todo o mundo” na década de 1960. Ao se referir ao Brasil, entretanto, o texto minimizava o lugar da contestação: os movimentos da juventude brasileira em 1968 eram compreendidos como parte de esforços conjuntos, do Estado e da sociedade, para adequar a universidade ao “mundo moderno”, promover o desenvolvimento, ocupar “vazios demográficos” e preservar a “integridade territorial”. “Entende-se assim”, continuavam os membros da Fundação Projeto Rondon:

o porquê da ênfase inicial do Rondon *na elite universitária*, o porquê da relativa desocupação metodológica – quanto a [sic] abordagem das comunidades: o alvo centrava-se no universitário, o objetivo era levá-lo a conhecer a realidade brasileira, *a participar, a sentir-se necessário e relevante*. O “Projeto” era integrar *um dos setores mais dinâmicos da sociedade-civil* num projeto de destino “nacional”, autenticamente brasileiro.⁹⁶

Esse ponto de vista foi elaborado em um contexto de questionamentos internos dentro da própria Fundação Projeto Rondon sobre a descontinuidade estabelecida por um enfoque maior no quantitativo de universitários mobilizados e nas operações especiais, realizadas nas periferias das grandes cidades. Esse deslocamento levou a questionamentos públicos expressos até mesmo por Wilson Choeri, o idealizador do Projeto Rondon, em uma situação especialmente delicada: as comemorações do aniversário de 10 anos da iniciativa.⁹⁷ Na sequência, portanto, o texto elaborado em 1978 buscava indicar em que medida o axioma de

⁹⁵ PROJETO RONDON. *Guia do participante do PPro IX*. São Paulo: Departamento de Publicações do Projeto Rondon – Coordenação Regional Centro-Sul, 1971, p. 22. Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, fundo CACS, caixa 154, maço 3.

⁹⁶ FUNDAÇÃO PROJETO RONDON. *Fundamento doutrinários do Projeto Rondon*. Brasília: Fundação Projeto Rondon, 1978, p. 3. Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, fundo CACS, caixa 176, maço 10. Grifos meus.

⁹⁷ AMATO, Gabriel. *Op. citada*, 2019, p. 187-195.

“valorização do homem” teria levado as operações do programa a enfocarem cada vez mais nas populações atendidas. Permanecia, no entanto, o predomínio da flexão de classe da juventude como “elite universitária”.

As distinções sociais que atravessavam a juventude dos anos 1960 e 1970 também eram percebidas, pelos rondonistas e por jovens jornalistas, a partir das diferenças de comportamento fundamentadas pela interseção entre classe social e localidade. A expressão desse ponto de vista se dava na medida em que, ao atuarem no interior do Brasil, os jovens das cidades, majoritariamente das classes média e média alta, interagiam com uma outra juventude: rural, na maior parte das vezes de grupos sociais menos privilegiados. Esse ponto de vista foi veiculado em longo relato sobre a operação nacional do Projeto Rondon realizada entre janeiro e fevereiro de 1970 e publicado no *Jornal do Brasil*. Seu autor era Mário de Aratanha, um então jovem jornalista de 25 anos, que demonstrava uma sensibilidade que poderíamos nomear de etnográfica ao relatar as diferenças de valores entre jovens e idosos, juventude urbana e juventude rural. A reportagem assinada por Mário fazia parte de uma série de textos publicados pelo *JB*, que, como foi indicado pelo próprio autor, “acompanhou centenas de equipes, vendo de perto todo o trabalho desenvolvido” pelo Projeto Rondon. Aratanha começava, então, a “contar a partir de hoje o que foi feito em mais de 500 cidades e vilas do país”, focalizando as localidades em que haviam atuando os estudantes que ele acompanhou, na região do Médio São Francisco, na Bahia.

Demarcando as diferenciações de classe social e de localidade que caracterizavam os participantes da operação em relação à população do interior baiano, o jornalista afirmava que “os jovens do Projeto Rondon” haviam se esquecido “do asfalto da cidade e viram a fome e a miséria, as doenças e os quase inexistentes recursos de uma das regiões mais pobres do país.” Apesar de já ser bem conhecido no Rio de Janeiro, em parte graças aos esforços empreendidos pela grande imprensa, o Projeto Rondon parecia ser uma ação desconhecida nesses locais compreendidos como distantes. Na visão de Aratanha, a percepção inicial dos moradores locais diante da chegada de um grupo de jovens “em um fim de semana de janeiro” era de espanto e estranhamento. Em suas palavras:

Quando os universitários chegaram, empoeirados por mais de 100 quilômetros de estrada, vindos de Bom Jesus da Lapa, os mais jovens do lugar pensaram logo que eles fossem integrantes de um conjunto de *iê-iê-iê*. Os mais velhos opinaram sobre a possibilidade de serem fiscais do Governo. Somente na segunda-feira, dia 12 de janeiro, quando os estudantes iniciaram seu trabalho, é que a população teve o primeiro contato com a tal *companhia*, o Projeto Rondon, que estava ali pela primeira vez.⁹⁸

⁹⁸ ARATANHA, Mário de. Desejo de integrar deu vida ao Projeto Rondon. *Jornal do Brasil*, sábado, 14 fev. 1970, 1º caderno, p. 13. Grifos do autor.

No relato de Mário de Aratanha, o estranhamento dos jovens do interior que os rondonistas encontraram na Bahia indicava a expectativa de uma apresentação musical de uma banda de rock brasileiro dos anos 1960 – de *iê-iê-iê*, um movimento cultural diretamente relacionado à Jovem Guarda e a uma forma de experimentar a juventude que, como analisei no Capítulo I, estava associado aos jovens de classes mais baixas e à vida de consumo nas margens da cidade, em alguns casos a partir de experiência do êxodo rural. Os mais velhos da região, ao contrário, associavam os participantes do Projeto Rondon ao poder repressor do Estado: eles seriam agentes de fiscalização, percepção que reafirmava a visão de abandono do poder público quando se tratava de fornecer assistência social naquela região. Com o tempo, entretanto, essas compreensões equivocadas da população local – cindida por marcadores geracionais, no ponto de vista de Mário – foram esclarecidas. E uma das jovens rondonistas entrevistadas pela reportagem – Isis Fraga, apresentada como tendo “21 anos, estreante no Projeto Rondon, e a mais jovem do grupo” – avaliou positivamente a experiência. Na definição de Aratanha, Isis “adquiriu segurança profissional, em consequência do trabalho realizado sem nenhum apoio a não ser ela própria, ganhou consciência de uma realidade brasileira, bem diferente da dos grandes centros.”⁹⁹

A “descoberta” dessa outra juventude, a rural, com o qual os jovens urbanos do Projeto Rondon interagiram a partir do momento em que atuavam no interior do país abria margem para uma outra flexão social da condição juvenil, com o qual essa política da ditadura não contava inicialmente. Por um lado, essa situação levou à criação de Clubes de Jovens pelos rondonistas nas localidades em que visitavam. Por outro, levou à articulação do Projeto Rondon com um programa voltado especificamente aos jovens do meio rural: os chamados Clubes 4-S. Essa aproximação foi noticiada pelo *Jornal do Brasil* entre março e abril de 1973. Segundo o periódico, o Projeto Rondon era a “entidade representativa” da juventude urbana, enquanto os Clube-4S exerciam papel análogo no que dizia respeito à juventude rural. Os ministérios do Interior e da Agricultura, portanto, haviam elaborado um projeto que possibilitaria a atuação combinada entre os jovens dessas duas políticas, em especial como parte de “um esforço conjunto para levar às comunidades do interior o maior número possível de informações sobre o sistema brasileiro de poupança, ajudando assim a ampliar a captação da poupança popular.”¹⁰⁰

⁹⁹ ARATANHA, Mário de. Desejo de integrar deu vida ao Projeto Rondon. *Jornal do Brasil*, sábado, 14 fev. 1970, 1º caderno, p. 13.

¹⁰⁰ Rondon não se fundirá com o 4S. *Jornal do Brasil*, terça-feira, 3 abr. 1973, 1º Caderno p. 28 e Governo une jovem rural ao da cidade. *Jornal do Brasil*, sexta-feira, 30 mar. 1973, 1º Caderno, p. 4.

Pontos de vista sobre a origem de classe dos jovens que participavam da Operação Mauá entre o fim da década de 1960 e os anos 1970 também aparecem nas fontes. Nessa política, também havia uma predominância quantitativa de jovens das classes médias e altas, decorrente da própria conformação demográfica do estudantado brasileiro no contexto da expansão do número de vagas no ensino superior proporcionado pela “modernização conservadora” iniciada pelo regime com a Reforma Universitária de 1968.¹⁰¹ Assim, reportagens da imprensa noticiavam a pouca experiência dos jovens com o mundo do trabalho em tom que ia da ironia à preocupação com a inserção profissional dos novos engenheiros ou economistas, por exemplo. Afinal, o objetivo explicitamente declarado da Operação Mauá, desde a sua criação em 1968, era promover a aproximação entre universidades e empresas, ao mesmo tempo em que criava condições para a colocação de jovens que se formavam em áreas técnicas nos mundos do trabalho.

Exemplo dessa forma de pautar a relação entre jovens e trabalho, pela via da flexão da juventude em classe, é o texto publicado pelo jornal *O Globo* em 7 de janeiro de 1973. Seu tema central era um novo acordo firmado entre a Operação Mauá e a Companhia de Turismo do estado do Rio de Janeiro, responsável por possibilitar que seis universitários estagiassem por três meses na área do Turismo. Sua tarefa seria a de recolher dados em regiões como Cabo Frio, São Pedro da Aldeia e Saquarema que iriam orientar a política do governo estadual no setor. Em tom paternal que marcava a escrita do texto, a reportagem afirmava: “Os estudantes se mostram ainda muito tímidos para a tarefa que irão empreender, principalmente porque nunca trabalharam e nem tiveram atividades práticas.”¹⁰² Segundo a reportagem, todos os jovens participantes da Opema tinham entre 20-23 anos e estavam satisfeitos com a “oportunidade” de estagiar – em especial porque haviam travado uma “guerra pela vaga” com a grande quantidade de estudantes que havia se inscrito nas faculdades a partir do chamado do Ministério dos Transportes.

Parte significativa da reportagem de *O Globo* recorria à estratégia narrativa de apresentar breves perfis dos estagiários da Opema, temperados com declarações atribuídas a eles e que indicavam tanto a sua pouca familiaridade com os mundos do trabalho quanto o seu pertencimento de classe. A primeira estudante apresentada era Mariah Schimmler Gantois, que tinha 20 anos à época e seria a única mulher entre os estagiários. Sobre a empresa em que trabalharia – a FLUMITUR –, ela pouco sabia. Mariah era estudante do 3º ano de Administração de Empresas na Universidade Gama Filho, tradicional faculdade privada

¹⁰¹ MOTTA, Rodrigo. *Op. citada*, 2014.

¹⁰² Turismo do Estado do Rio terá pesquisa de estudantes da Opema. *O Globo*, 7 jan. 1973, Matutina, Geral, p. 18.

fundada no Rio de Janeiro em 1939. Segundo o jornal, a estudante “confessa que nunca trabalhou em sua vida, ‘simplesmente porque não houve necessidade’. Agora, até livro de ponto vai ter que assinar. No final do mês, receberá o pagamento, que corresponde a dois salários-mínimos da região.”

O segundo estagiário da Opema apresentado pela reportagem era José Ricardo de Castro Reis, estudante do 3º ano de Engenharia na Universidade Católica de Petrópolis, também uma instituição de ensino privada. José era retratado como um jovem desprendido, que preferia o estágio ao estudo puxado na faculdade. Completava esse retrato a descrição do estudante feita por *O Globo* e que listava várias características (de indumentária e linguagem) associadas a certos recortes da juventude dos anos 1970: “cabelo à moda ‘hippie’, com chinelos e calça ‘lee’[,] ele acha que ‘turismo é o quente’ e vai levar a pesquisa a sério.” José, que tinha 20 anos à época, nunca havia trabalhado, apesar de ter feito alguns estágios escolares. Por fim, a reportagem apresentava Paulo Afonso Borges, estudante do 4º ano do curso de Economia, e que demonstrava “algum entrosamento” com as tarefas designadas aos estagiários da Opema na FLUMITUR. “É que Paulo Afonso, apesar de nunca ter trabalhado”, afirmava a reportagem, “sempre procurou ler sobre turismo e se considera apaixonado por qualquer esforço por desenvolvê-lo.”¹⁰³

O ponto de vista veiculado por *O Globo*, ao comentar a aproximação dos jovens com o trabalho através do estágio possibilitado pela Operação Mauá, operava em sentido duplo. Por um lado, indicava o pertencimento de classe dos jovens que recorreriam à Opema: por nunca precisarem trabalhar, mesmo tendo entre 20 e 23 anos, supõe-se que eles faziam parte dos estratos médios da hierarquia social e podiam desfrutar daquilo que a Sociologia da Juventude de viés funcionalista chamou de “moratória social”. Por outro, flexionava esse pertencimento ao indicar os deslocamentos que o trabalho exigia dessa mesma juventude: a rotina de trabalhar 8 horas diárias, a necessidade de assinar o livro de ponto, o salário recebido ao fim do mês.

A percepção segundo a qual os jovens que participavam da Operação Mauá eram privilegiados do ponto de vista de classe pode ser encontrada também na coluna oficial da coordenação dessa política, publicada diariamente no jornal *Correio da Manhã* entre março e outubro de 1970. Por um lado, essa condição dos jovens era tida como um ponto positivo para a promoção de relações entre a universidade e o empresariado através dos programas organizados pela Opema. Na coluna publicada em 20 de junho de 1970, um texto direcionado aos estudantes sentenciava, nesse sentido:

¹⁰³ Turismo do Estado do Rio terá pesquisa de estudantes da Opema. *O Globo*, 7 jan. 1973, Matutina, Geral, p. 18.

O comportamento do universitário constitui a mola mestra do êxito da OPEMA, pois[,] mantendo uma conduta a altura de seu grau educacional e cultural, o estudante, por certo, conquistará as emprêsas, os dirigentes e os operários, aos quais dará uma eloqüente prova de sua capacidade[,] de seu interesse e do seu entusiasmo pela profissão que abraçou e, com a qual saberá elevar bem alto o nome do País onde teve a ventura de nascer.¹⁰⁴

Por outro lado, esse privilégio era questionado a partir do ponto de vista de que a situação do jovem estudante universitário brasileiro era, também, caracterizada por dificuldades que a Opema atuava para minimizar. Essa flexão da juventude em classe foi feita por Mariene Branco Bougeard, estudante da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRJ. No texto que apresentou para o concurso “O universitário brasileiro e a Operação Mauá” e que receberia o prêmio de 2º lugar, como indicado no Capítulo II, a jovem apresentava a Opema como uma iniciativa de “objetivos louváveis, que poderão ser alcançados graças à vitalidade e dinamismo dos jovens que formam a sua equipe”. Os elogios, contudo, não impediam a estudante de elaborar críticas à estrutura educacional brasileira. Ao listar e comentar o que chamava de “série de falhas” das universidades do país, Mariene censurava a ausência de dedicação exclusiva dos professores às escolas de nível superior, fazendo com que eles compreendessem docência como uma atividade subsidiária. “Naturalmente”, afirmava a estudante, “o maior prejudicado nesse contexto é o universitário que ainda assim é considerado privilegiado por fazer parte dos 2% que freqüentam nível superior na faixa etária de 20 a 24 anos.” Na visão da estudante, essa situação era agravada pela dificuldade em conseguir “bons estágios junto às empresas” durante o curso de graduação ou “bons empregos” após a formatura.

A Operação Mauá era compreendida por ela, nesse contexto, como uma iniciativa que “surge para aliviar essa situação” de tantos problemas em que se encontravam os estudantes universitários. Ela seria, nas palavras de Mariene, “uma iniciativa digna dos maiores elogios, com a única restrição de pouco ter difundido seus objetivos no meio universitário, base de sua existência.” A estudante lamentava esse desconhecimento da maior parte dos universitários, concluindo o seu texto com a afirmação de que a iniciativa era um “elo importante no sucesso profissional daqueles que têm consciência plena do papel que lhes cabe no rumo da Nação Brasileira.”¹⁰⁵ Em sua flexão da juventude em classe, portanto, Mariene Branco Bougeard percebia os universitários como um grupo privilegiado justamente por ter acesso ao ensino superior. Mas isso não a impedia de indicar os obstáculos, de ordem profissional e educacional, que se interpunham à juventude universitária.

¹⁰⁴ Coluna “Operação Mauá”. *Correio da Manhã*, sábado, 20 jun. 1970, Jornal de Serviço, p. 18.

¹⁰⁵ A redação de Mariene Branco Bougeard foi publicada em Operação Mauá. *Correio da Manhã*, terça-feira, 28 jul. 1970, Jornal de Serviço, p. 5.

Enquanto programas do regime voltados à juventude, os diretórios partidários também tinham em seu horizonte a preocupação com a origem socioeconômica de seus participantes. Nesse sentido, a predominância de jovens de classe média e/ou classe média alta nos departamentos juvenis da Arena era, ao mesmo tempo, enunciada e relativizada em fontes jornalísticas que noticiavam as ações dos jovens arenistas ao longo da década de 1970. Era como se a flexão da juventude em classe, ao evidenciar a exclusão de jovens que não seriam parte da “elite”, fosse um flanco aberto da Arena Jovem aos ataques das oposições – o MDB Jovem, mas não só. Esse movimento de enunciação e relativização estava presente em uma reportagem do *Jornal do Brasil* publicada em 24 de fevereiro de 1970 e que tratava do encontro entre membros do diretório paulista do partido e o então presidente Médici. No evento, Valdir Toporcov, um líder da ala juvenil, declarou que “não haverá limite de idade para o ingresso de uma pessoa na organização, nem é obrigatório que ele seja estudante. Pode ser bancário, jornalista ou exercer outras profissões.”¹⁰⁶

Alguns anos mais tarde, outras informações sobre o perfil social dos jovens arenistas estavam presentes em uma reportagem publicada no mesmo jornal em 24 de maio de 1972. Seu tema era o encontro entre os membros da Arena Jovem de Minas Gerais com o então governador do estado, Rondon Pacheco, como parte das preparações que antecederam a visita do general-presidente Médici a Belo Horizonte para presidir uma concentração da “mocidade arenista” mineira que se realizaria em julho do mesmo ano. O *JB* listava algumas informações sobre os membros do diretório juvenil estadual, deixando entrever o pertencimento de classe dos jovens arenistas. “Participam do movimento da Arena Jovem”, dizia o matutino, “profissionais liberais recém-formados, prefeitos jovens e centenas de vereadores da Arena, sob a coordenação do advogado Élcio Spinola”. Mas, logo em seguida, a reportagem citava uma declaração de Spinola que contrabalanceava esse perfil do jovem arenista no estado, buscando flexionar a juventude de outras formas ao afirmar que “a Arena Jovem de Minas não é só estudantil, mas formada de elementos recém-formados e pessoas em condições de participar do processo político e administrativo do país”. O líder arenista afirmava, ainda, que Médici havia sido “eleito como símbolo da mocidade arenista”¹⁰⁷ – sem dúvidas, um ato que se inseria no quadro

¹⁰⁶ Estudantes paulistas levam a Médici plano que cria a Arena jovem em todo o país. *Jornal do Brasil*, terça-feira, 24 fev. 1970, 1º Caderno p. 4.

¹⁰⁷ Arena Jovem de Minas irá a Rondon. *Jornal do Brasil*, quarta-feira, 24 mai. 1972, 1º Caderno p. 3.

mais amplo de construção da imagem do então presidente e de sua popularidade, como analisa Janaina Cordeiro.¹⁰⁸

A flexão da juventude em classe também foi pauta de uma audiência entre representantes da Arena Jovem de Minas Gerais e o general-presidente Geisel. Noticiado pelo *JB* de 19 de fevereiro de 1976, o encontro teria durado 14 minutos e se resumindo à apresentação de duas demandas pelos membros do diretório. A primeira, relativamente comum: a sugestão de criação da Arena Jovem Nacional, tantas vezes apresentada e adiada nos termos na *participação* subordinada prescrita pela ditadura. A segunda, pouco usual dentre as demandas dos jovens arenistas e indicativa de uma percepção, por parte do diretório mineiro, das condições socioeconômicas da juventude: a sugestão de que os benefícios da previdência social fossem estendidos a todos os estudantes. Segundo noticiou o *JB*, os membros da Arena Jovem teriam justificado a sua sugestão afirmando que “existem muitos estudantes que não gozam de benefícios da previdência social, tendo, em consequência, dificuldades para conseguir assistência médica e odontológica.”¹⁰⁹

Repórteres do jornal *O Globo* também cobriram a audiência realizada em Belo Horizonte e, no texto publicado na mesma data, era citada uma fala do presidente da Arena Jovem mineira, José Geraldo Rocha, em que ele justificava a demanda. Segundo Rocha, havia “muitos estudantes que ainda não estão cobertos pela assistência previdenciária. O Ministério da Educação e Cultura está pensando em implantar um sistema de atendimento desse tipo e solicitamos ao presidente que a decisão seja apressada”.¹¹⁰ A presença dessa pauta como parte das preocupações dos membros da Arena Jovem sugere uma flexão da juventude em classe que extrapola o âmbito dos jovens pertencentes às classes médias, para quem era mais provável contar com a assistência de saúde privada, por exemplo. Ainda que limitada à juventude estudantil (e universitária, especificamente), essa sugestão dos arenistas mineiros tinha no horizonte a condição econômica dos jovens em uma flexão de classe sensivelmente diversa.

Esse movimento de enunciação e relativização do pertencimento majoritário dos jovens da Arena às classes médias e alta, além de funcionar como uma forma de fugir de possíveis críticas ao caráter elitista dos departamentos juvenis, também se desdobrava em uma intenção dos departamentos em atrair jovens com outras flexões de classe. Em audiência entre seis

¹⁰⁸ CORDEIRO, Janaina Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)*. 2012. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói/Rio de Janeiro, 2012, p. 285-286.

¹⁰⁹ Emedebistas comparecem a audiência por engano. *Jornal do Brasil*, quinta-feira, 19 fev. 1976, 1º Caderno p. 4.

¹¹⁰ Pedidos da Arena Jovem. *O Globo*, quinta-feira, 19 fev. 1976, Matutina, O País, p. 6.

representantes da Arena Jovem gaúcha e o general João Baptista Figueiredo, noticiada pelo jornal *Folha de S. Paulo* em julho de 1978, esse movimento foi mais uma vez explicitado. O texto informava aos leitores que as jovens lideranças do partido governista haviam entregue ao general-presidente dois documentos, em que apresentavam três demandas: a criação do Departamento Nacional da Arena Jovem, eleições diretas para os DCEs das universidades e a criação de órgãos representativos dos estudantes em níveis municipal e estadual.

Segundo palavras de José Deni Coutinho, então presidente do departamento juvenil arenista no Rio Grande do Sul, as três propostas levadas pelos jovens gaúchos seriam representativas de um “âmbito nacional”. Na fala de Coutinho, a estruturação dos departamentos juvenis dos partidos em escala nacional possibilitaria a atuação política, inclusive, dos líderes estudantis nos espaços partidários. O jovem líder arenista ressoava, nesse sentido, o debate em torno do lugar apropriado para que os jovens participassem da política, questão amplamente discutida desde as declarações do general Ernesto Geisel em 1975. Segundo resumiu a *Folha*, a criação da Arena Jovem Nacional era defendida pelo grupo também como uma forma de mitigar as contestações estudantis em favor da participação política “porque os grandes problemas nacionais seriam, então, debatidos por jovens[,] *não só por estudantes[,] como trabalhadores das diversas classes*, mas dentro do partidos políticos.” Nesse ponto de vista, a flexão de classe da juventude parecia atender aos interesses governistas a partir de um pressuposto tácito de que a juventude estudantil estaria mais propensa a apoiar ideias oposicionistas, enquanto os jovens de “diversas classes” teriam um posicionamento político diverso.

Logo em seguida, a reportagem citava uma fala atribuída a José Deni Coutinho em que ele buscava flexionar a atuação da Arena Jovem em termos de classe. “Não dividimos”, dizia o jovem gaúcho, “o nosso trabalho em cunho de participação de jovens trabalhadores ou estudantes. Queremos somar essa parcela da população que vota hoje no País, situada entre 18 e 35 anos, que representa 72% do eleitorado brasileiro.”¹¹¹ Na fala da jovem liderança arenista, parecia haver uma inversão, com objetivos políticos, da imagem da Arena como exclusivamente destinada a jovens estudantes e que não trabalhavam. Ao contrário, o ponto de vista de Coutinho poderia ser lido como uma declaração de que era a juventude estudantil – majoritariamente de esquerda, portanto sua rival política na mobilização dos jovens – que, ao pensar exclusivamente na atuação política do jovem que tinha condições de estudar, não incluía outras flexões da juventude, como os jovens de classes menos favorecidas.

¹¹¹ “Estudantes podem fazer política”. *Folha de S. Paulo*, quarta-feira, 5 jul. 1978, 1º Caderno, p. 4. Grifos meus.

Apesar de esforços em sentido contrário, o predomínio de um recorte social específico – o de elite – entre a juventude arenista podia ser identificado até mesmo nos próprios eventos organizados pela Arena Jovem e noticiados pela imprensa. Em julho de 1978, por ocasião da visita do general Figueiredo à cidade de Porto Alegre para participar do Congresso dos Vereadores Arenistas do Rio Grande do Sul, o jornal *O Globo* conferia destaque à participação da Arena Jovem ao anunciar os preparativos para o evento. “Mais ou menos 150 automóveis de jovens arenistas”, dizia a reportagem publicada em 16 de julho, “estarão no Aeroporto Salgado Filho na sexta-feira, dia da chegada do General Figueiredo.” Nas palavras do então presidente da Arena Jovem gaúcha, os carros iriam acompanhar “o General até o centro da cidade, soltando foguetes. Depois, deveremos acompanhá-lo até Ijuí e Cruz Alta, onde também haverá muita festa.”¹¹² Os contornos do evento – uma carreata com 150 veículos dirigidos por jovens e que passaria por vários bairros de Porto Alegre, demandando uma boa quantidade de combustível e foguetes para “festejar” a visita do general – indicavam uma flexão de classe mais privilegiada entre os membros da Arena Jovem gaúcha.

Para além da afirmação de um recorte social específico da juventude arenista, entretanto, é possível problematizar a forma como a flexão de classe dos jovens acontecia no espaço da Arena Jovem por meio da análise de alguns pontos de vistas expressos na documentação partidária. No já citado relatório de 1975 sobre os dez primeiros cursos de informação política realizados pelo departamento juvenil da Arena paulista, havia percepções sobre essa questão. Segundo o documento, das 864 pessoas que haviam concluído o curso, participando em mais de 75% das palestras, “503 são universitários; 258 são formados ou pós[-]graduados; 25 têm nível técnico; 73 têm nível colegial e 5 instrução primária.” Havia, como de resto em toda a Arena, um predomínio de jovens universitários, possivelmente oriundos de famílias de classes médias com condições sociais e econômicas mais confortáveis. Mas a presença de jovens com outro histórico educacional, com o devido perfil social associado, incomodou a Arena Jovem. Segundo o relatório, a desobrigação de que os cursistas tivessem nível universitário “mostrou-se falha, uma vez que provocou um desnível muito grande, principalmente nos debates, prejudicando os conferencistas e até desestimulando um pouco os participantes”.

Haveria, portanto, uma necessidade de organizar cursos especificamente voltados para jovens sem a formação em nível superior – a minoria dos que haviam sido certificados até então, nas dez primeiras edições do curso promovido pela Arena Jovem São Paulo. O relatório afirmava ainda que atividades nesse escopo já estavam sendo planejadas pelo departamento.

¹¹² General definirá no Sul política para municípios. *O Globo*, quarta-feira, 26 jul. 1978, Matutina, O País, p. 3.

Eles teriam “um curriculum de acordo com suas necessidades e nível intelectual”, ou seja, de acordo com expectativas voltadas a jovens que possuíam formação em nível técnico, colegial ou apenas primária. Esse ponto de vista, que pretendia separar os jovens com formação universitária da juventude com menos oportunidades educacionais, era ainda justificado com a afirmação de que “os Cursos de Informação nos moldes atuais, [sic] serviria[m] a jovens e universitários, para os quais foi elaborado.”¹¹³ Mais à frente, nas “Conclusões” do extenso relatório, indicava-se a organização de cursos diferentes, supostamente adequados aos níveis instrucionais diversos daqueles que se inscreviam. Dentre eles, estaria, nas palavras do documento, “um terceiro [que] atenderia aos interessados que não possuem nível superior, as bases populares do partido que não podem ser colocados [sic] à margem do processo.”¹¹⁴ Essas percepções indicam como as normas e a própria estruturação da Arena Jovem, incluindo os cursos oferecidos pelo departamento, pressupunham uma certa flexão da juventude – universitária, das classes médias. E que aos jovens de outros estratos sociais, que já constituíam uma minoria quantitativa, restava versões “adaptadas” a seu “nível intelectual” dos cursos de informação política.

A avaliação irônica de que os membros da Arena Jovem não apenas pertenciam às classes mais altas como também tinham comportamentos que denunciavam esse pertencimento foi feita, em retrospecto, na década de 1980. O caso, noticiado mais uma vez pela grande imprensa, carrega algo de anedótico e aconteceu após a extinção do bipartidarismo. Nesse contexto, as seções da Arena Jovem haviam, em alguma medida, sido metamorfoseadas nos diretórios juvenis do Partido Democrático Social (PDS), fundado em 1980 e que tinha em suas fileiras a maior parte dos antigos arenistas. Em agosto de 1983, segundo o *Jornal do Brasil*, um grupo de seis membros da Juventude Democrática Social de Pernambuco havia sido preso pela Polícia Militar em Recife após pichar, durante a madrugada, a frase “Por eleições diretas para a Presidência” em seis muros diferentes. Entre eles, estava o presidente da juventude do PDS pernambucano, apresentado pela reportagem como Júlio Oliveira Neto, estudante de Direito de 21 anos.

A situação pode ser interpretada como uma performance da *participação* prescrita pelo regime, ocorrida num contexto de crise não apenas da ditadura como, também, de seus projetos políticos. Júlio dizia que a organização que presidia, formada por 5 mil jovens pernambucanos

¹¹³ Relatório inicial dos 10 cursos de informação política, realizados em São Paulo de 11 de agosto de 1973 a 7 de novembro de 1975. 11 nov. 1975. Fundo Arena do CPDOC/FGV. Série: Organização partidária (OP), subsérie: Arena Jovem (AJ). Classificação: ARENA 1969.11.25, fls. 5-6.

¹¹⁴ *Idem.*, fl. 14.

na faixa dos 15 a 30 anos, havia decidido “sair do imobilismo” ao defender publicamente – e por meios considerados à época ilegais, portanto distante das expectativas com relação aos jovens – as eleições diretas. Mas o caso pode, também, ser analisado como um indício das percepções “nativas” sobre o perfil de classe da juventude que se filiava ao partido governista até a sua extinção. Isso porque Júlio teria declarado, logo após ele e seus colegas serem liberados da delegacia: “Passou o tempo da Arena Jovem, que só pensava em festa, uísque e beira de piscina. O que a gente quer é ativismo.”¹¹⁵ Ao atribuir aos membros do diretórios juvenis da Arena que existiram até 1979 esses comportamentos, Oliveira não estava apenas criticando a suposta falta de compromisso político da Arena Jovem. Estava, também, ironizando os seus membros ao associá-los a comportamentos e atividades de lazer tidos como aburguesados.

Uma outra ótica em que a flexão de classe aparecia no campo das políticas da ditadura voltadas à juventude dizia respeito aos posicionamentos políticos esperados dos jovens. Nesse contexto, eram atribuídos aos jovens de periferia ou à juventude universitária de faculdades particulares ideologias conservadoras ou apáticas, supostamente em contraposição às ideias de oposição dos jovens de classe média. Essa percepção foi compartilhada por um grupo de lideranças estudantis que, a convite do *Jornal do Brasil*, reuniu-se para debater as correntes do movimento estudantil paulista em uma mesa redonda da qual participaram também professores universitários. O evento aconteceu em junho de 1977, no contexto de reorganização do movimento estudantil do qual a invasão pela polícia da PUC-SP em novembro do mesmo ano se tornaria o maior símbolo. Nesse sentido, os jovens líderes universitários preferiram manter o anonimato, sem dúvidas devido ao medo de repressão. Segundo o *JB*, essa decisão se dava também devido a mudança do perfil organizacional do movimento estudantil de fins dos anos 1970 em comparação com os movimentos de 1968.

A reportagem ocupava uma página inteira do jornal, em uma edição de segunda-feira, e trazia informações sobre o movimento estudantil em outras regiões do país. Em Brasília, informava o *JB*, todas as correntes atuantes na UnB seriam de esquerda. Nas faculdades particulares, ao contrário, predominavam lideranças que “orgulham-se de manter a ordem e acatarem determinações superiores ditadas por professores e diretores das instituições em que estudam.” Essa diferença era explicada pelo periódico a partir de um argumento duplo, que recorria aos marcos etários e à flexão de classe: nas faculdades particulares, o Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB) e a Universidade do Distrito Federal (UDF), a maior parte dos

¹¹⁵ Jovens do PDS pedem eleições diretas e são presos pela PM. *Jornal do Brasil*, 24 ago. 1983, 1º Caderno p. 2.

discentes tinha mais de 30 anos e era formada por militares, comerciantes e funcionários públicos, portanto com posicionamento político mais conservador.

A atuação da Arena Jovem no movimento estudantil, por sua vez, era destacada quando a reportagem analisava as correntes predominantes no Rio Grande do Sul. No estado, o presidente do DEE, o aluno de Engenharia Eduardo Conceição, via-se obrigado a rebater a acusação de ser de direita. Segundo o universitário, “só porque apontamos a existência da infiltração de marxistas e estudantes profissionais nas mobilizações, somos tachados de direitistas e nazistas.” Havia, entretanto, nuances ideológicas entre os estudantes que presidiam o DEE, segundo Henrique Finco, então presidente do DCE da UFRGS. Haveria, sim, uma “direita nazista”. Mas haveria também uma “direita liberal”, representada pelo jovem arenista Geraldo Rosa que, naquele momento, era presidente do DA da Faculdade de Economia da UFRGS. “O pessoal dessa direita liberal”, concluía Finco, “segue a linha do presidente da Arena Jovem, Francisco Nápoli, e as idéias do ex-ministro Severo Gomes.”¹¹⁶

Essa clivagem entre os jovens universitários de universidades públicas e os que estudavam em faculdades particulares aparecia, também, no âmbito do Projeto Rondon. Mário Garnero, presidente da Fundação Projeto Rondon, declarou ao *Jornal do Brasil* que “rejeita[va] as críticas à habilitação e à capacidade intelectual dos universitários selecionados [para participar das operações], oriundos em 80% (dados do MEC) de faculdades particulares, onde a qualidade de ensino e o engajamento político-social dos estudantes seriam bem menores do que nas Universidades federais ou estaduais”. A declaração foi dada em 1977, por ocasião dos dez anos da iniciativa, momento em que o programa do Ministério do Interior recebia fortes críticas por ter, supostamente, privilegiado a quantidade de participantes e não a qualidade das operações. Garnero foi incisivo ao dizer que essa imagem não tinha “nenhum apoio concreto”. O empresário contrapôs a ela dados segundo os quais a UnB, grande centro de militância estudantil na conjuntura de retomada do movimento em 1977, era uma das universidades que mais participava do Projeto Rondon.¹¹⁷

Assim como na Arena, no MDB também havia uma aproximação entre os departamentos juvenis, femininos e trabalhistas da agremiação. Afinal, de acordo com a legislação partidária, eles eram organizados a partir dos mesmos instrumentos legais e compreendidos, apesar de suas especificidades, como “órgãos de cooperação” dos partidos.

¹¹⁶ Líderes estudantis preferem manter o anonimato. *Jornal do Brasil*, segunda-feira, 20 jun. 1977, 1º Caderno p. 32.

¹¹⁷ Presidente do Rondon afirma que Projeto é válvula de escape das pressões do 477. *Jornal do Brasil*, domingo, 11 dez. 1977, 1º Caderno p. 26.

Esse era o ponto de vista do deputado Ulisses Guimarães, que, na condição de presidente do partido oposicionista, encontrou-se com duas lideranças do MDB Jovem gaúcho em junho de 1973. Segundo pautou o *Jornal do Brasil*, em reportagem parcialmente analisada no Capítulo II, Guimarães havia se mostrado otimista com o movimento dos jovens emedebistas. Além disso, ele aproveitou o momento para explicar os planos da direção do partido para a articulação de jovens, trabalhadores e mulheres de oposição. O líder oposicionista teria declarado que, “dada a afinidade que há no Brasil entre moços e trabalhadores, caberá ao Departamento Jovem organizar o Departamento Trabalhista do MDB, cabendo às mulheres dos parlamentares organizarem, brevemente, o Departamento Feminino.”¹¹⁸ Essa declaração de Guimarães expressava uma perspectiva que pode ser interpretada em duas direções. Primeiro, no sentido da análise das expectativas sobre a inserção das mulheres no MDB: na condição de esposas dos parlamentares, portanto como extensão da ação política de seus esposos. Segundo, de uma flexão de classe da juventude que, no partido de oposição, possibilitava maiores articulações com os trabalhadores.

A aproximação entre jovens e trabalhadores emedebistas, entretanto, gerou desconfiças por parte da ditadura e até mesmo repressão das forças policiais. Afinal, ela pressupunha o trabalho conjunto entre trabalhadores e jovens nas ações de oposição ao regime. Ou, mesmo, a sobreposição entre essas duas identidades. No mesmo contexto, José Edgard Amorim – à época, candidato a deputado pelo MDB – denunciou à imprensa estar sendo alvo de escutas telefônicas em diferentes espaços, de sua casa ao seu comitê eleitoral. Segundo reportagem do *Jornal do Brasil* publicada em 11 de outubro de 1978, Amorim “denunciou, também, a existência de pressões, feitas na cidade mineira de Divinópolis, pela polícia local, sobre os integrantes do ‘MDB Jovem e Trabalhista’, visando a intimidá-los.”¹¹⁹ A notícia adicionava que a diretoria do departamento havia sido obrigada a prestar depoimento sobre as suas atividades à polícia.

No mesmo dia, a *Folha de S. Paulo* repercutiu o caso. Segundo o jornal, “o MDB Jovem e Trabalhista de Divinópolis conta com a participação de vários ferroviários, estudantes secundaristas e universitários, metalúrgicos, enfermeiros e professores.” O próprio diário paulista indicava, assim, a sobreposição entre as condições de idade e de classe que reuniam os emedebistas nesse diretório. A repressão havia partido do delegado Dirceu Ferreira, que questionou “de onde partiu a idéia, quais são os objetivos e qual a inspiração que a comissão

¹¹⁸ Ulisses diz que tendência natural dos moços do Brasil é caminhar para a Oposição. *Jornal do Brasil*, quarta-feira, 11 out. 1978, 1º Caderno, p. 4.

¹¹⁹ Emedebista se diz espionado. *Jornal do Brasil*, quarta-feira, 11 out. 1978, 1º Caderno, p. 15.

segiu para formar o MDB Jovem e Trabalhista.”¹²⁰ O caso é indicativo não apenas da flexão de classe da juventude por parte do MDB Jovem como também da ansiedade que essa tentativa de aproximação dos jovens com os trabalhadores (ou com jovens-trabalhadores) gerava em setores sociais conservadores, desdobrando-se em uma repressão efetiva que era denunciada pelos jornais.

Em algumas seções juvenis do partido oposicionista, além disso, parte significativa de seus membros era formada por estudantes-trabalhadores. Com relação ao MDB Jovem de Santos Dumont, por exemplo, uma informação confidencial do Ministério do Exército afirmava em 1979 que ele era “integrado, basicamente, por jovens universitários da cidade que trabalham em outras cidades (J. Fora, Viçosa, Belo Horizonte, etc[.]) e políticos da ala autêntica do MDB, em sua maioria militantes do ex-PTB.” O documento fornecia dois exemplos entre as lideranças da seção juvenil: Luís Soares Dulci, que era professor em uma escola estadual de Belo Horizonte, e Sebastião José Alves, que era estudante de Engenharia na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), um dos proprietários de um cursinho pré-vestibular na cidade e vereador em Santos Dumont desde 1976.¹²¹

Associado à cultura de esquerda, cada vez mais frequente nas seções do MDB Jovem na segunda metade da década de 1970, esse perfil social de alguns membros das alas juvenis oposicionistas resultou em declarações de princípios presentes nos documentos produzidos pelos próprios jovens. Uma delas foi publicada no segundo número do “Caderno político” do setor jovem gaúcho do partido, em 1975, no texto “O ‘modelo brasileiro’ e a oposição”. Como uma das diretrizes para a sua própria atuação, os emedebistas afirmavam a necessidade de se “recrutar seus filiados em todas as camadas da população: trabalhadores, lavradores, colonos, estudantes, secundários e universitários, profissionais liberais, intelectuais, etc.”.¹²² No mesmo ano, o primeiro número do boletim “Farrapo”, publicado pelo setor jovem municipal do MDB de Porto Alegre, trazia uma definição do escopo do periódico que seguia linha semelhante. Segundo o documento, “este boletim será porta-voz dos trabalhadores, estudantes, comerciários, e de todos aqueles que se agrupam na ampla FRENTE PELAS

¹²⁰ Setor jovem do MDB é pressionado. *Folha de S. Paulo*, quarta-feira, 11 out. 1978, 1º Caderno, p. 16.

¹²¹ Informação nº 383/7/E2/4ª RM, de 7 de agosto de 1979, p. 1-2. *Arquivo Nacional*, Fundo: Delegacia de Polícia Federal em Juiz de Fora (Minas Gerais), BR_DFANBSB_HE_0_IVT_0049_d0001de0001.

¹²² “O ‘modelo brasileiro’ e a oposição. “Caderno político” do Setor Jovem estadual do MDB/RS, nº 1, produzido pela Secretaria de Divulgação e Imprensa em Porto Alegre, em junho de 1975, p. 9. Grifos dos autores. Informação nº 563/15/APA/75, de 22 de outubro de 1975. *Arquivo Nacional*, Fundo: Serviço Nacional de Informações, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_75090934_d0001de0003.

LIBERDADES DEMOCRÁTICAS”.¹²³ Esses pontos de vista são indicativos do alinhamento desses grupos à estratégia do “frentismo”, proposto pelo PCB na luta contra a ditadura e especialmente fortalecido nesse contexto. Mas são, também, indicativos dos esforços de aproximação dos jovens com outros grupos sociais nesse mesmo contexto.

Diretórios do MDB Jovem também flexionaram a classe da juventude de forma a aproximá-la dos setores economicamente mais vulneráveis, na articulação de demandas de jovens universitários de faculdades privadas. Esse foi o caso da ação liderada pela Ala Jovem do MDB do Rio de Janeiro em novembro de 1974 por ocasião da visita do futuro governador do estado, almirante Floriano Faria Lima, ao *campus* da Universidade Gama Filho. Segundo noticiou o *Jornal do Brasil*, o militar visitou a universidade “após insistentes convites do grupo arenista, que a explora.” Mas o evento não passou ileso às oposições juvenis. De acordo com o mesmo periódico, “muitos acadêmicos haviam protestado junto à direção da Escola, pois viam no convite dos arenistas ao futuro Governador uma tentativa de envolvimento político da classe estudantil, onde o MDB desfruta da maioria das simpatias.” Muitos estudantes teriam inclusive deixado a universidade, em sinal de protesto.

Além disso, um grupo de universitários tinha a intenção de entregar um memorial diretamente ao futuro governador fluminense, mas, segundo a reportagem, eles haviam sido impedidos por funcionários da universidade. Por isso, decidiram entregá-lo ao *JB*, que publicou o texto elaborado pelos estudantes – muitos deles, membros da Ala Jovem do MDB do Rio de Janeiro – na íntegra. A demanda central do memorial endereçado ao futuro governador do estado era a transferência dos estudantes da universidade privada para uma das instituições públicas de ensino superior localizadas na cidade do Rio de Janeiro, fosse a estadual (UEG) ou a federal (UFRJ). O memorial flexionava a juventude em classe ao justificar a reivindicação afirmando que “a maioria dos que estudam enfrentam dramáticas dificuldades financeiras, ficando sujeitos a trancamento da matrícula, quando os pagamentos não são realizados em dia.” O documento adicionava ainda que a Ala Jovem do MDB seria majoritariamente integrada por “acadêmicos”. Ela havia iniciado uma campanha mais ampla pela inclusão de um dispositivo da Constituição do estado, em processo de elaboração no contexto da fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, que garantiria a possibilidade da transferência. “Essa campanha do ‘MDB Jovem’ despertou grande entusiasmo na classe universitária”, concluía o texto.¹²⁴

¹²³ Editorial. *Farrapo* – Boletim informativo do Setor Jovem Metropolitano do MDB de Porto Alegre, nº 1, nov. 1975, p. 2. Informação nº 018/115/APA/1976, 8 de janeiro de 1976. *Arquivo Nacional*, Fundo: Serviço Nacional de Informações, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76089531_d0001de0001.

¹²⁴ Estudantes pedem a Faria Lima redução da taxa universitária. *Jornal do Brasil*, quinta-feira, 7 nov. 1974, 1º Caderno, p. 3.

Apesar das tentativas dos emedebistas em aproximar as suas demandas de pautas relacionadas a outros recortes de juventude em termos de classe e até mesmo de atrair jovens trabalhadores para o espaço dos diretórios, o perfil socioeconômico do MDB Jovem era constantemente mobilizado nas disputas internas à agremiação. Foi o caso da reação do deputado Magnus Guimarães, do MDB gaúcho, aos pedidos da ala jovem de seu estado para que ele fosse expulso de seu partido. O conflito se deu em 1979, no contexto das reestruturações partidárias em que o parlamentar defendia a criação de uma agremiação trabalhista. A defesa de Guimarães se baseava num ataque pessoal aos jovens de seu partido por pertencerem “às famílias abastadas do Rio Grande do Sul”. Em suas palavras, citadas pelo jornal *O Globo*, “eles são socialistas nababos. Aliás, é a primeira vez que vejo comunistas ricos. O que eu quero é que eles se expliquem no campo científico, e não da agressão e das denúncias gratuitas.”¹²⁵ Para além de sua flagrante contradição (afinal, ele defendia um diálogo sem agressões ao mesmo tempo em que atacava os jovens emedebistas por sua origem social, não pelo teor dos argumentos propriamente dito) e do lugar que essa disputa ocupava no âmbito de um partido ideologicamente heterogêneo como o MDB, o ponto de vista de Magnus Guimarães era indicativo das flexões de classe nas alas juvenis oposicionistas. Não apenas o pertencimento social da maior parte dos militantes era associado ao privilégio como ele poderia ser mobilizado como um insulto, pois os jovens seriam “comunistas ricos”.

¹²⁵ Maguns responde ao MDB jovem. *O Globo*, segunda-feira, 12 fev. 1979, Matutina, O País, p. 4.

Considerações finais

Juventudes e ditadura (passado-presente)

“O relativismo cultural é, antes de mais nada e sobretudo, um procedimento antropológico interpretativo – ou seja, metodológico. Ele não consiste no argumento moral de que qualquer cultura ou costume é tão bom quanto qualquer outro, se não melhor. O relativismo é simples prescrição de que, para que possam tornar-se inteligíveis, as práticas e ideais de outras pessoas devem ser ressituidas em seus contextos históricos, e compreendidas como valores posicionais no campo de suas próprias relações culturais, antes de serem submetidas a juízos morais e categóricos de nossa própria lavra. A relatividade é a suspensão provisória dos próprios juízos de modo a situar as práticas em pauta na ordem cultural e histórica que as tornou possíveis. Afora isso, não se trata de forma alguma de uma questão de advocacia.”

Marshall Sahlins, no livro de aforismos *Esperando Foucault, ainda* [1993].¹

“Se quiséssemos verdades caseiras, deveríamos ter ficado em casa.”

Clifford Geertz, no ensaio “Anti anti-relativismo” [2000].²

¹ SAHLINS, Marshall. *Op. citada*, 2013 [1993], p. 68-69.

² GEERTZ, Clifford. *Op. citada*, 2001 [2000], p. 67.

A constatação de que “somos um país de jovens” produziu implicações fundamentais no contexto do Brasil ditatorial. Espero ter demonstrado que, em uma dimensão, esse dado de ordem demográfica se imbricava com o processo de emergência da juventude como condição fundamentalmente política na década de 1960. Por mais que guardasse cortes transnacionais, esse fenômeno ganhou tonalidades particulares no contexto da ditadura militar brasileira. A vivência da condição juvenil como *poder jovem* alçou a juventude como um sujeito político por excelência, ao mesmo tempo em que ajudou a criar códigos de comportamento e um enquadramento próprio. A partir dessa elaboração simbólica, passou-se a projetar ou esperar dos jovens uma atuação rebelde, insubmissa às autoridades paternas ou políticas, disruptiva em termos comportamentais. No Brasil, esse processo foi caracterizado por embates entre diferentes sujeitos sociais – jovens e não jovens, ativistas do movimento estudantil e jornalistas conservadores, religiosos do clero católico progressista e ministros de Estado, membros do laicato católico e agentes policiais. Dialogando com escalas internacionais, a juventude foi vivenciada como *poder jovem*, uma categoria cultural polissêmica, ambígua e aberta a interpretações múltiplas.

Foi a partir da percepção compartilhada por diversos grupos sociais que aderiram à ditadura militar de que a condição juvenil poderia ser experimentada como *poder jovem* que o Estado configurou um repertório próprio de políticas para esse grupo de idade. Em resposta ao *poder jovem*, portanto, surgiram seus contrários. Eles eram concepções culturais alternativas para os jovens, que se materializaram em um repertório de programas que buscava, a um só tempo, disciplinar e criar condições para a ação política controlada da juventude. Dentre essas ações, estavam o Projeto Rondon, a Operação Mauá e os diretórios juvenis dos partidos políticos (a Arena Jovem e o MDB Jovem). Cada uma delas buscou responder ao desafio colocado por um processo cultural que tomou a parte pelo todo e metonimizou a juventude em *poder jovem*. Argumentei que esse processo explica os motivos pelos quais a ditadura particularizou um recorte da juventude em suas políticas – branca, oriunda dos estratos médios, urbana, estudantil –, mesmo que, não raro, essas ações fossem apresentadas como sendo direcionadas à juventude de uma forma geral. O Estado ditatorial adotou, nesse sentido, uma postura reativa diante da problemática da condição juvenil, que se impunha como questão candente no Brasil e em outras partes do mundo na década de 1960.

No conjunto de ações possibilitadas por essas políticas de Estado, os agentes do regime prescreviam uma modalidade de ação sintetizada pela formulação simbólica da *participação*. Por um lado, ela recobria um conjunto diverso de atividades: viagens de estudo a indústrias ou visitas técnicas a obras rodoviárias, como a Transamazônica, por meio da Operação Mauá;

cursos de formação de liderança, audiências com os generais-presidentes ou o lançamento de candidaturas jovens a cargos do legislativo, na Arena Jovem; ciclos de palestras, lançamentos de manifestos ou publicação de boletins, nos espaços do MDB Jovem; atividades assistencialistas, ações contínuas nos *campi* avançados ou a atuação em operações especiais, no Projeto Rondon. Por outro, a categoria cultural da *participação* buscava estabelecer normas e códigos conservadores no intuito de disciplinar as atividades políticas da juventude. Dos jovens, esperava-se ações subordinadas aos objetivos pré-fixados pelo regime, a demonstração de um senso de *responsabilidade* capaz de afastá-los das críticas às autoridades (fossem elas políticas, militares, paternas ou empresariais) e uma colaboração com as gerações adultas para a construção do projeto de país estabelecido pela ditadura. Aqui, mais uma vez, uma sensibilidade antropológica foi necessária na medida em que o reconhecimento da *participação* como uma modalidade conservadora de ação política ditada aos jovens foi possível a partir do estranhamento de uma categoria familiar para qualificar as atividades políticas: a de *engajamento*. Longe de representar uma concepção universal (tanto geográfica quanto historicamente) para a vivência da atividade política, o *engajamento* é culturalmente localizado no contexto do existencialismo francês, de sua reinterpretação por teólogos progressistas e por sua vivência nas organizações políticas das juventudes católicas de esquerda, do movimento estudantil e da produção artística.

Por mais que buscassem exercer um dirigismo diante da juventude, o Projeto Rondon, a Operação Mauá e os diretórios juvenis dos partidos tiveram que lidar com um amplo conjunto de jovens que procuraram suas atividades. Eles impunham limites às expectativas da modalidade de ação esperada com a *participação* por diferentes razões, demonstrando protagonismo em suas ações. Esse processo se dava seja pela heterogeneidade da própria condição juvenil, em termos sociais ou políticos, seja pelas contingências próprias ao cotidiano das atividades possibilitadas por esses programas. Diante do prescrito da *participação*, os participantes das políticas do regime reavaliaram as suas ações cotidianas e adicionaram a elas nuances significativas. Esses elementos performativos da ação política jovem muitas vezes fugiam ao controle estrito do poder político instituído, pluralizando a modalidade de ação política revestida de valores simbólicos com a categoria cultural da *participação*. Essa ressignificação possibilitou que militantes das alas juvenis arenistas questionassem os rígidos limites à atividade política estudantil impostos pela ditadura, através de abaixo-assinados, memoriais ou declarações em audiências com autoridades. Ou que militantes de correntes de oposição do movimento estudantil se integrassem ao Projeto Rondon e à Operação Mauá. Ou que jovens universitários fizessem “denúncias” à imprensa sobre o que viam no interior do país,

ao viajarem com o programa do Ministério do Interior. Ainda, que membros das organizações políticas de esquerda como o PCB e o PCdoB praticassem o “entrismo” nos diretórios do MDB Jovem e, a partir de espaços chancelados pelo regime, rompessem com a própria categoria de *participação*. Esse processo envolveu, nunca é demais afirmar, a violência repressiva por parte do Estado, que se materializou na instalação de aparelhos de escuta nos eventos do MDB Jovem ou em prisões de seus membros, na proibição de determinadas manifestações de cunho político ou na constante vigilância instaurada contra os participantes do Rondon e da Opema.

Nos ritmos próprios a cada uma dessas políticas voltadas aos jovens, as fronteiras da condição juvenil foram debatidas, estabelecidas, reelaboradas, ressignificadas. A própria *juventude* aparecia, assim, como uma categoria cultural possibilitada por condições sociais e por elaborações culturais próprias do contexto dos anos 1960 a 1970. Para que fosse possível adequar o Projeto Rondon, a Operação Mauá, a Arena Jovem e o MDB Jovem aos anseios e características tidos como próprios aos jovens, desenrolou-se, nesse sentido, uma série de discussões sobre os comportamentos da juventude. Esses debates eram caracterizados por um enquadramento ambíguo, motivo da ênfase dirigida, ao mesmo tempo, a atributos informais ligados à jovialidade e a traços responsáveis identificados nas posturas dos jovens que procuravam essas iniciativas. Além disso, não faltaram esforços para que propriedades tidas como “naturais” da condição juvenil fossem devidamente canalizadas, quer dizer disciplinadas. Nesse sentido, o *idealismo*, a capacidade de *renovação* ou a *disposição* dos jovens eram compreendidos como positivos, desde que orientados e direcionados por não jovens no sentido de propósitos vistos como produtivos. Ao mesmo tempo, esses debates sobre as fronteiras da condição juvenil envolviam a interpretação de dados demográficos e o estabelecimento de faixas etárias que poderiam corresponder ao ser jovem. Em alguns casos, como nos diretórios juvenis dos partidos, essa delimitação era central, na medida em que indicava quem poderia e quem não poderia participar das alas juvenis das agremiações.

Os debates que buscavam estabelecer atributos característicos dos jovens que se integravam ao repertório de programas estatais voltados a esse grupo etário tiveram de lidar, também, com as maneiras como as *diferenças* atravessam a condição juvenil. Foi o caso das diferenciações por gênero. As primeiras ações do Projeto Rondon e da Operação Mauá resolveram a questão logística do transporte dos jovens universitários às áreas de atuação por meio de convênios firmados com a Marinha, em um primeiro momento. Assim, flexionavam a juventude no masculino, tendo em vista que mulheres eram proibidas de estar em embarcações à serviço. E essa flexão logo chamou a atenção de jovens mulheres e foi midiaticizada pela imprensa comercial. Com o tempo, jovens “moças” ganharam espaço nessas iniciativas e se

tornaram protagonistas dessas atividades. Sua *participação*, no entanto, reproduzia papéis sociais de gênero conservadores, seja nas divisões das tarefas durante a atuação, na forma como os familiares lidavam com as suas viagens ou na divisão dos grupos de universitários que participavam das viagens de estudos da Opema em delegações masculinas e femininas. Os diretórios juvenis dos partidos, por sua vez, flexionaram a juventude majoritariamente no masculino, um traço de continuidade com a longa interdição da vida pública às mulheres. Não apenas a maior parte das lideranças jovens da Arena e do MDB eram “rapazes”, como a baixa presença de “moças” dos diretórios era naturalizada nesse contexto.

A questão das *diferenças* esteve presente, também, nas diferenciações de classe da juventude. Por mais que a diversidade de origem social não fosse a tônica predominante nessas políticas, que incorporaram a associação entre juventude e estratos médios ao metonimizarem esse grupo de idade como *poder jovem*, não foram poucos os momentos em que o pertencimento de classe dos jovens aparecia como um fator importante. Em alguns casos, o jovem era compreendido como um *privilegiado* por ter acesso ao ensino superior. Por isso, ele teria uma espécie de missão particular: a de assistir a população mais pobre, por exemplo através das operações do Projeto Rondon. Nesse sentido, os participantes de ações da Operação Mauá, por exemplo, eram tratados como a elite governante do futuro, que, por isso, deveria se preparar adequadamente para assumir os postos (na política, nas empresas) que lhe esperavam em uma sucessão geracional vista como inevitável. Em outros casos, tanto na Arena Jovem quanto no MDB Jovem a origem social dos jovens era mobilizada como uma maneira de desqualificar a sua atuação por parte de não jovens, como se houvesse um afastamento incontornável entre essa juventude e a maior parte da população do país. Por isso, jovens arenistas – com menor frequência – e emedebistas – com maior – procuraram flexionar a classe, aproximar-se dos setores trabalhadores e até incorporar aos diretórios militantes que se afastassem do perfil jovem estudante de classe média. Espero ter demonstrando, nesse sentido, que a juventude foi um dos marcadores de *diferença* importantes da constatação de que “somos um país de jovens”, mas não o único. A idade interagiu com outras categorias, como gênero e classe, construindo as diferenças da juventude para além de oposições reducionistas.³

A construção dessas reflexões, sempre em diálogo crítico com as fontes de arquivo e a diversidade de pontos de vista “nativos” que pude encontrar nesses indícios, implicou a elaboração de um conjunto de perguntas inscritos na minha própria temporalidade. Afinal,

³ Sobre essa importante discussão, que sem dúvidas foge ao escopo particular desta pesquisa, cf. o ensaio “Idade, raça, classe e sexo: as mulheres redefinem a diferença”, publicado por Audre Lorde em 1980 e presente em: LORDE, Audre. *Irmã outsider*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020 [1984], p. 141-153.

como indiquei na Introdução, também nas primeiras décadas do século XXI a juventude tem sido vivenciada como uma condição política com particularidades. A associação de muitos jovens a movimentos, partidos e projetos conservadores tem deixado a maior parte dos analistas entre assombrados e impressionados. Em parte, as dificuldades de se compreender esse fenômeno se relacionam com uma relutância em reconhecer analogias e linhas de continuidade com formas de vivenciar a condição juvenil em tempos passados. Em parte, também, com a força de maneiras de classificar a atuação política dos jovens que foram inicialmente gestados no Brasil ditatorial – como a própria categoria de *poder jovem*, o princípio de que a pouca idade garante, por si só, uma adesão a projetos políticos progressistas ou a expectativa de um *engajamento* com contornos renovadores direcionada aos jovens. A reflexão sobre as relações entre juventudes e ditaduras se produziu, assim, entre o passado e o presente, em um movimento característico do ofício de historiador que Marc Bloch argumentou se fundamentar em um entendimento recíproco entre temporalidades diversas.⁴ Nesse processo, eu interrogava as fontes documentais a partir de inquietações identificadas no processo político contemporâneo, ao mesmo tempo em que voltava ao tempo presente com novas interrogações a partir das aproximações e dos distanciamentos percebidos nesse percurso.

No ensaio em que faz um “Elogio ao anacronismo”, a historiadora francesa Nicole Loraux reflete sobre essas questões. Loraux tem em seu horizonte a historiografia da Antiguidade europeia que, nos anos 1960, construiu uma agenda de pesquisas em torno do que se convencionou chamar na França de “psicologia histórica”. Interessava a esses estudos, na definição de Loraux, “uma rigorosa proibição de pensar os gregos que não em seus termos [...], para não lhes colocar outras questões que não aquelas que eles próprios se colocavam.” As semelhanças com a proposta de uma história antropológica são, aliás, apontadas pela própria autora. Tratava-se, prossegue Loraux, “de penetrar na atmosfera de um outro mundo, um mundo regido por outras leis e outros sentimentos, para ali descobrir *o outro*.”⁵ Em alguma medida, esses historiadores buscavam fugir daquele que é geralmente considerado o maior equívoco a qual os historiadores podem incorrer: o *anacronismo*. Essa proposta, contudo, encerra um paradoxo que, de resto, permeia qualquer operação historiográfica. Sujeitos de nosso tempo que somos, não nos desprendemos de nossa condição histórica ao olhar para tempos passados.

⁴ BLOCH, Marc. *Op. citada*, 2001 [1949], p. 60-68.

⁵ LORAUX, Nicole. Elogio do anacronismo. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 59. Grifos da autora.

Como define de maneira precisa Nicole Loraux, “o presente é o mais eficaz dos motores do impulso de compreender.”⁶ A escrita da História guarda, ela própria, a sua historicidade.

Ao longo deste trabalho, procurei também adotar uma perspectiva que incorpora as contribuições fornecidas por uma profícua historiografia sobre o Brasil ditatorial que vem se consolidando nas duas últimas décadas. Em sua diversidade conceitual e em suas referências heterogêneas, muitos desses trabalhos têm buscado analisar em que medida a ditadura se fundamentou em valores culturais conservadores inscritos em escalas temporais de maior fôlego na história do Brasil – entre passado e presente, ditadura e democracia. Ao mesmo tempo, essas pesquisas têm respondido de diferentes maneiras às dinâmicas de seus tempos de produção e ajudado a compreender o nosso presente em sua complexidade, com a “prática controlada de anacronismo” recomendada por Nicole Loraux.⁷ Sua efetividade, nesse sentido, demonstra a vitalidade do conhecimento histórico. Indica, também, sua relação intrínseca com a compreensão de um tempo presente tão árduo e desconfortável como essas primeiras décadas do século XXI, de crise dos valores democráticos e de emergência da ultradireita em escala transnacional.⁸ Como na famosa anedota contada por Marc Bloch, cabe lembrar as frases atribuídas ao também medievalista francês Henri Pirrene: “Se eu fosse antiquário, só teria olhos para as coisas velhas. Mas sou um historiador. É por isso que amo a vida.”⁹

Afinal, como não se recordar das reflexões de Rodrigo Motta sobre o imaginário anticomunista e sua ampla instrumentalização ao longo do século XX¹⁰ com a permeabilidade da opinião pública brasileira a essas representações políticas em um tempo de *fake news* e pós-verdade? Ou das reflexões de Janaina Cordeiro sobre a organização feminina Campanha da Mulher pela Democracia¹¹ quando nos deparamos com o significativo contingente de mulheres que, nas portas de instalações militares, demandam o fim da democracia com o recurso a eufemismos como “intervenção militar” ou “intervenção federal”? Ou, para citar apenas mais

⁶ LORAUX, Nicole. *Op. citada*, 1992, p. 58.

⁷ *Idem.*, p. 61.

⁸ As relações entre passado e presente diante desse contexto de ressurgimento de autoritarismos e de crise da democracia liberal-representativa têm sido debatidas por historiadores e cientistas sociais de filiações teóricas diversas na última década. Trata-se de uma discussão complexa que coloca em jogo o papel social da historiografia na compreensão do presente, bem como o risco de se reafirmar visões como a da *historia magistra vitae* (história mestra da vida). À nível internacional, cf. os argumentos distintos desenvolvidos pelo historiador estadunidense Timothy Snyder, para quem há “lições” e “advertências” importantes a serem aprendidas com a crise da democracia liberal entre as décadas de 1920-1930, e pelo cientista político inglês David Runciman, para quem persistem “imagens ultrapassadas” sobre o fim da democracia, gestadas nas décadas de 1930 e 1970, que nos impedem de analisar as novidades do século XXI. SNYDER, Timothy. *Sobre a tirania: vinte lições do século XX para o presente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017 e RUNCIMAN, David. *Como a democracia chega ao fim*. São Paulo: Todavia, 2018.

⁹ BLOCH, Marc. *Op. citada*, 2001 [1949], p. 65.

¹⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. citada*, 2002.

¹¹ CORDEIRO, Janaina Martins. *Op. citada*, 2009.

um exemplo, do “instrumental mental” dos agentes policiais da Operação Bandeirante e do DOI de São Paulo, estudados por Mariana Joffily¹², diante da ânsia punitivista e da banalização da tortura que têm vindo a público no Brasil dos últimos anos? Com otimismo, espero que este trabalho contribua com esse debate sobre a *cultura* da ditadura militar a partir do enfoque na juventude, sua inserção no campo da política e os programas gestados pelo Estado para, a um só tempo, controlar e possibilitar a *participação* dos jovens.

Busquei, assim, analisar a historicidade das categorias políticas e dos comportamentos a elas associadas pelos próprios sujeitos que experimentam o universo político. Mas estou ciente de que a proposta de uma história antropológica da política, atenta às categorias culturais mobilizadas pelos próprios atores para compreender suas ações no contexto do Brasil ditatorial (ou seja, aos seus pontos de vista “nativos”), pode levantar algumas suspeições de caráter ético. Talvez, estejamos – enquanto historiadores – mais propensos a aceitar a incorporação de determinadas perspectivas “nativas” do que outras. Se não todas, parte significativa dessas suspeições poderiam ser as mesmas que o antropólogo Clifford Geertz identifica como acusações hiperbólicas lançadas ao relativismo pelo anti-relativismo: “subjetivismo, niilismo, incoerência, maquiavelismo, estupidez ética, cegueira estética e assim por diante”.¹³ No entanto, ainda de acordo com Geertz, o princípio epistemológico de que as culturas devem ser vistas a partir de seus próprios termos não implica em um “relativismo ético” que ignora as relações de poder ou que, na produção de conhecimento, exime-se de certos debates numa espécie de “morte mental”.¹⁴ Como pesquisadores de nosso tempo, também posicionados politicamente, essas questões tomam grande relevância. Afinal, vivemos um período de emergência dos negacionismos sobre a ditadura, com violentas tentativas de calar o dissenso, de suprimir as diferenças pela força e de atacar a atividade intelectual.¹⁵

Buscar entender outras formas de vivenciar o universo da política pode, como argumenta a antropóloga Karina Kuschnir em passagem já citada no Capítulo III, ser fonte de muitos incômodos.¹⁶ Com a licença de uma nota de cunho mais pessoal, confesso que eu, como grande parte dos pesquisadores sobre a ditadura e da esquerda acadêmica de uma forma mais ampla, gostaria de poder afirmar que todos os jovens resistiram à ditadura e que a juventude

¹² JOFFILY, Mariana. *Op. citada*, 2013.

¹³ GEERTZ, Clifford. *Op. citada*, 2001 [2000], p. 47.

¹⁴ *Idem.*, p. 48-50.

¹⁵ Sobre o fenômeno do negacionismo da ditadura militar brasileira e as implicações sociais do trabalho historiográfico, cf., dentre outros trabalhos, BAUER, Caroline Silveira e NICOLAZZI, Fernando Felizardo. O historiador e o falsário: usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. *Varia História*, v. 32, n° 60, 2016, p. 807-835.

¹⁶ KUSCHNIR, Beatriz. *Op. citada*, 2007, p. 64.

dos anos 1960-1970 compartilhava de valores democráticos contrários ao autoritarismo. Mas esse não foi o caso, e penso – em concordância com a historiografia recente sobre o período – que afirmações generalistas como essa (ou o seu contrário, a de que todos os jovens apoiaram o regime) pouco contribuem para a compreensão do período da ditadura ou mesmo da sociedade brasileira. Talvez elas sejam muito mais uma forma de fugir aos nossos incômodos, postura que tem se demonstrado pouco estratégica na medida em que – seja pelo voto em candidatos antidemocráticos, seja pela rede de ódio que se espelha pelo país – esses desconfortos cívicos têm ficado cada vez mais patentes.

Explicar tanto a longa duração do regime de exceção iniciado em 1964 quanto a persistência de culturas conservadoras no tempo presente passa por reconhecer a existência desse incômodo. As imagens de uma juventude sempre politicamente engajada e progressista ou de uma sociedade brasileira com vocação democrática e aberta às diferenças (de classe, gênero, raça, sexualidade) não passam de naturalizações de processos político-culturais complexos. Mas, talvez, esse desconforto intelectual possa nos instrumentalizar diante da série de incômodos cívicos que temos vivido com a ascensão da ultradireita e o fenômeno contemporâneo dos negacionismos da violência ditatorial. Afinal, não são poucos os casos em que as asserções sobre a ditadura feitas hoje, no debate público e nos usos políticos do passado, são baseadas em deslocamentos de sentido que surpreenderiam os sujeitos históricos que vivenciavam o Brasil ditatorial. Ou que não passam, realmente, de puro e simples negacionismo ideologicamente orientado, um abuso (mais do que um uso) político do passado cuja novidade presentista só pode ser apontada a partir da análise crítica e contextual (histórica, portanto) de pontos de vista plurais.

Os membros da Arena Jovem, por exemplo, ao *participar* da política por meio dos diretórios juvenis do partido de sustentação da ditadura não negavam o caráter arbitrário do regime. Eles podiam não o considerar exatamente uma ditadura, mas estavam cientes de seu caráter impositivo e das restrições colocadas por instrumentos legais como o Decreto-Lei 477 ou o AI-5. Por isso, especialmente na segunda metade da década de 1970, agiram a partir das aberturas possibilitadas pela *participação* para questionar essa legislação e até mesmo apontar o que havia de restritivo no regime político que apoiavam. Os jovens que participaram do Projeto Rondon, por sua vez, não podem ser enquadrados como o inverso “exemplar” da juventude de esquerda. Não apenas muitos militantes de organizações de oposição se integraram aos programas de ação promovidos pelo Ministério do Interior como usaram dos espaços criados pelo Rondon a seu próprio modo, demonstrando importante protagonismo diante das expectativas que lhes eram direcionadas.

Espero ter, neste trabalho, demonstrado a importância dessas nuances, que desafiam dicotomias analíticas e complexificam o entendimento da ditadura. Assim, ao contrário de inviabilizar uma história atenta aos pontos de vista dos próprios atores sobre o universo da política, a perspectiva antropológica pode auxiliar na crítica aos negacionismos como elaborações simbólicas relativas a uma temporalidade específica – o presente – e que acabam por homogeneizar processos múltiplos, que não envolviam apenas escolhas maniqueístas entre o “bem” e o “mal”. E podem, também, indicar os limites do anti-relativismo, no sentido de que a construção de uma sociedade mais democrática e aberta às diferenças passa pelo reconhecimento da existência de posicionamentos intolerantes visando desconstruí-los através do debate, da demonstração de seus limites e riscos. Espero, também, que esse enredamento epistemológico possa levar ao reconhecimento de uma “objetividade relativa” do ofício do historiador semelhante àquela advogada por Roy Wagner para analisar o trabalho dos antropólogos.¹⁷ Mas, se os antropólogos devem reconhecer o papel fundamental exercido por sua cultura no estudo da cultura dos “nativos”, talvez devamos, como muitos historiadores tem feito desde Marc Bloch, também admitir o peso de nossa temporalidade nos olhares que lançamos a tempos passados.

Como Geertz no trecho citado na epígrafe destas Considerações finais, penso que “se quiséssemos verdades caseiras, deveríamos ter ficado em casa”¹⁸. Estendendo essa frase ao ofício de historiador, em uma paráfrase da afirmação do antropólogo: se quiséssemos verdades caseiras, deveríamos ter ficado *no presente*. Em meio a um contexto político conturbado, violento e cheio de incômodos cívicos, espero ter contribuído para o debate das verdades *estranhas* (no sentido de nada *caseiras*) possibilitadas pelo diálogo crítico com os pontos de vista dos sujeitos que se envolveram com as políticas da ditadura militar brasileira direcionadas à juventude. E também para o estranhamento de verdades *familiares*. Umas e outras inscritas nas relações entre juventudes e ditadura, passado e presente. Enfim, na complexa constatação – que hoje pode soar anacrônica, diante das mudanças na pirâmide etária brasileira, mas que ainda assim não perde a sua relevância – de que “somos um país de jovens”.

¹⁷ WAGNER, Roy. *Op. citada*, 2010 [1975], p. 39-43.

¹⁸ GEERTZ, Clifford. *Op. citada*, 2001 [2000], p. 67.

Referências

Arquivos pesquisados

Acervo digital do jornal *O Globo* – Online.

Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp – Campinas/São Paulo.

Arquivo Nacional/COREG – Brasília/Distrito Federal.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) – Rio de Janeiro/Rio de Janeiro.

Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional – Online.

Acervo da *Folha de S. Paulo* – Online.

Sistema de Informações do Arquivo Nacional – Online.

Fontes

Periódicos:

O Globo. 1968-1985.

Manchete. 1968-1969.

O Cruzeiro. 1968-1969.

Tribuna da Imprensa. 1968-1979.

Correio da Manhã. 1966-1985.

O Jornal. 1968-1979.

Diário de Notícias. 1967-1979.

Jornal dos Sports. 1967-1969.

O Sol. 1967.

Jornal do Brasil. 1968-1985.

Realidade. 1967-1969.

Folha de S. Paulo. 1968-1985 e 2015.

Nexo. 2022.

Revista Civilização Brasileira. 1968.

Rondon. 1973.

Veja. 1968-1985.

OPEMA: em ritmo de Brasil jovem. 1970-1979.

Diário do Congresso Nacional. 1968-1979.

Livros:

BRITTO, Sulamita de. *Sociologia da juventude, IV: os movimentos juvenis*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

CASTRO, Cláudio Moura; ARNAUT, Adília Lício; PINTO, Ana Maria Rezende & ABREU, Sara Donner. *Como anda o Projeto Rondon?* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975.

DELMANTO, Armando M. *A juventude: participação ou omissão*. São Paulo: Edições Edijor, 1970.

EQUIPE DO PROJETO RONDON. *O jovem deve saber tudo sobre o Projeto Rondon*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1972.

POERNER, Arthur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiro*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro 1968.

_____. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 2ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SARTRE, Jean-Paul. *Que é a literatura?* 3ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2004 [1948].

VELOSO, Caetano. *Verdade tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Audiovisual:

ASSESSORIA Especial de Relações Públicas da Presidência. Gravação especial: Projeto Rondon. São Paulo: Aerp-SP2, c. 1972-1974. 1 vinil. 6 faixas.

“Criação do Projeto Rondon. Porto Velho, Julho 1967”. Fundo/Série/Subsérie: Ministério do Interior/Fundação Projeto Rondon-FPR. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZJpST-6ChjQ&ab_channel=ORondoniano-natrilhadeRondon>. Acesso em 15 nov. 2022.

O SOL – Caminhando contra o vento. Direção de Tetê Moraes. Rio de Janeiro: VEMVER Brasil, 2006. 1 DVD (95 min.).

VELOSO, Caetano. *Cinema Olympia – Caetano raro & inédito 67-74*. Rio de Janeiro: Universal Music Group, 2006.

Legislação:

Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 – Lei do Serviço Militar.

Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965 – Lei Orgânica dos Partidos Políticos.

Lei nº 4.474, de 18 de agosto de 1965, retifica vários dispositivos da Lei número 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar)

Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966, regulamenta a lei do Serviço Militar

Decreto nº 64.918, de 31 de julho de 1969, institui, em caráter permanente, a Operação Mauá (Opema), e dá outras providências.

Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 – Lei Orgânica dos Partidos Políticos.

Lei nº 6.341, de 5 de julho de 1976, dispõe sobre a Organização e o funcionamento de Movimentos Trabalhista e Estudantil nos Partidos Políticos, e dá outras providências.

Outras publicações impressas:

SARTRE, Jean-Paul. O existencialismo é um humanismo [1946]. In: MARÇAL, Jairo (org.). *Antologia de textos filosóficos*. Curitiba: SAAD, 2009.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Dados estatísticos, vol. 9: eleições federais e estaduais realizadas no Brasil em 1970. Brasília: Departamento de Imprensa Oficial, 1973.

Bibliografia

ARAÚJO, Maria Paula. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.

ARIÉS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016 [1960].

ABÉLÈS, Marc. Political Anthropology: New Challenges, New Aims. *International Social Science Journal*, nº 153, 1997, p. 319-332.

ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994.

_____. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, nº 5-6, mai.-ago. 1997, p. 25-36.

ABREU, Alzira Alves de. et al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

ALVES, Maria Helena Moreia. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru, SP: Edusc, 2005 [1984].

AMATO, Gabriel. *Aula prática de Brasil no Projeto Rondon: estudantes, ditadura e nacionalismo*. São Paulo: Alameda, 2019.

ANDRADE, Jeferson Ribeiro de. *Um jornal assassinado: a última batalha do Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

ARAÚJO, Paulo César de. *Eu não sou cachorro, não: música popular cafona e ditadura militar*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2013 [2002].

AREND, Silvia Maria Fávero. Jovens brasileiros nas páginas da revista *Realidade*: família e trabalho (Brasil, 1966-1969). *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 54, set.-dez. 2015, p. 162-188.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Retomada de um legado: Marialice Foracchi e a sociologia da juventude. *Tempo social*, v. 17, nov. 2005, p. 11-33.

BAUER, Caroline Silveira e NICOLAZZI, Fernando Felizardo. O historiador e o falsário: usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. *Varia História*, v. 32, nº 60, 2016, p. 807-835.

BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001 [1949].

BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. Revista *Realidade*: edição especial “A Juventude Brasileira, hoje”. Setembro, 1967. *Educar em Revista*, jan.-mar. 2014, p. 311-320.

_____. *Juventude e pensamento conservador no Brasil*. São Paulo: EDUC/Fapesp, 2015.

BRAGHINI, Katya Zuquim; CAMESKI, Andrezza Silva. “Estudantes democráticos”: a atuação do movimento estudantil de “direita” nos anos 1960. *Educação & Sociedade*, v. 36, out.-dez. 2015, p. 945-962.

BRITO, Antonio Mauricio Freitas. “Um verdadeiro bacanal, uma coisa estúpida”: anticomunismo, sexualidade e juventude no tempo da ditadura. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 26, 2019, p. 1-22.

CALDAS, Waldenyr. *A cultura da juventude de 1950 a 1970*. São Paulo: Musa Editora, 2008.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. 2012. Tese (Doutorado em História Social), – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

CARDOSO, Ruth C. L e SAMPAIO, Helena M. Sant’Ana. Prefácio. In: CARDOSO, Ruth C. L e SAMPAIO, Helena M. Sant’Ana (org.). *Bibliografia sobre a juventude*. São Paulo: EDUSP, 1995.

CARMO, Paulo Sérgio do. *Culturas da rebeldia: a juventude em questão*. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

CASTRO, Celso (org.). *Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CASTRO, Celso e CHINELLI, Fernanda. Serviço Militar Obrigatório: o ponto de vista dos recrutas. In: *Anais do 30º Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu/Minas Gerais: 2006, p. 1-23.

CASTRO, Ruy. *O anjo pornográfico: a vida de Nelson Rodrigues*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CAZES, Leonardo Faria. *Tempo de reforma, tempo de repressão: a trajetória de Wilson Choeri na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói/Rio de Janeiro, 2017.

CEFAÏ, Daniel. Expérience, culture et politique. In: CEFAÏ, Daniel (org.). *Cultures politiques*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (dir.). *História: novos problemas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979 [1974].

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CLARKE, John; HALL, Stuart; JEFFERSON, Tonny e ROBERTS, Brian. Subcultures, Cultures and Class: a Theoretical Overview. In: HALL, Stuart e JEFFERSON, Tonny (ed.). *Resistance Through Rituals: Youth Subcultures in Post-war Britain*. Londres/Inglaterra: Routledge, 1991.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002 [1988].

COELHO, Frederico Oliveira. Revolução comportamental no século XX. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org.). *O século sombrio: uma história geral do século XX*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

COIMBRA, Cecília. *Guardiães da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “milagre”*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

COLLIER, David (org.). *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 [1980].

COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978 [1977].

CORDEIRO, Janaina Martins. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

_____. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)*. 2012. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói/Rio de Janeiro, 2012.

COSTA, Célia e GAGLIARDI, Juliana. Lysâneas, um autêntico do MDB. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 37, janeiro-junho 2006, p. 201-212.

COSTA, Marcelo Timotheo da. Operação Cavalo de Tróia: a Ação Católica Brasileira e as experiências da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC). In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Col. As esquerdas no Brasil, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar. In: QUINALHA, Renan e GREEN, James (org.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: Edufscar, 2014.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007 [1988].

_____. Ensino profissional: o grande fracasso da ditadura. *Cadernos de pesquisa*, v. 44, out.-dez. 2014, p. 912-933.

CZAJKA, Rodrigo. “Sou brasileiro, democrata e editor”: Ênio Silveira e a repressão à editora Civilização Brasileira (1963-1970). *Tempo Social*, v. 32, nº 2, mai.-ago. 2020, p. 49-174.

DÁVILA, Jerry. *Hotel trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1970*. São Paulo: Paz e Terra: 2011.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves e PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Col. O Brasil Republicano, vol. 4. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

DUNN, Christopher. *Brutalidade jardim: a Tropicália e o surgimento da contracultura brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FAGUNDES, Pedro. “Operação Ibiúna”: XXX Congresso da UNE sob o olhar da repressão política. In: MÜLLER, Angélica (coord.). *1968 em movimento*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

FERREIRA JR., Amarílio e BITTAR, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. *Cadernos Cedes*, v. 28, 2008, p. 333-355.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: nacionalismo, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014 [1978].

FORACCHI, Marialice M. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1972.

FREHSE, Fraya. Os informantes que jornais e fotografias revelam: para uma etnografia da civilidade nas ruas do passado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 36, jul.-dez. 2005, p. 131-156.

FREIBERGER, Rafaela Mateus Antunes dos Santos. “Integrar para não entregar”: juventudes, Projeto Rondon e ditadura no Brasil (1967-1974). 2021. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

FROÉS, Marcelo. *Jovem Guarda: em ritmo de aventura*. São Paulo: Editora 34, 2000.

HAGEMEYER, Rafael. *Caminhando e cantando: o imaginário do movimento estudantil brasileiro de 1968*. São Paulo: Edusp, 2016.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017 [1985].

GASPAROTTO, Alessandra. *O terror renegado: a retratação pública de integrantes de organizações de resistência à ditadura civil-militar no Brasil (1970-1975)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1998 [1983].

_____. *Nova luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001 [2000].

_____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2015 [1973].

GOMES, Leonardo Ribeiro. “Progredir sempre”: os jovens rurais mineiros nos Clubes 4-S: Saber, Sentir, Saúde, Servir (1952-1974). 2013. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Belo Horizonte, UFMG, 2013.

GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

GRINBERG, Lucia. “Saudações arenistas”: a correspondência entre partidários da Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1966-1979. In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz (org.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GROPPO, Luís Antonio, FILHO, Michel Zaidane, MACHADO, Otávio Luiz (org.). *Juventude e movimento estudantil: ontem e hoje*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

GROPPO, Luís Antonio. *Juventude: ensaios sobre Sociologia e História das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

_____. Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis. *Em tese*, v. 12, n. 1, 2015, p. 4-33.

_____. *Introdução à Sociologia da Juventude*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2017.

HADDAD, Sérgio. *O educador: um perfil de Paulo Freire*. São Paulo: Todavia, 2021.

HERMETO, Miriam. Grupo Casa Grande (1974-1979): uma frente político-cultural de resistência. In: NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 [1994].

JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013.

JUDT, Tony. *Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

KAMINSKI, Leon Frederico. *A revolução das mochilas: contracultura e viagens no Brasil ditatorial*. 2018. Dissertação (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

KLEIN, Lúcia e FIGUEIREDO, Marcus. *Legitimidade e coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018 [1991].

KUSHNIR, Karina. *Antropologia da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

LABORIE, Pierre. *Les Français des années trouble: de la guerre d'Espagne à la Libération*. 2ª ed. Paris: Desclée de Brouwer, 2003 [2001].

LEVI, Giovanni e SCHMITT, Jean-Claude (org.). *História dos jovens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, v. 1: Da antiguidade à Era Moderna.

_____. *História dos jovens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, v. 2: A época contemporânea.

LEVI, Giovanni e SCHMITT, Jean-Claude. Introdução. In: LEVI, Giovanni e SCHMITT, Jean-Claude (org.). *História dos jovens: da Antiguidade à Era Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LEVI, Giovanni. Os perigos do geertzismo. *História Social*, Campinas-SP, nº 6, 1999 [1985], p. 137-146.

LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004 [1986].

LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. *A direita estudantil universitária no Rio Grande do Sul: entre a democracia e a ditadura (1964-1968)*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Escola de Humanidades, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

LORAUX, Nicole. Elogio do anacronismo. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

LORDE, Audre. *Irmã outsider*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020 [1984].

LORENZ, Chris. Blurred Lines: History, Memory and the Experience of Time. *International Journal for History, Culture and Modernity*, v. 2, n. 1, 2014, p. 43-63.

LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. Mudanças sociais no período militar (1964-1985). In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968*. Campinas, SP: Papyrus, 1987.

_____. Estado e regime no pós-64: autoritarismo burocrático ou ditadura militar? *Revista de Sociologia e Política*, nº 2, 1994, p. 7-23.

MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, jun. 2008, p. 39-50.

MATHIAS, Suzeley Kalil. *Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

MAUÉS, Flamarion. Livros, editoras e oposição à ditadura. *Estudos avançados*, v. 28, abr. 2014, p. 91-104.

MAIA, Tatyana de Amaral. Os usos do civismo em tempos autoritários: as comemorações e ações do Conselho Federal de Cultura (1966-1975). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, nº 67, 2014, p. 89-109.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria (org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

MEDEIROS, Paulo de Tarso. C. *A aventura da Jovem Guarda*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MELO, Victor Andrade de. Esporte: coisa de mocidade, coisa de juventude. In: PRIORE, Mary del (org.). *História dos jovens no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Partido e sociedade: a trajetória do MDB*. Ouro Preto: EDUFOP, 1997.

_____. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. A figura caricatural do gorila nos discursos da esquerda. *ArtCultura: Revista de História, Cultura e Arte*, v. 9, n. 15, jul.-dez. 2007, p. 195-212.

_____. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MÜLLER, Angélica. *Entre o Estado e a sociedade: a política de juventude de Vargas e a fundação e atuação da UNE durante o Estado Novo*. 2005. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

_____. Não se nasce viril, torna-se: juventude e virilidade nos “anos 1968”. In: DEL PRIORE, Mary e AMANTINO, Marcia (org.). *História dos homens no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

_____. *O Movimento Estudantil na resistência à Ditadura Militar (1969-1979)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

NAPOLITANO, Marcos. *Seguindo a canção: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969)*. São Paulo: Annablume, 2001.

_____. “Vencer Satã só com orações”: políticas culturais e cultura de oposição no Brasil dos anos 1970. In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz (org.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. O golpe de 64 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão bibliográfica. *Contemporanea – Historia y problemas del siglo XX*, Montevideu/Uruguai, v. 2, 2011, p. 209-217.

_____. Juventude e música. In: PRIORE, Mary del (org.). *História dos jovens no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

PAMPÓLS, Carles Feixa. *De jóvenes, bandas y tribus: antropología de la juventud*. Barcelona: Editorial Ariel, 1998.

PASSERINI, Luisa. A juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950. In: LEVI, Giovanni e SCHMITT, Jean-Claude (org.). *História dos jovens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, vol 2: A época contemporânea.

PEDERIVA, Ana Barbara Aparecida. *Jovem Guarda: cronistas sentimentais da juventude*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.

PEDRETTI, Lucas. *Dançando na mira da ditadura: bailes soul e violência contra a população negra nos anos 1970*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

PRIORE, Mary del (org.). *História dos jovens no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. *Moda e revolução nos anos 1960*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014.

REIS, Eliana Tavares dos. *Juventude, intelectualidade e política: espaços de atuação e repertórios de mobilização no MDB dos anos 70*. 2001. Dissertação (Mestrado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

REIS FILHO, Daniel Aarão Reis Filho. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002 [2000].

REVEL, Jacques. *Proposições: ensaios de história e historiografia*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009.

RIBEIRO, Jayme Fernandes e ZAMPA, Vivian. Juventude comunista: o proletariado do amanhã (1927-1947). In: PRIORE, Mary del (org.). *História dos jovens no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

_____. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ROCHA, Camila. *Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2021.

ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz (org.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. Apresentação: Memória, história e autoritarismos. In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz (org.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROLLEMBERG, Denise. História, memória e verdade: em busca do universo dos homens. In: MACDOWELL, Cecília, TELES, Edson, TELES, Janaína de Almeida (org.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009, v. 2.

Cf. ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016 [2012].

RUNCIMAN, David. *Como a democracia chega ao fim*. São Paulo: Todavia, 2018.

SAHLINS, Marshall. *História e cultura: apologias a Tucídides*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006 [2004].

_____. *Ilhas de História*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011 [1985].

_____. *Esperando Foucault, ainda*. São Paulo: Cosac Naify, 2013 [1993].

SALDANHA, Alberto. *A UNE e o mito do poder jovem*. Maceió, EDUFAL, 2005.

SANFELICE, José Luís. *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo: Cortez, 1986.

SANTOS, Rafaela Mateus Antunes. *O outro lado da rua Maria Antônia: a atuação das juventudes de direita em 1960*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SERBIN, Keneth. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SETEMY, Adrianna. *Entre a revolução dos costumes e a ditadura militar: as dores e as cores de um país em convulsão*. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

SILVA, Vagner G. Entre a poesia e o raio x: uma introdução à tendência pós-moderna na antropologia. In: GUINSBURG, Jaime e BARBOSA, Anna Mae (org.). *O pós-modernismo*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

SIRINELLI, Jean-François. De la demeure à l'agora. Pour une histoire culturelle du politique. *Vingtième Siècle, revue d'histoire*, nº 57, jan.-mar. 1998, p. 121-131.

SNYDER, Timothy. *Sobre a tirania: vinte lições do século XX para o presente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara. *Poder local, partido político e ditadura militar: a Aliança Renovadora Nacional (Arena) na Paraíba (1969-1979)*. 2021. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, UFMG, Belo Horizonte, 2021.

SOUZA, Miliandre Garcia de. *Do teatro engajado à música engajada: a experiência do CPC da UNE (1958-1964)*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

STEFANONI, Pablo. *A rebeldia tornou-se de direita?: como o antiprogressismo e a inticorção política estão construindo um novo sentido de comum (e por que a esquerda deveria levá-los a sério)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2022.

STONE, Lawrence. O retorno da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. In: NOVAIS, Fernando Antônio e SILVA, Rogério Forastieri da (org.). *Nova história em perspectiva*. v. 2. São Paulo: Cosac Naify, 2013 [1979].

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX* (Col. O Brasil Republicano – vol. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008 [1999].

VENTURA, Juliana de Souza Fernandes. As relações entre a política indigenista e a repressão a povos indígenas em Minas Gerais durante a ditadura: notas sobre a experiência Xakriabá. In: DELLAMORE, Carolina; AMATO, Gabriel e BATISTA, Natália (org.). *A ditadura aconteceu aqui: a história oral e as memórias do regime militar brasileiro*. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010 [1975].

ZAPPA, Regina e SOTO, Ernesto. *1968: eles só queriam mudar o mundo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011 [2008].